

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DESPORTO

TEMPO LIVRE, LAZER E DESPORTO
DOS JOVENS EM IDADE ESCOLAR

ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE E DO QUADRO DE
INTERACÇÃO DA ESCOLA, DA AUTARQUIA E DO
CLUBE

FRANCISCO DE BARROS FREITAS FERREIRA CABRAL
TEIXEIRA HOMEM

DISSERTAÇÃO TENDO EM VISTA A APRESENTAÇÃO ÀS PROVAS DE
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO E DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ORIENTADORES
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ PEDRO SARMENTO DE REBOCHO LOPES
PROFESSOR DOUTOR CARLOS JORGE PINHEIRO COLAÇO

PORTO, DEZEMBRO DE 2006

"... pensei que tinha todas as respostas mas, depressa aprendi que a pergunta certa é geralmente mais importante do que a resposta certa à pergunta errada"

ALVIN TOFLER

Ao meu pai
À memória da minha mãe

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza, muito dificilmente, teria sido possível realizar e concluir sem que tivesse havido uma contribuição altruísta, desinteressada e amiga de várias pessoas que, em diferentes níveis e fases de desenvolvimento desta dissertação, nos soubessem incentivar e orientar.

Deste modo que, não podemos deixar de exprimir, de forma bem vincada, a nossa profunda gratidão:

Ao Professor Doutor JOSÉ PEDRO SARMENTO DE REBOCHO LOPES (Faculdade de Desporto - Universidade do Porto) que há vários anos nos lançou o desafio e tomou a decisão de aceitar ser nosso orientador, que de forma amiga tem sabido apoiar-nos em todos os momentos, no decurso do nosso trabalho. Pelos conselhos e sugestões, pela disponibilidade na discussão do trabalho e pelo privilégio de com ele termos privado.

Ao Professor Doutor CARLOS JORGE PINHEIRO COLAÇO (Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana) que desde a primeira hora manifestou o seu bom grado em ser nosso orientador, disponibilizando-se totalmente e de forma participativa no apoio que nos foi prestado, sempre com uma palavra amiga e de incentivo no apoio metodológico e indicações estatísticas

Ao Professor Doutor ANTÓNIO ROSADO (Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana) pela forma amiga e desinteressada com que, em momentos difíceis se empenhou e colaborou connosco na estatística do trabalho, contribuindo para a nossa formação, quer no âmbito científico, quer, pelos valores expressos numa atitude humana ímpar, fruto da grandeza e coerência do seu carácter e de uma competência apreciável.

À mestre Maria José Carvalho (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto) pelas preocupações que partilhou connosco ao longo da realização do

trabalho, pelo permanente incentivo no momentos de maior fragilidade, pelo apoio e momentos de discussão nas questões legisladoras e pela amizade e estima que tem demonstrado.

Ao mestre Fernando Lacerda (Centro da Área Educativa de Aveiro) pelo apoio permanente e incondicional prestado na área da informática, pela amizade e estima que se prolonga no tempo.

Aos mestres Ana Roda e Francisco Nazareth (Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima) pelas traduções de francês e inglês e pela revisão do trabalho

Ao grupo de Educação Física da escola onde leccionamos, Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, em Aveiro, que sempre nos acarinhou e apoiou, particularmente às colegas que colaboraram na revisão do texto, Dr.^a Isabel Serrano, e colega do grupo de Português Dr.^a Valdemira Novo e também à Dr.^a Madalena Mendes.

Ao Senhor Fernando Marinho da Reprografia da Faculdade de Desporto do Porto, pela educação e pelo trato, pela forma pronta e atenciosa com que sempre nos recebeu, pelos princípios e valores que possui e começam a rarear

Às câmaras municipais, clubes e escolas que se prontificaram em colaborar connosco.

Aos meus filhos, Maria Iolanda e Nuno Miguel que souberam partilharam momentos difíceis.

À Leninha, esposa e mãe, pela importância que tem tido na nossa vida.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	V
ÍNDICE	VII
ÍNDICE DE QUADROS	XIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIX
ÍNDICE DE ABREVIATURAS	XXI
RESUMO	XXIII
ABSTRACT	XXV
RÉSUMÉ	XXVII
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	1
INTRODUÇÃO	1
1 - Razões do título e da temática	2
2 - Motivos e motivações – explicação de uma identificação com o trabalho	5
3 - Necessidades e enquadramento da investigação	8
4 - Objecto de estudo	15
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA	21
Introdução	22
TEMPO LIVRE E LAZER	24
Conceitos e estruturas	24
2.1 – TEMPO ...	24
2.2– TEMPO LIVRE	29
2.2.1 – Tempo Livre e a Escola	49
2.2.2 – Tempo Livre, Lazer e Desporto no Contexto Escolar	63
2.2.3 – A importância da relação do Tempo Livre e do Lazer com a escola, a autarquia e o Desporto	72

2.2.4 – Tempo Livre, Lazer e Desporto, um desafio autárquico para o século XXI	81
2.2.4.1– A cidade como espaço público e de lazer	86
2.3– LAZER	92
2.3.1 – Hábitos desportivos no âmbito do Lazer	112
2.3.2 – Economia e práticas do Lazer	118
2.3.3 – O Lazer no contexto escolar	123
2.3.4 – Estilo de Vida Activa no Lazer	127
2.3.4.1 – Estilo de Vida e Saúde	131
2.3.4.2 – A importância do Desporto no Estilo de Vida	133
2.4 - DESPORTO	135
2.4.1 – Referências históricas	135
2.4.2 - Problematização do conceito de desporto	148
2.4.3 - A diversidade terminológica	149
2.4.5 – O Direito de praticar desporto de forma diferente	152
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	157
INTRODUÇÃO	157
1 - AMOSTRA	158
2 - QUESTIONÁRIO	165
3 - VARIÁVEIS ESTUDADAS	169
4 - PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS	171
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS	173
1 - AUTARQUIA	174
1.1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	174
SÍNTESE 1.1 – Valorização das estratégias da autarquia	179
1.2 - COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES E LAZER E FORMAS DE RELACIONAMENTO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA	181
SÍNTESE 1.2 – Colaboração na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer	188
1.3 - ATITUDES E VALORES – INTERESSE E SENSIBILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL COM OS DESPORTOS DE LAZER E DE COMPETIÇÃO NOS TEMPOS LIVRES.	191
SÍNTESE 1.3 – Atitudes e valores da autarquia – interesses e sensibilidades	194

1.4 - SISTEMA DE INCENTIVOS – APOIOS E PRIORIDADES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO E AO DESPORTO ESCOLAR, À PRÁTICA DO DESPORTO DE COMPETIÇÃO E DO DESPORTO DE LAZER.	195
Unidades de Registo	200
SÍNTESE 1.4 – Sistema de incentivos da autarquia	201
1.5 - ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO DOMÍNIO DA COMPETIÇÃO E DO LAZER	204
SÍNTESE 1.5 – Adequação das instalações desportivas para o lazer e competição	206
1.6 - PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS E DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, A ESCOLA E O CLUBE	207
SÍNTESE 1.6 – Protocolos da autarquia com instalações desportivas	210
1.7 - ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER, ORGANIZADAS REGULARMENTE PELA CÂMARA MUNICIPAL	212
SÍNTESE 1.7 – Organização regular de actividades de ocupação de tempo livre e lazer pela autarquia	214
1.8 - FINANCIAMENTO MUNICIPAL NA ÁREA DA COMPETIÇÃO E DO LAZER, DA ESCOLA E DO CLUBE	214
SÍNTESE 1.8 – Financiamento municipal da autarquia	222
1.9 - COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	223
SÍNTESE 1.9 – Comunicação da autarquia	230
1.10 - INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	232
SÍNTESE 1.10 – Interacção da autarquia	238
1.11 - CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, A ESCOLA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	240
SÍNTESE 1.11 – Causas e dificuldades da interacção da autarquia	245
1.12 - SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E A PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, A ESCOLA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	246
SÍNTESE 1.12 – Sugestões para melhorar interacção da autarquia no lazer	251
2 - CLUBE	253
2.1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO CLUBE PARA A OCUPAÇÃO DO TEMPO LIVRE E LAZER	253
SÍNTESE 2.1 – Valorização das estratégias do clube para ocupação do tempo livre e lazer	256
2.2 - COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE TEMPO LIVRE E LAZER E RELACIONAMENTO PRIVILEGIADO COM AUTARQUIA E ESCOLA NO DOMÍNIO DO DESPORTO DE LAZER E DE COMPETIÇÃO	258
SÍNTESE 2.2 – Colaboração na organização de actividades de tempo livre e lazer	264
2.3 - RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS DESPORTIVAS DE COMPETIÇÃO E LAZER	266
SÍNTESE 2.3 – Relação entre práticas desportivas de lazer e competição	268
2.4 - ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO DOMÍNIO DA COMPETIÇÃO E DO LAZER	270
SÍNTESE 2.4 – Adequação de instalações desportivas ao lazer e competição	271

2.5 - PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ENTRE O CLUBE, A AUTARQUIA E A ESCOLA	271
SÍNTESE 2.5 – Protocolos do clube com instalações desportivas	274
2.6 - ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER ORGANIZADAS REGULARMENTE PELO CLUBE	275
SÍNTESE 2.6 – Organização regular de actividades de ocupação de tempo livre e lazer pelo clube	276
2.7 - COMUNICAÇÃO DO CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	277
SÍNTESE 2.7 – Comunicação do clube na organização de actividades de tempo livre e lazer	281
2.8 - INTERACÇÃO DO CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	282
SÍNTESE 2.8 – Interacção do clube	285
2.9 - CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE A AUTARQUIA, O CLUBE E A ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	287
SÍNTESE 2.9 – Causas e dificuldades da interacção do clube	289
2.10 - SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE A AUTARQUIA, O CLUBE E A ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	291
SÍNTESE 2.10 – Sugestões para melhorar a interacção do clube nas actividades de ocupação do tempo livre e lazer	297
3 - ESCOLA	301
3.1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA O TEMPO LIVRE E LAZER	301
SÍNTESE 3.1 – Valorização das estratégias da escola	304
3.2 - COLABORAÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER E, RELACIONAMENTO PRIVILEGIADO COM A AUTARQUIA E O CLUBE	305
SÍNTESE 23.2 – Colaboração na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer	307
3.3 - ATITUDES E VALORES NO TEMPO LIVRE – INTERESSES E PREOCUPAÇÕES DA ESCOLA E PROFESSORES	308
SÍNTESE 3.3 – Atitudes e valores da escola – Interesses e preocupações	311
3.4 - ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS ESCOLARES E CONDIÇÕES DE PRÁTICA PARA ACTIVIDADES DE LAZER E TEMPO LIVRE	312
SÍNTESE 3.4 – Adequação das infra-estruturas para o lazer e tempo livre	313
3.5 - PROTOCOLOS DE ESPAÇOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	313
SÍNTESE 3.5 – Protocolos da escola com as instalações desportivas	316
3.6 - ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER DOS ALUNOS, ORGANIZADAS REGULARMENTE PELA ESCOLA	317
SÍNTESE 3.6 – Organização regular de actividades de ocupação de tempo livre e lazer pela escola	318
3.7 - COMUNICAÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E DE LAZER	319

SÍNTESE 3.7 – Comunicação da escola na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer	324
3.8 - INTERACÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	326
SÍNTESE 3.8 – Interação da escola na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer	332
3.9 - CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE A ESCOLA, A AUTARQUIA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	335
SÍNTESE 3.9 – Causas e dificuldades da interacção da escola	340
3.10 - SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE A ESCOLA, A AUTARQUIA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER	341
SÍNTESE 3.10 – Sugestões para melhorar a interacção da escola com a autarquia e o clube na organização de actividades de ocupação do tempo livre e lazer	346
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO	349
1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LAZER PARA O TEMPO LIVRE E COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES	349
2 - ATITUDES E VALORES COM OS DESPORTOS DE LAZER E DE COMPETIÇÃO NOS TEMPOS LIVRES – FINANCIAMENTO E INCENTIVOS À PRÁTICA	357
3 - ADEQUAÇÃO E PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO DOMÍNIO DA COMPETIÇÃO E DO LAZER	361
4 - ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER, COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO	362
5 - CAUSAS E DIFICULDADES DA INTERACÇÃO, ENCONTRADAS NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE LAZER E TEMPO LIVRE E SUGESTÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO	364
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES	371
CAPÍTULO 7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	381
BIBLIOGRAFIA	381
ANEXOS	401

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – CONCEITOS, VALORES E EFEITOS DO LAZER	103
QUADRO 2 – TAXA DE RETORNO	160
QUADRO 3 – UNIVERSO E AMOSTRA	160
QUADRO 4 – QUESTIONÁRIOS RECEBIDOS	161
QUADRO 5 – CONCELHOS DE ONDE SE OBTIVERAM RESPOSTAS	161
QUADRO 6 – DIMENSÕES DAS AUTARQUIAS E RESPOSTAS RECEBIDAS	162
QUADRO 7 – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE AVEIRO	164
QUADRO 8 – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE COIMBRA	164
QUADRO 9 – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE LEIRIA	164
QUADRO 10 – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO	165
QUADRO 11 – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DA GUARDA	165
QUADRO 12 – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU	165
QUADRO 13 – VARIÁVEIS DEPENDENTES	170
QUADRO 14 – VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	174
QUADRO 15 – ACTIVIDADES SISTEMÁTICAS (REGULARES) E ESPORÁDICAS (PONTUAIS)	175
QUADRO 16 – REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES PELA AUTARQUIA (DISTRITOS)	175
QUADRO 17 – ESTRATÉGIAS SISTEMÁTICAS E ESPORÁDICAS NO LITORAL E NO INTERIOR	175
QUADRO 18 – PERÍODOS DO ANO DAS ACTIVIDADES AUTÁRQUICAS NO LITORAL E INTERIOR	176
QUADRO 19 – MANN-WHITNEY U - PERIODIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA AUTARQUIA	177
QUADRO 20 – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO NO TEMPO LIVRE E LAZER	178
QUADRO 21 – TESTE DE PEARSON - ESTRATÉGIAS DO PDM PARA O LAZER	179
QUADRO 22 – TESTE MANN-WHITNEY – ESTRATÉGIAS PDM (DISTRITOS)	179
QUADRO 23 – COLABORAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES	182
QUADRO 24 – TESTE DE PEARSON - COLABORAÇÃO DA AUTARQUIA COM O CLUBE NO LAZER	183
QUADRO 25 – TESTE DE PEARSON - COLABORAÇÃO DA AUTARQUIA COM A ESCOLA NO LAZER	184
QUADRO 26 – REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS OCUPACIONAIS DA AUTARQUIA PARA O LAZER	185
QUADRO 27 – RENTABILIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER NO LITORAL E NO INTERIOR	186
QUADRO 28 – RENTABILIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER (DIFERENÇA AVEIRO/VISEU)	187
QUADRO 29 – APOIO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA	188
QUADRO 30 – ATITUDES E VALORES – INTERESSE E SENSIBILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL	191
QUADRO 31 – TESTE DE PEARSON - SENSIBILIDADE DA AUTARQUIA AO LAZER	192
QUADRO 32 – SENSIBILIDADE DA AUTARQUIA AO LAZER – LITORAL E INTERIOR	193
QUADRO 33 – TESTE DE PEARSON - SENSIBILIDADE DA AUTARQUIA AO RENDIMENTO	193
QUADRO 34 – SENSIBILIDADE DA AUTARQUIA À COMPETIÇÃO NO LITORAL/INTERIOR	194
QUADRO 35 – SISTEMA DE INCENTIVOS – APOIOS E PRIORIDADES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	196
QUADRO 36 – PRIORIDADE NO APOIO AO DESPORTO ESCOLAR E CLUBE – LITORAL E INTERIOR	197
QUADRO 37 – CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE PRÁTICA DE LAZER (DISTRITOS)	198
QUADRO 38 – CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE PRÁTICA DE LAZER (DISTRITOS)	198
QUADRO 39 – PRIORIDADE NO APOIO AO LAZER E À COMPETIÇÃO – LITORAL E INTERIOR	198

QUADRO 40 – NÍVEIS DE PRIORIDADE NO APOIO À COMPETIÇÃO – LITORAL/INTERIOR	199
QUADRO 41 – ANOVA - PRIORIDADE À COMPETIÇÃO (LITORAL/INTERIOR)	199
QUADRO 42 – APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL À PRÁTICA DE DESPORTO DE LAZER	200
QUADRO 43 – APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL À PRÁTICA DO DESPORTO DE COMPETIÇÃO FEDERADA	201
QUADRO 44 – ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA DESPORTOS DE LAZER E COMPETIÇÃO	204
QUADRO 45 – ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE LAZER – LITORAL E INTERIOR	205
QUADRO 46 – ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER - LITORAL/INTERIOR	205
QUADRO 47 – NÍVEIS DE DIFERENÇAS NA ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER E COMPETIÇÃO	206
QUADRO 48 – PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES COM ESCOLA E CLUBE	207
QUADRO 49 – TESTE DE PEARSON - PROTOCOLO DE ESPAÇOS COM O CLUBE	209
QUADRO 50 – PROPRIETÁRIOS DE ESPAÇOS PROTOCOLADOS	209
QUADRO 51 – ACTIVIDADES DE TEMPO LIVRE E LAZER ORGANIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL	212
QUADRO 52 – TIPO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS ORGANIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL	213
QUADRO 53 – FINANCIAMENTO MUNICIPAL À COMPETIÇÃO FEDERADA E LAZER, NA ESCOLA E CLUBE	215
QUADRO 54 – NÍVEIS DE FINANCIAMENTO À COMPETIÇÃO FEDERADA (DISTRITOS)	215
QUADRO 55 – DIFERENÇA NA PERCEPÇÃO DE FINANCIAMENTO ENTRE O LAZER E COMPETIÇÃO	216
QUADRO 56 – NÍVEIS DE PERCEPÇÃO DE FINANCIAMENTO AO LAZER (DISTRITOS)	216
QUADRO 57 – DIFERENÇA NA PERCEPÇÃO DA ATRIBUIÇÃO	217
QUADRO 58 – TESTE DE PEARSON - SUBSÍDIOS AO LAZER	217
QUADRO 59 – APOIO FINANCEIRO A CLUBES COM COMPETIÇÃO FEDERADA (DISTRITOS)	218
QUADRO 60 – QUADRO COMPARATIVO – SUBSÍDIO A CLUBES COM E SEM COMPETIÇÃO FEDERADA	218
QUADRO 61 – APOIO FINANCEIRO AOS CLUBES SEM COMPETIÇÃO FEDERADA (DISTRITOS)	219
QUADRO 62 – APOIO COM ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS À ESCOLA	220
QUADRO 63 – PERCEPÇÃO DO NÍVEL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE	220
QUADRO 64 – PERCEPÇÃO DO NÍVEL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE - LITORAL/INTERIOR	221
QUADRO 65 – PERCEPÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS AO CLUBE (DISTRITOS)	221
QUADRO 66 – QUADRO COMPARATIVO DA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS	221
QUADRO 67 – COMUNICAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL, CLUBE E ESCOLA,	224
QUADRO 68 – TESTE DE PEARSON - COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM A ESCOLA	225
QUADRO 69 – TESTE DE PEARSON - COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM O CLUBE	226
QUADRO 70 – COMUNICAÇÃO LITORAL/INTERIOR	227
QUADRO 71 – TESTE DE PEARSON - COMUNICAÇÃO DA ESCOLA COM A CÂMARA MUNICIPAL	227
QUADRO 72 – TESTE DE PEARSON - COMUNICAÇÃO DA ESCOLA COM A CÂMARA MUNICIPAL	228
QUADRO 73 – FALTA DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM O CLUBE (DISTRITOS)	229
QUADRO 74 – TESTE DE PEARSON - COMUNICAÇÃO DO CLUBE COM A CÂMARA MUNICIPAL	229
QUADRO 75 – TESTE DE PEARSON - COMUNICAÇÃO DO CLUBE COM A CÂMARA MUNICIPAL	229
QUADRO 76 – INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NAS ACTIVIDADES DE TEMPO LIVRE E LAZER	232
QUADRO 77 – INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM A ESCOLA (LITORAL/INTERIOR)	233

QUADRO 78 – TESTE DE PEARSON – INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM A ESCOLA (DISTRITOS)	233
QUADRO 79 – TESTE DE PEARSON - INTERACÇÃO DA ESCOLA COM A CÂMARA MUNICIPAL	234
QUADRO 80 – FALTA DE INTERACÇÃO MUNICIPAL COM O CLUBE - DISTRITOS	234
QUADRO 81 – FALTA DE INTERACÇÃO MUNICIPAL COM A ESCOLA - DISTRITOS	235
QUADRO 82 – TESTE DE PEARSON - INTERACÇÃO ESCOLA/AUTARQUIA - DISTRITOS	235
QUADRO 83 – TESTE DE PEARSON - INTERACÇÃO ESCOLA/AUTARQUIA	236
QUADRO 84 – FALTA DE INTERACÇÃO DA AUTARQUIA COM O CLUBE - DISTRITOS	237
QUADRO 85 – TESTE DE PEARSON - INTERACÇÃO CLUBE/AUTARQUIA - DISTRITOS	237
QUADRO 86 – TESTE DE PEARSON - INTERACÇÃO CLUBE/AUTARQUIA	237
QUADRO 87 – COMPARAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO COM ESCOLA E CLUBE	240
QUADRO 88 – CAUSAS E DIFICULDADES DA AUTARQUIA NA	241
QUADRO 89 – UNIDADES DE REGISTO PARA DIFICULDADES DE INTERACÇÃO AUTARQUIA/CLUBE	242
QUADRO 90 – UNIDADES DE REGISTO PARA DIFICULDADES DE INTERACÇÃO AUTARQUIA/ESCOLA	244
QUADRO 91 – SUGESTÕES PARA A PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO NO LAZER	247
QUADRO 92 – UNIDADES DE REGISTO QUE SUGEREM MELHOR INTERACÇÃO AUTARQUIA/CLUBE	248
QUADRO 93 – UNIDADES DE REGISTO QUE SUGEREM MELHOR INTERACÇÃO AUTARQUIA/ESCOLA	250
QUADRO 94 – VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO CLUBE PARA O TEMPO LIVRE E LAZER	253
QUADRO 95 – ESTRATÉGIAS DE COMPETIÇÃO E DE LAZER (DISTRITOS)	254
QUADRO 96 – TESTE DE PEARSON – ESTRATÉGIAS DE COMPETIÇÃO; LITORAL/INTERIOR	254
QUADRO 97 – TESTE DE PEARSON – ESTRATÉGIAS DE COMPETIÇÃO	254
QUADRO 98 – ESTRATÉGIAS DE COMPETIÇÃO E LAZER	255
QUADRO 99 – COLABORAÇÃO E NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO E RELACIONAMENTO DO CLUBE	258
QUADRO 100 – IMPORTÂNCIA GLOBAL ATRIBUÍDA À COLABORAÇÃO COM A AUTARQUIA E A ESCOLA	259
QUADRO 101 – IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À COLABORAÇÃO COM AUTARQUIA E ESCOLA - LITORAL/INTERIOR	259
QUADRO 102 – IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À COLABORAÇÃO COM AUTARQUIA E ESCOLA - DISTRITOS	259
QUADRO 103 – TESTE DE PEARSON – COLABORAÇÃO DO CLUBE COM A CÂMARA MUNICIPAL	260
QUADRO 104 – COLABORAÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL NO LAZER E TEMPO LIVRE	260
QUADRO 105 – COLABORAÇÃO COM AUTARQUIA E ESCOLA	261
QUADRO 106 – CLASSIFICAÇÃO GLOBAL DO RELACIONAMENTO PRIVILEGIADO DO CLUBE	261
QUADRO 107 – CLASSIFICAÇÃO DO RELACIONAMENTO PRIVILEGIADO DO CLUBE – LITORAL/INTERIOR	262
QUADRO 108 – RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS DESPORTIVAS DE COMPETIÇÃO E LAZER	266
QUADRO 109 – IMPORTÂNCIA DADA À COMPETIÇÃO E AO LAZER – LITORAL/INTERIOR	267
QUADRO 110 – QUANTIFICAÇÃO DA PRÁTICA DE COMPETIÇÃO E LAZER – LITORAL/INTERIOR	267
QUADRO 111 – ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS PARA A COMPETIÇÃO E O LAZER	270
QUADRO 112 – PROTOCOLOS DO CLUBE COM A ESCOLA E A AUTARQUIA	272
QUADRO 113 – PROTOCOLO DE ESPAÇOS COM ESCOLA (LITORAL/INTERIOR)	273
QUADRO 114 – PROTOCOLOS DE ESPAÇOS	273
QUADRO 115 – TESTE DE PEARSON – PROTOCOLO DE ESPAÇOS COM A ESCOLA (DISTRITOS)	273

QUADRO 116 – TESTE DE PEARSON – PROTOCOLOS DE ESPAÇOS POR DISTRITO	273
QUADRO 117 – IMPORTÂNCIA DADA À COMPETIÇÃO E AO LAZER – LITORAL/INTERIOR	275
QUADRO 118 – UNIDADES DE REGISTO DAS ACTIVIDADES DE TEMPO LIVRE E LAZER DO CLUBE	276
QUADRO 119 – COMUNICAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES	277
QUADRO 120 – COMUNICAÇÃO À ESCOLA, CÂMARA MUNICIPAL	278
QUADRO 121 – COMUNICAÇÃO COM A ESCOLA, CÂMARA MUNICIPAL	279
QUADRO 122 – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA, CÂMARA MUNICIPAL	279
QUADRO 123 – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA E CÂMARA MUNICIPAL AO CLUBE - DISTRITOS	280
QUADRO 124 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO DO CLUBE À JUNTA DE FREGUESIA	280
QUADRO 125 – INTERACÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE TEMPO LIVRE E LAZER	282
QUADRO 126 – COMPARAÇÃO GLOBAL ENTRE A COMUNICAÇÃO E A INTERACÇÃO	283
QUADRO 127 – INTERACÇÃO DO CLUBE COM A ESCOLA, CÂMARA E JUNTA DE FREGUESIA – DISTRITOS	283
QUADRO 128 – COMPARAÇÃO GLOBAL ENTRE A INTERACÇÃO E A COMUNICAÇÃO	284
QUADRO 129 – COMPARAÇÃO DA INTERACÇÃO NO LITORAL E INTERIOR	284
QUADRO 130 – INTERACÇÃO ENTRE A ESCOLA, CÂMARA MUNICIPAL	285
QUADRO 131 – COMPARAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E INTERACÇÕES DO CLUBE	286
QUADRO 132 – CAUSAS E DIFICULDADES DO CLUBE NA INTERACÇÃO DO TEMPO LIVRE E LAZER	287
QUADRO 133 – UNIDADES DE REGISTO DAS RAZÕES DE FALTA DE INTERACÇÃO COM AUTARQUIA	288
QUADRO 134 – UNIDADES DE REGISTO DAS RAZÕES DE FALTA DE INTERACÇÃO COM A ESCOLA	289
QUADRO 135 – DIMENSÃO DAS SUGESTÕES PARA MELHORAR A INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	292
QUADRO 136 – UNIDADES DE REGISTO DE SUGESTÕES PARA MELHOR INTERACÇÃO COM A CÂMARA	293
QUADRO 137 – UNIDADES DE REGISTO DE SUGESTÕES PARA MELHOR INTERACÇÃO COM J. FREGUESIA	294
QUADRO 138 – UNIDADES DE REGISTO DE SUGESTÕES PARA MELHOR INTERACÇÃO COM A ESCOLA	295
QUADRO 139 – UNIDADES DE REGISTO DE SOLUÇÕES PARA MAIOR LIGAÇÃO DO CLUBE AO LAZER	296
QUADRO 140 – DIMENSÃO DA VALORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA ESCOLA	301
QUADRO 141 – VALORIZAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO E DO PLANO DE ACTIVIDADES	302
QUADRO 142 – INCLUSÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA O LAZER EM PROGRAMAS ESCOLARES	303
QUADRO 143 – DIMENSÃO DA COLABORAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A AUTARQUIA E O CLUBE	305
QUADRO 144 – TESTE DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIA	305
QUADRO 145 – TESTE DE MANN-WHITNEY –	306
QUADRO 146 – TESTE DE MANN-WHITNEY –	306
QUADRO 147 – ANOVA - NÍVEL DE RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A JF	306
QUADRO 148 – “POST-HOC” DE TUKEY NÍVEL DE RELACIONAMENTO COM A JUNTA DE FREGUESIA	306
QUADRO 149 – PARCERIA PRIVILEGIADA DA ESCOLA PARA O TEMPO LIVRE E LAZER	307
QUADRO 150 – DIMENSÃO DE ATITUDES E VALORES DA ESCOLA COM O TEMPO LIVRE	309
QUADRO 151 – PREOCUPAÇÃO QUE O TEMPO LIVRE DOS ALUNOS TRANSMITE AO PROFESSOR	309
QUADRO 152 – OPÇÃO ENTRE EDUCAR PARA O TRABALHO OU PARA O TEMPO LIVRE - DISTRITOS	310
QUADRO 153 – DIMENSÃO DA ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO LAZER NA ESCOLA	312

QUADRO 154 – DIMENSÃO DE PROTOCOLOS DE ESPAÇOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	314
QUADRO 155 – PROTOCOLOS COM A ESCOLA - DISTRITOS	314
QUADRO 156 – PROPRIETÁRIOS DAS INSTALAÇÕES COM PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO	315
QUADRO 157 – TESTE DE PEARSON – PROTOCOLOS DE ESPAÇOS COM JF	315
QUADRO 158 – TESTE DE PERSON – PROTOCOLO DE ESPAÇO NA GUARDA	315
QUADRO 159 – DIMENSÃO DAS ACTIVIDADES DA ESCOLA	317
QUADRO 160 – ANÁLISE DAS ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER DA ESCOLA	318
QUADRO 161 – DIMENSÃO DA COMUNICAÇÃO DA ESCOLA	319
QUADRO 162 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA COM O CLUBE (GUARDA)	320
QUADRO 163 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL	320
QUADRO 164 – TESTE DE PEARSON –	321
QUADRO 165 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA COM A J. FREGUESIA	321
QUADRO 166 – TESTE DE PEARSON	321
QUADRO 167 – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA NO LITORAL E INTERIOR	321
QUADRO 168 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO DA CÂMARA COM A ESCOLA	322
QUADRO 169 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL E A ESCOLA (AVEIRO)	322
QUADRO 170 – TESTE DE PEARSON – COMUNICAÇÃO DA J. FREGUESIA COM A ESCOLA (VISEU)	323
QUADRO 171 – DIMENSÃO DA COMUNICAÇÃO DA ESCOLA	324
QUADRO 172 – DIMENSÃO DA INTERACÇÃO DA ESCOLA	327
QUADRO 173 – TESTE DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIA	327
QUADRO 174 – TESTE DE MANN-WHITNEY – NÍVEL DE INTERACÇÃO COM AUTARQUIA E CLUBE	328
QUADRO 175 – COEFICIENTE DE PEARSON	328
QUADRO 176 – TESTE DE PEARSON– INTERACÇÃO DA ESCOLA COM O CLUBE	329
QUADRO 177 – TESTE DE PEARSON – INTERACÇÃO DA ESCOLA COM A CÂMARA MUNICIPAL	329
QUADRO 178 – INTERACÇÃO DA ESCOLA QUANDO ORGANIZA OU NÃO ACTIVIDADES - DISTRITOS	330
QUADRO 179 – COEFICIENTE DE PEARSON	330
QUADRO 180 – TESTE DE PEARSON– INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM A ESCOLA	331
QUADRO 181 – TESTE DE PEARSON – INTERACÇÃO DO CLUBE COM A ESCOLA	331
QUADRO 182 – COMPARAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E INTERACÇÕES DA ESCOLA	335
QUADRO 183 – CAUSAS E DIFICULDADES DA ESCOLA NA INTERACÇÃO	335
QUADRO 184 – RAZÕES PARA FALTA DE INTERACÇÃO NO LAZER COM A AUTARQUIA	336
QUADRO 185 – RAZÕES PARA A FALTA DE INTERACÇÃO NO LAZER COM O CLUBE	338
QUADRO 186 – DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DO LAZER NA ESCOLA	339
QUADRO 187 – SUGESTÕES DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO DA ESCOLA	341
QUADRO 188 – SUGESTÕES PARA MELHORAR A COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLA E A CÂMARA MUNICIPAL	342
QUADRO 189 – SUGESTÕES PARA MELHORAR A COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLA E A JUNTA DE FREGUESIA	343
QUADRO 190 – SUGESTÕES PARA MELHORAR A COLABORAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O CLUBE	344
QUADRO 191 – TIPO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA PARA CRIAÇÃO	345
QUADRO 192 – ZONAS DE CONFLITO NA INTERACÇÃO	366
QUADRO 193 – ZONAS PARA INTERVENÇÃO INTER – INSTITUIÇÕES	368

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PERSPECTIVA DO TEMPO DE TRABALHO E TEMPO LIVRE	35
GRÁFICO 2 – ESTRATÉGIAS SISTEMÁTICAS E ESPORÁDICAS DA CÂMARA MUNICIPAL - LITORAL E INTERIOR	180
GRÁFICO 3 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE LAZER PELA CÂMARA MUNICIPAL	181
GRÁFICO 4 - ESTRATÉGIAS DO PDM	181
GRÁFICO 5 - APOIO DA AUTARQUIA	188
GRÁFICO 6 - COLABORAÇÃO DA AUTARQUIA AO CLUBE E ESCOLA	189
GRÁFICO 7 - COLABORAÇÃO DA AUTARQUIA COM A ESCOLA	189
GRÁFICO 8 - COLABORAÇÃO DA AUTARQUIA COM A ESCOLA (LITORAL/INTERIOR)	190
GRÁFICO 9 - SENSIBILIDADE DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO AO LAZER E COMPETIÇÃO – LITORAL E INTERIOR	191
GRÁFICO 10 - SENSIBILIDADE DA AUTARQUIA AO LAZER E COMPETIÇÃO	191
GRÁFICO 11- PRIORIDADE DA AUTARQUIA ENTRE LAZER E COMPETIÇÃO	201
GRÁFICO 12- PREFERÊNCIA DO APOIO MUNICIPAL AO LAZER E À COMPETIÇÃO	202
GRÁFICO 13 - PREFERÊNCIA DO APOIO MUNICIPAL AO LAZER E À COMPETIÇÃO	203
GRÁFICO 14 - ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER E COMPETIÇÃO	206
GRÁFICO 15 - ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER E COMPETIÇÃO NO LITORAL E INTERIOR	206
GRÁFICO 16 - PROTOCOLOS DE ESPAÇOS DESPORTIVOS DA AUTARQUIA	210
GRÁFICO 17 - PROTOCOLOS DE ESPAÇOS DESPORTIVOS DA AUTARQUIA – LITORAL E INTERIOR	211
GRÁFICO 18 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS MUNICIPAIS	222
GRÁFICO 19 - ATRIBUIÇÕES DE SUBSÍDIOS MUNICIPAIS NO LITORAL	222
GRÁFICO 20 - ATRIBUIÇÕES DE SUBSÍDIOS MUNICIPAIS NO INTERIOR	223
GRÁFICO 21 - COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	230
GRÁFICO 22 - COMPARAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NO LITORAL E INTERIOR	231
GRÁFICO 23 - INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM CLUBE E ESCOLA	238
GRÁFICO 24 - INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO LITORAL	239
GRÁFICO 25 – RAZÕES PARA A FALTA DE INTERACÇÃO COM O CLUBE	245
GRÁFICO 26 – RAZÕES PARA A FALTA DE INTERACÇÃO COM A ESCOLA	246
GRÁFICO 27 – SUGESTÕES PARA INTERAGIR COM O CLUBE	251
GRÁFICO 28 – SUGESTÕES PARA INTERAGIR COM A ESCOLA	252
GRÁFICO 29 - ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DE TEMPO LIVRE – LITORAL/INTERIOR	256
GRÁFICO 30- ESTRATÉGIAS DAS ACTIVIDADES – LITORAL/INTERIOR	256
GRÁFICO 31- DISPONIBILIDADE E IMPORTÂNCIA DADA AO LAZER PELO CLUBE	264
GRÁFICO 32 - EMPENHAMENTO E COLABORAÇÃO DA ESCOLA	264
GRÁFICO 33 - PREFERÊNCIA DE RELACIONAMENTO DO CLUBE	265
GRÁFICO 34 - PREFERÊNCIA DA PRÁTICA DESPORTIVA DO CLUBE	268
GRÁFICO 35 - IMPORTÂNCIA DADA PELO CLUBE AO LAZER E À COMPETIÇÃO	269
GRÁFICO 36 - IMPORTÂNCIA E PREFERÊNCIA DA PRÁTICA DESPORTIVA – LITORAL/INTERIOR	269
GRÁFICO 37 - ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS	271
GRÁFICO 38 - PROTOCOLOS DE ESPAÇOS	274
GRÁFICO 39 - PROTOCOLOS DE ESPAÇOS COM ESCOLA E AUTARQUIA	274
GRÁFICO 40 - COMUNICAÇÃO ESTABELECIDA PELO CLUBE	281
GRÁFICO 41- COMPARAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DO CLUBE NO LITORAL E NO INTERIOR	282
GRÁFICO 42- INTERACÇÃO ESTABELECIDA PELO CLUBE	285
GRÁFICO 43 - INTERACÇÃO DO CLUBE – LITORAL/INTERIOR	285
GRÁFICO 44 – RAZÕES DO CLUBE PARA A FALTA DE INTERACÇÃO COM A AUTARQUIA	290
GRÁFICO 45 – RAZÕES DO CLUBE PARA A FALTA DE INTERACÇÃO COM A ESCOLA	291
GRÁFICO 46 – SUGESTÕES DO CLUBE PARA MELHORAR A INTERACÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL	298

GRÁFICO 47 – SUGESTÕES DO CLUBE PARA MELHORAR A INTERACÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA	298
GRÁFICO 48 – SUGESTÕES DO CLUBE PARA MELHORAR A INTERACÇÃO COM A ESCOLA	299
GRÁFICO 49 – SOLUÇÕES DO CLUBE PARA ESTAR MAIS LIGADO	300
GRÁFICO 50 – PROJECTO EDUCATIVO E PLANO DE ACTIVIDADES	304
GRÁFICO 51 – PARCERIA PRIVILEGIADA DA ESCOLA	308
GRÁFICO 52 – PREOCUPAÇÃO QUE O TEMPO LIVRE DOS ALUNOS TRANSMITE AO PROFESSOR	311
GRÁFICO 53 – IMPORTÂNCIA DADA PELA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO TEMPO LIVRE E DO TRABALHO	312
GRÁFICO 54 – PROTOCOLOS PARA CEDÊNCIA DE ESPAÇOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DAS ESCOLAS	316
GRÁFICO 55 – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA	325
GRÁFICO 56 – COMUNICAÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO	326
GRÁFICO 57 – NÍVEIS DE COMUNICAÇÃO DA ESCOLA	327
GRÁFICO 58 – INTERACÇÃO DA ESCOLA	333
GRÁFICO 59 – INTERACÇÃO DA ESCOLA POR DISTRITOS	335
GRÁFICO 60 – NÍVEIS DE INTERACÇÃO DA ESCOLA	335

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

APA – Associação Americana de Psicologia

APD – Associações Promotoras de Desporto

CP – Clube de Praticantes

IDP – Instituto do Desporto de Portugal

INATEL – Instituto Nacional de Aproveitamento de Tempos Livres dos Trabalhadores

INDESP – Instituto do Desporto

LQTACAL - A Lei Quadro de Transferências de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais

LBD - Lei de Bases do Desporto

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

ME – Ministério da Educação

PDM – Plano Director Municipal

r.a.e. – Resíduos ajustados estandardizados

RNAJ – Registo Nacional das Associações Juvenis

USFSA - Union des Sociétés Françaises des Sports Athlétiques

C.M. – Câmara Municipal

J.F. – Junta de Freguesia

RESUMO

A autarquia, o clube e a escola devem, em conjunto, ter em conta a Constituição da República Portuguesa que consagra o direito ao Desporto e normativos em que assentam competências próprias. A investigação realizada no âmbito do tempo livre, lazer e desporto dos jovens em idade escolar compreende estas três áreas fundamentais e justifica-se pela necessidade da promoção de uma interacção de colaboração entre eles, evidenciando, responsabilidades inerentes de cada um nessa área. O estudo está circunscrito à região centro e compreende os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu

Partindo de uma população-alvo de 101 câmaras municipais, 166 escolas e de 303 clubes, o estudo compreende as respostas de 73 câmaras municipais, 66 escolas e 112 clubes. Na inferência estatística, utilizámos o teste do χ^2 de Pearson e nas questões com a escala de Likert, a metodologia consubstanciou a técnica estatística paramétrica ANOVA (Análise de Variância) para testar diferenças. Para comparação múltipla à posteriori das médias e para identificar os pares das médias significativamente diferentes, foi o “post-hoc” de Tukey. O teste de homogeneidade das variâncias foi o de Levene. Sempre que se verificaram violações da normalidade, foi utilizado o teste de Mann-Whitney de forma a verificar a igualdade de comportamento entre dois grupos de casos. A probabilidade de erro definida foi $p=0,05$. O procedimento e análise estatística teve por base os cálculos efectuados pelo programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS versão 12.0 para Windows)

Os principais resultados demonstraram que: a autarquia e o clube dizem-se sensibilizados com o lazer e tempo livre contudo, mostram uma atitude mais voltada para a competição e um relacionamento prioritário entre ambos; a Escola mostra afastamento com ambos mas, tem melhor relação com a autarquia do que com o clube; preferencialmente a autarquia apoia financeiramente o clube e a competição; o Desporto Escolar não parece ser muito valorizado; os níveis de comunicação e interacção na organização de actividades desportivas são muito baixos, contudo são sempre melhores entre autarquia e clube do que com a escola; para o clube, a competição parece mais importante que o lazer e não tem por hábito organizar actividades de ocupação de tempo livre; a escola mostra preocupações em valorizar a formação para o lazer e tempo livre mas quando confrontada, com a importância da escola na educação dos alunos para o trabalho, a sua opção tende claramente para esta última; a escola não tem por hábito organizar actividades de ocupação de tempo livre e tem sempre imensas dificuldades em comunicar e interagir na organização com a autarquia mas principalmente com o clube; a assimetria nacional revela-se ao nível da valorização do lazer, da comunicação e interacção na organização das actividades, dos protocolos de instalações desportivas, do financiamento autárquico, do Desporto Escolar, da organização, colaboração e apoios nas actividades de lazer e tempo livre; a zona de conflito comum à autarquia, clube e escola na interacção situa-se na falta de comunicação entre eles e na falta de planeamento das actividades sendo exactamente esta a zona onde todos sugerem interagir como solução para melhorar a interacção entre eles; autarquia e clube sugerem a escola muito fechada à comunidade;

Palavras-chave: escola, clube, autarquia, lazer, tempo livre, desporto

ABSTRACT

The municipal council, the club and the school should, together, take into account the Constitution of the Portuguese Republic that designates the normative right to sports activities and where proper capacities and skills are referred to. This research, carried through within the scope of leisure and sport activities for young people in a school-age context, comprehends these three basic areas and is justified within the necessity for the promotion of a cross-institutional interaction between them, highlighting their inherent and mutual responsibilities.

Starting from a target population of 101 city councils, 166 schools and 303 clubs, the study contains the answers of 73 city councils, 66 schools and 112 clubs. Statistical inference was used, namely the test of χ^2 of Pearson and, in terms of the questions, the scale of Likert, which is a methodology that consubstantiates parametrical statistics, where ANOVA techniques (Analysis of Variance) is of paramount importance to test differences. For further and subsequent multiple comparison of the averages, and to identify the pairs of the significantly different averages, the “post-hoc” of Tukey was the reference parameter. Whenever breakings of normality were being verified, the form test of Mann-Whitney was used to verify the behaviour of equality between two groups of cases. The definite probability of error was $p=0,05$. The procedure and statistical analysis had as its base the calculations registered through the program “Statistical Package for Social Sciences (SPSS version 12.0 for Windows)”.

The main results demonstrated that: municipal and local councils, and also the clubs, are becoming sensitive to the context of leisure activities; however, most show an attitude directed towards competitive patterns that become a priority in the relationship between them; the School shows a protracted attitude in relation to both, but it has a better relation with the local council than that of the club; preferentially, it is the local or municipal council that supports the club financially; this includes also the competition; the National Program for Sport in Schools does not seem to be correctly valued; the level of communication and interaction in the organization of activities tends to be very low; nevertheless, it is always better between the local and municipal councils and the club, than with the school; for the club, the competition seems to be more important than leisure and the club does not have the habit of organizing leisure activities; the school shows a concern for valuing the formative character of leisure and free-time activities, but when these are contextualized within the importance of the school in the education of the students for working skills: its option tends clearly for this last trend; the school does not have the habit of organizing activities of leisure and it always has immense difficulties in communicating and interacting, mainly in terms of the organization of events with the councils, let alone with the club; the existing national asymmetry, shows itself at the levels of the valuation of leisure activities, of communication and interaction in the organization of the activities, of the protocols concerning sports facilities and of municipal financing: it is also palpable in the National Program for Sport in Schools and, also, in the organization, contribution and supports for leisure and free-time activities; the area of common conflict between the councils, the club and the school, in terms of the capacity for interaction, is precisely placed in the lack of communication between them and in the lack of planning of common activities, being this the zone where all suggest interaction as a solution to improve the communicative pattern between them; on their specific side, the councils and the club suggest the fact that the school is very much a closed institution when it concerns the community. **Key-Works:** school, club, municipal council, leisure, free time, sport

RÉSUMÉ

Les mairies, les clubs sportifs et les écoles doivent tous ensemble tenir compte de la Constitution de la République Portugaise, qui consacre le droit de tous au Sport et établit des textes normatifs qui décident de leurs compétences spécifiques. La présente recherche, réalisée dans le domaine des temps-libres, des loisirs et du sport pour les jeunes en âge scolaire, comprend ces trois secteurs fondamentaux et relève de la nécessité de promouvoir une démarche d'interaction visant leur collaboration, tout en soulignant les responsabilités de chacun d'entre eux dans cette matière. L'univers de cette étude se restreint à la région du centre du pays comprise par les districts d'Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Guarda et Viseu.

En partant d'une population-cible constituée de 101 mairies, 166 écoles et 303 clubs sportifs, l'étude comporte les réponses fournies par 73 mairies, 66 écoles et 112 clubs. Pour l'inférence statistique, nous avons eu recours au test χ^2 de Pearson et, pour ce qui est des questions formulées selon l'échelle de Likert, la méthode statistique paramétrique ANOVA (Analyse des Variances), de façon à tester les différences. En ce qui concerne la comparaison multiple *a posteriori* des moyennes et afin d'identifier les couples des moyennes remarquablement différentes, nous avons employé la méthode "post-hoc" de Tukey. À chaque fois que des écarts à la normalité se sont produits, nous avons eu recours au test de Mann-Whitney, de manière à vérifier l'égalité du comportement entre ces groupes de cas. La probabilité d'erreur définie correspond à $p=0,05$. Le procédé et l'analyse statistiques reposent sur les calculs effectués para le logiciel Package for Social Sciences (SPSS version 12.0 pour Windows).

Les principaux résultats obtenus démontrent que: la mairie et le club se montrent sensibilisés aux loisirs et aux temps-libres, mais leur attitude prouve qu'ils misent davantage sur la compétition et sur un rapport prioritaire entre les deux institutions; l'école se montre éloignée tantôt de l'un tantôt de l'autre, cependant elle parvient à établir une meilleure entente avec la mairie qu'avec le club sportif; quant à la mairie, il lui est préférable de verser de l'aide financière aux clubs et aux activités de compétition; il ne semble pas que le Sport Scolaire soit vraiment valorisé; les taux de communication et d'interaction au sein des organisations sportives sont très bas, même si ces taux s'avèrent être meilleurs quand il s'agit des rapports entre la mairie et le club que lorsqu'ils concernent les liens avec l'école; pour le club, la compétition acquiert plus d'importance que les loisirs et c'est pourquoi il n'est pas fréquent qu'il organise des activités de loisir; l'école se montre concernée par la valorisation de la formation pour les loisirs et les temps-libres, mais, dès qu'elle est confrontée à l'importance de l'école à l'égard de l'éducation pour le travail des élèves, elle tend à choisir cette dernière option; l'école n'a pas l'habitude d'organiser des activités de loisir et il lui est toujours difficile de communiquer avec la mairie et davantage avec les clubs; l'asymétrie nationale se manifeste au niveau de la valorisation des loisirs, de la communication et de l'interaction dans l'organisation des activités, des protocoles concernant les installations sportives, du financement local (versé par la mairie), du Sport Scolaire, de l'organisation, de la collaboration et du soutien aux activités de loisir et des temps-libres; le terrain de conflit dans l'interaction commun à la mairie, au club et à l'école se trouve dans l'inexistence d'un dialogue entre ces trois secteurs et d'un planning concernant les activités sportives; or, c'est justement sur ce terrain qu'ils envisagent d'intervenir pour améliorer leur capacité d'interaction; la mairie et le club suggèrent que l'école demeure trop fermée vis-à-vis de la communauté locale. **Mots-clefs:** école, club, mairie, loisirs, temps-libres, sports

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

INTRODUÇÃO

Para além de um conjunto de razões com maior ou menor significado, há francamente motivos que justificam a realização deste trabalho de investigação bem como a preocupação na interacção de políticas de intervenção da autarquia, representada pelas câmaras municipais, no desporto de lazer em Portugal, das permanentes preocupações da escola no sistema educativo durante os períodos de tempos livres dos alunos e, da responsabilidade que o clube deve assumir neste contexto, no quadro do associativismo desportivo.

Inicialmente, tentaremos dar uma explicação das razões porque nos identificamos com o nosso trabalho, evidenciando todas as motivações que a ele estão agregadas, procurando enquadrar a nossa investigação e a necessidade sentida em a fazer.

No segundo Capítulo, faremos a revisão da literatura onde procuraremos balizar o trabalho com conceitos e estruturas do tempo livre, lazer e desporto, com a necessidade em fazer interagir a câmara municipal, o clube e a escola, evidenciando não apenas as responsabilidades inerentes a cada um deles mas também a importância que devem assumir na observância dos períodos de lazer e tempo livre dos jovens em idade escolar, e no cumprimento dos normativos que os orientam nesta matéria.

No terceiro Capítulo, vamos procurar consubstanciar e fundamentar a metodologia adoptada, caracterizando o universo, a amostra e os instrumentos utilizados, definindo as variáveis dependentes e as independentes bem como, explicar os procedimentos estatísticos levados a cabo no tratamento dos dados. O quarto Capítulo está reservado à apresentação dos resultados por área – Autarquia, Clube e Escola - com a apresentação de pequenas sínteses no final de cada Dimensão analisada.

O Capítulo seguinte enquadra a discussão dos resultados dimensionando e estruturando as variáveis dependentes através duma análise de componentes principais em cada uma das áreas estudadas.

No sexto Capítulo, procedemos às conclusões do estudo e terminamos com as referências bibliográficas de suporte ao trabalho apresentado.

Os anexos, pela sua extensão, serão compilados em CD-ROM.

1 - Razões do título e da temática

A escolha do título foi uma das preocupações que esteve sempre adjacente no início do processo de investigação e que nos tomou na decisão de iniciar o nosso trabalho, pois, temos consciência que é por aqui que se indicia de imediato as intenções do investigador.

Esta temática prende-se com um certo sentido de continuidade em relação a estudos e trabalhos por nós já realizados. Tanto um estudo de caso na área do associativismo desportivo no concelho de Aveiro como o estudo da organização e funcionamento de serviços de desporto¹ autárquicos da região centro, durante o mestrado na área de Recreação e Lazer como no mestrado na área de Gestão Desportiva, estão na base desta nossa decisão.

Para além disto, os mais de 30 anos de ensino oficial e as preocupações que ao longo desse tempo fomos sentindo nesta área de ocupação dos jovens em períodos de tempo livre, foram fundamentais no sentido de nos encaminharem para um trabalho de reflexão deste tipo

Este sentido de continuidade como professor do Quadro de Nomeação Definitiva do Ensino Secundário não pode pois, também estar dissociado de uma prática desportiva que abraçámos durante outros tantos anos como praticante e como técnico, mas igualmente como sócio e como dirigente na área do associativismo desportivo ou como colaborador directo com autarquias na qualidade de elemento do Conselho Consultivo do Desporto de várias câmaras municipais.

A importância social que actualmente o Desporto² assume na vida das sociedades, é um facto iniludível. A actividade física e a prática do desporto, deve ser entendida como uma melhoria da qualidade de vida tal como, os indicadores ao nível do saneamento básico ou vias de comunicação devem

¹ - De acordo com os princípios orientadores do D.L. n.º 116/84 (...) uma estrutura de serviços autónoma, flexível, com base no princípio de departamentalização por objectivos e funções em que as unidades orgânicas reflectem as missões de carácter permanente prosseguidos pelo município e dotados de meios humanos que assegurem o cumprimento das funções.

² - Artigo 2.º - Definição e âmbito de aplicação da Carta Europeia do Desporto – “Entende-se por "desporto" todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.”

estar ao alcance de todos independentemente da sua habilidade motora, idade ou estrato social.

Tal como Gustavo Pires³ também nós pensamos que as autarquias são estruturas orgânicas que se assumem como agentes portadores de futuro para o desporto: "A problemática inerente à política desportiva autárquica começou a ser uma preocupação para aqueles que a nível local têm de tomar decisões, já que são as próprias populações a manifestarem a sua vontade quanto ao desenvolvimento local do desporto. O sector do desporto autárquico é o sector do futuro que já possui potencialmente todas as capacidades para desenvolver verdadeiros projectos integrados no domínio do desporto."

Por isso, a grande responsabilidade de uma intervenção das autarquias locais⁴ nas políticas de desporto de lazer que nos propomos abordar.

Por outro lado, as actividades desportivas consideradas nos currículos escolares, como uma área única que deve contribuir para o desenvolvimento e formação da personalidade das crianças e dos jovens através de aprendizagens e de experiências devem ser orientadas por forma a que os seus objectivos, educacionais e formativos, se alcancem através de uma planificação com perspectivas didáctico-pedagógicas respeitando as disponibilidades individuais dos alunos.

Na opinião de Lima, T. (1988:120)⁵ o Desporto Escolar, entendido e organizado como actividade não curricular, deve ser orientado por forma a não reproduzir os aspectos de alienação dos valores humanos inerente à criação do Desporto e afirmar-se como uma actividade particularmente favorável à satisfação dos interesses e necessidades relacionais sentidos pelo indivíduo no mundo contemporâneo. O clube desportivo escolar, funcionando na escola, durante o tempo livre dos alunos, (Carvalho, A.:1987:161) ⁶ só pode preencher adequadamente a sua função quando se possui uma visão correcta do próprio tempo livre e do seu significado cultural e educativo para o aluno.

³ - Pires, G (1989) A Estrutura e a Política Desportivas: o caso português. Dissertação com vista ao grau de Doutor em Motricidade Humana, UUTL-FMH, p 470

⁴ - Art.º 273º - 2º Constituição: "As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam à prossecução de interesses próprios das populações respectivas."

⁵ - Lima, T. (1988) – O Desporto está nas suas mãos, Livros Horizonte, Lisboa, p 125

⁶ - Carvalho, A (1987) – Desporto Escolar, Editorial Caminho, Lisboa, p 198

É portanto esta escola⁷, como instituição social ao serviço da comunidade, que deve contribuir através de actividades desportivas para uma formação equilibrada dos futuros cidadãos, de forma a que estes possam manifestar em todas as suas intervenções sociais, a sua personalidade.

Por isso, Lima, T. (1989:50) questiona se a escola saberá aproveitar os períodos de férias para acolher com frescura pedagógica os novos alunos mas, deixa no ar também a pergunta se o clube desportivo durante esse mesmo período de férias soube renovar a sua força formativa de modo a continuar a cumprir a sua função social levando o desporto à nossa juventude.

Efectivamente, a responsabilidade do associativismo desportivo deve ser entendida como um motor fundamental no desenvolvimento desportivo nacional, ao assumir-se como uma estrutura e um instrumento social num quadro de manifestações sócio culturais onde se favoreça uma troca de ideias no seio da comunidade (Homem, T.1997:48).

A maior importância que os clubes desportivos assumiram a partir de 1974 proporcionou um grande contributo na generalização das práticas desportivas a todos os cidadãos mas, encontraram caminho aberto para alguns erros ao ligarem-se em grande percentagem ao rendimento desportivo (Pires:1995:35) e adoptando um estilo de vida, de uma forma geral, centrado na competição (Sousa, 1986:20)

Hoje o desporto deve ser interpretado de uma forma diferente, não como o fazíamos há 30 anos, porque hoje o desporto tem um sentido plural, com outra dimensão moral, cultural e educativa, com um padrão de comportamento diferente, onde os conceitos de educação física, de desporto e de prática desportiva estão a ser, em todo o mundo, reequacionados (Pires 1991)⁸. O direito a uma prática desportiva é um direito e uma satisfação daquele que pratica desporto, por isso o conceito de praticante desportivo está a ser alargado. É praticante desportivo, aquele que pratica desporto à sua dimensão, sem estar, necessariamente, sujeito aos padrões impostos por qualquer organismo regulamentador de carácter nacional ou internacional (Pires: ibidem) Em nossa opinião, este corte deve começar na escola porque é lá que está o potencial praticante e o praticante do futuro.

⁷ - Peter Kline: "A Escola deveria ser a melhor festa da cidade" (citado por Bento, J.:1998)

⁸ - Pires, G. (1991:225) – Espaços Naturais e Desportos de Aventura, Actas do Congresso Europeu de Desporto para Todos, CM Oeiras, pp. 223-241

A razão do título e a temática que desenvolvemos neste trabalho prende-se com a extrema importância e necessidade de promover uma interacção pedagógica, desportiva e social entre estas 3 instituições no sentido de se estabelecer um modelo estratégico para fomento de actividades de lazer em períodos de tempo livre dos jovens em idade escolar.

Tal como Araújo (1984:45)⁹ que pretende atribuir ao clube o que é do clube, à escola o que é da escola e à autarquia o que é da autarquia, também nós pretendemos reequacionar as responsabilidades sectoriais na forma como cada um deve ocupar não apenas o seu papel na sociedade mas fundamentalmente a sua apetência primeira na conjugação de esforços de uma interacção que favoreça o lazer, o tempo livre e os nossos jovens.

2 - Motivos e motivações – explicação de uma identificação com o trabalho

Na génese deste trabalho, houve um projecto de vida que se equacionou num permanente mar de interrogações e reflexões do passado e que a nosso ver se traduziu numa valorização do presente como forma de encarar o futuro com maior abertura e confiança e no sentido de uma maior e mais cuidada investigação. A dissertação de mestrado em Ciências do Desporto na área de especialização de Recreação e Lazer defendida em 1997 com um estudo de caso na base do Associativismo Desportivo, abriu-nos um horizonte de curiosidades, problemas, preocupações e reflexões, que na perspectiva de as poder aprofundar e compreender, nos levou à candidatura de um segundo mestrado na área de especialização em Gestão Desportiva. O desenvolvimento da sua parte curricular, cedo nos fez compreender que, à medida que o nosso conhecimento e relacionamento com as diferentes áreas de estudo aumentava e melhorava, maior seria a necessidade de aprofundar as dúvidas e reflexões que tínhamos. Cedo verificámos pois que, a base deste projecto de vida iniciado com contornos claros e objectivos, se tinha tornado numa grande paixão para com o Desporto e que doravante, teria necessidade de assentar

⁹ - ARAÚJO, J. (1984) – Clubes Desportivos, sua importância, funções e organização, Revista Horizonte, Vol. I, nº 2, pp. 40-50

esta reflexão permanente, em critérios de maior rigor, profundidade científica e dedicação académica. Este é pois o sentimento e a verdadeira razão de fundo que nos leva à elaboração e identificação com este trabalho para que, ao nos perguntarmos a nós próprios se temos investido o suficiente na nossa valorização e formação, no nosso desenvolvimento e aperfeiçoamento poder ir ao encontro de Bento, J.(2002)¹⁰ quando refere que o devemos fazer essencialmente pela causa da qualidade de vida, pelo imperativo de a cumprirmos, não como um martírio mas como uma obra de criação artística, de sabedoria, de magia.

As políticas de competência e as competências normativas, levadas a cabo pela Administração Pública, levantam por vezes interrogações na coerência teórico-prática, nos critérios de aplicação, na justiça da sua aplicação e nas políticas nem sempre integradas de desenvolvimento desportivo e regional. O secretismo que envolve muitas das vezes o processo de gestão das práticas desportivas com envolvimento directo de dinheiros que dizem respeito ao erário público, é uma curiosidade e um ponto de partida para conhecer melhor e aprofundar indicadores da Administração Pública responsáveis por esta área no desporto.

Um contacto regular com algumas associações e clubes desportivos, traduz-se normalmente num sentimento de alguma incapacidade por inércia e um certo desconhecimento por inércia da intervenção das autarquias nas políticas de desenvolvimento desportivo de forma sustentada e integrada, em especial, nas actividades desportivas de lazer e tempos livres, tendo em conta a sua capacidade de intervenção num universo de tão grande valor social, cultural, político e financeiro – o Desporto – que urge ajudar a corrigir, a desvendar e a conhecer.

Numa sociedade no início do século XXI onde há cada vez mais tempo livre e cada vez menos tempo de trabalho¹¹, a intervenção das actividades desportivas de lazer tornam-se fundamentais nesta “Sociedade de Lazer” onde,

¹⁰ - “Um Olhar do Norte – Investimento Pessoal”, Jornal “A Bola”, 04-08-2202, p 10

¹¹ - Para Maccio, C. (1969:45) quando pronunciamos a palavra trabalho, ela ressoa-nos pejorativamente pois não se tem em vista senão o trabalho profissional. Na sua verdadeira dimensão, no seu verdadeiro significado, a maioria dos filósofos concorda em definir o trabalho como sendo a participação na criação da natureza e, do mesmo modo, na do homem. Na sua verdadeira dimensão, o trabalho profissional ultrapassa o domínio do sector secundário (Indústria), para englobar o primário (Agricultura) e o terciário (Serviços), o que é muito importante, pois muitas das vezes não se considerava a actividade intelectual como trabalho.

os jovens, os idosos, as mulheres, os deficientes, o lazer e a competição ganham cada vez mais espaço, e reivindicam cada vez mais um espaço próprio. Esta cultura do Tempo Livre, surge como resultado das mudanças estruturais, nos hábitos, costumes e estilos de vida da sociedade, através da redução do tempo de trabalho, originando novas necessidades, novos valores e novas aspirações.

É neste sentido que Hasse, M (1999:2) chama a atenção para uma estreita ligação que não pode deixar de ser reconhecida entre os fenómenos sociais do trabalho, do tempo livre e do lazer, por um lado, e, também, o valor social e individual do lazer e, finalmente, o desenvolvimento e a orientação seguida pelo lazer e os lazeres na nossa sociedade.

O Desporto sendo por excelência uma das principais áreas de desenvolvimento humano, representa também 2,5% das transacções económicas mundiais e 1% do PNB da EU. O turismo desportivo e a ocupação dos tempos livres com práticas desportivas envolvem 30% a 40% da população da EU e o sector do desporto federado 10%, segundo relatório da Comissão Europeia (DG-X, 1999) Nesta lógica, torna-se igualmente importante entender o comportamento económico e de gestão das organizações e das autarquias de forma a permitir um melhor conhecimento sobre a sua intervenção e, por outro lado, a possibilidade de criação e validação de modelos alternativos de desenvolvimento.

Verificamos pois, um conjunto de preocupações quando equacionamos o fenómeno desportivo enquadrado num processo em que o Sistema Desportivo Português tem responsabilidades no desenvolvimento regional, onde as estruturas autárquicas têm a obrigação de desenvolver políticas sócio desportivas em áreas normativas, financeiras, de recursos humanos, de instalações, de actividades, e de um conjunto de quadros que se coadunam com o desenvolvimento desportivo.

É nosso propósito, depois de conhecermos a estrutura desportiva e as políticas desportivas, criarmos indicadores que nos levem a conhecer e prospectar um desenvolvimento estratégico, integrado no desenvolvimento desportivo, centrado nas políticas de intervenção autárquicas e em políticas de desenvolvimento regional na área das actividades desportivas de lazer e dos tempos livres.

3 - Necessidades e enquadramento da investigação

As competências das autarquias em relação ao desporto encontram um quadro legal em dois documentos considerados essenciais: A Lei-quadro de Transferências de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais¹² e a Lei de Bases do Desporto¹³.

É na Lei das Atribuições e Competências das Autarquias que se estabelecem as atribuições das autarquias como sendo "tudo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas designadamente "cultura, tempos livres e desporto" conforme alínea h) do n.º 1 do artigo 32.º.

Na Lei de Bases do Desporto, encontramos no seu articulado várias referências às autarquias locais, mas o seu art. 8.º, refere princípios de coordenação que assentam numa articulação permanente entre os departamentos e sectores da administração central, regional e local cujas tutelas específicas tenham intervenção directa ou indirecta na área do desporto.

Mas é na Constituição da República Portuguesa que as autarquias locais encontram legitimidade na assunção de um poder político regulamentado, através do que está definido no seu artigo 273.º, n.º 1, como "pessoas colectivas territoriais de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas."

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril procura articular um conjunto de diplomas sobre reorganização do poder autárquico, estabelecendo os princípios gerais de organização e gestão que deverão orientar os órgãos autárquicos, a estrutura e funcionamento dos serviços que melhor se adequem à prossecução das suas atribuições.

A estrutura e a organização dos municípios, tem obedecido a normas do Código Administrativo que de certa forma contrariam os princípios constitucionais em vigor sobre a autonomia das autarquias locais e a consagração do poder local, em virtude de se apresentarem de alguma forma com uma filosofia centralizadora.

12 - Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro

13 - Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho

Consolidar estes princípios é pois fundamental na organização das políticas autárquicas de forma a permitir aos municípios uma capacidade de resposta eficaz e eficiente a todas as solicitações e competências dos diferentes órgãos. Deste modo, a estrutura e o funcionamento das autarquias devem procurar não apenas, adequar, tanto quanto possível, a todos os objectivos com um carácter permanente do município mas igualmente encontrar a necessária flexibilidade para responder aos objectivos pretendidos para o desenvolvimento municipal e intermunicipal.

Por outro lado, a organização e o funcionamento das autarquias, deve procurar corresponder ao relevo institucional e social que a nossa sociedade, felizmente, já atribui nesta área, fundamental para a qualidade de vida das pessoas e para a sua formação. Torna-se pois importante o estabelecimento de princípios estratégicos de actuação autárquica, procedendo ao planeamento integrado do município, no âmbito do desenvolvimento e perspectivando não apenas o seu crescimento harmonioso mas também a melhoria da qualidade de vida das populações em geral.

Qualquer Câmara Municipal deve ter como objectivo político no âmbito do desporto a criação de mais e melhores condições para a prática desportiva, de acordo com as aspirações, motivações e necessidades dos munícipes, com o objectivo principal de aumentar o número de praticantes desportivos.

Deve igualmente estimular e incentivar a prática do associativismo desportivo, proporcionando aos clubes, às colectividades e a outras entidades que se dedicam à promoção do desporto, condições e meios para a melhoria da qualidade e incremento dos serviços que prestam à comunidade. Da mesma forma, deve ainda dotar o concelho de equipamentos e espaços com qualidade, adequados para a prática desportiva, cultural e recreativa de todos - crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres e homens¹⁴.

Sustentando a sua opinião no que respeita à vocação e missão actuais das câmaras municipais, Gustavo Pires¹⁵ atribui em matéria de desenvolvimento desportivo, como vocação e missão, a responsabilidade de ter uma visão macroscópica do sistema desportivo local, que interage de uma forma dinâmica

¹⁴ - Pereira, E. (1997) – O Desporto e as Autarquias – Horizonte, Revista de Educação Física e Desportos, Vol. XIII, nº 76, Março – Abril, 1997, pp 22-25

¹⁵ - Pires, G (1989) - A Estrutura e a Política Desportivas: o caso português. Dissertação com vista ao grau de Doutor em Motricidade Humana, UUTL-FMH, p 470

com os subsistemas que o integram e macros sistemas onde se deve integrar. Iguamente, José Manuel Constantino¹⁶ é de opinião que a área de vocação e de intervenção do município é procurar criar mais e melhores condições de acesso às actividades desportivas do maior número de cidadãos dos diversos grupos etários da população. Procura com isto evidenciar que a intervenção do município deve ser no sentido da democratização da prática das actividades desportivas.

O aspecto mais saliente à saída do século XX é o despontar de uma nova sociedade - "a Sociedade de Lazer" - onde a diminuição do tempo de trabalho é constante e conseqüentemente o tempo disponível para o lazer aumenta. Das 84 horas de trabalho semanais no início da Revolução Industrial passámos para o horário dos "três oitos"¹⁷ da vida actual - 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 horas de sono. A entrada na vida laboral acontece mais tardiamente.

Face a esta realidade o que é que se verifica? Emergem as actividades desportivas e as actividades que tradicionalmente lhe estão associadas. Surge a oferta desportiva diversificada como um fenómeno que ocupa um espaço crescente na sociedade actual. Uma certa *desportivização* da sociedade que, ao apropriar-se do desporto, fê-lo surgir no plural, como uma verdadeira diversificação dos modelos desportivos na sociedade. Foi, enfim, a evolução da sociedade que originou esta apetência pela pluralidade desportiva.

É neste contexto, nesta cultura do Tempo Livre, que as estratégias e as políticas desportivas das autarquias e do associativismo desportivo têm de levar em consideração todos os factores de desenvolvimento desportivo e atender às diferentes áreas de prática desportiva, seja na via formal, informal¹⁸ ou não formal¹⁹.

¹⁶ - Constantino, J (1999) – Desporto, Política e Autarquias, Colecção Horizonte de Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa

¹⁷ - Soares, L et al (2002:5) – “A conquista de oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de lazer, marcou o início da humanização do trabalho e transformou a recreação e o lazer como uma conquista social. Com o reconhecimento das horas livres entre uma jornada e outra do trabalho, dos repouso semanais remunerados, das férias anuais e das reformas, gerou-se, então, tempo de lazer compulsório.

¹⁸ - Lei de Bases do Desporto, (Lei 30/2004 21 Julho) artº 59 – “É desporto de natureza informal o praticado de forma lúdica fora das estruturas desportivas tradicionais.

¹⁹ - Conforme modelo apontado por Lamartine Pereira da Costa (1986:13), formal/informal/não formal (FIN). O modelo FIN baseou-se inicialmente nas definições da UNESCO relativas à Educação Permanente, adquirindo porém uma configuração e conteúdos próprios e a necessária coerência da teoria e da prática do Desporto não convencional.

A reivindicação de um espaço²⁰ próprio para o lazer, no quadro do associativismo desportivo ou das autarquias, merecem uma intervenção cada vez mais cuidada e estruturada.²¹

Por outro lado, a Escola, como instituição social ao serviço do indivíduo e da comunidade, deve contribuir através de actividades físicas e desportivas para uma formação equilibrada da juventude, coerente com o sistema educativo e com as obrigações do Estado.

Lima, T. (1988:119) refere que a filosofia da Educação defende os valores socioculturais das actividades corporais, acabando com a dicotomia entre trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o espírito e o corpo, entre as actividades intelectuais e as actividades físicas, de modo a dignificar a unidade do ser humano e a reconhecer o alcance educativo-formativo das actividades desportivas.

Assim, a autarquia, o associativismo desportivo e a escola devem, em conjunto, ter em conta a Constituição da República Portuguesa que consagra o direito ao Desporto como meio de valorização humana dos cidadãos.

A oferta desportiva tradicional, composta essencialmente por clubes, afogados muitos deles na *subsídio dependência*, como uma prática corrente em grande número de Câmaras Municipais, começa a manifestar mudanças estruturais, nos hábitos e costumes, e um estilo de vida com novas necessidades, valores e aspirações. O cidadão comum assume cada vez mais uma procura de actividades desportivas de lazer, fora do quadro competitivo tradicional, numa busca permanente de uma vida activa.

20 - Os resultados de um estudo empírico realizado pelo Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho – “Relatório de Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte, 2002”, descrevendo os espaços de lazer para a infância na sub-região do Grande Porto, indicavam 1657 espaços de lazer no conjunto dos nove municípios, sendo este total decomposto em 194 parques infantis, 800 espaços desportivos, 237 espaços culturais e 426 espaços verdes. Predomina a oferta a nível dos espaços desportivos, seguida pelos espaços verdes. Verifica-se também que a distribuição dos espaços de lazer para cada tipo de espaço e por concelho não é uniforme. Analisando o número de espaços de lazer por mil crianças dos 0 aos 14 anos no Grande Porto, concluiu-se que é de 0,94 parques infantis, 3,88 espaços desportivos, 1,15 espaços culturais e 2,07 espaços verdes, verificando-se desiguais oportunidades no acesso das crianças aos espaços de lazer

21 - Dados do EHLASS, o Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer, revelam que em Portugal ocorrem cerca de 4000 acidentes por ano. Atendendo a que este número tem como referência apenas os casos que necessitam de recorrer à urgência hospitalar, é possível afirmar que o número global de acidentes ocorridos será, certamente, mais elevado (Decreto Lei n.º 379/97 de 27 Dezembro)

Nesta perspectiva, as entidades privadas, sempre atentas ao fenómeno do desporto e do lazer, organizaram-se e estruturaram-se também em projectos de trabalho, assentes em lógicas de mercado mas, exigindo custos demasiado elevados para grande parte da população

As câmaras municipais têm a obrigação de se começarem a adaptar às novas exigências desta sociedade e à evolução que, nesta área, têm manifestado. O acesso à prática desportiva, mais do que ser um índice à qualidade de vida das populações, é um direito que lhes assiste e ao qual o Estado não se deve nem pode furtar de o prestar.

As políticas de desenvolvimento desportivo que têm tido um certo envolvimento dos diferentes governos, passa por quadros que se podem considerar preocupantes.

Se por um lado o sector publico escolar com um parque desportivo em muitos casos insuficiente, manifesta uma ausência de medidas adequadas e uma evidente carência de professores habilitados, por outro lado, o sector associativo não conseguiu livrar-se de uma imagem débil, voltado para as práticas competitivas, sem capacidade de resposta para franjas sociais cada vez mais interessadas em práticas desportivas fora do quadro competitivo e, vivendo sistematicamente do subsídio.

Na verdade, no âmbito do sistema educativo, a Educação Física e o Desporto, devem ser orientados com objectivos educacionais e formativos numa perspectiva didáctico-pedagógica que balize as demais disciplinas e que contribua para o desenvolvimento da formação da personalidade dos jovens.

Por outro lado, no âmbito do sistema desportivo, o Desporto entendido no conjunto das suas actividades lúdicas e competitivas, deve ser reconhecido pelo Estado como parte integrante da educação dos jovens que interessa valorizar socialmente sem ignorar a ocupação dos seus tempos livres.

É neste quadro que encontramos um sector publico municipal que evidencia uma grande incapacidade em planificar o desenvolvimento desportivo e dar escoamento à procura de uma prática desportiva que não é absorvida pelo associativismo desportivo tradicional enquanto, o sector do tempo livre e dos desportos de lazer vai sobrevivendo entregue a uma iniciativa privada, a maior parte das vezes oportunista, à procura de lucro fácil e sem grande qualificação para a actividade,

É também neste quadro de um parque desportivo anarquizado e incapaz de responder às necessidades de uma sociedade em mudança que o sector competitivo se revela o maior sorvedouro de recursos do erário público, intimamente ligado à lógica de mercado do espectáculo competitivo mas sempre e cada vez mais ligado a interesses e secretismos.

Não é por acaso que se verifica uma baixa taxa de praticantes desportivos, com vantagem para os que se revelam com maiores capacidades ou habilidades e onde os que procuram uma prática desportiva recreativa, de lazer e de tempo livre nem sempre são bem sucedidos.

Assim, verifica-se que é cada vez mais importante promover um investimento sério, não apenas na formação de quadros técnicos, desportivos e políticos, mas igualmente na formação de docentes para a área da Educação Física e Desporto, que tenham em vista o desenvolvimento desportivo de uma forma global, integrada e harmoniosa de modo a que o movimento desportivo não esteja dependente de interesses pessoais ou corporativos.

De acordo com Constantino,²² no quadro administrativo e orgânico nacional, cabe à Administração Central responsabilidades pela política desportiva do país. A política desportiva de uma autarquia é um subsistema do sistema desportivo nacional, no interior do qual confluem várias políticas, correspondendo a outros tantos subsistemas. As relações de harmonia ou de conflito que tal situação potencialmente ocasiona, não são um factor de somenos importância no quadro nacional.

Um pouco mais à frente, este mesmo autor explica que "O curioso desta situação é que encontramos autarquias envolvidas em acções e iniciativas da exclusiva responsabilidade da Administração Central, em simultâneo com a sua total demissão no que concerne a responsabilidades que só podem ser suas."

Torna-se pois evidente que o sentido de intervenção, muitas vezes fruto da organização e funcionamento das Câmaras Municipais, configura uma enorme confusão escamoteando-se o essencial às políticas de desenvolvimento desportivo.

É no quadro desta situação que temos de procurar perceber o nosso trabalho e assim, prospectivar a organização, o funcionamento e as estratégias de

²² - Constantino, J (1999) – Desporto, Política e Autarquias, Colecção Horizonte de Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa

intervenção das autarquias no Desporto de Recreação e Lazer que se devem conferir ao desporto regional.

Nos últimos anos, várias autarquias desenvolveram programas de apoio à Educação Física do 1º ciclo, pese embora a circunstância de se tratar de uma intervenção feita à margem das suas atribuições e competências. Mas é positivo sobretudo para as crianças abrangidas, que o tenham feito.

Para Constantino (1999:40), trata-se de acentuar o que é relevante para as crianças: ter uma actividade motora orientada, baseada em pressupostos metodológicos de características eminentemente lúdicas no quadro geral de uma actividade escolar. A prática do desporto e o contacto com as modalidades deverá ser feito fora da escola. Neste entendimento do problema, podem e devem as autarquias cooperar com as escolas e com os professores no sentido de melhorarem as condições que são oferecidas às crianças, no que respeita a competências próprias das autarquias em matéria de instalações escolares, dotando-as de espaços lúdicos e áreas de jogo, bem como no respectivo equipamento e material didáctico. A ligação autarquia – desporto escolar terá de ser entendida como um compromisso de trabalho.

Por outro lado, a definição das relações a estabelecer entre o poder local e o movimento associativo local, passa necessariamente, segundo Carvalho, A (1994:87) pela compreensão plena de que a vida associativa constitui um dos factores essenciais de democratização da vida social e da cultura do nosso país.

Viegas Gomes,²³ reforça a nossa vontade de conhecimento e aprofundamento do trabalho quando refere que "a perspectiva regional do desporto português continua ainda hoje marginalizada, mas é nesse sentido que se terá de caminhar se, se pretende o desenvolvimento desportivo das áreas mais atrasadas, o atenuar das disparidades regionais cada vez mais visíveis, contrariar o espectro de desertificação desportiva que parece hoje estender-se a quase 2/3 do território nacional."

²³ - Gomes, V. (1992) – Regionalização e Descentralização Desportiva, Coleção Horizonte de Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa, pp 70

4 - Objecto de estudo

O objectivo geral deste estudo é o de identificar e analisar os modos de organização, as estratégias e as representações que os diversos intervenientes com responsabilidade em matéria de lazer e ocupação do tempo livre dos jovens em idade escolar têm, acerca do desenvolvimento e de diferentes indicadores nesta área e na inter relação e colaboração entre eles

O que se pretende, é proceder ao levantamento geral e análise da situação relativamente à interpretação acerca da responsabilidade da escola, da autarquia e do clube, através do estabelecimento escolar, câmara municipal e clube desportivo no que respeita à interacção e colaboração entre eles, nas actividades de lazer e ocupação dos tempos livres do jovens em idade escolar, no quadro dos normativos em vigor, e assente na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), da Lei Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais (LQTACAL) e, da Lei de Bases do Desporto (LBD).

A investigação realizada no âmbito do tempo livre e do lazer dos jovens em idade escolar e, no que mais concretamente diz respeito ao objecto deste estudo – Análise das responsabilidades e do quadro de interacção da escola, da autarquia e do clube, centrado no exercício das actividades desportivas – engloba um vasto campo que compreende três áreas fundamentais de estudo: a câmara municipal, o clube desportivo e o estabelecimento escolar.

O quadro desta investigação, justifica-se pela necessidade da promoção de uma interacção de colaboração entre estes três sectores, evidenciando, tanto quanto possível, as responsabilidades inerentes de cada um deles mas, também, a importância que cada um, quer isoladamente, quer entre todos, deve assumir na observância dos períodos de lazer e tempo livre dos jovens em idade escolar, relevando a educação para a cidadania e a ligação da escola à comunidade.

A integração deste objecto de estudo na área da Gestão e em particular da Gestão Desportiva justifica-se, uma vez que, o sector educativo, o sector autárquico e o sector desportivo sendo parte integrante de um sistema interactivo em que eles próprios estão envolvidos com responsabilidades

particulares, não se devem limitar a ver, apenas e só, como uma parte desse mesmo sistema de uma forma isolada. Por outro lado, é cada vez maior, pertinente e actual, a importância, para as sociedades contemporâneas, da actividade desportiva como forma de lazer e de ocupação dos tempos livres dos jovens, numa sociedade que começa a sofrer as consequências dos baixíssimos níveis de prática da generalidade da população, pese embora ser um dos fenómenos sociais e económicos mais importantes no nosso país. Importa ainda acrescentar que embora seja crescente esta importância referida e o estudo do lazer em diferentes vertentes do conhecimento, é, no entanto, na área escolar que encontramos menor investigação.

Na problemática do estudo, ao pretendermos descrever e analisar os modos de organização e as estratégias para o desenvolvimento de actividades de lazer e ocupação de tempo livre dos jovens em idade escolar da Autarquia, do Clube e da Escola, estamos igualmente a procurar perceber se existe alguma interacção concertada entre ambos que vá ao encontro dos normativos que a regulamenta. Pensamos deste modo, realçar a importância que cada um destes organismos atribui ao exercício de actividades desportivas na área do lazer e da ocupação dos tempos livres com os jovens em idade escolar.

Do mesmo modo, torna-se importante verificar, dentro das estruturas formais de educação se, na sua organização, se estabelecem ou não, um conjunto de relações e interacções com a autarquia, o clube e a escola pública, no desenvolvimento de actividades desportivas, no quadro do lazer e da ocupação do tempo livre. A tipologia destas escolas, é a que consta do Ministério da Educação indicadas aos professores para efeito de concurso público em 2005, ou seja, Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º ciclos, Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º ciclos com Ensino Secundário, Escola Básica do 3º ciclo com Ensino Secundário e, finalmente, Escolas do Ensino Secundário

Por outro lado, estimular e apoiar a participação dos jovens em actividades de carácter desportivo, bem como incentivar as actividades promovidas ou desenvolvidas por associações ou agrupamentos juvenis, é uma das atribuições do Estado, expressa na LBD (art. 79º, ponto 3) que se coaduna com uma outra determinação expressa no seu art. 18º de definição de clube desportivo cujo objecto, lhe é indicado como, “o fomento e a prática directa de actividades desportivas sob forma associativa”. Dentro deste princípio, torna-se

igualmente importante perceber se tem algum significado a expressão associativa dos clubes, ao nível dos seus associados, no desenvolvimento de uma atitude mais interactiva e de colaboração com os restantes intervenientes, no estudo em actividades desportivas na área do lazer e do tempo livres dos jovens em idade escolar. No ponto 2 deste mesmo artº, é indicado que “o Estado apoia os movimentos desportivos a adoptar uma política que favoreça a protecção das crianças no desporto e através deste que assegure a educação”. Também o artº 41º, ponto 1, da Lei de Bases do Desporto ao referir o direito aos tempos livres dos jovens, incentiva a prática do desporto para efeitos de lazer, benefícios da saúde e desenvolvimento quer das aptidões desportivas de base, quer da sua auto estima e, no seu ponto 2, refere que o Estado apoia o movimento desportivo a adoptar uma política que favoreça a protecção das crianças no desporto e, através deste, que assegure a educação.

Os clubes estudados, situam-se nas categorias criadas por Santos, A. (2001)²⁴ apresentadas na Tese de Mestrado em Gestão de Desporto que quantifica um clube pequeno como aquele que não ultrapassa os 250 sócios, um clube médio como aquele que tem entre 251 e 500 sócios, e um clube grande como aquele que tem mais de 501 sócios.

Neste sentido, no caso das câmaras municipais, tomámos como referência a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5 - A 2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências assim como, o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, nomeadamente no seu artigo 57º que fundamenta, à excepção de Lisboa e Porto, 4 tipos de municípios em função do n.º de eleitores de cada concelho, isto é, municípios com 100.000 eleitores ou mais, municípios com eleitores entre 100.000 e 50.000, municípios com eleitores entre 50.000 e 10.000 eleitores e, municípios com menos de 10.000 eleitores.

Denominamos esta tipologia por ordem decrescente como sendo as autarquias maiores, as grandes, depois, as médias e, por fim, as pequenas autarquias.

Se, em termos gerais, se pretende, portanto, um estudo da partilha de responsabilidades, de relacionamento e da valorização das estratégias das

²⁴ - Santos, Abel (2001:145-146) Estratégia dos Clubes Desportivos – Estudo comparativo dos clubes portugueses de pequena, média e grande dimensão.

diferentes instituições no contexto do tempo livre e do lazer com jovens em idade escolar, de uma forma mais concreta, importa esclarecer nas escolas, as preocupações, manifestadas tanto no Projecto Educativo como no Plano de Actividades como instrumentos do processo de desenvolvimento e empenhamento da ocupação do tempo livre na escola; a percepção que a escola tem ao nível do empenhamento da sua comunidade escolar em actividades desportivas durante os períodos de lazer e tempo livre; as principais dificuldades de implementação de actividades de ocupação de tempo livre na escola; a percepção que a escola tem do interesse manifestado pelos jovens, pais e educadores em actividades desportivas nesta área; se há um reconhecimento do valor formativo com as actividades de lazer; se existem pontos de convergência e de interesse entre a comunidade escolar, câmara municipal e clube desportivo; se reconhece a existência de condições de prática, promoção e desenvolvimento de actividades de lazer e ocupação de tempo livre para os seus alunos; a percepção que a escola tem relativamente às preocupações que o tempo livre dos alunos possa transmitir aos professores; a importância que a escola dá à educação dos alunos para o trabalho e para o tempo livre e lazer; o interesse da inclusão nos programas escolares de programas e meios de educação para o lazer; o relacionamento com o poder local e o clube desportivo nesta área; o tipo de intervenção necessária para a criação de momentos de lazer e actividades no tempo livre; os protocolos existentes na utilização de espaços desportivos; a regularidade com que organiza actividades desportivas de lazer e quais; a comunicação e interacção com a autarquia e clube sempre que qualquer um deles procura organizar actividades que tenham por objectivo a ocupação de tempo livre e o lazer; as razões que impossibilitam uma interacção entre esta instituição na organização de actividades voltadas para a ocupação do tempo livre e, sugestões que tornem essa interacção, numa colaboração mais regular.

Por outro lado, no que se refere a objectivos mais concretos a definir nos clubes desportivos, importa esclarecer a relação que estabelece com a escola e com a autarquia; a importância dada às actividades de lazer e ocupação de tempo livre e às actividades de competição; a valorização da prática desportiva no seu clube, no que se refere às actividades de lazer e tempo livre e às

actividades de competição; o apoio aos jovens que sem jeito para a competição preferem actividades de lazer; as estratégias para ocupar o tempo livre dos jovens na competição e/ou no lazer e em que períodos do dia ou ano; a percepção da adequação dos espaços e equipamentos desportivos do concelho relativamente aos desportos de competição e às actividades de tempo livre e lazer; o empenhamento do clube em programas ocupacionais, em incentivos à prática desportiva e à rentabilização de espaços e equipamentos nesta área do lazer e tempo livre; soluções para um maior envolvimento em práticas desportivas de lazer e não apenas de competição; os protocolos de utilização de espaços desportivos com as escolas e as autarquias; a regularidade com que organiza actividades desportivas de lazer e quais; a colaboração entre clube, escola e autarquias sempre que qualquer um deles procura organizar actividades que tenham em vista os objectivos de ocupação de tempo livre e de lazer; as razões que impossibilitam a colaboração entre estas instituições na organização de actividades voltadas para a ocupação do tempo livre; sugestões que tornem essa interacção, numa colaboração mais regular.

Por último, quanto aos objectivos mais concretos a definir nas câmaras municipais, importa igualmente esclarecer as suas estratégias de ocupação de tempo livre para estes jovens; a colaboração com a escola na organização de actividades de lazer e com o clube em actividades de lazer e rendimento; a percepção da adequação dos espaços e equipamentos desportivos do concelho relativamente aos desportos de competição e às actividades de lazer e tempo livre; o empenhamento, em colaboração com as escolas, na realização de programas ocupacionais de lazer e tempo livre, de incentivos de prática desportiva de lazer e, na rentabilização de espaços e equipamentos desportivos; as estratégias previstas pelo PDM no desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre; os níveis de sensibilidade para os desportos de lazer e para os de competição; as políticas de desenvolvimento desportivo e as prioridades autárquicas no apoio às escolas e ao Desporto Escolar em contraste com as políticas desenvolvidas com o associativismo desportivo; as políticas de desenvolvimento desportivo na criação de condições de prática desportiva de lazer em contraste com as políticas desenvolvidas com o

desporto de competição e apoios respectivos; protocolos de utilização de espaços estabelecidos com a escola e o clube desportivo; a colaboração e interacção entre autarquia, escola e clube sempre que qualquer um deles procura organizar actividades que tenham em vista os objectivos de ocupação de tempo livre e de lazer; as razões que impossibilitam uma interacção entre estas instituições na organização de actividades voltadas para a ocupação do tempo livre; sugestões que tornem essa interacção, numa colaboração mais regular e finalmente, a política de subsídios no apoio ao lazer/competição e à escola/clubes.

Por estes motivos, entendemos que a escola, a autarquia local e o associativismo desportivo não se devem limitar a ver apenas uma parte do sistema em que eles próprios estão envolvidos.

A importância do tempo livre já foi demonstrada e a ele dedicaremos um capítulo, a valorização humana é demasiado evidente e nela os jovens em idade escolar assumem uma importância maior e crescente, e o lazer é uma característica incontornável do nosso tempo à qual a nossa sociedade está cada vez mais dependente²⁵.

Desta forma, estamos em crer que o sector escolar e educativo, o sector autárquico e da administração local e o sector associativo e desportivo, devem antes procurar ter uma visão global, sem se esquecerem uma da outra, sem se procurarem sobrepor a nenhuma delas, sem se substituírem umas às outras. Devem antes procurar criar como que uma interacção integradora e potenciadora dos sistemas envolvidos, com vontade própria, ideias e projectos, em relação ao desenvolvimento desportivo, aproveitamento de tempos livres e actividades de lazer dos jovens em idade escolar

²⁵ - Brettschneider (1989) citado por Bento J. (s/d:120) – Novas Movimentações, Modelos e Concepções para a Prática Desportiva, in O Desporto no Século XXI, Os Novos Desafios, CMO, p 146 – “ Várias investigações indicam que, nas sociedades de maior desenvolvimento industrial, se regista já neste momento uma supremacia do tempo livre em relação ao tempo de trabalho no concernente à distribuição percentual de horas: indicam ainda que essa supremacia se acentuará até ao ano 2010 (trabalho – 19%; tempo livre – 26%)

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo prende-se essencialmente com a necessidade de fazer um enquadramento de conceitos e de conteúdos com prolegómenos relativamente ao Tempo Livre, ao Lazer e ao Desporto em sintonia com responsabilidades que cabem à escola no quadro do sistema educativo, ao clube no âmbito do sistema desportivo em que se insere e, à administração local representada pelas câmaras municipais.

Assim:

Inicialmente, vamos procurar situar a noção de Tempo, enquadrando-o com a História.

Numa segunda fase, abordaremos a noção de Tempo Livre e a sua relação com o Lazer e o Desporto no contexto das actividades escolar e, em sintonia com o Desporto Escolar, com o associativismo desportivo, nomeadamente o clube desportivo e, com a autarquia local representada pelas câmaras municipais. Enquadra-se nos modelos de vida a adoptar e a importância do espaço de lazer no quadro da escola, da cidade e do clube desportivo, considerando a necessidade da sua promoção e desenvolvimento num contexto de interacção escolar, desportivo e autárquico

Ao queremos que a cultura e a ética associadas ao Lazer definam fronteiras e relações com o Tempo Livre e com actividades sociais e desportivas ligadas ao associativismo desportivo e às autarquias locais, abordaremos ainda, numa fase seguinte, o enquadramento das práticas de lazer com os hábitos desportivos, com a economia do lazer, com o contexto escolar e com o estilo de vida activa no lazer.

No final deste capítulo, pretende-se avaliar a problematização do conceito de desporto, o direito que hoje temos de praticar desporto de uma forma diferente, as suas tendências actuais e o seu papel na sociedade actual.

Introdução

De acordo com a LBD, (art. 53º) a educação física e o desporto constituem, em todos os graus de ensino em estudo, uma obrigação da administração central (através do Ministério da Educação - ME), sendo as escolas as estruturas operativas. Por outro lado, os municípios possuem atribuições genéricas (Dec. Lei 100/84, art. 2º) de promoção da educação, cultura, tempos livres e desporto, “no que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos, das populações respectivas”.

Neste sentido, pensamos que a autarquia deverá definir os objectivos e meios que pretende colocar à disposição da escola, enquanto a escola terá de definir, com objectividade, aquilo que está interessada em dar, considerando obviamente a grande diversidade de situações e de problemas em que cada escola será um caso e em que os problemas do 1º ciclo são substancialmente diferentes dos restantes graus de ensino no que diz respeito à tradição de prática desportiva, especialização de professores nesta área disciplinar, instalações de apoio à prática lúdico desportiva, orçamento, equipamento e material desportivo, enfim, a autarquia deve procurar criar as melhores condições para uma prática desportiva em interacção com a escola.

O desenvolvimento e formação da criança, estão hoje condicionados a uma multiplicidade de influências que de uma forma mais ou menos sistematizadas não se confinam às paredes da escola, sendo que inclusivamente esta, tem como preocupação estabelecer relações de continuidade entre as aprendizagens escolares e a vida social, realizada fora da escola, o que configura naturalmente um quadro de prática e participação desportiva na escola e fora da escola devida fundamentalmente à pluralidade de motivações que caracterizam a procura social do desporto

A esta multiplicidade de influências, junta-se a preocupação social no domínio da ocupação dos tempos livres. Constantino (1991b, cit. por Branco, P 1994:21) acrescenta ainda que, se por um lado, mesmo que a prática de desporto escolar tivesse taxas de cobertura significativas, a necessidade de uma procura de prática desportiva fora da escola não desaparecia, por outro

lado, esta procura de prática desportiva cresce, em quantidade, em diversidade e em durabilidade, na razão directa da sua presença nos regimes de escolaridade, seja pela criação de hábitos desportivos, seja pela aquisição de técnicas de uso desportivo do corpo.

Desta forma, surge o clube que, a nosso ver, ainda é a principal via de acesso à prática desportiva fora do contexto escolar mas que infelizmente revela acentuadas limitações estruturais e funcionais quando se organiza e privilegia práticas desportivas voltadas para a competição²⁶ e o rendimento, não sendo assim capaz de acolher crianças e jovens que não tenham como motivação essencial o rendimento ou quando não revelam capacidade para acolher no seu seio novas práticas sociais ou novas modalidades desportivas.

Se tivermos em conta, e concordamos com Constantino (1991b) e Pires (1994b), que consideram que a crise deste modelo clássico de clube que teima em persistir é de ordem estrutural e não conjuntural, torna-se uma tarefa extremamente difícil reverter este modelo num quadro de clubes com uma postura de desporto para todos²⁷ o que, apesar de reconhecermos o valor social do trabalho do associativismo desportivo, temos alguma dificuldade em ver no clube desportivo, como via institucional possível, entre outras, de acesso à prática desportiva, uma política de generalização dessa prática desportiva, na perspectiva do desporto para todos, se não houver um esforço contínuo e uma preocupação social permanente e premente da comunidade escolar em interacção com os municípios locais e o associativismo desportivo regional.

As preocupações que o tempo livre e o lazer acarretam neste século, particularmente para as crianças e jovens, para os quais se centra e dirige este estudo, podem e devem ser a nosso ver, mais do que pretexto, um ponto de partida para uma relação que seja capaz de estruturar um modelo tripartido e inter relacional entre estas áreas

²⁶ - "A competição é um processo social em que dois ou mais indivíduos se esforçam por conseguir um mesmo objectivo. (...) a competição é sempre mais forte se o objectivo for escasso e de grande valor" Fichter, J. Sociologia, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1973

²⁷ - McIntosh P. (1980 – "Sports for All Programmes Trought the World", CIEPS-UNESCO, pp.8-11, citado por Costa, Lamartine (1986:6) – O crescimento do movimento de Desporto Para Todos desde 1966 não foi caracterizado pelo uso de uma denominação comum. "Desporto Para Todos, é no entanto uma descrição adequada de um movimento que tem assumido sob diferentes formas e se tem tornado política governamental sob vários títulos.

TEMPO LIVRE E LAZER

Conceitos e estruturas

2.1 – TEMPO ...

Todos nós sabemos que para se estudar a História, utilizamos fontes históricas (fósseis, documentos escritos, pinturas,...) que o homem foi produzindo ao longo do tempo. Rapidamente se percebeu portanto que o tempo era uma ferramenta essencial para a compreensão da história da Humanidade, podendo mesmo afirmar-se que o tempo surgiu quando surgiu a Terra. No início, o tempo diferenciava o dia (quando estava claro) da noite (quando estava escuro) e a claridade passou a ser vista como o tempo de caçar e de colectar enquanto, a escuridão passou a ser o tempo de descansar, do recolher. Aos poucos, o Homem foi contando e dividindo o seu tempo, isto é, foi criando formas de contar, de medir o tempo: relógios, calendários.²⁸

²⁸ - **Primeiro calendário** - Surge no Egipto Antigo em cerca de 3.000 a.C. Considera as fases da Lua e divide o ano em 12 meses de 29 ou 30 dias.

Calendário juliano - É criado por ordem de Júlio César. Resulta da reforma do calendário romano, que tem 304 dias e 10 meses, baseado no egípcio. Estabelece o ano solar de 366,25 dias e o ano civil de 365 dias, com um bissexto de 366 dias a cada quatro anos. São retirados dois dias de Fevereiro e acrescentados aos meses de Julho e Agosto,

Calendário gregoriano - É um ajuste no calendário juliano, com uma diferença de dez dias. É ordenado em 1582 pelo papa Gregório XIII e elimina três anos bissextos a cada 400 anos para evitar desajustes.

Calendário hebreu - O ano 1 da era judaica corresponde a 3.761 a.C. Em Setembro de 1995 começa o ano 5756 dos judeus. O seu calendário considera o Sol e a Lua, com ano médio de 366,246 dias e meses de 29 ou 30 dias.

Calendário chinês - É lunissolar e comporta dois ciclos: um de 12 anos (de 354 ou 355 dias, ou 12 meses lunares) e um de sete anos (com anos de 383 ou 384 dias, ou 13 meses). Os anos do primeiro ciclo têm nomes de animais: rato, boi, tigre, lebre, dragão, serpente, cavalo, cabra, macaco, galo, cachorro e porco.

Calendário muçulmano - Estabelece como ano 1 a data da fuga (hégira) de Maomé de Meca para Medina e corresponde ao ano 622 da era cristã. O calendário é lunar, tendo um ano médio de 354,37 dias e meses de 29 e 30 dias.

Calendário cristão - É proposto em 525 pelo historiador grego Dionísio, o Menor, para pôr fim à desordem dos diversos sistemas de contagem cronológica utilizados. Calculando a data da Páscoa cristã, Dionísio toma o nascimento de Jesus Cristo como ano 1 do séc. I, tendo por base o calendário juliano. Os períodos e acontecimentos anteriores a isso passam a ser datados com a sigla a.C. (antes de Cristo) e contados de trás para diante.

Era cristã - O calendário cristão é adoptado no ocidente a partir do séc. VI. No séc. X a era cristã é oficializada pela Igreja Romana e introduzida na Igreja bizantina. No final do séc. XIX,

Mas existem muitas outras noções de tempo, criadas por outras maneiras de ver a vida e o mundo. Os indianos, por exemplo, já representaram o tempo como uma tartaruga levando em seu casco quatro elefantes (o verão, o outono, o inverno e a primavera) que, andando em círculos, sustentariam o mundo.

Ao analisarmos o significado da palavra tempo²⁹, verificámos que se trata de “um meio indefinido e homogéneo no qual se desenrolam os acontecimentos sucessivos” podendo ser ainda “parte da duração ocupada por acontecimentos” Para Garcia R. (2000b:51) ao considerar que o tempo é uma das dimensões antropológicas mais extraordinárias que balizam a nossa existência, refere que grandes pensadores como Santo Agostinho³⁰ (354 a 430 DC) ao discutir superiormente o que é o tempo, respondia de uma forma deliciosa, nas suas Confissões, à questão “o que é o tempo?": se ninguém me perguntar eu sei; se tiver de explicar a quem mo pergunta....não sei!

É ainda Garcia, R. (2003) que refere ter sérias dificuldades em encontrar uma definição universal para o tempo referindo que Edmund Hurssel encontra as mesmas dificuldades ao afirmar que o seu estudo faz enredar nas mais estranhas dificuldades, contradições e confusões.

A noção de tempo brota da ideia de movimento, na qual está implícita a ideia de antes e depois. Se não existisse a ideia de tempo, seria perder tempo dividir o tempo em três áreas: O passado o presente e o futuro. A Gramática sabe isto muito bem e é tão conspícua que distingue o passado (pretérito) em imperfeito, perfeito e mais que perfeito.

De que modo existem aqueles dois tempos - o passado e o futuro – se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se não fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade.

A eternidade pode ser entendida em dois sentidos: significa o tempo infinito ou duração infinita e aquilo que transcende ao tempo, não pode ser medido pelo tempo.

quando a contagem cronológica da História pelo sistema de Dionísio já está difundida e uniformizada pelo mundo, descobre-se um erro de cálculo. Cristo nasce, segundo a moderna historiografia, no ano 4 a.C.

²⁹ - Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 7ª Edição.

³⁰ - Consultar Agustin, S., *Confissões*, XII ed., trad. J. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina, Livraria A. da Imprensa, Braga, 1990.

De uma forma geral, a bibliografia refere que toda a nossa vida é feita num tempo cronológico³¹, num tempo histórico³² e num tempo psicológico³³.

A nossa vida é feita num tempo e de tempo. O tempo passa por nós e constrói a nossa existência. Por vezes passa tão depressa que nós não notamos, todavia, esse "*sentir ou notar*" refere-se ao *tempo psicológico* e não ao *tempo cronológico*. Quanto ao *tempo cronológico* não há dúvida alguma que ele existe, a sua contagem não pára, mantém-se continuamente porque tempo é isso mesmo *é mudança é a transição continuada*.

O tempo é a medida homogénea no qual se desenrolam os acontecimentos sucessivos, é o que nos permite enquadrar num *tempo histórico e ou cronológico*.

Edmund Hall citado por Garcia R. (2003) considera o tempo como um elemento cultural, afirmando que existem tantos tempos, quantos os seres humanos e refere um tempo rico em contexto cultural (o tempo metafísico, sagrado) e um tempo pobre em contexto, o tempo explícito e técnico (o tempo físico e biológico)

Santo Agostinho foi uma das primeiras pessoas que se preocupou com esta questão. Mas como sabemos que o tempo realmente existe?

O tempo realmente existe porque as coisas *mudam*.

Numa pista de atletismo, os atletas partem na esperança de baterem um recorde. O que é que está em causa, o que pretendem melhorar? O tempo.

Mas, dizia Santo Agostinho, vamos supor que nada muda. Suponhamos que *nunca* nada mudou. Num tal mundo, saberíamos o que é o tempo? Evidentemente que não.

Mas então o que é o tempo?

³¹ - O tempo cronológico está relacionado a um movimento pendular. Geralmente usamos o relógio como medida. O Terra gasta horas para girar em torno de si mesma. A Lua gasta dias para girar em volta da Terra. A Terra gasta meses para girar em torno do Sol. Você gasta tantos minutos para ir da sua casa ao seu local de trabalho. Tempo cronológico é o modo que utilizamos para medir o movimento. Se a Terra não se movimentasse em rotação não teríamos os dias. Se ela não se movimentasse em translação não teríamos o ano. Então estaríamos a viver sempre no mesmo ano, no mesmo dia, na mesma hora, no mesmo minuto

³² - A contagem das épocas ou eras da História varia segundo o parâmetro de cada civilização. Desde a Antiguidade, os povos adoptam diferentes sistemas para a contagem do tempo anual (calendário) e, posteriormente, para o início de sua própria história (era). Hoje o calendário cristão é predominante, mas ainda subsistem os calendários hebreu, chinês e muçulmano.

³³ - Está na memória. Quando se fala de um movimento cronologicamente anterior ao movimento do presente. Na verdade só existe o movimento, só existe o presente. O resto fica na memória. Esse movimento não existe, existe a memória dele. A memória dele é uma projecção da mente.

O conhecimento do tempo é enigmático ou como diz ainda Santo Agostinho é um saber que se tem antes de se pensar nisso e algo que se desconhece ao pensar o que é o tempo. É a duração limitada (porque tem princípio e fim se não já não seria tempo mas eternidade).

Realmente quando falamos de tempo todas as pessoas sabem o que é mas encontrar uma definição para ele é um pouco mais difícil. O tempo é um dos conceitos que é tão antigo, quase como se fizesse parte do nosso ser. Desde que o homem é homem o tempo existe.

Assim, o tempo surgiu com a criação divina (tese cristã) ou evolução (tese científica) da Terra. A partir da existência da Terra começa a contagem de tempo. Ele é realmente tão antigo quanto a nossa existência e a do mundo.

No entanto, mais do que nunca, o que quer que seja que queiramos entender por tempo, a sua importância é cada vez maior. Hoje, na época da informação, o que mais importa é a velocidade com que recebemos essa informação, isto é, o tempo que demora a chegar a informação a nós. Não é por acaso que a velocidade do processador de um computador seja fundamental para uma definição do seu custo ou na primazia das nossas opções. O tempo no desporto assume-se igualmente como factor de referência ao ponto de se discutirem resultados ao milésimo do segundo (caso da fórmula um³⁴) ou ao centésimo de segundo (competições de natação e atletismo).

Cada vez mais o tempo interfere nas diferentes facetas das nossas vidas quotidianas de forma marcante, o que nos leva a compreender cada vez melhor alguns ditados populares como “tempo é dinheiro” ou os queixumes diários de que “é uma luta contra o tempo” ou que “não temos tempo a perder”. Isto acontece de tal forma que muitas vezes vemos pessoas cheias de pressa para chegar a algum lado quando por vezes, a única razão para terem pressa é chegarem ao destino e ficarem à espera.

Recordando um provérbio francês que diz que “nada é tão sério e precioso como o tempo”, a palavra tempo é pois, muito rica e aparece ligada a inúmeras expressões, como se viu, do nosso idioma: perder o tempo, ganhar tempo, matar o tempo...

³⁴ - Michael Schumacher: “No circuito, quanto mais depressa quero andar mais o tempo me parece longo. Quanto mais quero abrandar o ritmo, mais o tempo se descontrola” Revista Expresso 15-01-2000

Mas é também a esta mesma palavra que por vezes aparece associado o epíteto de livre tornando a palavra tempo livre muitas vezes à mercê das mais variadas interpretações. A este propósito, estamos de acordo com Garcia, R (2003) pois, a atribuição de “livre” está dependente da atitude que se toma perante a actividade e não pela actividade propriamente dita que se exerce uma vez que a mesma actividade pode traduzir-se para alguns povos na coisa mais séria das suas vidas enquanto para outros não passa de momentos recreativos e de divertimento.

Por outro lado, Marcelino, N. (1997:29) esclarece que talvez fosse mais correcto falar em *tempo disponível*, ao invés de tempo livre, uma vez que tempo algum pode ser considerado livre de coacções ou de normas de conduta social.

O problema para Theodor Adorno (citado por Rosa, J:2002)³⁵, não reside tanto na existência desse tempo livre quanto na sua origem e na forma como é ocupado. Trata-se, segundo o autor, de duas coisas que não podem ser dissociadas. O tempo, para a esmagadora maioria dos indivíduos (para as massas, se, se quiser insistir no termo), não foi sempre livre, *tornou-se* livre. Quer isto dizer que ele foi subitamente entregue a classes que não receberam a formação que lhes permitisse saber como ocupá-lo. E como não é só a Natureza que tem horror ao vazio, aceita-se qualquer forma de preenchê-lo, substituindo a sensação de tédio que inevitavelmente surge se não o for.

De Grazia (1966 citado por Werneck e col. 2001:16) refere a imagem do tempo como uma concepção linear pois, o tempo estende-se ao longo de uma linha recta e não se repete. Esta imagem, que já era transmitida pelos imperadores romanos ao decidirem que o tempo começava com o seu reinado, só conseguiu atingir alguma popularidade muitos séculos mais tarde.³⁶

Por outro lado, De Grazia ressalta ainda que é na imagem da roda que na maior parte do mundo está simbolizado o tempo de uma forma melhor do que a linha recta pois, a imagem da roda baseia-se na sequência e repetição de actividades, os dias e as noites que se sucedem, a lua que cresce e decresce,

³⁵ - Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, 1999, intitulada “*No reino da ilusão: A experiência lúdica das novas tecnologias*”

³⁶ - Bruhns (1996 cit. por Werneck, 2001:17) – desenvolve um trabalho sobre questões relacionadas com o lazer, trabalho e tempo nas sociedades capitalistas industriais, efectua importantes reflexões sobre os “problemas” do tempo livre e baseia-se em três aspectos: relógio e tempo, irregularidades associadas ao trabalho e resistências delas decorrentes.

as marés que sobem e descem, as estações do ano que se revezam, enfim, o tempo assume-se de forma mais circular, mais biológica e menos mecânica, repetindo-se eternamente. Apesar disso, refere, estamos presos à noção de tempo mecânico, linear e padronizado, imagem que predomina nos tempos de hoje.³⁷

Foi pois entre o séc. XVII e XVIII que se desenvolveu esta noção padronizada do tempo, lado a lado com uma nova concepção de trabalho articulada no interior da sociedade industrializada. Para Thompson E. (1991:56) o mais premente das novas necessidades que o capitalismo exigia para o seu progresso, e que regulava os novos ritmos de vida industrial, era o relógio de tal modo que a partir daí o que pontifica é o valor do tempo reduzido a dinheiro, o tempo torna-se dinheiro – não passa, gasta-se (op. cit.: 49)

Nesta mesma linha de pensamento, Baudrillard (1995 cit. por Werneck, 2001:19) ao referir-se à transformação do tempo em mercadoria, esclarece que a analogia do tempo com o dinheiro é fundamental para se efectuar uma análise da realidade de hoje em que o tempo constitui uma mercadoria rara, preciosa e submetida às leis do valor de troca. É nesta altura que segundo De Grazia (1966: op.cit:19) o lazer passa a ser concebido como um tempo residual nesta dinâmica, fortemente marcada pela mercantilização de todos os aspectos da vida social.

2.2– TEMPO LIVRE

Dos antecedentes históricos do tempo livre pode dizer-se que com a passagem do Homem de recolector a caçador numa 1ª fase e, mais tarde, de nómada a sedentário, com o desenvolvimento da agricultura, iniciou-se a questão principal que mais nos preocupa – o tempo livre. O acréscimo de produção traduziu o aparecimento de grupos que, vivendo melhor, dedicaram maior parte do tempo a divertimento.

³⁷ - Para De Grazia (1966) o tempo não fica apenas pelas imagens linear e cíclica uma vez que refere igualmente a noção impressionista de tempo que confere uma marca seja pelo sucesso, pelo instante vivido, situação difícil ou outra. É o caso de quem recorda como tempo aquilo que foi uma grande impressão, ainda que tenha ocorrido há 70 anos, por exemplo.

Há cerca de vinte ou trinta mil anos, de acordo com Hourdin G. (1970:35-36) na época do paleolítico superior, reinava o frio na Europa e o homo sapiens ao realizar um conjunto de descobertas na área da sobrevivência ia ganhando descanso, tempo livre, reflexão e segurança. Os seus ócios permitiam-lhe fazer obras de arte tão perfeitas como as que admiramos nos museus das nossas capitais.

De acordo com Crespo, J.(s/d:64)³⁸ a ideia de tempos livres não fazia parte do quadro de pensamento de homens que viviam de acordo com a natureza, ao ritmo das estações do ano, do calendário agrícola e religioso numa visão do mundo global.

Na civilização grega, oito séculos antes de Jesus Cristo, faziam-se festas por todos os motivos, cerimónias simbólicas baseadas tanto na guerra como na religião que se traduziam igualmente em descanso e prazer.

Os jogos, os espectáculos de teatro, a música, ocupavam na sua vida um lugar essencial. O desporto e o teatro conheceram o seu apogeu no decurso dessas festas rituais. Ali nasceram as Olimpíadas³⁹ e a tragédia dos clássicos gregos.

A *grosso modo*, poder-se-á dizer que já em Roma, o circo⁴⁰, os combates de gladiadores,⁴¹ a pantomima⁴² ou as termas⁴³, eram instituições com uma certa originalidade que contribuíram para a história dos tempos livres.

Hourdin (op.cit.46) refere ainda que a antiguidade nos deixou outras formas de utilizar os tempos livres referindo-se às constantes viagens praticadas por quem, como é natural, tinha uma civilização sedeadada na bacia Mediterrânica.

O Islão e a Idade Média Cristã, se por um lado introduzem a suspensão de trabalhos de campo desde a véspera de Natal até ao dia dos reis, por outro

³⁸ - Crespo, J (s/d) – O Lazer e a Recreação das Populações, pp. 63-72, in Desporto no Século XXI, Os Novos Desafios, CMO, Lisboa, p146

³⁹ - Realizava-se todos os 4 anos, na lua cheia, antes do solstício de verão no estádio em forma de U maiúsculo, com 211 metros de comprimento por 31,5 de largura, durante 7 dias.

⁴⁰ - O mais antigo de todos é o circus maximums, no vale que fica entre o Palatino e o Aventino, com o comprimento de 600 metros e a largura de 200 metros, cada corrida compunha-se de 7 voltas à pista. Chegou a haver 100 corridas por dia e comportava 385.000 lugares. Os carros de 2 rodas eram atrelados a dois, três ou quatro cavalos.

⁴¹ - Efectuavam-se no Coliseu em Roma em sacrifícios aos Deuses que degenerou em espectáculo horrível com o lançamento às feras de criminosos de direito comum.

⁴² - Os actores já não usavam máscara e os temas eram tirados da vida quotidiana.

⁴³ - Encontravam-se grandes obras de arte com salas de massagem, ginásios, piscinas frias, temperadas e quentes. Desde madrugada uma multidão incontável invadia as termas e ali vivia o dia inteiro. Os banhos dos homens e das mulheres não tinham lugar às mesmas horas. Hourdin (1970:46) chama-lhe “uma espécie de cidade de tempos livres” no seio da própria cidade de Roma.

lado promovem explosões de alegria pagã do carnaval em manifesto tempo de lazer e divertimento.

Os salões de baile e do prazer da conversação surgidos em França no século XVII reuniam milhares de pessoas ávidas em exprimir paixões e representarem sentimentos durante horas e horas.

Com a Revolução Industrial⁴⁴, os sindicatos reclamam pela 1ª vez em 1830 a redução no número semanal do horário de trabalho⁴⁵. Talvez seja aqui que está a origem e a originalidade dos tempos livres contemporâneos: os cavalos dos motores de explosão não são iguais aos cavalos das corridas nas arenas nem é preciso ir ao teatro para ouvir falar outros homens que não seja ligar uma caixinha.

As condições de trabalho, em inúmeros casos, ficarão caracterizadas pela automatização do indivíduo e o tempo de lazer aumentará notavelmente. O desemprego e a miséria serão responsáveis por muito tempo de "*ociosidades estéreis*". Facilmente proliferam negociantes de espectáculos e indústria de

⁴⁴ - Para Maccio (1969:17) a primeira revolução industrial foi determinada pela criação da máquina a vapor em 1630, por Denis Papin (1712 por Newcomen, segundo Toffler 1984:29) e deve-se a James Watt o seu uso industrial em finais do séc. XVIII dando assim origem ao nascimento do caminho-de-ferro e da navegação a vapor. A segunda revolução industrial é implementada em 1862/63 quando Lenoir e Beau de Rochas descobrem o motor de explosão desenvolvendo o automóvel e o avião. A terceira revolução industrial, inicia-se a partir das descobertas energéticas, nomeadamente aproveitamento da energia solar, atómica e das marés.

Toffler, A (1984:14) refere que a espécie humana suportou duas grandes vagas de mudança, cada uma das quais obliterou largamente anteriores culturas e civilizações e substituiu-as por modos de vida inconcebíveis para os que chegaram antes. A Primeira Vaga de mudança – a revolução agrária (até 1650/1750) – levou milhares de anos a esgotar-se. A Segunda Vaga, - a ascensão da civilização industrial (de 1650/1750 até 1950?) – levou uns meros trezentos anos. Hoje, a história é ainda mais acelerativa e por isso é provável que a Terceira Vaga se complete em poucas décadas.

⁴⁵ - Para Crespo, J. (s/d:67) as revoltas dos trabalhadores permitiram a diminuição progressiva da duração do dia de trabalho, isto é, em quase todos os países, das 14 horas de 1852-1859 passava-se em 1903-1909 para as 10 horas sem prejuízo dos níveis de produtividade e as 8 horas após a 1ª Grande Guerra.

Para Dumazedier (1962:47) Em 1833, surge em França, Nantes, uma associação de socorros mútuos que declara reivindicar a redução das horas de trabalho. A revolução de 1848 impõe a jornada de 10 horas de trabalho. Em 1864, surge um texto reivindicativo da classe operária com a ideia da diminuição de horas de trabalho ligadas à utilização para efeitos de valorização cultural. Em 1919 é votada a lei das 8 horas e em 1936 os grandes movimentos populares impõem a lei das 40 horas e os contratos colectivos de trabalho, é criado o Ministério do trabalho onde se organizam actividades desportivas, turísticas e culturais de lazer. Em 1940, apesar de alguma oposição, a "Renovação Nacional" continua a organizar formas de lazer onde a Educação física e o desporto exercem enorme influência e fazem enormes progressos. Depois de 1950, a França entra numa fase de grande expansão, não sendo pois de admirar que num inquérito realizado em 1959 a maioria dos operários pretende uma redução de horas de trabalho ainda que isso obrigue a uma diminuição do seu salário correspondente.

lazer (Show Business) que rapidamente absorverão uma parte importante do tempo e dos rendimentos, manipulando mesmo o cidadão.

No decurso da sua história, o tempo livre, longe de se constituir em tempo privativo, egocêntrico, ou de relação imediatista com o envolvimento, afirmou-se como tempo social, no sentido sociológico do termo, quer dizer, como tempo criador de novas relações sociais e portador de novos valores.

No seu ensaio clássico “Of time, work and leisure”, Sebastian de Grazia⁴⁶ explica que o ócio é um estado de ânimo no qual a actividade se exerce por si mesma e com um fim em si mesma. E refere ainda o pensamento de Aristóteles no seu livro Política, “Concebemo-lo com um prazer intrínseco e uma felicidade enorme”. Do mesmo modo que quando se dança não é para se chegar a uma postura final mas antes desfrutar da dança em cada instante, assim é o perfil do ocioso.

Foi no entanto a partir dos anos 50 do século XX⁴⁷ que o tempo livre emergiu como um espaço de realização pessoal, sendo direccionado para outras áreas de manifestação social, nomeadamente no âmbito da qualidade de vida e do bem-estar, isto é, para os valores do lazer (McDowel, 1981, cit. por Mota, 1997:20) já que numa fase inicial foi definido como o tempo extra laboral, e fora das actividades em que o sujeito se envolve durante o tempo arbitrário, fornecendo um momento e um lugar para o relaxamento e recuperação do stress ou para o seu próprio proveito (Shivers, 1985 cit por Mota, ibidem).

É por essa mesma altura que Mannheim, K (1959 citado por Pires, G (1989:18) na sua obra “Freedom, Power and Democratic Planning” abria as portas ao “*consumo de massa*” naquilo que, segundo Pires, viria a desembocar a partir dos anos sessenta, no *lazer de massas* e, posteriormente, no *desporto de massas* com diferentes ensaios ao nível da política de tempo livre. Citando ainda Calhoun (1981:94), que estabeleceu um paralelo entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento do desporto identificando o processo de desenvolvimento do desporto com os estádios do desenvolvimento económico, Pires (1989:ibidem) refere que é precisamente a

⁴⁶ - La Vanguardia de 23.08.2002, p.13, Luis Racionero

⁴⁷ - Para Guardia, C. (1999:1) as mudanças iniciadas nas últimas décadas, ocorreram nos anos sessenta, início dos anos setenta, na USA e na Europa e, lamentavelmente ainda há países da América Latina e outros em desenvolvimento que ainda hoje se situam, neste aspecto, ao nível da primeira metade do século vinte

partir de finais dos anos cinquenta, início dos anos sessenta que se começam a verificar as condições prévias de arranque (take-off) do *desporto de massas* dos nossos dias, que, entre nós, pode estar identificado com todo o processo após Abril de 1974.

Os anos sessenta, são dominados por um conjunto de reflexões de Joffre Dumazedier, no domínio da sociologia do lazer, apresentando e realizando inúmeros trabalhos que no dizer de Pires (1989:17) cortaram com a sociologia do trabalho e se encaixaram na “civilização dos lazeres”. É de reconhecer que este autor confere um espaço nos seus trabalhos à problemática desportiva, dedicando-lhe especial atenção. Esta questão da relação entre trabalho⁴⁸ e lazer é uma questão que tem suscitado paixões na área da sociologia.

A este propósito, já Aristóteles afirmava que o tempo livre não é a parte final do trabalho, é, isso sim, o trabalho que limita o tempo livre.

Na realidade, foram necessários vários anos e múltiplos estudos para que se conhecessem as distinções fundamentais entre tempo livre e lazer. Demasiado subordinada à ideia do trabalho, ao tempo disponível para além da actividade laboral e remunerada, a noção de tempo livre confundia a de lazer (Hasse, M. 1999:1)⁴⁹.

O furor da actividade física tem sido um facto evidente desde esta década e enquanto actividade de lazer tem, em muitos casos, subjacente a vivência ou pelo menos a percepção de um conjunto alargado de emoções, as quais, por seu lado, vão convergir na ideia de bem-estar e da qualidade de vida tão em voga nos dias de hoje (Mota, J. 1997:33).

Depois desta década surgiram numerosas investigações e análises que permitiram aprofundar valores sociais que se desenvolveram em consequência do aumento de tempo livre.

Pires (1989:17-28), faz a análise de um conjunto de políticas que foram determinantes no desenvolvimento da sociologia do lazer citando alguns autores: Fourastié, J. (1970) conclui que o verdadeiro objectivo dos lazeres deverá ser o de cultivar uma vida plenamente humana, e assim, encontrar um

⁴⁸ - “O lazer está na moda, o trabalho não” – Ernie Zelinski, 2002:76)

“Nunca gostei de trabalhar, o trabalho é uma invasão à minha privacidade” – Danny McGoorty
“Pessoalmente, não tenho nada contra o trabalho, em particular quando é realizado pelos outros sem dar nas vistas” – Barbara Ehrenreich

⁴⁹ - Esta situação é confirmada por Paul Chauchard em “Trabalho e Lazer”, (1968), colecção Presença Cristã

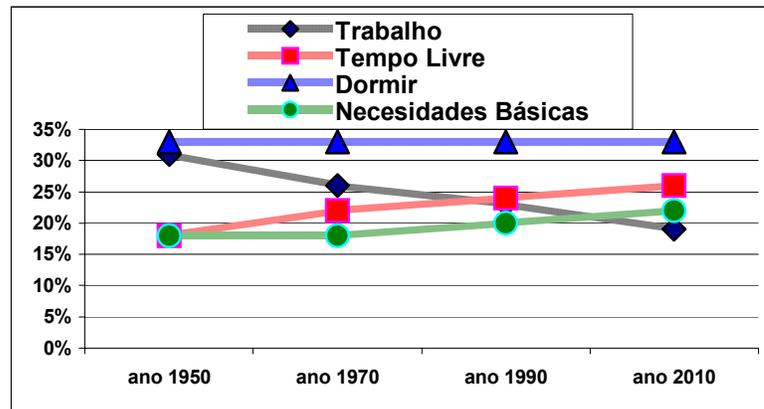
verdadeiro equilíbrio físico, moral e intelectual, onde o emprego do tempo livre se assume como “pedra de toque” da personalidade e por isso um elemento essencial da condição humana; Dauguet, F. (1970) trata o lazer na perspectiva da criança e dos pais alertando-nos para a necessidade de desenvolvermos políticas educativas nesse domínio face à fragilidade a que a juventude no contexto do tempo livre se encontra, onde deveríamos encontrar programas de lazer enquadradas com políticas educativas direccionadas para o desporto; Roger S. (1983) numa perspectiva marxista coloca a sociologia do tempo livre como um ramo da sociologia do trabalho no sentido de que não deve existir uma barreira nítida entre lazer e trabalho, já que este se transformará em lazer na sociedade socialista, relegando para segundo plano o gosto pessoal do indivíduo na realização pessoal dos seus lazeres;

Nas sociedades contemporâneas, o mundo dos desportos tem-se caracterizado pelo desenvolvimento de várias tendências de onde sobressaem por um lado a concepção clássica do desporto rendimento (reservado a um grupo restrito de atletas de competição que fazem o prazer de milhões de espectadores), por outro lado, um considerável segmento da população que participa em actividades desportivas e procura objectivos que nada têm a ver com estes, antes estão em oposição.

Segundo Bento (1991c) as actividades desportivas são, hoje, um espaço de coabitação de uma multiplicidade de práticas, conjugando-se no plural, e nesta circunstância, ultrapassam, em larga medida, a perspectiva reducionista da massa/elite ou do lazer/rendimento. O desporto surge hoje em simbiose, tornou-se uma oferta atraente, associada à cultura e ao tempo livre, à sua força simbólica tradicional, acrescentou outros sentidos.

Uma nova relação deve processar-se à luz da preocupação de uma qualificação humana e libertadora do tempo livre, tendo em atenção a dimensão que o desporto pode assumir neste domínio, num tempo de transição progressiva da sociedade do trabalho para a sociedade do trabalho, da cultura e do tempo livre.

Gráfico 1 – Perspectiva do tempo de trabalho e tempo livre



(adaptado de Bento – A Mudança da Sociedade do Trabalho para a Sociedade do Trabalho e do Tempo Livre)

Pires (1992), enquadra estas actividades numa fase terciária do desenvolvimento do desporto, configurando as práticas não formais e informais, as práticas inorganizadas, específicas da sociedade pós industrial, entendendo-se a primeira constituída pelo jogo e desenvolvida na sociedade agrícola, numa dimensão local e a uma escala reduzida e, a segunda constituída pelas práticas desportivas formais decorrentes da sociedade industrial.

As práticas do nosso quotidiano, em tudo se assemelham a uma reinterpretção das actividades desportivas se tivermos em conta que se deslocam de bicicleta para o trabalho, de patins em linha na cidade, transpõem obstáculos de skate, usufruem do jogging no turbilhão caótico das horas de ponta ou simplesmente participam num qualquer tipo de jogo com regras frequentemente adaptadas às suas competências, às circunstâncias, ou ao espaço físico, seja ele a praia, o jardim ou um qualquer espaço público, invadindo frequentemente espaços urbanos ou não urbanos (Esculcas:1999:2)⁵⁰

⁵⁰ - Referência clara às actividades desportivas informais, definidas na literatura como actividades não organizadas, não patrocinadas pelas escolas, clubes desportivos, entidades patronais, empresas ou qualquer outra organização comercial ou não. A sua participação é espontânea (critério essencial) uma vez que estas actividades não estão condicionadas por regras estabelecidas ou regulamentos oficiais, quadros competitivos ou serviços de infra-estruturas disponibilizados para o desporto de competição.

A maioria dos estudos desenvolvidos sobre o tempo livre, aponta para o aumento da importância deste em termos quantitativos e qualitativos⁵¹ nas sociedades industriais e nas áreas urbanas dos países em vias de desenvolvimento (Samuel, N.:1992b:55),

Em termos quantitativos, verifica-se que das 80 de horas de trabalho por semana em 1870, se passou para 67 horas em 1820 e para 53 horas em 1860. Hoje, há muitos países com horários de trabalho entre 35 e 40 horas por semana.⁵²

Qualitativamente, o tempo livre é sem dúvida uma expectativa dos diversos estratos sociais da população. Num estudo conduzido em 1998 por Landier, 1/3 dos assalariados de 12 países da Europa, manifestaram preferência por uma semana com redução de trabalho, ainda que com uma diminuição do seu salário enquanto 37% desejaria trabalhar menos que 35 horas/semana. Outros estudos⁵³ confirmam este ensejo (Best:1980)⁵⁴ verificando-se que as gerações mais novas são as principais proponentes deste processo de mudança, como verificou Pais, J. (1992)⁵⁵ em relação aos novos padrões de lazer entre jovens europeus.

Na verdade, a literatura mostra que o “valor” trabalho” cede claramente terreno a favor do “valor” lazer (Rousselet, J. 1976 cit. Samuel, N. 1983a:321) como ilustram alguns estudos publicados.

Bento (1995) refere que de uma sociedade de trabalho evoluímos para uma sociedade de trabalho, de cultura e de lazer enquanto Lipovetsky (1994:198) citando Tristan Bernard recorda que “o homem não foi feito para trabalhar, tanto assim que o trabalho o fatiga.

⁵¹ - Samuel, N. (1983a:321) - A estrutura do tempo social divide-se em tempo quantitativo (alternância noite/dia, estações do ano, tempo cronometrado da sociedade industrial...) e tempo qualitativo (com origem sobretudo sócio cultural)

⁵² - Gomes R (1992:301) – “Em Portugal, em 1880, predominavam horários diários acima das 10 horas atingindo nalguns sectores 13 e 14 horas. A média de horas de trabalho é de 11h e 30m, descendo para 10 h em 1900. Só em 1891 é regulado o descanso semanal de um dia.

⁵³ - Um estudo realizado em 1996 pela Robert Half International verificou que, em relação a 1989, aumentou nos EUA o número de homens e mulheres que estão dispostos a aceitar reduções no salário e no número de horas de trabalho a fim de se dedicarem mais à família, isto é, 21% em vez dos 13% que estavam dispostos em 1989 (Zelinski, E 2002:78)

⁵⁴ - Exchanging Earnings for Leisure, Washington, DC:US Department of Labor Monograph

⁵⁵ - Social Changes and Mobility in Europe: New Leisure Patterns Among Young People (pp 12-16). Paper presented at Fachkolloquium: leisure in a new Europe, Germany, Duisburg.

Em 1970, num inquérito à Régie Renault, efectuado por Faure, H. E Backe, J.,⁵⁶ mostrou pela primeira vez em França que uma percentagem importante do pessoal interrogado preferia um aumento de tempo livre a um aumento de salário.

Em período de crise económica, uma sondagem em 1976 à IFO pela revista *Télérama* mostrou que quase metade dos interrogados (46%) estava disposto a ganhar um pouco menos de dinheiro para dispor de mais tempo livre (Blanc, R. 1977:179)⁵⁷

Uma outra sondagem da SOFRES/Nouvel Observateur efectuada em Outubro de 1978 refere que 55% dos interrogados tem a mesma preferência.

Na Holanda, de acordo com Kattler, H. (1976)⁵⁸, 53% da população interrogada pronunciou-se por uma redução do tempo de trabalho apesar de 32% preferirem um aumento de salário.

Na Dinamarca, (Kuhl, Ph. E Munk, J. 1976)⁵⁹ um inquérito do género revela que 57% da população interrogada se declara a favor duma redução do tempo de trabalho (62% mulheres e 54% homens) contra 30% por um aumento de salários (25% mulheres e 33% homens).

Num outro estudo americano, (Samuel, N. 1983:327) mostra que em 1976 um inquérito realizado à empresa Alameda Coutry na Califórnia, 21% dos interrogados preferem diminuir o tempo de trabalho com diminuição do salário, em contraste com os 10% que responderam à mesma questão em 1966.

Perante a análise das várias sondagens efectuadas em diferentes países industrializados, Samuel, N. (1983:328) refere que apareceu uma estrutura simbólica do tempo que tende a privilegiar o tempo de lazer ao nível das atitudes, preferências e valores.

Contudo, se esta importância qualitativa e quantitativa que se atribui ao tempo livre, mostra uma tendência das sociedades contemporâneas, também não é menos verdade que o facto de se usufruir de tempo livre em relação ao trabalho garante a experiência do lazer (Esculcas:1999:17). São exemplo

⁵⁶ - "Enquête sur des loisirs et les modes de vie du personal de la Regie Nacional des Usines Renault, 1970, Consommation . annales CREDOC, 1972, nº2

⁵⁷ - "Choisir ses loisirs, Paris, La Documentation Francaise. A questão posta foi: "Para ter mais tempo livre, estava disposto a ganhar um pouco menos?" – 46% SIM, 41% Não, 13% N/S.

⁵⁸ - Kattler, H. (1976) "Patroonmatigheid in net Recreatiegedrag (in: Recreative Voorzieningen Kowinklijke Nederlandse Toeristenbond/9) citado por Samuel, N. (1983:326)

⁵⁹ - Kuhl, Ph. E Munk, J. (1976) "Dognrytheme tidsanrendelse, Danish National Intitute of Social Research" citado por Samuel (1983:326)

disso, os detidos, os doentes⁶⁰, as prostitutas⁶¹, os desempregados que “usufruem” de tempo livre imposto por circunstâncias que ultrapassam o seu controlo e a sua vontade ou, as pessoas portadoras de deficiências⁶².

Portanto, tempo livre e lazer não são a mesma coisa, (Esculcas: *ibidem*) referindo-se o tempo livre a um tempo concebido e definido por critérios de residualidade em relação ao trabalho (Dumazedier 1973)⁶³, enquanto o lazer é um tempo próprio na vida de cada sujeito, com um significado específico e uma existência autónoma (Elias 1992)⁶⁴. Nesta perspectiva, só uma porção do tempo livre pode ser votada ao lazer, no sentido de uma ocupação escolhida por si mesmo (Elias 1992). A tipologia das actividades de tempo livre propostas por Elias (1992) mostra claramente que uma parte considerável do nosso tempo livre não se pode identificar com o lazer.

Também Elias e Dunning (1992), chama-nos a atenção para o facto de não dever-mos confundir tempo livre com tempo de lazer, pois, segundo eles, o tempo livre deve ser entendido como tempo liberto das obrigações de trabalho, onde só parte dele é utilizado para a actividade de lazer que, é uma das actividades de tempo livre que aparece nele inserido. Todas as actividades de lazer são também actividades de tempo livre mas o inverso já não é verdade pois, o lazer está directamente relacionado com o prazer e com as satisfações pessoais enquanto o tempo livre pode não ter essa relação já que muitas dessas actividades podem não ser agradáveis.

Na verdade, as actividades de lazer são praticadas tendo sempre por princípio o prazer e quando essa sensação de prazer termina numa dada actividade, a norma é parar e procurar outra que lhe volte a dar prazer.

⁶⁰ - a) Soares, A (2001:180-187) – A criança que tem câncer, descobre-se para o mundo, b) Moreira, R. (2001:188-194) Reflexões Iniciais sobre o Espaço Hospitalar e a Vivência Lúdica; c) Almeida, C. (2001:195-200) Experiências Lúdicas com Crianças em Ambiente Hospitalar - in II Seminário, Lazer em Debate, UFMG; Belo Horizonte

⁶¹ - Lazer e Prostituição (2001:211-217) Santana, A et al, in II Seminário, Lazer em Debate, UFMG; Belo Horizonte

⁶² - Garcia, R. (2000:49-55) – Contributo para a Conceptualização do Tempo Livre para Pessoas Portadoras de Deficiências. Actas: Recreação e Lazer da População com Necessidades Especiais, FCDEF Porto.

⁶³ - Dumazedier, J. (1973) *Vers une Civilization du loisir*, Édition du Seuil, Paris, p. 2264

⁶⁴ - A Busca da Extinção, 1985, Lisboa, Difel, p 421

O lazer deixou de ser entendido na perspectiva do trabalho⁶⁵, para ser encarado como um fenómeno social com valor e lugar próprio. As actividades de lazer não deixam de ser actividades sociais e procuram combater a rotina⁶⁶

Garcia, R. (2000b:54)⁶⁷ refere que a ideia de tempo livre se encontra ancorada na perspectiva ôntica do trabalho, pelo que esta dimensão temporal, terá de se assumir como sendo a mais importante, pelo menos enquanto a nossa sociedade se reger na moral fundamentada pelo dever

Bento, J. (1991a:23)⁶⁸ refere que vivemos num tempo de transição progressiva da sociedade do trabalho, para a sociedade do trabalho, da cultura e do tempo livre e que actualmente o homem deixou de ser um mero cumpridor de tarefas que lhe garantem a subsistência do corpo, para dar ao corpo, a corporalidade merecida e exigida. O tempo livre cria condições da passagem de uma existência animal para uma existência humana, de uma existência assente nas necessidades de subsistência para uma existência assente na consciência das necessidades.

A ideia de tempo livre está naturalmente associada a um conceito mais recente que é o do lazer, muito embora estes dois conceitos possam assumir valores diferentes conforme os países e as culturas e a ligação que se estabelece entre ambos. Todo o ser humano tem o desejo de utilizar o seu Tempo Livre de forma a divergir do seu trabalho de rotina. Para muitas pessoas o tempo livre torna-se o interesse central das suas vidas (Lopes, A:2001: 20)⁶⁹

Tchotchkov V. (1970), citado por Tojeira, P. (1992:26) estabelece uma divisão do dia com “ um tempo para o trabalho e outro para além do trabalho”. O “tempo além do trabalho” é dividido por sua vez em “tempo para as actividades quotidianas e domésticas necessárias e tempo livre”.

⁶⁵ - Quando o trabalho representava a actividade mais válida na vida das pessoas, quando só se vivia para ele, as actividades de lazer eram pouco significativas e encaradas com menor importância e a sua principal função era proporcionar bem-estar e uma certa relaxação das tensões acumuladas no trabalho.

⁶⁶ - Por vezes podem-se tornar rotineiras como é o caso dos horários pré definidos dos health clubes, que para contrariar isso já proporcionam horários em dias e horas de conveniência dos sócios.

⁶⁷ - Garcia, R (2000) – Contributo para a Conceptualização do Tempo Livre para Pessoas Portadoras de Deficiências. Actas: Recreação e Lazer da População com Necessidades Especiais, FCDEF Porto, pp. 49-55

⁶⁸ - Bento, J. (1991a) – O Desporto no Clube, Oeiras, Serviços Desporto da CM Oeiras

⁶⁹ - Lopes, A (2001) - A Actividade no Tempo Livre dos Alunos com Deficiência, Estudos realizado nas escolas de Braga do 2º e 3º ciclos, Dissertação apresentada com vista ao grau de Mestre, FCDEF Porto

Mota, J. (1997:18)⁷⁰ chega mesmo a dizer que existe uma intrincada, por vezes, mal esclarecida interdependência entre lazer e trabalho, bem como entre tempo livre e lazer citando ainda a este propósito⁷¹ as dificuldades de caracterização de Dumazedier (1976) e a inexistência de um conceito preciso sobre o que são actividades de lazer (Kelly, 1978). Convirá a este propósito e desde já afirmar que, embora muitas das vezes confundidos, o tempo livre e o lazer não são nem representam a mesma coisa.

A questão que então se levanta é de que se tempo livre e lazer não são a mesma coisa então, o que é o lazer? Não é fácil responder a esta questão (Esculcas, op.cit:19) dado que a produção literária a este respeito, dos significados e concepções do lazer, se apresenta muito profícua em inúmeros e aprofundados ensaios filosóficos, psicológicos, antropológicos decorrentes, em grande parte de perspectivas conflituais, o que por si só é ilustrativo da complexidade e ausência de unanimidade do mesmo.

Contudo, no capítulo seguinte vamos procurar situar melhor esta questão do lazer. Apesar disso, diferentes autores têm recentemente efectuado uma análise integradora das diferentes perspectivas, propondo uma concepção holística do lazer.

Enquanto Dumazedier (1974) refere que a expressão de tempo livre diz respeito a um tempo concebido segundo critérios de residualidade⁷² e de relação com o tempo de trabalho, Elias (1992) dá ao lazer um significado específico e uma existência autónoma, ou seja, ele é determinado pelo tempo que, de facto, cada indivíduo dispõe para si próprio após as solicitações e compromissos (Mota, J. 1997:18)⁷³

Ao considerar-se que durante o tempo livre que as pessoas dispõem, há uma parte em que frequentemente têm que realizar uma boa parte de trabalho sem remuneração, Elias (1992:19 cit. Mota 1997) refere que só uma porção de tempo livre pode ser votada ao lazer, no sentido de uma ocupação escolhida

⁷⁰ - Mota, J. (1997) – A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, L.da, Lisboa

⁷¹ - Mota, J. (1997:22)

⁷² - Dumazedier, J. (1962:99) refere o esquema dos 3 oitos “8 horas de trabalho, 8 horas de sono e 8 horas de lazer” que segundo Garcia (2000:52) já Comedius no séc. XVII, na sua obra de referência intitulada “Didáctica Magna” tinha a concepção de um mundo harmonioso, dividindo o dia em 3 partes iguais: 8 horas para o sono, 8 horas para “ocupações externas” dentro das quais destaca as “recreações honestas” e, 8 horas para enfrentar as “ocupações sérias” considerando o trabalho como uma dessas ocupações.

⁷³ - Mota, J. (1997) op. cit

livremente e não remunerada, o que nos leva a perceber que o tempo livre por si só, não garante a experiência de lazer. O “estar no lazer” depende pois, mais do indivíduo do que qualquer outra actividade. O lazer tem assim, um critério essencial que passa pela percepção de liberdade, o que implica estar envolvido livremente numa actividade a partir de uma opção pessoal. Por isso, Mota (1997) ao citar Robison, (1995) dá o exemplo de que para um desempregado ou deficiente, embora podendo ter muito tempo livre mas pouca liberdade, o tempo não é necessariamente um repercussivo da experiência do lazer.

Olin, K.⁷⁴ (1999:37) recorda que o tempo livre das pessoas depende de terem trabalho ou não⁷⁵. As relações entre o desporto, tempos livres e trabalho são tão essenciais como o eram quando o desporto moderno e a actividade física foram criados. Vemos o desporto como uma parte importante da cultura: o desporto reflecte os valores da cultura e vice-versa (op. cit:39). Para uma pequena minoria de atletas, o desporto é trabalho profissional, mas para a maioria das pessoas é uma ocupação dos tempos livres e apenas diversão. Há quem trabalhe para poder ter tempos livres e, nestes, desporto.

De acordo com Mota (1997;17) no Reino Unido em 1961⁷⁶ só 3% dos trabalhadores manuais não tinham mais de 2 semanas de férias; em 1988 menos de 1% não tinham quatro ou mais semanas de férias; em França, no ano de 1982, 21% do tempo em que os sujeitos do estudo não dormiam era despendido em trabalho por oposição aos 33% de 1946. Sendo óbvio que o tempo livre aumenta para as pessoas, torna-se fundamental que a sociedade se organize de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas durante esse período, abrindo um espaço de grande importância para as autarquias, nomeadamente para os serviços de desporto.

⁷⁴ - Kavelin Olin, Presidente da Confederação Internacional de Desporto no Trabalho (CSIT)

⁷⁵ - Tolkmitt (1995:4) – A orientação das actividades nas horas livres tem por objectivo “alterar (ou compensar) as condições de vida ... (física, psíquica e emocional) advindas das facilidades e dificuldades com que se ocupa durante as horas de trabalho”

⁷⁶ - Crespo, J. (s/d:67) – “A Organização Internacional do Trabalho, criada em 1919, lutava pela regulamentação do tempo de trabalho, tendo em vista a melhoria da situação dos trabalhadores. Naquele ano, a Convenção de Washington adoptava o princípio das 48 horas de trabalho para a indústria e suscitava o debate acerca da limitação das horas extraordinárias. Em 1935, a Conferência Internacional do Trabalho, propunha a semana de 40 horas embora com grande dificuldade em concretizar-se na maioria dos países. Em 1962, a OIT continuava a recomendar a semana de 40 horas como norma social a atingir.

O conceito de lazer encerra uma carga bastante subjectiva que faz com que as pessoas lhe atribuam muitas vezes significados diferentes e dependentes de determinados contextos.

Muitas vezes se discutiram os equívocos quando se pretendia relacionar o aumento do tempo livre com o bem-estar e a felicidade dos homens, provando os factos que a correspondência não se revelava tão linear quanto se admitia no princípio (Crespo, J. S/d:67) quando em todo o mundo se desenvolveu uma verdadeira indústria dos lazeres, que comprometia a liberdade desejada.⁷⁷

Vários têm sido os termos utilizados para referenciar aspectos relacionados com o tempo livre por Tojeira, (1992:25) e Mascarenhas F. (2001:83-85):

- Ócio⁷⁸ (do latim *otiu*⁷⁹) significa vagar, descanso, repouso,
- Ociosidade (do latim *otiositate*) relaciona-se com o vício de gastar tempo inutilmente
- Descanso, significa repouso, sossego, folga, pausa
- Lazer (do latim *licere*⁸⁰) significa ócio ou vagar.

Em todos eles, há uma convergência em não fazer coisa alguma, uma ausência de qualquer actividade concreta.

Hourdin G. (1970:32)⁸¹, refere que tempos livres são aqueles de que podemos dispor como queremos, legitimamente, legalmente e livremente.

⁷⁷ - A este propósito, devemos recordar as teses de Thorstein Veblen que, em 1904, na sua obra *The Theory of the Leisure Class*, fazia a mais consistente advertência quanto aos malefícios económicos e sociais e a uma injusta maneira de considerar os tempos livres por parte de alguns grupos, subitamente encantados com as riquezas acumuladas, entregando-se a despesas de ostentação sem limites, em detrimento da qualidade de vida.

⁷⁸ - Becker, C. et al. (2002 :1) – “Ócio é ‘nada fazer’ de forma lúdica, positiva e opcional. Pode até ser uma forma de lazer. Ociosidade é nada fazer de forma negativa, compulsória. O indivíduo preferiria estar a fazer algo, mas é impedido, não tem opção”

Refira-se no entanto que a evolução do sentido da palavra ócio, na antiga Grécia, passou de um sentido positivo para aquele que é hoje considerado. Recordando Granados (1972:9) “ un hombre ocioso, según Aristóteles e Plantón, es el que dedica lo mejor de si mismo al Estado y el que cree que cultivar su mente es la mas brillante de todas las actividades”

⁷⁹ - Para Meunier (1972:16) a palavra “otium” veio a evoluir para um sentido pejorativo, designando aspectos passivos de carácter negativo como a preguiça, enquanto “ nec-otium” ou “negotium” ganhou um sentido contrário referindo-se a aspectos mais sérios, por vezes, os únicos verdadeiramente importantes.

⁸⁰ - Vocábulo latino criado nos tempos áureos da civilização romana que originou, etimologicamente, a palavra lazer na língua portuguesa. O sentido original incorporado pelo lazer remete aos significados inerentes às práticas consideradas, genuinamente, “dignas e legítimas” de serem vivenciadas, sobretudo aos olhos da moral cristã (Werneck, C. 2000:16)

⁸¹ - Para HASSE, Manuela, (1999) o lançamento em Portugal deste livro de George Hourdin, revela desde logo uma das primeiras dificuldades dos estudos iniciais sobre o problema do lazer

Para Garcia R. (s/d), a organização das sociedades primitivas baseia-se em padrões diversos e que se afastam daqueles típicos da nossa sociedade. Uma dessas divergências mais evidentes diz respeito à divisão temporal do dia onde a dicotomia Trabalho/Recreação, expressão do tempo sério/tempo não sério, não se coloca como nas sociedades ditas mais civilizadas.

As sociedades organizam-se em torno da sua concepção temporal dando mais importância a uma ou a outra dimensão. A sociedade ocidental actual organizou-se, tendo como referência o tempo pobre em contexto existencial. Organizou-se em torno do tempo de trabalho, tempo esse sem uma expressão ontológica apreciável.

Ainda de acordo com o estudo deste autor, por exemplo, as sociedades centradas em povos da floresta amazónica, organizam-se de forma diversa. Mais importante que o tempo de relógio⁸², irreversível, é o tempo fascinante do mundo dos mitos, tempo esse recuperável através dos ritos cerimoniais.

Sem dúvida que são estes rituais os momentos mais sérios da vida desses povos e nós, ocidentais, quando vemos a evolução de uma dança ritual, classificamos esse momento como fazendo parte do tempo não sério das pessoas, como o seu tempo de recreação. Conclui dizendo que ao tentar perceber a organização social dos povos que enfatizam o tempo que para nós se assume como de não trabalho, estamos, provavelmente, a perceber a nossa organização social dos princípios do século XXI, do Século do Lazer.

A qualificação do tempo é-nos então dada pela tradição cultural a que nos submetemos, isto é, como uma construção cultural contextualizada, como refere Lafant⁸³, por outro lado, a análise das formas do tempo livre só é compreensível através da análise das condições económicas e sociais que as produzem.

⁸² - De acordo com Thompson (1991 citado por Werneck 2001:17) a difusão dos relógios dos campanários e dos monumentos públicos começou a ser feita a partir do século XIV, principalmente nas grandes cidades mercantis. Embora a exactidão dos relógios fosse um aspecto discutível, no final do séc. XVI a maioria das paróquias inglesas já ostentava pelo menos um relógio, e até ao despertar do séc. XIX o movimento diário do sol continuava a ser uma referência largamente utilizada (mesmo que fosse apenas para conferi-los ou acertá-los). O autor esclarece que a grande difusão do relógio no séc. XIX surgiu no exacto momento em que a Revolução Industrial exigiu maior sincronização do trabalho, deixando de ser um distintivo de classe para ser um elemento imprescindível na nova lógica de produção industrial capitalista.

⁸³ - Lafand, Marie-Francoise (1972) – Les Théories du Loisir, PUF, Paris

Uma das características da actual sociedade e que parece ter continuidade, é a constante diminuição do tempo de trabalho e o conseqüente aumento do tempo livre.

Nenhuma autarquia pode ignorar a importância que o tempo livre tem na vida dos seus munícipes e tem de saber estar atenta e de ser capaz de promover programas de apoio, educacionais e de ocupação desse tempo livre (Homem, F. 2000).

O desporto é um produto do século XX e com o século que se iniciou no ano 2001 haverá naturalmente um aumento crescente da parcela de tempo livre do cidadão.

Para Constantino J.(1999) as autarquias locais perante as responsabilidades públicas que têm em relação às respectivas populações estão política e culturalmente obrigadas a reflectir sobre este novo tempo do desporto.

Há ainda muito a esperar do desporto.

Mas como nos recorda Bento (1998) este futuro não nos é oferecido. Tem de ser preparado, conquistado e edificado com o nosso empenhamento na afirmação e acentuação daquilo que nele é particularmente valioso

Paul Lafargue⁸⁴ (1842-1911), genro do pensador alemão Karl Marx (1818-1883), quando escreveu o manifesto chamado “Direito à Preguiça” ridicularizando os operários que trabalhavam 15 horas por dia e reivindicavam o direito ao trabalho mesmo em condições de desprezo pela sociedade, embora não tenha sido levado a sério, anunciava de alguma forma como surgiria e funcionaria o lazer moderno.

Curiosamente, Pais J. (1994:107) refere que o desemprego pode até possibilitar a inversão da relação tradicional entre tempos livres e tempos de trabalho, na qual os primeiros não são mais do que o resíduo de um tempo “dominado” e no qual se é obrigado a “viver a vida”^{85 86}

⁸⁴ - No seu panfleto de 1880, Paul Lafargue condenava o trabalho excessivo; “a nossa reivindicação à ociosidade, dizia ele, não é senão um aspecto da nossa homenagem ao trabalho eficaz, produtivo, racionalmente repartido e organizado, que pode proporcionar ao conjunto tempos de descanso acrescidos.” Schnapper, D. (1998:8)

⁸⁵ - Num “Inquérito à Juventude” (1989), Pais JM concluiu que apenas 6% desejariam “ter um trabalho apenas para obter o dinheiro necessário para satisfazer o melhor possível as suas necessidades de consumo e tempos livres” quanto, 71% gostariam de “um trabalho que dê gosto trabalhar” e 29% ter um trabalho que assegure boas relações de convívio”

⁸⁶ - Inquérito à Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações (1989), 8 volumes, Lisboa, ICSIJ

Na verdade, aquilo que os trabalhadores reivindicavam era menos tempo de trabalho e, conseqüentemente, mais tempo livre mas igualmente mais salário para as suas despesas e para gastarem no seu tempo livre.

Os sectores mais esclarecidos da sociedade, apoiavam estas reivindicações de redução das jornadas de trabalho pois, os educadores entendiam que esse tempo de redução era bom para os estudos, os religiosos pretendiam mais devoção às suas causas e, os reformadores políticos pensavam que assim teriam mais tempo para as militâncias. Na verdade nada disso aconteceu ou acontece. Esse tempo livre aumentou e continua a aumentar de tal forma que de vários estudos em diferentes países europeus menos de 10% desse tempo é dedicado à política, ao estudo ou à religião (Camargo, L. (1998c:32) A maior parte desse tempo, é pois um tempo voltado para a diversão e para o entretenimento a que se chama tempo de lazer.

Por isso, Garcia R.(2000b:50) quando refere que o tempo livre é um valor do nosso tempo, diz também claramente, que é um direito de todos podermos disfrutá-lo da melhor forma possível numa ruptura com aquilo que se passava há algumas décadas atrás onde apenas uma pequena franja social, a elite económica, tinha a real possibilidade de o viver com dignidade e qualidade.

Luiz Camargo (op. cit.) considera ainda que as características originais e inéditas desse tempo para o divertimento não provinham de um tempo roubado ao trabalho, como antigamente, mas antes passou a ser um tempo previsto e pago pelo trabalho.

Gomes, R. (1992:325) sugere que o tempo livre ou, mais propriamente, o tempo fora dos constrangimentos do trabalho, é um terreno de lutas e conflitos que estão na origem de certas modificações das estruturas sociais, de novas normas, de novas regras e de novas relações sociais. Suscita igualmente novos valores que contribuem para orientar e sustentar as aspirações e as escolhas dos indivíduos e dos grupos sociais, a propósito da utilização do tempo, influenciando assim a mudança social. Com propriedade, não podemos analisar este período como um tempo de lazer, naturalmente.

Quando os livros de economia política referem que a nossa civilização é uma civilização do trabalho, devem estar certamente a referir-se a um fenómeno do séc. XIX, aos primeiros tempos da civilização industrial.

Actualmente, o Desporto como prática desportiva individual e social, deve construir uma alternativa de lazer no sentido de melhorar o nível de vida de uma sociedade. Por outro lado, é também uma homenagem aos que há cento e cinquenta anos iniciaram uma luta histórica pela conquista do tempo livre, como elemento dignificador da condição humana (Solar, L. 1991:178)

Na nossa óptica como profissional do Desporto, estamos em crer que temos obrigação de criar condições para que o uso do Desporto seja entendido como um dos parâmetros de qualidade de vida da sociedade, isto é, de oferecer uma prática do Desporto cuja qualidade como elemento de uso cultural do tempo livre seja inegável.

Em relativamente pouco tempo, o Mundo sofreu mudanças estruturais, nos hábitos, nos costumes e nos estilos de vida das sociedades.

No tempo em que Karl Marx escrevia o Manifesto comunista e um operário trabalhava cerca de 4000 horas por ano, o tempo livre tinha naturalmente funções de recomposição e recriação da força e das capacidades de trabalho de forma a garantir segurança do emprego e capacidade para produzir.

Glorificado que foi o trabalho, a quem Karl Marx classificava como sendo “a essência do homem”, facilmente o tempo livre nos foi apresentado como um tempo pecaminoso, de onde emergia naturalmente (Garcia R. 2000b:53).

Note-se que mesmo os grandes teóricos do lazer subordinam este ao trabalho, como pode ser visto em Dumazedier quando refere que o tempo livre é “a terceira actividade, distinta das actividades produtivas e das obrigações sociais” (ibidem) ou em Elias (1992) citado por Mota (1997:19) que classifica o lazer a um nível inferior, um espaço vazio relativamente aos interesses de ordem económica. Nesta relação do trabalho com o lazer, Crespo. J (s/d:70) refere que as actividades de lazer têm uma grande importância na estruturação da nova sociedade, facilitando uma profunda mudança de mentalidades, mas reconhece dificuldades, pela circunstância da nossa actualidade ser dominada por uma inquietante operação de simulação, onde a própria ideia do lazer foi mercantilizada e os seus fundamentos banalizados. Por exemplo, a palavra lazer aparece esquarterada entre o tempo livre e as férias, o que justifica que, muitas vezes, o sector económico dedicado ao problema apresente algumas imprecisões estatísticas.

Hoje, trabalha-se menos e produz-se mais, e naturalmente que o tempo livre que lhe é adjacente e é superior ao tempo de trabalho, surge como um espaço que absorveu uma diferente percepção colectiva ao qual se atribui uma importância social do seu uso, como factor de criação de valores.

Constantino J. (1993:206) refere que a partir do momento em que a parcela de tempo livre começou a ser superior à do tempo de trabalho, o tempo disponível fez surgir uma cultura do tempo livre onde se projectaram novas necessidades, novos valores e novas aspirações.

Para Camargo, L. (1998c:33) tempo livre é uma conquista moderna das lutas sindicais, da revolução técnica do trabalho e da pressão dos sectores esclarecidos da sociedade. Concretamente, é o tempo que sobra das obrigações profissionais, escolares e familiares⁸⁷, englobando o estudo voluntário, a participação religiosa ou política e o lazer.

Hourdin, G. (1970:31) considera que o tempo livre é o tempo de que fazemos uso livremente, é (op.cit:34) essa liberdade que na vida moderna, urbana e industrializada, o legislador designa como devendo ser deixada a cada um para que possa entregar-se às actividades que escolhe. Durante os tempos livres, tal como os concebem os sociólogos modernos, decerto havemos de nos dedicar ao jogo, ou tomar parte em festas⁸⁸. Também poderemos trabalhar, mas a diferença é que esse trabalho não nos será imposto. Surge aqui um novo elemento: a liberdade de escolher as nossas ocupações.

Procurando politizar as actividades de lazer na civilização industrial, Cavalcanti, K. (1981:310) refere dois pontos de vista que justificam estas actividades: um, económico, que vê as actividades de lazer como uma exigência da sociedade capitalista, ressaltando os aspectos de compensação e de reajustamento; o outro, político, visto do ponto de vista de “fuga da realidade”, quando o sistema promove actividades físicas, destacando que as actividades de tempo livre, na realidade, constituem a melhor maneira de neutralizar intelectualmente as massas.

⁸⁷ - Num inquérito em 1973, o brasileiro tem uma média quotidiana de 215 minutos de trabalho, 226 minutos afectos às obrigações familiares, 704 minutos de sono e cuidados pessoais, 302 minutos de tempo livre com 125 minutos para os *mass-média* e 153 minutos ocupado com outras actividades de lazer como, conversar, passear... (Sousa, A.1976 cit. Por Camargo, L. 1983:297)

⁸⁸ - Para Aristóteles, a diversão parece um descanso, já que os homens, não podendo trabalhar continuamente, têm necessidade de descansar (Comes, S. 1970:43)

Neste confronto de ideias, a problemática do tempo livre assumindo-o como um tempo que engloba muitos outros tempos ou mais concretamente o da ocupação dos tempos de lazer nos momentos de tempo livre, ganha um significado especial que não deve ser descontextualizado da importância fundamental que granjeou nas actividades da sociedade actual, particularmente a ocidental, cada vez mais técnica, com o trabalho a ganhar não apenas novos contornos, mas, especialmente, a despir-se do significado e valorização que teve noutras eras (Mota, J. 1997:12).

Para Tojeira, P. (1992:26) o conceito de tempo livre parece ser aquele que melhor corresponde à sentida necessidade de *baptizar* a parte do dia em que não estamos ocupados com actividades objectivamente definidas. O significado de tempo livre (tempo – duração limitada e livre – desimpedido) parece de facto traduzir o espaço desimpedido do dia, que pode ser utilizado subjectivamente. Até que ponto ele é de lazer (prazer em si mesmo), só cada indivíduo o poderá afirmar.

O tempo livre nas sociedades modernas é sobretudo um tempo social, um campo de lazer múltiplo, que ultrapassa as perspectivas mais redutoras daqueles que nele encontram apenas um simples divertimento ou uma mera distração mas que antes se espalha por práticas de expressões diversificadas: práticas corporais, artísticas, intelectuais, afectivas ou sociais.

Por isso, Constantino, JM (1993:206) refere que esta complexidade social e cultural operada no mundo das práticas do tempo livre, revalorizou o pensamento contemporâneo que ele classifica como sendo a valorização da pessoa humana, a valorização das relações com os outros e as relações com a natureza. É nesta simbiose de tendências que, segundo este autor, encontramos os principais elementos que caracterizam actualmente a cultura do tempo livre.

E é no contexto em que nos situamos hoje que a importância das práticas desportivas na ocupação dos tempos livres é cada vez mais acentuado, com cenários desportivos diferentes e no plural. Hoje, tudo é diferente, as modalidades, os equipamentos, os locais de prática. Ao sistema desportivo formal e fechado correspondente ao modelo desportivo dos anos 60 e centrado nos quadros competitivos, desenvolveu-se paralelamente um outro sistema,

aberto, informal e não formal, correspondente àquilo que se considera ser o Desporto como um direito do cidadão.

2.2.1 – Tempo Livre e a Escola

É inegável que a maioria das crianças cresce e passa uma grande parte do seu dia na escola e que esta constitui um fundamento básico na sociedade para a sua formação e desenvolvimento⁸⁹ e até, da própria comunidade em que se integram. Assim, a escola⁹⁰ não pode nem deve ignorar ou esquecer os momentos de tempo livre⁹¹ como um processo de formação criando e desenvolvendo competências e oportunidades para que os alunos possam conviver e trabalhar, dando sentido às suas vidas. Este é um dos motivos óbvios pelos quais a escola deve, hoje em dia, preocupar-se em atingir os seus objectivos não apenas na óptica de uma educação para o trabalho mas igualmente por uma educação para e pelo lazer.

Num estudo de Hassenforder e col. (1985:49 cit. por Marques, A 1998) realizado nos liceus parisienses, depois de questionarem os alunos sobre os conhecimentos adquiridos na escola e fora dela, chegaram a um conjunto de conclusões interessantes:

- 90,4% Dos jovens declararam que eram mais felizes durante o período extra-escolar;

⁸⁹ - Num excelente artigo, Neto, C. (1994:203-206) estrutura e enquadra programas lúdicos e desportivos com diversos tipos de instituições: a escola, o clube, a empresa e as comunidades locais.

⁹⁰ - “ A escola desempenha um papel importante na convivialidade juvenil, pois quando se analisam os locais de iniciação do convívio juvenil vemos que os dois grandes meios são a escola e o bairro”, in: Paulo Ferreira (1993) – Estudos de Juventude; Valores dos Jovens Portugueses nos anos 80, Lisboa, ICS, p.23

⁹¹ - Toti, Giani, (1975:9) in: Soares, L. (2002:5) – “A palavra grega para indicar o tempo livre é significativa no sentido em que perturba a relação que nos é familiar entre o termo e o sentido que se lhe atribui correctamente. Scholé – traduz o dicionário – significa tempo livre, paragem, descanso, ócio, falta de trabalho, pausa, ocupação das horas que se tornam livres do trabalho e dos negócios, estudo, conversação e acaba por significar ‘ o lugar onde se utiliza este tempo livre, ‘ a scholé, precisamente, a escola que hoje se interpreta somente como o lugar no qual o tempo livre é utilizado para ensinar e aprender”

Para Werneck, C (2000:21) scholé significa (tal como otium) toda e qualquer isenção de actividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam utilizadas para indicar cessação de trabalho. Entretanto, scholé não resultava da existência de um “tempo de folga” conquistado ao trabalho, mas era a possibilidade de abstenção das actividades ligadas à mera subsistência.

- 72,4% Declarou que era fora da instituição escolar que se situavam os momentos onde se tomam maiores iniciativas e decisões;
- 57% Dos jovens estimam que os momentos mais importantes do dia se situam geralmente fora do estabelecimento de ensino
- 14% Manifestam realizar objectivos de educação mais dentro da escola que fora dela.

Ora, a escola⁹² não pode nem deve ignorar os 176 dias⁹³ do ano que os alunos passam dentro dela, nem esquecer que um conjunto de factores e meios que hoje existem à sua margem e que têm grande influência, influenciam os 189 dias do ano que eles estão fora da estrutura escolar, senão corre o risco de se limitar a “debitar ensino” e passa ao lado dos requisitos e das necessidades que a sociedade cada vez mais exige.

O tempo livre cresce em todo o mundo de forma extraordinária e segundo Domenico De Masi, (citado por Lucci, E. 2002:1) um jovem de 20 anos, universitário, que tenha diante de si pelo menos mais 60 anos de vida, terá uma correspondência a 550 mil horas. Se esse jovem trabalhar dos 20 aos 60 anos (40 anos), portanto, 2 mil horas por ano, isto significa que ele vai trabalhar 80 mil horas durante 40 anos. Assim, um jovem de 20 anos tem diante de si uma perspectiva de 530 mil horas de vida e apenas 80 de trabalho. Se ele gastar 220 mil horas com aquilo que os ingleses chamam “cuidados com o corpo” (dormir, comer, tomar banho), ele terá ainda 203 mil horas de tempo livre.

Depois deste raciocínio, conclui que infelizmente o que estamos a ver na escola de hoje é que ela se preocupa apenas com as 80 mil horas de trabalho, educando apenas para 1/7 de vida e nada para esse enorme tempo livre.

O que sentimos é que nenhuma escola diante desse quadro irresistível nem se preocupa em preparar os alunos para escolher um bom filme, um bom livro, viver bem com os amigos e as demais pessoas, gerir uma família, ser um bom cidadão, isto é, até parece que feliz será aquele que trabalha bem.

⁹² - Neto, C (1984) – “A escola representa o espaço onde se criam condições para promover, de maneira organizada, todas as aquisições consideradas fundamentais para o normal desenvolvimento da criança.”

⁹³ - Tomámos como referência o calendário escolar do ensino secundário do ano lectivo de 2004/2005.

Não é hoje possível à escola, procurar alcançar os seus objectivos simplesmente pela óptica da educação para o trabalho ignorando pura e simplesmente a educação para o lazer e pelo lazer.

Por outro lado, torna-se imperioso que a escola saiba valorizar, aproveitar e reconhecer os conteúdos das aprendizagens escolares que os jovens de uma forma significativa adquirem voluntariamente em actividades individuais ou colectivas durante os seus tempos livres.

O tempo de educação e de estudo⁹⁴, bem como o tempo de lazer, aumentaram e ocuparam muito do tempo de trabalho. Vão continuar a fazê-lo. A educação, o trabalho e o lazer começaram a interagir de uma forma natural e articulada na vida das pessoas e da sociedade.

Sabemos hoje em dia que a educação não se pode circunscrever unicamente ao âmbito escolar pois existe um tempo livre com que se debatem os alunos, que é necessário enquadrar na instituição escolar e converte-lo num tempo de lazer, num tempo formativo onde o desenvolvimento, a diversão e o descanso se conjuguem em unísono a favor de um desenvolvimento da pessoa. A dimensão deste tempo livre e do lazer têm uma forte implicação no currículo escolar e muito especialmente na área da Educação Física pois, espera-se que esta ofereça uma bagagem necessária ao desenvolvimento dos jovens.

Na síntese final do Seminário Internacional “As Crianças, Os Jovens e o Desporto” (Gonçalves, C:1993:77) pode ler-se nas principais conclusões aprovadas, que as crianças se envolvem na prática desportiva, entre outros motivos, por recreação, realização pessoal, socialização, sendo que há um aumento significativo da percentagem de crianças e jovens que escolhem a prática desportiva como factor de ocupação dominante do seu tempo de lazer.

A educação, de acordo com Elizondo, A. (1998:23) não só não deve circunscrever-se a um âmbito escolar, como deve manifestar uma abertura aos recursos que pode oferecer, assim como ao que pode receber do resto da

⁹⁴ - Tendo como referência a revolução Industrial, lenta mas progressivamente, a escolaridade obrigatória tem-se vindo a desenvolver em Portugal. Em 1878, com Rodrigues Sampaio, é determinada a instrução primária obrigatória entre os 6 e os 12 anos (Gomes, J. 1986:121) tornando-se gratuita nos 3 primeiros anos do ensino obrigatório através da Constituição de 1933 (ibidem:134). Em 1957, esta escolaridade obrigatória é extensiva até à 4ª classe mas, apenas para os menores do sexo masculino, vindo a generalizar-se também para o sexo feminino em 1960 por intermédio de Paula Pinto Leite. Mais tarde, em 1964, Galvão Teles alarga até ao ciclo complementar do ensino primário, isto é, por mais dois anos, a escolaridade obrigatória e gratuita (ibidem:147-154). Com a publicação da Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, a Lei de Bases do Sistema Educativo alargou para nove anos a escolaridade obrigatória.

comunidade, dividindo com outras instituições sociais a transmissão de informações e conhecimentos, conjugando a educação formal, e a educação não formal, onde também se insere o tempo livre.

E pelas orientações curriculares, há efectivamente outras formas de formação e informação, de enriquecimento pessoal, de acesso a culturas e formas distintas de vida, como sejam formas de educação informal, onde os meios de comunicação, a música, o desporto, a leitura, fazem também parte do tempo livre.

Esta autora reconhece ainda que o tempo livre tem sido defendido por muitos autores como um tempo aberto e fecundo que desperte em cada um a sua faceta mais criativa, livre e pessoal. Dentro do tempo livre aparece o tempo de ócio como o tempo verdadeiramente usado nas actividades preferidas pelos indivíduos, que faz com que estes se realizem como pessoa já que vem caracterizada por uma nota essencial que é a autonomia.

A problematização do tempo livre, particularmente na escola, é bastante recente, não existindo ainda estudos empíricos em número saliente para que possamos proceder à caracterização deste novo fenómeno sócio cultural... (Garcia, R. (2000b:49) havendo no entanto alguns dados recolhidos em algumas escolas do Ensino Básico do Grande Porto, concluindo-se então que o conceito de tempo livre é resultado de uma visão etnocêntrica, subordinada à matriz judaico-cristã que o mito adâmico claramente expressa (ibidem).

Dentro desta insuficiência, num inquérito⁹⁵ realizado por Tojeira, P. (1992:29) concluiu que os alunos estavam em média com 2,14 horas de tempo livre (propriamente dito) por dia e nesse quadro, sugere (op. cit:31) que deve ser a educação física e o desporto a assumir uma quota parte de responsabilidade na ocupação desse tempo, um forma de descanso activo, como ele lhe chama.

Num outro estudo realizado na Galiza (Aza, 1992:66-76) sobre o tempo livre dos jovens nas escolas, numa extrapolação de um outro trabalho realizado na Galiza por Trigo em 1990, pretendeu-se por um lado, analisar as suas necessidades e expectativas, em comparação com a oferta de outras escolas e instituições galegas, e por outro lado, estudar a relação entre o emprego do tempo livre e o rendimento escolar. Tinha ainda como objectivo, estudar e

95 - Inquérito a 200 alunos (107 masculinos e 93 femininos) do 7º e 8º anos da Escola Secundária Acácio Calazans Duarte da Marinha Grande

analisar a oferta de educação do tempo livre de diferentes instituições para a educação dos jovens nesses períodos.

As conclusões desta investigação apontam para a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o que os jovens fazem durante o seu tempo livre fora da escola e o tipo de actividade em que participam nas escolas e que são praticamente os rapazes que realizam alguma actividade desportiva. Neste último caso, as actividades desportivas ocupam o primeiro lugar.

No que se refere à relação entre as classificações escolares e a prática desportiva⁹⁶ dos estudantes no seu tempo livre, comprovou-se que existe uma relação positiva.

Elizondo, A. (op cit:24) por seu lado, revela ter efectuado uma investigação na Universidade de La Rioja em Espanha, onde procurou analisar, entre outras coisas, o grau de relação que sobre o rendimento académico têm por um lado as características pessoais, educativas, ambientais e sócio económicos dos adolescentes e por outro lado, as actividades de ócio e tempo livre que estes realizam. Constatou que a prática desportiva como actividade de tempo livre, se encontra em segundo lugar em nível de aceitação e prática dos adolescentes⁹⁷. Concluiu-se ainda que praticar e ver praticar desporto, como actividade de tempo livre, não produziu diferenças estatisticamente significativas no rendimento académico, e que uma vez mais são as raparigas que menos praticam desporto.

Esta autora refere ainda que são numerosas as investigações que já constatarem a influência positiva que o desporto exerce sobre a personalidade e a sensação de bem-estar Driver e col., (1991 cit. por Beauregard e Ouellet, 1995)⁹⁸ dos que desfrutam desta actividade, seja como espectadores, seja como praticantes. A assunção de responsabilidade, regras, disciplina e

96 - Consultar capítulo – Tempo livre, lazer e desporto no contexto escolar

97 - 74,1% dos adolescentes pratica desporto porque gosta de o fazer e 19,1%, não pratica mas gostaria de fazê-lo. Quanto à dimensão quantitativa do desporto, à margem do que o fazem nos horários escolares de Educação Física, apenas 20,2% pratica desporto; 38,7% pratica diariamente entre uma e duas horas, 23,4% entre duas e três horas e 17,7% pratica mais de 3 horas. Confirma-se ainda que 61,1% o fazem por mera diversão, 12,9% por pertencerem a clubes desportivos, 15,2 por querer manter-se em forma física, e 3,8% pelo convívio.

98 - “Várias pesquisas demonstram que as actividades de lazer no contexto escolar facultam, entre outros aspectos, o bem-estar psicológico dos indivíduos que nelas participam”

solidariedade do direito desportivo, assim como o reforço à auto-estima⁹⁹, favorecem a construção da personalidade.

Por fim, este estudo comprovou ainda o importante factor sociabilizador do desporto.

A Educação¹⁰⁰ para o tempo livre ou a educação para o lazer¹⁰¹ procura fazer com que o indivíduo viva o seu tempo da forma mais positiva num processo de desenvolvimento e formação onde consiga ampliar todo o conhecimento que tem de si próprio, do lazer, e de toda a relação que este possa estabelecer com a vida ou com o tecido social. Só assim, poderá ser considerado um processo de desenvolvimento integral da vida diária da escola, no sentido em que se torna necessário ensinar o lazer activo.

Em 1985, as escolas secundárias de New Brunswick (Canadá) adoptaram um curso de 50 minutos por semana, denominado “Lifetime Fitness and Physical Recreation Activities” (Standeven, 1987 cit por Marques, A. 1998) com o objectivo principal de desenvolver as habilidades motoras dos níveis um a seis (dos 5 aos 12 anos) e a aptidão física, ginástica, jogos de equipa, dança e educação para a saúde, dos níveis sete a nove (dos 12 aos 15 anos). Acima de tudo pretendia-se proporcionar aos estudantes, conhecimentos sobre a relação entre a sua saúde e a actividade física e introduzi-los em diversas actividades de lazer, garantindo-lhes a capacidade de as escolher após o termo da escola secundária.

Do nosso ponto de vista, como educadores neste século XXI, sentimos necessidade de não reduzir o nosso trabalho como docentes a umas simples horas de aulas, muito pelo contrário, temos de nos abrir a todo o contexto de formadores com a finalidade de conhecer e analisar as forças que inter actuam no tempo livre dos nossos alunos.

⁹⁹ - A literatura (Holland e Andre, 1987 cit. por Beaugard e Ouellet, 1995) sugere que o sexo do participante, o tipo de actividade de complemento curricular praticada, o grau de implicação na actividade e a dimensão da escola, podem conduzir a variações importantes ao nível da auto-estima, observada junto de participantes nas actividades de complemento curricular

¹⁰⁰ - “A educação é hoje entendida como o grande veículo para o desenvolvimento, e o lazer é um excelente e suave instrumento para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar os seus interesses e a sua esfera de responsabilidades” (Requixa, 1979:21)

¹⁰¹ - “O lazer tem um duplo aspecto educativo:

1 - Como veículo de educação – educação pelo lazer

2 – Como objecto de educação – educação para o lazer

É aliás neste contexto, que recordamos as medidas apropriadas recomendadas pela Carta Europeia de Desporto¹⁰² para o desenvolvimento de competências desportivas de base dos jovens e para que os alunos beneficiem de programas de desporto, de actividades recreativas e de educação física, e que sejam previstos horários apropriados para esse efeito. Recomenda ainda a oferta, após o período de escolaridade obrigatória, de possibilidades que permitam a continuação da prática do desporto.

Por outro lado, (art., 5º) encoraja o estabelecimento de ligações apropriadas entre as escolas ou outros estabelecimentos de ensino, os clubes desportivos escolares e os clubes desportivos locais, e suscita ainda uma corrente de opinião no seio da qual os pais, os professores, os treinadores e os dirigentes estimulariam a juventude para que pratique desporto com regularidade.

Com o tempo, vão surgindo a nível educativo, tendências pedagógicas que estimulam e potenciam uma melhor educação do tempo livre, ao promover no sistema educativo novos elementos como dinâmicas de grupo, formas expressivas, jogos, todos eles capazes de fazer do tempo livre um espaço digno.

Hoje os sentidos do desporto são diferentes de pessoa para pessoa e alteram-se no decurso da vida. É por isso que Bento (1991c:190) se refere a isso como um desporto para todos, um desporto plural, com diversidade e pluralidade de motivos, de significados, de valores, de intenções e de formas. É por isso mesmo, o desporto individual que adquire sentido e relevância à escola individual na relação com os problemas e os motivos da vida daquele que o pratica. Tudo isto coloca o desporto na escola perante a necessidade de repensar e reorganizar as suas referências e vínculos aos domínios da práxis social envolvente.

Para Carvalho, A (1987:161) o tempo livre vivido no interior da escola é determinado inevitavelmente pelo carácter da própria comunidade educativa.

¹⁰² - A Comissão dos Ministros do Conselho da Europa adoptou a Resolução (76) 41 respeitante aos princípios para uma política de desporto para todos, definidos pela Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelo Desporto aquando da sua primeira reunião em 1975, sob o título "Carta Europeia do Desporto para Todos". Os Ministros europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos para a sua 7ª Conferência, nos dias 14/15 de Maio de 1992, em Rhodes adoptam os princípios fundamentais que devem inspirar as políticas desportivas, expostos na Carta Europeia do Desporto, que tem constituído uma base essencial para as políticas governamentais no domínio do Desporto, permitindo a muitos indivíduos exercerem o seu "direito de praticar desporto".

Se a pedagogia aí praticada não serve os interesses e as necessidades do aluno, o próprio tempo livre não pode contribuir para desenvolver as capacidades criadoras do indivíduo, nem em satisfazer as suas necessidades de acção e de aperfeiçoamento cultural. O tempo livre não pode corrigir aquilo que a escola não fornece, nem libertar-se por si próprio de um processo consumista cujo significado é, antes de tudo, passividade e evasão.

Aliás, Pires G. (1994b:11) é claro quando refere que a aposta tem de ser realizada em modalidades desportivas para a vida a partir da escola, a partir de uma nova escola, aberta e em relação dinâmica com a sociedade. É pela institucionalização na escola de um desporto curricular, como sinal e instrumento de educação de acordo com a cultura do nosso tempo, que transforma a escola num espaço aberto, longe do “gueto” em que a lógica dos enclausuramentos da sociedade industrial a colocou.

Às actividades intelectuais, “nobres” e exigindo um grande esforço e disciplina, Carvalho, A (1987:161-162) é da opinião que se deveriam contrapor as actividades “livres” do tempo livre como formas de compensação e recuperação da fadiga. Refere ainda que a defesa consciente ou não, da concepção do tempo livre como forma de evasão opondo-a, em termos concretos, ao trabalho escolar, provoca a ruptura interior do indivíduo, a sua divisão no seio de uma contradição que atinge fortemente a sua consciência. A união harmoniosa entre as actividades de tempo livre e o trabalho escolar constitui uma condição essencial para o jovem encontrar resposta para a necessidade profunda de criar e se “recriar”. Trata-se de um sector essencial de inovação da nossa escola.

Num relatório do II Congresso da União Búlgara da Educação Física e Desportos, um estudo efectuado em 1969/70, revelado por Jeleu, (1978) e citado por Tojeira, P (op cit:28) constatou-se que dos 2.321 estudantes do ensino secundário (do 9º ao 11º anos) analisados, em geral, os bons alunos na disciplina de Educação Física eram também bons alunos nas outras disciplinas. (Davidov, D; Todorov, A. 1973 citados por Tojeira)

De acordo com a Carta Internacional de Educação para o Lazer¹⁰³ da Associação Mundial de Recreação e Lazer - (World Leisure and Recreation

¹⁰³ - Elaborada e aprovada no "Seminário Internacional da WLRA de Educação para o Lazer" Jerusalém, Israel – 2 a 4 de Agosto de 1993 e ratificada pelo Conselho da WLRA Jaipur – Índia 3 de Dezembro de 1993 - World Leisure and Recreation Association - WLRA

Association) – WLRA, o objectivo da educação para o lazer é ajudar os estudantes nos seus diversos níveis a alcançarem uma qualidade de vida desejável através do lazer. Isto pode ser obtido pelo desenvolvimento e promoção de valores, atitudes, conhecimento e aptidões de lazer através do desenvolvimento pessoal, social, físico, emocional e intelectual. Isto, por sua vez, terá um impacto na família, na comunidade e na sociedade como um todo (cap. II, ponto1)

Para atingir estes objectivos, a Carta Internacional de Educação para o Lazer¹⁰⁴ sugere que a educação para o lazer é parte integrante de ampla variedade de estudos, actividades e experiências em cada estágio do ensino formal e informal.

Assim, dentro das estruturas formais de educação, o programa propõe por um lado detectar as capacidades de lazer que existem em cada matéria, currículo e actividades extracurriculares, por outro lado, incluir matérias apropriadas e relevantes para o estudo de lazer, tanto directa como indirectamente sendo que cada matéria deve ser enriquecida com conteúdo de lazer e propõe ainda incorporar o lazer em todas as actividades educacionais e culturais, dentro e fora da escola.

A este propósito, há um conjunto de princípios da educação para o lazer e o seu envolvimento com a escola enumerados por Ruskin H. (1987:275):

1 – A responsabilidade da escola na educação para o lazer

Enquanto aumenta o tempo livre, a educação familiar¹⁰⁵ e a escolar continuam a privilegiar a preparação do jovem para o trabalho. A severidade da disciplina, o ritmo das tarefas escolares, o conteúdo dos programas visam preparar cidadãos, mais para as 70.000 horas de trabalho que para as 300.000 horas de

¹⁰⁴ - A finalidade desta Carta é informar os governos, as organizações não-governamentais e as instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer. É também orientar os agentes de educação, incluindo as escolas, a comunidade e as instituições envolvidas na capacitação de recursos humanos sobre os princípios nos quais se poderão desenvolver políticas e estratégias de educação para o lazer

¹⁰⁵ - Declaração dos direitos da criança (adoptado pela Assembleia Geral da Nações Unidas em 20 de Novembro de 1959) – artigo 7º “Os melhores interesses da criança serão a directriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

não trabalho que caracterizam a nossa vida. Nas escolas mais célebres¹⁰⁶ os ritmos são ainda obsessivos, o horário *stressante*, a competitividade não tem limite. Porquê? Porque tudo é predisposto em função da futura profissão (De Masi, D. 2001:3), da máxima eficiência, sem qualquer interesse residual para o tempo livre.

Se é pela escola que passam todas as crianças, pelo menos até terminarem a escolaridade obrigatória, esta, deve assumir essa responsabilidade criando competências para preparar as crianças e jovens para o lazer.

Recordamos neste sentido que o Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP 2000) no seu capítulo VIII, art.º 8º, depois de um conjunto de considerandos, conclui que a Educação Física deverá sempre constituir-se numa prática de prazer para que possa criar hábitos e atitudes favoráveis nas pessoas quanto ao uso das diversas formas de actividades físicas no tempo para o lazer.

Como que perpetuando programas de inspiração industrial, a escola hoje, preocupa-se mais em formar os jovens para o pouco trabalho que lhes resta, ao invés de formá-los para o muito tempo livre que acabarão por dispor.

2 – O papel da educação para o lazer na escola

Se consultarmos atentamente a legislação escolar, podemos verificar que há uma clara abertura para que os estabelecimentos de ensino projectem o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular, de carácter artístico, cultural e desportivo, constantes do respectivo projecto educativo e do plano anual, num quadro de cooperação e de mobilização dos diversos parceiros educativos

3 – Os fins da educação para o lazer

O sentido da escola está na transformação da vida, na transformação da sociedade, na transformação do trabalho e na sua relação com o tempo livre (De Masi, D. (2001:2) sem esquecer contudo que no trabalho necessário para se colocar um país no rumo certo, o papel da escola é imprescindível (De Masi, op. cit:3)

A função das escolas e os objectivos a atingir situam-se para além do “papel e lápis” e para além do conhecimento, sendo imperioso por isso, que os

¹⁰⁶ - De Masi refere-se à mítica Philips Academy americana ou à Yoyogi School japonesa

programas escolares não ignorem programas de lazer ajudando os jovens na vida futura a fruírem do seu espaço de lazer. Mas, devido aos hábitos desenvolvidos, os nossos programas escolares ficam marcados mais pela obsessão do bem-fazer do que do bem-estar.

4 – Os objectivos da educação para o lazer

Mais do que fazer uma escolha e avaliar as actividades a empreender, torna-se importante fazer com que as crianças compreendam a importância do lazer para elas próprias e naturalmente para a sociedade. Uma formação total deve preparar ao mesmo tempo para o trabalho, para o estudo e para o tempo livre porque a vida de todo adulto que exerce actividades intelectuais é afinal de contas um labiríntico conjunto destas três forma complementares da vida.

Para essa formação total, é necessário um pacto entre as gerações para redistribuição do trabalho e do poder. Depois, é necessário que a escola alimente os jovens de novas capacidades, como a de formar-se para o trabalho (dimensionando o papel e a duração), evidentemente, adquirir as qualidades necessárias para projectar o seu próprio futuro, de equilibrada a noção híbrida que existe entre trabalho, estudo e tempo livre

5 – Conteúdo do programa de educação para o lazer

- a) – Desenvolvimento intelectual, estético, social e físico;
- b) – Desenvolvimento de habilidades e promoção de oportunidades para o desenvolvimento da criatividade
- c) – Experiências de lazer que contribuam para o desenvolvimento social por via da comunicação entre os participantes
- d) – Estímulo e respeito pelas diferentes culturas
- e) – Promoção de actividades recreativas que ofereçam oportunidades para a socialização dos membros da família
- f) – Actividades variadas de jogos e desportos, actividades sociais, coeducativas e individuais;
- g) – Desenvolvimento de recursos de prevenção à insatisfação e aversão, e de promoção à auto realização;

- h) – Atractivos de forma a prevenir a delinquência juvenil¹⁰⁷
- i) – O direito a desfrutar de lazer é uma prerrogativa também dos alunos deficientes;
- j) – Promoção de experiências que promovam um estilo de vida activo;

De acordo com De Masi, Domenico (2001:6) no ano de 2015, cada pessoa disporá de 400.000 horas de tempo livre, o que constituirá o problema mais atormentador: como ocupar estas horas? Como evitar o tédio? Como conseguir crescer intelectualmente? Alcançar uma maior violência ou uma paz real? Como será essa violência? Ora bem, é preciso, repetindo uma vez mais, que a escola prepare os seus alunos para o tempo livre, mais do que prepará-los para o tempo de trabalho, e que os ensine a simular os cenários nos quais eles deverão trabalhar e viver.

Por outro lado, Cabaço, J. (1991:216), refere que alguns autores ordenaram os factores de meio, pela força do seu impacto sobre a conduta delinvente, hierarquizando em 3º grau o “disfuncionamento das escolas e a má ocupação dos tempos livres” logo a seguir à determinação efectiva e à reacção social negativa. Este autor, na chamada delinquência de transição persistente, afirma que esta é alimentada sobretudo pelos factores precipitantes (a escola e a ocupação dos tempos livres) (op:217).

Num estudo¹⁰⁸ de mestrado apresentado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) realizado pela psicóloga Maria Delfina Farias Dias, concluiu que grande parte da delinquência juvenil está relacionada com a escola e com a família¹⁰⁹. Na verdade, mais do que as condições socioeconómicas, a falta de

¹⁰⁷ - Intervenção da deputada Odete Santos na Assembleia da República sobre o Direito de Menores (protecção das crianças e jovens em perigo) em 20 de Maio de 1999. “É forçoso afirmar que, em Portugal, a delinquência juvenil não se encontra em expansão. Bem pelo contrário. O que se encontra em aumento é o número de menores em risco. Em crescimento acentuado. O número de crianças em risco deu origem em 1989 a 1187 processos (43%) e em 1996 a 1492 processos (51,3%). O que se encontra em aumento, é ainda o número de menores vítimas de crimes. A percentagem dos mesmos passou de 7,4% em 1984 para 27% em 1997. Enquanto os menores agentes de infracção penal passaram de 50,3% em 1984 para 30,7% em 1997

¹⁰⁸ - [Http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/academia/id160202.htm](http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/academia/id160202.htm)

¹⁰⁹ - Foram analisados 40 jovens em situação de risco entre 12 e 18 anos das cidades de Santos e São Paulo com situações económicas semelhantes – um grupo de infractores que respondiam a processo na justiça por uso de drogas, furto e assalto.

Os dados apontam para que 35% dos infractores possuem algum tipo de problema familiar. No grupo de não-infractores apenas 8,7% apresentam o mesmo distúrbio. “Há, principalmente, uma grande quantidade de famílias mono parentais entre os adolescentes que cometeram crimes”.

interacção entre pais e filhos, a existência de parentes com problemas psicopatológicos e os problemas escolares¹¹⁰ são factores determinantes para a inserção dos jovens no mundo do crime.

A actividade física contribui significativamente para a melhoria da saúde física e psíquica. Entre outros benefícios, a actividade física reduz os níveis de hipertensão arterial, de doença coronária, de insuficiência vascular cerebral, de diabetes tipo II, da osteoporose (fragilidade óssea), de obesidade e de osteoartrose. Transmite ainda uma sensação de bem-estar e aumenta a capacidade para lidar e aliviar o stress.

A ideia de que é necessário despende muito tempo e esforço para se ser activo está hoje ultrapassada. A actividade física é todo o movimento corporal que resulta num dispêndio energético. Encontra-se documentado que a actividade física moderada diária, acumulada num mínimo de 30 minutos, tem reconhecidos efeitos na saúde.

6 – Características desejáveis do programa de educação para o lazer

- a) – Actividades que promovam a livre escolha e a participação voluntária nas actividades, considerando os interesses dos alunos;
- b) – Promoção de actividade para que todos possam utilizar os seus próprios talentos;
- c) – Reconhecimento das características humanas nas diferentes etapas da vida, de forma a interrelacionar as habilidades de lazer adquiridas na escola, com as actividades de lazer do futuro;

Não temos dúvidas que na ocupação dos tempos livres na escola, as práticas desportivas são importantes quando entendidas como um entretenimento revigorante e compensador do trabalho escolar quotidiano podendo do ponto

Entre os grupos dos não-infratores, o número de adolescentes provenientes de famílias biparentais é de 73% contra 29% dos infratores que vivem na mesma situação.

Os pais dos infratores tinham um distanciamento da vida quotidiana de seus filhos: tiveram dificuldades em responder quem eram os amigos, quais eram os lugares de lazer, quais os sonhos e expectativas de futuro. Nas entrevistas, mais de 35% dos jovens afirmaram ter parentes com problemas como o alcoolismo ou vício em drogas.

¹¹⁰ - Outro factor de risco para a inserção desses jovens na criminalidade constatado na pesquisa é a reprovação escolar. No grupo de infratores, apenas dois dos entrevistados tinham concluído o ensino básico. A maioria era multi repetente e apresentava um histórico de não adaptação ao quotidiano escolar. "As escolas não estão preparadas para atender aos adolescentes com comportamentos 'desviantes' e não tem recursos para estimular esses alunos", reclama a pesquisadora.

de vista pedagógico estruturar-se num leque de ocupações lúdicas e recreativas consubstanciadas nos valores do “desporto-educação.”¹¹¹”

7 – Métodos educacionais e administrativos na educação para o lazer

- a) – A escola deve promover meios de educação para o lazer
- b) – O programa de educação para o lazer deverá dispor de todos os recursos materiais e humanos dentro e fora da escola;
- c) – A coordenação entre os vários programas da escola e da comunidade deverá ser assegurada;
- d) – O desenvolvimento de habilidades e conhecimentos da educação para o lazer deverá fazer parte dos objectivos da escola;
- e) – O programa de educação para o lazer deverá estar sujeito a uma contínua avaliação

Quanto às estruturas informais de ensino, o programa propõe promover uma flexibilidade curricular que amplie o envolvimento extra-escolar e da comunidade, e implementar o entendimento mútuo e partilhar experiências culturais de lazer dentro do processo de aprendizagem. É ainda da opinião que deve permitir a liberdade de escolha na selecção e participação em actividades educacionais e ainda incorporar princípios de tentativa e erro, que promovam o prazer sem medo de falhar.

As abordagens de ensino e aprendizagem da educação para o lazer nas escolas devem incluir a animação, criatividade, experimentação pessoal, auto-aprendizagem, aulas teóricas e orientação. Recomenda-se que a aprendizagem deve ocorrer individualmente e em grupo, dentro e fora da sala de aula e mesmo da escola. Isto permitirá uma variedade de formatos expressivos e instrumentais. A abordagem de ensino deve ser a de estimular mais do que a de instruir.

Para implementação da educação para o lazer nas escolas, a Carta Internacional de Educação para o Lazer deve envolver uma variedade de profissionais, incluindo coordenadores de lazer na escola e na classe, professores, orientadores e especialistas externos.

¹¹¹ - Ver a este propósito o excelente artigo sobre o Universo Desportivo de Feio, N. (1978:79-140)

O século XXI exige estruturas interdisciplinares inovadoras na oferta de serviços de lazer. Os actuais profissionais da área necessitam desenvolver currículos e modelos de capacitação de recursos humanos congruentes com as crescentes necessidades do futuro, preparando os profissionais de amanhã para o desenvolvimento de novas abordagens na oferta de serviços de lazer.

Por conseguinte:

À luz do papel crítico emergente do lazer e seus benefícios em todas as sociedades, e da importância de todos os agentes envolvidos neste processo, recomendamos a expansão do desenvolvimento de programas de educação para o lazer.

Por outro lado, também a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO¹¹² no seu artigo 2º esclarece que a educação física e o desporto constituem um elemento essencial de educação permanente no sistema global de educação ao ponto de clarificar que ao nível individual, a educação física e o desporto contribuem para a preservação e a melhoria da saúde, para uma sã ocupação dos tempos livres e permitem resistir aos contrastes da vida moderna. Devem ainda (art. 3º) contribuir, tanto pelo seu conteúdo, como pelos seus horários, para a criação de atitudes e comportamentos propícios ao desenvolvimento da pessoa humana. Por tudo isto, deve estar reservado um lugar de destaque nos programas de ensino, (art. 7º) dedicado às actividades educativas fundadas nos valores do desporto e nas consequências das interacções entre o desporto, a sociedade e a cultura.

2.2.2 – Tempo Livre, Lazer e Desporto no Contexto Escolar

O paralelismo entre a instituição escolar e a realidade sociocultural em que está inserida parece demasiado evidente. Todas as actividades desenvolvidas durante o período de intervalos, os recreios, os “feriados”, fins-de-semana e períodos de férias escolares representam o lazer, em contraponto com as actividades desenvolvidas durante os períodos curriculares, de carácter

¹¹² - A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reuniu-se em Paris, na sua 20ª sessão, em 21 de Novembro de 1978. Esta Carta Internacional de EFD compreende 11 artigos

obrigatório que correspondendo às obrigações a cumprir, constituem o trabalho do estudante.

Partindo deste princípio, poder-se-ia considerar que todos os tempos não ocupados que os alunos passam na escola em obrigações escolares, enquadrados pelos horários escolares, são *tempos livres escolares*. Há no entanto que reconhecer que existem tempos que o aluno não pode prescindir durante esse período como sejam, tempo para a alimentação, o repouso, e a higiene, entre outros.

Deste modo, na sequência de conceitos anteriormente citados, o tempo livre escolar deve corresponder a todos os tempos livres de permanência na escola, considerando então que os tempos livres dos alunos são aqueles que se situam nos intervalos das aulas, no recreio, nos “furos” dos horários escolares ou das faltas dos professores, nos tempos após as aulas, os fins-de-semana, feriados e férias escolares.

Por outras palavras, diríamos que os alunos para além dos referidos *tempos livres escolares* têm ainda outros tempos livres. Nestes casos, podemos considerar por um lado, os tempos após as aulas em que o aluno se considera liberto da tutoria escolar passando essa responsabilidade para a família, e, por outro lado, os tempos de fins-de-semana, feriados e férias escolares em que se impõe um esforço convergente da escola, da família e da comunidade, nomeadamente as autarquias e as associações desportivas e culturais, no que concerne à valorização dos tempos livres dos jovens. Neste aspecto, vale a pena referenciar os programas de “Férias Desportivas” como um esforço actual.

A LBSE, Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro estabelece o quadro geral do sistema educativo que se organiza de forma a contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico (art.º 3º, b). Deve ainda, contribuir entre outras coisas para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres (art.º 3º, alínea f).

Na sua organização geral, a educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres (art.º 4º, alínea 3).

Permite ainda a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência através da educação extra-escolar, assegurando como vector fundamental da educação (através do art.º 23º, ponto 3, alínea f) *a ocupação dos tempos livres*.

A este propósito, no caso das competências, a LBSE remete para o Estado a responsabilidade de promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias ou das associações culturais e recreativas entre outras (art.º 23º, ponto 5) o que, vai claramente ao encontro das nossas preocupações neste trabalho centradas na análise da interacção do sistema educativo, dos municípios e do movimento associativo, no quadro do tempo livre e do lazer no contexto da educação escolar.

A importância dada pela LBSE nesta área é tão evidente, que preenche o art.º 48º com 5 pontos onde se evidencia que as actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementados por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres. Se por um lado, estas actividades de complemento curricular devem promover o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade, por outro lado, as actividades de ocupação de tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

É aqui que o desporto escolar assume a sua maior importância neste contexto pois deve promover a saúde e a condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade.

Também a LBD refere no seu artº 53º que a educação física e o desporto devem ser promovidos na escola nos âmbitos curricular e de complemento curricular, tendo em conta as necessidades de expressão física, de educação e

de prática desportiva, visando o fomento da prática do exercício físico, o aumento do interesse do aluno pelo desporto e o seu desenvolvimento.

Se as actividades desportivas devem ser consideradas, nos currículos escolares, como uma área única que deve contribuir para o desenvolvimento e formação da personalidade dos jovens, o Desporto Escolar, entendido e organizado como actividade desportiva não curricular, deve afirmar-se como uma actividade particularmente favorável à satisfação dos interesses e necessidades sentidas pelos jovens no mundo contemporâneo, e ser orientado de forma a não reproduzir aspectos de alienação dos valores humanos inerentes à criação do Desporto.

É este Desporto Escolar, que os jovens realizam nas suas escolas, no seu tempo livre, de forma voluntária, participada e organizada, com o apoio dos educadores a que Carvalho, A (1987:130) se refere nas formas que ele deve assumir, indicando a existência de uma íntima relação entre a actividade curricular e a do tempo livre, ainda que não se deva aceitar qualquer relação de causa e efeito entre ambas, nem que esta relação se estabeleça mecanicamente.

Por outro lado, esta organização deve ter um carácter permanente no interior da escola e aproveitar todos os meios envolventes na comunidade que ajudem aos objectivos formativos das actividades, seja através do estabelecimento de relações com as autarquias locais, seja através de um relacionamento com os clubes desportivos regionais ou com quaisquer outras colectividades sociais ou culturais, desde que estas não atinjam a indispensável autonomia educativa escolar.

O Decreto-lei n.º 115-A/98 de 04 de Maio aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários, bem como dos respectivos agrupamentos.

O preâmbulo do Decreto, evidencia claramente que o desenvolvimento da autonomia das escolas exige que na sua organização se estabeleçam um conjunto de relações a nível da Administração central, regional e local onde o poder local deve ser capaz de assumir de forma privilegiada um conjunto de novas competências com meios adequados. Deste modo pressupõe o

reconhecimento de que, mediante certas condições, as escolas podem gerir melhor os recursos educativos de forma consistente com o seu projecto educativo, desempenhando melhor o seu serviço público de educação e partilhando com a comunidade a responsabilidade da qualidade de educação. Assim, a nosso ver, a presença de representantes do poder local¹¹³ nesta concepção organizativa da administração educativa centrada na escola, pode favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades, indo uma vez mais ao encontro das nossas preocupações numa interacção escola/autarquia local com vista ao tempo livre e ao lazer no contexto da formação escolar.

De acordo com o art.º 3º do regime de Autonomia, Administração e Gestão, autonomia é o poder que a administração educativa confere às escolas de forma a poderem tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e competências consignadas.

Para este efeito, de acordo com o seu artigo 3º, ponto 2, os instrumentos do processo de autonomia das escolas são:

- a) Projecto Educativo – documento que consagra a orientação educativa da escola por períodos de 3 anos, onde se explicitam os princípios, valores, metas e estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa;
- b) Regulamento Interno – documento que define o regime de funcionamento da escola, bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar;
- c) Plano Anual de Actividades – documento de planeamento, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola, que define os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procede à identificação dos recursos envolvidos.

Por outro lado, torna-se importante referir que a Assembleia de Escola, como órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da sua actividade, é ainda o órgão de participação e representação da comunidade educativa em

¹¹³ - Artigo 6º, ponto 2 - A Assembleia de cada escola terá também obrigatoriamente a participação, de representantes do poder local.

cuja composição consta a participação de representantes de docentes e da autarquia local¹¹⁴ entre outros.

Para além disso, por opção da escola, a Assembleia de Escola pode ainda incluir representantes locais de actividades de carácter cultural, artístico, científico, ambiental e económico, com relevo para o projecto educativo da escola.

Embora ainda não regulamentado, o art.º 48º refere-se aos contratos de autonomia que mais não são do que acordos celebrados entre a escola, o Ministério da Educação, e a administração municipal, havendo ainda a abertura para outros parceiros interessados neste contrato, onde se definem objectivos e se fixam condições que viabilizam o desenvolvimento do projecto educativo.

Deste modo, também este decreto do regime de autonomia das escolas se revela como mais um instrumento válido para fazer interagir a escola, o município local e o movimento associativo desportivo.

Face aos princípios estabelecidos no regime de autonomia, administração e gestão, o Despacho Normativo n.º 24/2000 de 11 de Maio considerou necessário proceder a uma definição dos parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar para serem desenvolvidos no âmbito dos respectivos projectos educativos e planos anuais de actividades.

Definem-se assim, por um lado, os princípios orientadores para a organização do ano escolar e por outro lugar, reconhece-se às escolas competência para adoptarem medidas que permitam compatibilizar o calendário escolar com o desenvolvimento do respectivo projecto educativo.

Naquilo que nos interessa, é de enorme importância o articulado no ponto n.º 3, art.º 2º que refere que, na organização do ano escolar, o órgão de direcção executiva da escola assegura que o respectivo estabelecimento de ensino se mantenha em funcionamento, incluindo durante os períodos de interrupção, para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular, de carácter artístico, cultural e desportivo, constantes do respectivo projecto educativo e plano anual, num quadro de cooperação e de mobilização dos diversos parceiros educativos.

¹¹⁴ - Artigo 12º, ponto 3 – Os representantes da autarquia local são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia.

Este ponto, reforça não apenas a necessidade que a escola sente na ocupação dos tempos livres dos seus alunos mas, igualmente, uma manifesta preocupação num enriquecimento com actividades sócio culturais e desportivas dos alunos em períodos de tempo livre recorrendo, sempre que necessário, a uma cooperação com parceiros educativos que como já ficou demonstrado se situam em esferas da administração local e do movimento associativo.

O Decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto aprova os planos curriculares dos ensinos básicos e secundário, e refere expressamente no seu art.º 8º que para além das actividades curriculares, os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos onde se integra o desporto escolar.

Com a publicação do Decreto-lei n.º 95/91 de 26 de Fevereiro (Ed. Física e Desporto Escolar) fica definido que o desporto escolar decorre sob a responsabilidade dos órgãos de gestão e administração dos estabelecimentos de ensino sendo a escola a sua unidade organizativa de base e é definido (art.º 5º) como “conjunto das práticas lúdico – desportivas e de formação com objecto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de actividades da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo:”

“É uma actividade de lazer que se desenvolve para além das actividades curriculares, em regime de liberdade de participação e de escolha, por parte do aluno que assim, para além de decidir se deseja ou não praticar desporto, pode, caso afirmativo, escolher a modalidade desportiva em que o faz” – Pires, G. (s/d:47)

No que diz respeito ao desenvolvimento do desporto escolar, o seu art.º 10º, ponto 6, refere que a articulação das iniciativas das escolas com as autarquias locais e com os clubes desportivos da respectiva área geográfica, se desenvolve de acordo com o quadro de modelos definidos pela Direcção Geral do EBS.

Indo ao encontro da cooperação com outros serviços e entidades, o Decreto-Lei n.º 165/96 de 5 de Setembro que cria o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, indica que este Gabinete, no âmbito das suas competências, estabelecerá relações com as autarquias locais e com o movimento desportivo, entre os quais as federações e as associações desportivas, tendo em vista o estabelecimento das bases de uma cooperação institucional regular e sistemática.

No que ao Decreto-lei n.º334/91 de 6 de Setembro (Gestão de Instalações Escolares) diz respeito, a gestão das instalações do parque desportivo escolar ao procurar a optimização da sua utilização, numa perspectiva de abertura à comunidade em que se inserem, contempla tanto as actividades desenvolvidas pelo associativismo desportivo como as actividades desportivas apoiadas pelas autarquias locais (art.º 2º ponto 1).

Refere ainda que na celebração de contratos programa com autarquias locais para construção de instalações desportivas em estabelecimentos de ensino, poderá haver normas de gestão conjunta, o que facilita parcerias conjuntas em actividades de tempo livre que incluam igualmente o movimento associativo desportivo local.

Comentando este aspecto, Araújo, J. (1994:47) refere que para a existência de instalações e espaços livres, é fundamental uma motivação das autarquias e todos os organismos associativos locais, um encontro de soluções práticas elementares, possibilitadoras do alargamento, ao maior número de jovens, de actividades de animação e formação desportivas nos seus tempos livres.

Bento, J. (1991c:184) depois de esclarecer que o clube local e a escola sendo dois momentos de um mesmo tempo, duas faces inter complementares da mesma moeda, – a formação desportiva – têm a mesma função a cumprir, acrescenta que (op. cit.:185) têm de viver em simbiose de perspectivas e alargar a sua cooperação no sentido dos objectivos comuns, a fim de que o jovem possa receber, de ambos os lados, uma imagem francamente positiva da sua ligação ao desporto.

Esta relação que a escola deve estabelecer com o clube desportivo e a sintonia que este deve ter com a escola, são recordadas por Coelho, O. (1989:88)

quando acentua o papel da escola¹¹⁵ no processo de desenvolvimento desportivo desempenhando de forma privilegiada a função de proporcionar acolhimento aos que não têm êxito nos clubes e oportunidades de prática aos que não têm acesso aos clubes, mas também, proporcionar uma orientação ajustada ao perfil de personalidade e às características de cada indivíduo.

A ligação entre escolas e clubes é por vezes tão evidente que, o professor de desporto na escola é igualmente o treinador no clube local, passando, não poucas vezes, os seus alunos da escola a serem os seus atletas no clube. Esta ligação estende-se também ao nível do praticante. Cada praticante não pode nem deve ser olhado, só, como um simples praticante que abandona a vida desportiva após deixar a prática desportiva formal federada.

Pires, G. (1993:20) é da opinião que cada praticante tem de ser considerado como um potencial técnico, ou possível dirigente. Tem de ser idealizado e construído, a partir da escola, não só um novo dirigente desportivo como até um novo técnico desportivo. Não sendo a escola tudo, o futuro do desporto organiza-se no entanto, a partir dela.

Se ambos pretendem servir o desporto e, por intermédio deste, as crianças e jovens, então tem que se chegar a uma forma cooperativa de estar.

Bento, J. (1985:6), a este propósito, entende que é necessária a colaboração estreita para garantir o direito à prática desportiva, à manutenção da saúde e à melhoria da qualidade de vida. Escola e clube devem abrir-se reciprocamente as portas e abolir as reservas ainda eventualmente existentes¹¹⁶, o clube deve ocupar-se mais intensamente com os problemas do desporto na escola e a escola deve esforçar-se mais por compreender o clube. Nada disto é decretado e orientado de cima para baixo, deve ser procurado e forjado em cada local, onde haja escola e clube

¹¹⁵ - Carvalho, A. (1976:25) – Cabendo à escola uma função educativa, não se pode desresponsabilizar a comunidade que, no fundo, é em si mesma o meio educativo fundamental (exemplo: os órgãos de comunicação social, a TV em especial). Nesta perspectiva, o “tempo livre” assume uma importância decisiva para a formação educativa e as que se lhe dedicam assumem uma clara responsabilidade cívica de carácter formativo.

¹¹⁶ - A relação entre desporto na escola e no clube é vista, muitas vezes como uma relação de rivalidade o que faz com que surjam dificuldades em vários domínios como lazer, competição, detecção de talentos ou até na racionalização dos tempos de utilização e dos custos das instalações desportivas.

2.2.3 – A importância da relação do Tempo Livre e do Lazer com a escola, a autarquia e o Desporto

Depois de entendermos a legislação escolar que torna evidente o interesse e a necessidade das escolas interagirem com a comunidade local, nomeadamente as autarquias e o associativismo desportivo que balizam a nossa área de intervenção, julgamos igualmente importante mostrar que este conjunto de preocupações e interesses em reflectir o tempo livre e cooperar com as escolas, é também uma manifestação clara do movimento associativo desportivo.

A Constituição da República portuguesa é clara, vejamos. As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral (Artigo 69.º, ponto 1), e gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais (Artigo 70.º), nomeadamente, no ensino, na formação profissional e na cultura (a); na educação física e no desporto (f); no aproveitamento dos tempos livres. (g)

O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, e as colectividades de cultura e recreio, entre outras, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade

Por outro lado, o artigo 79ª complementa este conjunto de preocupações referindo igualmente que todos têm direito à cultura física e ao desporto, cabendo ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Este conjunto de articulados é uma boa base para compreender que o desporto não deve ser privilégio dos mais dotados mas antes para todos os que, neste contexto, o desporto lúdico e recreativo assume uma enorme importância. Por

outro lado, constata-se igualmente que o aproveitamento dos tempos livres é um direito dos jovens e uma obrigação do Estado.

Parece também evidente que há um propósito firme em co-responsabilizar nesta tarefa as escolas, as autarquias locais e as associações culturais e desportivas condenando-as a uma interligação sociocultural e desportiva nas áreas do lazer e tempo livre.

Assim, confirmando na LBD que todos têm direito ao desporto (artº 2º, ponto 1 e artº 4º), fica estabelecido pelo princípio da descentralização através do seu artº 9º que deve ser proporcionada uma intervenção em regime de parceria com as autarquias locais a) – na área dos equipamentos e infra-estruturas desportivas, b) – organização da actividade dos clubes, c) – desenvolvimento de actividades desportivas das escolas, a nível interno, e) – criação de condições mais favoráveis à participação dos clubes desportivos escolares nas correspondentes de âmbito local, regional e nacional, f) – realização de programas de ocupação desportiva nos períodos de interrupção lectiva.

Para Carvalho A. (1976:18), o alheamento do clube da sua função formativa, terá como consequência impedir que a criança tenha uma adequada orientação educativa para a prática desportiva durante o seu tempo livre. O clube não terá que pretender substituir ou compensar as falhas da escola, o seu papel é claro e insubstituível procurando fazer com que a criança descubra uma prática desportiva directamente integrada na vida social, com o objectivo de a informar e iniciar desportivamente contribuindo para a sua educação social.

Do ponto de vista organizativo, o clube deve ser encarado num quadro de participação alargada e conjugação de esforços e acções que tenham por objectivo servir a comunidade, mesmo sabendo-se que existe uma diversidade de interesses que gravitam à sua volta e de todo o fenómeno desportivo em geral (Homem T. 1997:43)

Deste modo, o clube desportivo ocupa-se das mesmas pessoas que a escola – os jovens – e por isso, Bento (1991c:184) é da opinião que o clube e a escola têm que viver em simbiose de perspectivas e alargar a sua cooperação no sentido dos objectivos comuns, a fim de que o jovem possa receber, de ambos os lados, uma imagem francamente positiva da sua ligação ao desporto.

A importância da sua implantação enquadra-se no processo de desenvolvimento em que o desporto não pode deixar de ser visto como um acesso a bens e serviços, como meio de satisfação de necessidades básicas, como qualidade de vida. A prática desportiva é hoje sem dúvida uma necessidade sentida por todos, capaz de redimensionar a monotonia e combater o vício e o ócio.

O sentido lúdico da população deve dispor das mais variadas formas desportivas adaptando-se a novos valores desportivos, a novas práticas desportivas, a um novo desporto menos formal e menos fechado. O clube desportivo deve continuar a fomentar o hábito desportivo¹¹⁷, como hábito de higienização, num amplo movimento de criatividade e dinamismo social (Homem T. 1997:144) e abrindo caminho para uma sintonia mais aberta e franca com a escola¹¹⁸ e com as autarquias na assunção de um modelo de ocupação dos tempos livres, do lazer e das actividades desportivas dos jovens em idade escolar.

Aos jovens em idade escolar e em período de férias escolares, é possível ainda uma participação nos chamados programas de Férias Desportivas com apresentação de projectos junto do Instituto Português da Juventude (IPJ) ou do Instituto de Desporto de Portugal (IDP).

O Programa Férias Desportivas que é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado da Juventude e da Secretaria de Estado do Desporto, visa contribuir para uma formação integral, proporcionando aos jovens a oportunidade do exercício e prática de modalidades desportivas e visa a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens, designadamente através da descoberta e prática desportivas, assumindo papel determinante na sua formação e desenvolvimento.

¹¹⁷ - Marivoet, Salomé (2001:13) – Com base nos resultados do inquérito aos hábitos desportivos, aplicados a uma amostra representativa da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos, durante o primeiro semestre da época desportiva 1998/99, estima-se numa margem de erro de 0,008, para intervalos de confiança de 95%, que a prática desportiva abrange 23% da população em estudo

¹¹⁸ - Enquanto Zimemermann, (1990) citado por Bento J. (1991c:189) refere uma “aliança pedagógica entre o clube e a escola, Bento (ibidem) refere que essa “aliança pedagógica” apenas faz sentido entre as aulas de Educação Física e o Desporto Escolar, isto é, o desporto na escola não deve ser entendido, estruturado e organizado apenas à luz da relação estabelecida com o desporto no clube.

O programa de Férias Desportivas é regulamentado pela portaria n.º 745-L/96 de 18 de Dezembro, compreende todas as modalidades desportivas em que exista estrutura federativa ou outra forma organizada de associativismo, e nele podem participar através da apresentação de projectos:

- a) Associações juvenis inscritas no Registo Nacional das Associações Juvenis (RNAJ);
- b) Federações e associações desportivas;
- c) Clubes e colectividades que prossigam actividades desportivas;
- d) Grupos informais de jovens.

Corolário, quiçá, deste conjunto de preocupações que estão para além do rendimento, surgem os denominados Clubes de Praticantes (CP), uma vez que o quadro normativo actual se apresenta essencialmente vocacionado para o designado desporto-competição, não se assegurando, desta forma, os mecanismos indispensáveis à participação dos cidadãos no âmbito do desporto-recreação conforme referido pelo art.º 79ª da nossa Constituição.

Estes CP que foram criados através do Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro, visam acima de tudo assegurar os mecanismos indispensáveis à participação dos cidadãos no âmbito do desporto – recreação e simplificar os mecanismos legais vocacionados para fomentar e apoiar a prática do desporto, enquanto actividade ligada ao lazer e orientada numa lógica não competitiva, com uma finalidade exclusiva de promoção e organização de actividades desportivas com fins lúdicos, formativos ou sociais. Também o artº 32º da LBD considera os CP como clubes que tenham por objecto exclusivo a promoção e organização de actividades desportivas com finalidades lúdicas, formativas ou sociais.

É nesta sequência que surgem igualmente as Associações Promotoras de Desporto (APD), previstas no artigo 30º da LBD e reguladas pelo Decreto-Lei n.º 279/97, de 11 de Outubro, constituídas por agrupamentos de clubes, de praticantes ou outras entidades que tenham por objectivo exclusivo a promoção e organização de actividades desportivas, com finalidades lúdicas, formativas ou sociais, que não se compreendam na área de jurisdição própria das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva.

Por outro lado, os clubes desportivos, são esteios fundamentais do desenvolvimento desportivo nacional, isto é, constituem uma resposta social às necessidades das populações no domínio das actividades físicas. Genericamente, é uma resposta das populações que, por intermédio de uma participação colectiva, procuraram ultrapassar carências sociais e desportivas, que de acordo com Araújo, J (1994:45) se relacionam com necessidades de ocupação de tempos livres através do desporto pela via informal ou não formal, iniciação e aprendizagem de modalidades desportivas com interesse formativo e educativo e ainda, em grupos restritos, terem acesso à “*média/alta*” competição.

Indo ao encontro deste conjunto de preocupações Araújo, J. (op.cit.47) chega mesmo a questionar porque não, então, a realização de um esforço comum entre clubes, autarquias e organismos estatais no sentido de eliminar dificuldade possíveis, conjugando potencialidades.

O clube desportivo e a escola são tidas por Bento (1991c:184) como instâncias de socialização, onde cada um tem possibilidades de larga participação na vida e carreira desportiva das crianças e jovens e, por Coelho, O. (1989:88) como uma oportunidade dos mais aptos expressarem as suas potencialidades enquanto que a todos os outros é dado o tempo e as oportunidades necessárias para que a progressiva maturação possa influenciar a sua evolução, permanecerem na prática desportiva, em níveis de acordo com os seus interesses e as suas capacidades.

Mas há uma questão básica que se tem posto que é o de saber qual a verdadeira função do clube. Qual é exactamente o verdadeiro papel destinado aos clubes, independentemente da sua dimensão, e que objectivos se propõem atingir?

Caberá ao clube apenas a área do rendimento e da alta competição passando a pertencer ao Estado a responsabilidade da formação desportiva? E as actividades de lazer? Será que é ao Estado que deve caber a responsabilidade deste “todo” desportivo? O clube desportivo deve contribuir para satisfazer as necessidades da população?

Tudo isto são preocupações manifestadas por Carvalho, A. (1976) a propósito de um trabalho sobre a função social do clube desportivo. Aí o autor recorda alguns dos problemas a que o clube tem de procurar dar resposta em planos e

áreas bem diferentes: “em relação a instalações e ao seu pleno rendimento, à necessidade de apoios estatais; às dificuldades de enquadramento e de orientação dos seus atletas; em relação às formas concretas de intervenção dos seus sócios; aos diferentes tipos de actividades; às diferentes estruturas que é necessário montar para acolher adequadamente os atletas”.

É indiscutível que ao clube desportivo têm cabido responsabilidades organizativas da prática desportiva mostrando de alguma forma uma certa incapacidade do Estado em atender eficazmente este problema. O clube tem enfrentado um conjunto de problemas, logísticos, administrativos, desportivos e financeiros¹¹⁹ mas, a nosso ver, a questão básica que deve procurar definir diz respeito à sua própria vocação, à sua função social. A nosso ver, é precisamente com preocupações da sua vocação e num alinhamento com a sua função que o clube desportivo deve caminhar, enquadrado com a escola de onde pode retirar imensos dividendos, tanto no quadro humano como no quadro material e, com as autarquias, onde o quadro de apoios e também material podem ser importantes no seu alicerce local.

Por outro lado, o clube desportivo não se pode fechar em si mesmo, apoiado em estruturas pesadas e exclusivamente voltadas para o desporto formal, para a alta competição e para o espectáculo desportivo. Hoje, o tempo mudou, o desporto é plural, as populações organizam-se para uma prática informal ou não formal, buscam a aventura, praticam actividade física pelo prazer da sua prática sem correr atrás da medalha, do recorde ou da fama. Tal como o mundo, também o desporto está em constante adaptação, surgem com regularidade novos padrões, novas ideias, novas atitudes e novas práticas que nos obrigam a olhar o desporto como um construtor do futuro em ruptura com um passado demasiado formal, fechado, elitista e “*industrial*”.

A oferta desportiva apresenta-se cada vez mais diversificada!

Pires G. (1993:15) refere o direito que todos e cada um têm quanto ao acesso aos serviços e aos equipamentos desportivos bem como aos espaços de lazer,

¹¹⁹ - É sempre uma rubrica “sensível”, muito difícil de abordar, ao qual Pires (1990) se refere como “secretismo de todo o processo de gestão das práticas desportivas. Por outro lado, Carvalho, A. (1994) recorda que é no clube de futebol profissional voltado para a autarquia que se encontra o sorvedor imparável dos meios da câmara municipal, pressionando-a para garantir “um nível de vida capaz...”

artificiais, semi-artificiais ou naturais, como aspectos fundamentais na aferição da qualidade de vida das populações.

O tempo livre das pessoas e as actividades de lazer são, hoje, uma referência insofismável para a qual clubes e autarquias devem olhar com verdade e com mais realismo.

Neste contexto, a ocupação dos tempos livres dos jovens é hoje em dia considerada fundamental não apenas como medida preventiva mas igualmente como factor de integração comunitária que tenha em vista o desenvolvimento pessoal, a participação social e, obviamente, a qualidade de vida. Por outro lado, estes programas não se devem limitar a programas pontuais mas antes a uma animação sócio cultural como método de intervenção social, centrada na dinamização de grupos humanos a partir das suas próprias necessidades (Homem, T. 2000:163)

Identificadas as necessidades a que a prática social da actividade desportiva deve responder, o clube deve adaptar-se, cumprindo a sua missão, sem se procurar substituir às funções que estão reservadas a outras instituições, antes colaborando e interagindo com elas como é o caso das escolas e das autarquias municipais.

Assim, o clube deve ir ao encontro das necessidades das populações no plano físico, social e educativo.

No plano físico é importante promover uma actividade física para a saúde, uma prática sadia, uma diversificação das actividades para responder ao maior número praticantes, abrindo o leque de “propostas”, centrando as suas preocupações no praticante e não no clube ou no próprio dirigismo.

No plano social, em que a cooperação com a autarquia é importante, as suas preocupações devem-se orientar para uma participação efectiva dos seus associados, revestindo-as de formas adaptadas ou diferentes níveis de prática, ou numa participação efectiva na vida dos clubes.

Por fim, no plano educativo, em estreita permanente com a escola, numa atitude de desenvolvimento das personalidades, da formação integral dos praticantes, de um enriquecimento cívico e cultural, de uma satisfação de realização pessoal ajudando a uma integração e inserção mais fácil na comunidade.

O Estado não faz desporto, ao Estado não compete organizar manifestações desportivas. A prática desportiva é livre e livremente se deve organizar nos seus núcleos de base do tipo associativo. É este associativismo desportivo, livremente constituído, e funcionando de forma autónoma, que deve ser acarinhado, estimulado e apoiado porque, para além de ser uma condição básica de desenvolvimento desportivo, é acima de tudo, uma escola de vida e um processo de formação da pessoa assente em valores de cooperação, solidariedade e co-responsabilização.

Para Araújo, J. (s/d:1) o futuro pretende-se cada vez com maior sucesso mas para isso torna-se necessário que a mudança se faça não apenas de palavras mas acima de tudo nas atitudes e comportamentos. Para isso, o Desporto português necessita ser encarado segundo uma perspectiva integrada, onde Treinadores e Dirigentes no Clube, Professores de Educação Física e Conselhos Directivos na Escola, Associações e Federações, Autarcas, Pais, Administração Pública, etc., lutem por objectivos comuns e concentrem as suas preocupações acima de tudo nos praticantes, nomeadamente, nos mais jovens. Como sabemos, no habitualmente denominado desporto federado, só há lugar para os melhores praticantes e, com base nos últimos números de praticantes fornecidos pelas Federações, pode concluir-se que uma elevada percentagem dos jovens do nosso País até aos 16 anos, não é abrangida pelo Movimento Desportivo.

É neste quadro de uma necessidade de resposta e de cooperação que encontramos razões mais do que suficientes, tal como Araújo, J. (s/d:2) para que, perante a importância da generalização da prática desportiva a toda a juventude portuguesa, necessitemos assumir de uma vez por todas que só a Escola no que respeita à actividade desportiva infantil e juvenil constitui verdadeiramente a solução para o conseguirmos.

Não a Escola que ainda temos, hostilizada, menosprezada, a necessitar de ultrapassar as difíceis condições de instalações com que por vezes se debate e de encontrar a disponibilidade pedagógica necessária para corresponder àquilo que a nossa juventude requer.

Mas a Escola do futuro para que todos devemos procurar contribuir, considerada e envolvida no desenvolvimento desportivo nacional, com

objectivos parciais e globais a atingir e mobilizada para se apresentar como o parceiro imprescindível que é do Movimento Desportivo.

Jorge Araújo é ainda mais directo quando refere que o Movimento Desportivo e o Desporto Escolar estão obrigados a entenderem-se, a influenciarem-se mutuamente, potenciando por essa via, o muito de positivo que têm a proporcionar à juventude portuguesa. Escola e Clube não podem nem devem permanecer quais ilhas separadas por um imenso oceano de críticas mútuas e carências graves de perspectiva

Quando nos referimos ao movimento desportivo nacional, ao contrário daquilo que muita gente pensa imediatamente e outros querem fazer crer, não nos estamos a resumir ao futebol profissional muito embora ele também faça parte deste universo. Há todo um conjunto de federações e associações que devem merecer por isso a devida atenção da opinião pública e da Administração Pública e Local.

O futebol profissional representa uma parte extremamente importante do Desporto Português mas isso não lhe dá o direito a, como é óbvio, sobrepor-se às restantes modalidades e práticas desportivas nem todos nós temos o dever e a obrigação de assistir a uma crescente campanha dos órgãos de comunicação social e de alguns dirigentes, sempre os mesmos há muitos anos e presidentes em vários órgãos de influência pública e desportiva, que teimam em persistir fazer passar a ideia de que tratando do futebol profissional se está a tratar do desporto português.

Há, obviamente limites. Mas há também direitos, responsabilidades e deveres como aliás, para todas as restantes áreas de prática, sejam elas igualmente de competição mas também de lazer na proporção do impacto que possuem em termos sócio económicos, desportivos e culturais.

Feita a ponte com o futebol profissional, que não poderia passar despercebido ao abordarmos o movimento desportivo, gostaríamos de deixar claro que o direito a uma prática desportiva deve ser um direito que nos traga satisfação e prazer, que passe hoje por um novo conceito de praticante desportivo, que pratica desporto à sua própria dimensão, no seu tempo e no seu espaço, sem pressões formais e institucionais.

2.2.4 – Tempo Livre, Lazer e Desporto, um desafio autárquico para o século XXI

Do mesmo modo, cumpre-nos enquadrar o interesse dos municípios locais com todas as preocupações já evidenciadas quer pelo sistema educativo, quer pelo movimento associativo desportivo em cooperarem na resolução do tempo livre dos jovens estudantes.

O Dec.-Lei 100/84, que regula a atribuição das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos indica no seu art.º 2º que, uma das atribuições das autarquias locais, no que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas, é precisamente a educação e o ensino (alínea f), e a cultura, tempos livres e desporto (alínea h).

Parece-nos igualmente importante enquadrar aqui o Decreto-Lei n.º 69/70 de 2 de Março que regula a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território onde tanto o plano de urbanização que define uma organização para o meio urbano e o plano de pormenor que define, com minúcia, a tipologia de qualquer área específica do município, podem dar um contributo muito valioso nesta interacção com as escolas e o associativismo desportivo local de forma a ultrapassar preocupações constantes da comunidade no lazer e na ocupação dos tempos livres dos jovens em idade escolar.

Constantino, J. (1999:41) entende que deve ser preocupação das autarquias apresentarem-se na situação de disponibilidade para apoiarem, estimularem e congregarem vontades, meios e recursos susceptíveis de melhorar a oferta de condições para a prática do desporto no interior da escola cooperando com o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.

Depois de traçar um quadro de compromissos e exigências mútuas que estas duas instituições devem assumir, chega mesmo a referir que pode afirmar com suficiente margem de segurança que, face ao desporto escolar, as autarquias se constituem como um aliado natural e preferencial (op. cit:42) esclarecendo ao mesmo tempo que, ao defender-se a intervenção das autarquias no desporto escolar, defende-se também a perfeita autonomia, independência e especificidade de ambas as partes, desde que estas tenham ideias próprias e objectivos claros.

Carvalho, A. (1987:78) confirma que as autarquias locais têm uma responsabilidade directa no desenvolvimento desportivo da sua área que se deve traduzir de forma específica através de um apoio ao desporto escolar, cabendo-lhe (op.cit:82) um papel essencial no processo de democratização da prática desportiva devidamente concebida, sem aspirarem a substituir a escola ou o clube mas antes, definindo a sua área própria de intervenção. Mas, não deve igualmente ignorar que os seus objectivos políticos se prendem com a criação de mais e melhores condições para a prática desportiva de forma a aumentar o número de praticantes desportivos, estimular e incentivar a prática do associativismo desportivo, promovendo o desporto e melhorando a qualidade de serviços prestados à comunidade e finalmente, dotar o concelho de equipamentos e espaços desportivos com qualidade para a prática desportiva. Hoje o desporto não pode ser só visto através de uma das suas partes, o desporto formal, com expressão máxima no rendimento e no espectáculo desportivo. Já evoluímos para um desporto a funcionar em regime de livre escolha, de múltiplas opções, na procura de novas práticas, que felizmente em Portugal também começa a fazer parte dos hábitos do dia-a-dia dos cidadãos.¹²⁰

Por outro lado, a cooperação entre a administração central e local é assumida pelo Decreto-Lei n.º 384/87 de 24 de Dezembro que estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios, associações de municípios ou empresas concessionárias destes. Na realização de investimentos¹²¹, (art.º 3º) estão contempladas áreas como cultura, tempos livres e desporto (alínea e), educação e ensino (alínea f) e

¹²⁰ - Sérgio, M (1974:75) – O desporto como fenómeno de lazer, só era conhecido e praticado por uma minoria altamente alfabetizada e culturalizada, injustamente (pelo exclusivismo das regalias) beneficiária dos bens, dos confortos, das ideias. Só esta minoria fazia o seu desporto semanal(ou mesmo diário), através normalmente do hipismo, do golfe, do ténis, ou outras modalidades chamadas “aristocráticas”. Actualmente, o desporto de lazer está a ser democraticamente reconhecido como direito inalienável das populações, ao lado de outras culturas

¹²¹ - No ano de 2000, as despesas da Administração Local em Portugal foram de 220 033 milhares de € para actividades desportivas, de 60 183 milhares de € para a cultura, de 58 934 € para actividades sócio culturais (Fonte; INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio)

juventude, através da criação de infra-estruturas necessárias para apoiar os jovens (alínea g).

De que valem os normativos se as autarquias não entenderem que as actividades desportivas não se reduzem ao espectáculo desportivo, corolário das actividades desportivas em regime profissional mas, devem realmente compreender que existe uma diversidade de actividades desportivas na área do lazer e do desporto escolar, do “desporto para todos” e do tempo livre com relevância para as crianças e jovens em idade escolar, sem esquecer obviamente os idosos e os deficientes.

A lógica da organização do desporto centrada em critérios organizacionais da sociedade industrial deixou de ter qualquer valor. O desenvolvimento do desporto e a sua expressão moderna são um prolongamento da expansão e evolução da sociedade industrial.

Tofler (1984:13-21) diz-nos que as mudanças a que a espécie humana se sujeitou se traduzem em vagas de mudança: a Primeira Vaga de mudança, teve a sua expressão na revolução agrária enquanto a Segunda Vaga se expressou na revolução industrial. A primeira demorou milhares de anos em contraste com a segunda que durou menos de trezentos anos. Entretanto, estamos já a dividir a nossa vida com uma Terceira Vaga que poucas dezenas de anos provavelmente durará. É nesta civilização emergente que encontramos uma sociedade animada também com um espírito de mudança. Tal como o Desporto.

Na verdade, o Desporto é tocado por mudanças, tal como outros sistemas e sectores da sociedade e o ambiente em que o desporto se desenvolve, e é objecto do interesse das pessoas, está a mudar. A dimensão global do desporto é aquilo que hoje toda a gente diz, o desporto conjuga-se e pratica-se no plural, apresenta novos valores e atitudes, e cumpre o direito que as populações têm.

A autarquia não deve ignorar a realidade que é a generalização do interesse pela prática desportiva com novas práticas, novas ideias e novas atitudes, seja enquadrada com instalações desportivas artificiais, seja em espaços naturais com fins desportivos. Deve igualmente respeitar a vontade e os hábitos desportivos das populações rumo a um desporto novo, que já pertence ao

século XXI, cada vez mais educativo, um factor de economia ou uma necessidade básica quando encarado como oportunidade de lazer ou de ocupação dos tempos livres.

Pires, (1992:196) dá-nos uma ideia mais objectiva destas mudanças: "a aventura desportiva é uma nova dimensão das práticas desportivas. É por assim dizer, a fase terciária do desenvolvimento do desporto." Desta forma, esclarece que o desenvolvimento desportivo encontra a sua primeira fase no jogo que se desenvolveu na sociedade agrícola, a segunda fase é constituída pelas práticas desportivas formais decorrentes da sociedade industrial e, a terceira fase configura as práticas não formais, informais, as práticas inorganizadas específicas de uma sociedade pós industrial, de uma sociedade de lazer. "É a Terceira Vaga, utilizando a expressão de Toffler" – conclui.

Assim sendo, as autarquias locais não se podem alhear desta realidade tanto mais que lhe são reconhecidas responsabilidades públicas e devem abrir um espaço de reflexão sobre este novo tempo, sobretudo do novo tempo do desporto e, criarem soluções para as práticas desportivas de todos, mas mesmo todos os seus munícipes.

Podemos pois dizer que foi a evolução da própria sociedade que originou esta apetência pela pluralidade desportiva fazendo com que o tempo de lazer seja encarado como um tempo com sentido. Os modelos desportivos herdados da "2ª Vaga" chegaram ao fim e já não respondem às necessidades da maioria das populações.

Como proceder então? Em primeiro lugar, qualquer município que queira estruturar uma política desportiva tem que compreender esta realidade. O Desporto mudou e aquilo que os cidadãos procuram é o direito a uma prática desportiva que não se resuma aos conceitos antigos nem se balize no rendimento e no espectáculo. Urge compreender a complexidade de que se revestem as práticas desportivas actuais mas, do mesmo modo, não esquecer a vontade das populações. As autarquias têm responsabilidades no que respeita a criar condições necessárias para que o desporto se assuma como um valor de referência na saúde e bem-estar dos cidadãos, não podem ignorar parceiros privilegiados como são as escolas e os clubes desportivos e têm de estar atentos ao lazer e ao tempo livre dos jovens em idade escolar.

E quando se fala de uma prática desportiva generalizada, aquela que é praticada da mais diversa maneira, encontra da parte da população não apenas uma grande aceitação, cada vez mais crescente, mas atitudes e um enorme valor educativo, recreativo, cultural e económico. A democratização da prática desportiva abriu novas perspectivas, outras modalidades, outros adeptos, outras formas de praticar que diferem no tempo e no local e que, acima de tudo devem ser respeitadas.

O Desporto transformou-se hoje num fenómeno cultural à escala planetária o que faz com que tenhamos uma abertura suficiente para idealizarmos e construirmos caminhos portadores do futuro. O Desporto terá certamente grandes responsabilidades na construção do mundo contemporâneo, de um mundo novo. A entrada no século XXI leva-nos a encarar, estruturar e configurar um desporto melhor que gerou grandes transformações nos últimos 10-15 anos. Ao ritmo a que assistimos às grandes transformações das últimas décadas, leva-nos a concluir que o presente já é passado e que os caminhos para o futuro estão nas nossas mãos.

Deste modo, poderemos então configurar processos de mudança integrados e uma análise e reflexão alargada, descobrindo novos temas e novos problemas rumo a um desporto que já pertence ao século XXI e, que não deixa de ser um permanente desafio para todos nós, ao tempo livre que há muito passou a ser uma preocupação comunitária e, ao lazer tido como um direito cada vez mais acentuado de uma sociedade cada vez com menos trabalho.

Mas, este desafio embora diga respeito a todos nós, é principalmente para todos aqueles que, na Administração Central ou Local, no Associativismo Desportivo ou na Gestão Administrativa Escolar têm responsabilidades acrescidas no desenvolvimento deste fenómeno que é sem dúvida o Tempo Livre, o Lazer e o Desporto.

Carvalho, A. (1982 citado por Cunha, L., 1989:22) refere que sem a acção das autarquias não há desenvolvimento desportivo mas, se se pensar que é nelas que reside exclusivamente a resolução do problema, também esse desenvolvimento não será possível. Considera ainda, que é indispensável uma acção conjunta entre o sector escolar e a autarquia e a existência na autarquia de uma política de juventude e de ocupação válida dos tempos livres das crianças, em que o desporto desempenhe um papel educativo relevante.

Em jeito de conclusão, diríamos que está bem patente o interesse dos sistemas educativo, administrativo local e desportivo em cooperarem nas áreas do lazer e do tempo livre com os jovens em idade escolar e no contexto da formação escolar ao criarem condições legais para a sua execução. No capítulo da metodologia, iremos verificar se na realidade, apesar de existirem condições normativas, essa cooperação existe e como existe e, se não existe, porque motivos ela está ausente destas instituições.

Cabe assim às autarquias criar condições e conjugar vontades, melhorar o funcionamento dos seus serviços de desporto municipais¹²², estruturando convenientemente a sua política desportiva e conhecendo o seu valor formativo, a complexidade das práticas desportivas actuais, condições de acesso, infra-estruturas desportivas, etc.

Como diria Araújo, J. (1984:40): “Ao clube o que é do clube, à escola o que é da escola, à autarquia o que é da autarquia, ninguém deve pretender substituir ninguém”, e acrescentamos nós, devem antes procurar unir esforços e competências interagindo de forma complementar, contribuindo cada um à sua maneira para um desenvolvimento desportivo nacional autêntico em geral e muito em particular, para uma melhoria das actividades de lazer e tempo livre nos jovens em idade escolar.

2.2.4.1– A cidade como espaço público e de lazer

A cidade nasceu de um conjunto de necessidades dos homens e o seu desenvolvimento, gerou um conjunto de interdependências e uma rede orgânica complexa.

¹²² - Homem, T. (2000:162) – “Modelos de Organização e Funcionamento dos Serviços de Desporto nas Autarquias da Região Centro” – Os quadros dos responsáveis técnicos pelas estruturas orgânicas de Desporto das autarquias estudadas da região centro, são um verdadeiro mosaico académico e de escolaridade, formando verdadeiros vitrais iletrados em questões de desporto e educação física. Também José Manuel Constantino entende que os quadros técnicos que suportam os serviços de desporto municipais devem ser assegurados por profissionais qualificados no domínio da educação física e do desporto e um perfil académico e profissional adequado ao exercício das tarefas de gestão do desporto numa autarquia.

Para Joel de Rosnay (1977:45), as primeiras cidades nasceram há cerca de cinco mil anos a partir de aldeias¹²³ situadas em zonas férteis: Mesopotâmia, Vale do Nilo, do Indo e do Rio Amarelo.

De acordo com Giuseppe Longhi (1991:32), a natureza da cidade e das zonas que a compõem são uma consequência da era pré industrial, industrial e pós industrial mas igualmente do conceito de tempos livres que desde sempre perseguiu as sociedades.

Na época pré industrial, a classe aristocrática encontra no jardim e na "villa" os locais privilegiados para as práticas desportivas enquanto o local de encontro da classe popular é a praça e o largo.

Os Jardins de Versalhes, em França, são um paradigma do poder e da iniciativa lúdica, do lazer e do divertimento. Por outro lado, o poder civil encontra na praça local o abrigo ideal à sua maior capacidade de expressão e de reunião com o povo como forma de desenvolvimento de espectáculos desportivos e iniciativas de jogo.

Os espaços dos tempos livres da cidade na era da cidade industrial, ao inspirarem-se no romantismo, libertaram-se de preconceitos e assumiram formas mais livres e menos geométricas.

O século dezoito torna-se também um marco de mudanças. A Revolução Industrial atrai para as cidades, fluxos cada vez mais densos de população. As possibilidades de distração e de êxito contribuem para escoar de forma acelerada a população da periferia para a cidade. A cidade industrial torna-se gradualmente um caos e a zona verde transforma-se num local de relaxamento em oposição ao frenesim e alienação do trabalho desse tempo.

O acesso aos complexos verdes começa a ser controlado e são oferecidos às populações, um conjunto de actividades à semelhança daquelas que outrora eram oferecidas à aristocracia. Surgem um conjunto de equipamentos de apoio às actividades como pavilhões, restaurantes e hipódromos que passando a enriquecer essas estruturas, vão ao encontro das necessidades, e exigências, da burguesia e dos operários. Os espaços verdes surgem como uma espécie de contraponto à poluição e ao crescimento dos subúrbios.

¹²³ - Rosnay, J (1977:44-45) - "Em 1850 existiam no mundo quatro cidades com mais de um milhão de habitantes. Em 1900 existiam vinte e cinquenta anos mais tarde, cento e quarenta"

No século seguinte, com o crescente aumento do tempo não produtivo dos trabalhadores começa a surgir igualmente uma maior preocupação em criar espaços para ocupar os tempos livres dos trabalhadores. O associativismo desportivo e as modalidades desportivas crescem de forma acelerada em número de praticantes e de simpatizantes. As competições assumem-se como corolário dessa prática desportiva e os Jogos Olímpicos da era moderna em 1896 são a sua maior expressão.

O século vinte surge fulgurante. A prática desportiva torna-se cada vez mais uma obsessão e uma apetência para as populações. O seu desenvolvimento formal vai assumindo cada vez maior expressão. Mas é também neste século que se assiste a uma separação entre a prática desportiva e o novo conceito de lazer que vai mobilizando cada vez mais a população. O Homem torna-se a figura central deste novo ordenamento (Longhi, *ibidem*). O desporto mudou. As práticas desportivas tradicionais já não satisfazem o interesse da generalidade das populações para além de lhes proporcionarem espectáculos. Há efectivamente uma nova maneira de olhar e de viver o desporto para além daquela que nos foi legada pela civilização industrial e que se consubstancia na prática das modalidades tradicionais.

A cidade não se adaptou, não conseguiu acompanhar esta alteração e muito menos o seu ritmo de mudança. A crise da cidade funcional instalou-se e atingiu o aspecto da prática e da fruição do desporto por parte das populações. Espera-se que acorde do pesadelo, e a sua preocupação em tornar os seus espaços cada vez mais polivalentes para uma vida activa das populações e actividades associativas comece a surgir, ainda que de forma tímida. A cidade deve tender a tornar-se num projecto multifuncional, de combinação do tempo de trabalho com o tempo livre, da tecnologia com o ambiente. Surgem novos paradigmas civilizacionais que começam a alterar o modo de vida, os comportamentos sociais, os direitos e deveres, os interesses das populações e com eles, alterações sociais, económicas, políticas e culturais.

A cidade, pelo menos modificou-se. Os interesses são crescentes e com eles agregam-se especulações imobiliárias e fundiárias que promovem por vezes a degradação quer do parque habitacional, quer de espaços verdes, lúdicos ou de lazer em detrimento de interesses económicos ou políticos.

A crescente importância concedida à preservação dos espaços verdes urbanos deriva não apenas da sua função social, mas sobretudo da influência climática que se produz nas cidades. Hoje, exigem-se definições de políticas de gestão do solo e planeamentos urbanísticos eficazes uma vez que, inquestionavelmente, a natureza e a cidade são conceitos que não se opõem nem se excluem, pelo contrário, antes se completam.

O seu planeamento assume-se hoje como fundamental numa política de gestão dos recursos naturais na base dos princípios de um desenvolvimento sustentável.

Cabe pois ao poder autárquico a responsabilidade de gerir correctamente o espaço público que é a cidade e um conjunto de actividades educacionais, de jogo ou de recreio, que tenham em vista a redução de tensões sociais resultantes de um desenvolvimento urbanístico desordenado.

Para Bento, J. (1998) "muitas coisas continuam a dificultar que a urbe seja realmente a cidade" constatando um contraditório de interesses, e, referindo ainda que "as linhas da urbanização e as da humanização entram frequentemente em rota de colisão" numa alusão a "aproveitamentos políticos de duvidosa seriedade."

Constantino (1999) diz-nos que a autarquia é um território sujeito a várias pressões, muitas vezes levada a ceder em nome de algum populismo e sedução fácil. Por outro lado, refere ainda que deve ser entendida como um óptimo espaço de planeamento e programação. Uma programação em que vários interesses se cruzam e em que a combinação desses cruzamentos pode ter consequências óptimas na fidelização dos diferentes públicos.

Nesta sequência, Bento J. (1998) refere também que na cidade devem sentir-se perfeitamente à vontade, sem qualquer receio ou ameaça, o seu elemento móvel principal, o cidadão de todas as idades: a criança ávida de brincadeiras, o jovem sedento da sua juventude, o adulto e o idoso ardentes da vida e para fugirem à solidão.

Bento J. refere ainda que "não está em causa apenas o bem-estar corporal e mental no plano individual, mas também o bem-estar social" numa comunidade que define a cidade como "uma comunidade humana, como uma congregação, como um colóquio e uma festa das pessoas. O que está em causa é o cidadão,

porque, a ideia de cidade se interliga com a ideia do seu habitante. O desporto possibilita essa e outras descobertas".

Surge assim um difícil e fascinante desafio a todos aqueles que têm à sua frente a tarefa de se dedicarem ao desporto, melhor dizendo, ao direito à prática desportiva para todos, à ocupação dos tempos livres, enfim, a todos aqueles que têm necessidade de definirem nas autarquias novos ambientes funcionais e éticos entre os espaços urbanos e os espaços emergentes de uma nova sociedade com ideias novas, com um desporto a ser praticado no plural.

A Recomendação nº (86) 11 do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre Espaços Públicos Urbanos – Conselho da Europa - recorda que "A fruição dos espaços livres insere-se na aspiração legítima dos cidadãos à melhoria da qualidade de vida, assim como da coesão social, e contribui dessa forma para a protecção dos direitos do Homem no seu ambiente edificado."

O espaço público harmonizado e "desportivizado", vocacionado para o jogo e recreação, torna-se portanto determinante para a melhoria da qualidade de vida e da humanização dos municípios em geral e deve ser encarado como parte integrante de um processo de concepção do tecido urbano e não como actividade residual.

Para Constantino (1994) "a nova cidade será plurifuncional. Os espaços para o desporto serão tendencialmente cada vez menos desportivos e mais multiculturais, onde se possam desenvolver actividades variadas" como um novo direito urbano de todo o cidadão e em alternativa à visão única da competição e do espectáculo.

Este autor refere ainda (1993) que a própria cidade não é mais o espaço de trabalho, de troca, eventualmente de habitação. Ela torna-se igualmente um espaço de uso desportivo onde o *jogger*, o *roller*, o *skate* ou a bicicleta ocupam os passeios em práticas desportivas individualistas e hedonistas. A paisagem desportiva actual é já constituída por um cenário diversificado, onde se conjugam o espaço fechado e o espaço aberto, o espaço formal e não formal, o estádio e a praça, o pavilhão e o jardim, a piscina e os rios.

Bento, J. (1998) pretende ajudar a pensar e melhorar a imagem urbana que herdámos do passado: o retalhamento da cidade em zonas para cumprir separada e isoladamente as funções de viver na sua globalidade. De modo a perspectivar a cidade da qualidade de vida, com *habitat* natural para o *homo*

ludens, para o *homo sportivus*, para o *homo humanus*. Com oportunidades e espaços lúdicos e desportivos disseminados de maneira natural e não como próteses implantadas no plano urbanístico.

Um plano de ordenamento global da cidade não pode deixar de integrar nela o desporto, o jogo e o movimento com espaços de fácil acessibilidade e uma visão ampla do desporto.

Os responsáveis políticos não podem continuar a entender o desporto exclusivamente orientado para a competição e alto rendimento. Este raciocínio leva-os por norma a enveredar sobretudo para instalações "betonadas" muito formais e especializadas, grandes e vistosas quanto baste, em local bem visível e pouco acessível, com o pensamento sempre subjacente da caça ao voto de cada cidadão, como se um pavilhão para alguns, desse mais votos que um parque polivalente de "Desporto para Todos".

A relação entre o espaço e o comportamento é um factor suficientemente estudado e a relação entre o urbanismo e os comportamentos individuais e sociais decorrem desta condicionante de efeitos mútuos.

João Cabaço (1990) ao estudar o problema centrando-o na importância dos espaços desportivos face à prevenção da delinquência, refere que o espaço lúdico-desportivo é sem dúvida nenhuma um dos aspectos mais importantes para o encontro salutar e de convívio das populações bem como para o desenvolvimento e manutenção de uma saúde física e para uma maior disponibilidade social. Como tal, continua João Cabaço, "não podemos subestimar a importância que para a cidade têm as suas instalações desportivas e a necessidade de que elas se situem em ambientes adequados, rodeados totalmente de espaços verdes." A terminar, este autor conclui que "por intermédio do desporto e dos espaços de lazer ou desportivos, o reforço do convívio local é de primordial importância".

Já em 1993, Marivoet, S. lamentava que, a propósito do estudo desenvolvido em 1987/88, a carência de infra-estruturas desportivas e a deficiente promoção desportiva no contexto do lazer, fossem responsáveis pela dificuldade na aquisição de novos valores capazes de generalizarem a prática desportiva, criando novos hábitos, no contexto do movimento do "Desporto para Todos".

2.3- LAZER

Jacques Rouyer¹²⁴ conta-nos que no final do séc. XVII, a burguesia começa a reinar com a aristocracia sob a forma de um compromisso: a monarquia constitucional. A riqueza e a liberdade das classes dirigentes permitem-lhes lazeres. A força do dinheiro marca o lazer desde o nascimento, ao contrário do desporto grego onde se aposta nos cavalos, nalguns corredores pedestres, em pugilistas semi-profissionais. No princípio do século XIX, a classe privilegiada inventa a actividade desportiva para satisfazer as suas necessidades, reunindo-se em clubes para praticar a corrida a pé, a esgrima e o cricket¹²⁵ onde Thomas Arnold não deixará escapar esta forma de lazer, assim como os jogos populares e o novo movimento de educação em voga: o desporto.

Só o lazer propiciado pela riqueza vai permitir a prática desportiva uma vez que, os operários não têm lazeres trabalhando mais de 65 horas por semana.¹²⁶ O lazer vai sendo recusado ao proletariado que tem de enveredar pelo profissionalismo, passando o desporto portanto, a ser uma actividade de lazer da aristocracia e da alta burguesia, essencialmente como um meio de educação social dos seus filhos (Feio, N. 1978:122).

É pois sobretudo a partir do advento da chamada “sociedade industrial”, que a importância do lazer foi ganhando terreno, na produção dos pensadores do século XIX.

Na Europa, os primeiros sinais contra as condições de trabalho industrial em claro desrespeito pela dignidade humana e a favor do lazer dos operários, surge o manifesto que já citámos de Lafarque “O Direito à Preguiça” em 1980. Após um certo período de adormecimento sobre a matéria, e com o pós guerra, surgem nas primeiras décadas do século XX os primeiros estudos sistemáticos sobre o lazer, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Independentemente do contexto pós guerra ser propício para um estudo e uma investigação mais

¹²⁴ - “A sociedade Burguesa – O caso da Inglaterra” Texto para discussão, in: Feio, N. (1978:120) Desporto e política, ensaios para a sua compreensão, Compendium, p 195

¹²⁵ - Sérgio, M. (1982:26) “O final do século XIX início do século XX foi marcado pelo domínio e pelo papel de maior relevo que a burguesia ia assumindo na área do divertimento, lazer e desporto, onde a burguesia se fechava em clubes, vedados aos trabalhadores, onde se faz o cricket, a esgrima e a ginástica.”

¹²⁶ - A este propósito, o carácter de classe era definido como “o amador que não é operário, nem artesão, nem jornaleiro.” (Gillet, 1961:86)

atenta e noutra dimensão, já Bertrand Russel em 1932 publicava o seu “Elogio ao Lazer”, Huizinga publicava em 1938 o Homo Ludens e Veblen, publicava no início desse século o clássico “Teoria da Classe Ociosa”.

Samuel, N. (1983:325) explica que é no final da I Guerra Mundial que se abre em França um novo período na redução dos tempos de trabalho num ritmo de certo modo acelerado. Os efeitos económicos da guerra precipitaram a industrialização da sociedade francesa. A redução do tempo de trabalho toma novas formas mas sobretudo novos significados. Não se trata de limitar o trabalho com o objectivo de que o trabalhador possa recuperar as suas forças físicas mas sim, de uma aspiração legítima a um novo modo de vida, onde o lazer desempenha uma tarefa cada vez mais importante. Refere ainda a crescente importância do tempo livre na sociedade francesa ao ponto de ser criado em 1961 o Ministério do Tempo Livre. (op. cit:339).

Apoiado em vários exemplos deste artigo, este autor sublinha que a sociedade francesa mostra bem que o tempo libertado ao trabalho produtivo, anteriormente concebido apenas como um simples elemento reparador das forças produtivas, tende a ser cada vez mais um tempo decisivo e privilegiado onde se elaboram valores colectivos novos. Estes exigem o aumento da expressão da individualidade e tendem a reduzir as imposições do trabalho, como todas as outras obrigações institucionais (ibidem)

A crescente importância deste fenómeno do lazer torna as sociedades capitalistas e socialistas de então mais atentas, tornando o estudo do lazer mais sistemático. Com naturalidade, surgem por esta altura, anos cinquenta, vários trabalhos que se destacaram pela repercussão como “A Multidão Solitária” de David Riesman, “O Trabalho em Migalhas” de Fiedmann ou “A Nova Classe Média-White Collar” de Mills.

De qualquer modo, é por volta dos anos setenta que vários autores vão dando mais ênfase e um estudo mais generalizado de onde se destaca igualmente Parker, Kaplan, Grazzia, Fourastié, Eric Dunning, Norbert Elias e principalmente, Joffre Dumazedier.

São visíveis em diversas publicações de opinião que o século que estamos a viver se enquadra com um ambiente de complexidade, dependente muitas das vezes de circunstâncias imprevisíveis e até mesmo fortuitas, sujeito a contingências aleatórias, mas que por isso mesmo se repercutem desde já em

ambientes familiares, sociais, culturais, políticos, profissionais e desportivos, num envolvimento diário que provoca naturalmente um tempo de mudança e acima de tudo uma enorme necessidade de melhorar a capacidade de adaptação aos novos tempos que se aproximam.

Se Freud afirmava que andamos todos fascinados pela busca do prazer (princípio do prazer), muito antes já Aristóteles dizia que a vida humana é um caminho constante à procura da felicidade.

É esta simples palavra “mudança” que tem caracterizado a sociedade contemporânea. (Mota, J. 1997:11), (Pires, G. 1993:4), (Bento, J.1998:164)

Não podemos pois ignorar que esta cultura do tempo livre e do lazer é muito recente.

A Carta Internacional de Educação para o Lazer da Associação Mundial de Recreação e Lazer considera que o lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de actividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual social, artística ou espiritual.

O lazer é um meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal, social e económico; é um aspecto importante de qualidade de vida. Lazer é também um produto cultural e industrial que gera empregos, bens e serviços. Factores políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais podem ampliar ou dificultar o lazer.

O lazer promove a saúde e o bem-estar geral oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem actividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses e preferências. As pessoas atingem as suas plenas capacidades de lazer quando estão envolvidas nas decisões que determinam as condições de seu lazer.

Deste modo, temos de o considerar como um direito humano básico, como educação, trabalho e saúde, e ninguém deverá ser privado deste direito por discriminação de sexo, orientação sexual, idade, raça, religião, credo, saúde, deficiência física ou situação económica. O seu desenvolvimento é facilitado pela garantia de condições básicas de vida, tais como segurança, moradia, alimentação, renda, educação, salários, equidade e justiça social.

Se por um lado o lazer é muitas vezes visto como um produto da industrialização e do desenvolvimento da sociedade moderna associada a processos de urbanização e desenvolvimento das cidades, por outro lado, nem sempre foi muito bem entendida a interdependência entre o lazer e o trabalho.

Se o lazer for posto ao serviço da escola, de uma empresa, ou de qualquer instituição, poderemos entendê-lo como funcionalista, como compensatório, como prémio após o trabalho ou como distracção após o trabalho. Visto desta forma, o lazer pode ser interpretado apenas como produto, que contribui na poderosa indústria do entretenimento para mais uma alienação do que uma vivência do lazer como necessidade humana. Pelo contrário, se entendermos o lazer como um processo, também existe a possibilidade de o colocar ao serviço do homem, da sua humanização, do entretenimento como um sentimento de liberdade em busca do prazer de viver feliz (Café, A 2001:60).

De acordo com Dumazedier (1962:21)¹²⁷, em menos de cinquenta anos, o lazer afirmou-se não apenas como uma possibilidade atraente, mas como um valor. Aquele que não aproveita ou não sabe aproveitar o seu tempo livre, é um homem incompleto, um retardatário ou até um pouco alienado.

Dos estudos que se conhecem de Max Weber, sobre as ideias tipo que orientaram os fundadores do capitalismo “o trabalho justifica o lucro e toda a actividade inútil à sociedade é uma actividade menor”.

Por outro lado, Karl Marx tinha a mesma ideia da importância fundamental do trabalho quando referia que “o trabalho é a essência do homem”.

Em 1880, quando Paul Lafargue escreveu o seu famoso e já referido panfleto “O Direito à Preguiça” o lazer era ainda mais ou menos assimilado pela ociosidade. Hoje, o lazer funde uma nova moral de prazer.

¹²⁷ - Outros sociólogos do trabalho, particularmente G.Freidman foi dos primeiro a preocupar-se com estas questões do lazer (Friedmann, George, Problèmes Humains do machinisme industriel, Paris, Gallimard, 1955 / Friedmann, George, Le travail en minettes, Paris, Gallimard, 1953 / Friedmann George, Oú va le travaille Humain? Paris, Gallimard, 1953).

De acordo com Pires (1989:17), numa perspectiva anti-marxista, trata o lazer como um antídoto para o trabalho triturador, quer dizer, trata o lazer como um dispositivo compensador da insatisfação provocada no operário, pelo trabalho. Tirando uma pequena referência aos jogos de futebol, a que os trabalhadores ingleses assistiam para compensarem “as tendências agressivas” adquiridas no dia a dia pela frustração do seu trabalho rotineiro, Friedmann, não se volta a referir ao desporto.

Podemos quase dizer como diz a americana Martha Wolfenstein¹²⁸ que se assiste a uma nova moralidade do divertimento (fun morality)

Quando hoje se fala em lazer, e principalmente da forma como hoje se fala nisso, fica-nos a ideia de que os nossos avós nunca poderiam imaginar que um dia a humanidade fosse dar, como hoje, tamanha atenção ao divertimento! (Camargo, L. 1998c:9)

La Fontaine, através da fábula da cigarra e da formiga, ilustra-nos bem como o trabalho era visto como o primeiro dever e um ideal superior em oposição à preguiça e à ociosidade. A formiga teve sempre uma vida centrada no trabalho perspectivando um tempo de grande importância que era o futuro. Por outro lado, o único tempo com sentido para a cigarra era o presente, um tempo centrado no lazer que ela fazia questão de manter ao arripio da moral vigente.¹²⁹

Actualmente verifica-se uma valorização cada vez maior do bem-estar, do tempo livre e do lazer, em detrimento do culto do trabalho. Quem não aspira a um crescendo dos valores hedonistas onde os bens materiais, as férias, a redução de trabalho, o consumo, os tempos livres e o prazer estejam no centro das suas acções? Prova disto, é que hoje não é preciso economizar primeiro e gastar depois já que somos permanentemente aliciados pelo crédito bancário que nos possibilita beneficiar e facilitar os prazeres da vida

As grandes doutrinas sociais do séc. XIX pressentiram o aparecimento do lazer mas não previram na verdade a ambiguidade deste problema.

Para Karl Marx o lazer é “um espaço de desenvolvimento humano” isto é o repouso era uma reprodução para arranjar forças para o trabalho. Engels reclamava a diminuição das horas de trabalho “para que restasse tempo livre suficiente para se participar nos trabalhos generalizados da sociedade”

Pelo contrário, a maioria dos sociólogos americanos, analisaram sobretudo as diferentes formas de lazer. Muitos têm a tendência em reduzir o lazer a “uma

¹²⁸ - The Emergence of Fun Morality, in Mass Leisure – Larrabe et Meyersonhn éd. – Glencoe, Illinois, the Fre Press, 1958

¹²⁹ - Na contra fábula, uma espécie de versão moderna da fábula, a cigarra depois de questionada pela sua rica vida que levava, explica à formiga que a vida hoje não está para quem trabalha, mas para quem canta como que anunciando o crepúsculo do dever do trabalho e a importância crescente do lazer. O trabalho não é visto como um dever mas antes como uma realização pessoal.

actividade livre não paga que gera uma satisfação imediata” sobretudo depois dos estudos e publicações de David Riesmann.¹³⁰

Mas esta questão levanta-se também ao nível das instalações, das reivindicações sociais, do direito ao desporto, dos negócios entre outros, porquanto seria inimaginável pensar-se há uns anos que nestas áreas haveria uma preocupação crescente a todos os níveis.

Por isso, Dumazedier (1962:17) refere que hoje nas sociedades evoluídas, o lazer é uma realidade familiar. Não é possível elaborarem-se teorias sobre problemas fundamentais da sociedade, seja a nível, social, cultural, económico, ou qualquer outro, sem reflectirmos sobre a incidência do lazer nesses problemas.

Na verdade, surgiram ginásios, recreios, parques temáticos e instalações desportivas e recreativas com o objectivo apenas para o divertimento. As populações reivindicam em manifestações sonoras, mais espaços verdes para o divertimento e lazer indicando o direito à prática desportiva e ao aproveitamento dos tempos livres, consagrados na Constituição Portuguesa (art.º 70º e 79º).

Também a Carta Europeia do Desporto considera a promoção da prática do desporto junto de toda a população, quer para fins de lazer, de saúde ou com vista a melhorar as prestações através de programas diversificados e agentes qualificados (art. 6º) mas como nos afirma Sérgio, Manuel (1974:74) para haver desporto de lazer, é necessário... lazer!

A Carta Europeia mais não é do que uma plataforma comum de intenções políticas, constituindo o repositório de princípios em que assentam as políticas democráticas para o desporto reflectindo a nova geografia de política desportiva europeia ao nível dos seus conteúdos programáticos.

É nesta área de diversão que se encontram os maiores campos de negócio, alguns dos empresários mais ricos mas, curiosamente, o lazer e o divertimento, são também um campo de trabalho enorme para a nossa sociedade. Este novo paradigma da civilização parece ter feito renascer das cinzas a inspiração de Dionísio, o Deus grego do prazer, após quase dois mil anos de domínio de Prometeu, o deus grego do trabalho.

¹³⁰ - Riesman, Davis, *The Lonely Crowd, a study of de Changing American Character*, Yale University Press, New Haven, 1952, e ainda, *Individualism Reconsidered, and Other Essays*, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1954

Na génese desta mudança, está sem dúvida a passagem do trabalho artesanal, predominantemente rural, característico da Idade Média, para o trabalho industrial no tecido urbano e nos tempos modernos. Das quase 4.000 horas de trabalho árduo e num ambiente e contexto social artificial do início do século XX nas cidades mais industrializadas em que até o domingo era dia de trabalho, as sociedades mais desenvolvidas têm já uma jornada de trabalho inferior a 1.600 horas (30 a 35 por semana), o que faz com que o tempo destinado ao lazer seja já maior do que o tempo de trabalho. Esta progressão faz-se com naturalidade já que, como refere Dumazedier (1962:45), são conhecidas as fórmulas que resumiam as reivindicações e as esperanças das lutas sindicais: “Bem-estar e Liberdade”. Ora, o Lazer é uma parte desse bem-estar e dessa liberdade.

O termo lazer (do latim *licere* “ser permitido”) não é de agora, já na civilização greco-romana era entendido como o oposto ao trabalho pois tanto em Roma como em Atenas, o ideal do cidadão livre era a plena expressão de si mesmo tanto nos planos físico, artístico e intelectual. Por outro lado, a palavra trabalho, nasceu do termo latino *tripalium*,¹³¹ que designava um instrumento de tortura. A ludicidade e a diversão sempre acompanharam a história humana desde os seus primórdios, no entanto a democratização desta cultura do lazer é um fenómeno relativamente recente. Tempo livre e lazer, são termos que, embora com raízes antigas, se adaptam cada vez mais a uma economia moderna que levam a que o indivíduo se possa divertir e fazer o que melhor entender.

Mais tarde, as vertentes doutrinárias com o advento da civilização cristã, valorizavam de alguma forma o trabalho, embora não tanto o dinheiro – “a ociosidade¹³² é a mãe de todos os vícios”. O trabalho, surgia assim, quase que como uma obrigação (“comerás o pão com o suor do teu rosto” – Bíblia) e em que o ideal de vida do cristianismo é o do homem que trabalha bastante e

¹³¹ - O trabalho, manteve a conotação de algo penoso, um verdadeiro castigo para o ser humano. A origem etimológica dessa palavra (do termo latino *tripalium*) expressa a ideia de padecimento e cativo, sentido que pode ser encontrado no Antigo Testamento, onde o trabalho é associado a sacrifício, por representar uma punição de Deus ao pecado original. É o que consta no livro Génesis, capítulo III, versículo 19: “No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra”. (Werneck, C. 2000:34)

¹³² - Ócio e ociosidade não se consideram a mesma coisa. Enquanto ócio significa uma opção nos momentos de lazer, ociosidade refere-se ao “nada fazer socialmente produzido”, seja por meio da exploração em diferentes âmbitos, como acontecia na sociedade grega, ou por meio da incapacidade do sistema produtivo de absorver todo o seu potencial humano, como acontece hoje, por exemplo, com os desempregados da nossa sociedade. (Marcelino, 1997)

aproveita o tempo livre para as preces, para não cair em tentações. Por outro lado, o movimento protestante valorizou em absoluto o trabalho e os bens materiais, encarando-os como bênção divina em contraste com a falta de trabalho e de dinheiro como uma ausência de sintonia com Deus.

Este desconforto em relação à diversão, persiste até aos dias de hoje, em diferentes doutrinas religiosas cristãs, pouco à vontade com o crescimento do lazer enquanto aspiração colectiva.

Enquanto os servos não abandonaram a vida rural e foram para as cidades no período da Idade Média (séc. XV) a nobreza feudal reservava o direito a uma vida lúdica e de convívio com as artes, a cultura, o exercício físico e aos pobres servos nada mais restava que não fosse trabalhar. Apenas lhes restava o carnaval onde os excessos da comida, da bebida e sobretudo do sexo – ocasião propícia para as primeiras infidelidades e experiências sexuais – funcionavam como uma válvula de escape. E a importância do Carnaval ainda hoje é tão grande que esteve na base da queda de um governo em Portugal quando em 1997 o então primeiro-ministro Cavaco Silva pretendeu eliminar alguns dias de pura diversão e lazer.

Ferreira, J e Botelho, M. (1998:33) referem que no séc. XVIII, as práticas físicas e jogos recreativos mais convenientes eram entre outros a ginástica, a esgrima, a caça, a corrida, o passeio, o jogo da malha, o jogo da péla, o jogo do chinquillo, cada qual com o seu ritmo quotidiano próprio, num espaço de ar livre o que criava já um contexto de que os intelectuais bem como os diferentes grupos sociais começavam a ter direito a uma cidadania, preocupações com a saúde e o bem-estar.

Com o desaparecimento do feudalismo e o advento do capitalismo, a distinção social passou a fazer-se por intermédio do lazer, o direito à vida fútil passou a diferenciar os afortunados dos infortunados e a ostentação do direito ao não trabalho passou a concentrar-se em signos lúdicos como festas sumptuosas ou pura e simplesmente pelo dinheiro.

No dizer de Samuelson, P. (1981:19) aqueles que têm um trabalho confortável, invejam o descanso dos mais ricos.

Para Camargo, L. (1998c:33) lazer é a forma mais buscada da ocupação do tempo livre, seja para se divertir, seja para repousar, seja para se auto desenvolver por meio da conversa, da leitura, do desporto...

Dumazedier (1962:29) refere que “o lazer é um conjunto de ocupações às quais um indivíduo se pode entregar de plena vontade, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criativa depois de se desembaraçar das suas obrigações profissionais, familiares e sociais.

Nesta sua definição, Dumazedier (op.cit:27) baseia-se nas 3 funções que no seu entender o lazer deve ter:

- 1 – Repouso, descanso
- 2 – Divertimento
- 3 – Desenvolvimento da personalidade

O repouso está relacionado com a fadiga e, neste sentido, o lazer é reparador das quebras físicas ou nervosas provocadas pelas tensões que resultam das obrigações quotidianas e particularmente do trabalho. É a função de recuperação pelo lazer.

O divertimento surge de aspectos relacionados com contrariedades.¹³³ Neste sentido, segundo Dumazedier, o divertimento pode funcionar como um factor de equilíbrio, um meio de suportar as contrariedades e constrangimentos da vida social, com um sentido mais forte e mais vincado, de acordo com o maior número de respostas a que ele próprio teve acesso nos questionários que levou a efeito.

O desenvolvimento da personalidade¹³⁴ advém do automatismo do pensamento e da acção quotidiana. Permite uma participação social mais larga mais livre e uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade, da razão, para além da formação prática e técnica. Oferece novas possibilidades de integração voluntária na vida dos grupos recreativos, culturais e sociais. Permite desenvolver livremente as aptidões adquiridas na escola. Permite

¹³³ - A este propósito refira-se os efeitos da monotonia nas tarefas dos trabalhadores relatados por George Friedmann (Friedmann, George, Problèmes Humains do machinisme industriel, Paris, Gallimard, 1955 / Friedmann, George, Le travail en Minettes, Paris, Gallimard, 1953 / Friedmann George, Oú Va le Travail Humain? Paris, Gallimard, 1953)

¹³⁴ - Numa análise a este conceito, Moreira W. (1985:27) afirma ser a função do “desenvolvimento da personalidade” a que deverá ocupar um papel preponderante na utilização do lazer, revertendo as funções de descanso e divertimento ao seu papel educativo, onde espera, dessa forma, que o lazer possa transformar-se em aprendizagem voluntária e prática de uma conduta criadora, tratando-se de actividade física.

acreditar na aprendizagem de novas formas voluntárias ao longo da vida. Dumazedier (1962:27-29).

Não deixa no entanto de ser curiosa a análise política que Moreira W. (1985:18) faz a este conceito de lazer emitido por Dumazedier afirmando que na prática está presente a permissividade ao indivíduo do lazer enquanto recuperação psicossomática, essencial à saúde do sistema capitalista e que o tempo livre é utilizado pelo lazer como mecanismo de compensação criado pela sociedade industrial.

Marcelino (1996¹³⁵ cit. por Raposo, A.; López, R. 2002:1) por exemplo, considera que os conteúdos do lazer abrangem seis áreas de interesse, como sejam, os interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais. Assim, tudo o que sejam manifestações artísticas é parte envolvente dos citados interesses artísticos enquanto os interesses intelectuais abrangem leituras, cursos, palestras e outros meios para se melhorar o conhecimento; os interesses físicos envolvem as modalidades desportivas e os exercícios físicos enquanto dos interesses manuais fazem parte o artesanato, bricolage, jardinagem e cuidados com animais; os interesses turísticos envolvem os passeios e as viagens enquanto os interesses sociais abrangem o convívio social como bailes, bares, festas e restaurantes.

Por outro lado, Santos H. (1994:285) refere que a definição do que é e do que não é o lazer, parece pautar-se menos pela determinação do carácter não constrangedor (ou constrangedor) de certas actividades que seriam livremente escolhidas, do que pelas relações de apropriação que os indivíduos e os grupos estabelecem com as suas práticas e consumos.

Em consonância com Dumazedier, está o conceito de lazer de Camargo (1989b) que o define como qualquer actividade que não seja profissional ou doméstica: "um conjunto de actividades gratuitas, prazenteiras, voluntárias, em liberdade, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizados num tempo livre roubado ou historicamente conquistado sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

¹³⁵ - Marcelino, M. (1996) - Políticas públicas sectoriais de lazer; o papel das prefeituras. Autores associados, Campinas

De acordo com Kelly J. (1986:455), existem múltiplas concepções de lazer, tendo em conta diversas perspectivas e contextos, perspectivando-os como “lazer existencial” onde considera o lazer como uma acção criativa do próprio indivíduo ou, como “lazer social” onde o lazer corresponde à liberdade para realizar uma actividade comunitária. Refere ainda que para Marx, a liberdade do lazer é mais do que a ausência de coacção ou seja, é “existencial” pela acção e “social” como instrumento de aprendizagem e relação com os outros. Exemplifica ainda que nos Estados Unidos, e na Grã-Bretanha se encontram duas posições distintas: a “funcional” onde o lazer é considerado uma oportunidade de realização de actividades que contribuam para uma sociedade mais expressivas e, a “psicológica” onde o lazer é definido em termos de atitude e estados mentais.

O conceito de Becker, C. et al (2002:1) sobre o lazer, resume-se a um estado de espírito em que o ser humano se coloca, instintivamente dentro do seu tempo livre, em busca do lúdico (diversão, alegria e entretenimento).

O lazer, é um fenómeno social e uma reivindicação social fundamental, reconhecido como um direito e que se tem afirmado como uma necessidade na presença das nossas vidas e tem sido alvo de várias investigações.

É este conjunto de definições variadas que fazem com que o lazer continue a ser tradicionalmente referido como relaxação, recreação, ócio ou até mesmo não fazer nada. O aumento de tempo livre criou novas concepções de lazer (Nahrstedt, W. 1989) parecendo hoje existirem tantas, quantas as culturas e pessoas que existem ao cimo da terra.

Assiste-se a uma explosão do lazer como valor ou como técnica, como adorno que distingue ou como movimento social que produz homogeneidade. A associação do lazer a um espaço fora do espaço e do tempo social parece irreal. O Lazer não é uma realidade imanente, antes se revelando na sua historicidade e com realidades heterogéneas provenientes de múltiplas actividades – económicas, políticas e sociais (Gomes, R. 1992:300).

O êxito dos programas de lazer, implica a aceitação pelas populações, sugere novas vontades e reclama atitudes e comportamentos à sua dimensão.

A propósito dos valores do lazer, vale a pena recordar a recompilação feita por Bolaño (1989:16-18, cit. por Marques A 1997:55) sobre os conceitos, valores e efeitos do lazer seguindo diversos autores, construindo o seguinte quadro:

Quadro 1 – Conceitos, Valores e Efeitos do Lazer

Autores	Conceito	Valores Operativos	Valores conceptuais	Consideração
Georges Theodorson Luis Londoño	Actividade não laboral Diversão, espaço fora da ocupação laboral, profissional e trabalho	Prazer Felicidade Descanso Liberdade	Descansar do trabalho normal, da rotina Recuperação de forças. Exteriorização da personalidade. Informação. Serviço a outros	Descanso Descanso Libertação
Ezequiel Ander	Acção de divertir, alegrar, deleitar	Diversão, Alegria Deleite	Tarefa de trabalho social e de animação sociocultural	Distracção Saúde Educação
Código Educativo (Califórnia)	Qualquer actividade voluntária	Acção	Desenvolvimento físico, mental e moral.	Desenvolvimento do indivíduo e do grupo
Lei de Ed. Física e Desporto do Peru	Actividade durante o tempo livre	Descanso Diversão Participação	Desenvolvimento do indivíduo. Participação	Desenvolvimento
Plano Nacional de Recreação (Colômbia)	Necessidade básica. Direito Fundamental. Meio educativo integral e de bem-estar. Uso criativo do tempo livre	Emulação Convivência	Educação integral. Desenvolvimento intelectual, emocional, psíquico e cultural. Relação sadia do homem com o seu habitat. Uso criativo do tempo livre. Melhor qualidade de vida	Desenvolvimento Coesão
Richard Kraus	Actividades e experiências voluntárias no tempo livre	Prazer Satisfação	Participação individual, grupal e social	Valor social Valor pessoal
O.E.A (Instituto Interamericano da Criança)	Experiência de satisfação física, psíquica e cultural	Satisfação	Educação permanente, integral. Descanso dinâmico. Renovação física, intelectual, espiritual. Integração, solidariedade, transformação	Educação Descanso Socialização
Alberto Juaréz	Participação consciente e voluntária em actividades recreativas	Gozo	Desenvolvimento integral. Hábitos sãos. Atitudes solidárias, realização de valores humanos, manifestação do ser.	Identidade individual e social
Johan Huizinga	Acção livre, executada e sentida fora da vida corrente, sem interesse material	Acção livre Gratificação	Não há interesse material	Cultural
George Butler	Actividade desinteressada que se realiza em horas livres, como fruto de um descanso interior	Satisfação Criação Encontro Descanso Alegria	Fraternidade, emprego da capacidade física, estímulo emocional, oportunidade de prestar serviços, propicia descanso e beleza, sensação de triunfo e emprego da mente	Desenvolvimento de atitudes individuais e sociais Qualidades físicas
Cor Westland	Valor unificador e central da sociedade	Cooperação Competição Satisfação Criatividade Participação	Liberdade Personalização Ser	Melhora a qualidade de vida
Lenea Gaeizer	Actividade de lazer que educa para a liberdade	Tolerância Criatividade Competência Cooperação	Honestidade Autonomia Disciplina intelectual	Melhora a qualidade de vida Educação para a liberdade
Lupe Aguilar	Actividade escolhida voluntariamente para a sua satisfação	Satisfação Prazer	Enriquecimento criativo Percepção de valores sociais e pessoais	Valor social Valor pessoal
Ether Madeiros	Qualquer ocupação voluntária durante o tempo livre	Satisfação interna	Oportunidade de recreação	
Jairo Miño	Actividade funcional, livre e voluntária	Liberdade Satisfação Socialização Solidariedade Cooperação		

Por isso é importante, segundo Crespo, J (s/d:72) que os programas de lazer das populações devem procurar que a tarefa essencial a cumprir se relacione

com a pesquisa da unidade de diversos sectores da vida, da unidade dos homens e do conjunto de valores a promover.

No contexto da crescente importância das actividades desportivas nunca, como até hoje, surgiram formas tão diversificadas e generalizadas entre pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais.

O lazer transformou-se numa indústria, e como nos refere Mota, J. (2001:125) vive como muitas outras componentes da vida e estrutura social a era da globalização, desde os parques temáticos, às cadeias de restaurantes passando pelos *multiplex*.¹³⁶ Neste contexto, o lazer e por consequência a própria actividade física passam também a constituir-se como um novo mercado, por sinal bastante lucrativo (Roberts, K. 1994).¹³⁷

Para Constantino J. (1991b:117), a apropriação cultural do tempo livre tem, no caso vertente do desporto, sido condicionada pela crescente importância do espectáculo desportivo e pela dimensão económica do chamado “mercado dos lazeres”. Esta situação, tem tido como consequência a modelação de formas desportivas alienantes, na ocupação de tempos livres, e a mercantilização dessas formas transformando-as num produto cujo acesso supõe capacidade financeira para o adquirir.

Face a isto, este autor (op. cit:118) refere as consequências que daí advieram. A primeira originou um aviltamento dos conteúdos, de onde têm sido retirados os aspectos essenciais no uso cultural e desportivo do lazer: as componentes higiénica, recreativa e de desenvolvimento. A segunda das consequências traduziu-se na acentuação da diferenciação social no acesso às formas diversificadas de prática de desporto. Acentuam-se deste modo práticas desportivas na órbita dos lazeres que são consumos ostentatórios.

Por isso conclui que a mercantilização do uso do tempo livre teve também como consequência o aparecimento de programas de lazeres de carácter essencialmente contemplativo apostando na originalidade, na diferença e na precariedade das suas formas.

¹³⁶ - Mota, J. (2001:125) citando Featherstone, M; Turner, B.,(1996) - Body and society:an introduction, Body and Society, 1 (1): 1-12

¹³⁷ - Roberts, K. (1994) – The three societies of leisure, in: New Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Edições do ICS, Lisboa, pp 429-442

A este propósito, em entrevista recente à revista *Desporto* (2001:19), Bento manifesta uma certa preocupação em relação ao lazer ao levantar a questão de que o progressivo mercantilismo do lazer está a pôr em perigo a produção cultural, um risco da transformação da sociedade numa sociedade excessiva, no tocante à comercialização do lazer, sem uma correspondente contrapartida criativa. Assim este autor reconhece a premência em incentivar o lazer maduro, aquele que produzimos por intervenção directa seja como agentes desportivos, educativos ou sociais.

Mas se as actividades de lazer têm uma grande importância na estruturação da nova sociedade, facilitando uma profunda mudança de mentalidades, Crespo, J. (s/d:70) reconhece as dificuldades, em particular, devido à circunstância da nossa actualidade ser dominada a todos os níveis, por uma inquietante operação de simulação. A própria ideia de lazer foi mercantilizada e os seus fundamentos banalizados por pseudo cientistas do social, contribuindo para obscurecer os contornos de um tempo que tudo apontava ser o da libertação do homem.

As condições para o lazer não podem ser garantidas somente pelo indivíduo, o desenvolvimento do lazer exige uma acção coordenada do governo, organizações não-governamentais e voluntárias, indústrias, instituições de ensino e dos media. A educação para o lazer desempenha um papel importante na diminuição de diferenças das condições de lazer e na garantia de igualdade de oportunidades e recursos, possibilitando, ainda, que as pessoas atinjam a sua maior capacidade de lazer. A educação para o lazer deve ser adaptada às necessidades locais e à procura de determinados países e regiões, levando-se em consideração os diferentes sistemas sociais, culturais e económicos.

O Lazer é sem dúvida alguma das principais conquistas dos tempos modernos, por isso Solar, L. (1991:178) refere que actualmente o conceito¹³⁸ de lazer deve assumir uma tradução concreta em termos de qualidade de vida, e como

¹³⁸ - Para Raposo, A e López, Ramón (2002:1 citando Marcelino, 1995), os autores que se dedicam ao estudo do lazer não possuem um consenso sobre um conceito, mas podemos distinguir duas grandes linhas: a que considera o lazer como um estilo de vida, enfatizando o aspecto atitude, sendo independente de um tempo determinado e a que privilegia o aspecto tempo, situando-o como tempo livre, ou fora do trabalho e demais obrigações

elemento de mediação e avaliação, ao que a nossa sociedade actual classifica como símbolo do bem-estar.

Deste modo, verificamos uma perfeita sintonia com a Carta Internacional de Educação para o Lazer. Na verdade, as sociedades são complexas e interrelacionadas e o lazer não pode ser separado de outros objectivos da vida. Para atingir um estado de bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades e interagir positivamente com o ambiente. O lazer é, portanto, visto como um recurso para melhorar a qualidade de vida.

Muitas sociedades em todo o mundo são caracterizadas pela insatisfação crescente, stress, tédio, falta de actividade física, falta de criatividade e alienação na vida quotidiana das pessoas. Todas essas características podem ser aliviadas pela participação em actividades de lazer.

As sociedades em todo o mundo estão a passar por profundas transformações sociais e económicas, que produzem mudanças significativas no padrão e na quantidade de tempo livre disponível para o indivíduo durante o decorrer da vida. Essas tendências terão implicações directas para uma gama de actividades de lazer que, por sua vez, influenciarão a procura pelo suprimento de bens e serviços de lazer.

Segundo Marcelino, (1995:67)¹³⁹ alguns autores como Oscar Lewis, baseado sobretudo na cultura da pobreza, e Maslow, na teoria das necessidades prioritárias, colocam o lazer como um bem supérfluo, onde acaba por privilegiá-lo para as camadas sociais mais favorecidas, as quais já ultrapassaram as suas necessidades básicas de saúde, alimentação e habitação.

Trigo L. (1995:76)¹⁴⁰ por seu lado, afirma que há sectores da sociedade civil que ainda não adquiriram consciência de que o lazer é um direito tão necessário e legítimo como a saúde, a educação, habitação, segurança e transportes e não exigem das autoridades e dos prestadores de serviço, níveis de qualidade e de quantidade que atendam à comunidade em geral, e não apenas às camadas privilegiadas da população.

Da moral baseada no trabalho, passou-se para uma moral hedonista, onde o plano de realizações não se centre no dever mas no prazer, ainda que esse

¹³⁹ - Marcelino, Nelson (1995) – Lazer e Humanização, 2ª edição, Papirus, Campinas

¹⁴⁰ - Trigo, Luiz (1995) – Turismo e Qualidade: tendências contemporâneas, Papirus, Campinas

prazer seja o trabalho. Exemplo do que dizemos é, por um lado, o movimento *hippie* que surgiu nos anos sessenta do século XX, uma época em que o trabalho aparecia como um marco importante da vida social e eles davam já grande importância ao tempo livre, ao consumo, autonomia e individualismo, o que os marginalizava da sociedade.

Por outro lado, a partir dos anos oitenta do mesmo século, a ascensão do movimento *yuppie* embora centrando-se na importância destes mesmos valores, procuram a qualidade de vida de uma forma mais elitista, através do consumo elevado e da ostentação de bens. A diferença é que este segundo movimento não abdica do trabalho, procura o sucesso profissional e é por via disso que consegue uma ascensão social meteórica e a qualidade de vida que ansiavam.

Estamos em crer que numa interação entre o trabalho¹⁴¹ e o lazer deve haver uma visão da totalidade humana, para que haja uma valorização e uma realização individual e comunitária, tanto na área do trabalho como na área do lazer, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida do indivíduo.

Assim sendo, temos de estar de acordo com Marcelino (1997)¹⁴² quando refere que para se considerar o lazer é necessário ter em mente o aspecto não apenas do tempo mas também da atitude e vamos igualmente ao encontro de Dumazedier (1976:34)¹⁴³ quando refere que no conceito de lazer há um conjunto de ocupações às quais um indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações, familiares e sociais.

Guardia C. (1992:451) refere que o tempo livre é uma das principais conquistas do século XX e que a liberdade de decidir o que fazer com as nossas vidas e com o nosso tempo livre, tornou-se uma das mais importantes condições para

¹⁴¹ - Schnapper, D. (1998:18) – “O que me aflige no caso daqueles que anunciam e ao mesmo tempo pregam o fim ou a morte do trabalho, é o facto de misturarem as constatações e as normas. Que hoje se trabalha no decurso da vida menos horas do que as que trabalhavam os nossos pais e avós, é um facto. Mas daqui não se pode deduzir que o trabalho deixou de ser uma norma, de ter valor de organizar a vida colectiva. É passar do facto à norma. Trabalha-se menos mas o trabalho continua a ser central tanto para os que trabalham como para aqueles que já não têm emprego. O tempo de trabalho profissional dá sentido aos momentos da vida.”

¹⁴² - Marcelino, Nelson (1997) – Lazer e Educação, Papirus, Campinas

¹⁴³ - Dumazedier, Joffre (1976) – Lazer: cultura popular, Ed. Perspectiva, São Paulo

todos os seres humanos, ajudando a redefinir os cursos e os estilos de vida (Bosserman, P. 1980)¹⁴⁴

Por outro lado, Pais J. (1994:101-102)¹⁴⁵ refere que para além da rotina da vida quotidiana (incluídas práticas de lazer) há zonas onde o inesperado, o sonho e a aventura dão lugar àquilo a que ele denomina uma nova ética do lazer: a vida como aventura. Neste caso, o lazer assumiria por um lado uma função de ruptura, libertação ou evasão em relação à banalização da vida quotidiana e por outro lado, essa função ocorreria não apenas nos domínios da vida quotidiana com os quais o lazer mais se tem identificado – o dos chamados tempos livres – mas em todos aqueles que de alguma forma são directivos, deterministas e banais. O que Pais quer sublinhar afinal é que nesta ética de vida, norteadada pela aventura, o lazer revela-se como arma de insurreição contra a rotina quotidiana.

Esta vida como aventura, em vez de formas passivas de “matar o tempo”, evidencia uma procura do “lado festivo da vida”, no sentido em que a festa é entendida por Callois (1961),¹⁴⁶ isto é, uma demonstração de vitalidade que permite afirmar que na ética de vida, o lazer assume uma dimensão importante de criatividade.

Na verdade, esta nova ética do lazer, encara a experiência da vida como um valor por si própria e não meramente como um meio de recuperação de energias diárias e semanais em função do regresso às actividades produtivas (Requixa & Camargo 1989)¹⁴⁷

O Lazer como um valor em si próprio, e como fonte de uma importante transformação social é hoje reconhecido por todos: o tempo livre afirmou-se como criador de novas relações sociais e portador de novos valores que contribuem para orientar e sustentar as aspirações e as escolhas dos indivíduos e dos grupos sociais (Gomes, R. 1992)¹⁴⁸

¹⁴⁴ - Bosserman P. (1980) – The USA: Modern Times and the New Solidarity, In Leisure and Life-Style, a Comparative Analysis of Free Time. Bagd Publication, inc

¹⁴⁵ - Pais, JM (1994:101-102) A vida como aventura: uma nova ética de lazer, Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure Congress: New Routes for Leisure, ICSUL, 1994, p455

¹⁴⁶ - Callois, Roger (1961) – L'Homme et le Sacré, Paris, Gallimard

¹⁴⁷ - Requixa e Camargo (1989) – Brasil: a New Cycle of Modernisation in Leisure and Life-Style: A Comparative Analysis of Free-Time, SAGE Publications, INC

¹⁴⁸ - Gomes (1992), op. cit

Assim se compreende que Esteves J. (1998:3) quando promove o "ensaio para a nova redacção dum esquecido art.º 79 da Constituição Política" manifesta frustração nas acentuadas injustiças e desigualdades que atingem o sector desportivo, a gastar, anualmente, largas dezenas de milhões de contos de dinheiros públicos no espectáculo de profissionais, e o correspondente prejuízo para o desporto escolar, de lazer, de higiene, de recreio, de convivência. Do desporto social e democrático, em suma – o da grande e sacrificada, massa da população portuguesa.

No seu anexo IV¹⁴⁹ da Declaração de Nice e conclusões da Presidência do Conselho Europeu, ficou estabelecido que a actividade desportiva deve ser acessível a todas as pessoas, no respeito das aspirações e capacidades de cada um e na diversidade das práticas competitivas ou de lazer, organizadas ou individuais (ponto 4).

O desporto em que Manuel Sérgio acredita (1974:75) quer ser um factor de enriquecimento das estruturas sociais, porque reivindica tempo de lazer e nível de vida aceitável, porque quer fazer parte integrante da vida quotidiana de todos (todos!) os homens, porque se afasta do "panem et circenses" das turbas massificadas e quer ser um meio de o homem se exercitar no uso da liberdade. Pinto J. referido por Tojeira P. (1992:25) diz-nos que já em 1896 se definia lazer como o tempo disponível após as ocupações diárias e que em 1930 o lazer era constituído pelas distrações e ocupações a que cada um se dedica por sua livre vontade durante o tempo que não gasta no trabalho diário.

Para Magnane, G. (1964:84), lazer é um conjunto de ocupações às quais as pessoas se entregam por sua livre vontade, quer para descansar, quer para se divertir, quer para desenvolver a sua informação ou a sua função desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua capacidade de livre criação – após o desempenho das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Brightbill (1960)¹⁵⁰ e Shivers (1985)¹⁵¹ apresentam o lazer como um tempo remanescente do trabalho e das obrigações ou actividades levadas a cabo durante o tempo discricionário.

¹⁴⁹ - Declaração relativa às características específicas do desporto e à sua função social na Europa, a tomar em consideração ao executar as políticas comuns (7,8 e 9 de Dezembro de 2000)

¹⁵⁰ - Brightbill (1960) – The Challenge of Leisure, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall

Do ponto de vista de Wearing e Wearing (1987 citado por Marques, A 1997:52) e (Mota, 1997:23) e de uma forma sintética, o lazer pode ser apresentado em três premissas:

Tempo livre que é expresso como o tempo liberto no tempo liberto das actividades profissionais e de outras necessidades do indivíduo;

O tipo de actividade, que pode fornecer descanso, diversão, recuperação, excitação pessoal e satisfação física e mental;

A experiência vivida, que contém os elementos anteriores, acrescida de uma componente subjectiva.

Assim, o lazer corresponde a uma atitude, um comportamento, algo que tem lugar durante o tempo livre. Nesta perspectiva, não importa tanto a actividade concreta que se realiza num determinado tempo (definição objectiva de tempo livre), mas a forma como a realizamos e cujo desenvolvimento resulta em satisfação e prazer para o indivíduo (definição subjectiva de tempo livre).

Por outro lado, Neulinger¹⁵² (1981; 1984), que foi o primeiro a propor uma concepção subjectiva do lazer, argumentando que “sem se perceber a liberdade, não poderá existir lazer” e Shaw¹⁵³ (1984) acreditam que a noção de lazer é determinada mais por factores subjectivos como a noção de liberdade e de competência do que por factores objectivos como a actividade que se realiza.

Há no entanto, um grupo de autores que defendem uma perspectiva mais integradora entre estas duas correntes (Hamilton-Smith, 1979; Kraus, 1978; Seymour, 1979), que lhes reconhecem mérito e valor, mas que devem ser analisados em função do contexto próprio, e que devem ser observadas em diferentes perspectivas de lazer, cada uma delas funcional dependendo do contexto particular.

Para Capucha, L. (1994:156) a tradicional dicotomia espaço - tempo de lazer/espaço - tempo de trabalho¹⁵⁴ é questionável não apenas pelos já

¹⁵¹ - Shivers (1985) – Leisures Constructs, A Conceptual Reference, World Leisure and Recreation, 27(1), 24-271

¹⁵² - Neulinger (1981) - To Leisure: Na Introduction, Boston, Allyn & Bacon.

Neulinger (1984) - Key Questions Evoked by a State of Mind, Conceptualization of Leisure, Society and Leisure, 7, 25-36

¹⁵³ - Shaw (1984) – The Measurement of Leisure, A Quality of life issue, Society and Leisure, 71(1), 91-106

¹⁵⁴ - Esta dicotomia aparece não apenas em autores que definem o lazer como tempo de não-trabalho (Parker, S. 1978), ou os espaços de lazer como demarcados dos de trabalho (Alain

tradicionais argumentos de que o lazer dá trabalho ou “prepara para o trabalho” ou de que o trabalho tende a comportar cada vez mais momentos de lazer ou a ser desvalorizado em relação à evasão mas igualmente porque os dois tempos e os dois espaços se podem combinar

Apesar das razões de ordem social e económica, como o aumento exponencial do desemprego e da necessidade de aumentar a produtividade, as mudanças sociais e culturais induzidas por esta nova ética, transformam os modos de vida e o processo de aprendizagem cultural (Gomes, V. 1992:299-326).¹⁵⁵ Mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, a sua necessidade está presente: 15% dos assalariados urbanos franceses, já em 1955 se preparavam para comprar como equipamentos prioritários, um equipamento de lazer como passagens de viagem, aluguer de casa para férias, um televisor, um automóvel de passeio...-L.E.G.E, 1955. (Esculcas: 1999:19)

Para Oleiras, V. (s/d) a relação do lazer com o trabalho, a sua presença ao longo da história da humanidade, o carácter de classe e a influência que o Estado contemporâneo pode apresentar, colocam-se teoricamente como os principais elementos definidores do lazer. Sob o ponto de vista social, o conceito em termos de lazer, deve enquadrar-se dentro das seguintes linhas gerais:

- O lazer tem sido historicamente, uma actividade necessária ao desenvolvimento e equilíbrio bio-psíquico-social do homem;
- O lazer está relacionado com a disponibilidade do tempo livre;
- O lazer diz respeito mais directamente às classes privilegiadas pela sua situação socioeconómica¹⁵⁶;

Gras, s/d) mas também noutros que, referindo embora as interferências, se ficam pelas referências genéricas a que o lazer implica constrangimentos institucionais em parte semelhantes aos do trabalho, ou a que, pese embora o crescimento do lazer, é o ritmo da fábrica e do escritório que marca o ritmo da vida (Paul Claval, s/d) ou ainda a de que o trabalho também comporta momentos de lazer, ou que este prepara para o trabalho, ou que inverte as relações vividas nele (Jean Rousselet, 1976; Alain Gras, s/d)

¹⁵⁵ - Gomes R. (1992) – O ócio da Lisboa de 1900 – tradição e Mudança nas Práticas e Representações do Ócio Urbano, *New Routes for Leisure*, Actas do Congresso Mundial do Lazer, (pp. 229-326), Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais.

¹⁵⁶ - Castelli G. (1990 citado por Oleira V. s/d) questiona uma observação actual, « Como engajar a população sobretudo nos países do terceiro mundo, nessas diferentes actividades? Para que a massa trabalhadora tenha acesso ao lazer, é preciso dar-lhe condições, não só criando uma infra estrutura adequada, mas também condições de vida melhores: emprego, salários condizentes, educação, saúde, habitação. Como podem os trabalhadores dos países subdesenvolvidos ter acesso ao lazer se ainda estão lutando pela sua sobrevivência? Esta é

– A prática do lazer é influenciada sobretudo pelo Estado, na medida em que este pode implementar políticas públicas para o sector, além de oferecer espaços físicos necessários e adequados para a sua execução.

Qualquer que seja a natureza das actividades de lazer, são praticadas livre e espontaneamente, sendo a sua eleição da inteira responsabilidade do praticante numa atitude de alegria e entusiasmo, onde cada um procura retirar satisfação pela prática, retirando tensões próprias da vida quotidiana.

Mais que o resultado final, procura-se o prazer e o gosto pela participação

2.3.1 – Hábitos desportivos ¹⁵⁷ no âmbito do Lazer

Dos estudos realizados por Salomé Marivoet em 1988 e em 1998¹⁵⁸, concluiu-se que a prática desportiva em Portugal apresenta em termos globais praticamente uma estagnação. Se por um lado se nota um aumento na prática desportiva de âmbito federado¹⁵⁹ e uma diminuição da prática desportiva no âmbito do lazer¹⁶⁰, por outro lado, verificou-se a diminuição da prática desportiva nas mulheres e nos mais jovens. No quadro dos países da União Europeia, a participação desportiva portuguesa apresenta taxas que a

de facto uma questão importante ao afirmar que a melhoria da qualidade de vida da população é a condição indispensável para se pensar no desenvolvimento do lazer

¹⁵⁷ - Marivoet, S. (2001:7) – Entre 1970 e 1976 foram realizados estudos em diferentes países europeus, e em 1979, sob os auspícios do CDDS, Comité Director do Desenvolvimento do Desporto do Conselho da Europa, realizou-se o primeiro inquérito multinacional sobre a participação desportiva, com base numa metodologia de avaliação dos indicadores desportivos, de modo a permitir-se a comparação dos resultados entre os diferentes Estados membros. As conclusões do estudo europeu comparativo de 1979, referem, que a prática desportiva se constitui como um hábito cultural, decorrente da aquisição de valores que prestigiam a cultura física, e ainda, que a prática desportiva varia consoante o género, a idade, a escolaridade e o grupo socioprofissional.

¹⁵⁸ - O universo do estudo em 1988 que era entre os 15 e os 60 anos, passou em 1998 para um universo entre os 15 e os 74 anos devido à integração de Portugal no programa europeu COMPASS, dado os restantes países utilizarem idêntico procedimento o que provocou um decréscimo da participação desportiva global, dado que a população portuguesa dos 60 aos 74 anos apresenta uma diminuta prática desportiva.

¹⁵⁹ - Cerca de 24% dos praticantes no âmbito do desporto de competição são homens e apenas 7% são mulheres. O índice de participação no desporto de competição federada é de 8 nos homens e de 1 nas mulheres, sendo a média nacional de 4. (Marivoet, S. 2001:51)

¹⁶⁰ - A autora identifica estas práticas desportivas como estando associadas à descontração, à evasão e ao corte com a rotina.

aproximam da realidade do sul da Europa¹⁶¹, facto apontado como devendo-se às características socioeconómicas da sociedade portuguesa, nomeadamente, o baixo nível de escolaridade, os preconceitos existentes face à prática das mulheres, sobretudo nas gerações mais velhas, e ainda causas políticas que dificultaram a aquisição de uma política desportiva.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a obesidade e a inactividade física, são o principal problema de saúde pública do nosso tempo que atinge para além dos adultos e idosos, cada vez mais a população juvenil. Por outro lado, embora o desporto se encontre em expansão em todo o mundo com cifras de consumo elevadas, os índices de prática desportiva são insuficientes e estão longe de ser um hábito generalizado da nossa população.

Em artigo no jornal “A Bola” de 13 de Fevereiro de 2003, Jorge O. Bento, queixava-se a propósito deste fenómeno referindo que no tocante aos mais jovens assiste-se em muitos países a diminuições de ofertas estatais de actividade desportiva, num menosprezo total pelas sequelas nefastas para os atingidos com a agravante de que nas cidades estão a desaparecer as oportunidades de brincadeiras e jogos espontâneos à porta de casa e da escola e no caminho entre as duas, nas ruas e nas praças.

Refere ainda que a insegurança, a desenfreada construção imobiliária e a ausência de um urbanismo que entenda a cidade como espaço de cultivo da vida em todas as suas dimensões estão a pôr fim às práticas desportivas informais e à sua insubstituível função de socialização em muitos papéis e valores constituintes do teor da nossa cultura.

Conclui dizendo que por via disso, surge o aparecimento de dois grupos extremos de jovens, um minoritário, que pratica desporto formal várias vezes por semana em clubes e organizações afins e o outro maioritário, que não pratica rigorosamente nada, o que origina naturalmente, níveis de aptidão física absolutamente opostos e num empobrecimento de atitudes cultural e socialmente relevantes

¹⁶¹ - Compass Project, 1999, – Sports Participation in Europe – Média Desportiva por país segundo o género (masculino e feminino): Espanha, 31%; Finlândia, 81%; Irlanda, 64%; Itália, 23%; Holanda, 63%; Portugal, 23%; Reino Unido, 67%; Suécia, 70%.

Salomé Marivoet em 1998, estimou que existiam cerca de 1 milhão e seiscentos mil praticantes desportivos¹⁶² e cerca de 306 mil indivíduos que queriam iniciar uma prática desportiva. Comparativamente com dados recolhidos do estudo feito em 1987, encontramos um ligeiro crescimento estimado em cerca de 158 mil novos praticantes e cerca de 13 mil indivíduos que manifestam o desejo de iniciar uma actividade desportiva. Quando comparados ainda os níveis de participação desportiva de 1988 e 1998, apenas considerando a população entre os 15 e os 60 anos, esta autora conclui que não se verifica um crescimento real da prática desportiva nos últimos 10 anos. Concretizando melhor, refere que o desporto de competição federado registou um crescimento, enquanto o desporto de lazer regista um decréscimo. Esta constatação não pode deixar-nos insensíveis e estranhos a esta conclusão porquanto, todos nós, à nossa volta, no nosso bairro, nas aldeias ou nas cidades, no campo ou na praia, nas pistas ou nos campos de jogos, nas escolas ou nos ginásios, temos verificado haver um número¹⁶³ cada vez maior de portugueses aderentes à causa da prática desportiva, informal, de lazer ou de “Desporto para Todos”.

Estima-se igualmente que, para a população abrangida no presente estudo, em cada 100 portugueses, dos 15 aos 74 anos, 23 são praticantes desportivos, 57 já tiveram ou têm uma prática desportiva, dos quais 41% mantêm-na e os restantes 59% abandonaram-na.

Da população não praticante, 4% gostaria de iniciar ou retomar a prática desportiva. Este facto eleva a Procura Desportiva para 27%, impondo-lhe uma taxa de crescimento de 20%. No entanto, por um lado, o estudo revela um ligeiro crescimento da participação desportiva federada face aos valores registados em 1988 mas, por outro lado, os dados apontam para uma tendência na diminuição da prática desportiva organizada.

¹⁶² - A população residente em Portugal em 2001 é de 10.356.117 Homens e Mulheres – Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

¹⁶³ - A média de horas de prática desportiva por semana entre todos os praticantes, subiu de 3h30 em 1988 para 5h25 em 1998, conseqüentemente o índice de actividade média *per capita* de horas de prática desportiva por semana entre a população em estudo subiu 30 minutos

Dos cerca de 23%¹⁶⁴ da população já citada entre os 15 e os 74 anos, cerca de 19% desenvolve uma actividade desportiva no âmbito do desporto de lazer e 4% no âmbito do desporto federado, ocupando a actividade físico-desportiva, o quinto lugar no conjunto das práticas de lazer manifestadas pelos inquiridos (Marivoet 2001:85).

Bento, J. (ibidem) põe o dedo na ferida quando clarifica que não é apenas o desporto que está em causa; é, sobretudo, aquilo que se esconde e medra por detrás da sua falta. São hábitos e atitudes negativas face a valores essenciais da nossa cultura: laxismo, renúncia ao esforço e ao suor, à dor e ao sacrifício, desapego a compromissos e obrigações, perda de hábitos de trabalho em equipa, de organização, disciplina e pontualidade, abandono do sentido de responsabilidade, de emulação e superação, quebra na assunção da ética e da moral como princípios básicos, desrespeito pelo *fair play*, pelos outros e pelas leis e regulamentos etc. Neste clima medra o homem *light*, alheio ao arrojo e sofrimento, aos obstáculos e dificuldades.

Das razões manifestadas como prioritárias para a prática desportiva, a condição física aparece com 26% e o lazer em 2º lugar com 24% de intenções seguido do gosto pelo desporto (19%) e do convívio (8%). Por outro lado, nesse mesmo estudo, as razões apontadas para o início da prática desportiva também colocam o lazer em 2º lugar (15%), mantendo-se a condição física à frente (46%).

Mas, se em causa estão o presente e o futuro, porquanto as taxas de prática desportiva dos mais novos são desanimadoras e não surgiu nos últimos anos qualquer sinal de alteração desta deprimente realidade, o que mostra que o desporto perdeu o poder de atracção sobre os jovens, a questão que Bento levanta é a quem atribuir as culpas por este divórcio e evolução, pelo facto de a nossa juventude virar as costas à prática desportiva? Então o desporto não encerra ofertas e experiências particularmente apetecíveis nas idades mais baixas?

A sua resposta é evidente: encerra com certeza, mas elas não se revelam automaticamente; precisam de ser cultivadas, mostradas, difundidas,

¹⁶⁴ - Deste total de praticantes desportivos, 11% afirmaram praticar exclusivamente desporto no âmbito de competição federada, 64% no âmbito de desporto de lazer, 7% no âmbito escolar, 10% em instituições (militar, inatel,...) e 8% em diferentes outros âmbitos (Marivoet, S.2001:40)

ensinadas e transmitidas, tendo em atenção que há outros concorrentes apostados em tomar posse do tempo livre e dos interesses dos jovens.

Assim sendo, uma vez mais a escola, o associativismo desportivo e as autarquias locais, até por força de todos os normativos de que já falámos, tem de tomar consciência e investir convictamente na alteração desta situação inquietante.

Mas, de entre um conjunto de actividades, a prática de lazer mais indicada pelo universo desse estudo foi o de “ver televisão”¹⁶⁵ com 66% seguida do “passar com família/amigos” com 37% e “ler” com 22%.

Do conjunto de práticas de lazer, as preferências pelas actividades físicas e desportivas apenas abrangem cerca de 31% pois, aos 19% que indicaram preferir fazer desporto/exercício físico (5º lugar) há a juntar os 12% que indicaram “ver desporto” (7º lugar).

A frequência de utilização da televisão em práticas de lazer tem aliás merecido a prioridade em diferentes estudos.

Ferland, Y. (1983:417), num estudo realizado no Canadá em 1981, refere que o canadiano médio passa cerca de 20% das horas em que está acordado diante do ecrã da TV, o que quer dizer que ele terá estado a olhar para a TV cerca de 100 mil horas, isto é, uma vez e meia o tempo durante o qual ele terá trabalhado de forma remunerada.

Fukász, G. (1983:307) num estudo longitudinal realizado entre 1969 e 1979 aos operários húngaros no que respeita às suas alterações do lazer, verificou que a participação de frequência frente à televisão subiu para uma preferência até aos 85% do total dos inquiridos muito longe da segunda preferência, actividades familiares com 56,3%.

Por outro lado, vale a pena referenciar em Portugal, o Instituto Nacional de Aproveitamento do Tempo Livre dos Trabalhadores (INATEL)¹⁶⁶, que

¹⁶⁵ - Num estudo realizado por Escórcio, A. (1997:93) sobre o Desporto no Operador Público da Televisão em Portugal entre 1988 e 1994, verificou que a primazia na distribuição de áreas de programação foi para Filmes e Séries (30,4%), Recreativos e Musicais (16,7%), Informação Diária (11,2%) e só no depois o Desporto (com 10%).

Em 1977, a distribuição do Desporto na TV privilegiou o futebol com 53h, 43m, 39s seguido do atletismo com 29h, 13m, 32s (Jornal A Bola de 25/04/1989)

¹⁶⁶ - O Dec. Lei n.º 61/89 de 23/02 refere que “O INATEL como instituto público dirige-se aos trabalhadores e busca, no domínio do aproveitamento dos tempos livres dar satisfação a reconhecidos direitos económicos, sociais e culturais, o acesso aos meios de acção cultural, à prática desportiva, à ocupação recreativa e a estruturas económicas de repouso e lazer” e o art.º 4, ponto 1 dos estatutos refere que tem por fim proporcionar aos trabalhadores do activo e

movimentou no ano de 2000¹⁶⁷ um total de 248.228 atletas o que representa cerca de 2,4% da população residente¹⁶⁸ dividido da seguinte forma: Desporto para Todos¹⁶⁹, 168.690 atletas, Actividades Básicas, 22.032 atletas, Provas Regulamentares, 36.731 atletas e no Desporto Aventura, 20.775 atletas.

No seu Relatório de Contas (2000:111), o Departamento Desportivo clarifica que Provas Regulamentares são campeonatos e torneios, num quadro regulamentar de prática regular; Actividades Básicas são actividades sistemáticas, com sessões semanais; Desporto Para Todos relaciona-se com actividades pontuais dirigidas à população em geral com apoio de parcerias se for caso disso: Desporto Aventura compreende actividades desenvolvidas em contextos naturais, em alternativa aos programas anteriores.

Os indicadores desportivos do âmbito da prática por região, encontrados por Marivoet (op. cit), mostram que é na região de Lisboa e Vale do Tejo que se encontra uma maior participação desportiva no âmbito do desporto de lazer enquanto que é no Alentejo que a participação desportiva de âmbito do desporto de competição federado é maior. Por outras palavras, proporcionalmente, as regiões com menor participação desportiva no contexto nacional que apresentam proporções mais elevadas de práticas desportivas no âmbito do desporto de competição federado, são os que apresentam valores mais baixos de participação desportiva no âmbito do desporto de lazer.¹⁷⁰

reformados a satisfação de interesses relacionados com o bem-estar, contribuindo para uma melhor ocupação dos tempos livres.

¹⁶⁷ - Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2000

¹⁶⁸ - No ano de 2000: 10356117 Homens e Mulheres – Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

¹⁶⁹ - Neste caso de inovação, o crédito deve ser atribuído ao Conselho da Europa que produziu em 1966 a “Carta do Desporto Para Todos” que sentiu dificuldades inicialmente na definição deste “novo desporto” embora declarando desde logo que “cada indivíduo tem direito à participação no desporto”. Em 1970, o Conselho da Europa propôs uma definição abrangente e um apelo universal: “O conceito de Desporto Para Todos, compreende não apenas o próprio desporto mas também várias formas de actividades físicas, desde jogos informalmente organizados até ao mínimo de exercícios físicos regularmente realizados. Em 1975 acrescenta: “ A expressão Desporto Para Todos é também frequentemente usada como slogan quando procura criar um clima de opinião encorajadora de participação popular no desporto e de solicitação de oportunidades para a prática. - Costa, Lamartine P. (1986:12)

¹⁷⁰ - As regiões Norte e Centro, apresentam um Abrangência da prática desportiva inferior às regiões do Sul, ou seja, verifica-se nas primeiras uma menor experiência da prática desportiva. Contudo, a região Norte, apresenta os níveis mais elevados de Fidelidade à prática desportiva no contexto nacional, e conseqüentemente, os níveis mais baixos de Abandono, facto que coloca esta região nos níveis de participação mais elevados no contexto continental. Na região Centro, que apresenta os valores mais baixos de participação desportiva, encontramos igualmente valores inferiores de Fidelidade, e superiores de Abandono face às respectivas médias nacionais (Marivoet, S. 2001:28)

2.3.2 – Economia e práticas do Lazer¹⁷¹

Os dados empíricos a respeito da Economia do Desporto em Portugal são muito raros. Na área da procura económica são praticamente inexistentes. Sem estudos básicos e representativos da procura de "bens de desporto", não é possível aos responsáveis do desporto nacional empreender uma gestão eficiente dos recursos existentes.

De acordo com Marivoet, S. (2001:87), e segundo as respostas dos inquiridos, o orçamento mensal médio por família para o desporto é de 12,5 € que varia consoante os grupos socioprofissionais em que cada família está inserida. Por outro lado, 65% das famílias, não contemplam nos seus orçamentos despesas com o desporto.

Santos, P. (1991:96) referindo comparações internacionais com alguns parceiros comunitários (o sector desportivo em termos de PIBpm representa 1,8% na Holanda, 1,6%no Reino Unido, 1,2% na França, 1,6% na Bélgica) aponta como uma tendência para o aumento do peso do sector desportivo nas economias nacionais.

Muito embora, a Carta Europeia de Desporto para Todos no seu art.º 11º afirme que o desporto, como importante factor de desenvolvimento humano, deve ser mantido e encorajado de forma apropriada pelos recursos públicos, a realidade tem mostrado a incapacidade dos recursos públicos e uma participação crescente do sector privado no mundo desportivo, conforme tem sido referenciado em diferente literatura.

Assim, no caso referido do estudo da Direcção Geral de Desportos (DGD) por Tenreiro, (1988), são as famílias as grandes financiadoras da actividade desportiva (70,34%), seguidas de longe pelo sector produtivo lucrativo (13,71%) e só depois o Estado.

¹⁷¹ - Viseu, J. (1999b): Um indivíduo age como um sujeito económico, um grupo de indivíduos como um sector económico. Albers (1997, página 52) define as economias domésticas privadas como: "... Unidades económicas não-públicas, que põem à disposição factores e que pelo dinheiro deles proveniente procuram na sua maioria bens de consumo. Os lares são designados por finais de bens de consumo e podem representar economias domésticas unipessoais ou multipessoais." No acto da transposição de bens para a economia doméstica, falamos de consumo. Economias domésticas consomem, mas não produzem. O termo produção está ligado à empresa. Empresas produzem, mas não consomem. A Economia Doméstica Privada (De acordo com Albers, Hans-Jürgen (1997): "*As economias domésticas privadas com sector da economia.*") In: "*Manual para a Formação Económica*" Verlag R. Oldenbourg. München. Wien. Páginas 51 a 63)

Tenreiro, F. et al (1990:43)¹⁷², reconhece que o país quando atravessou um período de fracos resultados de afirmação social e desenvolvimento económico, o mercado do lazer não se tornou atractivo para as empresas privadas do sector. As que conseguiram algum impacto e desenvolvimento foram as ligadas ao turismo e a estratos mais ricos da população. A saída desta situação passa pelas empresas privadas que oferecem todo o género de actividades recreativas associadas ao lazer e ao comércio, mercado esse em franco desenvolvimento em países mais ricos.

Aponta ainda para cada uma das componentes da despesa nacional o peso relativo do sector desportivo: 1,08% do PIB; 1,3% do consumo privado; 1,2% do consumo público; 0,4% do investimento privado; 1,3% das exportações; 0,45% das importações e 1% do emprego.

Sousa, T. (1986), na tese de doutoramento, identificou como principal fonte de receitas das colectividades desportivas a quotização (da qual 44,8% não ultrapassa os 250 €) seguida dos subsídios oficiais enquanto Homem, T.

¹⁷² - Viseu, J. (1999a): Em Portugal, os estudos micro ou macroeconómicos em volta do desporto — no caso serem conhecidos e abertos à comunidade científica e/ou à opinião pública em geral por via dos média — permanecem uma raridade absoluta. Nos últimos 10 anos foram realizados três estudos empíricos relevantes na área da economia de desporto. Em 1990 (há quase 10 anos!) foi publicado o único estudo científico sobre a importância económica do desporto em Portugal, realizado no seguimento de um projecto de investigação apoiado financeiramente pelo Conselho da Europa. Fernando Tenreiro e os seus colaboradores (Tenreiro, F./Santos, V./Machado, T./Barros, C.) basearam-se na metodologia de investigação do estudo britânico Henley e do estudo europeu Jones. Tenreiro tentou no seu projecto avaliar as despesas dos lares portugueses por via de entrevistas a especialistas e apoiado em análises secundárias de dados já existentes. Em 1998 a Comissão Executiva EURO 2004 e o próprio governo português encomendou à empresa de consultoria BDO Binder & Co. uma análise de custos e proveitos sobre a organização do Campeonato Europeu de Futebol do ano de 2004 em Portugal. A BDO indica um retorno para a economia portuguesa na ordem dos 175 milhões de euro, pressupondo um investimento estatal à cabeça de cerca de 75 milhões de euro. Um excelente negócio... (BDO Binder & Co. (1998). *Campeonato Europeu de Futebol 2004 (EURO 2004). Impacte Económico e Financeiro* (relatório datado de 26 de Agosto de 1998). Lisboa.)

No ano de 1999 foi concluído um estudo feito pela *Comissão Desporto Século XXI*, presidida por Adriano Pimpão, que inventariou durante quatro meses as necessidades das instalações desportivas tendo por base os dados constantes na Carta Desportiva, consultas efectuadas junto das federações desportivas e os índices de referência europeus para o sector. No seu seguimento o governo português lançou um programa chamado PRODED, Programa de Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos, no qual são fixados os investimentos estatais para as infra-estruturas desportivas portuguesas nos próximos anos. Segundo as notícias reveladas por via dos média sobre este primeiro PRODED na história de Portugal, devem ser disponibilizados entre 2000 e 2006 cerca de 650 milhões de euros provenientes dos Fundos Estruturais Europeus do IIIº Quadro Comunitário de Apoio, assim como de recursos financeiros nacionais para a construção de infra-estruturas desportivas. (Cordoeiro, R. (1999, 15.7.99). 130 Milhões Até 2006. Governo aposta nos equipamentos desportivos. *PÚBLICO* (www.publico.pt) [Edição Electrónica]. Lisboa

(1997:122), num estudo de caso do associativismo desportivo no concelho de Aveiro, verificou que 47,9% das receitas globais dos clubes, se situavam na base de subsídios e donativos.

Assim, enquanto as famílias inseridas no grupo socioprofissional do “Quadros Dirigentes” são aquelas que apresentam o orçamento mensal médio para o desporto mais elevado, (33,5 €) seguidas das famílias inseridas nos “Empresários” dos “Qualificados dos Serviços” e dos “Trabalhadores de Execução” cujos orçamentos mensais médios para o desporto se situam acima da média nacional (respectivamente 29 €, 17,5 € e 13,5 €), as famílias que se encontram com os seus orçamentos abaixo da média nacional são aquelas que estão inseridas nos grupos socioprofissionais dos “Pequenos Proprietários”, “Operários” e “Agricultores/Pescadores” (com respectivamente 10,5 €, 9 € e 3,5 €). Confirma-se pois, que há uma relação directa entre os níveis de participação desportiva registada em cada grupo socioprofissional, e os orçamentos familiares para o desporto.

Para Andreff, V. e Webwer, W. (1990:154) no início da última década do século XX, na maior parte dos países estudados, cerca de 2% das despesas de consumo podiam ser consideradas como estando relacionadas com o desporto. É difícil considerar dados comparativos entre países porque as classificações não são as mesmas mas, existe uma similitude de percentagens de forma generalizada que se situa nos 2%.

As despesas de consumo podem-se basear nas seguintes categorias:

- Despesas directamente ligadas à participação no desporto;
- Despesas ligadas ao consumo passivo do desporto como um espectador:
- Despesas ligadas ao jogo de azar.

Dados publicados em diferentes estudos, indicam que as despesas efectuadas com o desporto são fortemente influenciadas tanto em termos absolutos como em termos relativos pelo nível de vida, e pela receita disponível. Os recursos financeiros, à medida que crescem, são consagrados a equipamentos desportivos mais sofisticados e a viagens com destinos mais onerosos mas também, em grande medida a formas diferentes de desporto individual.

Por conseguinte, à medida que as economias se desenvolvem, a participação desportiva e as despesas ligadas ao desporto aumentam igualmente e caminhando-se provavelmente para um nível de vida mais ostentoso.

Para Viseu, J. (1999) a designação de “orçamento desportivo” relaciona-se com todas as despesas decorrentes da prática, e fomento, das actividades físicas, praticadas com ou sem regularidade, com fins de alto rendimento ou de puro lazer, dentro de todo o tipo de instituições (p. ex. clubes, escolas, empresas, etc.) ou fora de qualquer enquadramento institucional.

Este autor, considera despesas relativas ao desporto as seguintes despesas desportivas:

- Despesas em vestuário desportivo (p. ex. calções, calças e casacos de treino, fatos de treino, roupa interior desportiva, t-shirts, camisolas, fatos de mergulho, fatos de equitação, fatos de esgrima, roupa impermeável, fatos de aeróbica, luvas, bonés e barretes) e despesas em calçado desportivo (p. ex. sapatos de golfe, sapatilhas, ténis, botas de equitação e botas de esqui).
- Despesas em aparelhos e artigos desportivos (p. ex. compra e manutenção de óculos para desporto, raquetes, capacetes, bolas, estafas, protecções, caneleiras, garrafas de ar comprimido, joelheiras, miniaturas de carros/aviões/barcos/motos, cotoveleiras, coquilhas, setas, bombas de ar, tacos, bicicletas de lazer ou de corrida, pranchas de surf ou de “body board” mesas de ténis de mesa, barbatanas, pranchas, patins e esquis).
- Despesas em máquinas desportivas (p. ex. aviões, planadores, balões, motos, katamarans, barcos, carros de competição, „ultra-lights“, asas delta, outras embarcações desportivas e motos de água).
- Despesas em imóveis desportivos para uso exclusivamente particular (compra e manutenção p. ex. de campo de ténis, piscina privada, pavilhão desportivo privado, ginásio de musculação, sauna e banho turco).
- Despesas em terapias médicas desportivas (p. ex. massagens, fisioterapia, sauna e banhos especiais, raios, tratamentos em câmaras pressurizadas ou câmaras de frio, ginástica de compensação ou reabilitação e “reconstrução” muscular após uma traumatologia desportiva prolongada), despesas em intervenções operativas e remédios desportivos (p. ex. palmilhas, cirurgias, medicamentos, ligas elásticas, ligas ortopédicas, pomadas e

condutores/protectores de articulações) e despesas em nutrição desportiva especial (p. ex. complexos vitamínicos e suplementos proteicos).

- Despesas em seguros desportivos (p. ex. de acidentes, de aparelhos, de máquinas desportivas e de imóveis desportivos privados).

- Despesas em apostas ou jogos de sorte relacionados com desporto (p. ex. bingo, totobola, totoloto e corridas).

- Despesas em viagens para os locais de treino, competição ou lazer (p. ex. despesas decorrentes do bilhete de autocarro, comboio ou barco, do uso do próprio automóvel, moto e bicicleta)

- Despesas em férias desportivas com ou sem orientação por um monitor (total de gastos p. ex. para férias de mergulho, de esqui, de desportos radicais e de aventura).

- Despesa em anualidade/mensalidades para clubes empresas, associações, ginásios de *fitness* ou agremiações públicas desportivas (p. ex. clubes de futebol, associações desportivas, grupos de danças tradicionais, clubes privados de musculação e aeróbica) e despesas em dádivas/donativos para clubes, associações ou grupos recreativos e desportivos.

- Despesas em auto financiado e/ou em regime de autogestão (p. ex. “*personal training*”).

- Despesas em cursos de formação contínua ou reciclagens em desporto (p. ex. brevets de mergulhador, brevets de piloto privado, obtenção de quaisquer outras licenças desportivas, juizes e árbitros).

- Despesas decorrentes da utilização de instalações lúdico-desportivas de empresas com fins lucrativos (p. ex. ginásios, escolas de dança, pavilhões, pistas de esqui, infra-estrutura desportiva pertencente às SADs, teleféricos, pistas de bowling, piscinas, pistas de gelo e pistas de patinagem).

- Despesas decorrentes da utilização de instalações lúdico-desportivas de utilidade pública e sem fins lucrativos (p. ex. piscinas e pavilhões públicos, pistas e zonas verdes).

- Despesas decorrentes de entradas/bilhetes para assistir a eventos/espectáculos lúdico-desportivos (p. ex. mostras, jogos, futebol, saraus, basquetebol, competições de atletismo e *wrestling*).

- Despesas em literatura desportiva (livros e revistas p. ex. sobre modalidades desportivas específicas, Ciência do Desporto, Sport Management,

musculação, resistência, alimentação, fisiologia do desporto, história do desporto, léxicos e enciclopédias desportivas, exercício físico, saúde e bem-estar, edições desportivas especiais e sobre os Jogos Olímpicos).

- Despesas em diários e semanários desportivos¹⁷³.
- Despesas em canais desportivos (taxas de televisão por cabo, Pay-TV, SportTV, EuroSport, DSF, equipamentos técnicos e acessórios necessários).

2.3.3 – O Lazer no contexto escolar

A nosso ver, as actividades de complemento curricular, criadas nos termos do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto apesar de terem um carácter facultativo, são uma boa oportunidade para valorizar as actividades desportivas e reforçar inclusivamente as actividades curriculares.

É neste contexto de actividades extracurriculares que para Corbin C, e Keighley (1991, cit. por Mota, J. 1997:81) as crianças podem desenvolver habilidades numa ou em várias actividades, desenvolvendo-se pessoal e socialmente mas favorecerem igualmente o desenvolvimento das habilidades desportivo-motoras, como parte integrante do desenvolvimento físico da criança.

Kanters e col., (1987 cit. Mota, J. 1994:ibidem) referem ainda que a educação do lazer pode ter um efeito significativo na participação em actividades de lazer e na satisfação de vida enquanto para Wanters, (1987 cit. Mota, J. 1994:ibidem) o desenvolvimento de um vasto repertório de habilidades ligadas à recreação, facilita a actividade e garante um conjunto de experiências, fornecendo as bases para uma experiência de vida de qualidade.

Várias têm sido as pesquisas que evidenciam não apenas um bem-estar psicológico mas igualmente um desenvolvimento pessoal dos indivíduos que participam em actividades de lazer no contexto escolar.

A universidade de Québec publicou um excelente artigo de revisão onde Beauregard, M e Ouellet, G. (1995) abordando a ocupação dos tempos livre dos estudantes nas escolas começa por recordar que as primeiras pesquisas

¹⁷³ - “No ano de 2001 o número de publicações periódicas era de 1.742 com uma tiragem total de 708.162.281 exemplares (diários e semanários) “Fonte: ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

sobre as actividades de complemento curricular se iniciaram de um modo mais regular como reacção aos trabalhos de Coleman (1959, 1961) pelo facto de este defender uma “*abordagem académica*” onde este tipo de actividades em nada favorecia a aprendizagem escolar concluindo ainda que, a escola deveria ser, em primeiro lugar, um meio de transmissão do saber formal com o objectivo do sucesso escolar e onde a função das actividades de complemento curricular era de ocupar o tempo livre sem qualquer manifestação de prazer pelas actividades. (op. cit: 376).

Numa segunda abordagem referida como “*desenvolvimentista*”, Beauregard, M e Ouellet, G. (ibidem) citando Holland A. e André T. (1987) e Marsh H. (1992) torna claro que a escola deve proporcionar o desenvolvimento integral dos estudantes justificando na ocasião a importância das actividades de complemento curricular, como meio educativo complementar das actividades tradicionais do ensino.

Carvalho, M. (1987:162) é da opinião que a união harmoniosa entre as actividades de tempo livre e o trabalho escolar constitui uma condição essencial para o jovem encontrar resposta para a necessidade mais profunda de criar e se “*recriar*” o que faz com que seja um sector essencial de inovação da nossa escola.

Em 1968, Schaffer e Armer realizaram um estudo nos Estados Unidos da América (Holland e Andre:1987 cit. por Beauregard e Ouellet:1995) para identificarem a relação entre o rendimento escolar e a participação dos alunos em actividades de complemento curricular e concluíram que os alunos/atletas do sexo masculino que participavam em actividades desportivas alcançavam melhores resultados escolares do que os seus colegas não participantes. Por outro lado, os alunos que participaram alternadamente numa actividade desportiva e num outro tipo de actividade de complemento curricular, conseguiam resultados escolares significativamente superiores, à média nacional, como verificou o estudo de Lander e col realizado em 1978 (op. cit.)

Holland e Andre (1987 cit por Beauregard e Ouellet:1995) sugerem por outro lado que o género do aluno participante, o tipo de actividade de complemento curricular praticada, o grau de implicação na actividade e a dimensão da escola, podem conduzir a variações importantes ao nível da auto estima, observada junto dos participantes nas actividades de complemento curricular.

É ainda em 1978 que Yarworth e Gauthier (Beauregard e Ouellet:1995) levam a cabo uma pesquisa para procurarem identificar a relação entre a prática de actividades de complemento curricular desportivas ou não desportivas, a auto estima, o tipo de formação académica e o rendimento académico dos alunos da amostra. Também aqui, as conclusões indicaram uma forte relação entre a participação das actividades de complemento curricular desportivas, e o nível elevado de auto estima.

Em 1986 Cheng e Ziegler, concluíram num estudo que efectuaram no Canadá (Beauregard e Ouellet:1995) que as taxas de insucesso escolar são muito mais baixas nas escolas que para além de oferecerem variedade de actividades de complemento curricular aos seus alunos encorajam e valorizam a sua participação no projecto educativo escolar do que as escolas que não proporcionam qualquer tipo destas oportunidades aos seus alunos.

Mais tarde, em 1988, o Conselho Superior de Educação do Québec segundo Lebel (1988 cit. Beauregard e Ouellet:1995) concluiu igualmente que o aumento da motivação dos alunos, a diminuição da indisciplina na escola, e a redução da taxa de absentismo e do insucesso escolar, estão claramente associados à organização de actividades de complemento curricular.

Marsh em 1992 (cit. Por Beauregard e Ouellet:1995) sugeriu que as actividades de complemento curricular ainda que não estejam associadas de forma evidente ao aproveitamento escolar, promovem um aumento do interesse do aluno não só pela escola como pelos valores que esta implica, o que, ainda que indirectamente, melhora o aproveitamento escolar.

Aza, E. (1992:66-76), a propósito de um estudo sobre o tempo livre dos jovens, indica haver diferenças estatisticamente significativas entre o que os jovens fazem durante o seu tempo livre fora da escola e o tipo de actividade em que participam nas escolas, sendo uma relação positiva aquela que se estabelece entre as classificações escolares e a prática dos alunos no seu tempo livre.

De facto, a literatura parece evidenciar que há uma associação entre uma percepção positiva de si próprio e do ambiente escolar e a participação em actividades de complemento curricular de forma a aumentar o nível de motivação pela escola e o aproveitamento escolar e, diminuir o seu absentismo.

Face a este conjunto de dados, a escola deve evitar o desfasamento do estabelecimento de uma relação próxima entre os tempos livres dos alunos e as actividades de complemento curricular, como alternativa aos tempos desocupados das actividades curriculares em que, segundo Mota, J. (1997:82-87), neste particular há três indicações que parecem ser primordiais:

- Aumentar os incentivos referenciados às motivações intrínsecas onde os professores têm o papel importante de fornecer informação e orientação dando espaço à participação dos alunos (Swedburg e Izso 1994:32-35);
- Fornecer uma correcta perspectiva de sucesso, necessitando a escola de orientar as crianças para um mundo e esquemas de vida que, embora compatíveis com a realidade, possam ser menos competitivos e individualistas;
- Fornecer razões válidas para ser activo, com referências positivas sobre a prática de actividade física e uma consciencialização dos jovens da importância de um estilo de vida activo.

A finalidade básica da educação passa pelo desenvolvimento dos valores e atitudes das pessoas dotando-as de um conhecimento e aptidões que lhes permitirão sentir-se mais seguras e obter mais prazer e satisfação na vida. Essa perspectiva subentende que a educação, além de ser importante para o trabalho e para a economia, é igualmente importante para o desenvolvimento do indivíduo como um membro plenamente participativo da sociedade e para a melhoria da qualidade de vida.

Em 2015, segundo De Masi, D. (2001:6) a maior parte das pessoas está certa de que só vive uma vez, e que, portanto, é preciso viver bem. Grande parte das profissões consistirá em actividades dedicadas ao bem-estar próprio e dos semelhantes. Como se viverá mais, cada um se preocupará cada vez menos com a quantidade de vida, e cada vez mais com a sua qualidade. A escola não poderá fingir não sabê-lo.

Na Carta Internacional de Educação para o Lazer, em conformidade com os objectivos globais de educação para o lazer na sociedade, é importante que os professores estejam aptos para entender o papel do lazer no meio humano em desenvolvimento e entender as tendências emergentes sociais, ambientais, técnicas e de comunicação, e chegar a conclusões, tendo em vista as suas implicações nas ofertas de serviços de lazer.

Esta Carta, refere ainda como objectivos na preparação e capacitação profissional em educação para o lazer que é importante interpretar e integrar o papel da educação para o lazer em diversos ambientes profissionais da sociedade, por exemplo escolas, meios desportivos, clubes recreativos, centros culturais, pólos turísticos, e outras agências importantes para a área de lazer. É igualmente importante intensificar e relacionar-se com outras competências comunitárias, entendendo a diversidade cultural da sociedade no planeamento de serviços de educação para o lazer.

O desenvolvimento dos conhecimentos e a capacidade de os ampliar a programas de lazer, desporto, cultura, comunicação e turismo são fundamentais para entender o papel da educação para o lazer na promoção do desenvolvimento humano (questões relacionadas a sexo, idade, segmentos especiais da população) numa sociedade pluralista de mudanças rápidas.

2.3.4 – Estilo de Vida Activa no Lazer

As actividades lúdicas sempre se constituíram como uma parte integrante da vida dos homens e inicialmente a satisfação das necessidades elementares e as práticas religiosas formavam uma unidade coerente, tornando-se difícil separar o trabalho, a religião e o divertimento (De Masi cit. por Mota, J. 2001:125).

Na Grécia, sociedade em que o trabalho era garantido pelos escravos, Mota, J. (2001:ibidem) refere que o estilo de vida permitido e dedicado à classe privilegiada (os cidadãos) estava concentrado no cultivo do espírito, na contemplação, sendo esta liberdade total de obrigações, condição fundamental para a natureza do Homem e para a harmonia do corpo e do espírito enquanto a civilização romana tinha como objectivo fundamental das práticas físicas os motivos higiénicos, bem como os recreativos. Por outro lado, na idade média, a ideologia medieval passava muito pela relação e importância adquirida pelo Cristianismo, as comunidades rurais possuíam um elevado espírito de convivência comunitária pela influência da Igreja e a nobreza encontrava na caça e nas justas e torneios a cavalo a sua forma de ocupação que também

definia a sua condição social. Por fim, as sociedades industriais acompanham a expansão económica por via da industrialização e nas sociedades pós industriais, o próprio lazer, vai criando postos de trabalho de onde começa a surgir uma estrutura economicamente rentável.

Para Dumazedier (1973:263)¹⁷⁴ o estilo de vida poderia ser definido como o modo pessoal pelo qual cada indivíduo adapta a sua vida quotidiana.

O estilo de vida do indivíduo é caracterizado pelas alternativas instaladas nos modelos peculiares de cada um de nós de pensar e executar, e nos modos a que cada um de nós recorre para conseguir viver as normas do seu grupo, da sua classe social e da sociedade global, (Dumazedier, 1973, *ibidem*).

Starrin et al (1993 citado por Xavier, Ammon, 1997), refere que o conceito de estilo de vida e de modo de vida são diferentes, sendo que este último apresenta-se mais estável, levando gerações para ser mudado. Os fundamentos do modo de vida estão embaçados na forma de trabalho e na visão de mundo, sendo que cada forma de trabalho tem seu conjunto de noções específicas, normas e valores que, juntos, constituem-se nas condições internas de existência – a visão de mundo de um modo de vida. Para estes autores existem dois modos de vida básicos, ambos associados ao trabalho, o modo de vida tipo carreira e o modo de vida tipo trabalhador.

Bento (1991b:25) reforça a ideia de que corpo e estilo de vida são pilares centrais de um novo edifício de esforços para a educação e manutenção da saúde que hoje em dia não pode ser um monopólio dos médicos. Entende ainda que estilo de vida e meio social são a prova onde se configuram e estruturam situações e particularidades de risco, ditando assim condições e possibilidades de êxito das campanhas de saúde. Ao mesmo tempo, há uma relevante tarefa pedagógica a desenvolver que deve ter em vista a diminuição da discrepância entre o conhecimento e a acção, esclarecimento e comportamento, através da formação e encorajamento de atitudes, de comportamentos e modos de vida conscientes e favoráveis à saúde no convívio com o mundo sociocultural.

Segundo Arent H. (1993 cit. por Werneck, C. 2000:24) a expressão vida activa compreende três actividades humanas fundamentais: o labor (labor), o trabalho (poíesis) e a acção (praxis) em que o labor é a actividade que corresponde ao

¹⁷⁴ - DUMAZEDIER, J. (1973) *Vers une Civilization du loisir*, Édition du Seuil, Paris, p. 2264

processo biológico do corpo humano, assegura a sobrevivência do indivíduo e até a perpetuação da espécie; o trabalho traduz a criação pela arte, o fabricar, é obra do *homo faber*; a acção corresponde à condição humana da pluralidade e do seu recurso à ética e ao político.

Nahas (citado por Colantonio, E.),¹⁷⁵ entendia qualidade de vida como um conjunto de factores individuais e socio-económicos que caracterizam as condições em que vive o ser humano e Estilo de Vida como um conjunto de acções habituais que reflectem as atitudes e os valores individuais.

Xavier, Ammon (1997 citando Starrin et al, 1993), refere 2 tipos de modo de vida: o modo de vida “*tipo carreira*” que inclui competição, competência e actualização constante, além da necessidade de respeitabilidade e representatividade, mesmo nos períodos de lazer. Já para o “*tipo trabalhador*”, que não necessita estar com as demandas do trabalho em mente, o período de lazer representa momentos onde a pessoa está, realmente, livre do trabalho. Na sociedade actual, como cuidar da saúde é um dos ingredientes para respeitabilidade e representatividade, é observado que o grupo que tem o modo de vida “*tipo carreira*” está mais receptivo para mudanças no estilo de viver.

O modo de vida afecta a saúde do ser humano através do sistema biológico, fisiológico, imunológico e anatómico (Bouchard et al, 1990 citado por Xavier, A: *ibidem*).

Este conceito de estilo de vida activo não é recente. Phillips et al (1996, citado por Colantonio: *ibidem*) refere que já Hipócrates (460-377 AC) dizia que: "De maneira geral, todos os segmentos corporais que possuem alguma função, se usados de maneira moderada e exercitados em trabalhos que estejam acostumados, tornam-se mais saudáveis e bem desenvolvidos, além de envelhecerem mais lentamente. Mas, se permanecerem sem uso e ficarem preguiçosos, tornam-se predispostos a doenças, não se desenvolvendo com plenitude e envelhecem mais rapidamente".

Falar de estilos de vida leva-nos a falar de opções, coisa que na sociedade tradicional não seria tão possível pois imperava a tradição.

A modernidade é a assunção da interpretação pessoal dos valores, naquilo que se tem designado como *reflexibilidade*, onde as práticas sociais são

¹⁷⁵ - “A importância da actividade física na qualidade de vida”: www.terrazul.com.br/emilson.htm

constantemente reformuladas à luz de novos conhecimentos que se vão adquirindo sobre elas, em ligação directa com a aquisição de novos conhecimentos e com a forma individual da sua interpretação e aplicação e que na óptica de Anthony Giddens (1996) se resumem a aspectos fundamentais do tipo, relação espaço/tempo, descontextualização, em busca da globalização planetária, baseada num clima de confiança mútua, assente em garantias simbólicas globais sancionadas por sistemas periciais perfeitos. (Barbosa, I, 1997:14-16)

É do corte definitivo desta sociedade com o saber típico das sociedades tradicionais que emerge o conceito de estilo de vida, que caracteriza a modernidade, que possibilita a escolha¹⁷⁶ ou pelo menos a consciência da existência de alternativas.

Estilo de vida, reflecte então a escolha consciente do que se pode ter, do modo de viver, sendo que um determinado estilo de vida pode no entanto ser seguido usando meios diferentes, meios esses condicionados pelas hipóteses de vida de cada um. Hoje em dia, o que é possível constatar? Que os estilos de vida mais considerados são os que têm por base a diversão, o prazer, o consumo e a auto estima o que, numa sociedade como a nossa, de grande heterogeneidade, a perseguição à qualidade de vida é muitas vezes encontrada de forma diferenciada. Na verdade, aspirações de um jovem e de um idoso diferem sobremaneira, da mesma maneira que um sem abrigo, sem as suas necessidades básicas satisfeitas, não aspirará a tanto quanto um indivíduo com casa e emprego estável.

Para Mota (1977) qualidade de vida e bem-estar são por um lado valores do lazer enquanto por outro lado, lazer, actividade física e saúde são termos que interagem e têm uma forte ligação com o conceito de bem-estar e qualidade de vida. Refere ainda que a lazer e saúde, parece ser evidente muito embora não haja evidências definitivas entre o aumento da actividade física e os benefícios esperados para a saúde embora admita que estilos de vida activos em ligação com outros comportamentos positivos podem ser benéficos para a saúde.

¹⁷⁶ - É um conceito que surge com Max Weber, e entendido como um conjunto de práticas adoptadas por um indivíduo, no sentido de satisfazer as suas necessidades utilitárias, mas sobretudo para dar forma a uma narrativa particular de auto identidade. São práticas rotinadas mas reflexivamente abertas à mudança (Barbosa, I, 1997:17)

Torna-se pois evidente que a pratica da actividade física deve nortear a vida de um indivíduo já que esta actividade desenvolvida em situação de lazer, possibilita a vivência de emoções as quais se associam à ideia de bem-estar e qualidade de vida que por sua vez se fundem na ideia subjacente à saúde (Mota, 1997).

A conceptualização de qualidade de vida é de difícil definição, não tendo nós encontrado literatura que o faça de forma clara, mas há a certeza de que todos nós a procuramos e, de uma forma geral, podemos traduzi-la pela obtenção de determinados bens ou capacidades que não possuímos ou que já perdemos (caso da autonomia dos idosos).

2.3.4.1 – Estilo de Vida e Saúde

É pois notório que desde muito cedo se compreendeu a necessidade de adquirirmos hábitos de vida saudável pois, muitos sintomas de doença¹⁷⁷ são uma consequência de maus hábitos de saúde.

Há factores individuais e colectivos que podem influenciar a saúde e o bem-estar.

Do ponto de vista colectivo, é importante a poluição ambiental e as infra-estruturas no que diz respeito aos aspectos básicos de saúde pública e ainda os aspectos sócio-psicológicos, aparecem os diversos níveis de exigências da vida em sociedade e das relações com outros seres humanos, seja a nível comunitário ou no trabalho, capazes de gerar ansiedade e stress.

A nível individual, os factores mais importantes a serem salientados relacionam-se com o estilo de vida pessoal, ou seja, a quantidade e qualidade da alimentação ingerida, o controle do peso, o uso de fumo, álcool e drogas em geral, a prática de actividades físicas regulares, a atitude face à vida e seus agentes de stress (Bouchard et al, 1990; Brasil, 1995; Nieman, 1990; Ornish et al, 1990, citados por Xavier, Ammon: ibidem).

¹⁷⁷ Nos países desenvolvidos as doenças crónico degenerativas que ocorrem com maior frequência são: Doença Coronária Aterosclerótica, Hipertensão Arterial Sistémica, Acidente Vascular Cerebral, Cancro, Diabetes Mellitus e Doenças Bronco Pulmonares (Gyarfas, 1992).

Outros distúrbios frequentemente relacionados ao estilo de vida moderno e também considerados como "doenças da civilização" são os distúrbios mentais (ansiedade, depressão, neurose), as doenças psicossomáticas (aquelas onde o componente emocional é claro e evidente: gastrite, úlcera, vários tipos de dermatoses), as alterações lipídicas sanguíneas (colesterol, triglicédeos), os problemas com drogas e álcool (uso abusivo ou dependência), as doenças nutricionais (obesidade, anorexia) e os distúrbios osteoarticulares – artrites, artroses, hérnia discal.

Os grandes desafios da saúde pública actual, dizem respeito aos comportamentos individuais e colectivos como o alcoolismo, o tabagismo, o sedentarismo,¹⁷⁸ aspectos que apresentam implicações significativas para as pessoas e para a sua integridade bio-psico-social. É por isso que Mota (1997:33) quando refere que a maior causa de mortalidade¹⁷⁹, se tornou, deste modo, relacionada com estilos de vida, reforça a ideia de que embora não existam evidências definitivas acerca das causa/efeitos da relação entre um aumento da actividade física habitual e os benefícios esperados para a saúde, há, pelo menos, um conjunto de informações suficientemente importantes para admitir que estilos de vida activos, em conjugação com outros comportamentos positivos podem ser benéficos para a saúde (Haskell e col., 1985; Pate e col., 1995, cit. por Mota 1997:ibidem).

Os factores que influenciam o aparecimento destes tipos de doenças são chamados factores de risco e são divididos em modificáveis e não modificáveis. Os factores considerados não modificáveis são aqueles como idade, sexo e história familiar. Os factores modificáveis são relacionados ao meio ambiente (onde a pessoa vive e trabalha), ao estilo de vida, incluindo o tipo de

¹⁷⁸ - A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) estima que mais de dois milhões de mortes são atribuíveis à inactividade física sendo o segundo maior factor de risco evitável nos países desenvolvidos, a seguir ao tabaco. Nas estimativas actuais da, a falta de actividade física leva a mais de 2 milhões de mortes/ano, a nível mundial. As estatísticas mostram que a mortalidade deve-se, entre outros factores, a: doenças do coração e trombozes; cancro do cólon (50% do total de mortes); e diabetes do tipo 2 (50% de todas as ocorrências). Outros estados que podem ser criados ou exacerbados devido à falta de actividade física, incluem: obesidade; osteoporose ou perda de cálcio nos ossos (levando a mais de 50% das fracturas das ancas nas mulheres); dores dos joelhos e das costas, stress, ansiedade e depressão.

¹⁷⁹ - No nosso país, as doenças do aparelho circulatório, nomeadamente doença isquémica do coração e doenças cérebro-vasculares, encontram-se entre as principais causas de morbilidade, invalidez e mortalidade, representando objectivamente cerca de 40% das causas de morte (O risco de morrer em Portugal, 1999 - Direcção Geral de Saúde, DSIA, Divisão de Epidemiologia, Lisboa, DGS, 2001)

alimentação, a actividade física habitual, o controle do stress e do peso corporal, o consumo de álcool e o tabagismo.

Com o processo de urbanização e desenvolvimento das comunidades, muitos benefícios à saúde foram conseguidos, como o maior controlo de doenças infecto-contagiosas e de factores da natureza que ameaçavam a integridade física. Entretanto, vários hábitos que foram adquiridos com este estilo de vida moderno têm proporcionado efeitos negativos à saúde. Pegado (1990, citado por Xavier, A:1997) refere-se a isto como sendo a "Síndrome da Inadaptação Funcional ao Estilo de Vida Sedentário".

Observa-se que grande parte dos factores de risco¹⁸⁰ podem ser modificados através de alterações de comportamento individuais, no entanto, as pesquisas chamam a atenção para o quanto os factores socioculturais interferem na escolha destes comportamentos individuais, constituindo-se no modo de viver das pessoas.

Apesar dos vários estudos sobre o estilo de vida (hábitos e atitudes relacionados à saúde) e sobre a qualidade de vida no trabalho, poucos estudos têm referenciado a saúde do trabalhador no seu contexto geral (Alvarez, 1996 cit. Xavier:1997:ibidem).

Portanto, saúde não é apenas a ausência de doenças e enfermidades e sim um estado de completo bem-estar físico, mental e social (OMS, 1978).

2.3.4.2 – A importância do Desporto no Estilo de Vida

Primitivamente, o homem tinha pouca longevidade, envelhecia rápido, não se preocupava com a conservação do corpo, ingeria poucas calorias e alimentava-se mal, dava muito valor à sobrevivência, não possuía consciência ou responsabilidade sobre o seu corpo, a idade era determinada pela passagem dos anos e convenções sociais.

¹⁸⁰ Nos países desenvolvidos tem ocorrido um declínio na mortalidade por doenças cardiovasculares devido a um melhor controlo dos factores de risco, respondendo estes por 54 % de tal redução (Starrin et al, 1993). A presença de vários factores de risco exerce um efeito multiplicativo mais do que um efeito aditivo nas hipóteses de desenvolvimento de doença coronária aterosclerótica, por isso, a aparição cumulativa destes factores deve merecer atenção especial. Isto é muito importante para alguns grupos ocupacionais cuja função desenvolvida é extremamente sedentária e geradora de stress.

Actualmente, o homem vive mais, envelhece mais tarde com uma qualidade de vida muitas vezes discutível mas indubitavelmente melhor, aprendeu a cuidar do corpo, ingere mais calorias embora nem sempre se alimente bem, dá muito valor à aparência e admira os músculos, adquiriu consciência e responsabilidade sobre seu o corpo e tem a idade determinada pela aparência. É verdade que o movimento sempre fez parte da vida do homem, porém, o acesso às novas tecnologias transformou o homem deste século num homem menos activo em relação ao passado. Estas actuais facilidades trazem mais conforto com menos esforço, o que obviamente facilita haver mais tempo para o lazer. Todavia, existem dois caminhos a seguir em relação a esse maior tempo para o lazer:

- a) - Entregar-se ao ócio e conviver com os problemas de saúde acarretados por tal estilo de vida, ou;
- b) - Aproveitar esse tempo da forma mais saudável possível vivendo activamente.

O Desporto, concebido exclusivamente numa perspectiva de competição e de rendimento, afasta uma importante dose de frustração individual e social que em boa medida pode desqualificar o desporto como meio ao alcance de todos (Solar, L. 1991:178)

De acordo com Júnior, A (1991:75) a adopção do redireccionamento do foco da educação física para a saúde, via aptidão física, levanta a questão da aptidão física para toda a vida (permanente) e reabre a discussão sobre os conceitos de estilo de vida.

Por um lado, recorda ainda que o estilo de vida que os profissionais de educação física recomendam é um estilo de vida activo, onde a actividade física estaria obrigatoriamente incluída e que seria adoptado por toda a vida do indivíduo (citando Corbin, Fox, Whitehead; Dowling, in: Biddle, S.1987) (Nahas 1989; Bento 1991b).

Revela ainda que num estudo efectuado nos Estados Unidos, apesar de cada vez mais pessoas declararem incluir a prática regular de exercícios em seus estilos de vida, poucos fazem o necessário para manter adequados níveis de aptidão física (Ross, J, Gilbert, G. 1984 cit. por Júnior, A. ibidem) e que num outro estudo realizado no Brasil intitulado Projecto Saúde: um estudo sobre o estilo de vida (1988) revela que 96% das pessoas incluídas na amostra, não

tem um estilo de vida inteiramente saudável e somente 10% da população entre 18 anos e os 55 anos declararam fazer actividade física regularmente¹⁸¹.

A este propósito, Mota, J. (1991:26) pergunta se todas as formas de prática desportiva poderão opor-se ou compensar o aparecimento de doenças referindo que o desporto funciona como um meio educativo, aparentemente lúdico, num espaço aparentemente livre mas que não parece aceitável a muitos especialistas (Bechers, E. et. al., 1986) que uma forma de desporto que acentua o rendimento sirva de correctivo às doenças da civilização, constituindo-se inclusivamente como um elemento “*stressante*”.

É por isso que este autor (op. cit:34) valorizando o desporto no plural, o desporto para todos, as formas de desporto informal ou não formal, sublinha que este desporto enriquece o estilo de vida de cada um.

2.4 - DESPORTO

2.4.1 – Referências históricas

A prática desportiva foi sempre uma regalia tanto da nobreza como da burguesia o que segundo Sérgio, M. (1976:85) não implicava que o burguês do século XIX, nas suas horas de ócio, se tivesse convertido no caçador ou no cavaleiro, como o nobre em largo período da história.

Com a introdução das máquinas na primeira metade do século XIX e uma indústria crescente, os povos caminharam do meio rural para a cidade provocando uma maior concentração humana e urbanização. Nas cidades, surgem os convívios e com estes os clubes¹⁸² privados que para Sérgio

¹⁸¹ - Este estudo considerou que estilo de vida saudável pressupunha não fumar ou ter deixado de fumar há mais de 2 anos, não beber ou beber no máximo duas vezes por mês, e fazer actividade física sistemática pelo menos três vezes por semana (pág. 30)

¹⁸² - Mc Intosh (1967:140-141) - Ao princípio, os clubes não eram organizações desportivas. O clube como instituição remonta a, pelo menos, 1659, mas tornou-se distintamente uma instituição da alta-sociedade, em fins do século XVIII. Eram clubes privados que muitas vezes “tomavam o nome dos proprietários das casas onde se reuniam” que mantinham uma boa

(op.cit:86) transformou o *gentleman* em *sportsman*, o homem que preenche o ócio, reunindo-se em clubes, fechados às massas populares, para fazer o seu cricket, a sua corrida, a sua esgrima.

É por esta altura que nas instituições escolares do tipo *public schools*, as mais prestigiadas como *Harrow*, *Rugby* e *Eton*, em que o ensino era medíocre e os alunos adquiriam hábitos de preguiça (Sobral, 1980:67-69), surge em 1828 Thomas Arnold,¹⁸³ (1798-1842) que recuperando práticas de rua as submete a princípios de educação e transforma o desporto numa escola para a vida (ibidem), facilitando a difusão do desporto pela organização dos colégios e universidades inglesas transformando a vida diária dos estudantes recuperando as práticas desportivas de rua e submetendo-a aos princípios da educação e não apenas da educação corporal, já que “Arnold concedia grande atenção ao associativismo dos estudantes e estimulava-os a organizar e dirigir as suas próprias actividades.” (ibidem)

O desporto, para Thomas Arnold, converteu-se pois, numa escola para a vida onde o “*fair play*”, espírito de equipa, o saber perder e o respeito pelo adversário são parte integrante da sua prática.

Manuel Sérgio (1982:26) sublinha a sua obra grandiosa legada às gerações vindouras por ter visto no associativismo desportivo escolar uma forma inestimável de os alunos exercerem a sua criatividade e uma disciplina livremente aceite.

Reforçando as ideias anteriores, também Gillet, (1961:79) era da opinião que Arnold confiava no livre esforço dos seus alunos no terreno do desporto. Para lhes dar sentido das responsabilidades e iniciá-los na vida social, atribuiu-lhes a direcção das associações desportivas.”

É desta forma que os alunos organizam as suas associações desportivas e começam por eleger os seus capitães de equipa a quem passam a ter obediência total durante os jogos. As discussões sobre a vida do seu agrupamento e as iniciativas no seu seio tornam-se elementos fundamentais de excelentes aprendizagens e integração na vida social.

A difusão do desporto foi facilitada pela organização dos colégios e das universidades inglesas. É assim que a oposição entre grupos representativos

relação com a aristocracia, mas, “os desportos orientados por associações nunca chegaram a ganhar, em absoluto, uma categoria aristocrática.”

¹⁸³ - Thomas Arnold (1798-1842) foi director do colégio de Rugby de 1828 a 1842

de colégios e universidades começou a suscitar um interesse crescente numa competição de remo, entre duas universidades, já na altura famosas: Oxford e Cambridge.¹⁸⁴

Crespo (1978:6) enaltece o aparecimento na segunda metade do século XIX de clubes desportivos reservados à aristocracia que frequentava assiduamente os colégios e as universidades muito embora houvesse notícias de associações mais antigas nascidas no século XVIII,¹⁸⁵ enquanto Sérgio M. (1982:26) evidencia o domínio e o papel de maior relevo que a burguesia ia assumindo na área do divertimento, lazer e desporto, em clubes fechados e vedados aos trabalhadores, por alturas dos finais do século XIX.

Não deixa de ser também menos verdade que foi graças a uma campanha bem sucedida de funcionários públicos e operários pela diminuição do horário de trabalho e o conseqüente aumento das horas de lazer que o desporto se estendeu das classes médias às classes trabalhadoras no final do século XIX.

A relação entre o aumento do número de horas de lazer e o desenvolvimento que o fenómeno do desporto foi ganhando às classes trabalhadoras nessa altura é tão incontestável para Mc Intosh (1967:98) que quando os empregados de escritório e os trabalhadores manuais, de comércio e da indústria viram aumentar o tempo de lazer, ao sábado à tarde, foi “então e só então” que os clubes desportivos e organizações distritais tiveram a sua proliferação.

É por esta altura que a popularidade das associações de futebol ganha mais expressão e ultrapassa a de qualquer outro desporto, quer em número de participantes, como em número de espectadores. Para concretizar essa expressão, dá o exemplo da Football Association fundada em 1863, com dez clubes tendo esse número subido a cinquenta, em 1871, e a dez mil e cem em 1905” (ibidem)

¹⁸⁴ - Segundo Bernard Gillet, a 1ª competição de remo Oxford-Cambridge foi em 1836 e “a mais numerosa multidão que assiste a um encontro desportivo é, provavelmente, a que se comprime nas margens do Tamisa, oito dias antes da Páscoa, para assistir a essa competição de remo” (Op.cit, 81)

¹⁸⁵ - Crespo (1978:6) refere-se ao Jockey Club (1750), Royal and Ancien Golf Club (1754) e ao Marylbone Cricket Club (1788), muito embora os dois mais importantes clubes de Londres tenham surgido em 1866 – o London Athletic Club e o The Amateur Athletic Club, que organizaram os primeiros campeonatos amadores

Gillet (1961:81) refere que a 1ª competição de remo Oxford-Cambridge foi em 1836 e que “a mais numerosa multidão que assiste a um encontro desportivo é, provavelmente, a que se comprime nas margens do Tamisa, ... para assistir a essa competição de remo”

Pires, G. (1987:4) refere que o primeiro clube em Inglaterra nasceu em 1720 (Cork Harbour Water Club

Esta enorme onda à volta do desporto que surgiu em Inglaterra, e a sua expansão no século XIX, verificou-se, como outros aspectos da vida social, em consequência da Revolução Industrial, mas teve o seu início nos fins do século XVIII, na altura em que precisamente nasceram as outras três grandes figuras, para além de Thomas Arnold, responsáveis por lhe dar expressão em toda a Europa: o hispano-francês Amoros (1770-1848) em França na procura de um desenvolvimento do Homem ao serviço do Estado, Ludwing Jahn (1776-1852) na Alemanha promotor do “Turner” com carácter e espírito militarista, e Per Henrik Ling (1776-1839) na Suécia, na análise mecânica dos movimentos humanos.

A forma de expansão e desenvolvimento do associativismo desportivo em Inglaterra acabou por evidenciar características que para Crespo, (1978:6) se podem definir como por um lado, serem instituições privadas, dispendo de completa autonomia e por outro lado, a ideia de que a verdade do desporto se encontrava vinculada a uma base benévola desprovida de qualquer tipo de estruturas profissionais.

Na sequência desta doutrina desportista, os ingleses acabaram por utilizar, no seu sentido mais lato, a palavra desporto, para designar fossem caçadores, jogadores ou até mesmo espectadores de uma qualquer competição como *sportsmen*.

Sobral (1980:67-69) é da opinião que ao contrário do que vulgarmente se aceita, a Inglaterra não foi sempre um terreno fértil às práticas desportivas. No entanto, Crespo (1978:6) destaca na Inglaterra, em especial na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento dos clubes desportivos reservados à aristocracia que frequentava os colégios e as universidades. Recorda no entanto que já no século XVIII há notícias das associações mais antigas ¹⁸⁶- Jockey Club, Royal and Ancient Golf Club, Marylbone Cricket Club.¹⁸⁷ É no entanto, em 1866 que se criam dois importantes clubes - o London Athletic Club e o The Amateur Athletic Club, que organizaram os primeiros

¹⁸⁶ - Pires (1987:4) “... em Inglaterra o primeiro clube nasceu em 1720 ...”

¹⁸⁷ - O Jockey Club era um clube de corridas de cavalos fundado em 1750; o Royal and Ancient Golf Club era um clube de golfe e foi fundado em 1754; o Merylebone Cricket Club era um clube de críquete e foi fundado em 1788 (Mc Intosh,P.C. 1967:86). Em 1720 fundou-se o Cork Harbour Water Club

campeonatos de amadores, promovendo o arranque do desporto britânico. (ibidem)

O final do Século XIX e o início do Século XX foi marcado pelo domínio e pelo papel de maior relevo que a burguesia ia assumindo na área do divertimento, lazer e desporto. Tal como Sérgio M.(1982:26) nos confirma, a burguesia fecha-se em clubes vedados aos trabalhadores, onde faz críquete, esgrima, e ginástica.

MacIntosh, (1967:84) é também da opinião que no início do século XIX em Inglaterra, as camadas inferiores da sociedade tinham o hábito de praticar um certo número de desportos locais e, para o efeito, utilizavam muitas vezes a rua principal da vila ou aldeia como terreno de jogo, depois dos lojistas terem encerrado as portas das suas lojas.

No entanto, para o final do século XIX, o panorama começava já a ser de alguma forma diferente, pois, os desportos realizados no campo tinham ainda o seu restrito grupo aristocrático de adeptos, mas a aristocracia tinha aumentado muito o número dos seus membros.” (ibidem)

As corridas de cavalo voltam novamente a arrastar multidões e, o críquete e o golfe eram jogados com muita frequência.

Crespo (1978:6) refere que para além da experiência britânica, houve também uma grande influência da experiência francesa no desenvolvimento restrito do associativismo desportivo em Portugal e que a descoberta do desporto pelos ingleses não deve ser interpretada como uma descoberta de génio, mas antes como o grande mérito de terem sabido aproveitar o instinto que estava latente nas crianças, que estavam à sua guarda nos colégios e que com o mais pequeno impulso, ou espírito de iniciativa despertava nelas o maior entusiasmo no movimento dos jogos.

A experiência francesa demonstra, de acordo com Crespo (1978:7), que os seus clubes possuíam menor autonomia do que as associações desportivas britânicas. Os clubes que entretanto viriam a criar-se, podiam ter, segundo algumas condições, a ajuda do Estado, mas em contrapartida este exercia um razoável controlo sobre a sua actividade.

Foi devido à iniciativa dos ingleses estabelecidos em França nomeadamente alguns agrupamentos escolares em Paris, um dos quais merece não ser

esquecido, a Société Sans Nom, animada por Jean Chacot ¹⁸⁸ que foi fundado em França “em 1872 o primeiro clube - o Havre Athletic Clube, e depois o Racing Clube de France em 1882 e o Stade Français em 1883.”¹⁸⁹ (ibidem)

Weber (1988:17), esclarece que sendo a primeira das associa es desportivas francesas autorizadas por decreto de 23 de Novembro de 1882, o Racing Clube de France estava de acordo com o seu nome, a sua terminologia e estilo eram extraídos das corridas de cavalos.

Confirma ainda que depois da funda o do Football Association do outro lado do canal e depois da autonomia do Rugby em rela o ao futebol, este entrou em França pelo Havre onde surgiu o Clube Atlético do Havre, em 1872, fundado por homens de Oxford e Cambridge (op.cit:18).

Tudo leva a crer que a questão dos desportos em França está ligada a uma maior clarifica o e fortalecimento da diferença entre educa o física e jogo. A educa o física foi logo adoptada pelo Estado com finalidades e objectivos nacionais enquanto os jogos apareceram e mantiveram-se por muitos anos como a salvaguarda de poucos privilegiados, mas sempre reconhecidos como inven es da classe abastada anglo-sax nica.

As actividades físicas organizadas entraram em França de uma forma considerada *sui generis*. O seu fim considerado patriótico tornou-se evidente ao procurar tornar a juventude francesa mais apta a suportar o serviço militar. As sociedades de ginástica e os clubes de tiro tinham um propósito de desempenho patriótico.

Formam-se em grande número sociedades de ginástica e de prepara o militar. A influência das realiza es de Janh   evidente. A União das Sociedades de Ginástica de França, cria-se em 1873 ao mesmo tempo que o exército forma em Joinville instrutores com técnicas semelhantes  s de Amoros, seguindo-se em 1902, com o método sueco, e por fim, em 1910 volta-se às práticas iniciais contra as preocupa es científicas e educativas de Demeny. (Rouyer, J.1977:182)

O desporto sente grandes dificuldades em introduzir-se na escola mas o método sueco desenvolve-se com relativa facilidade graças a Tissie .

¹⁸⁸ - Jean Chacot, depois de fundar o Racing Club viria a tornar-se o grande explorador das regiões polares

¹⁸⁹ - Gillet,B (op.cit,106) considera que a ardente rivalidade que vai opor o Racing Club e o Stade Francais   o verdadeiro ponto de partida do desporto francês

É assim que compreendemos os clubes entretanto aparecidos como uma vez mais Weber (1988:6-7) nos esclarece ao referir que em Besançon, os clubes chamavam-se *La Française* (A Francesa), *La Patriote* (A Patriota), *La Vaillante* (A Corajosa).”

É importante continuarmos ainda a entender todos os dados que este autor nos vai deixando. Entre 1830 e 1840 assistiram-se a atitudes governamentais que introduziam o treino físico no *curriculum* escolar apesar das escolas não estarem preparadas e com espaço para este tipo de actividades. Em 1853 o treino físico tornou-se obrigatório no *curriculum* secundário. Em 3 de Fevereiro de 1869 surge um decreto que torna obrigatória a ginástica nas escolas do ensino primário. Em 27 de Janeiro de 1880 surge igualmente uma nova lei que torna o ensino da ginástica obrigatório em todas as escolas públicas masculinas com quatro meias horas de treino físico e de exercícios militares por semana. A 6 de Julho de 1882 um decreto presidencial estabeleceu os *bataillons scolaires* (batalhões escolares) destinados ao treino militar e à ginástica em todos os estabelecimentos de ensino.

O conhecimento e o gosto pela actividade física foram-se tornando gradualmente maiores com a grande paixão que entretanto foi tomando conta dos franceses: o ciclismo.

A primeira corrida de bicicletas de longa distância, de Paris a Rouen, efectuou-se em 1869. Os anos de 1870 a 1880 viram um grande número de competições que incluíam corridas de triciclos e outros modelos. Um marco decisivo no populismo desta modalidade foi o aparecimento dos pneumáticos de Jonh Boyd Dunlop. O ciclismo tornou-se efectivamente o mais popular dos desportos, mas pelo custo da bicicleta, o ciclismo era ainda assim um espectáculo desportivo, não uma prática de massas.

Apesar deste pormenor Weber (1988:16) não podia ser mais claro, quando refere que a sua influência sobre os destinos dos outros desportos amadores foi grande.

Na verdade, começou a sentir-se a necessidade do desporto, inicialmente como uma forma de lazer nos círculos sociais, onde isto não era muito usual. Esta necessidade acaba por estar na origem da fundação de clubes importantes e numerosos, não destinados às classes médias e superiores e, nas províncias, os entusiastas pelo ciclismo contribuíram com alguns dos

primeiros dirigentes e membros experimentados para a fundação de clubes orientados de maneira mais ampla. (ibidem)

A grande movimentação desportiva dos anos oitenta mantinha uma grande relação com o ciclismo. Tinha tanto interesse pelo ciclismo como por outros desportos tradicionais e jogos ao ar livre semelhantes aos da educação inglesa das escolas públicas, especialmente corrida e jogos com bola. (ibidem)

E mais uma vez a influência inglesa é evidente desde o início. Apesar do antagonismo que opunha os já referidos State Français e o Racing Club de France (rival da outra margem) fundaram na sequência da realização de uma prova de cross em 1887 a Union des Sociétés Françaises des Courses à Pied que dois anos mais tarde em 1889 se transformaria na Union des Sociétés Françaises des Sports Athlétiques (USFSA) “que devia durante vinte e cinco anos gerir a maior parte dos desportos, o atletismo, o rãguebi, o futebol, a natação, e o ténis” (Gillet 1961:108) e ainda o ciclismo, o remo e outras actividades semelhantes. (Weber 1988:17)

Estava cumprida a necessidade de criar uma “organização federal” que promovesse encontros internacionais que se começaram a realizar em 1880, bem como “estimular as actividades desportivas e divulgar a verdade do desporto, organizando competições nacionais” (ibidem). Não oferece nenhuma dúvida o facto de esta organização ter sido determinante na extensão do desporto e nos progressos obtidos pelos participantes.

O Racing só aceitava amadores, tal como uma circular do English Amateur Athletic Club (Clube Inglês de Actividades Atléticas Amadoras)¹⁹⁰, de 1866, definia, a qual bania o profissionalismo ou a possibilidade de ganho, reforçava que o amador é um *gentleman* e excluía mecânicos, trabalhadores e artesãos.” (Weber 1988:19-20)¹⁹¹.

O verdadeiro espírito desportivo da USFSA contra o profissionalismo estará na origem da separação e destinos do Rugby e do Football Association. (ibidem)

O futebol aparece mais tarde e não cria nos clubes mais poderosos grande interesse. A burguesia parece estar mais voltada para o rãguebi. Quando o Futebol Association surgiu no sul do Loire¹⁹², os clubes então existentes eram controlados por jogadores de rãguebi. Isto fez com que surgisse uma tradição

¹⁹⁰ - Consultar, Macintosh, Desporto e Sociedade (1967:53)

¹⁹¹ - Cf. Sérgio, 1982:26

¹⁹² - Em 1900

local. As equipas de futebol e os clubes foram criadas e floresciam nos grandes centros. O Futebol Association passou a ser o desporto com mais adeptos nos centros urbanos industriais, e, como resultado directo do papel de diversão que desempenhava e dos recursos que controlava, foi resvalando para o profissionalismo. Mas as cidades e os centros urbanos mais pequenos do sul permaneciam fiéis ao jogo amador com o qual se identificavam. (op.cit, 22)

Para que o impulso dado pelos dois clubes se pudesse transformar num movimento duradouro, era preciso o conhecimento dos regulamentos adoptados pelos desportos ingleses. Sentia-se que havia necessidade de reformar o sistema de educação em uso na França.

É aqui que aparece o barão Pierre de Coubertin¹⁹³, francês, figura ímpar e autor de uma obra mundial que imortalizará para sempre o seu nome no universo do desporto. Foi uma viagem a Inglaterra que fez com que ele realizasse uma ideia que há algum tempo o obcecava ligado à reforma do sistema de educação em França. A descoberta de novas concepções da pedagogia inglesa, arrastou-o para toda a vida para uma campanha a favor do desporto. Ao restaurar em 1896 os Jogos Olímpicos da Era Moderna, este francês nobre, educador e humanista, dava ao desporto uma dimensão pedagógica e ética.

O culto pelo desporto iniciado no princípio do século, fortemente influenciado pela experiência britânica, ia difundir-se rapidamente por todo o mundo com inúmeras consequências ao nível do associativismo desportivo. O desporto, os clubes, o treino, tudo começou a ser olhado com maior interesse por todos. O universo do desporto expandiu-se de forma imparável. Hoje, este fenómeno não passa despercebido por ninguém.

Portugal, naturalmente que também se deixou conquistar por esse culto do desporto, mas, infelizmente, muito mais tarde.

Não é pois por acaso que as primeiras manifestações desportivas e os primeiros clubes desportivos aparecem em Portugal com influências britânicas e até pela mão de alguns cidadãos britânicos. Conta Francisco Santos (1989:63) que a introdução da 1ª bola de futebol na ilha da Madeira se deve em 1875 a Harry Hinton “*britânico-madeirense*”, *sportsman* distinto que a trouxera de Inglaterra onde estudara” e que serviu para os primeiros encontros de que

¹⁹³ - Pierre de Coubertin (1862 - 1941)

há memória no nosso país no velho Campo da Achada da Camacha, essa espécie de baldio à inglesa, arrelvado, “que britanicamente serviu de *football field*”...

É assim que Santos (op.cit:65) referencia que em 1888, surge a primeira agremiação regional verdadeiramente clubista-recreativa, e uma vez mais com mão britânica, pois, não foi por acaso, que se chamou “Excelsior Madeira Cricket Club”.

São conhecidos e identificados na Madeira outros clubes da altura com as mesmas raízes, tais como o Turf Club, fundado em 1900 cuja vocação primordial foram as actividades hípcas, o Stranger’s Club de 1906 cuja orientação determinante eram os desportos de raquete, nomeadamente o ténis e, ainda, o Sports Club de 1901, ligado a jogos mais colectivos (op.cit:98).

Mas quando se fala em associativismo desportivo em Portugal, devemos nos recordar que é um processo relativamente recente que como nos recorda Pires, (1987:3) tem as suas origens no chamado associativismo popular de meados do século passado, e este encontra as suas origens no associativismo das ordens religiosas. Ainda, segundo este mesmo autor, é no associativismo popular¹⁹⁴ que se encontra o modelo de referência para o associativismo desportivo tendo ambas duas características em comum: o carácter filantrópico e a juventude.

Já o Dr. José Pontes (1934:7) manifestava essa mesma opinião quando se referia ao espírito da fundação do Ginásio Clube Português¹⁹⁵ dizendo que “os ginastas de então eram filantropos. Tinham noções perfeitas de humanismo. Espalhavam o bem. As suas exhibições, em público, acentuavam iniciativas generosas.”

Logo de seguida acrescenta que os estatutos permitiam expressamente “apresentar-se em espectáculos públicos cujos lucros se apliquem a fins caritativos ou de reconhecida e geral utilidade.” (ibidem) Este mesmo autor indica alguns propósitos de carácter benemérito a que o Ginásio Clube Português desde sempre se impôs a si próprio, “organizar, entre os sócios,

¹⁹⁴ - As associações populares em Portugal são hoje mais de 10.000, enquadrados por cerca de 250.000 agentes benévolos no dirigismo (Malheiro, 1996:22)

¹⁹⁵ - Fundado por Luis de Lima da Costa Monteiro na “noute de 18 de Janeiro de 1875, as 8 horas e 50 minutos, estando presentes 25 convidados” (acta nº 1) num velho palacete na Carreirinha do Socorro.

tripulações de barcos salva-vidas, companhias auxiliares de bombeiros ou de socorros a inundados, finalmente, prestar nos limites possíveis subsídios de actividade e aptidão em prol de qualquer ideia nobre ou de qualquer justo e elevado procedimento ” (ibidem)

Mas também a característica da juventude como referência no modelo do associativismo desportivo é bem elucidativo na sua importante e meritória obra que foi o livro “Quasi um Século de Desporto” do Dr. José Pontes. É curioso que, o seu livro começa assim:

“Em 1881, o Ginásio Clube Português reunia, no seu grémio, a rapaziada mais buliçosa de Lisboa. Os associados eram, na maioria, jovens aristocratas, que viviam em boémia permanente e irrequieta ou filhos de quem possuía recursos monetários e situação de destaque social.”

E porquê o Ginásio Clube Português (GCP)? Será assim tão importante a sua referência?

Quem começa, tal como nós, a ler e estudar o início do associativismo desportivo em Portugal, tem forçosamente de estar do lado do Dr. José Pontes quando ele afirma (1934:X) que “ Fazer a história do Ginásio Clube Português é quase fazer a história da Educação Física em Portugal”.

É assim, que começa a tornar-se notado o estilo de vida associativo que dá a possibilidade de o homem se manifestar num quadro de relações com os outros mas também com o mundo, onde se torna possível a sua própria afirmação e a indicação de todas as suas enormes potencialidades.

O circo¹⁹⁶ é apontado por Gustavo Pires (1985:116) como sendo sem dúvida a primeira estrutura associativa de acolhimento da então micro sociedade desportiva em Portugal no início deste século. Mas se o circo foi essa primeira estrutura de acolhimento daqueles que pretendiam dedicar-se à prática desportiva, foi na verdade o clube que lhe deu continuidade. Era um tempo em que a destreza muscular e o carácter festivo das actividades não davam qualquer expressão a preocupações comerciais. A actividade desportiva era mobilizada pelo prazer pessoal e pelo gosto de correr riscos e evidenciar a coragem e todo o seu desenvolvimento físico e muscular.

¹⁹⁶ - O Circo Price em Lisboa foi o 1º a instalar-se em 1860. Tornou-se importante no desenvolvimento de saraus de ginástica e outros e como pólo de imitação dos artistas de circo pelos rapazes da época

Seja como for, grande parte de tradições, hábitos sociais e modos de vida, conhecimentos e estabelecimento de relações, verificam-se em quadros sociais onde estão integrados grupos organizados, mais concretamente as associações que incluem grupos determinados de processos com objectivos e processos comuns.

É assim que, apoiando-nos ainda no exemplo do GCP, no final do século, os estatutos foram reformados e na nova redacção aparece aquela que será a ideia dominante do clube: “educação física pelo estudo e prática de exercícios ginásticos adequados ao desenvolvimento e conservação do organismo.” Oferecia ainda aos associados a possibilidade de poderem também “dedicar-se ao jogo das armas, aos exercícios de natação, equitação, remar e quaisquer outros de natureza e vantagens semelhantes” (Pontes, 1934:6)

Para Carl Diem¹⁹⁷ (1966, cit. por Sérgio M.1976:92) com todas as opções de classe que se descubram no seu nascimento, o desporto actual conta somente com século e meio de existência e, neste curto espaço de tempo conquistou o mundo. Da China aos Estados Unidos, de Cuba à Austrália, da Argélia À África do Sul, em países com diferentes valores culturais e sociais, o desporto assume-se como uma linguagem universal ou como diz Carl Diem (op. cit), o desporto é neto do Renascimento e filho da Revolução Francesa.

É durante o Renascimento que, na opinião de Manuel Sérgio (1982:26), as actividades corporais tanto podiam ser encaradas como resposta a conselho médico ou também como uma actividade com um acentuado carácter de classe. É assim que este autor esclarece que rapidamente as actividades corporais, praticadas pela nobreza adquiriram o nome de *sport* e que assim o desporto passou a constituir, naquele tempo, mais um privilégio do que um imperativo pedagógico. No entanto, foram também os ingleses, segundo Gillet (1961:86), os primeiros a constituir grupos de “profissionais” em futebol¹⁹⁸ sob a autoridade da federação e com a formação de clubes, separados dos clubes de amadores.

Na Alemanha, a necessidade de uma preparação militar e a formação da unidade nacional começam a fazer sentir-se quando Janh em 1890 encontra nas teorias humanistas de Jean Jacques Russeau e do suíço Pestalozzi, as

¹⁹⁷ - Carl Diem (1966) Historia de los Deportes, Luís de Caralt Editor, Barcelona

¹⁹⁸ - A Football Association foi fundada em 1863 e a Rugby Union em 1871

justificações para a ideia do desenvolvimento completo do homem, utiliza jogos, dá importância à luta e cria obstáculos artificiais que se tornarão nos aparelhos de ginástica.

Na Checoslováquia, de acordo com Rouyer, J.(1977:179), para participar no grande movimento para a criação da nação checa contra ao domínio austro-húngaro é fundado, cerca de 1862, o movimento Sokol que utiliza os jogos populares e os movimentos de conjunto, fazendo penetrar as actividades físicas no ensino. Face a um conjunto de divergências entre a burguesia e o povo, surge em 1897 um movimento desportivo dirigido à classe operária e denominado *Spartakiadas* que constitui um movimento original pois utiliza a ginástica alemã e o desporto de origem inglesa.

No início do século XIX, na Suécia, enquanto a indústria se ia desenvolvendo, os problemas sociais iam paralelamente tomando dimensões cada vez mais perturbadoras. Com a preocupação de formar homens com bom aspecto, Ling propôs um método de educação física que, no plano prático, correspondia às necessidades nacionais e que procurava os seus meios na ciência da época, e deduz da análise anatómica do corpo uma série racional de movimentos formadores.

Este “método sueco” tem grande sucesso em toda a Europa e atravessa o atlântico rumo aos Estados Unidos. Tem um grande impacto nos meios intelectuais e passa a ser utilizado sempre que a preocupação é a de formar um homem total, sem necessidades militares.

Nos Estados Unidos, o desporto nacional é ainda o baseball, um desporto praticado desde os meados do século XVIII, cuja origem se julga ser o jogo inglês *rounders*, e assemelha-se a um velho jogo que os franceses conhecem bem, a “*théque*”, adaptado de maneira a tornar o jogo mais intenso.

Para Rouyer, J. (1977:181) os americanos receberam influência inglesa e afastaram-se do método sueco e da ginástica alemã, entretanto com grande sucesso mas, procuraram uma educação de natureza burguesa e de influência aristocrática. Prepara-se o *self-made-man*, para a acção, segundo a orientação de Dewey. O desporto surge nas universidades e começa-se a ouvir falar no “tipo atlético de ombros largos e crânio de passarinho”.

Vários encontros em finais do século XIX opuseram a sua superioridade em atletismo, grupos universitários ingleses de Oxford e Cambridge com

universitários americanos de Yale e Harvard (Gillet, B. 1961:97-99). As ideias francesas de renovação dos Jogos Olímpicos são apoiadas entusiasticamente pelos americanos que vêem nisso uma ótima ocasião para demonstrar a sua superioridade mundial.

As actividades desportivas são popularizadas por um movimento de carácter religioso (Y.M.C.A.) ao mesmo tempo que, por um lado, o desporto profissional assume uma grande importância (basebol e boxe) e por outro lado, as modalidades desportivas mundiais de então, o basquetebol e o voleibol, surgem na Europa com grande vigor. Curiosamente, o futebol americano não consegue o mesmo êxito.

2.4.2 - Problematização do conceito de desporto

Vimos que o desporto moderno nasce na Inglaterra, como actividade de lazer da burguesia, a sua aceitação generalizada surge-nos como uma forma particular da ideologia de um certo grupo social.

Quando Gillet B. (1961:12) inicia a sua História Breve do Desporto deixa bem claro que os resultados, os recordes, não são a única pedra de toque na qual se deve comprovar o desporto; por mais notáveis que sejam as proezas realizadas diante dos nossos olhos, é preciso evitar medir exclusivamente o valor do desporto pelo rendimento obtido pela máquina humana; seria reduzi-la a um papel de um âmbito muito inferior ao que pode pretender desempenhar.

Na problematização do conceito de desporto a forma como José Esteves (1975) inicia o seu livro “Desporto e as Estruturas Sociais”, refere que só há uma forma de entender o fenómeno desportivo: na perspectiva das estruturas sociais. O que há de característico e fundamental no desporto, é justamente, o que define e caracteriza a sociedade em que ele se realiza.

Na verdade, o conceito de Desporto não pode ser entendido de uma forma estática, é uma tarefa e uma problemática “em corrente” porque as alterações de natureza cultural no conceito de desporto estão sempre a mudar e hoje, como se percebe, mudam cada vez mais e cada vez mais depressa. O conceito de desporto não é pois um esclarecimento definitivo, antes em

permanente desenvolvimento, com novas correntes de pensamento, novas perspectivas e uma abertura cada vez maior no universo desportivo, tornando-o mais enriquecido e enriquecedor.

Alguns literatos têm particularizado que estas grandes alterações que se têm produzido e que se iniciaram com a Revolução Industrial, se tornaram mais evidentes com a entrada da televisão no desporto, nomeadamente nos Jogos Olímpicos de Roma em 1960.

A noção de progresso que acompanha o desporto e se consubstancia na constante procura da superação, contradiz-se na essência do espírito coubertiano de que o importante é participar e não vencer através da sua divisa olímpica, *Citius, Altius, Fortius*.

2.4.3 - A diversidade terminológica

Para Cagigal, J. (s/d:12) a palavra desporto é de origem latina e nasce da expressão *deportare*¹⁹⁹, que refere uma saída para fora das portas da cidade para se dedicarem a jogos competitivos tendo, mais tarde, aparecido no latim clássico com a expressão *diportat*. Há no entanto outras interpretações de outros autores, Ortega y Gasset é um exemplo, que fazem derivar este conceito, do provençal *deporter*, vocábulo formado no século XIII, que depois dá origem a outras como *deport*, *depport*, *deppors*, *desport*, *se deporter*, *depporter*, *desporter*.

Por conseguinte, esta expressão de origem latina teve como consequência o aparecimento das palavras deporte (espanhol) desporto (português) e diporto (italiano, em desuso)

Na verdade, diversas têm sido as tentativas para uma definição de Desporto o que, não sendo uma tarefa fácil na realidade, levou Parlebas (1981, cit. Por Pires, G. 1994a:44) numa atitude um pouco pessimista a colocar a hipótese de concluir sobre a impossibilidade de definir Desporto.

¹⁹⁹ - Para Batista, J. (1999:29) é esta a forma de latim tardio – *Deportare* – que explica o *se deporter*, a partir do qual se formou o “*de*” verbal *desport* que por sua vez, está na origem do inglês *disport* e, depois *sport* e do português *desporte* e depois desporto.

Pierre de Coubertin²⁰⁰ definia desporto como um culto voluntário e habitual de intenso exercício muscular, apoiado no desejo de progresso e que pode chegar até à morte.

Por outro lado, para Seurin, P. (1956:100), desporto é jogo, é uma luta contra um adversário inerte (espaço e tempo) ou animado, e, como uma actividade intensa, tem como objectivo a vitória.

Cagigal, J. (1957:38), caracteriza-o como uma diversão liberal, espontânea, desinteressada, expansão de espírito e do corpo, geralmente em forma de luta, por meio de exercícios físicos, mais ou menos sujeitos a regras.

Di Scala, G. (1959:111) referia-o como um divertimento, uma divagação, um entretenimento, com um fim agonístico, competitivo, com o objectivo de se atingir o recorde.

Magnane, G (1961:81) definiu desporto como uma actividade de lazer cuja dominante é o esforço físico, participante no jogo e no trabalho, praticada de forma competitiva, com regras e instituições específicas, susceptível de se transformar em actividade profissional.

Antonelli F. (1963:10) entende que o Desporto é uma actividade humana determinada pela conjugação de três factores de grande valor psicológico: jogo, movimento e agonismo.

Na edição especial “Correio da UNESCO” de Janeiro de 1964 (p.7), Maheu, R. referencia a honra, a ética, a estética, o tecnicismo e a educação como características principais do desporto.

Gillet, B. citado por Magnane, G. (1964:80) partindo de uma breve definição de Souchon e May que dizem que o Desporto é uma luta e um jogo, acrescenta a noção de uma actividade intensa, sujeita a regras precisas e preparada por um treino metódico.

Em França, a Comissão de Doutrina do Desporto através do Alto Comité do Desporto (1965:29), define-o como um meio de ajudar o homem a encontrar e manter o seu equilíbrio, um factor de expressão da personalidade, com vista à harmonia do corpo. Como objectivo essencial do desporto os seus praticantes devem-se entregar, adaptar e vencer, rivalizando com um espírito de jogo limpo (op.cit:13) sendo o desporto uma fonte de saúde e de distracção, onde há

²⁰⁰ - Na sua obra *Pédagogie Sportive*, Coubertin depois de enumerar modalidades desportivas típicas propõe uma classificação com 9 categorias de desportos: atléticos, gímnicos, de defesa, hípicas, náuticos, combinados, de gelo, de turismo, jogos.

prazer em participar, que habitua ao esforço e à disciplina, como um “lazer” rico que pode contribuir, numa perspectiva de promoção humana, a uma autêntica revolução social. (op. cit:21)

Na sua tese de filosofia consagrada ao desporto, *La Signification du Sport*, Bouet²⁰¹, M. (1968) defende que, desporto é uma procura competitiva (actual ou potencial) da performance no campo do movimento físico, afrontado intencionalmente com dificuldades e que requer o emprego sistemático e preciso da medida dos tempos e das distâncias e da contagem de pontos.

De acordo com Sobral, F. (1980:133), actividade física, busca do prazer, impulso lúdico e procura constante da superação sobre si e sobre os outros, o desporto é ainda uma prática organizada do ponto de vista regulamentar, um espaço separado do real por uma legislação precisa que define o território onde se exerce o acto desportivo e estabelece os limites a observar pelos praticantes desse exercício nas relações que entre si constituem.

Neste quadro relacionado com a definição de desporto, este autor confere-lhe a componente motivacional, onde se acentua o prazer resultante da prática desportiva, e a componente económica que associa o desporto às actividades gratuitas mas sempre balizada por um lado pelo *hédone* e por outro pelo *ludus*. No entanto, esta procura do prazer e do lúdico, como elementos fundamentais, mesmo que acrescentando-lhe a actividade física, mantém-se um conjunto de dificuldades na sua definição, uma vez que outras modalidades tidas como desportivas, apresentam uma actividade física muito reduzida como é o caso do xadrez ou de alguns desportos mecânicos ou de voo.

Feio, N. (1989:3) refere que continua a discorrer sobre a única concepção de Desporto que conhece: o Agon - competição, superação até aos limites da capacidade individual, perfectibilidade gestual, prazer que suporta o sacrifício, gosto pelo esforço, diálogo entre a consciência da capacidade própria e o sonho (o imaginário).

Numa imediata aproximação à sua natureza, Araújo, L. (1989:41) refere que o Desporto é fundamentalmente o exercício físico, inteligente e contínuo, que através do aumento da resistência e da harmonia do corpo, visa a sua

²⁰¹ - Num dos capítulos, Bouet, M. classifica os desportos em cinco grandes grupos: Desportos colectivos com bola, Desportos individuais de bola; Desportos atléticos e gímnicos; Desportos de natureza; Desportos mecânicos.

perfeição, o que é uma resposta a uma das principais reivindicações do corpo, que consiste na sua vontade de expansão ou de desenvolvimento.

Mais recente, os ministros europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos para a sua 7ª Conferência, nos dias 14 e 15 de Maio de 1992, em Rhodes, elaboraram a Carta Europeia do Desporto, que no seu art.º 2º, refere que “Entende-se por “desporto” todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”.

Como fenómeno social, o Desporto assenta a sua realidade própria em bases materiais, económicas e políticas e é aí que encontra a sua caracterização específica, podendo prestar-se tanto para as mais belas como para as mais baixas causas. Na verdade, o desporto moderno reflecte em maior ou menor grau os aspectos positivos e negativos dos sistemas sociais.

Tal como verificado por Pires, G. (1994a:45), do conjunto das várias definições percebe-se pois, que o desporto envolve exercício físico, movimento, tempo livre, jogo, lazer, ética, estética, esforço, luta, aventura, treino, competição, regras, morte, força, destreza, objectivos, classificações, rendimento, resultados, ...afirmando ainda que, do conjunto destas tentativas de definições se por um lado se contactam diferentes contradições, por outro lado, encerram em si paradoxos com que o mundo do jogo e desporto têm vivido desde sempre.

2.4.5 – O Direito de praticar desporto de forma diferente

O direito à prática desportiva individualizada deve ser entendida como um direito pessoal que faz parte não apenas da nossa formação mas igualmente da nossa dignidade. O direito ao desporto é para todos.

Aquilo a que hoje se assiste, à maneira de ver, sentir e viver o desporto que envolve todos os que se entregam à aventura desportiva, é uma maneira de estar no desporto.

Os padrões desportivos legados pela civilização industrial a que Gustavo Pires denomina como o “desporto da segunda vaga,” (Toffler:1984) deram lugar a uma nova mentalidade de praticante desportivo, praticantes não estandardizados, mas antes voltados para uma prática desportiva de escolha livre, à medida de cada um, sem uma competição com regras tipificadas, aplicadas mecanicamente.

Esta institucionalização do direito à aventura e à informalização das práticas desportivas é, mais do que uma alternativa encontrada, a revolta daqueles que não querem estar sujeitos a padrões de comportamento desportivo e quadros competitivos que avaliam os melhores e os piores.

Este direito e esta vontade de uma prática desportiva diferente, não retira espaço àqueles que pretendem continuar a correr à volta de um campo balizado, a jogar ao som do apito ou a lutar contra o tempo. A democraticidade desportiva abre espaço para um desporto plural, uma prática diversificada, o gosto pelo risco²⁰², o contacto com a natureza, o desporto formal, informal e não formal. A todos é legado o direito ao desporto, cada um o escolhe de livre vontade e à sua maneira, e os riscos são implicitamente aceites.

É pois, a valorização de aspectos relacionados com a natureza, o risco e a aventura que o advento da sociedade pós industrial continua a construir, dando-nos uma nova e diferente maneira de estar e de pensar o desporto.

A técnica do praticante desportivo, não tem necessariamente de ser utilizada com o objectivo de correr atrás da medalha, de subir ao pódio ou de colher os aplausos do vencedor, claro que não, pode ser um meio de prazer e de fruição de felicidade ao poder desfrutar sensações ou alegrias.

Hoje, a técnica deve ser um instrumento disponível e ao serviço do homem de onde ele possa retirar e conseguir o maior prazer, ao contrário do que acontecia nas práticas tradicionais onde o homem se entregava à técnica para melhor rentabilizar resultados.

Para Pires, G. (1990:19), o desporto realizado em plena natureza, é uma recusa mental de utilizar espaços desportivos artificiais e fechados que

²⁰² - Miles, Jonh (1978): Quem procura as actividades de risco tem os seguintes objectivos: 1- Para se testarem a si próprios; 2- Pela admiração que provocam aos outros; 3- Para impressionar amigos e inimigos; 4- Pelo amor ao risco; 5-Pela exploração do desconhecido; 6- Para se conhecerem a si próprios; 7- Para contactarem novos cenários, novos horizontes; 8- Para conhecerem outras pessoas com o mesmo espírito; 9- Para compartilharem experiências; 10- Para se superarem (humanamente)

subjugam o praticante aos processos e mecanismos da sociedade industrial ou seja, o praticante envolve-se no meio natural, na água, na floresta, no mar, na montanha, com calor, com vento com frio, considera o ambiente global que o envolve e recusa a visão restrita das actividades tradicionais que se processam no interior de 4 linhas, de uma pista de atletismo ou da piscina.

Do conjunto de mudanças que se verificaram na nossa sociedade e com o aparecimento de novos valores, o desporto (rendimento e competição) deixa de ser capaz de satisfazer as novas necessidades e imperativos, abrindo lugar para o surgimento de novas actividades. Os valores que rodeavam o ascetismo, o esforço, a autoridade ou a glória, encontram-se em curva descendente, dando lugar a outros bem diferenciados como sejam o prazer ou a realização pessoal, a liberdade ou a busca de novas sensações.

Procuram-se actividades alternativas que respondam às novas necessidades sociais que ganham espaço em cada dia que passa.

A *performance*, deixou de ser ascética, para além disso, procura-se também o desejo de uma distração mantendo sempre presentes os valores hedonistas, uma *performance* com base no prazer e sem dia marcado. O dever cede cada vez mais lugar ao prazer.

Nestas actividades de lazer procura-se essencialmente, uma oportunidade de viver experiências que não façam parte do dia a dia pelo seu elevado grau de rotina. Esta prática de desporto recreativo, embora com origem bastante longínqua, encontra a sua importância social ligada ao chamado movimento de “Desporto Para Todos” que surge na década de sessenta do século passado e que não pode ser confundido como uma modalidade à parte mas é antes uma forma particular do desporto.

Vários têm sido os autores que evidenciaram a crise do desporto assente no sistema formal, importante e necessário no quadro do universo desportivo mas, sempre muito voltado para o profissionalismo e o espectáculo desportivo com estigmas de que nem sempre tem capacidade de se soltar.

Nesta resposta que o desporto procura dar aos novos imperativos sociais, na óptica de Betrán e Betrán (1995) citado por Barbosa, I, (1997:66) o propósito do desporto se ajustar à nova sociedade passa por:

1 – Verifica-se uma clara tendência para o aumento das práticas dos desportos individuais;

- 2 – Aparecem novas modalidades com base num determinado desporto, mas sem carácter competitivo;
- 3 – A moda determina, em parte, a importância dada a uma determinada actividade desportiva;
- 4 – Procura-se cada vez mais o prazer, a satisfação e afasta-se o rendimento planificado;
- 5 - A tendência é para eliminar²⁰³ o treino, a hierarquia desportiva e a planificação colectiva. Procura-se a competição sem passar necessariamente pela ascensão da preparação;
- 6 – Procura-se competições cada vez mais *light*, onde a composição das equipas é muito homogénea, pouco rigor no critério e com objectivo principal de jogar e conviver;
- 7 – O número de desportos praticados pelos cidadãos pode ser variado, indo mesmo do desporto único a uma actividade plural.

E quando se diz que o desporto está a mudar, não é verdade, o desporto já mudou. De facto, o desporto viveu durante muitos anos num ambiente fechado, envolvido com os seus próprios problemas ignorando completamente que fazia parte e se enquadrava com um mundo que estava em mudança a grande velocidade. E se o desporto quis sobreviver, teve de se adaptar a este mundo imprevisível que envolve a vida dos nossos quotidianos familiar, social, político, profissional e desportivo.

Hoje, a generalização do interesse pelo desporto, nas suas mais variadas expressões e pelo conjunto de actividades ligadas à natureza, é uma evidência inquestionável.

Neste mundo em permanente mudança, que nos obriga a permanentes adaptações e onde a única certeza é a de que só a mudança é imutável, somos diariamente surpreendidos com novas práticas e novas atitudes, geradoras de novos padrões que nos levam a olhar para o desporto de uma forma efectivamente diferente.

²⁰³ - Não nos parece que isto seja tão linear muito embora estejamos de acordo com Barbosa, que refere antes uma certa descentralização desse mesmo treino, em que o este deixa de acontecer em função do treinador mas fica antes dependente de ritmos individuais, assumindo assim, um carácter reflexivo.

O desporto cada vez é mais uma actividade social, um parceiro do dia a dia, com um valor cada vez maior como agente promotor de várias áreas desde a economia à saúde, passando obviamente pela educação.

O gosto pelas mais variadas práticas desportivas associadas ao gozo pela natureza está não apenas a crescer como ainda a melhorar padrões de qualidade que possibilitam essa prática desportiva em ambiente natural.

Por isso é que hoje o desporto não pode ser visto apenas através de uma das suas partes, o desporto formal.

Essas lógicas do passado, que se organizavam centradas em práticas desportivas na perspectiva da competição, do rendimento, do cronómetro e do recorde deram lugar a uma generalização da prática desportiva, sentida como um direito e como uma necessidade que todos e cada um têm no acesso aos serviços e equipamentos desportivos, ou aos espaços de lazer, artificiais, semi-artificiais ou naturais, como um aspecto que hoje se considera fundamental na aferição da qualidade de vida das populações.

De facto, não temos de ser todos postos a fazer desporto da mesma maneira. Os modelos que nos foram legados começaram a ser substituídos nas últimas duas décadas do século passado, numa diversidade sem precedentes. De um desporto limitado, com um espectro de opções pessoais reduzidas, a funcionarem por norma em sistema fechado, evoluímos para um desporto de opções múltiplas, descomplexado, de livre escolha, na procura de novas práticas, diferentes perspectivas, outros espaços geográficos, novos tempos e novas estruturas mentais.

A perspectiva que hoje se nos coloca é sustentada na diversidade das práticas desportivas, de grande abertura informal ao exterior e, com um novo conceito de vida.

Este investimento no futuro, passa pela idealização de um sistema desportivo sustentado num novo espaço de diálogo entre o indivíduo e o sistema social na procura de uma multiplicidade de maneiras de ver , de estar, de gostar e de praticar desporto.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

INTRODUÇÃO

No âmbito do tempo livre, do lazer e do desporto dos jovens em idade escolar, a investigação realizada no que mais concretamente diz respeito ao objecto deste estudo, que é o de analisar as responsabilidades e o quadro de interacção entre a escola, a autarquia e o clube, compreende as três áreas fundamentais do estudo: o estabelecimento escolar, a câmara municipal e o clube desportivo.

O enquadramento da investigação justifica-se pela necessidade da promoção de uma interacção e colaboração entre estes três sectores, evidenciando tanto quanto possível as responsabilidades inerentes a cada um deles e também, a importância que cada um por si e entre todos deve assumir na observância dos períodos de lazer e tempo livre dos jovens em idade escolar, relevando a educação para a cidadania e a ligação da escola à comunidade.

O estudo está circunscrito à região centro e confinado aos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu caracterizados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Na problemática do estudo, ao pretendermos descrever e caracterizar os modos de organização e estratégia para o desenvolvimento da ocupação de tempo livre e actividades de lazer dos jovens em idade escolar da Autarquia, do Clube e da Escola, na região centro, estamos igualmente a procurar perceber se existe alguma interacção concertada entre eles que vá ao encontro dos normativos que a regulamenta. Pensamos deste modo, compreender a importância que cada um destes organismos atribui ao exercício de actividades desportivas na área do lazer e da ocupação dos tempos livres com os jovens em idade escolar.

O artº 78º da LBD refere que na política nacional de ordenamento do território deve ser assegurada, de forma descentralizada, equitativa e proporcional entre

o litoral e o interior, a existência de infra-estruturas de utilização colectiva para a prática desportiva, denotando alguma preocupação e necessidade de alguma correcção de desigualdades estruturais provocadas pela interioridade territorial que, no caso do nosso estudo, abrange os distritos de Castelo Branco, Guarda e Viseu na plena participação desportiva de lazer e ocupação dos tempos livres do jovens em idade escolar.

Do mesmo modo, torna-se importante verificar, dentro das estruturas formais de educação, se, na sua organização, se estabelecem ou não, um conjunto de relações e interações com a autarquia e o clube, no desenvolvimento de actividades desportivas, no quadro do lazer e da ocupação do tempo livre.

O mesmo se passa com as câmaras municipais e os clubes no sentido de procurar entender qual a maior probabilidade de aproximação e interação ao nível do lazer e do tempo livre dos jovens em idade escolar com os estabelecimentos de ensino. Incentivar a prática do desporto para efeitos de lazer, na salvaguarda do direito que as crianças, adolescentes e os jovens têm aos tempos livres, é uma das atribuições expressas na LBD (art.º 41º) que se coaduna com uma outra determinação expressa no seu art.º 18º de definição de clube desportivo cujo objecto, lhe é indicado como, “o fomento e a prática directa de actividades desportivas sob forma associativa”.

Dentro deste princípio, torna-se igualmente importante perceber se tem algum significado a expressão associativa dos clubes desta região, ao nível dos seus associados, no desenvolvimento de uma atitude mais interactiva e de colaboração com os restantes intervenientes no estudo em actividades desportivas na área do lazer e do tempo livres dos jovens em idade escolar.

1 - AMOSTRA

Para conhecimento do universo do nosso estudo e localização dos endereços necessários para contacto, utilizámos para as câmaras municipais da zona centro, a relação que consta da Associação Nacional de Municípios Portugueses e, para o universo das escolas de ensino público, utilizámos as

listas de concurso para professores do Ministério da Educação de 2005. No primeiro caso, localizámos um universo de 101 câmaras municipais e no 2º caso, localizámos um universo de 331 escolas. Para o nosso estudo, apenas serão consideradas escolas a partir do ensino do 2º ciclo do ensino básico e até ao ensino secundário, estando portanto excluídas todas as escolas do, e com o, 1º ciclo do ensino básico e escolas profissionais e de ensino superior ou universitário.

No que diz respeito aos clubes desportivos, muito embora o Centro de Estudos e Formação Desportiva, existente na altura em que iniciámos o estudo e os inquéritos, indicasse um universo para a zona centro de 2589 clubes desportivos, a verdade é que, em lado algum, nos foi possível encontrar qualquer base de dados com contactos e endereços dos clubes que nos levasse a confirmar as informações acima referidas. Nem no IDP, na altura ainda INDESP foi possível recolher esses dados concretos e objectivos sobre os clubes desportivos em Portugal.

Face a esta enorme dificuldade em encontrar uma base de dados do associativismo desportivo com endereços e contactos de cada um deles, tivemos nós próprios de criar essa base da zona centro, com base, nas informações solicitadas e recolhidas em cada uma das autarquias contactadas através do inquérito. Esta relação conseguida através das câmaras municipais, foi mais tarde completada com o recurso à lista telefónica, tornando-se no entanto uma amostra, ainda assim, incompleta, pelo facto de, nem todas as autarquias terem fornecido os dados dos clubes desportivos existentes nos seus concelhos ou, terem-nos fornecido muitas vezes de forma incorrecta.

Foi utilizado o método de amostragem aleatório simples com a técnica de lotaria, para os clubes desportivos e os estabelecimentos de ensino, de forma a que, cada um dos casos do universo pudesse existir a mesma probabilidade de ser incluído na amostra retirada. No que se refere às câmaras municipais, foram enviados questionários a todo o universo.

A partir de uma população²⁰⁴ alvo de 101 câmaras municipais, 166 estabelecimentos de ensino e de 303 clubes desportivos, a nossa amostra é constituída por 73 câmaras municipais, 66 escolas de ensino público e 112

²⁰⁴ - Aktouf (1987:72) cit. por Deshaies (1992:321): “Designa-se por população o conjunto indiferenciado de elementos entre os quais serão escolhidos aqueles sobre os quais se efectuarão observações. É o que se designa igualmente por população alvo”

clubes desportivos o que, corresponde a uma taxa de retorno de 72,3%, 39,8% e 37% respectivamente, encontrando-se distribuído pelos 101 concelhos, que estão integrados nos 6 distritos da zona centro caracterizados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses: Aveiro (19 concelhos), Castelo Branco (11 concelhos), Coimbra (17 concelhos), Guarda (14 concelhos), Leiria (16 concelhos) e Viseu (24 concelhos).

Quadro 2 – Taxa de retorno

<i>Distritos</i>	<i>Uníverson</i>			<i>População - Alvo</i>			<i>Respondentes</i>			<i>Taxa de retorno</i>		
	CM	Clubes	Escolas	CM	Clubes	Escolas	CM	Clubes	Escolas	CM	Clubes	Escolas
Aveiro	19	642	91	19	57	31	15	30	19	78,9%	52,6%	61,3%
C Branco	11	209	32	11	33	18	5	10	7	45,5%	30,3%	38,9%
Coimbra	17	449	57	17	51	29	13	12	9	76,5%	23,5%	31,0%
Guarda	14	109	31	14	42	24	9	11	9	64,3%	26,2%	37,5%
Leiria	16	465	57	16	48	27	11	21	8	68,8%	43,8%	29,6%
Viseu	24	242	63	24	72	37	20	28	14	83,3%	38,9%	37,8%
Total	101	2116	331	101	303	166	73	112	66	72,3%	37,0%	19,9%

Assim sendo, e considerando os estudos mais recentes do IDP de 2005²⁰⁵, que consideram um universo de 2.116 clubes, encontramos uma distribuição para os três organismos conforme quadro seguinte, bem como as percentagens da amostra relativamente ao total de concelhos e ao universo considerado, para cada um dos distritos.

Quadro 3 – Universo e amostra

<i>Distritos</i>	<i>Uníverson</i>			<i>Amostra em relação ao Uníverson</i>					
	CM	Clubes	Escolas	CM	Clubes	Escolas	CM	Clubes	Escolas
Aveiro	19	642	91	15	78,95%	30	4,67%	19	20,88%
C Branco	11	209	32	5	45,45%	10	4,78%	7	21,88%
Coimbra	17	449	57	13	76,47%	12	2,67%	9	15,79%
Guarda	14	109	31	9	64,29%	11	10,09%	9	29,03%
Leiria	16	465	57	11	68,75%	21	4,52%	8	14,04%
Viseu	24	242	63	20	83,33%	28	11,57%	14	22,22%
Total	101	2116	331	73	72,28%	112	5%	66	19,94%

Do cruzamento das 3 bases de dados referidas – câmaras municipais, clubes desportivos e estabelecimentos de ensino público – verificámos que não foi possível recolher qualquer dado em 10 dos concelhos o que, perfaz apenas 9,9% dos concelhos da amostra sem qualquer informação. Em oposição, em

²⁰⁵ - Estatística do Associativismo Desportivo 1996-2003, Edição IDP, 2005, pp 70

26 dos concelhos, recolhemos informações através do inquérito em todas as bases de dados do estudo o que reflecte 25,7 % de respostas conjuntas das câmaras municipais, dos clubes desportivos e das escolas de ensino público. Por outro lado, em 40 dos concelhos, isto é, em 39,6% da amostra recolhemos sempre duas informações através dos inquéritos, ou seja, das câmaras e dos clubes, das câmaras e das escolas ou, das escolas e dos clubes. Apenas em 25 concelhos, em 24,8% da amostra, recebemos uma única resposta de apenas um dos organismos da nossa base de dados. O quadro seguinte é esclarecedor

Quadro 4 – Questionários recebidos

<i>Total de Questionários Recebidos</i>			
Total de concelhos	Câmaras 73	Clubes 112	Escolas 66
10	Concelhos com total ausência de resposta		9,9%
26	Concelhos com respostas em toda a base de dados		25,7%
40	Concelhos com cruzamento de 2 respostas		39,6%
25	Concelhos com resposta única		24,8%
101			100%

Os 26 concelhos (25,7% da amostra), respondentes aos questionários da câmara municipal, clube desportivo e da escola do estabelecimento de ensino público, estão representados no quadro seguinte:

Quadro 5 – Concelhos de onde se obtiveram respostas

Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
Águeda	Sertã	Cantanhede	Aguiar da Beira	Alcobaça	Carregal do Sal
Aveiro	Cast. Branco	Condeixa-a-Nova	Gouveia	Marinha Grande	Castro Daire
Estarreja		Figueira da Foz	Guarda	Peniche	Oliveira Frades
Oliveira Bairro		Góis	Seia	Ansião	Penalva Castelo
Ovar			V.Nª Foz Côa		
Sª M.ª da Feira					
Sever do Vouga					
36,8%	9,1%	23,5%	35,7%	18,8%	16,7%

Da leitura do quadro seguinte, no universo de autarquias do nosso estudo, verificamos que nesta zona centro existem apenas 2 autarquias com mais de 100.000 eleitores (as maiores) que equivale a 2%, existem 5 autarquias com mais de 50.000 eleitores e menos de 100.000 (as grandes) que equivale a 5%, existem 58 autarquias com mais de 10.000 eleitores e menos de 50.000 (as

médias) que equivale a 57,4% e por fim, existem 36 autarquias com menos de 10.000 eleitores (as pequenas) que equivale a 35,6%.

No enquadramento da amostra das câmaras municipais com esta tipologia referida, encontrámos uma representação de 7,4% (8) para as autarquias maiores, de 23,1% (25) para as autarquias grandes, de 51,9% (56) para as autarquias médias e de 17,6% (19) para as autarquias pequenas.

Quadro 6 – Dimensões das autarquias e respostas recebidas

Autarquia	Universo de CM		Amostra		
	n	%	n	% no universo	% na amostra
Maior	2	2,0%	2	100%	2,7%
Grande	5	5,0%	5	100%	6,8%
Média	58	57,4%	44	75,9%	60,3%
Pequena	36	35,6%	22	61,1%	30,1%
Total	101	100%	73	100%	100,0%

Na tipologia das escolas estudadas, encontrámos uma divisão relativamente equitativa com, 48,5% de escolas básicas com 2º e 3º ciclos e, 51,5% de escolas secundárias ou, de escolas secundárias com escolas básicas com o 3º ciclo ou, com o 2º e 3º ciclo.

Assim, 19,7% são escolas secundárias, 15,2% são escolas básicas com 3º ciclo e secundário e, 16,7% são escolas com 2º, 3º ciclo e ensino secundário.

Este equilíbrio mantém-se no litoral com 48,6% de escolas do ensino básico com 2º e 3º ciclo e, no interior com 48,3% do mesmo tipo de escolas.

Contudo, no litoral encontrámos 29,7% de escolas exclusivamente de ensino secundário contra 6,9% no interior, enquanto ao contrário, encontramos 27,6% de escolas básicas com o 2º e 3º ciclo contra 6,9% no litoral.

Em termos globais, encontrámos nos clubes, uma média de 482 sócios [$x=1,93$; $s=, 927$] por clube e de 181 praticantes [$x=1,21$; $s=, 737$] com uma distribuição percentual praticamente igual nos 3 intervalos do estudo ao nível dos sócios e uma tendência de 66,1% ao nível de praticantes no intervalo [<150]

No litoral, a média é de 520 sócios [$x=2,08$; $s=.938$] e 190 praticantes [$x=1,27$; $s=, 766$] com uma distribuição percentual de 44,4% de sócios para o intervalo [>501] e de 63,5% de praticantes para o intervalo [<150].

No interior, a média de sócios baixa para 432 [$x=1,73$; $s=, 884$] e, a de praticantes, baixa para 170 [$x=1,12$; $s=, 696$] verificando-se uma distribuição percentual de 40,8% para o intervalo]251-500] para os sócios e de 69,4% para o intervalo [>150] de praticantes.

A totalidade das câmaras municipais consideradas Grandes e Maiores da região centro, fazem parte da amostra deste estudo. Por outro lado, das 75,9% de câmaras municipais consideradas Médias, são estudadas 60,3% assim como, das 61,1% consideradas Pequenas, são estudadas 30,1%.

Tanto a média como a moda da globalidade de autarquias estudadas, situam-se nas câmaras municipais consideradas Médias com eleitores >10.000 e, <50.000.

As autarquias consideradas Maiores, com eleitores >100.000, encontram-se no litoral perfazendo 5,1% da globalidade. Encontrámos ainda 10,3% de câmaras municipais consideradas Grandes, 71,8% consideradas Médias e, 12,8% consideradas Pequenas. A média encontrada situa-se nas Câmaras municipais Pequenas enquanto a moda se situa nas Médias.

No interior, não encontrámos câmaras municipais Maiores e, existe praticamente uma divisão entre câmaras municipais Médias (47,1%) e câmaras municipais Pequenas (50%). Apenas encontrámos 2,9% de câmaras municipais Grandes. Embora a moda sejam as câmaras municipais Pequenas, a média situa-se nos municípios Médios.

Do conjunto nacional, na zona centro, estão representadas 36,7% das câmaras municipais, 26,9% dos clubes desportivos representados nos questionários e, 27,5% das escolas de ensino público caracterizadas na amostra. Os 101 concelhos dos 6 distritos já referidos (Aveiro, Coimbra e Leiria no litoral e Castelo Branco, Guarda e Viseu no interior) compreendem, no total, 1.432 freguesias, 2.393.232 habitantes distribuídos por 27.438,2 Km².

Quadro 7 – Caracterização do distrito de Aveiro

AVEIRO							
Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2	Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2
Águeda	49106	20	334,7	Mealhada	20763	8	110,7
Albergaria	24612	8	155,8	Murtosa	9391	4	73,4
Anadia	31574	15	216,7	O. Azeméis	70699	19	163,1
Arouca	24233	20	328,3	O. Bairro	21216	6	86,8
Aveiro	73136	14	199,7	Ovar	55178	8	149
C. Paiva	17393	9	115	Sª Mª Feira	135941	31	215,1
Espinho	33452	5	21,1	S.J.Madeira	21022	1	7,9
Estarreja	28217	7	108,3	Sever	13183	9	130,3
Ílhavo	37103	4	74	Vouga	22045	11	165
				Vale	24787	9	146,4
				Cambra			

19 Concelhos - 713.051 habitantes – 208 freguesias - 2801,3 Km2

Quadro 8 – Caracterização do distrito de Coimbra

COIMBRA							
Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2	Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2
Arganil	13596	18	333,1	Montemor-Velho	25530	14	229,4
Cantanhede	38032	19	391,5	Oliv. Hospital	22079	21	234,6
Coimbra	148122	31	316,5	Pampilhosa S.	5228	10	396,4
Condeixa-a-Nova	15337	10	141,2	Penacova	16658	11	217,6
Figueira Foz	62224	18	378,2	Penela	6574	6	133
Góis	4862	5	263,2	Soure	20907	12	264,4
Lousã	15872	6	139	Tábua	12611	15	199,7
Mira	12856	4	123,9	V.Nova Poiares	7037	4	84
Miranda Corvo	13115	5	126,7				

17 Concelhos – 440.640 habitantes – 209 freguesias – 3972,4 Km2

Quadro 9 – Caracterização do distrito de Leiria

LEIRIA							
Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2	Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2
Alcobaça	55374	18	408,2	Leiria	119319	29	568
Alvaiázere	8433	7	161	Marinha Grande	35541	3	184,8
Ansião	13751	8	179,1	Nazaré	14324	3	81,5
Batalha	14995	4	102,7	Óbidos	10809	9	141,2
Bombarral	13309	5	90,8	Pedrógão Grd.	4412	3	128,9
Caldas Rainha	48563	16	255,9	Peniche	27312	6	77
Castanh. Pera	3739	2	67,2	Pombal	56270	17	625,5
Figueiró Vinhos	7343	5	172,3	Porto Mós	24255	13	260,1

16 Concelhos – 457.749 habitantes – 148 freguesias - 3504,2 Km2

Nestes distritos do litoral, verificámos haver o dobro do número de habitantes e mais concelhos que no interior. Contudo, o interior tem uma área bastante superior em Km2 e bastantes mais freguesias que o litoral

Quadro 10 – Caracterização do distrito de Castelo Branco

CASTELO BRANCO							
Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2	Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2
Belmonte	7591	5	118,9	Penamacor	6622	12	555,5
Castelo Branco	55909	25	1439,9	Proença-a-Nova	9609	6	394,7
Covilhã	54507	31	555,8	Sertã	16788	14	452,2
Fundão	31356	31	700,9	Vila de Rei	3326	3	190,9
Idanha-a-Nova	11646	17	1412,7	Vila V. Ródão	4071	4	329,9
Oleiros	6672	12	464,3				
11 Concelhos – 208.097 habitantes – 160 freguesias - 6615,7 Km2							

Quadro 11 – Caracterização do distrito da Guarda

GUARDA							
Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2	Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2
Aguiar Beira	6264	13	206,9	Manteigas	4083	4	125,3
Almeida	8395	29	518,4	Mêda	6270	16	285,7
Celorico Beira	8889	22	247,2	Pinhel	10940	27	484,2
F Cast Rodrigo	7179	17	508,6	Sabugal	14872	40	823,6
Fornos	5587	16	131,6	Seia	28173	29	435,7
Algodres	16142	22	297,1	Trancoso	10807	29	361,6
Gouveia	43497	55	712,3	V.N.Foz Côa	8397	17	398,2
Guarda							
14 Concelhos – 179.495 habitantes – 336 freguesias – 5536,4 Km2							

Quadro 12 – Caracterização do distrito de Viseu

VISEU							
Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2	Autarquia	Habitantes	Freguesias	Km2
Armamar	7479	19	117,3	Resende	12415	15	122,3
Carregal Sal	10435	7	113,8	S. Comba Dão	12474	9	112,3
Castro Daire	16954	22	378,7	S.J.Pesqueira	8738	14	266,3
Cinfães	22390	17	241,3	S.Pedro Sul	19150	18	349,1
Lamego	28085	24	164,1	Sátão	13136	12	202
Mangualde	20857	18	219,7	Sernancelhe	6192	17	227,5
Moimenta Beira	10990	20	220,9	Tabuaço	6762	17	133,5
Mortágua	10345	10	249,4	Tarouca	8296	10	100,2
Nelas	14162	9	128,8	Tondela	31132	26	371,9
Oliv. Frades	10519	12	147,5	Vila N. Paiva	6112	7	175,7
Penalva Castelo	9008	13	134	Viseu	93259	34	506,7
Penedono	3447	9	133,9	Vouzela	11863	12	191,3
24 Concelhos – 394.200 habitantes – 371 freguesias – 5008,2 Km2							

2 - QUESTIONÁRIO

Apoiados em algumas orientações de Hill, M.M. e Hill Andrews (2002, 83-104), foi elaborado um questionário para cada uma das instituições envolvidas neste estudo: a escola, o clube e a câmara municipal.

Ao pretendermos garantir no presente estudo a qualidade das questões e respostas, a nossa opção foi a determinação de diferentes tipos de validade, nomeadamente a validade de construção e a validade de conteúdo.

A primeira, validade que mede a estrutura teórica subjacente ao instrumento (Rosado e Colaço, 2002), é garantida no caso presente, por uma balizada e objectivada discussão e especulação conceptual, que diferentes especialistas na matéria assumiram. Ao serem asseverados níveis de acordo que apoiem e suportem as análises realizadas, poder-se-á no mínimo, fidelizar uma “evidência de construtividade” (Safrit e Wood, 1989). A segunda tem como objectivo afiançar que o instrumento de avaliação, de forma representativa e proporcional, determina os objectivos, os temas e os processos (perceptivo-cognitivos, intelectuais ou sociais) envolvidos. Assegurou-se assim, que os itens do questionário são representativos de um universo definido ou área de conteúdo (normas da A.P.A., 1985) tendo para tal sido preparados de acordo com os critérios e normas de comportamento envolvidos. A garantia da análise objectiva deste tipo de validade, passou pela construção de tabelas de matrizes de objectivos-conteúdos, que após verificação de um painel de juizes e especialistas, apresentaram uma elevada percentagem de acordo, determinantes dessa mesma exactidão.

Teve-se ainda em conta, a relevância que adquire a consideração do contexto, a complexidade das interacções, a pluralidade e diversidade de culturas e necessidades, as representações, a imprevisibilidade de acontecimentos e a interpretação dos dados obtidos. Conseguimos assim, responder a um outro tipo de validade, a ecológica.

Uma outra qualidade inerente e imprescindível para o reconhecimento de qualquer instrumento de medida é a garantia (fidelidade), propriedade segundo a qual se mede a tendência para a consistência dos resultados (CronBach, L.J., 1971).

Antes da aplicação de cada questionário, para verificação e adequação das perguntas e das escalas, foram portanto consultados aleatoriamente peritos dos diversos organismos sobre a relevância de um conjunto de questões (Hill, 2002:166), deram as suas contribuições por vezes escritas e, participaram em discussões visando a implementação do instrumento. Nas escolas, consultámos presidentes de conselhos executivos em actividade e alguns

professores, nos clubes desportivos contactámos alguns presidentes de direcção e outros membros de direcção, e nas câmaras municipais foram abordados alguns presidentes de câmara e vereadores normalmente da área do desporto. O questionário aplicado foi submetido, numa primeira fase, a duas aplicações ao mesmo grupo de indivíduos, não pertencentes à amostra escolhida, mas à população de onde foi retirada. Esta fase decorreu, regra geral, no concelho de Aveiro e concelhos limítrofes, enriquecendo a validação do instrumento e ampliando o discernimento do propósito de investigação.

Procedemos igualmente a aplicações piloto²⁰⁶ em cada uma das áreas de estudo com o intuito de se verificar a coerência do mesmo, tendo sido corrigidas algumas perguntas em que se registaram algumas dificuldades de interpretação. Nos questionários dos clubes, sentimos necessidade de proceder a algumas adaptações linguísticas para os tornar igualmente mais fáceis de interpretar.

A elaboração do questionário teve por base um conjunto de preocupações alicerçadas nos normativos em vigor que, promoviam e promovem, uma interacção de responsabilidades destes 3 organismos, tanto na colaboração, como na interacção de uma prevenção cada vez mais crescente, que é o tempo livre e o lazer dos jovens em idade escolar.

Cada um dos 3 questionários, compreendia questões abertas²⁰⁷, tratadas através da análise de conteúdos e, questões fechadas com respostas múltiplas e com respostas alternativas utilizando valores quantitativos na escala de Likert – 0 (Não/Nenhum) a 5 (Bastante).

Todos os questionários, acompanhados de um pedido oficial do orientador deste estudo pedindo a colaboração dos diferentes organismos, foram enviados por correio à excepção das instituições mais próximas onde foram entregues em mão própria e os seus responsáveis contactados pessoalmente. Na ausência de uma resposta ao fim de 15 dias, todas as instituições não

²⁰⁶ - Ghiglijone, R. (1997:155) “Quando uma primeira versão do questionário fica redigida, ou seja, quando a formulação de todas as questões e a sua ordem são provisoriamente fixadas, é necessário garantir que o questionário seja de facto aplicável e que responda efectivamente aos problemas colocados pelo investigador”

²⁰⁷ - op. cit (115) “as questões abertas às quais a pessoa responde como quer, utilizando o seu próprio vocabulário, fornecendo os pormenores e fazendo os comentários que considera certos; as questões fechadas, onde se apresenta à pessoa, depois de se lhe ter colocada a questão, uma lista preestabelecida de respostas possíveis dentre as quais lhe pedimos que indique a que melhor corresponde à que deseja dar”

respondentes, voltaram a ser novamente contactadas por carta, telefone, fax ou email, sendo que, em muitos casos, principalmente nos clubes, houve necessidade de reenviar uma 2ª via e, nalguns casos uma 3ª via.

A responsabilidade do preenchimento do questionário da escola foi solicitada a cada presidente do conselho executivo, o mesmo acontecendo com os presidentes dos clubes desportivos, a maior parte deles contactados por telefone. Quanto às câmaras municipais, para o preenchimento do questionário, foi colocada a alternativa de ser o presidente da câmara ou em sua substituição o vereador responsável pelo pelouro de desporto.

Após a sua análise, concluiu-se da existência de estabilidade de resultados pertencentes a cada par de observações, o que aferiu da objectividade do instrumento, no que respeita à compreensão das questões inventariadas.

Concluimos assim, que o questionário apresentado em anexo é, de facto, um instrumento apropriado à medição dos objectivos propostos.

A aplicação dos questionários decorreu com normalidade, com mais dificuldade nos clubes, com especial preocupação e atenção a alguns concelhos dos distritos de Castelo Branco, Viseu e Guarda.

A recolha, regra geral, foi feita por correio ou pessoalmente.

A Análise de Conteúdos teve por base um conjunto de indicações de Bardin, (1994) calculando-se posteriormente o total de respostas dentro de cada categoria (Hill. 2002) e, desenvolvendo-se a pré análise através de leitura e transcrição na íntegra dos questionários com respostas dadas, codificando-se os dados e transformando-os, por recorte, agregação e enumeração, em representações do conteúdo susceptíveis de esclarecer as características do texto, categorizando os elementos constitutivos, reunidos em grupo de elementos (unidades de registo) em razão dos caracteres comuns destes elementos.

A codificação da análise de conteúdos, unidades de registo e de contexto, e a categorização foram lidos por mais 2 pessoas para análise da clareza e compreensão e repartição em categorias e respectivas sub-divisões. (op. cit:166) antes de se proceder ao tratamento estatístico simples com base nas percentagens.

Para as perguntas fechadas de respostas qualitativas a partir de um conjunto de respostas fornecidas por nós, o respondente procurou assinalar a que mais

se aproximava da sua opinião e, para as perguntas de resposta quantitativas, foi-lhes fornecida uma escala de medida (Hill 2002).

Ficámos em presença de 3 questionários que originaram bases de dados distintas:

- Questionário à câmara municipal com um total de 22 perguntas com várias alíneas possuindo cada uma, no seu conjunto, 12 questões abertas e 40 fechadas;
- Questionário à escola de ensino público com um total de 22 perguntas com várias alíneas possuindo cada uma, no seu conjunto, 7 questões abertas e 33 fechadas
- Questionário ao clube desportivo com um total de 19 perguntas com várias alíneas possuindo cada uma, no seu conjunto, 5 questões abertas e 37 fechadas (em anexos)

3 - VARIÁVEIS ESTUDADAS

No que se refere às Variáveis Independentes considerámos as seguintes:

- Câmara Municipal
- Clube Desportivo
- Escola Pública
- Distrito (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu)
- Distritos do litoral
- Distritos do interior

Quanto às Variáveis Dependentes, considerámos as medidas tomadas com base nas respostas às diversas questões colocadas nos Questionários.

Estas variáveis foram agrupadas em dimensões, sub dimensões, categorias (valores) e sub categorias (itens).

Assim, para as autarquias, a dimensão valorização compreende 8 indicadores; a colaboração 10 indicadores; atitudes e valores 6 indicadores; sistema de incentivos 6 indicadores; adequação de infra-estruturas 2 indicadores; protocolos 2 indicadores; actividades 2 indicadores; financiamento 6

indicadores; comunicação 6 indicadores; interacção 6 indicadores; causas e dificuldades 2 indicadores, e sugestões 2 indicadores.

Para os clubes, a dimensão valorização compreende 7 indicadores; a colaboração 17 indicadores, relação prática de competição e de lazer 7 indicadores; adequação das infra-estruturas 2 indicadores; protocolos 2 indicadores; actividades 2 indicadores; comunicação 6 indicadores; interacção 6 indicadores; causas e dificuldades 2 indicadores e, sugestões 4 indicadores.

⁴ Para as escolas, a dimensão valorização compreende 5 indicadores, a colaboração 3 indicadores; atitudes e valores 8 indicadores; adequação das infra-estruturas 1 indicador; protocolos 4 indicadores; actividades 2 indicadores; comunicação 6 indicadores; interacção 7 indicadores; causas e dificuldades 3 indicadores, e sugestões 4 indicadores.

Quadro 13 – Variáveis dependentes

DIMENSÕES	SUB DIMENSÕES	CATEGORIAS (valores)	Sub Categorias (Itens)
Valorização	Estratégia	Tipos de estratégia	Autarquia Clube Escola
Colaboração	Níveis de Organização nas Actividades de ocupação tempo livre e Lazer	Colaboração com Autarquias, Clubes e Escolas	Autarquia Clube Escola
	Níveis de Relacionamento	Relação tripartida entre Autarquias, Clubes e Escolas	
Atitudes e Valores	Níveis de Interesse	Interesse por actividades de lazer ou competição	Interesse e sensibilidade para lazer e rendimento
	Níveis de Preocupação	Preocupação da Escola com actividades de ocupação de tempo livre e lazer	Preparação para o lazer e para o trabalho
Sistema de Incentivos	Apoios	Apoios municipais a actividades de lazer/competição federada	Autarquia Clube Escola
Relação Competição Lazer	Importância	Importância do lazer e da competição	Clube Lazer e Competição
	Volume	Níveis de prática no lazer e na competição	
	Inclusão	Inclusão e receptividade de jovens com pouca aptidão desportiva	
Adequação de Infra estruturas	Espaços e Equipamentos	Competição e lazer	Competição e lazer
Protocolos	Espaços e Instalações	Protocolos	Autarquia Clube Escola
	Proprietários	Proprietários	
Actividades	Organização	Actividades de Lazer	Autarquia Clube Escola
Financiamento da Câmara Municipal	À competição e ao Lazer	Financiamento	À competição e ao Lazer
	Ao Clube e à Escola	Financiamento	Ao Clube e à Escola
Comunicação	Comunicação	Autarquia - Clube - Escola	Autarquia - Clube - Escola
Interacção	Interesse	Níveis de interesse	Autarquia - Clube - Escola
	Valorização	Interacção	
Causas e Dificuldades	Causas	Causas e Dificuldades da falta de interacção	Autarquia - Clube – Escola - Lazer
	Dificuldades		
Sugestões	Interacção	Interacção	Autarquia - Clube – Escola - Lazer
	Soluções	Envolvimento do clube no lazer	

4 - PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

A análise das variáveis qualitativas dos dados das autarquias, dos clubes e das escolas, foi feita separadamente. Para tratamento das questões abertas do inquérito, foi feita a análise de conteúdo enquanto que, para as questões fechadas, traduzidas em variáveis qualitativas, recorreu-se à estatística descritiva por meio de parâmetros de tendência central (média) e de dispersão (amplitude de variação e desvio padrão).

O dimensionamento das diferentes variáveis dependentes foi feita através de uma análise de componentes principais que nos permitiu uma melhor estruturação e enquadramento.

Com base na recolha destes parâmetros, foram construídas tabelas de frequência e representações gráficas nos casos que nos pareceram mais importantes, de forma a evidenciar aspectos mais relevantes, como sendo os valores médios e respectivos desvios atribuídos em cada uma das bases de dados a cada um dos indicadores em estudo.

No que concerne à inferência estatística, para verificar se a frequência com que os elementos da amostra se repartem nas questões alternativas é ou não idêntica, utilizámos o teste do χ^2 de Pearson cujos dados foram organizados em tabelas de contingência. No que respeita às questões em que foi utilizada a escala de Likert, a metodologia proposta consubstanciou a técnica estatística paramétrica ANOVA (Análise de Variância) para testar diferenças entre diversas situações.

O procedimento utilizado para comparação múltipla à posteriori das médias e para permitir identificar os pares das médias significativamente diferentes, foi o “post-hoc” de Tukey.

O teste de homogeneidade das variâncias foi o de Levene.

Sempre que se verificaram violações da normalidade, foi utilizado o teste de Mann-Whitney de forma a verificar a igualdade de comportamento entre dois grupos de casos.

A probabilidade de erro definida para todos os cálculos foi de 5% ($p=0,05$).

O procedimento e análise estatística tiveram por base os cálculos efectuados pelos programas Statistical Package for Social Sciences (SPSS versão 12.0 para Windows) e pelo Microsoft Excel 2000, com cruzamento das 3 bases de dados resultantes da aplicação dos questionários às autarquias locais, aos clubes desportivos e às escolas de ensino público.

Em todas as variáveis onde não tenha sido possível encontrar uma diferença estatisticamente significativa entre as partes estudadas, daremos apenas a necessária informação sem necessidade de um enquadramento com a respectiva estatística descritiva ou inferencial que, terá nos anexos, todos os quadros de apoio que serviram de análise ao desenvolvimento deste trabalho.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

Para se alcançarem os objectivos da presente investigação, necessitámos de aplicar três questionários. Esses questionários, foram aplicados às câmaras municipais, aos clubes desportivos e às escolas de ensino público com 2º e/ou 3º ciclo e/ou ensino secundário.

Através das questões contidas nesse instrumento, foi nossa preocupação recolher dados relativos a diversas dimensões, sub dimensões, categorias e subcategorias de cada um dos questionários, isto é, às câmaras municipais, clubes desportivos e escolas de ensino público.

Desta forma, estruturámos a apresentação dos resultados a analisar e discutir, de acordo com os diferentes quadros – síntese que apresentaremos na abordagem de cada área (autarquia – clube – escola) onde, serão referenciados todos os indicadores que julgámos importantes evidenciar.

A discussão dos resultados apurados baseou-se assim, essencialmente, na interpretação das informações estatísticas recolhidas e derivadas do tratamento de dados que pensamos ter enriquecido com conhecimentos provenientes da revisão de literatura conseguida e, não resistimos a incluir se nos permitem, também alguma da nossa experiência nestas áreas e a sensibilidade profissional que fomos adquirindo ao longo do tempo para o assunto em causa.

1 - AUTARQUIA

1.1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

A primeira Dimensão que vamos abordar é a da Valorização que as câmaras municipais atribuem à estratégia para o tempo livre e lazer, onde o instrumento utilizado, procurou um melhor entendimento na forma como as autarquias percebem estratégias para o tempo livre e o lazer tendo em conta, o tipo de estratégia utilizado, a forma de organização e periodização dessas actividades, a importância que lhes é atribuída e o enquadramento dado no PDM, de acordo com o quadro anexo.

Quadro 14 – Valorização das estratégias das câmaras municipais

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
VALORIZAÇÃO	Estratégia da Autarquia	Estratégia de ocupação de tempo livre da autarquia	Existência de estratégias de ocupação do tempo livre
		Tipo de estratégia da autarquia	Como efectua a Câmara Municipal essa estratégia
		Periodização da estratégia da autarquia	Quando efectua a Câmara Municipal essa estratégia
		Importância das estratégias de lazer da autarquia	Estratégia mais importante de desenvolvimento desportivo na área do lazer e tempo livre
		Estratégias do PDM para o lazer	Estratégia do PDM prevista no desenvolvimento da ocupação de tempo livre e actividades de lazer
		Área de desenvolvimento do PDM	Forma e área em que o PDM estabelece estratégias.

Observando os resultados encontrados na Dimensão Valorização e respectivas Categorias, os valores descritivos e inferidos levam-nos a verificar, em primeiro lugar, que existe da parte da generalidade da autarquia a percepção que valoriza as actividades de ocupação de tempo livre e lazer sendo, o distrito de Leiria [$x=,73$; $s=,467$] aquele onde se encontram câmaras municipais que menos valor atribuem a esta estratégia (27,3%) e, no distrito de Coimbra onde, a totalidade das câmaras municipais lhes dá mais valor. Não foram

encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o conjunto das câmaras municipais nem, entre as que se encontram em distritos do litoral e do interior.

De uma forma geral, a autarquia prefere desenvolver estratégias de actividades de lazer no tempo livre, de uma forma esporádica ou pontual ²⁰⁸ [$x=1,66$; $s=1,565$].

Quadro 15 – Actividades sistemáticas (regulares) e esporádicas (pontuais)

Autarquia	Sistemáticas	Esporádicas
	%	%
Não efectua	74,0	39,7
Muito poucas vezes	1,4	6,8
Poucas vezes		16,4
Suficiente	9,6	24,7
Muitas vezes	12,3	9,6
Bastantes vezes	2,7	2,7

Do mesmo modo, nesta análise entre os vários distritos, verifica-se que é nos distritos da Guarda [$x=2,22$; $s=1,481$], Aveiro [$x=1,73$; $s=1,280$], e Viseu [$x=1,75$; $s=1,618$] que há maior aceitação neste tipo de estratégia o que,

Quadro 16 – Realização de actividades pela autarquia (distritos)

Estratégias	Realização de actividades					
	Aveiro	C Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
Sistemática	13,3%	40%	46,2%	11,1%	27,3%	25%
Esporádica	73,3%	40%	53,8%	77,8%	45,4%	60%

faz com que, os valores da preferência de actividades sistemáticas sejam maiores nos distritos do litoral [$x=1,00$; $s=1,654$] e os de actividades esporádicas, maiores em distritos do interior [$x=1,74$; $s=1,543$].

Quadro 17 – Estratégias sistemáticas e esporádicas no litoral e no interior

Estratégias da Autarquia	Litoral				Interior			
	Sistemáticas		Esporádicas		Sistemáticas		Esporádicas	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Não efectua	28	71,8	16	41,0	26	76,5	13	38,2
Muito poucas vezes			3	7,7	1	2,9	2	5,9
Poucas vezes			8	20,5			4	11,8
Suficiente	6	15,4	7	17,9	1	2,9	11	32,4
Muitas vezes	4	10,3	3	7,7	5	14,7	4	11,8
Bastantes vezes	1	2,6	2	5,1	1	2,9		

²⁰⁸ Para Lança, R. (2003:112) “as actividades esporádicas ou pontuais podem englobar actividades por 1 ou 2 dias ou, uma manhã ou uma tarde”.

Sempre que existe uma estratégia pontual, os períodos de maior actividade preferidos para o efeito são as férias escolares (38,4%) e o período de verão (19,2%) o que, se considerarmos que o período do verão coincide com férias escolares, dá a estas uma abrangência ainda maior (57,6%).²⁰⁹

Em regra, as autarquias do litoral preferem os períodos em que há férias escolares e as autarquias do interior voltam-se mais para os períodos do verão, no entanto, no seu conjunto, as autarquias do interior (61,8%), aproveitam muito mais este período de tempo livre dos jovens para organizar as actividades de lazer.

Quadro 18 – Períodos do ano das actividades autárquicas no litoral e interior

<i>Períodos do ano</i>	<i>Litoral</i>	<i>Interior</i>
	<i>%</i>	<i>%</i>
Não efectua	41,0	38,2
Carnaval	2,6	
Verão	5,1	35,3
Férias escolares	48,7	26,5
Festas Municipais	2,6	

No litoral, é nos distritos de Aveiro e Coimbra que se verifica um maior desenvolvimento de actividades de lazer durante o período de férias escolares, enquanto no interior, os distritos da Guarda e Viseu preferem os períodos de verão.

Por outro lado, ainda que de forma pouco expressiva, quando as actividades têm um desenvolvimento de forma mais regular e sistemática, a predominância é a actividade diária.

Da aplicação do teste de Mann-Whitney U, resultou uma diferença estatisticamente significativa na actividade desenvolvida entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro (diariamente e fim de semana – 6,7%) e de Coimbra (diariamente, fim de semana e 3xsemana – 15,4%), no que respeita à

²⁰⁹ - De acordo com Santos, M (2004:61), os seus resultados mostram que as estações do ano podem influenciar o nível de actividade física bem como as escolhas das actividades de lazer entre os adolescentes.

estratégia da periodização escolhida para as actividades regulares, isto é, na actividade desenvolvida ao longo de cada semana.²¹⁰

Quadro 19 – Mann-Whitney U - Periodização das actividades da autarquia

Aveiro - Coimbra	Dias semana	x	s
Mann-Whitney U	63,500		
Asymp. Sig. (2-tailed)	,049	0,55	1,001

Na Importância das estratégias de lazer indicadas pela autarquia, os objectivos prioritários na área das Actividades Desportivas são principalmente no que respeita à organização de programas do tipo “Férias Desportivas, organização de torneios, eventos ou actividades de carácter regular. Nas Instalações e Equipamentos Desportivos, onde se registaram as maiores enumerações nas unidades de registo, as preocupações manifestadas são claras na construção e melhoria de infra-estruturas

Há igualmente muitas referências na prestação de apoio indiferenciado ao clube desportivo na área dos Apoios tal como há, na área Psicológica, onde a motivação, o interesse, e os hábitos desportivos, se assumem igualmente prioritários com especial registo para a promoção de programas de actividades de lazer e de sensibilização à população.

A percepção da importância em haver colaboração com o clube e com o associativismo desportivo, (9,9%) é mais acentuada do que com a escola e o desporto escolar (3,8%). Na área financeira, o financiamento ao clube (4,3%) assume também maior importância que a criação de uma estrutura de desporto municipal, na área da Política Desportiva, e de outros indicadores como o Quadro Humano na área dos Recursos Humanos e dos Protocolos na área da Gestão.

Surgem igualmente, alguns interesses de certa forma dispersos que dão ideia de alguma incerteza na forma como desenvolver essas estratégias.

²¹⁰ - Santos, M (2004:85) citando Sallis et al. (2000) refere a oportunidade de alguns estudos que mostram que os jovens tendem a ser mais activos durante a semana que ao fim de semana o que, merece reflexão para os que têm responsabilidade no domínio da ocupação dos tempos livres dos jovens.

Quadro 20 – Estratégias de desenvolvimento desportivo no tempo livre e lazer

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade Registo		Indicador		Área	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não Respondeu	Não Respondeu	Não respondeu	13	8,0%	13	8,0%	13	8,0%
Actividades	Modalidades	Maior aposta no Turismo Desportivo	4	2,5%	4	2,5%	41	25,3%
		Maior aposta no Desporto Aventura	3	1,9%	3	1,9%		
		Apoio à 3ª Idade	1	0,6%	1	0,6%		
	Torneios e Eventos	Diversificar modalidades desportivas no concelho	3	1,9%	33	20,4%		
		Organização Férias Desportivas/ Campos de Férias	11	6,8%				
		Organização de Torneios/ Eventos desportivos	9	5,6%				
		Organização de actividades de carácter regular	10	6,2%				
Instalações e Equipamentos	Infra-estruturas	Construção e melhoria de infra-estruturas de lazer	22	13,6%	32	19,8%	40	24,7%
		Construção de estruturas ligadas ao desporto	3	1,9%				
		Construção de zonas de lazer	5	3,1%				
		Aproveitamento de instalações desportivas municipais	2	1,2%				
	Materiais Equipamentos	Dotar as estruturas de equipamentos adequados	8	4,9%	8	4,9%		
Recursos Humanos	Quadro Humano	Utilização de monitores desportivos	2	1,2%	3	1,9%	3	1,9%
		Colocação de um técnico (Prof. EF) na Câmara	1	0,6%				
Gestão	Protocolos	Protocolos com escolas e clubes	2	1,2%	2	1,2%	4	2,5%
		Mais contratos – programa	2	1,2%	2	1,2%		
Apoios	Transportes	Apoio de transportes	1	0,6%	1	0,6%	23	14,2%
	Apoio	Apoio/colaboração a clubes/Associativismo Desportivo	16	9,9%	16	9,9%		
		Apoio ao Desporto Escolar	3	1,9%	3	1,9%		
		Apoio às Escolas	3	1,9%	3	1,9%		
Psicológica	Motivação e Interesse	Mais incentivos à prática desportiva	4	2,5%	13	8,0%	26	16,0%
		Programas de sensibilização à população	9	5,6%				
	Hábitos desportivos	Promoção da saúde	1	0,6%	13	8,0%		
		Promoção de programas de actividade de lazer	12	7,4%				
Financeira	Financiamento	Maior contribuição financeira aos clubes	7	4,3%	7	4,3%	7	4,3%
Política	Estratégia	Criação de Escola Municipal de Desporto/natação	5	3,1%	5	3,1%	5	3,1%

Relativamente às questões do PDM na área do lazer e tempo livre, a maior parte das autarquias (67,1%) não prevê nem estabelece estratégias de desenvolvimento de actividades [$x=, 33;s=,473$], e, entre estas, as do interior [$x=, 29;s=,462$] são maioritárias (70,6%) relativamente às do litoral [$x=, 36;s=,486$] (64%). No primeiro caso, 100% das câmaras municipais do distrito da Guarda, não prevêem nem estabelecem nos seus PDM's qualquer estratégia de actividades de tempos livres e lazer e, no caso das câmaras municipais do litoral, a maioria dos municípios (72,7%) tem essa percepção no distrito de Leiria.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nem entre as autarquias situadas em distritos do litoral ou do interior nem entre os distritos. No entanto, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, (r.a.e.) que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado no distrito da Guarda para a não realização de estratégias do PDM para o lazer (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$)

Quadro 21 – Teste de Pearson - Estratégias do PDM para o lazer

<i>Estratégias do PDM?</i>		Guarda
Não	Frequência observada	9
	Frequência esperada	6,0
	Resíduos ajustados estandardizados	2,2
Sim	Frequência observada	0
	Frequência esperada	3,0
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,2

A aplicação do teste de Mann-Whitney, confirma igualmente uma diferença estatisticamente significativa entre as autarquias de Viseu e Guarda

Quadro 22 – Teste Mann-Whitney – Estratégias PDM (Distritos)

Viseu - Guarda	PDM
Mann-Whitney U	49,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	,020

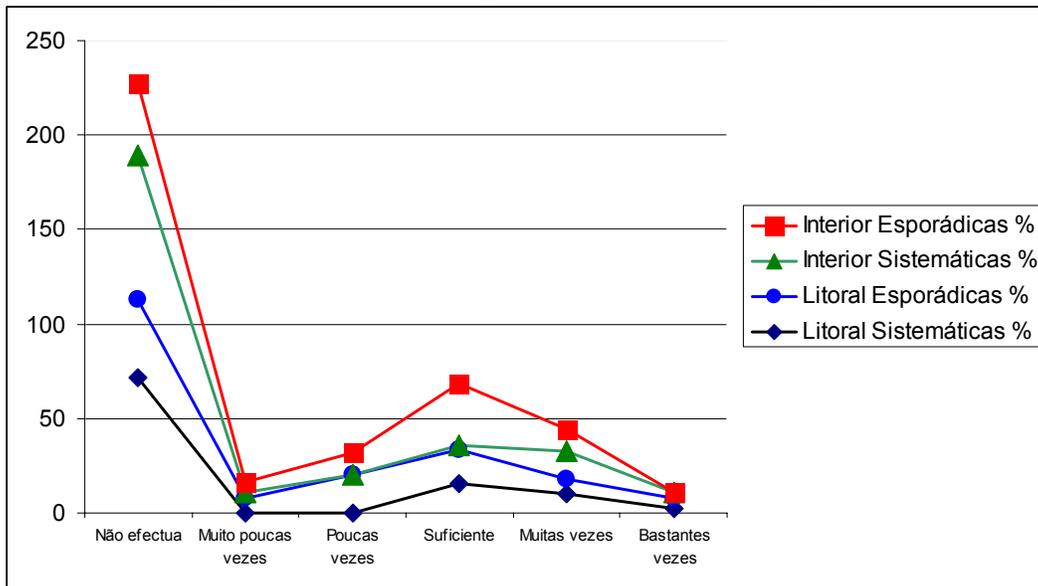
Sempre que a intenção de ter essas estratégias inscritas no PDM é manifesta, reflecte-se na criação de espaços recreativos e de zonas verdes com uma indicação maioritária de 20,8% no litoral e de 11,8% no interior.

SÍNTESE 1.1 – Valorização das estratégias da autarquia

De uma forma geral, a percepção que a autarquia tem e manifesta é a de que valoriza estratégias de ocupação do tempo livre dos jovens com actividades de lazer, sendo Leiria onde essa percepção é mais reduzida.

A estratégia preferida é o desenvolvimento de actividades de lazer organizadas de uma forma pontual ou esporádica, havendo a indicação de uma maior incidência na Guarda, Aveiro e Viseu.

Gráfico 2 – Estratégias sistemáticas e esporádicas da câmara municipal - litoral e interior



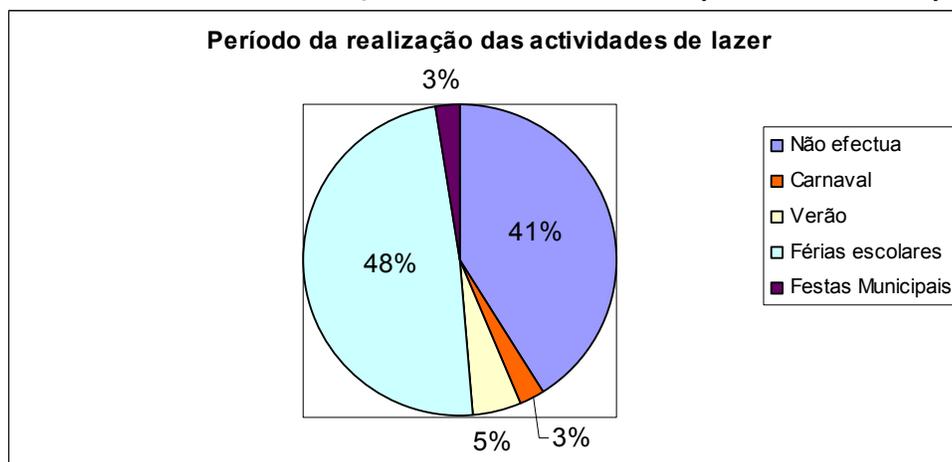
As actividades sistemáticas são as preferidas no litoral enquanto as pontuais são mais no interior.

As câmaras municipais que utilizam estratégias pontuais para desenvolvimento das suas actividades preferem os períodos de férias escolares e o período de verão. A autarquia do litoral prefere os períodos de férias escolares e a autarquia do interior prefere o período de verão.

No litoral, é nos distritos de Coimbra e Aveiro que encontramos câmaras municipais que mais preferem os períodos de férias escolares para o desenvolvimento de actividades de lazer enquanto no interior, são as câmaras municipais da Guarda e Viseu que mais preferem o período de férias do verão. Foi encontrada uma diferença estatisticamente significativa entre Aveiro e Coimbra, quanto à periodização semanal.

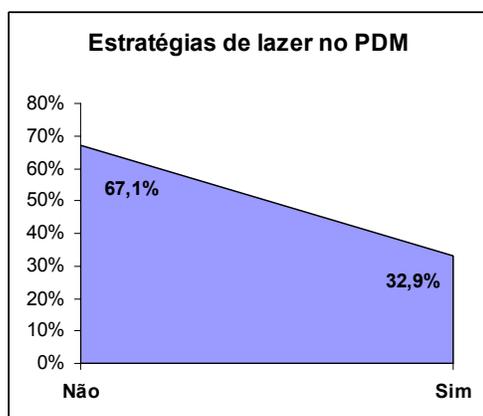
Onde a autarquia, encontra maior importância no desenvolvimento das estratégias de lazer é na área ligada às instalações e equipamentos através da construção e melhoria de infra-estruturas tal como, num apoio e colaboração ao clube que consideramos generalizado. Valoriza ainda, a organização de actividades desportivas que passam fundamentalmente pelo desenvolvimento de “Férias Desportivas”, actividades regulares ou, torneios e eventos desportivos

Gráfico 3 – Período da realização das actividades de lazer pela câmara municipal



No que respeita ao PDM, a maior parte das câmaras municipais, não prevê ou não estabelece estratégias ligadas à ocupação de tempos livres ou actividades

Gráfico 4 – Estratégias do PDM



de lazer. Esta percepção é partilhada pelas câmaras municipais do interior e do litoral de forma aproximada.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas mas, pelos resíduos ajustados estandardizados do χ^2 , verifica-se que o comportamento das câmaras municipais do distrito da Guarda, é significativamente superior ao esperado

para a não realização de estratégias de lazer no PDM

Sempre que se manifestaram intenções ou PDM's com estas estratégias, a percepção situa-se essencialmente ao nível da criação de espaços verdes e recreativos com maior tendência para a autarquia do litoral que do interior.

1.2 - COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES E LAZER E FORMAS DE RELACIONAMENTO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA

Na segunda dimensão relacionada com as autarquias, procurámos perceber qual a percepção das câmaras municipais relativamente à Colaboração que

prestam e que encontram ao nível da organização das actividades, tanto no que respeita à colaboração com o clube como à colaboração com a escola. Procurámos igualmente entender a percepção das câmaras municipais no relacionamento que estabelecem com as respectivas juntas de freguesia.

Quadro 23 – Colaboração das câmaras municipais na organização de actividades

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
COLABORAÇÃO	Níveis de Organização	Colaboração Câmara Municipal e Clube na organização de actividades desportivas	Colaboração da Câmara Municipal com clubes na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração da Câmara Municipal com clubes na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração da Câmara Municipal com clubes na organização de actividades na área da competição
		Colaboração Câmara Municipal e Escola na organização de actividades desportivas	Colaboração da Câmara Municipal com a Escola na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração da Câmara Municipal com a Escola na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na realização de programas ocupacionais para o lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na realização de incentivos de prática desportiva de lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na rentabilização de espaços e equipamentos para o lazer
	Níveis de Relacionamento	Ligação Câmara Municipal e Junta de Freguesia	Utilização das Juntas de Freguesia como ligação da Câmara Municipal ao Clube
			Forma como a Junta de Freguesia é utilizada
		Área de ligação Câmara Municipal Junta de Freguesia	Ligação Câmara Municipal/Junta de Freguesia na área da competição
		Área de ligação Câmara Municipal Junta de Freguesia	Ligação Câmara Municipal/Junta de Freguesia na área do lazer

Observando os resultados nesta Dimensão ligada aos níveis de colaboração e relacionamento da autarquia com o clube na organização de actividades desportivas de lazer e tempo livre, pelos valores descritivos e inferidos, podemos verificar que 94,5% tem a percepção que colabora com o clube na organização de actividades de tempo livre e lazer [$x=, 95$; $s=, 229$]. Esta noção é confirmada por 91,2% das câmaras municipais de distritos do interior [$x=, 91$; $s=, 288$] e, por 97,4% das câmaras municipais de distritos do litoral [$x=, 97$; $s=, 160$].

Os distritos da Guarda [$x=, 78$; $s=, 441$; $77,8\%$], de Leiria [$x=, 91$; $s=, 302$; $90,9\%$] e de Viseu [$x=, 95$; $s=, 224$; $95,5\%$], são os únicos onde existem câmaras municipais que não têm esta percepção a 100%.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre autarquias do litoral e do interior ou entre os distritos, no entanto, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 , verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado no distrito da Guarda para a falta de colaboração com o clube na organização de actividades de tempo livre e lazer ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$)

Quadro 24 – Teste de Pearson - Colaboração da autarquia com o clube no lazer

<i>Colabora com o clube?</i>		Distrito da Guarda
Não	Frequência observada	2
	Frequência esperada	,5
	Resíduos ajustados estandardizados	2,4
Sim	Frequência observada	7
	Frequência esperada	8,5
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,4

Em termos gerais, na colaboração com o clube em actividades de ocupação de tempo livre e lazer encontrámos 89,1% de câmaras municipais que se mostram satisfeitas, muito satisfeitas ou bastante satisfeitas [$x=3,22$; $s=1,109$; $mo=3$] e uma diferença visível na percepção entre câmaras municipais de distritos do litoral [$x=3,36$; $s=1,063$; $mo=3$] que apoiam mais o clube, que as do interior [$x=3,06$; $s=1,153$].

Quando abordamos esta relação da autarquia com o clube, em relação a uma colaboração em actividades de competição, já só encontramos 82,2% de câmaras municipais que se mostram satisfeitas, muito satisfeitas ou bastante satisfeitas [$x=3,12$; $s=1,353$; $mo=4$]. Comparando a percepção que têm de maior colaboração com o clube entre o domínio do lazer [$x=3,22$; $s=1,109$; $mo=3$], e o da competição [$x=3,12$; $s=1,353$; $mo=4$], verifica-se que, embora com pequena diferença, a autarquia entende que, no geral, apoia mais o lazer.

Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas.

No entanto, enquanto no lazer a moda indica um apoio considerado suficiente, na competição consideram haver muito apoio.

No que se refere à colaboração da autarquia com a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer, a percepção geral é a de que, 83,6% das câmaras municipais colaboram com a escola nessas organizações [$x=, 84$; $s=, 373$] sendo que, 79,5% das autarquias do interior [$x=, 79$; $s=, 409$] evidenciam esse apoio e, nas autarquias do litoral [$x=, 88$; $s=, 327$] encontram-se 88,2%.

As diferenças encontradas não são significativas, no entanto, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados que identificam as células da tabela de contingência que, existe um comportamento significativamente superior ao esperado pelas câmaras municipais do distrito de Aveiro que referenciam uma falta de colaboração da autarquia com a escola [$x=,60$; $s=,507$] na organização de actividades exclusivamente de lazer (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$)

Quadro 25 – Teste de Pearson - Colaboração da autarquia com a escola no lazer

<i>Colaboração com a escola?</i>		Aveiro
Não	Frequência observada	6
	Frequência esperada	2,5
	Resíduos ajustados estandardizados	2,8
Sim	Frequência observada	9
	Frequência esperada	12,5
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,8

Se tivermos em conta os dados anteriores, é possível verificar-se que, genericamente, a noção que a autarquia tem é de que colabora mais com o clube [$x=, 95$; $s=, 229$; 94,5%] do que com a escola [$x=, 84$; $s=, 373$; 83,6%].

Num quadro comparativo entre os níveis de colaboração das autarquias com o clube e a escola em actividades de tempo livre e lazer, verifica-se uma certa tendência para um maior apoio da autarquia ao clube do que à escola e, as câmaras municipais do interior estão mais dispostas para colaborar com a escola do que com o clube.

Por outro lado, no que respeita à colaboração na realização de programas ocupacionais para o lazer e tempo livre dos jovens, a média encontrada situa-se abaixo daquilo que é considerado suficiente [$x=2,93$; $s=1,032$; $mo=3$], muito

embora 76,5% tenham a percepção que atingem níveis suficientes e de muita ou bastante colaboração com as escolas, Embora esta percepção seja superior em câmaras municipais de distritos do interior [$x=3,00$; $s=, 778$; $mo=3$; 76,5%] a verdade é que, em distritos do litoral se encontra uma média ainda mais baixa mas, uma moda que indica muito empenhamento na realização de programas ocupacionais [$x=2,87$; $s=1,218$; $mo=4$; 66,7%]. Verificam-se, por exemplo, manifestações claras de maior empenhamento e aproximação nos distritos de Castelo Branco [$x=3,40$; $s=, 894$; $mo=4$; 80%] e Guarda [$x=2,89$; $s=, 601$; $mo=3$; 77,8%] em contraste com o menor empenhamento no distrito de Aveiro [$x=2,33$; $s=1,291$; $mo=3$; 53,3%].

Com a aplicação do teste de Mann-Whitney U, resultou uma diferença estatisticamente significativa na colaboração desenvolvida entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro [$x=2,33$; $s=, 1,291$; $mo=3$; 53,3%] e de Coimbra [$x=3,31$; $s=1,109$; $mo=4$; 77%] com a escola, no que respeita à realização de programas ocupacionais para jovens.

Quadro 26 – Realização de programas ocupacionais da autarquia para o lazer

	Programas ocupacionais	x	s	Satisfeito - Muito satisfeito – Bastante satisfeito	
Mann-Whitney U	55,500	2,93	1,032	Aveiro	Coimbra
Asymp. Sig. (2-tailed)	,046			$x=2,33$; $s=1,291$ $mo=3$; 53,3%	$x=3,31$; $s=1,109$ $mo=4$; 77%

Na globalidade, $\frac{3}{4}$ das autarquias têm a noção de que se empenham na realização de incentivos de prática desportiva de lazer [$x=3,10$; $s=, 974$; $mo=4$] em conjunto com a escola no entanto, é da parte das câmaras municipais do interior que este empenhamento é maior [$x=3,24$; $s=, 699$; $mo=3$; 85,3%] do que da parte das câmaras municipais do litoral [$x=2,97$; $s=1,158$; $mo=4$; 41%].

No litoral, o distrito de Aveiro é o que apresenta valores mais baixos [$x=2,53$; $s=1,125$; $mo=2$] sobre a percepção que tem desse seu desempenho com as escolas, seguido dos outros 2 distritos do litoral, Leiria [$x=3,00$; $s=1,095$; $mo=3$] e Coimbra [$x=3,46$; $s=1,127$; $mo=4$]. No interior, o distrito de Castelo Branco, é aquele que apresenta maior percepção de um bom empenhamento na criação de incentivos de prática desportiva de lazer e tempo livre [$x=3,20$; $s=,837$; $mo=3-4$] seguido do distrito de Viseu [$x=2,89$; $s=,601$; $mo=3$] e, do distrito de Guarda [$x=3,40$; $s=,681$; $mo=4$].

Contudo, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em qualquer caso.

No que respeita ao desempenho das câmaras municipais com as escolas quanto à rentabilização dos espaços e equipamentos desportivos de lazer, a grande maioria (83,5%) tem a percepção, de um modo geral, que há um empenhamento considerado suficiente, muito ou bastante, [$x=3,15$; $s=,908$; $mo=3$] sendo que, enquanto 97,1% das câmaras municipais do interior têm essa noção [$x=3,38$; $s=,652$; $mo=3$], apenas 71,8% das câmaras do litoral consideram essa mesma rentabilização como minimamente suficiente, muita ou bastante [$x=2,53$; $s=1,125$; $mo=3$].

Verificámos que, de entre os diferentes distritos, é em Castelo Branco [$x=3,40$; $s=,548$; $mo=3$; 100%] e na Guarda [$x=3,11$; $s=,333$; $mo=3$; 100%], que a totalidade das câmaras municipais tem a percepção que se empenha na rentabilização dos espaços e equipamentos em colaboração com a escola.

Os distritos do interior [$x=3,38$; $s=,652$; $mo=3$; 97,1%] apresentam níveis superiores aos do litoral [$x=2,95$; $s=1,050$; $mo=3$; 71,8%] no que respeita à percepção que têm quanto à colaboração com as escolas na rentabilização de espaços e equipamentos de lazer.

Aveiro é o distrito com a mais baixa percepção de que a colaboração que existe é minimamente suficiente [$x=2,53$; $s=1,125$; $mo=3$; 60%] seguido de Leiria [$x=3,09$; $s=,831$; $mo=3-4$; 72,7%] e de Coimbra [$x=3,31$; $s=1,032$; $mo=3-4$; 84,6%].

Através da análise de variância, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os distritos de interior e do litoral quanto à rentabilização dos espaços de lazer.

Quadro 27 – Rentabilização de espaços de lazer no litoral e no interior

<i>Rentabilização de espaços de lazer (ANOVA)</i>	F	Sig.	x	s
Autarquia de um distrito do litoral	4,336	,041	2,95	1,050
Autarquia de um distrito do interior			3,38	,652

Com o teste de Mann-Whitney U, também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro e Coimbra

Quadro 28 – Rentabilização de espaços de lazer (Diferença Aveiro/Viseu)

<i>Rentabilização de espaços de lazer</i>	<i>Aveiro - Viseu</i>	<i>x</i>	<i>s</i>
Mann-Whitney U	80,500		
Asymp. Sig. (2-tailed)	,014	3,15	,908

A percepção pelas câmaras municipais de que, os níveis de relacionamento com as juntas de freguesia não existe [$x=, 27$; $s=, 449$], no que respeita à sua utilização para fortalecer a ligação com o clube, pode ser comprovado pelas 72,6% de indicações dadas em todos os distritos estudados. Esta noção, é partilhada por 69,2% de câmaras municipais de distritos litorais [$x=,31$; $s=,468$] e, por 76,5% de câmaras municipais do interior [$x=,24$; $s=,431$] o que, nos leva a acreditar que, há mais câmaras do interior do que do litoral que não se relacionam com a junta de freguesia tendo esta finalidade.

Nestes termos, verificamos que Coimbra, é o distrito em que, essa noção de ligação e apoio às juntas de freguesia é mais forte, isto é, 38,5% das câmaras municipais dizem que colaboram. Por outro lado, os valores das restantes câmaras municipais com igual noção dessa ligação com o clube desportivo diminui, situando-se entre os 30% das câmaras municipais do distrito de Viseu e os 11,1% das câmaras municipais do distrito da Guarda.

Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas de comportamento.

Contudo, se pretendermos analisar, de entre as poucas autarquias que, no conjunto, estabelecem essa ligação com as juntas de freguesia, o modo como esse apoio se torna efectivo, verificamos que existe uma grande dispersão de objectivos de forma isolada ou consertada, sendo no entanto, nos programas de apoio às actividades, aquele que reúne um maior consenso quando é considerado isoladamente. O financiamento e a ajuda em transportes são igualmente das formas mais referenciadas quando englobadas num conjunto de apoios.

De qualquer modo, a preferência em programas de apoio às respectivas juntas de freguesia de forma isolada, são mais evidentes entre as câmaras municipais dos distritos de Coimbra (15,4%), Viseu (15%) e Aveiro (13,3%).

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Quadro 29 – Apoio das câmaras municipais às juntas de freguesia

	%
Não faz ligação às juntas de freguesia	72,6
Não indicou	2,7
Transportes	1,4
Programas de apoio	9,6
Financiamento	1,4
Gestão de instalações	1,4
Transportes, programas de apoio e financiamento	1,4
Financiamento e transportes	1,4
Financiamento e programas de apoio	1,4
Transportes, programas de apoio e gestão de instalações	1,4
Financiamento, gestão de instalações e apoio logístico	1,4
Transportes e programas de apoio	1,4
Transportes, financiamento, apoio logístico, recursos humano	1,4
Gestão instalações, financiamento e programas de apoio	1,4

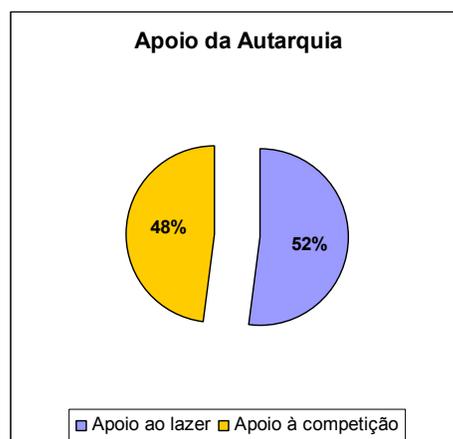
Regra geral, verifica-se que é a área do lazer, aquela que a autarquia diz levantar uma maior preocupação neste aspecto de ligação à junta de freguesia, com uma ligeira diferença de quase 10% em relação à área da competição. No entanto verifica-se que, entre as câmaras municipais apoiantes das juntas de freguesia, quando prestam esse apoio, fazem-no maioritariamente para os dois domínios de forma indistinta.

SÍNTESE 1.2 – Colaboração na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer

Em relação ao lazer, a percepção de que a autarquia colabora com o clube na organização de actividades é muito grande.

Esta tendência é confirmada por um ligeiro ascendente das câmaras municipais de distritos do litoral em

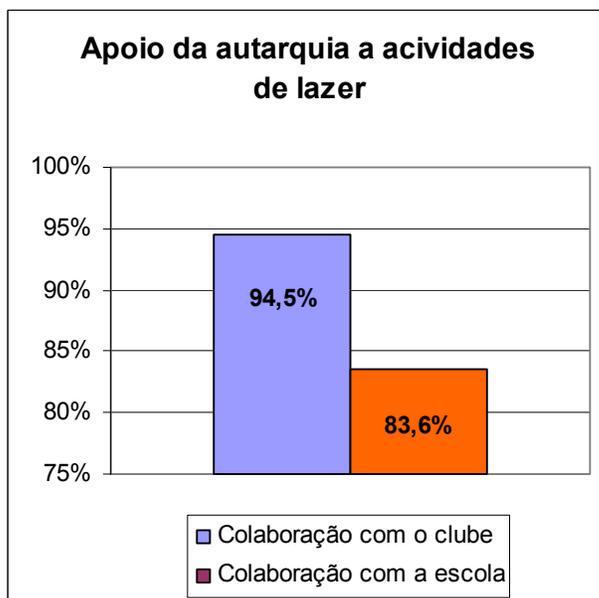
Gráfico 5 – Apoio da autarquia



relação a distritos do interior. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto, no distrito da Guarda, foi encontrado um comportamento de falta de colaboração com o clube na organização de actividades de lazer, significativamente superior ao esperado.

No geral, a noção que a autarquia tem é a de dar mais apoio ao clube no domínio do lazer do que no domínio da competição. A percepção autárquica sobre os níveis de colaboração com o clube é maioritariamente de que se encontram satisfeitas, muito satisfeitas ou bastante satisfeitas. Em relação à competição, a autarquia mostra níveis de satisfação ligeiramente mais baixos.

Gráfico 6 – Colaboração da autarquia ao clube e escola

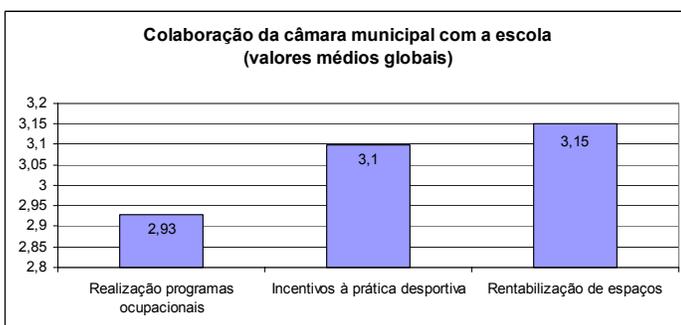


No que se refere à colaboração da autarquia com a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer, a percepção geral é de que, é inferior àquela que têm com o clube, sendo essa diferença, mais acentuada na autarquia do litoral.

Existe um comportamento significativamente superior ao esperado pelas câmaras

municipais do distrito de Aveiro que referenciam uma falta de colaboração com a escola na organização de actividades exclusivamente de lazer

Gráfico 7 – Colaboração da autarquia com a escola

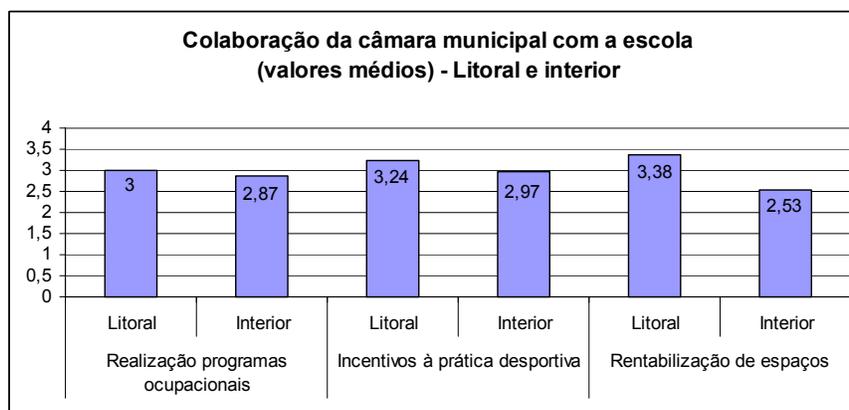


Quanto à realização de programas ocupacionais para o lazer, 71,2% das câmaras municipais têm a percepção que atingem níveis de colaboração com a escola de forma suficiente, muito ou

bastante sendo esta noção maior em distritos do interior que do litoral. Foi em Castelo Branco e Guarda que se encontrou maior empenhamento. Encontrou-se ainda, uma diferença estatisticamente significativa nos níveis de colaboração desenvolvidos entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro e de Coimbra.

O empenho na realização de incentivos de prática desportiva de lazer, é de cerca de 75% e, é mais partilhado pelo interior que pelo litoral. Aveiro apresenta os valores mais baixos e, Castelo Branco, os valores mais elevados. No desempenho da autarquia com a escola quanto à rentabilização dos espaços e equipamentos desportivos de lazer, fica a percepção, de uma forma global, que é suficiente, muita ou bastante, sendo que, essa noção é maior em câmaras municipais do interior que do litoral.

Gráfico 8 – Colaboração da autarquia com a escola (litoral/interior)



A percepção da autarquia de Castelo Branco e da Guarda é a de haver uma colaboração total. Contudo, Aveiro é o distrito com a percepção mais baixa. Através da análise de variância, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os distritos de interior e do litoral na rentabilização de espaços de lazer e, com a aplicação do teste de Mann-Whitney U também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro e Coimbra.

A percepção de que existe um bom relacionamento com as juntas de freguesia para fortalecer a ligação com o clube é muito baixa e, sendo esta noção mais baixa nas câmaras municipais de distritos litorais, pressupõe uma melhor ligação, com esta finalidade, da autarquia do interior.

Coimbra, é o distrito que sugere uma colaboração maior e, Viseu e Guarda sugerem colaborações menores.

É nos programas de apoio às actividades, que as poucas câmaras municipais que manifestaram ligação às juntas de freguesia, encontram melhores razões para o fazer. O financiamento e a ajuda em transportes são igualmente outros apoios referenciados. Neste aspecto, Coimbra, Viseu e Aveiro, são os distritos que mais se relacionam com as juntas de freguesia

Neste apoio às juntas de freguesia, a área do lazer é a que as câmaras municipais dizem que levanta uma maior preocupação comparativamente com a área da competição mas, quando prestam esse apoio, fazem-no maioritariamente para os dois domínios de forma indistinta.

1.3 - ATITUDES E VALORES – INTERESSE E SENSIBILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL COM OS DESPORTOS DE LAZER E DE COMPETIÇÃO NOS TEMPOS LIVRES.

Nesta Dimensão, a análise é sobre a atitude e o valor que a câmara municipal atribui ao lazer e à competição através da sua percepção quanto aos níveis de sensibilidade e interesse para com os desportos de lazer e os desportos de competição como ocupação dos tempos livres

Quadro 30 – Atitudes e valores – interesse e sensibilidade da câmara municipal

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ATITUDES E VALORES	Níveis de Interesse	Interesse da Câmara Municipal com desportos de lazer	Sensibilidade da Câmara Municipal com desportos de lazer para ocupação dos tempos livres
			Níveis da sensibilidade da Câmara Municipal com desportos de lazer para ocupação dos tempos livres
		Interesse da Câmara Municipal com desportos de rendimento	Sensibilidade da Câmara Municipal com desportos de rendimento para ocupação dos tempos livres
			Níveis da sensibilidade da Câmara Municipal com desportos de rendimento para ocupação dos tempos livres

A autarquia tem sensibilidade ao lazer? Na sua globalidade, mostra-se sensível [$x=, 99$; $s=, 117$; $98,6\%$] às actividades de ocupação de tempo livre e lazer. Os valores qualitativos encontrados, reflectem igualmente isso pois, apenas 2,7%

têm a noção de haver pouco ou nenhuma sensibilidade para o lazer e tempo livre [$x=3,81$; $s=,861$; $mo=4$; 97,3%]

Nesta perspectiva, registaram-se valores de 100% de interesse e sensibilidade nesta variável, nos distritos de Castelo Branco [$x=4,20$; $s=,837$; $mo=4-5$], Guarda [$x=3,89$; $s=,601$; $mo=4$], Leiria [$x=3,64$; $s=,674$; $mo=3-4$] e Viseu [$x=3,80$; $s=,696$; $mo=4$] enquanto, em Coimbra [$x=3,92$; $s=1,038$; $mo=5$; 92,3%] e Aveiro [$x=3,67$; $s=1,175$; $mo=4$; 93,3%] manifestaram valores menores, mantendo contudo, valores igualmente elevados. Ainda que com pouca diferença, a autarquia do interior, transmite a ideia de ter não apenas maior sensibilidade ao lazer [$x=1,00$; $s=,000$; 100%] que a autarquia do litoral [$x=,97$; $s=,160$; 97,4%] como também, melhores níveis de sensibilidade [$x=3,88$; $s=,686$; $mo=4$; 100%] que o conjunto de câmaras municipais do litoral [$x=3,74$; $s=,993$; $mo=4$; 94,9%].

Relativamente à competição [$x=,92$; $s=,277$; 91,8%], a situação é inversa, o litoral apresenta-se bem mais sensível [$x=,95$; $s=,223$; 94,9%] que o interior [$x=,88$; $s=3,27$; 88,2%] e, com melhores níveis [$x=3,54$; $s=1,232$; $mo=4$; 84,6%] que esse mesmo interior [$x=2,88$; $s=1,250$; $mo=3$; 82,4%].

As diferenças encontradas, por distrito, não foram significativas, no entanto, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento de falta de sensibilidade ao lazer e tempo livre significativamente superior ao esperado para a autarquia do distrito de Aveiro (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$)

Quadro 31 – Teste de Pearson - Sensibilidade da autarquia ao lazer

<i>É sensível ao lazer e tempo livre?</i>		Aveiro
Não	Frequência observada	1
	Frequência esperada	,2
	Resíduos ajustados estandardizados	2,0
Sim	Frequência observada	14
	Frequência esperada	14,8
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,0

As câmaras municipais dizem-se pois, mais sensíveis para a área do lazer do que para a área da competição e, são as autarquias do interior, as que mostram menos interesse e sensibilidade para as actividades de competição.

Por outro lado, a autarquia do litoral mostra-se mais sensível para a competição em comparação com o interior.

Quadro 32 – Sensibilidade da autarquia ao lazer – Litoral e interior

	Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não
Sensibilidade ao lazer	97,4	2,6	100	0
Sensibilidade à competição	94,9	5,1	88,2	11,8
	<i>Positivo (1)</i>	<i>Negativo (2)</i>	<i>Positivo (1)</i>	<i>Negativo (2)</i>
Nível de sensibilidade ao lazer	94,9	5,1	100	0
Nível de sensibilidade à competição	84,6	15,4	82,4	17,6

1 – Considerado: suficiente, muito ou bastante

2 – Considerado: nenhum, pouco ou muito pouco

Entre as autarquias do litoral e as autarquias do interior, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 aos distritos, verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que o comportamento de falta de sensibilidade à competição, é significativamente superior ao esperado para as câmaras municipais do distrito de Viseu (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$)

Quadro 33 – Teste de Pearson - Sensibilidade da autarquia ao rendimento

<i>Sensibilidade ao rendimento?</i>		Viseu
Não	Frequência observada	4
	Frequência esperada	1,6
	Resíduos ajustados estandardizados	2,3
Sim	Frequência observada	16
	Frequência esperada	18,4
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,3

Por distritos, verifica-se que é em Viseu onde a sensibilidade para a competição [$x=2,65$; $s=1,496$; $mo=3$], ocupa menos interesse com 25% das câmaras municipais a manifestarem-se com pouco ou nenhum interesse por esta estratégia para a ocupação dos tempos livres.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas quando comparadas as autarquias umas com as outras, no entanto, através da análise de variância, verificámos existirem diferenças estatisticamente significativas entre as autarquias do litoral e as do interior

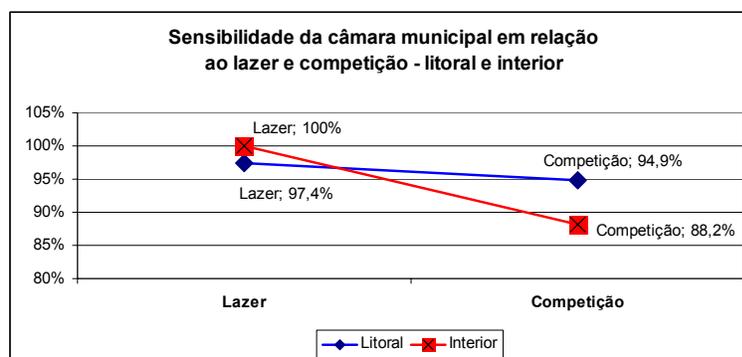
Quadro 34 – Sensibilidade da autarquia à competição no litoral/interior

Nível de sensibilidade à competição	F	Sig.	x	s
Autarquia de um distrito do litoral			3,54	1,232
Autarquia de um distrito do interior	5,083	,027	2,88	1,250
Total			3,23	1,275

SÍNTESE 1.3 – Atitudes e valores da autarquia – interesses e sensibilidades

Gráfico 9 – Sensibilidade da autarquia em relação ao lazer e competição – litoral e interior

De facto, a atitude da autarquia continua a ser a de transmitir a ideia de uma grande sensibilidade para actividades de ocupação de tempo livre e lazer dos jovens. Embora sem grandes diferenças, é nos distritos de Coimbra e Aveiro que parece haver um maior distanciamento.



No entanto, ainda que se mostrem muito sensibilizadas para o lazer, do conjunto destes dados, a ideia que fica é que as câmaras municipais do interior valorizam mais as actividades de lazer e, as câmaras municipais do litoral, valorizam mais a competição.

Gráfico 10 – Sensibilidade da autarquia ao lazer e competição



Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os vários distritos, pela análise inferencial do teste de independência do

χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que existe um comportamento de falta de sensibilidade ao lazer e tempo livre significativamente superior ao esperado para as câmaras municipais do distrito de Aveiro.

Entre a autarquia do litoral e a autarquia do interior, não foram também encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 aos distritos, verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que o comportamento de falta de sensibilidade à competição, é significativamente superior ao esperado para as câmaras municipais do distrito de Viseu

É precisamente neste distrito que parece haver menos sensibilidade da autarquia na utilização de estratégias de actividades de competição para ocupar o tempo livre.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas quando comparadas as autarquias umas com as outras, no entanto, através da análise de variância, verificámos existirem diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais de distritos do litoral e de distritos do interior

1.4 - SISTEMA DE INCENTIVOS – APOIOS E PRIORIDADES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO E AO DESPORTO ESCOLAR, À PRÁTICA DO DESPORTO DE COMPETIÇÃO E DO DESPORTO DE LAZER.

Esta Dimensão, leva-nos à percepção dos tipos de apoio que as câmaras municipais prestam e aos apoios mantidos nas escolas, ao Desporto Escolar, ou ao fenómeno do associativismo desportivo dentro das práticas desportivas, entendidas como sendo práticas de lazer mas, também, de rendimento

Quadro 35 – Sistema de incentivos – Apoios e prioridades das câmaras municipais

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
SISTEMA DE INCENTIVOS	Apoios	Apoio da Câmara Municipal à Escola e ao Desporto Escolar	Níveis da prioridade atribuída no apoio à Escola e Desporto Escolar no desenvolvimento desportivo
		Apoio da Câmara Municipal ao Clube e ao Associativismo Desportivo	Níveis da prioridade atribuída no apoio ao Clube e Associativismo Desportivo no desenvolvimento desportivo
		Apoio da Câmara Municipal à prática de desporto de lazer	Níveis do apoio de uma política de desenvolvimento desportivo à criação de condições de prática desportiva de lazer
		Apoio da Câmara Municipal à prática do desporto de competição	Níveis do apoio de uma política de desenvolvimento à criação de condições de prática desportiva de competição
		Tipo de apoio da Câmara Municipal à prática do desporto de lazer	Forma como se traduz o apoio da Câmara Municipal ao lazer
		Tipo de apoio da Câmara Municipal à prática do desporto de competição	Forma como se traduz o apoio da Câmara Municipal à competição

A prioridade da autarquia em políticas de desenvolvimento desportivo no que diz respeito ao apoio ao desporto escolar, é partilhada de forma positiva por 80,8% da generalidade das câmaras municipais [$x=3,36$; $s=1,059$; $mo=3$].

Neste aspecto, a ideia com que também se fica é que, a autarquia do interior dá mais prioridade ao desporto escolar pois, 85,3% das câmaras [$x=3,47$; $s=,861$; $mo=4$] manifestam um apoio suficiente, muito ou bastante em contraste com 76,9% manifestado pela autarquia do litoral [$x=3,26$; $s=1,280$; $mo=3$].

No entanto, feita a análise por distritos, verifica-se que apenas as câmaras municipais ligadas a Castelo Branco manifestam um apoio incondicional de 100% ao desporto escolar [$x=3,80$; $s=,837$; $mo=3-4$.] enquanto, no distrito de Aveiro, é onde encontramos os níveis de apoio das autarquias mais reduzidos [$x=3,33$; $s=1,345$; $mo=4$; 73,3%].

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre todas as variáveis independentes estudadas.

Contudo, quando a prioridade é colocada no apoio ao associativismo desportivo e aos clubes desportivos, todas as câmaras municipais, sem qualquer exceção, manifestaram a percepção que são muito mais colaboradoras do que nos níveis referidos para com o desporto escolar. Apenas as autarquias de Castelo Branco mantiveram os seus níveis de apoio e de interesse elevados porque, já anteriormente, esses valores se situavam nos 100%.

Comparativamente com o desporto escolar, em termos generalizados, verifica-se uma prioridade no apoio ao associativismo desportivo pois, esse apoio, sobe para 98,6% [$x=4,10$; $s=, 670$; $mo=4$] contra os 80,3% [$x=3,36$; $s=1,059$; $mo=3$] verificados anteriormente no desporto escolar, isto é, apenas 1,4% das câmaras municipais dão pouca ou muito pouca prioridade no apoio ao associativismo desportivo, comparado com os 19,2% de pouco ou muito pouco apoio dado ao desporto escolar.

Os níveis da percepção da autarquia quanto à prioridade no apoio ao clube desportivo relativamente ao desporto escolar aumentam de 85,3% para 100% no interior, e, de 76,9% para os 97,4% no litoral.

Por outras palavras, verifica-se que, se de uma forma geral a prioridade vai para o apoio ao clube desportivo, em termos de assimetria nacional, é nas câmaras municipais do interior que o desporto escolar parece encontrar mais apoio em relação ao associativismo desportivo

Quadro 36 – Prioridade no apoio ao desporto escolar e clube – litoral e interior

Prioridade no Apoio (%)	Autarquias		Litoral		Interior	
	Sim	Não	+ apoio	- apoio	+ apoio	- apoio
Desporto Escolar	80,3	19,7	76,9	23,1	85,3	14,7
Clube	98,6	1,4	97,4	2,6	100	0

Neste quadro, a prioridade de apoio ao clube desportivo [$x=4,10$; $mo=4$] é considerada, em todos os distritos, como suficiente, muito ou bastante, com níveis de 100%, à excepção do distrito de Leiria onde se verifica apenas uma percentagem de 81,9% [$x=4,09$; $s=, 831$; $mo=4$].

Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas

Relativamente aos níveis do apoio para uma política de desenvolvimento desportivo com base na criação de condições de prática desportiva de lazer, apenas 5,5% das câmaras municipais não manifestaram grande interesse [$x=3,75$; $s=, 813$; $mo=4$; 94,5%]. Por outro lado, as autarquias do interior [$x=3,94$; $s=, 694$; $mo=4$; 97,1%] apresentam uma ligeira preferência na prioridade às actividades de tempo livre e lazer que as autarquias do litoral [$x=3,59$; $s=, 880$; $mo=4$; 92,3%].

Entre distritos, verificámos, através do teste de Mann-Whitney, que a percepção das câmaras municipais relativamente a esta prioridade,

evidenciava diferenças estatisticamente significativas entre Castelo Branco e todos os outros distritos [$x=3,75$; $s=, 813$]

Quadro 37 – Criação de condições de prática de lazer (distritos)

<i>Distritos</i>	<i>C. Branco - Aveiro</i>	<i>C. Branco - Coimbra</i>	<i>C. Branco - Guarda</i>	<i>C. Branco - Leiria</i>	<i>C. Branco - Viseu</i>
<i>Mann-Whitney U</i>	12,000	13,000	8,500	9,500	21,000
<i>Sig.</i>	,021	,040	,043	,027	,021
<i>x</i>	3,75				
<i>s</i>	,813				

Com a aplicação do Post Hoc de Tukey B, verificou-se igualmente uma média em Aveiro mais baixa e significativamente diferente da que foi encontrada em Castelo Branco

Quadro 38 – Criação de condições de prática de lazer (distritos)

<i>Post Hoc de Tukey B</i>	<i>N</i>	<i>Subset for alpha = .05</i>	
		1	2
Aveiro	15	3,33	
Guarda	9	3,67	3,67
Leiria	11	3,73	3,73
Coimbra	13	3,77	3,77
Viseu	20	3,90	3,90
Castelo Branco	5		4,60

No entanto, numa análise global, sobre o apoio da autarquia à criação de condições para a prática do desporto de competição, os níveis de apoio [$x=3,48$; $s=, 747$; $mo=4$; 93,2%], não se afastaram muito dos encontrados para a criação de condições para a prática desportiva do lazer referidos anteriormente [$x=3,75$; $s=, 813$; $mo=4$; 94,5%]. A autarquia do interior transmite uma noção de maior prioridade relativamente ao lazer.

Quadro 39 – Prioridade no apoio ao lazer e à competição – litoral e interior

<i>Prioridade no Apoio (%) - (x)</i>	<i>Autarquias</i>		<i>Litoral</i>		<i>Interior</i>	
	<i>Sim</i>	<i>x</i>	<i>+ Apoio</i>	<i>x</i>	<i>+ Apoio</i>	<i>x</i>
Lazer	94,5	3,75	92,3	3,59	97,1	3,94
Competição	93,2	3,48	94,9	3,64	91,2	3,29

Por outro lado, a autarquia do litoral valoriza mais o muito apoio dado às práticas de competição (48,7%) nas políticas de desenvolvimento desportivo,

comparativamente à autarquia do interior que prefere atribuir-lhe uma maior valorização desse apoio, apenas a um nível considerado suficiente (50%).

Quadro 40 – Níveis de prioridade no apoio à competição – litoral/interior

Litoral	%	Interior	%
		Muito pouco	2,9
Pouco	5,1	Pouco	5,9
Suficiente	35,9	Suficiente	50
Muito	48,7	Muito	41,2
Bastante	10,3		

Entre os distritos, Coimbra é o que tem a maior percepção de dar muito e bastante apoio [$x=4,00$; $s=,707$; $mo=4$; 76,9%], enquanto Viseu é o distrito que, entre todos, com 60% de intenções consideradas apenas suficientes, menos parece valorizar a prioridade na criação de condições para a prática de desportos de competição nas políticas de desenvolvimento desportivo [$x=3,25$; $s=,716$; $mo=3$].

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as autarquias dos diferentes distritos estudados, entre a autarquia do litoral e do interior, foram encontradas, através da análise de variância, diferenças estatisticamente significativas

Quadro 41 – ANOVA - Prioridade à competição (litoral/interior)

Nível de prioridade no apoio à competição	F	Sig.	x	s
Autarquia de um distrito do litoral			3,64	,743
Autarquia de um distrito do interior	4,08	,047	3,29	,719
Total	1		3,48	,747

Feita a análise de conteúdos à forma como se traduz o apoio da câmara municipal à prática de desporto de lazer, verifica-se que a sua maior preocupação se reflecte ao nível da área de gestão (35,2%) onde, o indicador da logística e todo o apoio nessa área são apontados como mais importantes, tanto no apoio à organização de actividades e programas como no estabelecimento de mais contratos-programa.

A preocupação seguinte manifestada pela autarquia passa pelo apoio na área das Instalações e Equipamentos tanto na aquisição de materiais e equipamentos como na utilização e criação de infra-estruturas. (27,9%).

Só depois surge o financiamento como unidade de registo mais enumerada através da atribuição de subsídios.

Por outro lado, mais do que apoiar de forma interactiva na organização de actividades e programas de lazer, apoiar a formação com sensibilização para o lazer ou apoiar os monitores na área dos Recursos Humanos, as autarquias parecem preferir, prestar apoios, particularmente nos transportes (7,3%).

Quadro 42 – Apoio da câmara municipal à prática de desporto de lazer

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	2	1,1%	2	1,1%	2	1,1%
Gestão	Logística	Apoio logístico	50	27,9%	50	27,9%	63	35,2%
	Organização	Apoio na organização de actividades e programas	10	5,6%	10	5,6%		
	Protocolos	Estabelecimento de contratos programa	3	1,7%	3	1,7%		
Financiamento	Financiamento	Atribuição de subsídios	40	22,3%	40	22,3%	40	22,3%
Apoios	Transportes	Apoio nos transportes	13	7,3%	13	7,3%	15	8,4%
	Apoio	Apoio na alimentação durante actividades	1	0,6%	1	0,6%		
		Atribuição de troféus	1	0,6%	1	0,6%		
Instalações Equipamentos	Materiais e Equipamentos	Apoio na aquisição de materiais e equipamentos	34	19,0%	34	19,0%	50	27,9%
	Infra-estruturas	Apoio na utilização/criação de infra-estruturas	16	8,9%	16	8,9%		
Recursos Humanos	Quadro Humano	Apoio com monitores	5	2,8%	5	2,8%	5	2,8%
Formação	Formação	Apoio em programas de sensibilização/formação	4	2,2%	4	2,2%	4	2,2%

No entanto, quando a mesma análise de conteúdos é abordada na forma como se traduz o apoio da câmara municipal à prática de desporto competição, verifica-se que a maior preocupação deixa de ser na área da gestão e passa para a área do financiamento (43,2%) particularmente através de uma acentuada enumeração de unidades de registo na atribuição de subsídios e de pagamentos de despesas, em geral ligadas ao futebol²¹¹. As preocupações de apoio na área da gestão aparecem depois (22,3%) com maior enumeração nos indicadores do apoio logístico mais ou menos indiferenciado, na

²¹¹ - Constantino (1992:102) – “O problema chave do Desporto Nacional não é a falta de recursos financeiros, é sobretudo o de uma adequada política de gestão desses recursos.

organização de actividades e programas desportivos e, no estabelecimento de contratos programa.

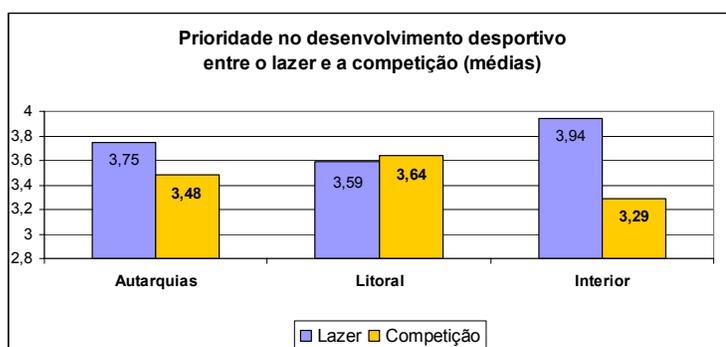
Com menos apoio que aquele que as câmaras municipais manifestaram para as actividades de lazer, surge depois, a área das instalações e equipamentos desportivos (10,1%) onde se inclui material e equipamento desportivo, normalmente para o futebol e, só depois, apoio na utilização ou criação de infra-estruturas desportivas (10,8%)²¹²

Quadro 43 – Apoio da câmara municipal à prática do desporto de competição federada

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	2	1,4%	2	1,4%	2	1,4%
Gestão	Logística	Apoio logístico	25	16,9%	25	16,9%	33	22,3%
	Organização	Apoio na organização de actividades e programas	3	2,0%	3	2,0%		
	Protocolos	Estabelecimento de contratos programa	5	3,4%	5	3,4%		
Financiamento	Financiamento	Atribuição de subsídios	60	40,5%	60	40,5%	64	43,2%
		Pagamento da Equipa Técnica ...	3	2,0%	3	2,0%		
		Pagamento do estágio da equipa de futebol	1	0,7%	1	0,7%		
Apoios	Transportes	Apoio nos transportes	13	8,8%	13	8,8%	13	8,8%
Instalações Equipamento	Materiais e Equipamentos	Material desportivo	14	9,5%	14	9,5%	15	10,1%
		Suporte do vestuário desportivo da equipa	1	0,7%	1	0,7%		
	Infra-estruturas	Apoio na utilização/criação de infra-estruturas	16	10,8%	16	10,8%	16	10,8%
Formação	Formação	Apoio em programas de sensibilização/formação	5	3,4%	5	3,4%	5	3,4%

SÍNTESE 1.4 – Sistema de incentivos da autarquia

Gráfico 11 – Prioridade da autarquia entre lazer e competição



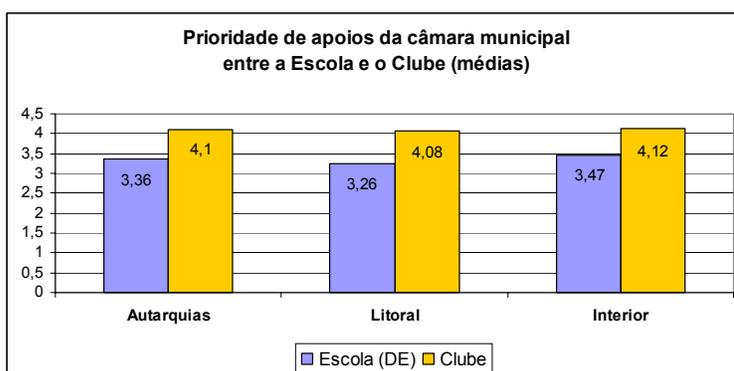
Quando a autarquia é questionada sobre o apoio ao Desporto Escolar, a percepção geral que transmite, de entre as prioridades de

²¹² - Constantino (op.cit:63) – O problema dos equipamentos para a prática do desporto é um elemento central de qualquer política de desenvolvimento desportivo. Sem equipamentos não pode haver desenvolvimento.

políticas de desenvolvimento desportivo é a de que esta área, deve passar por um apoio efectivo e evidente. Esta prioridade é mais visível nos distritos do interior que do litoral pelo que, não é de estranhar que Castelo Branco seja o distrito onde a autarquia manifesta maior apoio e Aveiro seja o distrito onde esse mesmo apoio é o mais reduzido.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre todas as variáveis independentes estudadas.

Gráfico 12 – Prioridade do apoio da autarquia



No entanto, se esta questão do apoio prioritário for colocado em relação ao apoio ao associativismo desportivo e ao clube, toda a autarquia, sem excepção, manifesta a percepção de que lhe

proporciona um apoio maior que, aquele que é indicado para o desporto escolar. É nos distritos do interior que o Desporto Escolar encontra melhor acolhimento enquanto, cabe aos distritos do litoral, em geral, um apoio mais evidente da autarquia ao clube.

Sabendo-se que a prioridade no apoio ao clube desportivo e ao associativismo desportivo é generalizado, verifica-se que apenas em Leiria existe alguma fragilidade. Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas

Questionada sobre o interesse entre uma política de desenvolvimento desportivo com base na criação de condições de uma prática desportiva de lazer ou de competição, ficamos com a ideia da generalidade da autarquia de que existe de facto bastante interesse pelo lazer, com um ligeiro ascendente nas autarquias do interior sobre as do litoral.

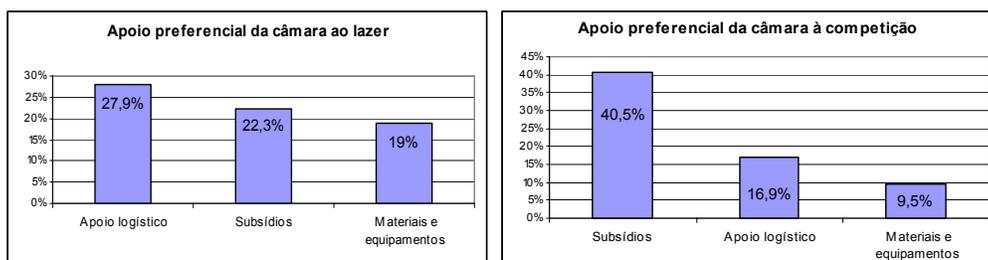
Neste aspecto, entre distritos, verificámos, através do teste de Mann-Whitney, que a percepção das câmaras municipais, evidenciava diferenças estatisticamente significativas entre Castelo Branco e todos os outros distritos.

A vontade destes apoios manifestados pela autarquia à prática do desporto de competição, e a criação de condições para a prática desportiva do lazer, são muito semelhantes, no entanto, o interior manifesta-se sempre mais a favor do lazer quando entramos em quadros comparativos.

Neste aspecto, Coimbra apresenta-se como o distrito em que a autarquia manifesta mais apoio à competição e, Viseu é o que parece valorizar menos a prioridade na criação de condições para a prática de desportos de competição. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as autarquias dos diferentes distritos estudados, no entanto, entre a autarquia do litoral e a do interior, foram encontradas através da análise de variância diferenças estatisticamente significativas

As maiores preocupações da autarquia no apoio à prática do desporto de lazer, parecem ser na área de gestão com indicadores apontados para a logística, a organização e os protocolos ao nível do estabelecimento de contratos programa, na área das instalações desportivas com a aquisição de materiais e equipamentos desportivos ou com o apoio na utilização e criação de infra-estruturas, e ainda, o sempre reclamado financiamento, através da atribuição de subsídios. Há ainda a referir, apoios ao nível dos transportes, dos recursos humanos e da formação

Gráfico 13 – Preferência do apoio municipal ao lazer e à competição



Mas, se questionarmos as mesmas preocupações da autarquia, desta vez na área da competição, verificamos que o financiamento, que era aparentemente

para o lazer a terceira preocupação, passa para o primeiro lugar através da atribuição de subsídios, surgindo de seguida a área da gestão, a área das instalações desportivas e dos apoios onde o transporte também é relativamente valorizado.

1.5 - ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO DOMÍNIO DA COMPETIÇÃO E DO LAZER

Nesta Dimensão, a análise resultou sobre a percepção da autarquia no que respeita à adequação que elas fazem dos espaços e equipamentos desportivos do concelho no quadro da prática de desportos de competição e no quadro da prática de desportos de lazer e ocupação de tempos livres.

Quadro 44 – Adequação de infra-estruturas para desportos de lazer e competição

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ADEQUAÇÃO DAS INFRA ESTRUTURAS	Espaços e equipamentos da autarquia	Espaços e equipamentos para a competição	Adequação de espaços e equipamentos para desportos na área da competição
		Espaços e equipamentos para o lazer	Adequação de espaços e equipamentos para desportos na área do lazer e tempos livres

Cerca de 78% das câmaras municipais manifestaram a percepção de que os espaços e equipamentos para desportos na área da competição no seu concelho são suficientes, muito ou bastante adequados para a sua prática [$x=3,25$; $s=1,011$; $mo=3$] enquanto, para o lazer [$x=3,62$; $s=, 892$; $mo=4$], essa percepção chega aos 91,8%. Estes valores, aparecem mais elevados devido a idêntica percepção de 87,2% das autarquias do litoral [$x=3,38$; $s=, 990$; $mo=3$] dado que, as autarquias do interior [$x=3,09$; $s=1,026$; $mo=3$] apenas atribuem uma adequação das instalações do seu concelho como minimamente suficientes, muito ou bastante adequadas para a prática de desportos de competição em 67,6%.

Entre os distritos, Coimbra [$x=3,54$; $s=, 776$; $mo=3$; 100%] e Leiria [$x=3,64$; $s=1,120$; $mo=4$; 91,9%], são os distritos que mais acentuam uma adequação

suficiente, muita ou bastante dos espaços e equipamentos desportivos dos respectivos concelhos para a prática de competição. O distrito da Guarda é onde se encontram as autarquias que têm a percepção de que os seus espaços e equipamentos desportivos são os que se encontram menos adequados para a prática desportiva de competição [$x=3,33$; $s=1,00$; $mo=3-4$; 77,8%]

Não encontrámos diferenças estatisticamente significativas entre os todos os distritos ou entre a autarquia do litoral e a do interior.

Relativamente à adequação dos espaços e equipamentos para a prática de desportos de lazer, a percepção que a globalidade da autarquia tem [$x=3,62$; $s=,892$; $mo=4$; 91,8%], é de uma maior adequação que a verificada anteriormente para a prática de desportos de competição [$x=3,25$; $s=1,011$; $mo=3$; 78,1%].

Nesta questão do lazer, entre a autarquia do litoral e do interior, as diferenças não são grandes - no litoral 7,7% acha pouco ou muito pouco adequados e no interior, essa percentagem apenas sobe para os 8,8%. No entanto, para as autarquias cujos distritos se encontram no litoral, são muito ou bastante adequados para 43,6%, enquanto para os mesmos níveis, as câmaras municipais do interior, referem 67,7%

Quadro 45 – Adequação de infra-estruturas de lazer – litoral e interior

	Litoral	Interior
	%	%
Muito pouco	2,6	
Pouco	5,1	8,8
Suficiente	48,7	23,5
Muito	35,9	41,2
Bastante	7,7	26,5

Por outro lado, através da análise de variância, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais enquadradas com distritos que se situam no litoral e no interior.

Quadro 46 – Adequação de espaços de lazer - litoral/interior

Autarquias do litoral/interior (ANOVA)	F	Sig.	x	s
Espaços de lazer e tempo livre	4,706	,033	3,41	,818

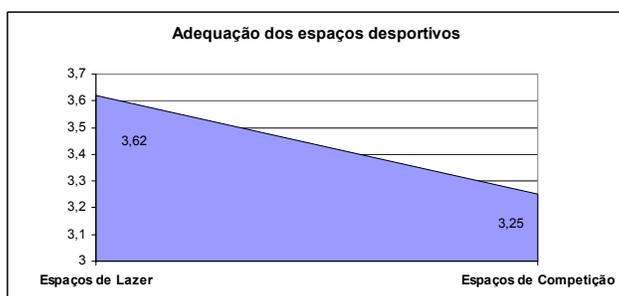
De uma forma geral, podemos estabelecer o seguinte quadro comparativo ao nível da percepção das autarquias quanto à adequação das infra estruturas para os desportos de lazer e de competição.

Quadro 47 – Níveis de diferenças na adequação de espaços de lazer e competição

Adequação de Infra estruturas (%) – (x)	Autarquias		Litoral		Interior	
	Sim	x	+ apoio	x	+ apoio	x
Lazer	91,8	3,62	92,3	3,41	92	3,85
Competição	78,1	3,25	87,2	3,38	67,6	3,09

SÍNTESE 1.5 – Adequação das instalações desportivas para o lazer e competição

Gráfico 14 – Adequação dos espaços de lazer e competição

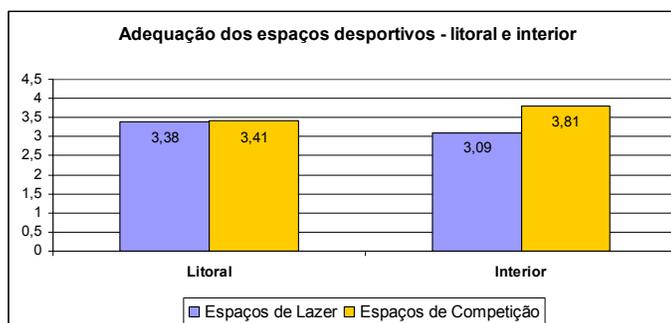


Regra geral, a autarquia tem a ideia de que os concelhos têm os seus equipamentos desportivos mais adequados para os desportos de lazer muito embora, mantenham

também uma percepção elevada de uma adequação desses espaços e equipamentos para a prática de desportos voltados para a competição

Gráfico 15 – Adequação de espaços de lazer e competição no litoral e interior

No entanto, a autarquia do litoral, apresenta uma percepção maior de que a configuração dos seus espaços está mais voltada para a prática do lazer enquanto, o valor dado a



uma maior adequação das instalações para a prática do lazer é mais acentuado nas autarquias do litoral.

Coimbra e Leiria, são os distritos que mais acentuam essa configuração do litoral para a competição enquanto, no interior, é a Guarda que reconhece uma menor adequação para esse efeito dos seus espaços e equipamentos desportivos.

Não encontrámos diferenças estatisticamente significativas entre os todos os distritos ou entre a autarquia do litoral e do interior.

Através da análise de variância, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais enquadradas com distritos que se situam no litoral e no interior.

1.6 - PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS E DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, A ESCOLA E O CLUBE

A questão que procurámos analisar nesta Dimensão, prende-se com os protocolos estabelecidos entre a câmara municipal e a escola ou o clube bem como, perceber que noção as autarquias têm dos proprietários desses espaços protocolados.

Quadro 48 – Protocolos de utilização de instalações com escola e clube

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
PROTOCOLOS	Espaços e Instalações Desportivas	Protocolos da Câmara Municipal com a Escola	Protocolos de utilização de espaços com a Escola
		Protocolos da Câmara Municipal com o Clube	Protocolos de utilização de espaços com o Clube
	Proprietários	Proprietários dos espaços	Proprietários dos espaços

Existe um grande equilíbrio na percepção que toda a autarquia tem relativamente aos protocolos existentes, de utilização de espaços com a escola. Analisadas na generalidade, 15,1% da autarquia indicam que não têm quaisquer protocolos com a escola [$\bar{x}=,85$; $s=,360$]. No litoral, 15,4% [$\bar{x}=,85$;

s=,366;] manifestam a mesma opinião tal como, 14,7% do interior [$x=,85$; $s=,359$].

Por distritos, a Guarda é o distrito que tem a maior percentagem (22,2%) de câmaras municipais que indicam não ter qualquer protocolo com escolas [$x=,67$; $s=,500$] enquanto, em sentido inverso, no distrito de Castelo Branco toda a autarquia (100%), considera existirem protocolos de utilização de espaços desportivos com escolas dos seus concelhos [$x=3,40$; $s=,894$].

Não se registaram quaisquer diferenças estatisticamente significativas em todas as variáveis independentes estudadas.

No que se refere ao estabelecimento de protocolos de utilização de espaços com o clube, verifica-se, na globalidade, que há mais câmaras (20,5%) com a percepção de que não estabelecem este tipo de protocolos com clubes [$x=,79$; $s=,407$].

Verificámos ainda que, os protocolos de utilização de espaços desportivos com o clube é maior no litoral [$x=,87$; $s=339$; 87,2%] do que no interior [$x=,71$; $s=,462$; 70,6%] ao contrário também do que sucedia com a escola onde as diferenças verificadas eram muito pequenas.

No interior, a autarquia que menos estabelece protocolos com o clube é a do distrito de Viseu [$x=,65$; $s=,489$] com 35%, e da Guarda [$x=,67$; $s=,500$] com 33,3%, enquanto, no caso da autarquia do litoral, é Coimbra [$x=,77$; $s=,439$] com 23% que menos se relaciona a este nível com o clube desportivo.

Aveiro e Castelo Branco apresentam 100% de protocolos com o clube.

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as autarquias do litoral e do interior e entre o conjunto de autarquias de todos os distritos do estudo, pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado no distrito da Aveiro para realização de protocolos de espaços desportivos com clubes desportivos (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$).

Quadro 49 – Teste de Pearson - Protocolo de espaços com o clube

<i>Protocolos de espaços com clubes?</i>		Aveiro
Não	Frequência observada	0
	Frequência esperada	3,1
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,2
Sim	Frequência observada	15
	Frequência esperada	11,9
	Resíduos ajustados estandardizados	2,2

Do envolvimento percebido destes protocolos entre a câmara municipal e o clube [$x=,79$; $s=,407$; $79,5\%$] ou entre a câmara municipal e a escola [$x=,84$; $s=,373$; $84,9\%$], emergem proprietários dos referidos espaços em que, cada um o é de uma forma isolada ou em conjunto, o que, pressupõe existirem a esse nível, aproveitamentos mútuos dos espaços.

É convicção da câmara municipal, de uma forma claramente distanciada com 53,4% das indicações, que na generalidade, é a maior proprietária dos espaços protocolados envolvidos, tanto com os clubes, como com as escolas. Para além disso, a autarquia ainda aparece algumas vezes como co-proprietária dos espaços em parceria quer com as escolas (9,6%), quer com os clubes (6,8%), ou até mesmo com ambos (5,5%), o que reforça ainda mais, de acordo com a própria autarquia, a sua importância como a principal detentora no envolvimento dos espaços protocolados (75,3%).

Quadro 50 – Proprietários de espaços protocolados

	<i>f</i>	<i>%</i>
Nenhuma	5	6,8
Escolas	4	5,5
Clubes	3	4,1
Autarquia	39	53,4
Clubes e Escolas	5	6,8
Escola e Autarquia	7	9,6
Autarquia e Clube	4	5,5
Não indicou	1	1,4
Privados e Escolas	1	1,4
Autarquias, Escolas e Clubes	4	5,5

Esta importância torna-se ainda mais evidente quando se verifica que nas autarquias que se enquadram com os distritos do interior são indicados 61,8% de proprietários desses espaços que são exclusivamente das câmaras municipais, se compararmos com as autarquias enquadradas com distritos do

litoral que apenas 46,2% estão nas mesmas condições. No entanto, se juntarmos as parcerias com escolas (10,3%) e os clubes (10,3%) ou, ambos (5,1%) dos distritos do litoral com as escolas (8,8%) e clubes (5,9%) do interior, verificamos que no final os resultados são muito idênticos – 72,9% e 76,7%, respectivamente.

Numa análise por distritos, são as câmaras municipais da Guarda com 77,8%, aquelas que, isoladamente, mais utilização dão às suas instalações para os diferentes protocolos, tanto para os clubes, como para as escolas. Coimbra com 69,2% é o distrito que se segue com mais câmaras municipais a estabelecerem protocolos das suas instalações de forma isolada, enquanto, do outro lado, Aveiro com 33,3% é o distrito cujas autarquias menos participações têm em termos de protocolos, tanto com a escola como com o clube.

Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre a autarquia do litoral e as do interior, nem entre as autarquias de todos os distritos estudados.

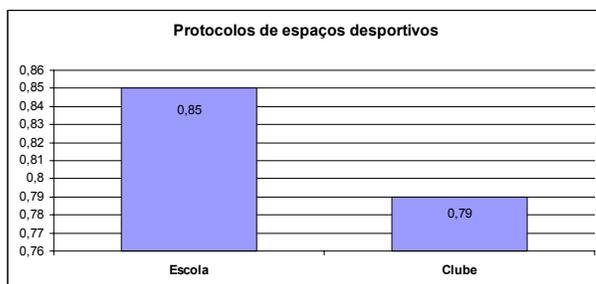
SINTESE 1.6 – Protocolos da autarquia com instalações desportivas

Os protocolos de utilização de espaços com a escola, são idênticos entre as câmaras municipais do litoral e do interior e muito semelhantes com a percentagem global de protocolos que a autarquia admite existirem.

Enquanto o distrito da Guarda parece ser aquele em que a autarquia menos protocolos estabelece com a escola, o distrito de Castelo Branco é o que mais parece aproximar-se da escola a este nível.

Não se registaram quaisquer diferenças estatisticamente significativas em todas as variáveis independentes estudadas.

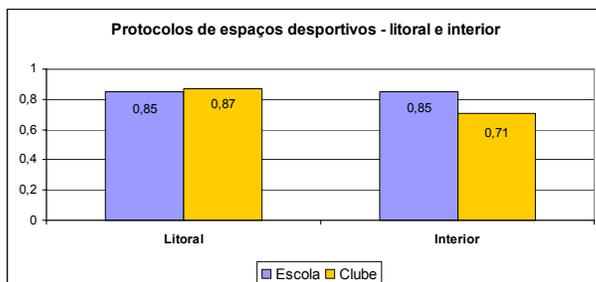
Gráfico 16 – Protocolos de espaços desportivos da autarquia



Nos protocolos de utilização de espaços com o clube, ficamos com a ideia que existe uma ligação menor do que aquela que nos foi transmitida existir com a escola.

Neste caso, já é possível verificar que a autarquia mantém uma maior relação protocolar com o clube na autarquia do litoral do que do interior, coisa que não

Gráfico 17 – Protocolos de espaços Desportivos da autarquia – litoral e interior



acontecera com a escola. Viseu no interior e Coimbra no litoral, são os distritos onde se verificam menos protocolos com os clubes desportivos enquanto em Aveiro e Castelo Branco

encontramos 100% de protocolos com o clube desportivo.

Pela análise inferencial através do teste de independência do χ^2 verifica-se que existe um comportamento significativamente superior ao esperado no distrito da Aveiro na realização de protocolos de espaços desportivos com o clube desportivo assim como, um comportamento significativamente inferior ao esperado no distrito de Viseu

Dos proprietários dos espaços, verifica-se que a câmara municipal tem a noção de ser a maior proprietária dos espaços protocolados envolvidos com o clube e com a escola.

É no interior que a autarquia manifesta um envolvimento de forma mais isolada, sendo os municípios da Guarda os que mais se envolvem directamente com o clube e com a escola e os municípios de Aveiro, os que menos envolvimento parecem ter.

Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre a autarquia do litoral e a do interior, nem entre as autarquias de todos os distritos estudados.

1.7 - ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER, ORGANIZADAS REGULARMENTE PELA CÂMARA MUNICIPAL

Nesta Dimensão, o que se procurou foi questionar as câmaras municipais sobre a organização regular de actividades desportivas de lazer e que tipo de actividades, preferencialmente procura para este enquadramento desportivo.

Quadro 51 – Actividades de tempo livre e lazer organizadas pela câmara municipal

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ACTIVIDADES	Organização	Actividades de ocupação de tempo livre e lazer da Câmara Municipal	Organização de actividades de lazer da Câmara Municipal
			Que actividades de lazer organizam as câmaras municipais regularmente no tempo livre dos jovens

A regularidade na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer, fica-se na globalidade por pouco mais de metade das câmaras municipais [$x=, 58; s=, 498; 57,5\%$], muito semelhante ao que se passa entre o litoral [$x=, 59; s=, 498; 59\%$] e o interior [$x=, 56; s=, 504; 55,9\%$].

É no distritos da Guarda [$x=, 44; s=, 527; 44,4\%$] e de Aveiro [$x=, 53; s=, 516; 53,3\%$] que as câmaras municipais se mostraram menos preocupadas na organização de forma regular de actividades de tempo livre e lazer. Por outro lado, também nos parece de certa forma elevado que os distritos de Leiria [$x=, 55; s=, 522; 54,5\%$] e de Viseu [$x=, 55; s=, 510; 55\%$] se verifique o mesmo desinteresse.

As câmaras municipais do distrito de Castelo Branco [$x=, 80; s=, 447; 80\%$] e Coimbra [$x=, 69; s=, 480; 69,2\%$], são aquelas que mais interesse mostraram na organização regular de actividades de tempo livre e lazer pois, apenas 20% e 30,8%, respectivamente, indicaram não ter essa preocupação.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em todos os estudos efectuados.

Contudo, através da análise de conteúdo, verifica-se que a preferência na dimensão das actividades vai, de uma forma significativa (40,7%) para a área da organização de actividades desportivas mais no âmbito da organização de

Quadro 52 – Tipo de actividades desportivas organizadas pela câmara municipal

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Afirma que faz mas não indicou	7	6,5%	7	6,5%	35	32,4%
Não respondeu	Não faz	Não respondeu porque não faz	28	25,9%	28	25,9%		
Actividades	Interior	Andebol	2	1,9%	2	1,9%	17	15,7%
		Voleibol	2	1,9%	2	1,9%		
		Basquetebol	2	1,9%	2	1,9%		
		Futsal	3	2,8%	3	2,8%		
		Natação	6	5,6%	6	5,6%		
		Ginástica	1	0,9%	1	0,9%		
		Badminton	1	0,9%	1	0,9%		
	Exterior	Futebol	1	0,9%	1	0,9%	12	11,1%
		Percursos pedestres	1	0,9%	1	0,9%		
		Escalada	1	0,9%	1	0,9%		
		Canoagem	3	2,8%	3	2,8%		
		Tiro	1	0,9%	1	0,9%		
		Desporto Aventura	3	2,8%	3	2,8%		
		Atletismo	1	0,9%	1	0,9%		
	BTT	1	0,9%	1	0,9%			
Organização	Organização de torneios	14	13,0%	14	13,0%	44	40,7%	
	Organização de campos de férias/férias desportivas	12	11,1%	12	11,1%			
	Organização programas Municipais (tipo semana jovem...)	18	16,7%	18	16,7%			

torneios e de actividades variadas como seja, os denominados programas de férias desportivas que normalmente ocorrem em períodos de férias escolares ou, ainda, na organização de programas que coincidem com as manifestações desportivas em períodos de feriados municipais, nas organizações do tipo, “semana jovem”, “semana radical”, “verão em movimento”, “bué de desporto”, etc. ou outras que coincidem ainda com períodos específicos do ano que, para Lança, R. (2003:106) podem ocorrer “em espaços bem definidos como praias, campos de jogos, ginásios, etc.”

Por outro lado, a organização de desportos de interior, acaba por prevalecer em relação às práticas de exterior, por força da natação e do futsal. Os desportos de aventura juntamente com as práticas de BTT, canoagem, escalada, tiro, caminhadas, etc. assumem igualmente um interesse maior no tipo de actividades preferido pelas autarquias em geral.

SÍNTESE 1.7 – Organização regular de actividades de ocupação de tempo livre e lazer pela autarquia

Ainda que a autarquia venha manifestando preocupações gerais ao nível da organização de forma regular das actividades de ocupação de tempo livre e lazer, verifica-se no entanto pela percepção que manifestam, que essas preocupações se reflectem em pouco mais de metade das autarquias, não havendo nesse aspecto, grandes diferenças entre as do litoral e do interior.

Ainda assim, os municípios da Guarda e de Aveiro são os que manifestam menos preocupações a este nível enquanto, em Coimbra e Castelo Branco, parecem ser os distritos onde essa regularidade é maior

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em todos estes estudos efectuados.

A ideia com que se fica é que a maior preocupação da autarquia a este nível, é a de preferirem a organização de actividades que incluam torneios de modalidades ou então organizações do tipo férias desportivas ou programas com actividades diversificadas. A abordagem de modalidades individuais não parece ter grande preferência.

Neste caso, ainda que os desportos praticados com maior frequência em interior possam ter uma ligeira preferência sobre os de exterior, um pouco por força da natação, não deixa de ser curioso a pouca manifestação relativamente ao futebol. De qualquer forma, os desportos de aventura referenciados nas suas diversas formas aparecem com alguma expressão.

1.8 - FINANCIAMENTO MUNICIPAL NA ÁREA DA COMPETIÇÃO E DO LAZER, DA ESCOLA E DO CLUBE

Esta Dimensão pretende analisar as ligações de financiamento que a câmara municipal tem com as actividades de competição federada e as actividades de tempo livre e lazer, com a escola e com clube desportivo

Quadro 53 – Financiamento municipal à competição federada e lazer, na escola e clube

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
FINANCIAMENTO MUNICIPAL	Relação Competição Lazer	Financiamento da Câmara Municipal à competição federada	Níveis da atribuição de subsídios no apoio à competição federada
		Financiamento da Câmara Municipal ao lazer	Níveis da atribuição de subsídios no apoio ao lazer
		Financiamento da Câmara Municipal a clubes com competição federada	Níveis da atribuição de subsídios a clubes com competição federada
		Financiamento da Câmara Municipal a clubes sem competição federada	Níveis da atribuição de subsídios a clubes sem competição federada
	Relação Escola Clube	Financiamento da Câmara Municipal à Escola	Níveis da atribuição de subsídios no apoio às escolas do 2º, 3º ciclo e ensino secundário
		Financiamento da Câmara Municipal ao Clube	Níveis da atribuição de subsídios no apoio ao clube desportivo

No financiamento que a autarquia presta à competição federada na globalidade, [$x=3,51$; $s=1,094$; $mo=4$; 89%] as câmaras municipais têm a percepção de que financiam a competição através de subsídios, de uma forma que consideram ser suficiente, muito ou bastante e, apenas 4,1% não a subsidia. Esta tendência, embora com valores próximos, mostra que existe uma maior prioridade pela autarquia do litoral [$x=3,56$; $s=,995$; $mo=4$; 89,7%] em financiar a competição do que pela do interior [$x=3,44$; $s=1,211$; $mo=4$; 88,2 %]. Por distritos, apenas as câmaras municipais de Aveiro e Castelo Branco, nunca consideram que o subsídio prestado à competição é pouco ou muito pouco

Quadro 54 – Níveis de financiamento à competição federada (distritos)

	Aveiro	C.Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
	%	%	%	%	%	%
Nenhum			7,7	11,1		5,0
Muito Pouco						5,0
Pouco				11,1	27,3	
Suficiente	46,7	20,0	30,8	33,3	9,1	30,0
Muito	46,7	40,0	38,5	44,4	54,5	50,0
Bastante	6,7	40,0	23,1		9,1	10,0

Os apoios financeiros à competição federada são aproximados no litoral e no interior. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos diferentes estudos efectuados entre os distritos e entre os distritos do litoral e do interior

Tal como para a competição federada, também no apoio ao lazer [$x=3,15$; $s=1,126$; $mo=3$; 75,3%] há 4,1% de autarquias que não atribuem qualquer subsídio. No entanto, o pouco, muito pouco ou nenhum apoio das câmaras municipais a esta actividade, neste caso sobe logo para os 24,7%, comparativamente aos 11% anteriormente verificados com as actividades voltadas para a competição.

Quadro 55 – Diferença na percepção de financiamento entre o lazer e competição

Autarquias	Lazer ($x=3,15$; 75,3%)		Competição ($x=3,51$; 89%)	
	%	% acumulada	%	% acumulada
	Não	4,1	4,1	4,1
Muito pouco	1,4	5,5	1,4	5,5
Pouco	19,2	24,7	5,5	11,0
Suficiente	34,2	58,9	30,1	41,1
Muito	32,9	91,8	46,6	87,7
Bastante	8,2	100,0	12,3	100,0

Da análise desta questão entre o litoral e o interior, verificamos uma vez mais que a tendência é sempre para apoiar a competição de forma considerada muito ou bastante e o lazer de forma suficiente.

O apoio financeiro da autarquia do litoral à competição federada apresenta uma média superior ao apoio idêntico prestado pela autarquia do interior.

Por distritos, verifica-se que apenas Castelo Branco [$x=3,80$; $s=,837$; $mo=3-4$; 100%] considera ter câmaras municipais que apoiam o lazer sempre de forma considerada, suficiente, muito ou bastante.

Quadro 56 – Níveis de percepção de financiamento ao lazer (distritos)

	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
	%	%	%	%	%	%
Nenhum				22,2		5,0
M. Pouco	6,7					
Pouco	13,3		23,1	33,3	36,4	10,0
Suficiente	46,7	40,0	15,4	33,3	27,3	40,0
Muito	20,0	40,0	53,8	11,1	27,3	40,0
Bastante	13,3	20,0	7,7		9,1	5,0

Comparativamente com a competição federada, não restam dúvidas que a percepção das câmaras municipais converge para a mesma opinião no sentido de que favorecem a competição, na atribuição de subsídios em relação ao apoio ao lazer.

Quadro 57 – Diferença na percepção da atribuição do subsídio ao lazer e competição federada

Subsídios (%) – (x)	Autarquias		Litoral		Interior	
	Sim	x	+ apoio	x	+ apoio	x
Competição	89	3,51	89,7	3,56	88,2	3,44
Lazer	75,3	3,15	74,6	3,26	76,9	3,03

Embora não tenham sido registadas diferenças estatisticamente significativas em qualquer estudo, o teste Post-Hoc de Tukey indica uma diferença significativa entre os distritos da Guarda e de Castelo Branco

Quadro 58 – Teste de Pearson - Subsídios ao lazer

Distrito	N	p = .05	
		1	2
Guarda	9	2,11	
Leiria	11	3,09	3,09
Aveiro	15	3,20	3,20
Viseu	20	3,25	3,25
Coimbra	13	3,46	3,46
Castelo Branco	5		3,80

Vejamos agora o que é que se passa com o clube, considerando aqueles que têm e que não têm competição no âmbito do desporto federado.

Apenas 9,6% das autarquias manifestam a percepção de que prestam pouco ou nenhum apoio financeiro ao clube com competição federada pelo que, 90,4% indicam que o nível de apoio financeiro atribuído, é, neste caso, suficiente, muito ou bastante [$x=3,60$; $s=1,064$; $mo=4$]

Entre as autarquias do litoral [$x=3,64$; $s=,986$; $mo=4$; 79,7%] e do interior [$x=3,56$; $s=1,160$; $mo=4$; 81,2%], estes resultados embora semelhantes mostram igualmente uma certa tendência para favorecer o clube do litoral

Por distritos, verifica-se que, Aveiro, Castelo Branco e Coimbra, são distritos onde toda a autarquia parece manifestar apoio financeiro a clubes desportivos onde existe essa competição, sendo o de Leiria, aquele que aparentemente menos subsidia os clubes com competição federada.

Quadro 59 – Apoio financeiro a clubes com competição federada (distritos)

	<i>Aveiro</i>	<i>C.Branco</i>	<i>Coimbra</i>	<i>Guarda</i>	<i>Leiria</i>	<i>Viseu</i>
	%	%	%	%	%	%
Nenhum				11,1	9,1	5,0
M. Pouco						
Pouco				11,1	27,3	
Suficiente	40,0	20,0	23,1	22,2		35,0
Muito	46,7	40,0	61,5	55,6	54,5	45,0
Bastante	13,3	40,0	15,4		9,1	15,0

Não foram encontrados resultados com diferenças estatisticamente significativas em qualquer destes estudos realizados.

Analisando agora o clube desportivo sem competição, a percepção que essas mesmas autarquias têm relativamente aos níveis de atribuição de subsídios, é a que já anteriormente tínhamos constatado entre os apoios com subsídios prestados à competição e ao lazer, isto é, sobe para 23,3% a percentagem de autarquias que não apoia, apoia pouco ou muito pouco os clubes sem competição, em comparação com os 9,6% das autarquias que tinham o mesmo comportamento com os clubes com competição federada. Assim, desce igualmente [$x=2,82$; $s=1,086$; $mo=3$; 76,7%], o número de autarquias que financeiramente apoiam estes clubes desportivos de forma considerada suficiente, muito ou bastante que, como vimos anteriormente, era de 90,4%.

Quadro 60 – Quadro comparativo – subsídio a clubes com e sem competição federada

<i>Subsídios atribuídos pela autarquia ao clube</i>	<i>Autarquias</i>		<i>Litoral</i>		<i>Interior</i>	
	<i>x</i>	<i>mo</i>	<i>x</i>	<i>mo</i>	<i>x</i>	<i>mo</i>
Clubes com competição federada	3,60	4	3,64	4	3,56	4
Clubes sem competição federada	2,82	3	3,03	3	2,82	3

Por distritos, verifica-se que há uma diminuição no apoio financeiro aos clubes sem competição comparado com o apoio que davam aos clubes com competição federada, à excepção, das câmaras municipais enquadradas pelo distrito de Castelo Branco que, já anteriormente, apoiavam em 100% de forma suficiente, muito ou bastante e, pelo distrito de Leiria onde esse mesmo apoio aumenta, ao diminuir a intenção de nenhum, pouco ou muito pouco para 27,3% (contra os 36,4% anteriores)

Quadro 61 – Apoio financeiro aos clubes sem competição federada (distritos)

	Aveiro	CBranco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
	%	%	%	%	%	%
Nenhum				22,2	9,1	5,0
M. Pouco	20,0					
Pouco			23,1	33,3	18,2	10,0
Suficiente	60,0	60,0	38,5	33,3	27,3	60,0
Muito	13,3	40,0	30,8	11,1	45,5	25,0
Bastante	6,7		7,7			

Embora a autarquia do litoral mantenha algum benefício [$x=3,03$; $s=1,088$; $mo=3$; 76,9%] em relação ao interior [$x=2,82$; $s=1,086$; $mo=3$; 76,5%], a verdade é que ambas partilham esta relação de uma forma muito equivalente, tanto no apoio considerado suficiente, muito ou bastante, como no apoio considerado pouco, muito pouco ou nenhum.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre quaisquer das variáveis independentes estudadas.

Por outro lado ainda, quando questionamos a autarquia sobre o financiamento e níveis de subsídio no apoio às escolas do 2º, 3º ciclo e ensino secundário verificamos que é onde a autarquia evidencia a percepção de uma menor colaboração [$x=2,52$; $s=1,313$; $mo=3$; 60,3%]. A percentagem de 39,7% encontrada, é a mais elevada no que respeita ao pouco, muito pouco ou nenhum apoio prestado e, portanto, os 60,3% que indicam prestar um apoio considerado suficiente, muito ou bastante, é também o mais baixo em todo este quadro de financiamento.

Por distritos, as câmaras municipais que têm a percepção de manifestarem menos apoios em termos de subsídios às escolas, são as que se enquadram com os distritos da Guarda [$x=2,22$; $s=1,641$; $mo=4$; 55,5%] e Leiria [$x=1,82$; $s=1,401$; $mo=0-1$; 63,7%]. À exceção do distrito de Coimbra, onde todas as câmaras municipais transmitem a noção de darem um apoio que consideram suficiente, muito ou bastante, todos os outros distritos, de uma forma ou outra, indicaram prestar pouco, muito pouco ou nenhum apoio à escola.

Quadro 62 – Apoio com atribuição de subsídios à escola

	Aveiro	C Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
	%	%	%	%	%	%
Nenhum		20,0		22,2	27,3	15,0
M. Pouco	20,0			11,1	9,1	5,0
Pouco	20,0	20,0	15,4	22,2	27,3	15,0
Suficiente	40,0	40,0	46,2	11,1	27,3	50,0
Muito	13,3	20,0	30,8	33,3	9,1	15,0
Bastante	6,7		7,7			

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nem entre as autarquias dos diferentes distritos, nem entre a autarquia do litoral [$x=2,64$; $s=1,267$; $mo=3$] e do interior [$x=2,38$; $s=1,371$; $mo=3$].

No entanto, se levantarmos esta mesma questão do financiamento ao clube desportivo, e num quadro comparativo com a escola, verifica-se que, por si só, a percentagem de autarquias que não apoiam com a atribuição de subsídios é mais baixa (6,8%), o que quer dizer que há mais autarquias a subsidiar mais, o clube do que a escola, isto é, o número de autarquias que assume subsidiar preferencialmente o clube relativamente à escola é maior. No entanto, esta diferença aumenta substancialmente se pensarmos que as autarquias que manifestam pouco, muito pouco ou nenhum apoio ao clube [$x=3,22$; $s=1,121$; $mo=3$] é de 12,3% comparativamente com os 39,7% registados anteriormente com a escola [$x=2,52$; $s=1,313$; $mo=3$]

Quadro 63 – Percepção do nível de atribuição de subsídio ao clube

Distritos	%	% acumulada	x	mo	s
Não	6,8	6,8			
Muito pouco	1,4	8,2			
Pouco	4,1	12,3	3,22	3	1,121
Suficiente	42,5	54,8			
Muito	41,1	95,9			
Bastante	4,1	100,0			

Se fizermos esta análise entre os distritos do litoral [$x=3,38$; $s=,936$; $mo=3$; 82,3%] e do interior [$x=3,03$; $s=1,267$; $mo=4$; 82,4%], verificamos que a maior aproximação entre a autarquia e o clube neste tipo de apoio se faz sentir mais no litoral do que no interior da zona centro.

Quadro 64 – Percepção do nível de atribuição de subsídio ao clube - litoral/interior

	LITORAL					INTERIOR				
	%	% acumulada	x	mo	s	%	% acumulada	x	mo	s
Não	2,6	2,6				11,8	11,8			
Muito pouco	2,6	5,1				5,9	17,6			
Pouco	2,6	7,7								
Suficiente	46,2	53,8	3,38	3	,963	38,2	55,9	3,03	4	1,267
Muito	38,5	92,3				44,1	100,0			
Bastante	7,7	100				100				

Relativamente aos distritos, a Guarda [$x=2,56$; $s=1,509$; $mo=3$] (22,2%), Leiria [$x=3,27$; $s=1,272$; $mo=3$] (9,1%) e Viseu [$x=3,15$; $s=1,226$; $mo=4$] (10%), são os distritos onde há câmaras municipais que indicam que não dão subsídios aos clubes desportivos.

Viseu, é aquele que contribui pouco (25%) ou nem contribui de forma mais acentuada que todos os outros mas, é no distrito da Guarda que $x = 2,56$ é o mais baixo e onde a dispersão também é a maior ($s = 1,509$).

Quadro 65 – Percepção da atribuição de subsídios ao clube (distritos)

	x	mo	s	Nenhum	Muito pouco	Pouco	Suficiente	Muito	Bastante
Aveiro	3,40	3	,0910		6,7%		46,7%	40%	6,7%
C.Branco	3,40	4	,894			20%	20%	60%	
Coimbra	3,46	3	,776			7,7%	46,2%	38,5%	7,7%
Guarda	2,56	3	1,509	22,2%			55,6%	22,2%	
Leiria	3,27	3	1,272	9,1%			45,5%	36,4%	9,1%
Viseu	3,15	4	1,226	10%		5%	35%	50%	

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nem entre os diferentes distritos nem entre os distritos do litoral [$x=3,38$; $s=,963$; $mo=3$] e do interior [$x=3,03$; $s=1,267$; $mo=4$].

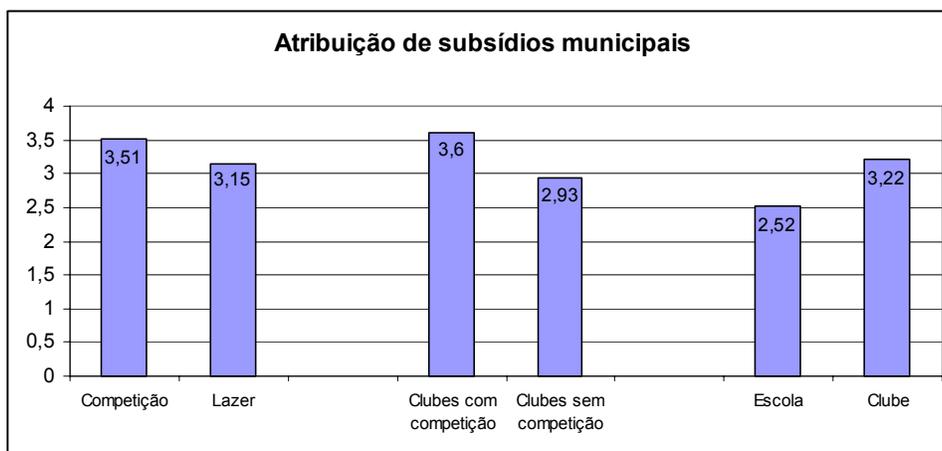
Quadro 66 – Quadro comparativo da atribuição de subsídios

	AUTARQUIAS		LITORAL		INTERIOR	
	x	mo	x	mo	x	mo
Competição federada	3,51	4	3,56	4	3,44	4
Lazer	3,15	3	3,26	4	3,03	3
Clubes com competição federada	3,60	4	3,64	4	3,56	4
Clubes sem competição federada	2,93	3	3,03	3	2,82	3
Escolas	2,52	3	2,64	3	2,38	3
Clubes	3,22	3	3,38	3	3,03	4

SÍNTESE 1.8 – Financiamento municipal da autarquia

Na generalidade, a autarquia considera que o financiamento que processam à competição federada é suficiente, bom ou mesmo bastante, tanto no litoral, como no interior. No entanto, comparando este financiamento com o que a autarquia considera atribuir ao lazer, o apoio manifestado a este, é mais reduzido que o atribuído à competição.

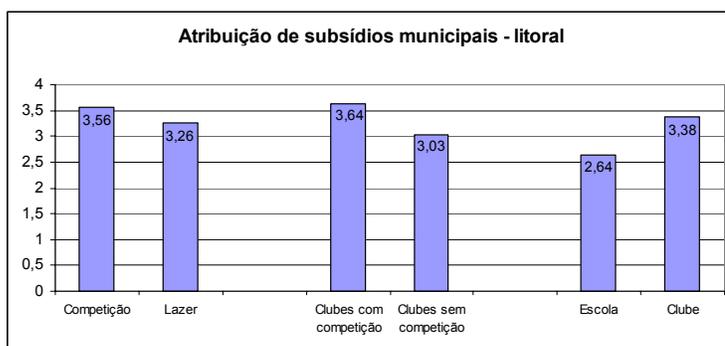
Gráfico 18 – Atribuição de subsídios municipais



As câmaras municipais do distrito de Castelo Branco manifestam todas, apoio financeiro ao lazer.

Embora não tenham sido registadas diferenças estatisticamente significativas em qualquer estudo, o teste Post-Hoc de Tukey indica uma diferença significativa entre os distritos da Guarda e de Coimbra

Gráfico 19 – Atribuições de subsídios municipais no litoral



Entre os clubes com e sem competição federada, existe a percepção autárquica de que os clubes que têm competição são os mais favorecidos, financeiramente. Há

grandes semelhanças nos apoios ou faltas de apoios entre o litoral e o interior.

Não foram encontrados resultados com diferenças estatisticamente significativas em qualquer dos estudos realizados.

Relativamente ao financiamento e apoio às escolas do 2º, 3º ciclo e ensino secundário, a autarquia manifesta a noção de que o apoio que dá, é o mais baixo, isto é, num quadro comparativo com o clube desportivo, há mais autarquias a subsidiar mais, o clube do que a escola.

É na Guarda que se encontram as câmaras municipais que menos apoiam a escola financeiramente

e, em contrapartida, é em Coimbra que esse apoio parece ser maior.

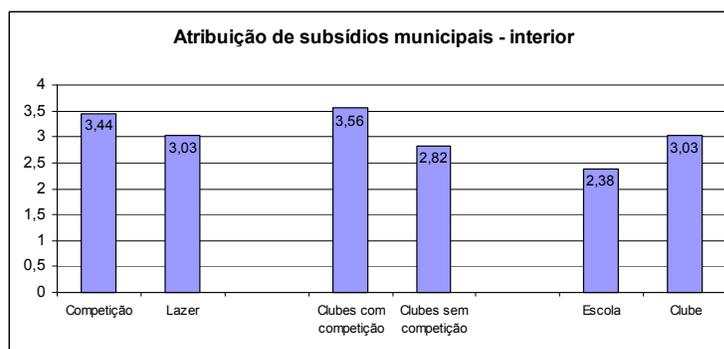
Qualitativamente, a autarquia também prefere subsidiar o clube à escola e, é no

litoral que este encontra melhor acolhimento.

É no distrito da Guarda que as câmaras municipais mais se manifestam contra o subsídio ao clube

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nem entre as autarquias dos diferentes distritos, nem entre as autarquias do litoral e do interior.

Gráfico 20 – Atribuições de subsídios municipais no interior



1.9 - COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

A organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer em conjunto, obedece ao estreitamento de canais de comunicação entre as partes envolvidas. É o que deveria acontecer entre a câmara municipal, a escola e o clube, na organização dessas actividades de lazer. Neste caso, a Dimensão Comunicação, assume uma importância primordial nesta inter relação. Aquilo que se pretendeu, foi procurar saber se esta relação existe mas,

principalmente, que percepção tem a autarquia de si própria e dos restantes intervenientes (clube e escola) relativamente ao estabelecimento de vias de comunicação directa sempre que se trata e urge organizar actividades de tempo livre e lazer em conjunto.

Quadro 67 – Comunicação câmara municipal, clube e escola, nas actividades de tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
COMUNICAÇÃO	Autarquia	Comunicação Câmara Municipal e Escola	Existência de comunicação câmara municipal/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Câmara Municipal e Clube	Existência de comunicação câmara municipal/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Escola e Câmara Municipal	Existência de comunicação escola/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Clube e Câmara Municipal	Existência de comunicação clube/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer

Quando a câmara municipal organiza uma actividade de lazer estabelece alguma comunicação com a escola?

Quando olhamos para a percepção generalizada que as câmaras municipais têm sobre esta questão, verificamos com facilidade a abertura quase total e a disponibilidade que a autarquia diz manifestar no diálogo que ela própria procura estabelecer com a escola, no que concerne à organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer quando a organização lhes pertence. Na verdade, 95,9% das intenções indicam claramente que sim, que existe da parte das câmaras municipais uma comunicação com a escola [$x=,96$; $s=,200$].

Se, procurarmos observar o que se passa entre as câmaras municipais que se enquadram com distritos do litoral e do interior, verificamos que é no interior [$x=,97$; $s=,171$; $97,1\%$] que essa relação é maior, ainda que a diferença não seja tão grande para com o litoral [$x=,95$; $s=,223$; $94,9\%$]

Passa a haver, no litoral, uma pequeníssima subida de autarquias que não comunica com a escola (de 4,1% passa para 5,1%) enquanto, no interior, as autarquias manifestam uma maior comunicação com a escola, diminuindo para 2,9% a percentagem de câmaras municipais que pensam não haver comunicação com a escola quando organizam essas actividades de lazer.

Por distritos, verificamos que apenas 13,3% das câmaras municipais em Aveiro [\bar{x} =, 87; s =, 352] e 20% em Castelo Branco [\bar{x} =, 80; s =, 447] têm a noção de que a comunicação não existe entre a autarquia e a escola uma vez que, todas as outras (100%) entendem que esse diálogo é uma preocupação das autarquias sempre que a iniciativa de organização das actividades lhes pertence.

Em qualquer dos casos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto, pela análise inferencial feita aos distritos, através do teste de independência do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado de autarquias que não comunicam com a escola, no distrito da Aveiro, (r.a.e. \geq 1,96, para $p=0,05$).

Quadro 68 – Teste de Pearson - Comunicação da câmara municipal com a escola

<i>A CM comunica à escola</i>		Aveiro
Não	Frequência observada	2
	Frequência esperada	,6
	Resíduos ajustados estandardizados	2,0
Sim	Frequência observada	13
	Frequência esperada	14,4
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,0

E com o clube, há comunicação se for a câmara municipal a organizar a actividade?

Neste caso, verifica-se que, em termos gerais, 91,8% das câmaras municipais [\bar{x} =, 92; s =, 277] têm a percepção de que estabelecem comunicação com o clube, e que apenas 8,2% dos municípios não o fazem.

Muito embora este resultado não seja muito expressivo, não deixa de ser no entanto o dobro daquele que observámos para a mesma questão relativamente à comunicação prestada pela câmara municipal à escola [\bar{x} =, 96; $s=200$] verificando-se assim que, as câmaras municipais de uma forma geral têm a percepção de que a comunicação entre a autarquia e a escola é maior do que com o clube desde que a organização pertença à autarquia e a iniciativa de partilhar essa informação seja de iniciativa autárquica.

Também, na relação entre o litoral e o interior, verificamos que a comunicação das câmaras municipais com os clubes, funciona melhor no interior [$x=, 94$; $s=, 239$; $94,1 \%$] que no litoral [$x=90$; $s=307$; $89,7 \%$]

A percentagem de autarquias do interior que não comunica com o clube é, quase metade daquela que se verifica com a autarquia de distritos do litoral.

Uma análise por distrito não merece grandes referências a não ser que, na Guarda e Leiria, se identificam na totalidade nesta relação com o clube.

Em qualquer dos casos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto, pela análise inferencial feita aos distritos, através do teste de independência do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado de autarquias que não comunicam com o clube, no distrito da Coimbra, (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$).

Quadro 69 – Teste de Pearson - Comunicação da câmara municipal com o clube

		A CM comunica ao clube?	Coimbra
Não		Frequência observada	3
		Frequência esperada	1,1
		Resíduos ajustados estandardizados	2,2
Sim		Frequência observada	10
		Frequência esperada	11,9
		Resíduos ajustados estandardizados	-2,2

A nova questão que se coloca é de saber se for a escola a organizar as actividades de ocupação de tempo livre e lazer, que percepção tem a autarquia da comunicação que ela possa estabelecer?

Na perspectiva da câmara municipal, sempre que a escola organiza as actividades de tempo livre e lazer [$x=, 66$; $s=, 478$; $65,8\%$], existem $34,2\%$ das escolas que não comunicam à autarquia a realização dessas actividades. Isto, configura uma enorme diferença na perspectiva que a autarquia tem quando, como constatámos, eram apenas $4,1\%$ das escolas que não recebiam da parte das câmaras municipais, qualquer informação quando a organização era da responsabilidade da autarquia.

Isto é, do ponto de vista da câmara municipal, se a organização de actividades for da autarquia, $4,1\%$ entendem que não comunicam com a escola mas, se a

organização couber à escola, passa a ser de 34,2% das câmaras municipais que se queixam de que a escola não lhes comunica, a organização dessas actividades

Embora não de forma tão expressiva, se analisarmos a dicotomia litoral e interior, também é possível verificarmos que, é a autarquia do litoral que menos comunicação estabelece com a escola.

Quadro 70 – Comunicação litoral/interior

Litoral	f	%	x	s
Não	14	35,9	,64	,486
Sim	25	64,1		
Interior	f	%	x	s
Não	11	32,4	,68	,475
Sim	23	67,6		

Nesta análise descritiva feita pelos distritos, referenciamos a percepção da autarquia do distrito de Coimbra de que 100% das escolas comunicam com as autarquias na realização de actividades ocupação do tempo livre e lazer. Em sentido contrário, nos distritos de Aveiro [$x=, 20$; $s=, 414$; 20%] e Castelo Branco [$x=, 20$; $s=, 447$; 20%], a percepção dessas autarquias é de que 80% das escolas não entra em contacto com as câmaras municipais sempre que organiza actividades de tempo livre. Por outro lado, os distritos da Guarda [$x=, 89$; $s=, 333$; 88,9%], Leiria [$x=, 82$; $s=, 405$; 81,8%] e Viseu [$x=, 70$; $s=, 470$; 70%], reflectem alguma falta de comunicação respectivamente de 11,1%, 18,2% e 30%.

Relativamente ao estudo entre o litoral e o interior, não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas, o mesmo não se podendo dizer na análise inferencial feita aos diferentes distritos, através do teste de independência do χ^2 onde as diferenças são bastante significativas

Quadro 71 – Teste de Pearson - comunicação da escola com a câmara municipal

χ^2 litoral/interior	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	28,924	,000

e, verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado nas autarquias dos distritos de Aveiro e de Castelo Branco com a percepção de que, quando a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, não comunica essa actividade à autarquia. Por outro lado houve igualmente um comportamento significativamente inferior ao esperado nas autarquias do distrito de Coimbra que têm a percepção de que, quando a escola organiza essas actividades, não a comunica à autarquia ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$).

Quadro 72 – Teste de Pearson - Comunicação da escola com a câmara municipal

A escola comunica à CM?		Distrito		
		Aveiro	Castelo Branco	Coimbra
Não	Frequência observada	12	4	0
	Frequência esperada	5,1	1,7	4,5
	Resíduos ajustados estandardizados	4,2	2,2	-2,9
Sim	Frequência observada	3	1	13
	Frequência esperada	9,9	3,3	8,5
	Resíduos ajustados estandardizados	-4,2	-2,2	2,9

E se for o clube a organizar a actividade de lazer, que percepção tem a autarquia da comunicação que o clube estabelece com ela?

Comparativamente com a percepção da comunicação que as autarquias têm com a escola, constata-se que essa noção de comunicação é mais próxima do clube com a câmara municipal [$x=, 77$; $s=, 426$; $76,7\%$] do que, entre a escola e a câmara municipal [$x=, 66$; $s=, 478$; $65,8\%$].

Esta aproximação na comunicação do clube à autarquia, na percepção das câmaras municipais, também é maior no interior [$x=85$; $s=, 359$; $85,3\%$] do que no litoral [$x=, 69$; $s=, 468$; $69,2\%$] e mantém a mesma tendência anterior que é, a percepção de que a escola do interior comunica mais [$x=68$; $s=, 475$; $67,6\%$] com a câmara municipal do que a escola do litoral [$x=, 64$; $s=, 486$; $64,1\%$].

Ao confrontarmos os distritos estudados, verificamos que são as autarquias enquadradas com o distrito de Aveiro (73,3%), aquelas que, de uma forma clara, maior noção têm da falta de comunicação com o clube. Por outro lado,

todos os municípios leirienses transmitem a ideia de que não há falta de comunicação nesse distrito

Quadro 73 – Falta de comunicação da câmara municipal com o clube (distritos)

Não comunica	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	73,3	20	7,7	11,1	0	15
x	,27	,27	,92	,89	1	,85
s	,458	,447	,277	,333	,000	,366

Pela análise estatística inferencial não se registaram diferenças estatisticamente significativas na relação entre as autarquias situadas em distritos do litoral e do interior. O mesmo não se poderá dizer dessa mesma análise quando pretendemos avaliar esta variável entre os diferentes distritos. Na verdade, através do teste de independência do χ^2 encontramos diferenças bastante significativas e, verifica-se pelos resíduos ajustados

Quadro 74 – Teste de Pearson - Comunicação do clube com a câmara municipal

χ^2 litoral/interior	Valor	Sig.
Pearson Chi-Square	27,685	,000

estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado nas autarquias do distrito de Aveiro com a percepção de que, quando o clube organiza actividades de tempo livre e lazer, não comunica essa actividade à autarquia. Por outro lado houve igualmente um comportamento significativamente inferior ao esperado nas autarquias do distrito de Leiria que têm a percepção de que, quando o clube organiza actividades de tempo livre e lazer, não comunica essa actividade à autarquia ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$).

Quadro 75 – Teste de Pearson - Comunicação do clube com a câmara municipal

O clube comunica à CM?		Distrito	
		Aveiro	Leiria
Não	Frequência observada	11	0
	Frequência esperada	3,5	2,6
	Resíduos ajustados estandardizados	5,1	-2,0
Sim	Frequência observada	4	11
	Frequência esperada	11,5	8,4
	Resíduos ajustados estandardizados	-5,1	2,0

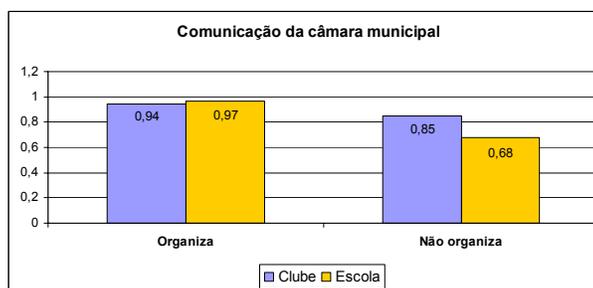
SÍNTESE 1.9 – Comunicação da autarquia

Na análise dos canais de comunicação estabelecidos entre as três instituições, há que distinguir dois aspectos: a comunicação que a autarquia estabelece com os seus parceiros quando organiza e é responsável por actividades de ocupação de tempo livre e lazer e, a comunicação que o clube e a escola estabelecem com a autarquia, quando são estes os organizadores e responsáveis por actividades do género.

A percepção que a autarquia transmite quando é responsável pela organização das actividades, é a de que, procura estabelecer sempre uma comunicação tanto com o clube como com a escola mantendo índices normalmente elevados.

Gráfico 21 – Comunicação da câmara municipal

Quando a autarquia é responsável pela organização das actividades, demonstra uma aproximação ligeiramente maior com a escola do que com o clube. No entanto, quando a organização não lhe pertence,



tem a percepção de que a comunicação com o clube é maior do que com a escola. Por distritos, verificamos que há a percepção de câmaras municipais em Aveiro e Castelo Branco de que comunicam pouco com a escola.

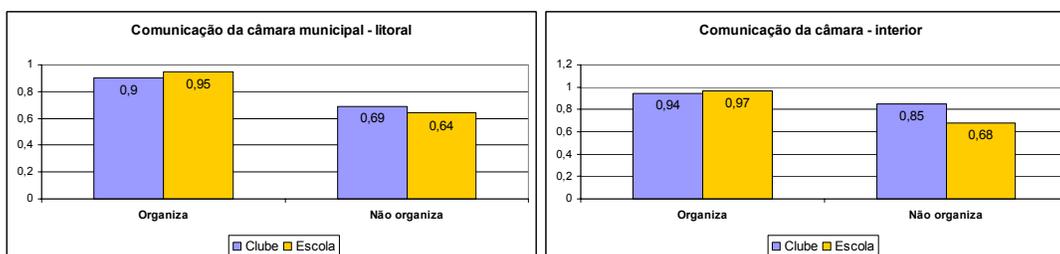
Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, pela análise inferencial, através do teste do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado de autarquias que não comunicam com a escola, no distrito da Aveiro.

Quanto à comunicação com o clube, verificámos igualmente que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto, através do teste do χ^2 verifica-se pelos resíduos ajustados estandardizados, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado de autarquias que não comunicam com o clube no distrito da Coimbra.

Na perspectiva de serem a escola ou o clube os responsáveis pela organização das actividades, verificámos que existe na autarquia a percepção de um maior distanciamento com ambos, muito embora seja notório que existe uma maior comunicação do clube com a autarquia do que entre a escola e a autarquia. O distrito de Coimbra parece ser aquele em que a escola melhor comunica com a autarquia e, Aveiro e Castelo Branco, onde essa relação é mais distante. Através do teste de independência do χ^2 encontraram-se diferenças estatisticamente significativas e um comportamento superior ao esperado nas autarquias dos distritos de Aveiro e de Castelo Branco com a percepção de que, quando a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, não comunica essa actividade à autarquia. Por outro lado houve igualmente um comportamento inferior ao esperado nas autarquias do distrito de Coimbra que têm a percepção de que, quando a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, não comunica essa actividade à autarquia.

Sendo o clube a organizar as actividades, a noção transmitida pela autarquia é de que a comunicação, é mais próxima com o clube do que com a escola e também, maior no interior do que no litoral, mantendo a tendência anterior que a escola do interior comunica mais com a câmara municipal do que a escola do litoral.

Gráfico 22 – Comparação da comunicação da câmara municipal no litoral e interior



A noção que têm da falta de comunicação com o clube é maior no distrito de Aveiro no entanto, em Leiria, essa noção é a de uma total comunicação entre clube e autarquia. Pela análise estatística inferencial através do teste do χ^2 também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. Por um lado, um comportamento superior ao esperado nas autarquias do distrito de Aveiro e, por outro lado, um comportamento inferior ao esperado nas autarquias do distrito de Leiria com a percepção de que, quando o clube

organiza actividades de tempo livre e lazer, não comunica essa actividade à autarquia

Existe sempre menos comunicação com a autarquia no litoral, tanto em relação ao clube como em relação com a escola, independentemente de quem organize a actividade.

1.10 - INTERACÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Quando, supostamente, a câmara municipal, o clube e a escola, estabelecem canais de comunicação recíproca entre eles para a organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer, torna-se importante perceber se, na sequência dessa comunicação estabelecida, há ou não uma interacção e um esforço comum na organização ou na realização das dessas actividades de lazer programadas e combinadas.

É neste quadro, que a Dimensão Interacção procura entender a percepção que as autarquias têm da valorização que cada um destes organismos dá nesta responsabilidade recíproca de terem de interagir, sempre que surge uma situação de organização de actividades de tempo livre e lazer ou, se todo este processo se ficou pela comunicação que, como já vimos anteriormente, às vezes, nem isso.

Quadro 76 – Interacção da câmara municipal nas actividades de tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
INTERACÇÃO	Valorização	Interacção Câmara Municipal/Escola	Interacção câmara municipal/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer pela câmara municipal
		Interacção Câmara Municipal/Clube	Interacção câmara municipal/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer pela câmara municipal
		Interacção Escola/Câmara Municipal	Interacção escola/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer pela escola
		Interacção Clube/Câmara Municipal	Interacção clube/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer pelo clube

Quando a câmara municipal organiza actividades de ocupação de tempo livre e lazer, existe alguma interacção com a escola na sua organização?

Aquilo que se verifica, de uma forma geral, é que a percepção das autarquias quando são elas as organizadoras de actividades de tempo livre e lazer, existem 20,5% de câmaras municipais que não interagem com a escola [$\bar{x}=,79$; $s=,407$; 79,5%]

Uma vez mais, a relação entre a autarquia e a escola, neste caso a interacção na organização de actividades, é mais baixa com as câmaras municipais dos distritos do litoral do que, com as câmaras municipais dos distritos no interior.

Quadro 77 – Interacção da câmara municipal com a escola (litoral/Interior)

	LITORAL				INTERIOR			
	f	%	X	s	f	%	x	s
Não	9	23,1	,77	,427	6	17,6	,82	,387
Sim	30	76,9			28	82,4		

No entanto, no que se refere à análise dos distritos, na perspectiva das autarquias, é nas câmaras municipais de Viseu [$\bar{x}=,95$; $s=,224$; 95%] e Coimbra [$\bar{x}=,92$; $s=,277$; 92,3%], que a interacção é maior, enquanto, nos distritos de Castelo Branco [$\bar{x}=,40$; $s=,548$; 40%] e de Leiria [$\bar{x}=,55$; $s=,522$; 54,5 %] a interacção com as escolas é mais pequena.

No estudo inferencial, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre a autarquia enquadradas com o litoral e a autarquia enquadradas com o interior, no entanto, nos estudos dos diferentes distritos, as diferenças são significativas e, através do teste de independência do χ^2 foram

Quadro 78 – Teste de Pearson – Interacção da câmara municipal com a escola (distritos)

χ^2 Distritos	Valor	Sig.
Pearson Chi-Square	13,242	,021

encontradas diferenças estatisticamente significativas, verificando-se que, através dos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, existe um comportamento significativamente superior ao esperado nas autarquias do distrito de Castelo Branco e Leiria com a percepção de que, quando a câmara municipal organiza actividades de tempo

livre e lazer, não interage na sua realização com a escola. Por outro lado houve igualmente um comportamento significativamente inferior ao esperado pelas autarquias do distrito de Viseu que têm a percepção de que, quando a câmara municipal organiza essas actividades de lazer, não interage nessa actividade com a escola (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$).

Quadro 79 – Teste de Pearson - Interação da escola com a câmara municipal

A CM interage com a escola?		Distrito		
		C. Branco	Leiria	Viseu
Não	Frequência observada	3	5	1
	Frequência esperada	1,0	2,3	4,1
	Resíduos ajustados estandardizados	2,3	2,2	-2,0
Sim	Frequência observada	2	6	19
	Frequência esperada	4,0	8,7	15,9
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,3	-2,2	2,0

E com o clube, existe interacção quando a câmara municipal organiza actividades de ocupação de tempo livre e lazer?

Em termos gerais, a percepção que a autarquia tem, é de que se estabelece, na realidade, uma boa interacção com o clube [$\bar{x}=,89$; $s=,315$; 89%].

Uma vez mais, a preferência que a autarquia tem com o clube em relação à escola [$\bar{x}=,79$; $s=,407$; $79,5\%$], é evidente.

Também a relação estabelecida entre os municípios do litoral [$\bar{x}=,87$; $s=,339$; $87,2\%$] e do interior [$\bar{x}=,91$; $s=,288$; $91,2\%$], manifesta a mesma tendência anterior, pois, uma vez mais, existe a percepção de que a autarquia do interior interage mais com o clube do que a do litoral, tal como já acontecia com a escola. No entanto, a interacção da autarquia do litoral com o clube é maior do que a interacção da autarquia com a escola tal como acontece com a autarquia do interior.

Em termos distritais, as câmaras municipais que são menos interactivas com o clube, são as dos distritos de Aveiro e Coimbra, muito embora apenas com 20% e 15,4% respectivamente.

Quadro 80 – Falta de interacção municipal com o clube - distritos

Não interage	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	20	0	15,4	11,1	0	10
x	,80	1,00	,85	,89	1,00	,90
mo	1	1	1	1	1	1
s	,414	,000	,376	,333	,000	,308

Em nenhum dos casos, foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas

O caso que agora se coloca é o de saber se, quando é a escola a organizar actividades de ocupação de tempo livre e lazer, que percepção tem a autarquia da sua interacção. Da sua análise, o que se verifica, em termos gerais, é um aumento de municípios que indicam que a escola não interage com a autarquia [$x=, 63$; $s=, 486$; 37%] comparativamente com o que manifestavam anteriormente, quando era a autarquia a organizar actividades [$x=, 79$; $s=, 407$; $20,5 \%$].

Também, quando se analisam as câmaras municipais do litoral e do interior, verificamos que, a sua percepção sobre a falta de interacção é que, é maior quando é a escola a organizar as actividades de lazer (litoral - [$x=, 62$; $s=, 493$; $38,5\%$] interior – [$x=, 65$; $s=, 485$; $35,3\%$]) do que quando são as câmaras municipais (litoral – [$x=, 77$; $s=, 427$; $23,1\%$] interior – [$x=, 82$; $s=, 387$; $17,6\%$])

Numa análise a cada um dos distritos, é a autarquia de Aveiro [$x=, 27$; $s=, 458$; $73,3\%$], aquela que manifesta uma maior falta de interacção com a escola e, a de Coimbra [$x=, 92$; $s=, 277$; $7,7 \%$] a que interage mais.

Quadro 81 – Falta de interacção municipal com a escola - distritos

<i>Não interage</i>	<i>Aveiro</i>	<i>C. Branco</i>	<i>Coimbra</i>	<i>Guarda</i>	<i>Leiria</i>	<i>Viseu</i>
%	73,3	60	7,7	33,3	27,3	30
x	,27	,40	,92	,67	,73	,70
mo	0	0	1	1	1	1
s	,458	,548	,277	,500	,467	,470

Embora não tivessem sido encontradas diferenças estatisticamente significativas na relação entre as autarquias do litoral e do interior, o mesmo não aconteceu entre as autarquias dos diferentes distritos onde foram encontradas diferenças estatisticamente significativas através do Coeficiente de Pearson.

Quadro 82 – Teste de Pearson - Interacção escola/autarquia - Distritos

χ^2 Distritos	Valor	Sig.
Pearson Chi-Square	15,341	,009

Assim, através do teste de independência do χ^2 foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro e Coimbra, verificando-se que, através dos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, que existe um comportamento significativamente superior ao esperado na autarquia do distrito de Aveiro com a percepção de que, quando a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, não interage na sua realização com a câmara municipal.

Quadro 83 – Teste de Pearson - Interação escola/autarquia

A escola interage com a CM?		Distrito	
		Aveiro	Coimbra
Não	Frequência observada	11	1
	Frequência esperada	5,5	4,8
	Resíduos ajustados estandardizados	3,3	-2,4
Sim	Frequência observada	4	12
	Frequência esperada	9,5	8,2
	Resíduos ajustados estandardizados	-3,3	2,4

Por outro lado houve igualmente um comportamento significativamente inferior ao esperado pela autarquia do distrito de Coimbra que tem igualmente a percepção de que, quando a escola organiza essas actividades, não interage nessa actividade com a câmara municipal. (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$).

Quando a organização pertence ao clube, essa interacção existe?

Observando os resultados de uma forma generalizada, verificamos que 24,7% das câmaras municipais tem a percepção de que essa interacção não existe [$\bar{x}=,75$; $s=,434$; 75,3%]. Também aqui, esta percepção embora afecte valores baixos, comparativamente com a mesma questão relacionada com a escola [$\bar{x}=,63$; $s=,486$; 37%], indicia que da parte da autarquia existe uma vez mais, uma maior ligação na interacção da organização de actividades com o clube do que com a escola

De uma análise comparativa entre o litoral [$\bar{x}=,72$; $s=,456$; 71,8%] e o interior [$\bar{x}=,79$; $s=,410$; 79,4 %] é com o interior que o clube mais interage.

Observando cada um dos distritos, verifica-se que as câmaras municipais do distrito de Aveiro [$\bar{x}=,27$; $s=,458$; 73,3%] são as que apresentam uma maior falta

de interacção com o clube em contraste com Coimbra e Leiria, também do litoral, em que toda a autarquia tem a percepção de interagir com o clube.

No interior, a autarquia mantêm algum equilíbrio na falta de interacção, próximo dos 20%.

Quadro 84 – Falta de interacção da autarquia com o clube - distritos

Não interage	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	73,3	20	0	22,2	0	20
x	,27	,80	1,00	7,8	1,00	,80
s	,458	,447	,000	,441	,000	,410

O tratamento inferencial, através do teste de independência do χ^2 , leva-nos à conclusão que existe uma diferença estatisticamente significativa na análise entre as câmaras municipais dos diferentes distritos.

Quadro 85 – Teste de Pearson - interacção clube/autarquia - distritos

χ^2 Distritos	Valor	Sig.
Pearson Chi-Square	27,306	,000

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as câmaras municipais dos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, verificando-se que, através dos resíduos ajustados estandardizados, que identificam as células da tabela de contingência, existe um comportamento significativamente superior ao esperado na autarquia do distrito de Aveiro com a percepção de que, quando o clube organiza actividades de lazer não interage na sua realização com a câmara municipal. Por outro lado houve igualmente um comportamento significativamente superior ao esperado pelas autarquias dos distritos de Coimbra e Leiria que têm igualmente a percepção de que, quando o clube organiza essas actividades, interage nessa actividade com a câmara municipal. (r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$).

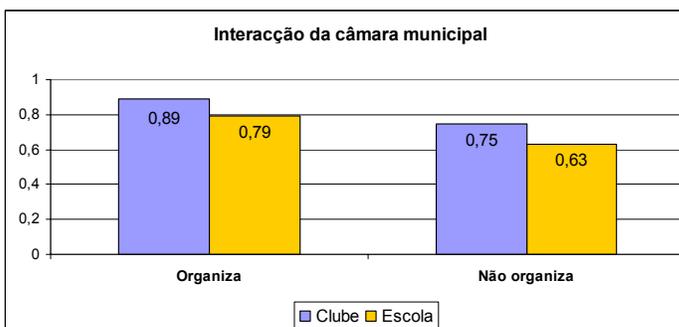
Quadro 86 – Teste de Pearson - Interacção clube/autarquia

O clube interage com a CM?		[r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$]		
		Aveiro	Coimbra	Leiria
Não	Frequência observada	11	0	0
	Frequência esperada	3,7	3,2	2,7
	Resíduos ajustados estandardizados	4,9	-2,3	-2,1
Sim	Frequência observada	4	13	11
	Frequência esperada	11,3	9,8	8,3
	Resíduos ajustados estandardizados	-4,9	2,3	2,1

SÍNTESE 1.10 – Interacção da autarquia

Nas organizações municipais de actividades de ocupação de tempo livre e lazer, por norma, a percepção da autarquia é de que interage com a escola de forma mais valorizada no interior que no litoral.

Gráfico 23 – Interacção da câmara municipal com clube e escola



É em Viseu que parece haver maior interacção e em Leiria onde os registos são mais baixos.

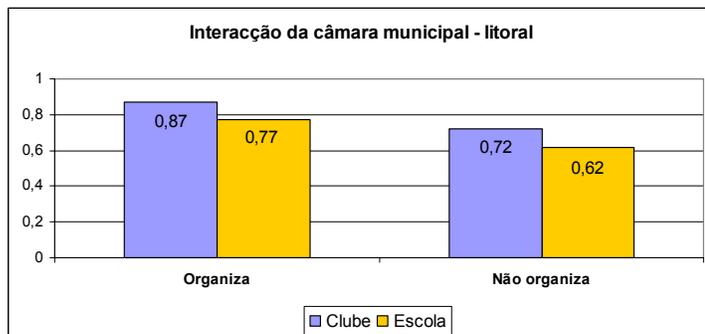
Pelo teste do χ^2 foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, verificando-se um comportamento significativamente superior ao esperado na autarquia de Castelo Branco e Leiria com a percepção de que, quando a câmara municipal organiza actividades de tempo livre e lazer, não interage na sua realização com a escola e, um comportamento significativamente superior ao esperado pela autarquia de Viseu que tem a percepção que, quando a câmara municipal organiza essas actividades, interage na actividade com a escola.

Relativamente ao clube, a interacção que estabelecem, é preferencial em relação à escola e, uma vez mais o interior manifesta maior tendência para interagir de forma geral na organização de actividades de tempo livre e lazer. No entanto, a interacção da autarquia do litoral com o clube, é maior do que a interacção da autarquia do litoral com a escola, tal como acontece, com a autarquia do interior que também interage mais com o clube.

Aveiro e Coimbra, são os distritos menos interactivos, ainda que ligeiramente.

Quando as organizações pertencem à escola, há mais municípios a indicar falta de interacção da escola em comparação com o que haviam manifestado

Gráfico 24 – Interacção da câmara municipal do litoral



quando a organização lhes pertencia. Neste caso, o litoral também mostra um maior afastamento em relação à escola. Curiosamente, Aveiro é o distrito que manifesta maior falta de

interacção e Coimbra é o que mais interage com a escola. Entre ambos, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas através do Coeficiente de Pearson verificando-se que, existe um comportamento significativamente superior ao esperado em Aveiro com a percepção de que, quando a escola organiza actividades de lazer, não interage na sua realização com a câmara municipal. Por outro lado houve um comportamento significativamente superior ao esperado em Coimbra com a percepção de que, quando a escola organiza essas actividades, interage nessa actividade.

Se essa organização pertence ao clube, também se pode considerar haver uma interacção generalizada com a autarquia sendo, no entanto mais pequena que a registada com a escola o que, uma vez mais dá a ideia de uma maior aproximação da autarquia ao clube relativamente à escola.

Aveiro aparece como o distrito que menos interage com o clube em actividades de tempo livre e lazer enquanto Coimbra e Leiria transmitem uma interacção total.

O tratamento inferencial, com o teste do χ^2 , mostra-nos uma diferença estatisticamente significativa na análise entre a autarquia dos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria. Existe um comportamento significativamente superior ao esperado na autarquia do distrito de Aveiro com a percepção de que, quando o clube organiza actividades de tempo livre e lazer, não interage na sua realização com a câmara municipal. Houve igualmente um comportamento

significativamente superior ao esperado pela autarquia dos distritos de Coimbra e Leiria que têm igualmente a percepção de que, quando o clube organiza essas actividades, interage nessa actividade com a câmara municipal.

Em termos gerais, é possível portanto verificar que tanto a comunicação como a interacção da autarquia com o clube e a escola ou vice-versa, é sempre maior entre as câmaras municipais de distritos do interior do que do litoral.

Quando a autarquia tem a responsabilidade de organizar actividades de tempo livre e lazer, a sua percepção é de que, existe sempre mais comunicação com a escola do que com o clube. Esta é a excepção porque, o que se verifica regra geral é que, a relação entre as câmaras municipais e o clube é sempre mais privilegiada do que com a escola seja ao nível da comunicação, seja ao nível da interacção.

Quadro 87 – Comparação entre comunicação e interacção com escola e clube

Comunicação												
%	<i>Autarquia organiza a actividade</i>						<i>Clube ou escola organizam actividade</i>					
	Geral		Litoral		Interior		Geral		Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Escola	95,9	4,1	94,9	5,1	97,1	2,9	65,8	34,2	64,1	35,9	67,6	32,4
Clube	91,8	8,2	89,7	10,3	94,1	5,9	76,7	23,3	69,2	30,8	85,3	14,7
Interacção												
%	<i>Autarquia organiza a actividade</i>						<i>Clube ou escola organizam actividade</i>					
	Geral		Litoral		Interior		Geral		Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Escola	79,5	20,5	76,9	23,1	82,4	17,6	63	37	61,5	38,5	64,7	35,3
Clube	89	11	87,2	12,8	91,2	8,8	75,3	24,7	71,8	28,2	79,4	20,6

1.11 - CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, A ESCOLA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Na observação e desenvolvimento da análise de conteúdo desta Dimensão, surge a necessidade em procurar clarificar e esclarecer a causa da falta de interacção e de relacionamento entre a câmara municipal, o clube desportivo e a escola, na perspectiva da autarquia. Nesta primeira análise, vamos abordar a

Categoria que compreende as causas e dificuldades que a câmara municipal sente na sua relação com o clube.

Quadro 88 – Causas e dificuldades da autarquia na interação das actividades de tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	Causas	Causa para a falta de interação da Câmara Municipal com o clube	Razões para falta de interação entre a câmara municipal e o clube na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Causa para a falta de interação da Câmara Municipal com a escola	Razões para falta de interação entre a câmara municipal e a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer

Numa primeira observação, podemos verificar que a comunicação surge como um indicador dos mais enumerados, que reflecte falta de ligação entre os dois organismos e uma indicação de falta de diálogo, de comunicação e de informação, na realização e organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer. Também com alguma relevância, surge ainda a noção dada pela autarquia de que a falta de disponibilidade financeira do clube é uma das causas para a dificuldade de interacção entre ambos.

Existe igualmente alguma dispersão na enumeração de unidades de registo. Ainda assim, a área onde aparentemente se encontram as causas para uma falta ou dificuldade de interacção entre a autarquia e o clube, na perspectiva da câmara municipal, é o da Gestão, considerando em especial os indicadores da organização e do planeamentos do clube quando se apontam responsabilidades directas ao clube ou, quando há uma responsabilidade dividida com a autarquia. O pouco dinamismo de ambos na organização das actividades, a falta de organização encontrada no clube, a descoordenação na realização de actividades, o desacordo na forma como desenvolver estratégias que tenham em vista a realização dessas actividades e a falta de consenso na abordagem dessa matéria, entre a autarquia e o clube, são no seu conjunto, os factores que mais penalizam uma boa interacção entre os dois organismos.

No entanto, em termos estratégicos, a autarquia tem a percepção que estabelece uma excessiva prioridade aos clubes voltados para a competição federada mas, igualmente, que existem diferenças na forma e na estratégia como a câmara municipal e o clube se relacionam na interacção e nas políticas de organização e desenvolvimento das actividades de tempo livre e lazer.

Quadro 89 – Unidades de registo para dificuldades de interacção autarquia/clubes

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	49	35,8%	49	35,3%	49	35,8%
Não há razão	Não há razão	Não há nenhuma razão, está tudo bem	2	1,5%	2	1,4%	2	1,5%
Psicológico	Motivação e interesse	Falta de vontade/sensibilidade do clube	1	0,7%	3	2,2%	4	2,9%
		Falta de vontade/sensibilidade da autarquia	1	0,7%		0,0%		
		Pouca motivação	1	0,7%		0,0%		
	Vocação	Falta de vocação	1	0,7%	1	0,7%		
Recursos Humanos	Quadro Humano	Falta de recursos humanos com formação na autarquia	6	4,4%	9	6,5%	9	6,6%
		Falta de recursos humanos com formação no clube	3	2,2%		0,0%		
Gestão	Organização	Falta de organização do clube	6	4,4%	6	4,3%	44	32,1%
		Descoordenação/desacordo/falta de consenso	8	5,8%	8	5,8%		
		Pouca dinâmica na organização de actividades	7	5,1%	7	5,0%		
	Planeamento	Dificuldades técnicas	1	0,7%	1	0,7%		
		Falta de planeamento	8	5,8%	8	5,8%		
	Protocolos	Incumprimento de protocolos/acordos	2	1,5%	2	1,4%		
	Projectos	Falta de qualidade dos projectos	1	0,7%	1	0,7%		
	Estratégia	Prioridade excessiva a clubes com competição	3	2,2%	3	2,2%		
		Diferenças na estratégia/políticas de organização	4	2,9%	4	2,9%		
		Não apoia os clubes nesta área	1	0,7%	1	0,7%		
Horários	Falta de tempo /horários incompatíveis	3	2,2%	3	2,2%			
Informação	Comunicação	Falta de diálogo e comunicação	7	5,1%	7	5,0%	9	6,6%
	Informação	Falta de informação	2	1,5%	2	1,4%		
Financiamento	Financiamento	Falta de disponibilidade financeira do clube	7	5,1%	7	5,0%	7	5,1%
Formação	Formação (de Dirigentes)	Falta de formação sensibilidade dos dirigentes para o lazer	5	3,6%	5	3,6%	5	3,6%
Actividades	Lazer	Por inexistência/existência de poucos clubes recreativos	2	1,5%	2	1,4%	3	2,2%
	Modalidades	Apenas se pratica futebol	1	0,7%	1	0,7%		
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Falta de infra-estruturas adequadas ao lazer	3	2,2%	3	2,2%	4	2,9%
	Materiais e Equipamentos	Falta de recursos materiais	1	0,7%	1	0,7%		
Apoios	Transporte	Dificuldades nos transportes	1	0,7%	1	0,7%	1	0,7%

Contudo, há outros indicadores onde as dificuldades assumem alguma importância no conjunto das áreas. É o caso do Quadro Humano onde, a falta de recursos humanos qualificados na autarquia surge como uma indicação e uma preocupação da autarquia de causa para a falta de interacção. A forma como a câmara municipal percebe a questão da falta de interacção entre a autarquia e a escola, parece ser ainda mais abrangente do que a noção que manifestou para com o clube.

É na área da Informação que o indicador de comunicação manifesta maior enumeração de unidades de registo, que indicam que a falta de diálogo entre as partes foi geradora de falta de comunicação e uma das maiores razões para ausência de interacção entre a câmara municipal e a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer.

Na área da Gestão, a organização é um dos indicadores onde a autarquia reconhece como causa de uma falta de interacção com a escola pois, ou encontram uma enorme descoordenação entre as parte na organização das actividades de lazer ou então, entendem que a escola pura e simplesmente organiza as actividades e não dá conhecimento à autarquia

Nesta mesma área, a questão dos horários da escola aparece como um bom indicador causal da falta de interacção. A autarquia entende ainda que, não tendo a escola aulas ao fim de semana, (cremos que se estejam a referir ao sábado) tal como os professores, (cremos que se refiram aos de educação física) aumente a dificuldade de uma interacção que durante a semana parece ser mais difícil existir. No planeamento, mais do que a falta de consenso ou o pouco desenvolvimento desportivo regional, a maior causa é a falta de uma planificação conjunta de actividades de tempo livre e lazer. Observa-se ainda, que a autarquia é da opinião que deveria existir um maior número de protocolos e parcerias entre ambos, reconhecendo contudo, falta de qualidade nos projectos que entre ambos trocam para organização e realização dessas actividades.

Na área Psicológica, as câmaras municipais parecem dar grande importância a indicadores como motivação e interesse já que, consideram haver grande falta de sensibilidade da escola e de aptidão do seu corpo docente para o lazer, assim como, reconhecem igualmente da parte da autarquia essa mesma falta de sensibilidade e falta de formação da autarquia para a realização dessas actividades. Há indicadores estratégicos da área Política, na percepção da autarquia, que manifestam preocupações e indicam algumas causas da falta de interacção, no facto da escola se apresentar fechada ao meio e, portanto, pouco aberta ao exterior. Há ainda algumas indicações de mau relacionamento na esfera da política partidária geradoras de falta de interacção.

Quadro 90 – Unidades de registo para dificuldades de interacção autarquia/escola

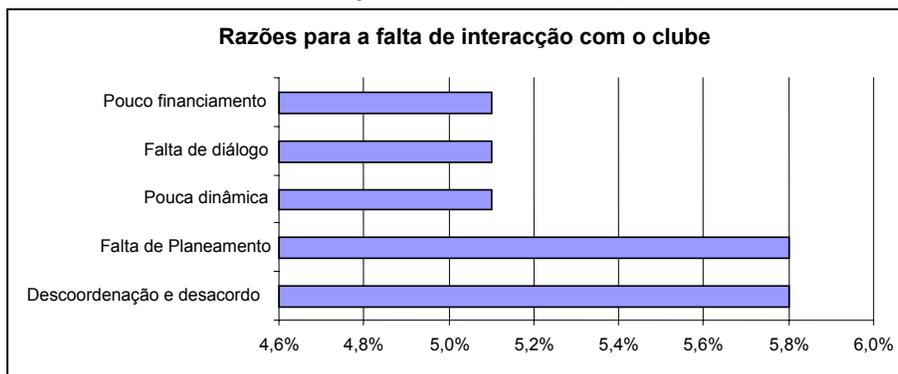
Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	31	26,7%	31	26,7%	31	26,7%
Recursos Humanos	Quadro Humano	Por falta de recursos humanos na autarquia	4	3,4%	5	4,3%	5	4,3%
		Por falta de recursos humanos na escola	1	0,9%				
Gestão	Horários	Por não haver aulas ao fim de semana	4	3,4%	7	6,0%	30	25,9%
		Os professores têm aulas apenas durante a semana	3	2,6%				
	Planeamento	Falta de planeamento conjunto	4	3,4%	6	5,2%		
		Falta de consenso	1	0,9%				
		Pouco desenvolvimento da prática desportiva na região	1	0,9%				
	Projectos	Falta de qualidade de projectos	1	0,9%	5	4,3%		
	Protocolos	Ausência de parcerias e protocolos	4	3,4%				
	Organização	Escola organiza e não comunica (organização exclusiva)	4	3,4%	12	10,3%		
		Descoordenação entre as partes	8	6,9%				
	Psicológica	Motivação e Interesse	Falta de sensibilidade/aptidão dos docentes para lazer	7	6,0%	12	10,3%	12
Falta de sensibilidade/formação na autarquia			4	3,4%				
Pouco interesse do Prof. de EF em colaborar com autarquia			1	0,9%				
Política	Estratégia	Por motivos políticos	2	1,7%	10	8,6%	10	8,6%
		Pouco desenvolvimento da prática desportiva na região	1	0,9%				
		Escola fechada ao meio/exterior	7	6,0%				
Apoios	Transporte	Problemas com transporte	4	3,4%	4	3,4%	4	3,4%
Informação	Comunicação	Falta de comunicação e diálogo entre as partes	12	10,3%	12	10,3%	12	10,3%
Instalações Equipamentos	Infra estruturas	Falta de espaços e infra estruturas	3	2,6%	9	7,8%	9	7,8%
	Materiais e Equipamentos	Falta de recursos materiais	6	5,2%				
Financeira	Financiamento	Falta de disponibilidade financeira	3	2,6%	3	2,6%	3	2,6%

A área dos Recursos Humanos manifesta igualmente um quadro humano que, tanto na autarquia como na escola, se traduz na percepção de uma falta de recursos humanos. Vale ainda a pena chamar a atenção para a noção que a autarquia tem de falta de espaços e infra estruturas manifestadas na área das Instalações e Equipamentos. Os indicadores de transporte e de financiamento, também assumem algumas referências nas áreas de Apoios e Financeira, embora não de forma tão significativa como os anteriores.

SÍNTESE 1.11 – Causas e dificuldades da interacção da autarquia

É principalmente na comunicação e informação que se revelam as maiores dificuldades da autarquia em promover a interacção com o clube na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer. A câmara municipal reforça as dificuldades na área da Gestão, em especial nos indicadores da organização e do planeamento do clube sempre que a responsabilidade é sua ou dividida entre ambos. Talvez por isso, a autarquia entenda que a falta de organização no clube, a descoordenação na realização de actividades, e o desacordo nas estratégias, sejam causadores da pouca dinâmica que também refere e da fraca interacção entre ambos. Dada a relação de financiamento a que as câmaras municipais se habituaram e habituaram o clube no desenvolvimento das suas actividades, não é de estranhar que, nesta área, exista um acentuado registo para as dificuldades na interacção entre ambos. A autarquia reconhece o excessivo apoio à competição e os erros estratégicos voltados para as actividades de tempo livre e lazer bem como a preocupação no caso de uma ausência de recursos humanos qualificados na autarquia.

Gráfico 25 – Razões para a falta de interacção com o clube



Com a escola, a percepção da autarquia é mais vasta mas, também aqui, a falta de comunicação é uma das maiores razões para ausência de interacção entre a câmara municipal e a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer.

Na organização, a forma descoordenada ou em exclusividade como as actividades são organizadas pela escola, o planeamento pouco conseguido

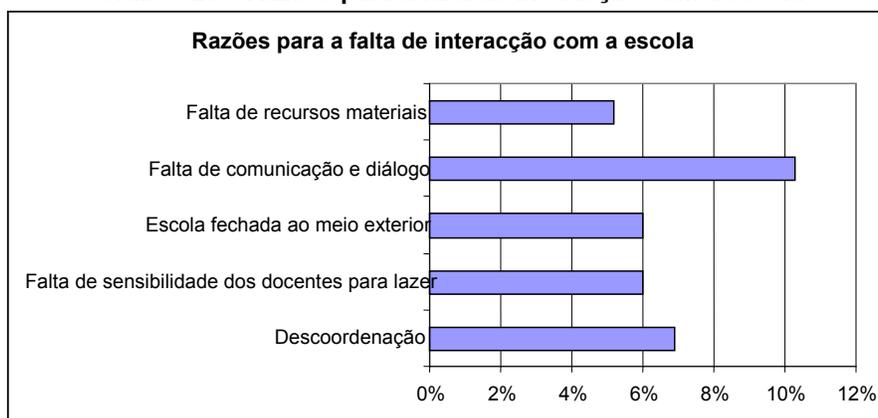
pela escola ou em conjunto, e, a ausência de projectos e protocolos credíveis, juntam-se à questão dos horários dos alunos e professores, que dificultam actividades de fim-de-semana.

A autarquia encontra ainda algumas causas na falta de motivação e interesse por considerar alguma insensibilidade nos docentes para o lazer, falta de formação na autarquia e, pouco interesse dos professores de EF para colaborar nesta área.

As questões estratégicas estão dependentes das políticas de desenvolvimento do lazer, da pouca abertura da escola à comunidade ou até mesmo, de aspectos ligados à política partidária.

Vale a pena referir ainda a questão de espaços, infra-estruturas e materiais e equipamentos considerados insuficientes, bem como, a falta de recursos humanos nesta área que a autarquia considera importante resolver.

Gráfico 26 – Razões para a falta de interacção com a escola



1.12 - SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E A PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, A ESCOLA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Da observação desta análise de conteúdos, depois de verificadas as razões para a falta de interacção entre a câmara municipal, a escola e o clube, encontram-se nesta Dimensão, algumas sugestões para a forma como abordar

algumas das questões que mais dificultaram, esse relacionamento mútuo na organização e realização de actividades desportivas de lazer.

Quadro 91 – Sugestões para a promoção da interacção no lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	Interacção entre organismos	Melhorar interacção da Câmara Municipal com o Clube	Sugestões para uma melhor e mais regular interacção com o Clube
		Melhorar interacção da Câmara Municipal com a Escola	Sugestões para uma melhor e mais regular interacção com a Escola

Na relação com o clube, é nas áreas da Gestão e da Informação onde se encontram as maiores preocupações das câmaras municipais no sentido de sugerir maior atenção de molde a melhorar e tornar mais regular a interacção entre a autarquia e o clube. Na verdade, a importância da área da Informação fica expressa nos indicadores de Comunicação onde as autarquias reclamam mais diálogo entre as partes e um maior número de reuniões entre ambos de preparação das actividades conjuntas de forma a proporcionar uma melhor comunicação entre ambos e, obviamente, dentro de um espírito de maior abertura e de bom relacionamento entre eles.

Por outro lado, na área da Gestão, é apontada a necessidade de existir uma planificação atempada das actividades em conjunto, manifestada no Indicador de Planeamento que surge como uma grande preocupação da autarquia de forma a tornar mais interactiva a organização das actividades.

Por outro lado, os indicadores da Organização apontam claramente para a necessidade da criação de um Plano de Desenvolvimento Desportivo que tenha em vista as actividades de tempo livre e lazer e, a criação de um Gabinete Coordenador Municipal que faça a gestão e coordene essas actividades regionais, um pouco talvez na linha de Constantino (1992:99) que refere tornar-se *“indispensável que as autarquias procedam a uma avaliação dos modelos orgânicos que suportam os respectivos serviços”*. Nota-se ainda, uma preocupação relativamente ao rigor que deve ser imposto no trabalho desenvolvido pelos clubes, na necessidade de uma melhor regulamentação no apoio que cada autarquia presta ao associativismo desportivo e, naturalmente, a melhoria da articulação que os dois organismos têm na organização das actividades em conjunto.

Quadro 92 – Unidades de registo que sugerem melhor interacção autarquia/clube

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	29	29,9%	29	29,9%	29	29,9%
Política	Estratégias	Valorizar mais o lazer e o tempo livre	3	3,1%	4	4,1%	4	4,1%
		Terminar com divergências políticas	1	1,0%				
Gestão	Organização	Criação de um Plano de Desenvolvimento Desportivo	5	5,2%	11	11,3%	27	27,8%
		Criação de um Gabinete Coordenador Municipal	3	3,1%				
		Maior rigor no trabalho dos clubes	1	1,0%				
		Regulamentação do apoio ao associativismo desportivo	1	1,0%				
		Melhorar a articulação entre as 2 instituições	1	1,0%				
	Estratégias	Desenvolvimento de estratégias comuns	2	2,1%	2	2,1%		
	Protocolos	Aumentar os contratos programa	4	4,1%	7	7,2%		
		Cumprimento e respeito pelos protocolos estabelecidos	2	2,1%				
	Projectos	Que os clubes apresentem projectos c/ qualidade e credíveis	1	1,0%				
	Planeamento	Planificação atempada das actividades em conjunto	7	7,2%	7	7,2%		
Psicológica	Iniciativa	Maior iniciativa municipal	2	2,1%	7	7,2%	10	10,3%
		Maior iniciativa/dinâmica e cooperação associativa	5	5,2%				
	Motivação e interesse	Que os clubes não se interessem apenas pelo futebol	3	3,1%	3	3,1%		
Informação	Comunicação	Mais diálogo entre as partes	10	10,3%	21	21,6%	21	21,6%
		Espírito mais aberto bom relacionamento entre ambos	3	3,1%				
		Mais reuniões conjuntas	8	8,2%				
Financeira	Financiamento	Aumentar o financiamento aos clubes	1	1,0%	1	1,0%	1	1,0%
Formação	Formação (de Dirigentes)	Promover formação sensibilização de dirigentes no lazer	4	4,1%	4	4,1%	4	4,1%
Instalações Equipamento	Infra-estruturas	Promover a modernização de estruturas	1	1,0%	1	1,0%	1	1,0%

Os protocolos são indicadores que surgem igualmente como referências que, segundo as câmaras municipais, devem não apenas ser em maior número, como ainda se exige um maior cumprimento e respeito nos protocolos estabelecidos entre a autarquia e o clube. Do mesmo modo, os projectos apresentados pelo clube à autarquia, merecem da parte desta a sugestão de que devem ter não apenas mais qualidade como inclusivamente serem mais credíveis e realistas face às actividades a que efectivamente se propõem organizar e, só assim, fazerem com que a autarquia interaja mais regularmente.

Na área Psicológica, a iniciativa e a motivação e interesse, são indicadores que mostram a necessidade da criação de um maior espírito de iniciativa e de uma cooperação tanto ao nível do associativismo desportivo como no municipal, chamando a autarquia a atenção de que, o clube não deve apenas manifestar interesse pelo futebol mas, dividi-lo com outras modalidades.

A autarquia chama ainda a atenção na área da Formação para a necessidade de haver uma maior promoção na formação dos dirigentes desportivos e, na sua sensibilização para a causa das actividades de tempo livre e lazer.

As áreas Financeiras e de Instalações e Equipamentos não são, curiosamente, aquelas que estejam como mais prioritárias nas sugestões da autarquia para uma maior e mais regular interacção com o clube desportivo.

A percepção da autarquia, relativamente às sugestões para a escola, leva-a a manifestar na área da Gestão algumas preocupações no indicador Planeamento, no que diz respeito à necessidade de um maior envolvimento entre ambas com o propósito de uma maior planificação em conjunto, que deverá ser corolário de mais reuniões de trabalho em conjunto. O indicador organização, leva-nos a pensar igualmente da necessidade que a autarquia sente numa maior articulação com as escolas, de informação, de colaboração e apoio mútuo na organização das actividades de ocupação do tempo livre.

Ainda nesta área, no indicador protocolos, a autarquia sugere que a escola estabeleça mais protocolos com a autarquia mas, acima de tudo, que haja o cumprimento e o respeito pelos protocolos já estabelecidos entre ambos.

Um noutro indicador importante, que recebeu igualmente das maiores enumerações nas unidades de registo é o da Comunicação que se encontra na área da Informação onde, uma vez mais, fica presente a necessidade de um maior aprofundamento do diálogo entre as partes.

Provavelmente, é com base no estabelecimento desse diálogo que, a autarquia admite como sugestão igualmente importante na área Psicológica o indicador iniciativa, onde propõe um aumento não apenas de iniciativas municipais mas, também, de iniciativas conjuntas e, motivação e interesse onde dá ideia de que é importante promover maior sensibilização dos pais e dos professores para as actividades de tempo livre e lazer.

Quadro 93 – Unidades de registo que sugerem melhor interacção autarquia/escola

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	29	30,9%	29	30,9%	29	30,9%
Relação	Boa relação	Nada a referir/está tudo bem	1	1,1%	1	1,1%	1	1,1%
Gestão	Protocolos	Cumprimento e respeito pelos protocolos estabelecidos	4	4,3%	6	6,4%	33	35,1%
	Protocolos	Estabelecimento de mais protocolos entre ambos	2	2,1%				
	Estratégia	Desenvolver estratégias de desenvolvimento comuns	1	1,1%	1	1,1%		
	Planeamento	Planificação em conjunto/mais reuniões conjuntas	13	13,8%	13	13,8%		
	Organização	Maior articulação, informação, colaboração e apoio mútuo	10	10,6%	10	10,6%		
Actividades	Desporto Escolar	Maior envolvimento com o Desporto Escolar	1	1,1%	1	1,1%	1	1,1%
Política	Estratégia	Considerar a autarquia parceiro no Projecto Educativo	3	3,2%	3	3,2%	6	6,4%
	Estratégia	Maior ligação/abertura da escola ao meio	3	3,2%	3	3,2%		
Psicológica	Iniciativa	Maior iniciativa municipal e iniciativas conjuntas	7	7,4%	7	7,4%		9,6%
	Motivação e interesse	Mais sensibilização dos pais e professores	2	2,1%	2	2,1%		
Apoios	Apoio	Maior apoio do Prof. de EF às iniciativas municipais	1	1,1%	1	1,1%	1	1,1%
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Aproveitamento de infra estruturas e espaços desportivos	2	2,1%	2	2,1%	5	5,3%
	Infra-estruturas	Modernização de estruturas de apoio	1	1,1%	1	1,1%		
	Materiais e Equipamentos	Equipar a Escola com equipamento e material desportivo	2	2,1%	2	2,1%		
Informação	Comunicação	Maior diálogo entre as partes	11	11,7%	11	11,7%	11	11,7%
Recursos Humanos	Quadro Humano	Mais recursos humanos	1	1,1%	1	1,1%	1	1,1%

Parece-nos ainda que vale a pena referenciar as áreas Política e Instalações e Equipamentos. Na primeira, o indicador estratégia, leva-nos para a percepção da autarquia de que a escola a deve considerar objectivamente como um parceiro no projecto educativo da escola e portanto, estabelecer também com ela, uma ligação mais estreita, promovendo-se assim aquilo que ela considerar ser uma maior abertura da escola ao meio. Na segunda, os indicadores Infra-estruturas e Materiais e Equipamentos, esclarecem-nos alguma preocupação sentida pela autarquia na necessidade de um melhor aproveitamento de infra-estruturas e de espaços desportivos para as actividades de tempo livre e lazer e, de uma modernização de estruturas de apoio, assim como, a necessidade de ter a escola equipada com material e equipamento desportivo.

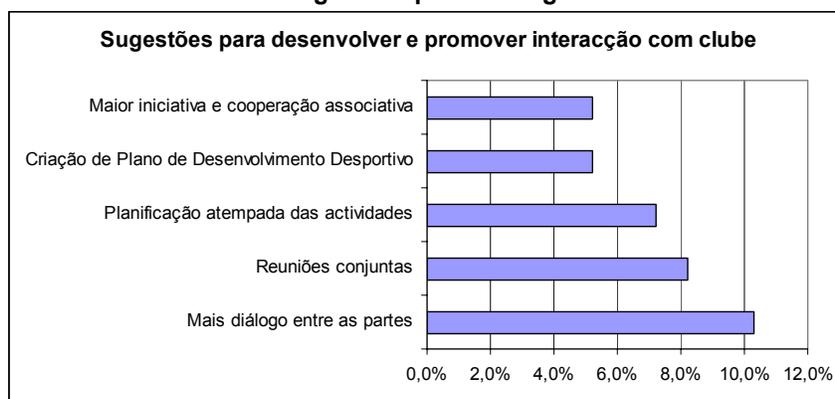
SÍNTESE 1.12 – Sugestões para melhorar interacção da autarquia no lazer

A percepção manifestada pela autarquia para ultrapassar algumas das questões levantadas que dificultam o relacionamento com o clube, passa por correcções na área da Gestão e da Informação onde reclamam mais comunicação e reuniões conjuntas

Talvez por isso, a autarquia manifeste a necessidade de criação de planos de desenvolvimento com gabinetes coordenadores municipais e uma maior articulação e rigor na relação a estabelecer com o clube desportivo e o associativismo desportivo em geral. Torna-se igualmente importante, criar estratégias de desenvolvimento comuns, aumentar e fazer cumprir protocolos, apresentarem-se projectos com qualidade e, exercer uma planificação conjunta e atempada.

Torna-se pois fundamental que, de acordo com a percepção da autarquia, haja uma maior motivação, interesse e iniciativa municipal na área do lazer e uma maior e melhor cooperação com o associativismo desportivo, reconhecendo que há demasiado interesse pelo fenómeno do futebol. Estratégias de valorização do tempo livre e do lazer são igualmente consideradas importantes como é a formação de dirigentes no lazer.

Gráfico 27 – Sugestões para interagir com o clube



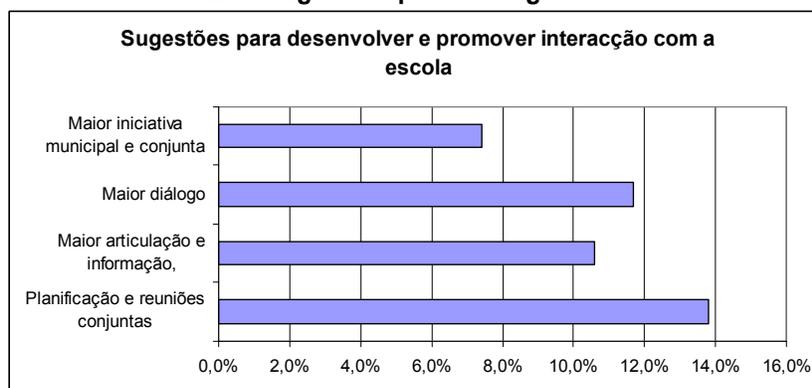
Na escola, deve haver uma planificação e um desenvolvimento de estratégias de actividades conjuntas, uma organização mais cuidada, mais articulada e com mais apoio mútuo e, uma vez mais, a autarquia sente necessidade que se estabeleçam e façam cumprir protocolos entre ambos.

A comunicação e o estabelecimento de mais diálogo entre as partes é também considerada igualmente importante tal como, novamente, a indicação de que deve haver uma maior iniciativa municipal para actividades conjuntas de lazer, motivando e sensibilizando os pais e professores para a sua importância.

Em termos estratégicos, a autarquia sente necessidade de uma maior afirmação em ser considerada como um parceiro no Projecto Educativo da escola repetindo a ideia de que para haver uma maior ligação entre ambos é necessário que a escola manifeste uma maior abertura ao meio

Na área das Instalações e Equipamentos, a autarquia sente que a escola necessita de modernizar as estruturas de apoio e rentabilizar os espaços

Gráfico 28 – Sugestões para interagir com a escola



2 - CLUBE

2.1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO CLUBE PARA A OCUPAÇÃO DO TEMPO LIVRE E LAZER

Com esta Dimensão, pretende-se analisar a valorização dada à estratégia do clube na realização de actividades desportivas para ocupação do tempo livre dos jovens tanto na área da competição como do lazer.

Quadro 94 – Valorização das estratégias do clube para o tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
VALORIZAÇÃO	Estratégia do Clube	Estratégias de ocupação de tempo livre do clube na competição e no lazer	Existência de estratégias de ocupação do tempo livre
			Valorização das estratégias de ocupação do tempo livre com base na competição
			Valorização das estratégias de ocupação do tempo livre com base no lazer
		Volume das estratégias do clube de ocupação de tempo livre no lazer	Nível das estratégias criadas em actividades de ocupação de tempo livre
Estratégia do clube para a realização de actividades	Estratégia de realização de actividades para ocupação do tempo livre		

Observando a estratégia de ocupação de tempo livre adoptada pelo clube, na competição e no lazer, a valorização e os níveis de classificação e, as estratégias de realização que atribuem às actividades desenvolvidas, podemos começar por dizer que, a maioria (61,6%) dos clubes têm a percepção que desenvolvem estratégias para ocupação de tempos livres para jovens em idade escolar [$x=, 62$; $s=, 489$].

Neste aspecto, o litoral [$x=, 65$; $s=, 481$; 65,1%] apresenta uma percentagem superior ao interior [$x=, 57$; $s=, 500$; 57,1%] sendo Aveiro o distrito do litoral onde há maior percentagem de clubes desportivos a desenvolver essas estratégias [$x=, 73$; $s=, 450$; 73,3%] e o de Leiria [$x=, 52$; $s=, 512$; 52,4%] o que menos percentagem de clubes apresenta enquanto, no interior, o distrito onde o clube apresenta maiores percentagens é Viseu [$x=, 64$; $s=, 488$; 64,3%] e o que apresenta menor percentagem é a Guarda [$x=, 45$; $s=, 522$; 45,5%].

Quando o clube é questionado sobre o tipo de actividades utilizadas nessa estratégia de ocupação de tempos livres, genericamente, a divisão é evidente

na procura de actividades de competição [$x=$, 45; $s=$, 499; 44,6%] e de actividades de lazer [$x=$, 45; $s=$, 499; 44,6%]. No litoral, a preferência pelas actividades de competição [$x=$, 56; $s=$, 501; 55,6%] é maior que pelas actividades de lazer [$x=$, 38; $s=$, 490; 38,1%] ao contrário do interior onde a preferência de actividades na estratégia de ocupação de tempos livres é maior para as de lazer [$x=$, 53; $s=$, 504; 53,1%] que para as de competição [$x=$, 31; $s=$, 466; 30,6%]. De qualquer modo, são referenciados 11,6% de clubes desportivos que estabelecem estratégias comuns com actividades de competição e de lazer [$x=$, 12; $s=$, 322] não havendo, no entanto, neste aspecto, grandes diferenças entre o litoral e o interior ainda que o litoral apresente mais 2,5% que o interior. Por distritos, o quadro seguinte dá uma ideia das diferenças encontradas.

Quadro 95 – Estratégias de competição e de lazer (distritos)

Competição	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
<i>f</i>	19	4	6	3	10	8
%	63,3	40	50	27,3	47,6	28,6
<i>x</i>	, 63	, 40	, 50	, 27	, 48	, 29
<i>s</i>	, 490	, 516	, 522	, 467	, 512	, 460
Lazer	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
<i>f</i>	9	7	6	4	9	15
%	30	70	50	36,4	42,9	53,6
<i>x</i>	, 30	, 70	, 50	, 36	, 43	, 54
<i>s</i>	, 466	, 483	, 522	, 505	, 507	, 508

No estudo inferencial, através do teste de independência do χ^2 foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o litoral que prefere utilizar estratégias de competição na ocupação dos tempos livres mais que o interior

Quadro 96 – Teste de Pearson – Estratégias de competição; litoral/interior

χ^2 litoral/interior	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	6.939	,008

Quadro 97 – Teste de Pearson – Estratégias de competição

<i>[r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05]</i>		Não	Sim
Litoral	Frequência observada	28	35
	Frequência esperada	34,9	28,1
	Resíduos ajustados estandardizados	- 2,6	2,6
Interior	Frequência observada	34	15
	Frequência esperada	27,1	21,9
	Resíduos ajustados estandardizados	2,6	- 2,6

Por outro lado, embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre distritos, verificou-se que, através dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, existe no distrito de Aveiro, um comportamento significativamente superior ao esperado no que respeita à estratégia a utilizar com actividades de competição e, um comportamento inferior no que respeita à estratégia a utilizar com actividades de lazer.

Em Viseu, surge um comportamento significativamente inferior ao esperado na utilização de estratégias de ocupação de tempos livres com utilização de actividades de competição

Quadro 98 – Estratégias de competição e lazer

		Competição	
		Aveiro	Viseu
<i>[r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$]</i>			
Não	Frequência observada	11	20
	Frequência esperada	16,6	15,6
	Resíduos ajustados estandardizados	- 2,4	2,0
Sim	Frequência observada	19	8
	Frequência esperada	13,4	12,5
	Resíduos ajustados estandardizados	2,4	- 2,0

No entanto, ao quantificar globalmente o volume de estratégias de ocupação de tempos livres desenvolvidas [$x=2,05; s=1,840; mo=0$], verifica-se que, quando isso acontece, 19,6% entendem que o fazem as vezes suficientes, 19,6% também entendem que o fazem muitas vezes e 8,9% o fazem bastantes vezes, o que, apenas perfaz 48,2% das intenções. A 38,4% dos clubes, fica a percepção que o volume de actividades desenvolvidas não tem significado nenhum.

Esta percepção, apresenta uma média inferior no interior [$x=2,02; s=2,015; 42,9\%$], em comparação com o litoral [$x=2,08; s=1,707; 34,9\%$] aparecendo o distrito de Aveiro [$x=2,27; s=1,639; 73,3\%$] como aquele onde o clube admite maior volume de estratégias e, o distrito da Guarda [$x=1,45; s=2,067; 36,4\%$], aquele onde o clube menos actividades desenvolve..

Na realização das actividades de ocupação dos tempos livres, embora 36,6% da globalidade admita que nunca realizam qualquer actividade com essa finalidade, 23,2% admite realizar 2 a 3 vezes por semana, 15,2% durante a

semana e, em período de férias escolares e, 11,6% apenas em períodos de férias escolares.

Neste aspecto da periodização das actividades, enquanto o litoral praticamente se divide em actividades 2/3 vezes semana (28,6%) e, ao longo da semana e férias escolares (15,9%), no interior do país, as opções e preferências espalham-se por actividades diárias (12,2%); 2/3 vezes semana (16,3%); durante a semana (14,3%) e, durante o período de férias escolares (14,3%).

Aveiro (40%) e Coimbra (33,3%) são os distritos que mais concentram as suas actividades, nestes casos, realizando-as 2/3 vezes por semana.

SÍNTESE 2.1 – Valorização das estratégias do clube para ocupação do tempo livre e lazer

Gráfico 29 – Estratégias de organização de tempo livre – litoral/interior

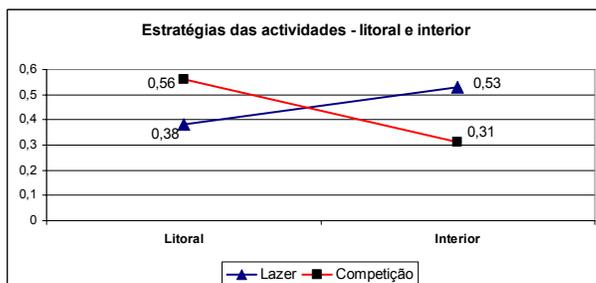


A maior parte dos clubes admite desenvolver estratégias para ocupação de tempos livres com alguma vantagem para o litoral – onde Aveiro aparece com maiores intenções e Leiria com menos - relativamente ao interior – em que Viseu tem

maiores percentagens e a Guarda menos.

Parece haver um grande equilíbrio na valorização de estratégias de actividades

Gráfico 30 – Estratégias das actividades – litoral/interior



de competição e de lazer (44,6% para cada parte) muito embora, o clube de distritos do litoral manifeste mais preferência por actividades voltadas para a competição que para o lazer e o clube de distritos do interior prefira actividades de lazer às de competição. Ainda assim,

estão referenciados 11,6% de clubes desportivos que estabelecem estratégias comuns com actividades de competição e de lazer sem grandes diferenças entre o litoral e o interior.

No estudo inferencial, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o litoral que prefere utilizar estratégias de competição na ocupação dos tempos livres, mais que o interior

Verificou-se ainda, através dos resíduos ajustados estandardizados que existe no distrito de Aveiro um comportamento significativamente superior ao esperado com actividades de competição e, significativamente inferior com actividades de lazer.

Em Viseu, o comportamento é significativamente inferior ao esperado na utilização de estratégias de ocupação de tempos livres com utilização de actividades de competição enquanto em Leiria, a estratégia de utilização conjunta de actividades de competição e lazer, são superiores ao esperado.

No que respeita ao volume de actividades desenvolvidas, verificamos que 51,8% dos clubes, percepciona a criação de poucas, muito poucas ou até mesmo nenhuma estratégia (38,4%) para a ocupação do tempo livre, sendo, esta percepção mais evidente no interior que no litoral. A média encontrada é muito baixa. É no distrito de Aveiro que o clube parece desenvolver maior volume de actividades de ocupação de tempos livres e, ao contrário, é na Guarda que o clube menos actividade de ocupação de tempo livre parece desenvolver.

Em termos de periodização das actividades, a maior parte admite realizar 2 a 3 vezes por semana, e só depois durante a semana ou, em período de férias escolares. Enquanto o litoral prefere actividades 2/3 vezes semana e ao longo da semana e férias escolares, no interior, as preferências estão muito divididas por actividades diárias, 2/3 vezes semana, durante a semana e, durante o período de férias escolares.

2.2 - COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE TEMPO LIVRE E LAZER E RELACIONAMENTO PRIVILEGIADO COM AUTARQUIA E ESCOLA NO DOMÍNIO DO DESPORTO DE LAZER E DE COMPETIÇÃO

Nesta Dimensão, pretende-se analisar a colaboração que o clube presta à autarquia e à escola na área da organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer e na relação privilegiada que estabelece com a autarquia e a escola nas actividades desportivas e no domínio, tanto do lazer como da competição.

Quadro 99 – Colaboração e níveis de organização e relacionamento do clube

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
COLABORAÇÃO	Níveis de Organização	Colaboração Clube/Autarquia na organização de actividades de tempo livre e lazer	Colaboração com autarquias na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração com autarquias na organização de actividades exclusivamente de lazer
		Colaboração Clube/Escola na organização de actividades de tempo livre e lazer	Colaboração com a Escola na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na organização de actividades exclusivamente de lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na realização de programas ocupacionais para o lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na realização de incentivos de prática desportiva de lazer
			Níveis da colaboração com a Escola na rentabilização de espaços e equipamentos para o lazer
	Níveis de Relacionamento	Relação Clube/Autarquias	Níveis da relação privilegiada do clube com a Câmara Municipal na área desportiva
			Níveis da relação privilegiada do clube com a Junta de Freguesia na área desportiva
			Níveis da relação com a Autarquia no domínio do desporto de competição
			Níveis da relação com a Autarquia no domínio do desporto de lazer
		Relação Clube/Escola	Níveis da relação privilegiada do clube com a Escola na área desportiva
			Níveis da relação com a Escola no domínio do desporto de competição
		Níveis da relação com a Escola no domínio do desporto de lazer	

Verifica-se, na generalidade, que 69,6% dos clubes desportivos manifestam grande disponibilidade para colaborar com a autarquia [$x=, 70$; $s=, 462$] enquanto, essa mesma disponibilidade para colaborar com a escola [$x=, 38$; $s=, 486$], apenas é manifestada por apenas 37,5% dos clubes desportivos.

Na importância que atribuem a esta colaboração, existe igualmente alguma disparidade uma vez que 29,5% indicam que essa importância de colaboração

com a autarquia é nenhuma [$x=2,15$; $s=1,618$] enquanto para a colaboração com a escola [$x=1,05$; $s=1,478$] existem 61,6% que manifestam haver nenhuma importância em estabelecer essa aproximação.

Quadro 100 – Importância global atribuída à colaboração com a autarquia e a escola

Colaboração	AUTARQUIA				ESCOLA			
	%	x	mo	s	%	x	mo	s
Nenhuma	29,5				61,6			
Muito Pouca	5,4				5,4			
Pouca	10,7	2,15	3	1,618	8,0	1,05	0	1,476
Suficiente	33,9				17,0			
Muita	16,1				7,1			
Bastante	4,5				9			

Se no litoral, esta tendência de maior colaboração com a autarquia se mantém [$x=,70$; $s=,463$;69,8%] em relação à escola [$x=,38$; $s=,490$;38,1%] no interior, acontece a mesma coisa, isto é, há maior disponibilidade em colaborar com a autarquia [$x=,69$; $s=,466$;69,4%] do que com a escola [$x=,37$; $s=,487$;36,7%]

Quadro 101 – Importância atribuída à colaboração com autarquia e escola - litoral/interior

Colaboração	LITORAL				INTERIOR			
	%	x	mo	s	%	x	mo	s
Nenhuma	30,2				28,6			
Muito Pouca	6,3				4,1			
Pouca	9,5	2,14	3	1,654	12,2	2,16	3	1,586
Suficiente	31,7				36,7			
Muita	17,5				14,3			
Bastante	4,8				4,1			

Como é possível verificar em termos distritais, à excepção de Castelo Branco, a prioridade do clube vai para uma maior colaboração com a autarquia com amplitudes nalguns casos bastante elevadas, como são o caso de Viseu e Coimbra.

Quadro 102 – Importância atribuída à colaboração com autarquia e escola - Distritos

AUTARQUIA	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	60	40	83,3	54,5	76,2	85,7
x	,60	,40	,83	,55	,76	,86
s	,498	,516	,389	,522	,436	,356
ESCOLA	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	36,7	50	41,7	36,4	38,1	32,1
x	,37	,50	,42	,36	,38	,32
s	,490	,527	,515	,505	,498	,476

No estudo inferencial, através do Coeficiente de Pearson, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos distritos de Castelo Branco e Viseu onde, através

Quadro 103 – Teste de Pearson – Colaboração do clube com a câmara municipal

χ^2 Distritos	Valor	Sig	χ^2 Distritos	Valor	Sig
Coeficiente Contingência	,306	,041	Pearson Chi-Square	11.572	,041

dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, se verificou que existe um comportamento superior ao esperado na colaboração dos clubes desportivos com a câmara municipal de Viseu e, um comportamento significativamente inferior ao esperado na colaboração dos clubes desportivos com a câmara municipal de Castelo Branco.

Quadro 104 – Colaboração com a câmara municipal no lazer e tempo livre

<i>Colaboração do clube com a câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer</i>		<i>r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$</i>	
		C. Branco	Viseu
Não	Frequência observada	6	4
	Frequência esperada	3	8,5
	Resíduos ajustados estandardizados	2,1	-2,1
Sim	Frequência observada	4	24
	Frequência esperada	7	19,5
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,1	2,1

Relativamente à eventualidade de o clube mostrar um maior empenhamento em colaborar com a escola na realização de programas ocupacionais, na criação de incentivos desportivos e até na rentabilização de espaços de lazer, fica-nos a ideia geral de que a percepção que têm é, principalmente, de pouca, muito pouca e, nenhuma colaboração.

Na realização conjunta de programas ocupacionais [$x=1,45$; $s=1,413$; $mo=0$] esta falta de colaboração manifesta-se em 71,4% das percepções do clube, na criação conjunta de incentivos desportivos [$x=1,73$; $s=1,530$; $mo=0$], a falta de colaboração manifesta-se em 60,7% das percepções indicadas e, finalmente, no empenhamento pela rentabilização de espaços desportivos [$x=1,54$; $s=1,530$; $mo=0$], a falta de colaboração do clube manifesta-se igualmente em 71,4% das percepções indicadas pelo clube.

Na relação entre o litoral e o interior, estas questões mantêm sempre valores relativamente elevados de alheamento a uma colaboração com a escola.

Quadro 105 – Colaboração com autarquia e escola

POUCA – MUITO POUCA - NENHUMA	LITORAL			INTERIOR		
	%	x	s	%	x	s
Realização de Programas Ocupacionais	71,4	1,32	1,412	71,4	1,61	1,412
Criação de Incentivos Desportivos	57,1	1,75	1,606	65,3	1,71	1,443
Rentabilização de Espaços de Lazer	74,6	1,40	1,519	67,3	1,71	1,541

Por distritos, a tendência é manifesta e muito idêntica aos dados anteriores.

Por outro lado, quando o clube é questionado, na generalidade, sobre a sua relação privilegiada com a câmara municipal, a junta de freguesia e a escola, continua-se a verificar uma grande aproximação do clube desportivo à câmara municipal. Enquanto apenas 0,9% de clubes desportivos têm a percepção que não estabelecem qualquer relação com a câmara municipal [$x=3,54$; $s=1,106$; $mo=4$], e, 7,1% não estabelece qualquer relação com a junta de freguesia [$x=2,83$; $s=1,394$; $mo=4$], encontramos 21,4% de clubes desportivos que não se relacionam com a escola [$x=1,85$; $s=1,323$; $mo=3$]. Relativamente à classificação atribuída na relação do clube com estes organismos, os níveis que se verificam, são os seguintes:

Quadro 106 – Classificação global do relacionamento privilegiado do clube

	x	Não estabelece	Muito pouca	Pouca	Suficiente	Grande	Bastante
Câmara Municipal	3,54	,9	4,5	8,9	31,3	33,9	20,5
Junta de Freguesia	2,83	7,1	10,7	21,4	23,2	27,7	9,8
Escola	1,85	21,4	18,8	24,1	26,8	7,1	1,8

Percebe-se que, mais de metade de clubes desportivos (64,3%) não entendem a escola como um parceiro para uma relação privilegiada

Se quisermos comparar estes dados entre o litoral e o interior, verificamos que, no litoral, existe uma maior aproximação do clube à câmara municipal [$x=3,62$; $s=,888$; $mo=4$], e à escola [$x=1,92$; $s=1,324$; $mo=3$], do que no interior com a câmara municipal [$x=3,45$; $s=1,339$; $mo=4^*$], e com a escola [$x=1,76$; $s=1,331$;

$mo=3$]. Relativamente à relação com a junta de freguesia, a situação é inversa, isto é, a aproximação do clube é maior no interior [$x=2,88$; $s=1,333$; $mo=3$], do que no litoral [$x=2,79$; $s=1,450$; $mo=4$]

Quadro 107 – Classificação do relacionamento privilegiado do clube – litoral/interior

Litoral/ Interior (%)	Não estabelece		Muito pouca		Pouca		Suficiente		Grande		Bastante	
Câmara Municipal	-	2,0	1,6	8,2	6,3	12,2	36,5	24,5	39,7	26,5	15,9	26,5
Junta de Freguesia	7,9	6,1	12,7	8,2	20,6	22,4	19,0	28,6	30,2	24,5	9,5	10,2
Escola	20,6	22,4	15,9	22,4	25,4	22,4	28,6	24,5	7,9	6,1	1,6	2,0

Leiria aparece como o distrito onde a relação entre o clube e a câmara municipal é mais privilegiada [$x=3,90$; $s=,944$; $mo=3$] e, é em Castelo Branco onde ela é menor [$x=3,30$; $s=1,889$; $mo=5$]

Na relação do clube com a junta de freguesia, o relacionamento parece ser mais forte na Guarda [$x=3,18$; $s=,874$; $mo=3$] e menos forte em Leiria [$x=2,57$; $s=1,777$; $mo=1$]

A aproximação do clube com a escola é mais evidente na Guarda [$x=1,91$; $s=1,640$; $mo=3$] e mais distante em Castelo Branco [$x=1,90$; $s=1,101$; $mo=2$].

Por outro lado, quando o clube se procura relacionar com a câmara municipal, fá-lo de uma forma mais voltada para o domínio da competição [$x=3,08$; $s=1,560$; $mo=4$] onde apenas 12,5% não estabelece qualquer relação com esta autarquia, do que para as actividades de lazer [$x=2,13$; $s=1,597$; $mo=0$] onde, o dobro dos clubes desportivos (25,9%) não estabelecem relações com a autarquia. Esta relação praticamente também duplica quando o relacionamento é nenhum, muito pouco ou pouco (competição 26,8%; lazer 50,9%).

O clube do litoral também se relaciona mais com a câmara municipal tendo em vista a competição [$x=3,27$; $s=1,347$; $mo=4$] em relação ao lazer [$x=1,97$; $s=1,586$; $mo=0$] do que o clube do interior que, ainda assim, prefere igualmente o estabelecimento de uma relação no domínio da competição [$x=2,84$; $s=1,784$; $mo=4$] que do lazer [$x=2,35$; $s=1,601$; $mo=3$]. No litoral, enquanto 20,6% dos clubes não estabelecem relações com a câmara na área da competição ou, se estabelecem é pouco ou muito pouco, e na área do lazer são 55,6%, no

interior, a falta de relação no domínio da competição aumenta para 34,7% enquanto na área do lazer baixa para 44,9%.

Isto quer pois dizer que também aqui, o clube do litoral se relacionam mais com a câmara municipal com o pretexto da competição e o clube do interior tem uma maior relação com esta autarquia no domínio do lazer.

Por distritos, Viseu é aquele em que o clube menos se relaciona com a câmara municipal tendo em vista a área da competição (46,4% relacionam-se pouco ou nada) e mais se relaciona tendo em vista o lazer (35,7% pouco ou nada). Contudo, o distrito onde o clube mais se relaciona com a câmara municipal por causa da competição é a Guarda (apenas 9,1% não estabelecem qualquer relacionamento) e onde menos se relacionam por causa do lazer é em Leiria (66,7%).

E quando a relação do clube é com a escola, a sua preferência vai para uma relação preferencial no domínio da competição, ou do lazer?

Continuando a manter valores muito elevados de pouca, muito pouca ou nenhuma relação com a escola, o interesse do clube inverte-se e passa a ser maior a relação no domínio do lazer [27,7%; $x=1,38$; $s=1,537$; $mo=0$] com a escola, que no da competição [17%; $x=1,00$; $s=1,427$; $mo=0$], anteriormente prioritária com a autarquia.

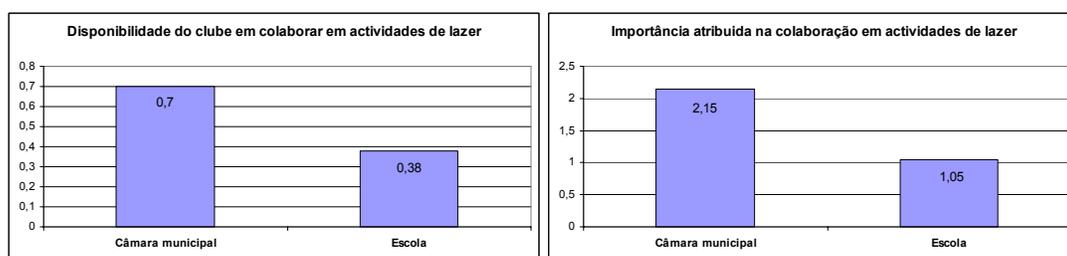
Curiosamente, quando se trata de estabelecer relações com a escola, o interior mantém um certo equilíbrio no interesse de uma relação quer no domínio da competição [$x=1,12$; $s=1,495$; $m=0$] como no do lazer [$x=1,10$; $s=1,342$; $mo=0$], enquanto o litoral prefere olhar para a escola como um parceiro mais voltado para o lazer [$x=1,59$; $s=1,652$; $mo=0$] que para a competição [$x=,90$; $s=1,376$; $mo=0$].

Por distritos, verifica-se um grande equilíbrio entre todos, sempre com valores elevados relativamente à dificuldade de um relacionamento com a escola, seja no domínio da competição ou do lazer ainda que, com uma ligeira preferência por esta última área.

SÍNTESE 2.2 – Colaboração na organização de actividades de tempo livre e lazer

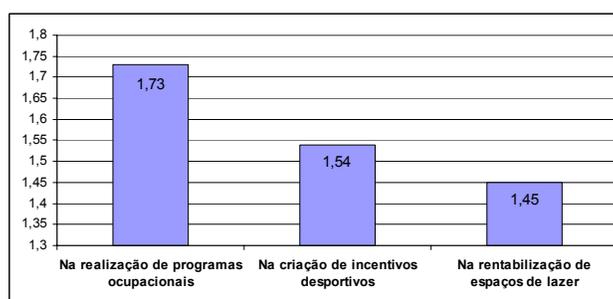
Globalmente, a maior parte dos clubes desportivos (69,6%) estão disponíveis para colaborar com a autarquia enquanto que para a escola essa disponibilidade passa quase para metade (37,5%). Do mesmo modo, enquanto 29,5% de clubes desportivos não atribuem importância em estabelecer uma relação de colaboração com a autarquia, 61,6% entendem que com a escola essa colaboração não tem qualquer importância.

Gráfico 31 – Disponibilidade e importância dada ao lazer pelo clube



Esta preferência em estabelecer laços de colaboração prioritários com a autarquia em vez da escola, é comum ao litoral e ao interior da zona centro de Portugal. Apenas no distrito de Castelo Branco, o clube parece ter a percepção de que a colaboração com a escola deve ser prioritária.

Gráfico 32 – Empenhamento e colaboração da escola



Através do coeficiente de Pearson, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos distritos de Castelo Branco e Viseu onde, através dos resíduos ajustados estandardizados,

se verificou que existe um comportamento significativamente superior ao esperado na colaboração dos clubes com a câmara municipal de Viseu e, um comportamento significativamente inferior ao esperado na colaboração dos clubes desportivos com a câmara municipal de Castelo Branco.

O clube, ao apresentar médias baixas mostrou também ter a percepção de pouca, muito pouca ou nenhuma colaboração com a escola no que se refere a

um empenhamento tanto na realização de programas ocupacionais (71,4%) para os jovens como na criação de incentivos desportivos (60,7%) e até na rentabilização de espaços de lazer. (71,4%). Este alheamento elevado mantém-se tanto no litoral como no interior.

Sobre a relação privilegiada do clube, a câmara municipal é a preferida (99,1%) seguindo-se a junta de freguesia (92,9%) e só depois a escola (78,6%).

Este privilégio estabelecido com a câmara municipal e com a escola é mais visível no litoral sendo que, ao interior cabe uma maior aproximação privilegiada com a junta de freguesia.

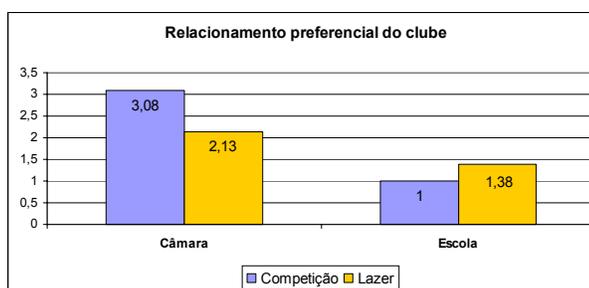
Por outro lado, sempre que o clube procura relacionar-se com a câmara municipal, fá-lo numa perspectiva maioritariamente voltada para o domínio da competição do que para as actividades na área do lazer. O dobro de clubes desportivos tem a percepção de que não se relacionam com a câmara municipal no domínio do lazer do que aqueles que não se relacionam no domínio da competição.

Embora esta tendência se mantenha no litoral e no interior, a percepção do clube é de que a procura de uma relação com a câmara municipal no domínio da competição, é mais acentuada no litoral que no interior.

Contudo, se a relação do clube for com a escola, a tendência já é para uma procura na área do lazer muito embora, os valores de aproximação se mantenham

muito baixos. Curiosamente, neste aspecto, enquanto o litoral consegue um equilíbrio de interesse de uma relação tanto para o lazer como para a competição, o interior parece ter a percepção de que a escola é um parceiro, mais para o lazer que para a competição.

Gráfico 33 – Preferência de relacionamento do clube



2.3 - RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS DESPORTIVAS DE COMPETIÇÃO E LAZER

Nesta Dimensão, pretende-se analisar a relação entre as práticas desportivas de competição e lazer, a importância que o clube atribui a cada uma das áreas, o volume de prática que dedica a cada domínio e a forma inclusiva como entende as práticas desportivas de lazer.

Quadro 108 – Relação entre práticas desportivas de competição e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS DESPORTIVAS DE COMPETIÇÃO E DE LAZER	Importância	Importância das práticas desportivas no domínio da competição pelo clube	Importância que o Clube atribui às práticas desportivas na área da competição
		Importância das práticas desportivas no domínio do lazer pelo clube	Importância que o Clube atribui às práticas desportivas na área do lazer
	Volume das práticas de lazer e de competição	Percepção do volume de prática do Clube na competição	Níveis da prática desportiva desenvolvida pelo Clube na área da competição
		Percepção do volume de prática do Clube no lazer	Níveis da prática desportiva desenvolvida pelo Clube na área do lazer
	Inclusão	Inclusão de jovens com baixa aptidão desportiva em programas de lazer do clube	Receptividade do clube com jovens sem jeito para a competição em programas de lazer
		Nível de inclusão dos jovens com baixa aptidão desportiva em programas de lazer do clube	Níveis da receptividade do clube com jovens sem jeito para a competição em programas de lazer

Quando analisamos as práticas desportivas do clube e comparamos a importância que cada um atribui à competição e ao lazer ou a quantificação de cada uma dessas práticas no clube, verificamos claramente que o domínio da competição é o preferido. Na importância que a competição tem para o clube [$x=3,89$; $s=1,416$; $mo=5$] encontramos apenas 11,6% de indicações de pouca ou nenhuma importância, enquanto, na importância pelo clube ao lazer [$x=3,34$; $s=1,540$; $mo=4$], encontramos 23,2% de indicações de pouca, muito pouca ou nenhuma importância. Inclusivamente, 74,2% atribuem muita ou bastante importância à competição enquanto, apenas 56,3% atribuem essa mesma importância ao lazer.

Por outro lado, enquanto, 62,6% quantificam a prática de competição no seu clube [$x=3,52$; $s=1,530$; $mo=4$], como muita ou bastante, apenas 48,2% quantificam a prática do lazer no seu clube [$x=2,98$; $s=1,698$; $mo=4$]. Do mesmo modo, enquanto 20,5% de clubes desportivos dão ideia de ter muito pouca,

pouca ou até mesmo nenhuma prática de competição, esta noção sobe para 33% relativamente à quantificação da prática de actividades de tempo livre e lazer que o clube manifesta.

Também na análise destas variáveis em relação aos distritos do litoral e do interior, é possível verificar que tanto em relação à importância atribuída como à quantificação da prática desportiva do clube o litoral está mais voltado para a competição do que para o lazer e o interior consegue valores médios muito próximos entre eles, embora mantenha a mesma tendência

Quadro 109 – Importância dada à competição e ao lazer – Litoral/Interior

	Competição				Lazer			
	%	x	s	mo	%	x	s	mo
LITORAL								
Pouca – Muito pouca - Nenhuma	4,8	4,13	1,10	5	22,2	3,32	1,60	4
Muita e Bastante	77,7				58,7			
INTERIOR								
Pouca – Muito pouca - Nenhuma	20,4	3,59	1,70	5	24,5	3,37	1,46	4*
Muita e Bastante	69,4				53			

Quadro 110 – Quantificação da prática de competição e lazer – litoral/interior

	Competição				Lazer			
	%	x	s	mo	%	x	s	mo
LITORAL								
Pouca – Muito pouca - Nenhuma	15,9	3,70	1,27	4	33,3	2,86	1,71	4
Muita e Bastante	69,9				46,1			
INTERIOR								
Pouca – Muito pouca - Nenhuma	26,5	3,29	1,79	5	32,7	3,14	1,68	5
Muita e Bastante	53				51			

Por distritos, ao contrário de todos os outros distritos, verifica-se que apenas no distrito de Viseu o clube dá, não só, mais importância ao lazer [$x=3,75$] que à competição [$x=3,32$] como quantifica, igualmente, a sua prática desportiva com maior predomínio para esta área [$x=3,50$] que para a de competição [$x=2,86$].

Verifica-se ainda que, menos de metade de clubes desportivos (47,3%) manifestaram desenvolver actividades desportivas de ocupação de tempos livres para aqueles jovens que não tenham jeito para práticas competitivas [$x=$, 47; $s=$, 502] sendo que, mesmo assim, 49% de clubes desportivos do interior

[$x=49$; $s=505$] promovem estas actividades e 46% de clubes desportivos do litoral [$x=, 46$; $s=502$] também.

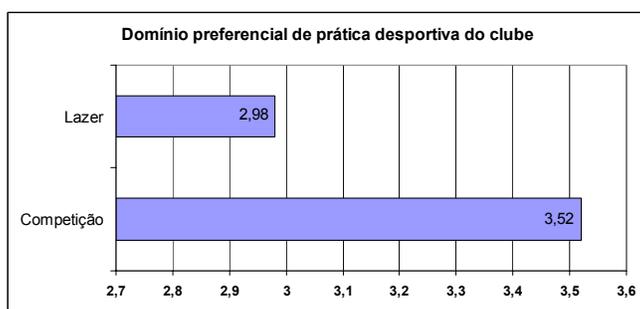
Ao quantificarem estas actividades, [$x=1,61$; $s=1,772$], 58,9% indicam que realizam poucas, muito poucas ou nenhuma actividades enquanto apenas 21,5% declaram promover muitas ou bastantes actividades desportivas para esses jovens.

Também neste aspecto se verifica que, o litoral [$x=1,49$; $s=1,693$] promove menos actividades para estes jovens pois, 60,3% indicam que realizam poucas, muito poucas ou nenhuma actividades enquanto apenas 17,5% indicam realizar muitas ou bastantes. No interior [$x=1,76$; $s=1,877$] surgem 57,1% de clubes desportivos que realizam poucas, muito poucas ou nenhuma actividade, enquanto 25,5% realizam, muitas ou bastantes.

Por distritos, verifica-se que é em Aveiro [$x=, 37$; $s=, 490$] que o clube menos actividades desportivas promove para estes jovens (63,3%) sendo em Leiria [$x=, 57$; $s=, 507$] que essas actividades mais se realizam (57,1%). Por outro lado, verifica-se que os clubes desportivos, poucas vezes declararam efectuar bastantes actividades desportivas à excepção de Viseu e Castelo Branco que registaram 3,6% e 20% respectivamente.

SÍNTESE 2.3 – Relação entre práticas desportivas de lazer e competição

Gráfico 34 – Preferência da prática desportiva do clube

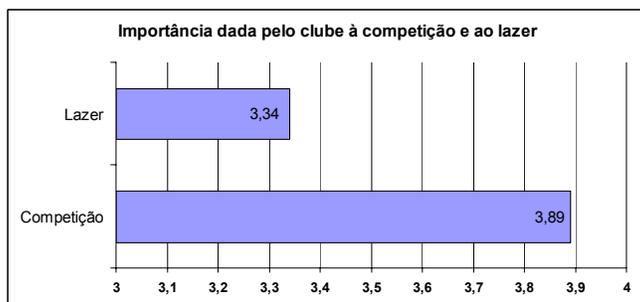


A percepção que o clube manifesta, é a de dar uma clara e maior importância ao domínio da competição do que ao do lazer – apenas 11,6% dão indicações de dar pouca ou nenhuma importância, enquanto que,

para o lazer, encontramos 23,2% de indicações. Também, 74,2% atribuem muita ou bastante importância à competição enquanto, apenas 56,3% atribuem essa mesma importância ao lazer.

Até mesmo na quantificação da prática desportiva desenvolvida no clube, 62,6% referem uma prática de competição no seu clube, como muita ou bastante, e, apenas 48,2% quantificam a prática do seu clube como sendo de lazer.

Gráfico 35 – Importância dada pelo clube ao lazer e à competição



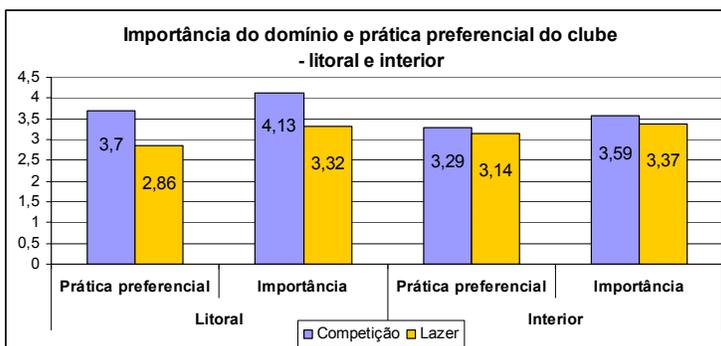
Ao mesmo tempo, enquanto 20,5% de clubes desportivos dão ideia de ter muito pouca, pouca ou até mesmo nenhuma prática de competição, esta noção

aumenta para 33% relativamente às actividades de tempo livre e lazer.

Verifica-se ainda que, a importância atribuída à competição e a quantificação da sua prática desportiva é maior no litoral enquanto, no interior, ao subirem os valores referentes ao lazer e baixarem os valores referentes à competição, os dois domínios se aproximem mais, ainda que se mantenha a mesma tendência.

Quase metade de clubes (47,3%) manifestaram a percepção de desenvolver actividades desportivas de ocupação de tempos livres para aqueles jovens que não tenham jeito para práticas competitivas.

Gráfico 36 – Importância e preferência da prática desportiva – litoral/interior



Ao quantificarem estas actividades, 58,9% indicam que realizam poucas, muito poucas ou nenhuma actividades enquanto apenas 21,5% declaram promover actividades desportivas para esses jovens.

O litoral promove ligeiramente menos actividades deste tipo para estes jovens que o interior

Aveiro parece ser o distrito onde o clube menos actividades desportivas promove para estes jovens (63,3%), e Leiria, aquele onde mais se realizam

(57,1%). Por outro lado, o clube, poucas vezes manifestou efectuar bastantes actividades desportivas à excepção de Viseu e Castelo Branco que registaram 3,6% e 20% respectivamente.

2.4 - ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO DOMÍNIO DA COMPETIÇÃO E DO LAZER

Nesta Dimensão, pretende-se fazer a análise da percepção que o clube tem da adequação das infra-estruturas do seu concelho para as práticas desportivas de competição e de lazer.

Quadro 111 – Adequação das infra-estruturas para a competição e o lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ADEQUAÇÃO DAS INFRA ESTRUTURAS	Espaços e equipamentos da autarquia	Espaços e equipamentos para a competição	Adequação de espaços e equipamentos para desportos na área da competição
		Espaços e equipamentos para o lazer	Adequação de espaços e equipamentos para desportos na área do lazer e tempos livres

É convicção mais ou menos geral que os espaços e equipamentos desportivos do concelho, estão mais adequados para uma prática desportiva voltada para a competição [$x=2,84$; $s=1,563$] do que para o lazer [$x=2,56$; $s=1,367$]. Encontramos 31,3% de clubes desportivos que têm a percepção de que são pouco, muito pouco ou nada adequados para as práticas desportivas de competição enquanto que para o lazer essa percepção sobe para os 37,5%. Do mesmo modo que, 38,4% entendem muito ou bastante adequados para a competição, essa percentagem desce para os 21,5% quando se trata de avaliar a adequação desses espaços para o lazer.

Também podemos verificar que é o interior que tem mais a noção, embora ligeira, de que os espaços e equipamentos são mais adequados para a prática da competição [$x=2,86$; $s=1,671$; $mo=4$; 34,7%] do que tem o litoral [$x=2,83$; $s=1,487$; $mo=3$; 28,6%].

SÍNTESE 2.4 – Adequação de instalações desportivas ao lazer e competição

A percepção que o clube manifesta, é a de que os espaços e equipamentos desportivos do concelho, estão mais adequados para uma prática desportiva voltada para a competição do que para o lazer.

Gráfico 37 – Adequação de espaços



Enquanto 31,3% de clubes desportivos têm a percepção de que são pouco, muito pouco ou nada adequados para as práticas desportivas de competição, essa percepção para o lazer é de 37,5%. Verificamos igualmente que, 38,4% entendem que esses espaços são muito ou bastante adequados para a competição e, apenas, 21,5% os acham adequados para o lazer.

Para o interior, os espaços e equipamentos desportivos são mais adequados para a prática de competição, enquanto para o clube de distritos do litoral, essa adequação está mais propícia para a prática de actividades de lazer. Parece-nos que este grau de insatisfação vai uma vez mais ao encontro daquela que parece ser a maior tendência nesta dicotomia: litoral, mais sensível a práticas desportivas no domínio da competição que o interior do país.

2.5 - PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ENTRE O CLUBE, A AUTARQUIA E A ESCOLA

Nesta Dimensão, pretende-se fazer a análise de protocolos que o clube tenha desenvolvido com a autarquia ou com a escola ou, até mesmo com ambos e perceber com que proprietários, o clube se deve relacionar prioritariamente para o seu estabelecimento.

Quadro 112 – Protocolos do clube com a escola e a autarquia

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
PROTOCOLOS	Espaços e Instalações Desportivas	Protocolos do clube com a Escola	Protocolos de utilização de espaços com a Escola
		Protocolos do clube com a Câmara Municipal	Protocolos de utilização de espaços com a Câmara Municipal
	Proprietário	Proprietários dos espaços	Proprietários dos espaços

Genericamente percebe-se que o clube não estabelece grandes protocolos com a escola [$x=,21$; $s=,412$] uma vez que apenas 21,4% das respostas indicam que o clube o faz. Em contrapartida, 57% indicam que estabelecem protocolos com a câmara municipal [$x=, 57$; $s=, 497$] e, 17% transmitem a ideia de que têm protocolos com ambos – escola e autarquia [$x=, 17$; $s=, 377$].

A procura em estabelecer protocolos com a escola é mais visível no clube do litoral [$x=, 29$; $s=, 455$; 12,9 %] do que no clube do interior [$x=, 12$; $s=, 331$; 5,4 %] enquanto a tendência ou procura em estabelecer protocolos com a autarquia é, ligeiramente superior, no interior [$x=,59$; $s=,497$; 25,9%] e no litoral [$x=,56$; $s=,501$; 25,2%].

Contudo, por distritos, é na Guarda que se registam mais protocolos com a autarquia [$x=, 64$; $s=505$; 63,6%] mas, igualmente menos protocolos com a escola [$x=, 00$; $s=, 000$; 0,0%]. Por outro lado, é no distrito de Aveiro que o clube regista mais protocolos com a escola [$x=, 43$; $s=, 504$; 43,3%] e em Castelo Branco, menos protocolos com a autarquia [$x=, 50$; $s=, 527$; 50%].

No que respeita aos proprietários das instalações com as quais o clube estabelece protocolos, 38,4% das indicações apontam para a câmara municipal e, apenas 5,4% para a escola. Notando-se que no interior a tendência de procura por estabelecer protocolos com a câmara municipal (19,6%) é ligeiramente superior que no litoral (15,1%) enquanto, com a escola a situação é exactamente ao contrário, isto é, a tendência em estabelecer protocolos com as suas instalações é relativamente superior (3,6%) no litoral que no interior (0,9%)

Do estudo inferencial verificou-se, através do coeficiente de Pearson, haver diferenças estatisticamente significativas entre o litoral e o interior no protocolo de espaços desportivos com a escola onde, através dos resíduos estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da

Quadro 113 – Protocolo de espaços com escola (litoral/interior)

χ^2 Litoral/Interior	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	4,364	,037

tabela de contingência se verificou que existe um comportamento significativamente superior ao esperado nos protocolos estabelecidos pelo clube nos distritos do litoral e inferior nos distritos do interior.

Quadro 114 – Protocolos de espaços

<i>Tem protocolos de espaços com a escola?</i>		<i>r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$</i>	
		Não	Sim
Autarquia do litoral	Frequência observada	45	18
	Frequência esperada	49,5	13,5
	Resíduos ajustados estandardizados	- 2,1	2,1
Autarquia do interior	Frequência observada	43	6
	Frequência esperada	38,5	10,5
	Resíduos ajustados estandardizados	2,1	- 2,1

Também entre distritos, encontramos diferenças estatisticamente significativas através do Coeficiente de Pearson que, pelos resíduos ajustados estandardizados mostra que em Aveiro há um comportamento significativamente superior no estabelecimento de protocolos entre o clube e a escola

Quadro 115 – Teste de Pearson – Protocolo de espaços com a escola (Distritos)

χ^2 Litoral/Interior	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	14.693	,012

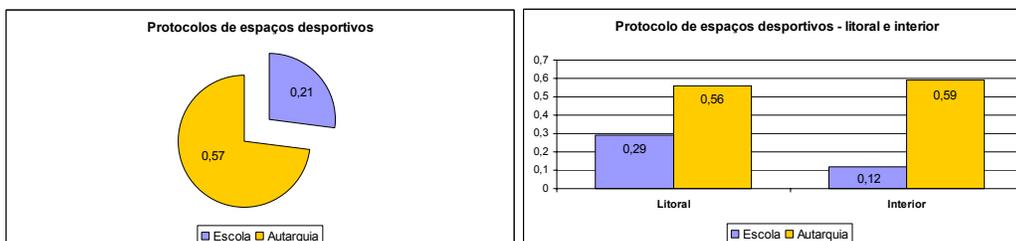
Quadro 116 – Teste de Pearson – Protocolos de espaços por distrito

<i>Tem protocolos de espaços com a escola?</i>		<i>r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$</i>	
		Aveiro	
Não	Frequência observada	17	
	Frequência esperada	23,6	
	Resíduos ajustados estandardizados	- 3,4	
Sim	Frequência observada	13	
	Frequência esperada	6,4	
	Resíduos ajustados estandardizados	3,4	

SÍNTESE 2.5 – Protocolos do clube com instalações desportivas

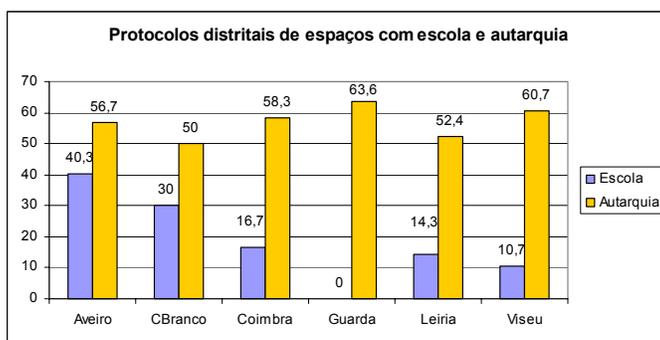
Existe uma manifesta tendência do clube em procurar estabelecer protocolos de utilização de espaços mais com a câmara municipal do que com a escola. Esta tendência parece ser mais acentuada com a escola no litoral e com a autarquia no interior

Gráfico 38 – Protocolos de espaços



Foi no distrito da Guarda que encontramos a percepção do clube efectuar mais protocolos com equipamentos e instalações desportivas, com a autarquia mas, ao mesmo tempo, menos protocolos com a escola. Em contrapartida, o clube do distrito de Aveiro, parece ser aquele que mais protocolos tem com a escola

Gráfico 39 – Protocolos de espaços com escola e autarquia



e o de Castelo Branco, o que menos protocolos tem com a autarquia.

O proprietário dessas instalações parece ser maioritariamente a câmara municipal (38,4%) e, é no

interior que essa tendência é maior (19,6%) embora, ligeiramente em relação ao litoral (15,1%). A procura em estabelecer protocolos com a escola é, no entanto, ligeiramente maior no litoral (3,6%) que no interior (0,9%)

Através do coeficiente de Pearson, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas no protocolo de espaços desportivos com a escola onde, se verificou que, existe um comportamento significativamente superior ao esperado nos protocolos estabelecidos pelo clube nos distritos do litoral e inferior nos distritos do interior.

2.6 - ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER ORGANIZADAS REGULARMENTE PELO CLUBE

Nesta Dimensão, procuramos analisar as actividades desportivas que o clube organiza no domínio das actividades de ocupação de tempo livre e lazer.

Quadro 117 – Importância dada à competição e ao lazer – Litoral/Interior

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ACTIVIDADES	Organização	Actividades de tempo livre e lazer do Clube	Organização de actividades de tempo livre e lazer do clube
			Que actividades de tempo livre e lazer organiza o clube regularmente

A percepção global manifestada é a de que o clube não tem por hábito organizar actividades de ocupação de tempo livre e lazer para os jovens [$x=, 38$; $s=, 486$].

Na verdade, 62,5% indicam que não têm essa preocupação, apenas 37,5% manifestam hábitos de organização dessas actividades. Esta preocupação não é muito diferente entre o litoral [$x=,37$; $s=,485$; 16,5%] e o interior [$x=,39$; $s=,492$; 17%] muito embora, se verifique uma maior organização no interior do país.

Por distritos, verifica-se que a Guarda [$x=, 45$; $s=, 522$; 45,5%], Viseu [$x=, 43$; $s=, 504$; 42,9, %], e Coimbra [$x=, 42$; $s=, 515$; 41,7%], são os distritos onde o clube organiza regularmente mais actividades de tempo livre e lazer mantendo, no entanto, as médias sempre muito baixas.

Da análise dos resultados relativamente à organização de actividades de lazer, verifica-se um certo equilíbrio entre práticas desportivas realizáveis em interior e no exterior com predomínio do futebol, atletismo, basquetebol, ginástica, natação e futsal e andebol.

Quadro 118 – Unidades de registo das actividades de tempo livre e lazer do clube

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não indicou	Não indicou	Não Indicou porque não tem	49	37,4%	49	37,4%	49	37,4%
Dimensão das Actividades	Interior	Futsal	4	3,1%	34	26,0%	82	62,6%
		Basquetebol	6	4,6%				
		Hóquei em Patins	1	0,8%				
		Andebol	4	3,1%				
		Badmington	1	0,8%				
		Ginástica	5	3,8%				
		Xadrez	1	0,8%				
		Artes Marciais	2	1,5%				
		Judo	1	0,8%				
		Danças de Salão	1	0,8%				
		Natação	4	3,1%				
		Ténis de mesa	3	2,3%				
		Voleibol	1	0,8%				
	Exterior	Futebol	13	9,9%	42	32,1%		
		Cicloturismo	3	2,3%				
		Ténis	4	3,1%				
		Columbofilia	1	0,8%				
		Atletismo	7	5,3%				
		Pedestrianismo	3	2,3%				
		Canoagem	2	1,5%				
		Remo	2	1,5%				
		Vela	2	1,5%				
		Pesca	2	1,5%				
BTT		2	1,5%					
Equitação	1	0,8%						
Interior e exterior	Desportos Radicais	1	0,8%	6	4,6%			
	Jogos tradicionais	3	2,3%					
	Campos de férias /organização de torneios	2	1,5%					

SÍNTESE 2.6 – Organização regular de actividades de ocupação de tempo livre e lazer pelo clube

Não se pode considerar que seja um hábito, o clube organizar actividades de ocupação de tempo livre e lazer para jovens já que, 62,5% indica não ter essa preocupação. Tanto no litoral como no interior, essa falta de hábito é muito semelhante. Guarda, Viseu e Coimbra, são os distritos onde o clube parece manifestar maior tendência para organizar regularmente estas actividades de lazer.

O futebol é a modalidade que de longe, mais interesse parece suscitar ao clube como actividade de lazer para ocupação do tempo livre.

O atletismo surge em segundo lugar de uma forma igualmente isolada e, só depois, um conjunto de modalidades de uma forma mais ou menos equilibrada como seja o basquetebol, a ginástica, o andebol e a natação entre outros

2.7 - COMUNICAÇÃO DO CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Nesta Dimensão, pretende-se analisar as relações que se estabelecem com a escola, com a câmara municipal e com a junta de freguesia, ao nível da comunicação, sempre que alguma destas instituições pretende organizar uma actividade de lazer para ocupar os tempos livres dos jovens.

Quadro 119 – Comunicação na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
COMUNICAÇÃO	Clube	Comunicação Clube e Escola	Existência de comunicação clube/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Clube e Câmara Municipal	Existência de comunicação clube/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Clube e Junta Freguesia	Existência de comunicação clube/junta de freguesia na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Escola e Clube	Existência de comunicação escola/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Câmara Municipal e Clube	Existência de comunicação câmara municipal /clube na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Junta de Freguesia e Clube	Existência de comunicação junta freguesia/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer

Na verdade, em termos gerais, parece não haver duvida sobre a escassa comunicação que o clube estabelece com a escola [$x=, 33$; $s=, 472$; 33%] sempre que este organiza actividades de tempo livre e lazer comparativamente com câmara municipal [$x=, 82$; $s=, 385$; $82,1\%$] ou, até mesmo com a junta de freguesia [$x=, 71$; $s=, 458$; $70,5\%$].

Esta ausência de comunicação com a escola, é mais acentuada nos distritos do litoral [$x=, 29$; $s=, 455$] onde apenas 28,6% dos clubes dão a indicação de que essa comunicação existe em contraste com os 38,8% encontrados nos distritos do interior [$x=, 39$; $s=, 492$].

A comunicação do clube com a junta de freguesia apresenta-se muito idêntica no litoral (71,4%) e no interior (69,4%). Tal como, com a câmara municipal no litoral (82,5%) e no interior (81,6%).

Quadro 120 – Comunicação à escola, câmara municipal e junta de freguesia – global e litoral

Comunicação	escola			câmara municipal			j. freguesia		
	%	x	s	%	x	s	%	x	s
GLOBAL	33	, 33	, 472	82,1	, 82	, 385	70,5	, 71	, 458
INTERIOR	38,8	, 39	, 492	81,6	, 82	, 391	69,4	, 69	, 466
LITORAL	28,6	, 29	, 455	82,5	, 83	, 383	71,4	, 71	, 455

Por distritos, apresentando sempre valores muito baixos, curiosamente é em Aveiro [$x=, 20$; $s=, 407$; 20%] onde o clube parece comunicar menos com a escola e na Guarda [$x=, 45$; $s=, 522$; 45,5%] onde mais comunicações estabelecem.

Talvez por isso mesmo, desta vez sempre com valores muito elevados, Aveiro aparece como sendo o distrito onde o clube menos necessidade sente em comunicar com a câmara municipal a realização e organização das suas actividades enquanto a Guarda, mantendo grande prioridade nesta sua comunicação com a câmara municipal, aparece ultrapassada apenas por Coimbra por escassos 0,8%.

No entanto, em Aveiro e Coimbra, o clube assume maior comunicação com a junta de freguesia ainda que, apenas em Aveiro esta comunicação seja superior àquela que é referenciada com a câmara municipal.

Quadro 121 – Comunicação com a escola, câmara municipal e junta de freguesia - Distritos

Comunicação com escola						
	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	20	40	33,3	45,5	38,1	35,7
x	,20	,40	,3	,45	,38	,36
s	,407	,516	,492	,522	,498	,488
Comunicação com câmara						
	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	76,7	80	91,7	90,9	85,7	78,6
x	,77	,80	,92	,91	,86	,79
s	,430	,422	,289	,302	,359	,418
Comunicação com j freguesia						
	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	80	70	83,3	72,7	52,4	67,9
x	,80	,70	,83	,73	,52	,68
s	,407	,483	,389	,467	,512	,476

No entanto, sempre que a mesma questão se coloca ao contrário, isto é, não se o clube comunica aos seus parceiros quando organiza actividades de lazer e tempo livre mas, antes, se os seus parceiros lhe comunicam as suas organizações de lazer e tempo livre, verificamos que há uma tendência de descida de todos os valores muito embora, se mantenha uma aproximação muito forte com a câmara municipal [x=, 76; s=, 430; 75,9%] e com a junta de freguesia [x=, 56; s=, 498; 56,3%] e um ainda mais acentuado afastamento com a escola [x=, 08; s=, 272; 7,9%] principalmente nos distritos do litoral [x=, 08; s=, 272; 7,9 %].

Quadro 122 – Comunicação da escola, câmara municipal e junta de freguesia ao clube – global e litoral

Comunicação	escola			câmara municipal			j. freguesia		
	%	x	s	%	x	s	%	x	s
GLOBAL	10,7	,11	,311	75,9	,76	,430	56,3	,56	,498
INTERIOR	14,3	,14	,354	77,6	,78	,422	51	,51	,505
LITORAL	7,9	,08	,272	74,6	,75	,439	60,3	,60	,493

Por distritos, sempre que a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, parece ser em Leiria [x=, 05; s=, 218; 4,8 %] que menos comunicação se estabelece com o clube, enquanto na Guarda, a comunicação da escola ao clube duplica (x=, 27) a média encontrada para todos os distritos (x=, 11).

Quando a organização dessas actividades de lazer, pertence à câmara municipal, a comunicação desta com o clube é mais acentuada na Guarda e Viseu [$x=82$] enquanto, a junta de freguesia se aproxima mais, nestes casos, com Coimbra [$x=, 67$] e Aveiro [$x=, 63$].

Quadro 123 – Comunicação da escola e câmara municipal ao clube - Distritos

<i>Comunicação da escola</i>	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	10	10	8,3	27,3	4,8	10,7
x	,10	,10	,08	,27	,05	11
s	,305	,316	,289	,467	,218	,315
<i>Comunicação da câmara</i>	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	73,3	60	66,7	81,8	81	82,1
x	,73	,60	,67	,82	,81	,82
s	,450	,516	,492	,405	,402	,390
<i>Comunicação da j. freguesia</i>	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	63,3	50	66,7	54,5	52,4	50
x	,63	,50	,67	,55	,52	,50
s	,490	,527	,492	,522	,512	,509

Durante o estudo inferencial, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, no entanto através dos resíduos estandardizados ajustados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), do Coeficiente de Person verificou-se um comportamento significativamente superior ao esperado, em Leiria, na comunicação do clube à junta de freguesia quando organiza essas actividades.

Quadro 124 – Teste de Pearson – Comunicação do clube à junta de freguesia

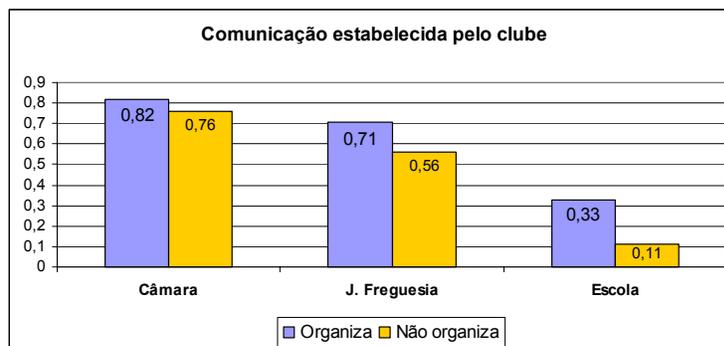
<i>Comunicação do clube à junta de freguesia quando organiza actividades de tempo livre e lazer</i>		Castelo Branco
<i>r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$</i>		
Não	Frequência observada	10
	Frequência esperada	6,2
	Resíduos ajustados estandardizados	2,0
Sim	Frequência observada	11
	Frequência esperada	14,8
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,0

Do mesmo modo, verificou-se ainda um resíduo ajustado de 1,9 no distrito da Guarda no que respeita à comunicação das actividades de lazer da escola ao clube.

SÍNTESE 2.7 – Comunicação do clube na organização de actividades de tempo livre e lazer

Gráfico 40 – Comunicação estabelecida pelo clube

A percepção que temos, é a de que sempre que o clube organiza actividades de ocupação de tempo livre e lazer, comunica prioritariamente com a



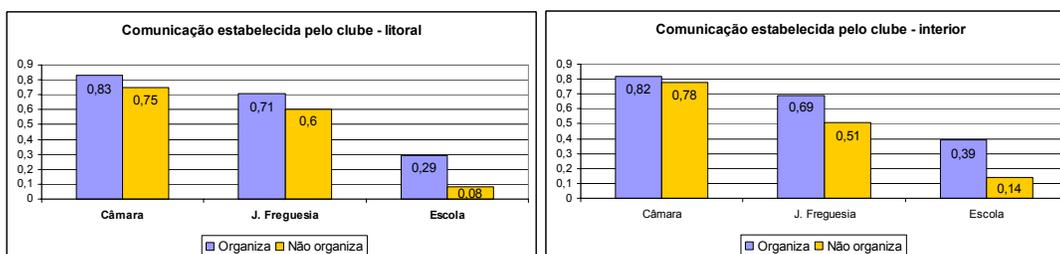
câmara municipal e com a junta de freguesia e só depois com a escola de forma muito escassa.

Os valores encontrados na comunicação do clube com a escola são sempre muito baixos. Aveiro é onde essa comunicação tem menos expressão e a Guarda, é o distrito onde ela é mais acentuada. Também com a câmara municipal, Aveiro é o distrito onde o clube menos comunicação apresenta, seguido da Guarda em conjunto com Coimbra. O clube no distrito de Aveiro aparece sim, mais ligada à junta de freguesia no que respeita à comunicação da organização das suas actividades de tempo livre e lazer

A falta de comunicação com a escola, é mais sentida em distritos do litoral mas, tanto com a câmara municipal como com a junta de freguesia, existe algum equilíbrio entre o litoral e o interior.

Contudo, se forem os seus parceiros a organizar essas actividades de ocupação de tempo livre e lazer, a comunicação com o clube é, na percepção deste, muito mais reduzida do que na situação anterior mantendo-se no entanto, uma maior aproximação ao clube tanto da câmara municipal como da junta de freguesia e a tendência de maior afastamento da escola, em especial no litoral.

Gráfico 41 – Comparação da comunicação do clube no litoral e no interior



Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, os resíduos estandardizados ajustados do Coeficiente de Pearson indicaram um comportamento significativamente superior ao esperado em Leiria na comunicação do clube à junta de freguesia quando este organiza actividades de lazer tal como, no distrito da Guarda no que respeita à comunicação da organização dessas actividades da escola ao clube quando esta as organiza.

2.8 - INTERACÇÃO DO CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Nesta Dimensão pretende-se analisar a valorização dada à interacção, na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer, entre o clube desportivo, a câmara municipal, a escola e a junta de freguesia, sempre que, cada um deles é o responsável por essa organização.

Quadro 125 – Interacção na organização de actividades de tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
INTERACÇÃO	Valorização	Interacção Clube/Escola	Interacção clube/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer pelo clube
		Interacção Clube /Câmara Municipal	Interacção clube/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer pelo clube
		Interacção Clube /Junta de Freguesia	Interacção clube/junta de freguesia na organização de actividades de tempo livre e lazer pelo clube
		Interacção Escola/Clube	Interacção escola/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer pela escola
		Interacção Câmara Municipal/Clube	Interacção câmara municipal/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer pela câmara municipal
		Interacção Junta de Freguesia/Clube	Interacção junta de freguesia/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer pela Junta de Freguesia

Esta questão da interacção entre as instituições reflecte uma relação muito mais pequena que aquela que foi encontrada no estabelecimento de comunicação entre as partes. Na verdade, sempre que o clube organiza actividades de ocupação de tempo livre e lazer, a interacção que estabelece com a escola [$x=, 10$; $s=, 299$; $9,8\%$], com a câmara municipal [$x=, 71$; $s=, 458$; $70,5\%$] e, com a junta de freguesia [$x=, 56$; $s=, 498$; $56,3\%$], é, em todos os casos ainda mais baixa que a comunicação sendo que, com a escola, a redução desses valores é muito maior conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro 126 – Comparação global entre a comunicação e a interacção

Comparação comunicação - interacção	Escola			câmara			j. freguesia		
	%	x	s	%	x	s	%	x	s
COMUNICAÇÃO	33	, 33	, 472	82,1	, 82	, 385	70,5	, 71	, 458
INTERACÇÃO	9,8	, 10	, 299	70,5	, 71	, 458	58	, 58	, 496

Esta interacção no litoral com a escola [$x=, 10$; $s=, 296$; $9,5\%$], com a câmara municipal [$x=, 73$; $s=, 447$; 73%] e com a junta de freguesia [$x=, 57$; $s=, 499$; $57,1\%$], assumem valores muito equilibrados com o interior, tanto para a escola [$x=, 10$; $s=, 306$; $10,2\%$] como para a câmara municipal [$x=, 76$; $s=, 434$; $75,5\%$] como, para a junta de freguesia [$x=, 51$; $s=, 505$; 51%].

Por distritos, verificamos que Viseu é aquele que maior percepção manifesta quanto a uma falta de interacção na organização de actividades desportivas de lazer com todas as instituições – câmara municipal [$x=, 46$; $s=, 508$; $46,4\%$], escola [$x=, 07$; $s=, 262$; $7,1\%$] e junta de freguesia [$x=, 46$; $s=, 508$; $46,4\%$].

Quadro 127 – Interacção do clube com a escola, câmara e junta de freguesia – Distritos

Interacção com escola	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	10	10	,00	18,2	14,3	7,1
x	,10	,10	,00	,18	,14	,07
s	,305	,316	,000	,405	,359	,262
Interacção com câmara	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	63,3	90	83,3	81,8	81	46,4
x	,63	,90	,83	,82	,81	,46
s	,490	,316	,389	,405	,402	,508
Interacção com J.F.	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	60	80	58,3	72,7	52,4	46,4
x	,60	,80	,58	,73	,52	,46
s	,498	,422	,515	,467	,512	,508

Por outro lado, é na Guarda que essa interacção é mais expressiva com a escola [$x=, 18$; $s=, 405$; $18,2\%$], enquanto o clube manifesta maior interacção com a câmara municipal [$x=, 90$; $s=, 316$; 90%] e a junta de freguesia [$x=, 80$; $s=, 422$; 80%], no distrito de Castelo Branco.

Contudo, se pretendermos saber qual a percepção que o clube tem relativamente à interacção na organização destas actividades de tempo livre e lazer, não quando o clube organiza mas antes se forem os seus parceiros a ter a responsabilidade dessa organização, verificamos também aqui, que a interacção demonstrada é inferior à comunicação manifestada anteriormente para todas as instituições.

Quadro 128 – Comparação global entre a interacção e a comunicação

Comparação geral interacção - comunicação	escola			Câmara			j. freguesia		
	%	x	s	%	x	s	%	x	s
INTERACÇÃO	7,1	,07	,259	61,6	,62	,489	48,2	,48	,502
COMUNICAÇÃO	10,7	,11	,311	75,9	,76	,430	56,3	,56	,498

Entre o litoral e o interior encontramos algum equilíbrio de valores, muito embora a interacção nas actividades organizadas pela junta de freguesia do interior [$x=, 53$; $s=, 504$; $53,1\%$] assumam alguma diferença com o litoral [$x=, 44$; $s=, 501$; $44,4\%$].

Quadro 129 – Comparação da interacção no litoral e interior

Interacção	escola			câmara			j. freguesia		
	%	x	s	%	x	s	%	x	s
INTERIOR	8,2	,08	,277	61,2	,61	,492	53,1	,53	,504
LITORAL	6,3	,06	,246	61,9	,62	,490	44,4	,44	,501

Por distritos, podemos verificar que, a percepção dos clubes relativamente aos dados recolhidos, mostra que a interacção que se verifica com o clube quando as outras instituições organizam actividades de tempo livre e lazer, é ainda mais baixa do que quando essas actividades são organizadas pelo próprio clube. Contudo, é em Castelo Branco que esta interacção é mais valorizada pela escola, pela câmara municipal e pela junta de freguesia.

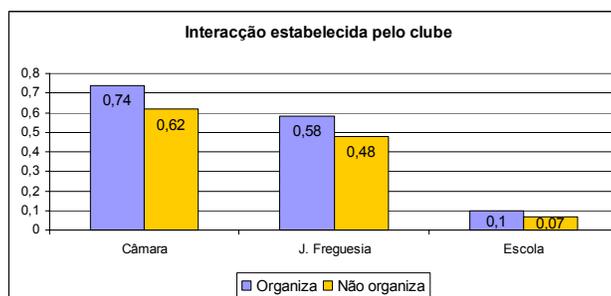
Quadro 130 – Interação entre a escola, câmara municipal e junta de freguesia com o clube - Distritos

<i>Interação com escola</i>	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	10	10	0	9,1	4,8	7,1
x	,10	,10	,00	,09	,05	,07
s	,305	,316	,000	,302	,218	,262
<i>Interação com câmara</i>	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	60	70	66,7	54,5	61,9	60,7
x	,60	,70	,67	,55	,62	,61
s	,496	,483	,492	,522	,498	,497
<i>Interação com j. freguesia</i>	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
%	43,3	70	50	54,5	42,9	46,4
x	,43	,70	,50	,55	,43	,46
s	,504	,483	,522	,522	,507	,508

SÍNTESE 2.8 – Interação do clube

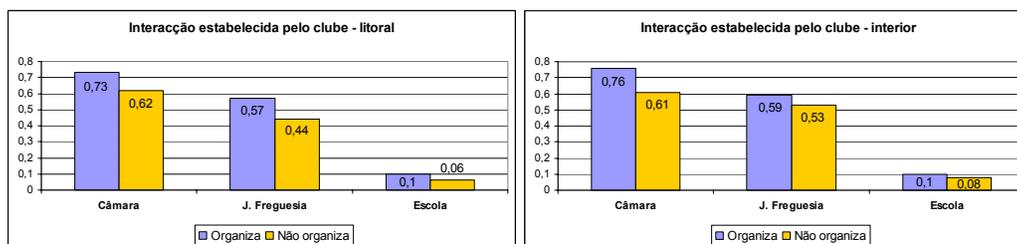
Sempre que é o clube a organizar actividades de ocupação de tempo livre e lazer, a interação encontrada entre o clube e as diferentes instituições, é ainda mais baixa do que a comunicação

Gráfico 42 – Interação estabelecida pelo clube



encontrada entre ambos. Comunicam mais do que interagem mas, a interação com a escola assume valores muito mais baixos que a comunicação da organização das actividades. Esta relação é muito equilibrada tanto no litoral como no interior do país.

Gráfico 43 – Interação do clube – litoral/interior



A percepção do clube é de que é em Viseu que essa interação é mais reduzida na generalidade sendo na Guarda que ela é mais expressiva com a

escola e em Castelo Branco que ela é mais expressiva tanto com a câmara municipal como com a junta de freguesia.

Se invertermos a situação e, forem as outras instituições a organizar as actividades de tempo livre e lazer, a percepção que o clube tem é de que comunicam e interagem menos do que quando são eles a organizar essas actividades, mantendo-se esta tendência tanto no litoral como no interior.

Por distritos, é em Castelo Branco que esta interacção é mais valorizada pela escola, pela câmara municipal e pela junta de freguesia.

Quadro 131 – Comparação das comunicações e interacções do clube

Comunicação												
%	<i>Clube organiza a actividade</i>						<i>Clube não organiza actividade</i>					
	Geral		Litoral		Interior		Geral		Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
C.Municipal	82,1	17,9	82,5	17,5	81,6	18,4	75,9	24,1	74,6	25,4	77,6	22,4
J.Freguesia	70,5	29,5	71,4	28,6	69,4	30,6	56,2	43,8	60,3	39,7	51	49
Escola	33	67	28,6	71,4	38,8	61,2	10,7	89,3	7,9	92,1	14,3	85,7

Interacção												
%	<i>Clube organiza a actividade</i>						<i>Clube não organiza actividade</i>					
	Geral		Litoral		Interior		Geral		Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
C.Municipal	74,1	25,9	73	27	75,5	24,5	61,6	38,4	61,9	38,1	61,2	38,8
J.Freguesia	58	42	57,1	42,9	59,2	40,8	48,2	51,8	44,4	55,6	53,1	46,9
Escola	9,8	90,2	9,5	90,5	10,2	89,8	7,1	92,9	6,3	93,7	8,2	91,8

2.9 - CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE A AUTARQUIA, O CLUBE E A ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Pretende-se nesta Dimensão perceber que indicação dá o clube na percepção que tem relativamente às causas e às dificuldades sentidas na sua interacção com a autarquia e com a escola na organização de actividades desportivas de lazer.

Quadro 132 – Causas e dificuldades do clube na interacção do tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	Causas	Causa para a falta de interacção do clube com as autarquias	Razões para falta de interacção entre o clube e as autarquias na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Causa para a falta de interacção do clube com a escola	Razões para falta de interacção entre o clube e a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer

Na análise de conteúdos, sobre as razões da falta de interacção entre o clube e a autarquia, é na área da gestão que encontramos mais unidades de enumeração (24,5%) com particular relevância para a falta de organização e descoordenação do município.

Contudo, são os indicadores ligados à motivação e ao interesse (12,7%) que dão à área psicológica, maiores unidades de registo para explicar esta falta de interacção.

Na área da Informação encontramos uma significativa falta de comunicação e de informação (10,9%) que aliada a algum mau relacionamento entre as partes e alguma falta de divulgação das actividades, atribui a esta área alguma importância também (13,5%).

Curiosamente, ainda surgem mais indicações (10,9%) que indicam falta de motivos para que não exista uma interacção entre o clube e a autarquia na organização de actividades de tempo livre e lazer do que, as referências sempre tão sensíveis de falta de financiamento para essas actividades (5,5%).

Quadro 133 – Unidades de Registo das razões de falta de interacção com autarquia

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	30	27,3%	30	27,3%	30	27,3%
Não há razões	Motivos	Não há razões, está tudo bem	12	10,9%	12	10,9%	12	10,9%
Psicológica	Motivação e Interesse	Falta de interesse e empenhamento municipal	12	10,9%	14	12,7%	14	12,7%
		Falta de motivação pelos responsáveis	2	1,8%				
Política	Política	Motivos políticos	1	0,9%	1	0,9%	4	3,6%
	Administração	Pouca participação dos sócios do clube	1	0,9%	2	1,8%		
		Autarquia vê no clube um "adversário" à sua actividade	1	0,9%				
Planeamento	Excesso de clubes no concelho	1	0,9%	1	0,9%			
Informação	Comunicação	Falta de comunicação e informação	11	10,0%	14	12,7%	15	13,6%
		Mau relacionamento entre as partes	3	2,7%				
	Divulgação	Pouca divulgação das actividades	1	0,9%	1	0,9%		
Gestão	Horários	Pouca disponibilidade de horários	4	3,6%	5	4,5%	27	24,5%
	Protocolos	Ausência de protocolos	1	0,9%				
	Organização	Falta de organização municipal	7	6,4%	15	13,6%		
		Falta de organização e sensibilidade autárquica	7	6,4%				
		Descoordenação entre autarquia e clube	1	0,9%				
	Estratégia	Ausência de uma política desportiva de base para lazer	4	3,6%	7	6,4%		
Valorizar e reconhecer actividades de tempo livre e lazer		3	2,7%					
Financeira	Financiamento	Falta de financiamento das actividades	6	5,5%	6	5,5%	6	5,5%
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Ocupação despropositada das instalações	1	0,9%	1	0,9%	1	0,9%
Formação	Formação	Falta de vivências desportivas dos autarcas	1	0,9%	1	0,9%	1	0,9%

Por outro lado quanto às razões para a falta de interacção entre o clube e a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer, a análise de conteúdos revela-nos que a área da Gestão continua a assumir bastante importância (29,8%) onde, o indicador relacionado com a estratégia (17,4%) dá algum ênfase ao afastamento entre o clube e a escola na valorização do lazer, promoção das actividades e objectivos a que cada um se propõe atingir.

No entanto, quase que duplicam as razões na área Psicológica (23,1%) comparativamente com as razões tidas com a câmara municipal onde se destaca a falta de iniciativa de ambos, pouca sensibilidade e interesse dos docentes e órgãos de gestão da escola, e a pouca disponibilidade da ambos.

Igualmente na área da Informação, a falta de comunicação, diálogo e informação, surgem de forma mais notória (17,4%) que no caso anterior entre o clube e a autarquia.

Quadro 134 – Unidades de registo das razões de falta de interacção com a escola

Área	Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicadores		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	30	24,8%	30	24,8%	30	24,8%
Não há razões	Motivos	Está tudo bem, não há falta de interacção	4	3,3%	4	3,3%	4	3,3%
Psicológica	Iniciativa	Falta de iniciativas da Escola	4	3,3%	7	5,8%	28	23,1%
		Falta de iniciativas do Clube	3	2,5%				
	Motivação e Interesse	Pouca sensibilidade dos docentes	7	5,8%	12	9,9%		
		Falta de sensibilidade e interesse dos órgãos executivos	5	4,1%				
		Pouca disponibilidade dos Professores	4	3,3%	9	7,4%		
		Pouca disponibilidade do Clube	4	3,3%				
	Pouca disponibilidade da escola e do clube	1	0,8%					
Gestão	Estratégias	Valorizar e reconhecer as actividades de tempo livre e lazer	5	4,1%	21	17,4%	36	29,8%
		A Câmara não promove a relação com clubes	1	0,8%				
		Escola fechada ao exterior	7	5,8%				
		Objectivos distintos da Escola nas actividades	8	6,6%				
	Horários	Incompatibilidade de horários no Calendário Escolar	1	0,8%	7	5,8%		
		Incompatibilidade de horários ao fim de semana	4	3,3%				
		Incompatibilidade de horários dos professores	1	0,8%				
		Sobrecarga nos horários escolares dos alunos	1	0,8%				
		Dirigentes desportivos pouco disponíveis na semana	3	2,5%	3	2,5%		
	Organização	Excesso de burocracia no relacionamento institucional	1	0,8%	3	2,5%		
Falta de cooperação		2	1,7%					
Parcerias	Falta de parcerias	2	1,7%	2	1,7%			
Informação	Comunicação	Falta de comunicação/diálogo	17	14,0%	21	17,4%	21	17,4%
	Informação	Falta de informação	4	3,3%				
Apoios	Transportes	Dificuldades de transporte	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Dificuldade de utilização de instalações escolares	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%

SÍNTESE 2.9 – Causas e dificuldades da interacção do clube

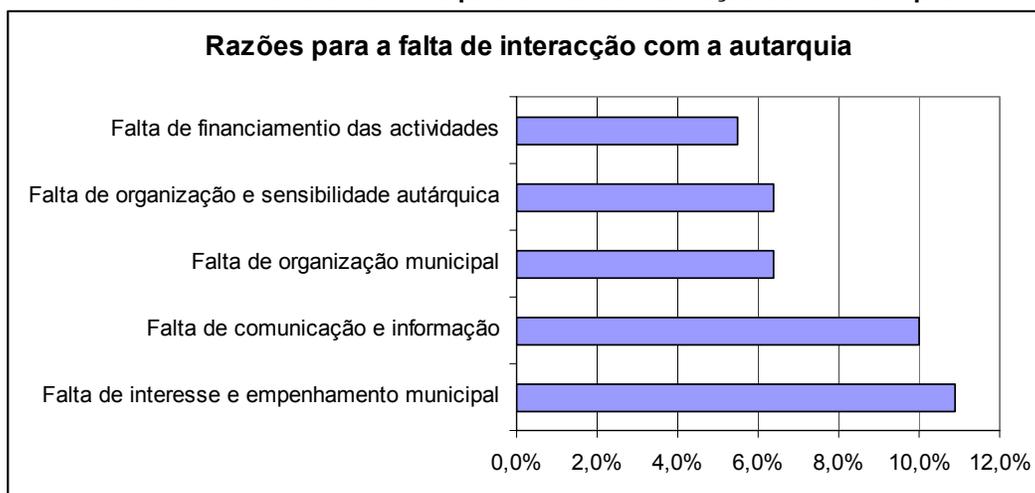
A percepção que o clube tem sobre a razão para a falta de interacção entre o clube e a autarquia, manifesta-se em unidades de registo que assentam fundamentalmente na falta de interesse e empenhamento da câmara municipal

para essa aproximação bem como, na falta de comunicação e informação que não existe entre ambos. Contudo, é na área da Gestão que estas dificuldades são mais apontadas em especial na falta de organização municipal e sensibilidade para organizar este tipo de actividades de lazer e ocupação do tempo livre. Por outro lado, encontramos ainda nesta área, algumas razões que são apontadas na base de alguma indisponibilidade dos horários escolares e da ausência de uma política desportiva considerada de base para o lazer e tempos livres dos jovens.

Merece ainda referência a razão apontada pelo clube na base da falta de financiamento às actividades que ele pretende organizar.

Pouco mais de 10%, tem a noção de que como está tudo bem, não há razões.

Gráfico 44 – Razões do clube para a falta de interacção com a autarquia



No entanto, relativamente à razão para a falta de interacção entre o clube e a escola na organização de actividades de tempo livre e lazer, existe a percepção clara nas unidades de registo de que a falta de comunicação e de diálogo entre as partes, é importante. Esta área da Informação que aparece aqui como mais expressiva, é completada com a indicação de que existe igualmente uma falta de informação relativamente à organização destas actividades.

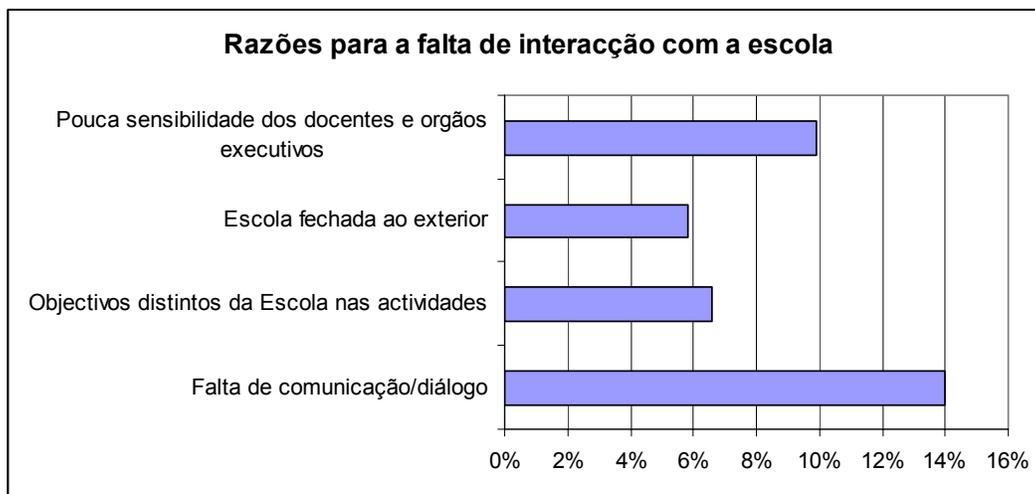
Também a área da Gestão surge, uma vez mais com alguma influência na tentativa destas explicações, apontando para um conjunto de estratégias talvez mal orientadas, como seja o facto de tanto o clube como a escola, terem objectivos distintos sempre que cada um organiza as suas actividades, pelo

facto de o clube considerar a escola demasiado fechada ao meio e com pouca abertura para a comunidade ou ainda para o facto das actividades de tempo livre e lazer não terem a valorização que lhes deveria ser reconhecida.

Do mesmo modo, na área Psicológica, há indicadores de motivação e interesse e de iniciativa que o clube percepçiona igualmente como razões importantes para esta falta de interacção com a escola. Na verdade, aponta para uma reduzida sensibilidade e disponibilidade dos docentes para a organização destas actividades mas também para uma ausência de sensibilidade e até mesmo de interesse dos órgãos executivos. Por outro lado, também ao clube é apontada pouca disponibilidade. Relativamente à falta de iniciativa para organizar actividades de lazer e tempo livre, o clube tem a noção de que ela é maior na escola do que no clube.

Apenas 3,3% entendem que está tudo bem, não há falta de interacção.

Gráfico 45 – Razões do clube para a falta de interacção com a escola



2.10 - SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE A AUTARQUIA, O CLUBE E A ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Nesta Dimensão, vamos procurar encontrar algumas sugestões da percepção que o clube tem relativamente à procura de uma melhor interacção com a câmara municipal, a junta de freguesia e a escola na organização de

actividades de ocupação de tempo livre e lazer bem como, algumas soluções que o clube entende serem as mais apropriadas para que ele se envolva com mais empenho nessas actividades de lazer.

Quadro 135 – Dimensão das sugestões para melhorar a interacção entre organismos

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	Interacção entre organismos	Melhorar interacção do clube com Câmara Municipal	Sugestões para melhor e mais regular interacção com a Câmara Municipal
		Melhorar interacção do clube com Junta de Freguesia	Sugestões para melhor e mais regular interacção com a Junta de Freguesia
		Melhorar interacção do clube com a Escola	Sugestões para melhor e mais regular interacção com a Escola
	Soluções	Tipos de solução para mais trabalho do Clube no lazer	Soluções para maior envolvimento do clube em actividades de tempo livre e lazer

No que diz respeito à interacção entre o clube e a câmara municipal verificamos que, na área da Gestão, a necessidade de estabelecimento de parcerias (10,1%), recebeu, através do correspondente indicador, o maior número de unidades de registo que dão ideia da percepção do clube para encontrar sugestões para melhorar a interacção do clube com a câmara municipal.

Esta área, juntamente com indicadores ligados à estratégia, organização e planeamento recolhe do clube a maior atenção para melhorar a interacção (20,2%)

Contudo, indicadores ligados à comunicação entre o clube e a câmara municipal, na área da Informação (16%), mostram que o clube tem a percepção de que a interacção seria melhor se houvesse maior diálogo e reuniões entre as partes bem como, mais informação sobre a realização de actividades.

Por outro lado, na área Psicológica (10,1%), o clube sente necessidade de um maior espírito de iniciativa na organização de actividades de tempo livre e lazer, tanto da parte do clube como da parte da autarquia (6,7%) bem como, maior interesse e motivação autárquica para o efeito (3,4%).

Na área política (15,1%), há unidades de registo da organização que, merecem alguma referência como, a necessidade de criação de um Gabinete Técnico Municipal (6,7%) ou, um melhor conhecimento por parte da autarquia do tecido associativo desportivo do concelho (3,4%).

Apenas 7,6% têm a percepção de que está tudo bem, não há falta de interacção entre clube e autarquia

Quadro 136 – Unidades de registo de sugestões para melhor interacção com a câmara

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	29	24,4%	29	24,4%	29	24,4%
Não há razões	Motivos	Está tudo bem, não há falta de interacção	9	7,6%	9	7,6%	9	7,6%
Política	Organização	Criação Conselho Desportivo c/ participação de clubes	2	1,7%	18	15,1%	18	15,1%
		Melhor conhecimento do tecido associativo desportivo	4	3,4%				
		Criação de um Gabinete Técnico Municipal	8	6,7%				
		Não ingerência autárquica nos clubes	2	1,7%				
		Criação de Planos Municipais de Desporto	1	0,8%				
		Empresa municipal limita acção dos clubes	1	0,8%				
Apoios	Apoio	Mais apoio técnico, administrativo e humano	2	1,7%	2	1,7%	2	1,6%
	Transportes	Apoio autárquico de transportes	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%
Gestão	Estratégia	Menor favorecimento a determinados clubes	1	0,8%	6	5,0%	24	20,2%
		Uma política desportiva mais consistente	1	0,8%				
		Valorizar e reconhecer as actividades de lazer	4	3,4%				
	Organização	Menor burocratização no relacionamento	1	0,8%	4	3,4%		
		Melhor organização autárquica na realização de eventos	3	2,5%				
	Planeamento	Maior base de apoio municipal às modalidades	1	0,8%	2	1,7%		
		Dar oportunidade dos clubes organizarem actividades	1	0,8%				
	Parcerias	Mais e melhores parcerias	12	10,1%	12	10,1%		
Informação	Comunicação	Maior diálogo e comunicação entre as partes	7	5,9%	14	11,8%	19	16,0%
		Mais reuniões conjuntas	7	5,9%				
	Informação	Mais informação sobre realização de actividades	5	4,2%	5	4,2%		
Psicológica	Iniciativas	Iniciativas autárquica na organização de actividades	7	5,9%	8	6,7%	12	10,1%
		Iniciativas do clube na organização de actividades	1	0,8%				
	Motivação e Interesse	Maior interesse e motivação municipal	4	3,4%	4	3,4%		
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Criação de espaços desportivos de lazer	2	1,7%	2	1,7%	2	1,6%
Financeira	Financiamento	Maior financiamento aos clubes	2	1,7%	2	1,7%	2	1,6%
Recursos Humanos	Quadro Humano	Falta de Recursos Humanos no Clube	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%

No entanto, a sugestão para uma maior interacção do clube com a junta de freguesia em actividades de tempo livre e lazer, reflecte-se igualmente na área da Gestão (24,5%) com incidência na estratégia para um maior

reconhecimento das actividades de lazer e no planeamento de uma política desportiva concelhia mais consistente. Uma vez mais na área da Informação (12,7%), encontramos unidades de registo que sugerem maior diálogo e comunicação entre as parte (6,9%) e uma maior aproximação na informação.

Quadro 137 – Unidades de registo de sugestões para melhor interacção com j. freguesia

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Área		Indicador	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	34	33,3%	34	33,3%	34	33,3%
Não há sugestões	Colaboração	Está tudo bem, não há falta de interacção	6	5,9%	6	5,9%	6	5,9%
Psicológica	Iniciativa	Mais iniciativas na organização de actividades	3	2,9%	4	3,9%	4	3,9%
		Mais iniciativas conjuntas na organização de actividades	1	1,0%				
Política	Organização	Criação de um quadro humanos qualificado	4	3,9%	13	12,7%	13	12,7%
		Maior autonomia da JF	2	2,0%				
		Melhor conhecimento do tecido associativo desportivo	1	1,0%				
		Menor favorecimento ao futebol	1	1,0%				
		Criação de um Gabinete Técnico Desportivo	2	2,0%				
		Não ingerência autárquica nos clubes	3	2,9%				
Apoios	Logística	Mais apoio logístico aos clubes	1	1,0%	4	3,9%	4	3,9%
	Apoios Apoios	Dotar a JF de meios	1	1,0%				
		Mais apoio técnico, administrativo e humano	2	2,0%				
Informação	Comunicação	Mais reuniões conjuntas	3	2,9%	11	10,8%	13	12,7%
		Maior empenhamento na relação com clubes	1	1,0%				
		Maior diálogo e comunicação	7	6,9%				
	Divulgação	Maior divulgação das actividades	1	1,0%	2	2,0%		
Informação	Mais informação	1	1,0%					
Financeira	Financiamento	Mais apoio financeiro aos clubes	1	1,0%	1	1,0%	1	1,0%
Instalações/Equipamentos	Infra-estruturas	Criação de zonas de lazer e instalações desportivas	1	1,0%	1	1,0%	1	1,0%
Gestão	Planeamento	Existência de uma política desportiva concelhia	3	2,9%	4	3,9%	25	24,5%
		Uma política desportiva mais consistente	1	1,0%				
	Projectos	Apresentação de projectos	2	2,0%	2	2,0%		
	Protocolos	Mais protocolos e parcerias entre as partes	5	4,9%	5	4,9%		
	Estratégia	Reconhecimento das actividades lazer	13	12,7%	13	12,7%		
	Horários	Mais tempo dos dirigentes desportivos	1	1,0%	1	1,0%		
Recursos Humanos	Quadro Humano	Falta de Recursos Humanos no Clube	1	1,0%	1	1,0%	1	1,0%

Nas questões da área Política (12,7%), a sugestão vai mais no sentido de que a organização autárquica não se deve ingerir na área do clube ao mesmo

tempo que sugere a criação de um gabinete técnico e de um quadro humano qualificado.

Apenas 5,9% têm a percepção de que não há falta de interacção entre o clube e a junta de freguesia

No que respeita às sugestões para uma melhor interacção entre o clube e a escola, podemos verificar que há maiores preocupações estratégicas na área da Gestão no sentido de que haja da parte da escola, um maior envolvimento com o meio e, que a escola não se encontre tão fechada à comunidade (9,2%). Tal como a criação de protocolos e parcerias (7,6%), também se sugere uma maior convergência de interesses e um empenhamento mútuo na interacção (10,9%) sendo que, os horários necessitam de uma maior coordenação nos horários e, mais horas aos professores de educação física para a prática desportiva (10%)

Quadro 138 – Unidades de registo de sugestões para melhor interacção com a escola

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	31	26,1%	31	26,1%	31	26,1%
Não há razões	Motivos	Está tudo bem, não há falta de interacção	2	1,7%	2	1,7%	2	1,7%
Informação	Comunicação	Mais reuniões conjuntas	4	3,4%	14	11,8%	18	15,1%
		Maior diálogo e comunicação	10	8,4%				
	Divulgação	Maior divulgação das actividades	3	2,5%	4	3,4%		
		Maior divulgação das iniciativas escolares	1	0,8%				
Gestão	Estratégia	Maior envolvimento da escola com a comunidade	11	9,2%	15	12,6%	52	43,7%
		Valorizar e reconhecer as actividades de lazer	2	1,7%				
		Maior consistência na política desportiva nacional	1	0,8%				
		Menos atritos com alunos atletas federados	1	0,8%				
	Planeamento	Convergência de interesse e empenhamento mútuo	13	10,9%	13	10,9%		
	Organização	Cumprimento das normas do Projecto Educativo	2	1,7%	2	1,7%		
	Projectos	Apresentação de projectos comuns	1	0,8%	10	8,4%		
	Protocolos	Criação de protocolos e parcerias	9	7,6%				
	Horários	Coordenação de horários para a prática desportiva	6	5,0%	12	10,1%		
		Mais horas dos professores de EF à prática desportiva	6	5,0%				
Apoios	Transporte	Facilidades de transporte	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%
Financeira	Financiamento	Maior capacidade financeira de ambos	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%
Psicológica	Iniciativas	Mais iniciativas da escola nos tempos livres	5	4,2%	5	4,2%	5	4,2%
Actividades	Intercâmbios	Mais intercâmbios e troca de experiências	8	6,7%	8	6,7%	8	6,7%
Recursos Humanos	Quadro Humano	Falta de Recursos Humanos no Clube	1	0,8%	1	0,8%	1	0,8%

Na área das Actividades, o clube sugere mais intercâmbios e troca de experiências entre a escola e o clube (6,7%).

Apenas 1,7% não fazem sugestões porque têm a percepção de que existe interacção entre o clube e a escola.

Por fim, para que haja da parte do clube uma maior intervenção na área das actividades de tempo livre e lazer, é apontada um conjunto de soluções que na óptica do clube, são as que percebem uma maior aproximação ao lazer.

Quadro 139 – Unidades de registo de soluções para maior ligação do clube ao lazer

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	22	17,1%	22	17,1%	22	17,1%
Gestão	Estratégia	Maior abertura das JF, CM e Escolas	4	3,1%	20	15,5%	33	25,6%
		Melhor política ao nível do Desporto Escolar	1	0,8%				
		Reconhecimento da importância de actividades de lazer	5	3,9%				
		Que a escola reconheça o papel dos clubes	2	1,6%				
		Maior interacção clube/escola	2	1,6%				
		Mais incentivos aos jovens na prática do lazer	1	0,8%				
	Protocolos	Parcerias e protocolos entre a JF, CM e Clubes	12	9,3%	13	10,1%		
	Horários	Existência de Horários compatíveis	1	0,8%				
Psicológica	Iniciativa	Maior iniciativa no envolvimento da comunidade e pais	5	3,9%	5	3,9%	5	3,9%
Política	Organização	Maior cooperação dos clubes com IDP e IPJ	3	2,3%	3	2,3%	3	2,3%
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Melhoria de infra-estruturas desportivas	9	7,0%	17	13,2%	25	19,4%
		Mais espaços desportivos	8	6,2%				
	Materiais e Equipamentos	Maior logística em espaços e equipamentos	8	6,2%	8	6,2%		
Apoios	Apoios	Maior apoio generalizado da autarquia	8	6,2%	8	6,2%	8	6,2%
Financeira	Financiamento	Maior apoio financeiro da autarquia	14	10,9%	14	10,9%	14	10,9%
Actividades	Organização	Mais eventos da autarquia em férias escolares	2	1,6%	3	2,3%	3	2,3%
		Mais eventos da autarquia fora da sede do concelho	1	0,8%				
Recursos Humanos	Quadro Humano	Interesse e disponibilidade de tempo dos dirigentes	3	2,3%	9	7,0%	9	7,0%
		Existência de técnicos competentes	6	4,7%				
Informação	Comunicação	Haver comunicação entre escola/clube/autarquia	2	1,6%	7	5,4%	7	5,4%
	Divulgação	Maior divulgação das actividades	5	3,9%				

Assim, é no financiamento da autarquia ao clube que se verificam maiores unidades de registo (10,9%). Por outro lado, a adopção de estratégias na área da Gestão, no sentido de um maior reconhecimento da importância dessas

actividades e, fundamentalmente da necessidade de se estabelecerem protocolos e parcerias conjuntas, são talvez a melhor percepção que o clube encontra para solucionar uma maior ligação às actividades de lazer.

A área das Instalações e Equipamentos Desportivos é igualmente uma noção importante traduzida na melhoria de infra-estruturas e da criação de mais espaços desportivos e equipamentos para a prática de actividades de lazer (19,4%)

Vale ainda a pena referenciar que outra solução passa igualmente pela existência de um Quadro Humano com técnicos mais competentes e da manifestação da parte dos dirigentes de maior disponibilidade e interesse pelas actividades de lazer (7%). E, uma vez mais, na área da Informação, para além de ter de haver uma maior comunicação entre as partes, igualmente uma maior divulgação das actividades com conhecimento de todos (5,4%)

SÍNTESE 2.10 – Sugestões para melhorar a interacção do clube nas actividades de ocupação do tempo livre e lazer

Nas sugestões para melhorar a interacção com a câmara municipal, encontrámos mais unidades de registo do clube que indicam a necessidade de aumentar e melhorar as parcerias. Por outro lado, surge igualmente a percepção de que se torna importante que a câmara municipal crie um Gabinete Técnico que organize todo o conjunto de actividades na área do lazer e do tempo livre.

Contudo, uma vez mais, na área da Informação, fica a ideia da importância do estabelecimento de uma maior comunicação e diálogo entre as partes, através provavelmente de mais reuniões conjuntas e de um conjunto de informações nem sempre conseguidas sobre a realização e organização dessas actividades.

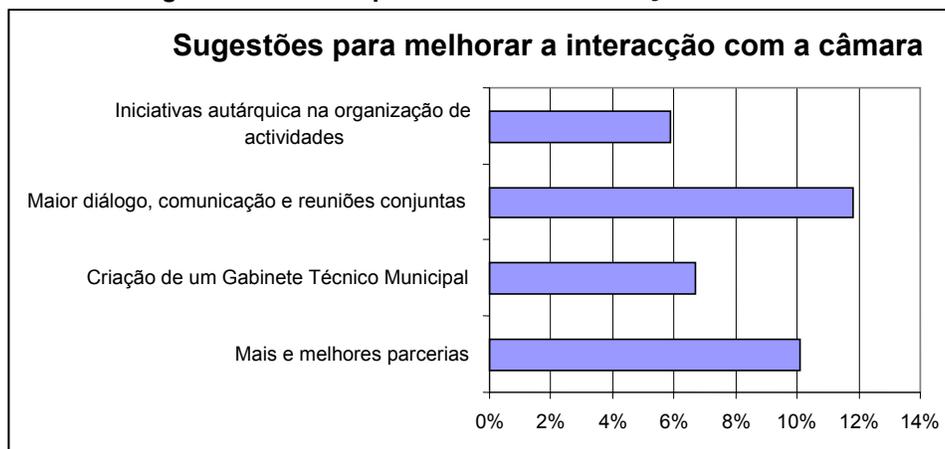
As unidades de registo verificadas no indicador das iniciativas, dão ideia igualmente da importância atribuída à necessidade que a autarquia deve ter de as empreender na organização de actividades devendo ao mesmo tempo, na área Psicológica, manifestar maior motivação e interesse nesse trabalho.

Do mesmo modo, para além da percepção da necessidade de uma maior valorização e reconhecimento das actividades de tempo livre e lazer, o clube

sente que a autarquia não tem o conhecimento mais correcto do tecido associativo desportivo da sua região.

Apenas 7,6% pensam que não existe qualquer falta de interacção.

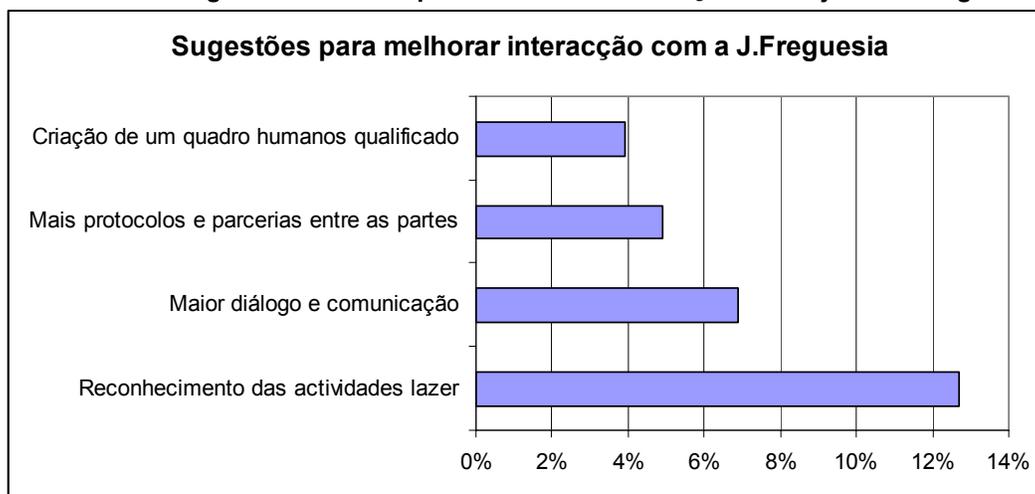
Gráfico 46 – Sugestões do clube para melhorar a interacção com a câmara municipal



Para melhorar a interacção com a junta de freguesia, parece claro que a maior preocupação é o reconhecimento estratégico da importância das actividades de lazer e tempo livre. O clube sugere ainda maior diálogo e comunicação assim como, o estabelecimento de mais protocolos entre as partes.

Verificámos que 5,9% tem a noção de que essa interacção já existe de facto

Gráfico 47 – Sugestões do clube para melhorar a interacção com a junta de freguesia



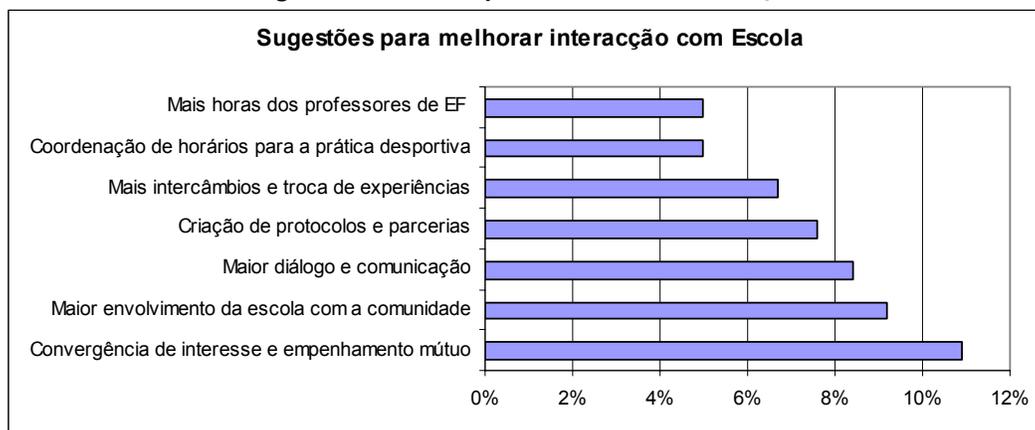
Por fim, relativamente a sugestões para que a interacção melhore com a escola, a percepção do clube é de que deve haver uma preocupação maior ao nível do indicador de planeamento com uma maior convergência de interesses comuns de um maior empenhamento mútuo e, estrategicamente, um maior envolvimento da escola com a comunidade numa atitude de maior abertura ao meio.

Por outro lado, para além de um maior envolvimento na área da Informação com uma maior comunicação e diálogo entre ambos, admitindo para o efeito mais reuniões conjuntas, o clube sugere igualmente na área das Actividades mais intercâmbios com a escola e uma troca de experiência que favoreçam essa aproximação e cimentem a interacção.

Parece ainda relevante indicar a percepção do clube sobre a necessidade de adequar os horários escolares promovendo uma maior coordenação desses horários para a prática desportiva e a atribuição de mais horas aos professores de educação física.

Há 1,7% de percepções do clube de que essa interacção já existe de facto.

Gráfico 48 – Sugestões do clube para melhorar a interacção com a escola



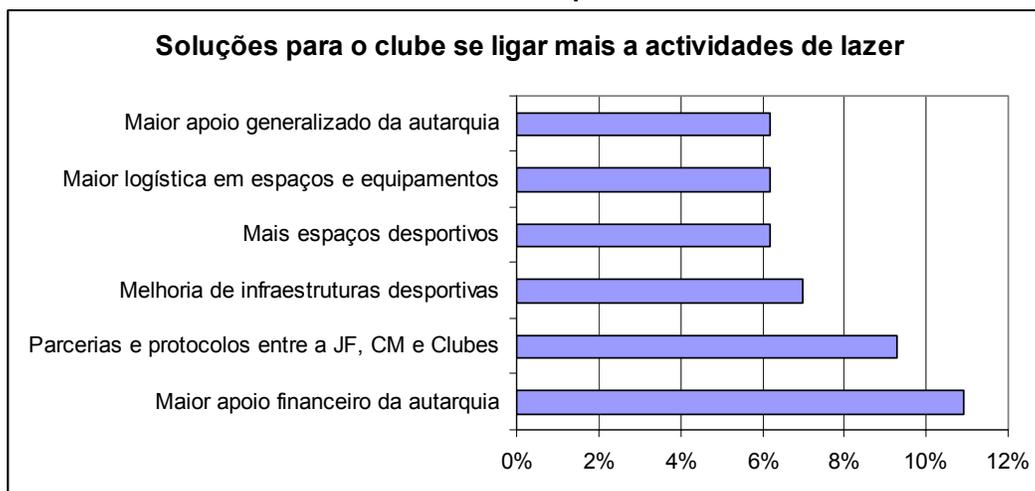
Relativamente a uma solução para que o clube possa ter uma maior aproximação e intervenção na área das actividades de tempo livre e lazer, a percepção transmitida é a de que há necessidade de, por um lado, o clube ser dotado de um maior apoio financeiro e, por outro lado, um aumento de parcerias e protocolos entre o clube e a autarquia.

Há ainda, uma concentração de preocupações na área das Instalações e Equipamentos Desportivos, onde fica a ideia da necessidade de melhoria de

infra-estruturas desportivas nesse domínio e criação de mais espaços desportivos assim como, uma maior atenção à logística de apoio às actividades de lazer e tempo livre.

Regra geral, o apoio da autarquia é uma solução sentida pelo clube.

Gráfico 49 – Soluções do clube para estar mais ligado às actividades de tempo livre e lazer



3 - ESCOLA

3.1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA O TEMPO LIVRE E LAZER

Nesta Dimensão, vamos procurar entender a percepção que a escola tem relativamente à valorização da estratégia para o tempo livre dos jovens em idade escolar.

Quadro 140 – Dimensão da valorização da estratégia da escola

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
VALORIZAÇÃO	Estratégia da escola	O Projecto Educativo e o lazer na escola	O Projecto Educativo preocupa-se com as actividades de lazer e ocupação do tempo livre
		O Plano de Actividades e o lazer na Escola	O Plano de Actividades da Escola contempla a realização de actividades de lazer e ocupação do tempo livre
		Existência ou não da inclusão de programas escolares e de lazer	Inclusão de programas e meios de educação para o lazer em programas escolares
		Nível de interesse de inclusão de Programas escolares e de lazer	Níveis do interesse de inclusão de programas e meios de educação para o lazer em programas escolares
		Realidade escolar do lazer e tempo livre	Nível da realidade da comunidade escolar no empenhamento da realização de actividades de lazer e tempo livre

Globalmente, a noção transmitida pela escola é a de que o seu projecto educativo²¹³ se preocupa com o desenvolvimento de actividades de lazer e ocupação de tempos livres dos alunos [$x=, 73$; $s=, 449$; 72,7%] e, muito mais ainda, a noção de que o plano de actividades²¹⁴ contempla explicitamente a realização de actividades de lazer e ocupação do tempo livre [$x=, 82$; $s=, 389$; 81,8%] o que, aparentemente, denota da parte da escola pelo menos a

²¹³ - Art.º 3º do regime de Autonomia, Administração e Gestão, ponto 2:

Projecto Educativo – documento que consagra a orientação educativa da escola por períodos de 3 anos, onde se explicitam os princípios, valores, metas e estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa;

²¹⁴ - Art.º 3º do regime de Autonomia, Administração e Gestão, ponto 2:

c) Plano Anual de Actividades – documento de planeamento, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola, que define os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procede à identificação dos recursos envolvidos

percepção de que existe uma preocupação escrita sobre o tempo livre desses jovens.

É no interior que tanto o projecto educativo [$x=, 79$; $s=, 412$; 79,3%] como o plano de actividades [$x=, 83$; $s=, 384$; 82,8%] da escola é mais valorizado. Contudo, no litoral, o plano de actividades [$x=, 81$; $s=, 397$; 81,1%] está mais próximo da valorização dada pelo litoral do que o projecto educativo [$x=, 68$; $s=, 475$; 67,6%] da escola.

Quadro 141 – Valorização do Projecto educativo e do plano de actividades

	<i>Projecto educativo</i>		<i>Plano de actividades</i>	
x	, 73		, 82	
s	, 449		, 389	
%	72,7		81,8	
	Litoral	Interior	Litoral	Interior
x	, 68	, 79	, 81	, 83
s	, 475	, 412	, 397	, 384
%	67,7	79,3	81,1%	82,8

Por distritos, verifica-se que, em regra, os valores médios relativamente à percepção de que o plano de actividades contempla o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempo livre e lazer é superior à preocupação do projecto educativo em desenvolver essas mesmas actividades, todas elas com valores elevados.

A Guarda é o distrito que apresenta melhores médias tanto para o projecto educativo [$x=, 63$; $s=, 496$], como para o plano de actividades [$x=, 89$; $s=, 333$].

Aveiro, se no projecto educativo surge com os resultados mais baixos [$x=, 63$; $s=, 496$], no plano de actividades situa-se ao lado da Guarda com valores mais altos [$x=, 89$; $s=, 315$].

Por outro lado, é manifesta a percepção da escola de que os programas escolares devem incluir outros programas e meios de educação para o lazer [$x=, 92$; $s=, 267$; 92,4%] considerando ao mesmo tempo, que a quantificação dessa inclusão, considerada suficiente, [$x=3,23$; $s=1,238$; $mo=4$], deve ser feita algumas vezes (33,3%), muitas vezes (39,4%) ou bastantes vezes (9,1), numa percepção global de 81,8% das escolas.

Uma vez mais, a inclusão do lazer nos programas escolares, parece ser mais importante para as escolas do interior [$x=, 97$; $s=, 186$; $96,6\%$], que do litoral [$x=, 89$; $s=, 315$; $89,2\%$] pelo que, naturalmente se aceita que $86,2\%$ do interior considere que essa inclusão deva ser feita algumas vezes, muitas vezes ou bastantes vezes e, apenas $78,3\%$ do litoral, tenham a mesma opinião.

Por distritos, a percepção de que os programas escolares devem incluir programas e meios de educação para o lazer mantém médias bastante elevadas entre todos.

Quadro 142 – Inclusão de programas de educação para o lazer em programas escolares

	Sim			Quantificação		
	x	s	%	x	mo	s
Global	, 92	, 267	92,4	3,23	4	1,238
Litoral	, 89	, 315	89,2	3,14	4	1,294
Interior	, 97	, 186	96,6	3,34	4	1,173

Verifica-se ainda que a escola se acha empenhada na realidade da sua comunidade escolar em actividades de lazer e tempo livre [$x=3,12$; $s=985$; $mo=4$], quantificando esse seu empenhamento de forma suficiente ($34,8\%$), muito ($40,9\%$) ou bastante ($1,5\%$) com $77,2\%$ das intenções.

Também este empenhamento é mais notório na escola do interior [$x=3,34$; $s=, 974$; $mo=4$] que na escola do litoral onde a sua média inclusivamente é negativa [$x=2,95$; $s=, 970$; $mo=3$]. Verifica-se assim que, no litoral $72,9\%$ indicam ter um empenhamento suficiente, muito ou bastante, enquanto $82,7\%$ do interior têm a mesma opinião.

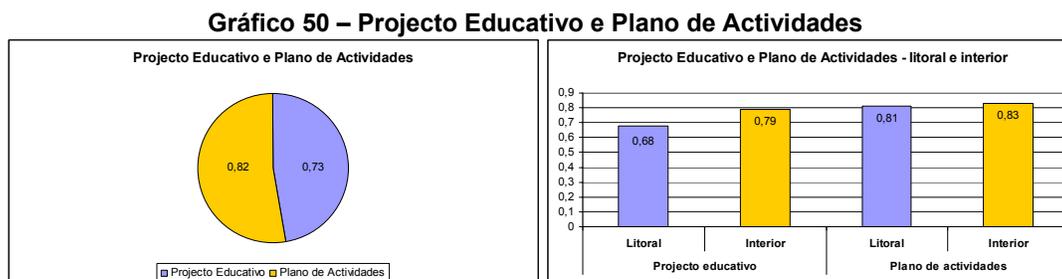
Por distritos, Aveiro é curiosamente o distrito que apresenta uma média mais baixa [$x=2,58$], e a Guarda, a média mais elevada [$x=3,78$].

No tratamento inferencial, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

SÍNTESE 3.1 – Valorização das estratégias da escola

A ideia com que ficamos é a de que a escola tem a percepção de que existe uma clara preocupação com o desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre, quer através do seu projecto educativo, e muito mais ainda de forma explícita, através do seu plano de actividades escolares.

Esta aparente valorização é mais acentuada no interior do país, tanto para o projecto educativo como para o plano de actividades.



É no distrito da Guarda que a percepção da escola apresenta melhores médias para o Projecto Educativo e Plano de Actividades.

A escola mostra igualmente que entende que nos programas escolares devem constar programas de lazer e meios de educação para o lazer e que a inclusão do lazer nos programas escolares parece ser mais importante para a escola do interior que a do litoral.

É também convicção da escola que mostra empenhamento dentro da sua comunidade escolar, em actividades de lazer. Contudo, essa convicção de empenhamento que se verifica, é maior na escola em distritos do interior que do litoral.

A média mais baixa foi encontrada em Aveiro e a mais elevada na Guarda.

No tratamento inferencial, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

3.2 - COLABORAÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER E, RELACIONAMENTO PRIVILEGIADO COM A AUTARQUIA E O CLUBE

Nesta Dimensão, pretendemos entender a prioridade e o nível de privilégio que a escola percepciona ter em relação à câmara municipal, à junta de freguesia e ao clube, quando se trata de colaborar e de se relacionar na área do tempo livre e do lazer.

Quadro 143 – Dimensão da colaboração e relacionamento com a autarquia e o clube

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
COLABORAÇÃO	Níveis de Relacionamento	Relação Escola/Autarquia	Nível da relação privilegiada da Escola com a Câmara Municipal na área do lazer e tempo livre
			Nível de relacionamento privilegiado da Escola com a Junta de Freguesia na área do lazer e tempo livre
		Relação Escola/Clube	Nível da relação privilegiada da escola com o Clube na área do lazer e tempo livre

Com uma média que consideramos negativa [$x=2,70$; $s=1,539$; $mo=3$], a câmara municipal é, ainda assim, com quem a escola parece pretender manter um maior relacionamento e uma aproximação privilegiada ainda que 65,2% delas tenham ideia de manter um nível de relacionamento suficiente (30,3%), muito (25,8%) ou bastante (9,1%).

A junta de freguesia surge a seguir com uma média bastante mais inferior [$x=1,61$; $s=1,518$; $mo=0$], onde apenas 34,8% manifestam a noção de que esse nível é suficiente (24,2%), muito (6,1%) ou bastante (4,5%).

Na análise inferencial, pelo teste estatístico de Levene, verificou-se que havia a violação da normalidade das variâncias

Quadro 144 – Teste de Homogeneidade de Variância

	Levene Statistic	Sig.
Nível de relacionamento com a CM?	4,081	,003
Nível de relacionamento com a JF?	2,608	,034

Na sequência da metodologia adoptada, ao verificarmos esta violação foi utilizado o teste de Mann-Whitney de forma a verificar diferenças de

comportamento entre os grupos correspondentes, cujos resultados foram os seguintes:

Quadro 145 – Teste de Mann-Whitney – Relacionamento privilegiado com a câmara municipal			
Relacionamento privilegiado da escola com a câmara municipal	Aveiro - Guarda	Guarda – Leiria	Guarda – Viseu
Mann-Whitney U	43,500	14,500	26,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	, 032	, 030	, 016

Quadro 146 – Teste de Mann-Whitney – Relacionamento privilegiado com a junta de freguesia			
Relacionamento privilegiado da escola com a junta de freguesia	Aveiro - Guarda	Guarda – Leiria	Guarda – Viseu
Mann-Whitney U	43,500	14,500	26,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	, 032	, 030	, 016

Através da análise inferencial, utilizando a ANOVA – Análise de Variância – foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na relação privilegiada que a escola estabelece com a junta de freguesia

Quadro 147 – ANOVA - Nível de relacionamento da escola com a JF		
ANOVA	F	Sig.
Nível de relacionamento com a JF?	3,027	, 017

No procedimento utilizado para comparação múltipla à posteriori das médias, os pares das médias identificados significativamente diferentes, através do “post-hoc” de Tukey foram Viseu que apresenta médias significativamente mais baixas que a Guarda e Castelo Branco.

Quadro 148 – “post-hoc” de Tukey Nível de relacionamento com a junta de freguesia

Distrito	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
Viseu	14	, 57	
Coimbra	10	1,50	1,50
Leiria	8	1,50	1,50
Aveiro	19	1,68	1,68
Guarda	9		2,56
Castelo Branco	6		2,67

Por fim, a percepção da escola é a de que é com o clube com quem menos se relaciona, baixando ainda mais a média, já por si muito baixa [$x=1,56$; $s=1,394$; $mo=0$], com a convicção de que apenas 24,2% mantêm um nível de relacionamento suficiente (13,6%), muito (7,6%) ou bastante (3%).

Quadro 149 – Parceria privilegiada da escola para o tempo livre e lazer

	x	s	mo
Câmara municipal	2,70	1,539	3
Junta de freguesia	1,61	1,518	0
Clube	1,56	1,394	0

Por distritos, verificamos que apenas nos distritos da Guarda [$x=3,78$], e Castelo Branco [$x=3,00$], as escolas apresentam valores médios positivos, na percepção que têm de estabelecer um relacionamento privilegiado com a câmara municipal.

Toda a percepção de relacionamento quer com a junta de freguesia e especialmente com o clube apresenta valores negativos, nalguns casos até, demasiado negativos, à excepção da Guarda.

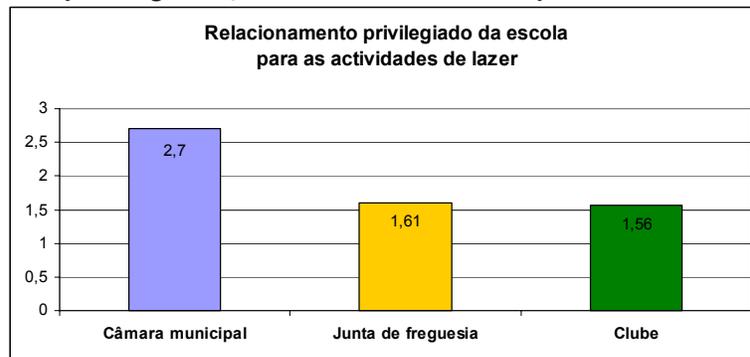
SÍNTESE 23.2 – Colaboração na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer

Embora haja todo um processo de intenções de desenvolvimento do lazer e actividades de tempo livre, a verdade é que os níveis de relacionamento com a câmara municipal, a junta de freguesia e o clube são muito baixos.

Ainda assim, a escola entende que a câmara municipal é o parceiro mais privilegiado e o clube aparece como sendo aquele com quem lhe parece haver um menor relacionamento, com médias muito baixas.

A junta de freguesia, pouca mais preferência recebe que a escola.

Gráfico 51 – Parceria privilegiada da escola para organização de actividades de tempo livre e lazer



Na análise inferencial, foi utilizado o teste de Mann-Whitney sempre que se verificou a violação da normalidade.

Através da Análise de Variância, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nesta relação da escola com a junta de freguesia.

No procedimento utilizado para comparação múltipla à posteriori das médias, os pares das médias identificados significativamente diferentes, através do “post-hoc” de Tukey foram Viseu que apresenta médias significativamente mais baixas que a Guarda e Castelo Branco.

Este relacionamento privilegiado com a câmara municipal chega a apresentar valores médios positivos na Guarda e em Castelo Branco e, regra geral, todos os outros valores apresentados têm médias negativas, principalmente no relacionamento da escola com o clube, à excepção da Guarda.

3.3 - ATITUDES E VALORES NO TEMPO LIVRE – INTERESSES E PREOCUPAÇÕES DA ESCOLA E PROFESSORES

Nesta Dimensão, aquilo que se pretende é entender a percepção que a escola tem relativamente à participação, interesse e importância dada pelos pais, alunos e professores, às actividades de tempo livre e de lazer, e de toda a formação e educação que a própria escola tem ou pensa ter neste domínio.

Quadro 150 – Dimensão de atitudes e valores da escola com o tempo livre

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ATITUDES E VALORES	Níveis de Interesse	Interesse pelas actividades de tempo livre e lazer na escola	Interesse dos jovens e dos pais em actividades desportivas de lazer na ocupação do tempo livre
			Níveis do interesse dos jovens e dos pais em actividades desportivas de lazer na ocupação do tempo livre
	Níveis de Preocupação	Preocupação dos professores pelo tempo livre	Nível da preocupação dos professores no tempo livre dos alunos
			Nível da preocupação da escola com a formação no lazer
			Níveis da importância que a escola dá na educação dos alunos para o trabalho
			Níveis da importância que a escola dá na educação dos alunos para o tempo livre e o lazer
			Níveis do valor formativo nas actividades de lazer e educação pelo lazer

Embora a escola tenha a percepção que existe interesse dos jovens e pais por actividades de lazer na ocupação de tempos livres [$x=, 91$; $s=, 290$; $90,9\%$], mais evidente no interior [$x=, 97$; $s=, 186$; $96,6\%$], que no litoral [$x=, 86$; $s=, 347$; $86,5\%$], verificamos que 81,8% das percepções da escola indicam que os jovens e os pais se interessam de forma suficiente (48,5%), muito (31,8%) ou bastante (1,5%) pelas actividades desportivas de lazer, mas, a quantificação desse interesse na generalidade, apresenta valores médios ligeiramente negativos [$x=2,98$; $s=1,143$]. Por distritos, encontrámos médias elevadas em todos quanto à noção do interesse dos jovens e pais em actividades de lazer para ocupação de tempo livre, contudo, essa média baixa e, em Castelo Branco [$x=2,50$; $s=1,517$], Aveiro [$x=2,79$; $s=, 1,084$] e Viseu [$x=2,93$; $s=, 616$] chega mesmo a valores negativos quando se pede para quantificar esse interesse.

A preocupação que o tempo livre transmite aos professores é genericamente considerada suficiente [$x=3,12$; $s=1,209$; $mo=3$], sendo que, 78,8% da escola considera que esse tipo de preocupações é suficiente (40,9%), muita (27,3%) ou bastante (10,6%).

Quadro 151 – Preocupação que o tempo livre dos alunos transmite ao professor

	%	% acumulada	x	mo	s
Nenhuma	4,5	4,5			
Muito poucas	6,1	10,6			
Poucas	10,6	21,2			
Suficientes	40,9	62,1	3,12	3	1,209
Muitas	27,3	89,4			
Bastantes	10,6	100			

É no litoral [$x=3,16$; $s=1,259$; $mo=3$], que os professores parecem evidenciar um pouco mais essa tendência em comparação com o interior [$x=3,07$; $s=1,163$; $mo=3,07$].

Apenas em Castelo Branco [$x=2,83$; $s=1,472$], se verificou uma percepção de pouca preocupação da parte dos professores com o tempo livre dos alunos.

Por outro lado, para além da formação integral do aluno, a escola transmite-nos a ideia de que para além de se preocupar, também valoriza a formação no tempo livre [$x=3,88$; $s=,886$; $mo=4$], sendo esta tendência relativamente superior na escola do interior [$x=3,93$; $s=,998$; $mo=4$], que aquela que é manifestada pela escola do litoral [$x=3,84$; $s=,800$; $mo=4$] e, com valores sempre relativamente elevados em todos os distritos.

No entanto, posta perante a maior importância da escola educar os alunos para o trabalho ou para o tempo livre e o lazer, a opção é claramente a de valorizar como muito importante a educação para o trabalho [$x=4,20$; $s=1,026$; $mo=5$], do que para o tempo livre e lazer que apenas consideram de uma importância suficiente [$x=3,30$; $s=1,252$; $mo=4$]. Esta opção, também é mais visível na percepção da escola do interior que, tanto valoriza mais a educação para o trabalho [$x=4,34$; $s=,721$; $mo=5$] e a educação para o lazer [$x=3,52$; $s=1,056$; $mo=4$] que a escola do litoral em relação à educação para o trabalho [$x=4,08$; $s=1,211$; $mo=4$] e para o tempo livre e lazer [$x=3,14$; $s=1,378$; $mo=4$].

Por distritos, os valores médios são todos eles relativamente elevados no que respeita à importância da escola educar para o trabalho, enquanto que, na opção de ser mais importante a escola educar para o lazer e tempo livre, os resultados médios são, no geral mais baixos, aparecendo em Aveiro inclusivamente a percepção de que isso é pouco importante

Quadro 152 – Opção entre educar para o trabalho ou para o tempo livre - Distritos

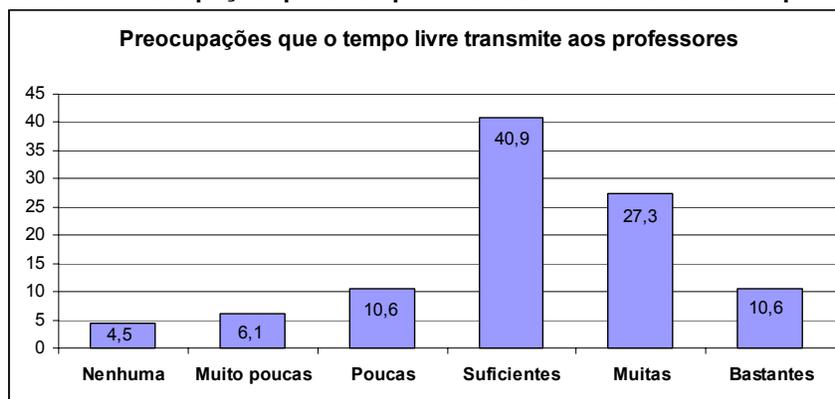
<i>Educar para o trabalho</i>	<i>Aveiro</i>	<i>C. Branco</i>	<i>Coimbra</i>	<i>Guarda</i>	<i>Leiria</i>	<i>Viseu</i>
<i>x</i>	3,79	4,33	4,40	4,56	4,38	4,21
<i>mo</i>	5	4	4	5	4	5
<i>s</i>	1,584	,516	,516	,726	,518	,802
<i>Educar para o tempo livre</i>	<i>Aveiro</i>	<i>C. Branco</i>	<i>Coimbra</i>	<i>Guarda</i>	<i>Leiria</i>	<i>Viseu</i>
<i>x</i>	2,84	3,17	3,40	4,00	3,50	3,36
<i>mo</i>	3	4	4	4	4	3
<i>s</i>	1,463	1,329	1,075	,707	1,512	1,082

O valor formativo que a escola percebe a reconhecer às actividades de lazer e à educação pelo lazer, situa-se num valor médio relativamente elevado [$x=3,92$; $s=, 708$; $mo=4$] pelo que, apenas 3% das escolas dão a ideia de que o valor que lhe atribui é pouco ou muito pouco. Ainda assim, essa valorização é ligeiramente maior no interior [$x=4,00$; $s=, 655$; $mo=4$], que no litoral [$x=3,86$; $s=, 751$; $mo=4$]. Em todos os distritos verificámos a $mo= 4$ e médias elevadas. No tratamento inferencial não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

SÍNTESE 3.3 – Atitudes e valores da escola – Interesses e preocupações

Uma vez mais, a ideia geral que a escola deixa de uma forma clara, é a de que existe da parte dos pais e dos jovens alunos interesse por actividades de lazer e ocupação do tempo livre, que se expressa mais no interior que no litoral do país. No entanto, quando se pretende que ela quantifique esta atitude no interior da sua escola, os valores baixam bastante, chegando inclusivamente a atingir uma média ligeiramente negativa. É em Castelo Branco, Aveiro e Viseu que os valores recolhidos são mais baixos.

Gráfico 52 – Preocupação que o tempo livre dos alunos transmite ao professor

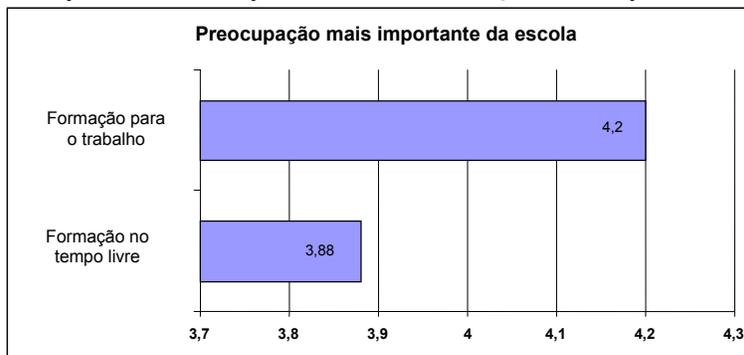


Por outro lado, a preocupação que o tempo livre dos alunos transmite aos professores é, genericamente considerada como suficiente embora, em Castelo Branco se tenham registado valores negativos, e, de uma forma mais acentuada no litoral que no interior.

A preocupação da escola em valorizar a formação no lazer e tempo livre, aliado à formação integral do aluno é grande, no entanto, quando confrontada com a

importância da escola na educação dos alunos para o trabalho, a sua opção tende claramente para esta última. Nestes 2 casos, os valores são mais elevados no interior.

Gráfico 53 – Importância dada pela escola na formação do tempo livre e do trabalho



O valor formativo que a escola percepção às actividades de lazer e à educação para o lazer é relativamente elevado com mais incidência no interior. No tratamento inferencial não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

3.4 - ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS ESCOLARES E CONDIÇÕES DE PRÁTICA PARA ACTIVIDADES DE LAZER E TEMPO LIVRE

Dimensão que pretende saber que noção tem a escola das condições de prática, promoção e desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre para os alunos da sua escola.

Quadro 153 – Dimensão da adequação de infra-estruturas do lazer na escola

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ADEQUAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS	Espaço escolar	Condições de prática para actividades de lazer na escola	Nível das condições de prática, promoção e desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre na escola

A percepção que a escola manifesta é a de que existem, de facto, condições para que a prática de actividades de lazer se desenvolvam na ocupação de

tempo livre dos alunos [$\bar{x}=3,35$; $s=, 886$; $mo=3/4$]. Embora 16,7% entendam que existem muito poucas condições (1,5%) e poucas condições (15,2%) para a prática de lazer, a verdade é que 83,4% das opiniões da escola mostram que se considera haver condições suficientes (37,9%), muitas condições (37,9%) e, bastantes condições (7,6%).

Neste aspecto, é no litoral [$\bar{x}=3,43$; $s=, 899$; $mo=4$], que encontramos melhores resultados comparativamente com a escola do interior [$\bar{x}=3,24$; $s=, 872$; $mo=3$], surgindo em Viseu a única percepção da escola com valores negativos que indicam poucas condições [$\bar{x}=2,92$; $s=, 997$; $mo=3$].

No tratamento inferencial não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

SÍNTESE 3.4 – Adequação das infra-estruturas para o lazer e tempo livre

A escola manifesta a percepção de que de facto, existe uma adequação das infra-estruturas escolares e condições para uma prática de actividades de lazer e tempo livre.

Esta percepção apresenta melhores resultados no litoral sendo que, é em Viseu que a escola apresenta uma percepção com valores que considera de poucas condições ou pouca adequação.

No tratamento inferencial não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

3.5 - PROTOCOLOS DE ESPAÇOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Nesta Dimensão, pretende-se perceber a noção que as escolas têm dos protocolos estabelecidos das suas instalações com a câmara municipal, a junta de freguesia e o clube.

Quadro 154 – Dimensão de protocolos de espaços e instalações desportivas

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
PROTOCOLOS	Espaços e Instalações Desportivas	Protocolos da Escola com o Clube	Protocolos de utilização de espaços com o Clube
		Protocolos da Escola com a Câmara Municipal	Protocolos de utilização de espaços com a Câmara Municipal
		Protocolos da Escola com a Junta de Freguesia	Protocolos de utilização de espaços com a Junta de Freguesia
	Proprietários	Proprietários dos espaços	Proprietários dos espaços

Em termos gerais, percebe-se facilmente que a noção da escola é a de que se estabelecem com mais facilidade protocolos de espaços e instalações com a câmara municipal [$x=, 64$; $s=, 485$; $63,6\%$], comparativamente com o clube [$x=, 23$; $s=, 422$; $22,7\%$] e, com a junta de freguesia [$x=, 12$; $s=, 329$; $12,1\%$]. Esta preferência pela a câmara municipal encontra-se maioritariamente no litoral [$x=, 68$; $s=, 475$; $67,8\%$] embora no interior se encontrem médias também relativamente altas [$x=, 59$; $s=, 501$; $58,6\%$]. Contudo, esta situação inverte-se no interior do país, onde a preferência no estabelecimento de protocolos com o clube [$x=, 24$; $s=, 435$; $24,1\%$] e a junta de freguesia [$x=, 17$; $s=, 384$; $17,2\%$] é relativamente superior àquela verificada no litoral também com o clube [$x=, 22$; $s=, 417$; $21,6\%$] e a junta de freguesia [$x=, 08$; $s=, 277$; $8,1\%$]. No entanto, a tendência para manterem a ordem de preferência é sempre igual.

Por distritos, a percepção é de que, é em Aveiro [$x=, 74$] que a escola estabelece mais protocolos de utilização dos espaços e instalações desportivas com a câmara municipal, em Leiria [$x=, 63$] com o clube e na Guarda [$x=, 44$] com a junta de freguesia

Quadro 155 – Protocolos com a escola - Distritos

x	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
C. Municipal	, 74	, 33	, 60	, 56	, 38	, 64
Clube	, 21	, 50	, 10	, 22	, 63	, 21
J. Freguesia	, 11	, 17	, 00	, 44	, 13	, 00

Verifica-se ainda que a indicação dada pela escola é a de que, em termos globais, a câmara municipal é a maior proprietária (54,5%) dos espaços com quem estabelece protocolos de utilização, mas que 21,2% das escolas não tem qualquer protocolo estabelecido a esse nível. A escola apenas é proprietária em 9,1% enquanto o clube se fica pelos 3%. A câmara municipal volta a surgir,

desta vez associada ao clube com uma parcela de 12,1% de protocolos estabelecidos na qualidade de proprietários. Entre litoral e interior, os valores médios indicados são muito semelhantes e revelam a tendência geral.

Por distritos, a câmara municipal aparece sempre como proprietária das instalações desportivas em mais de 50%, à excepção do distrito de Castelo Branco (33,3%).

Quadro 156 – Proprietários das instalações com protocolos de utilização

	<i>Câmara municipal</i>	<i>Clube</i>	<i>Escola</i>	<i>Clube + Câmara</i>
Global	54,5%	3%	9,1%	12,1%
Litoral	56,8%	5,4%	8,1%	13,5%
Interior	51,7%	-	10,3%	10,3%

O tratamento inferencial, através do teste de independência do χ^2 , leva-nos à conclusão que existe uma diferença estatisticamente significativa na análise dos protocolos de espaços desportivos com a junta de freguesia

Quadro 157 – Teste de Pearson – Protocolos de espaços com JF

χ^2 Distritos	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	12.301	,031

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos protocolos de espaços desportivos da escola com a junta de freguesia da Guarda, verificando-se que, através dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, existe um comportamento significativamente superior ao esperado na escola do distrito da Guarda.

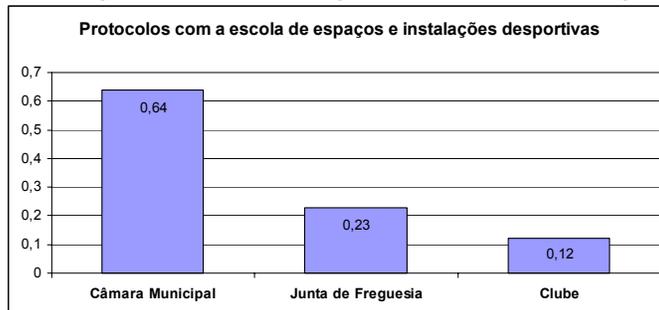
Quadro 158 – Teste de Person – Protocolo de espaço na Guarda

		<i>[r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$]</i>	Guarda
Protocolos de espaços com a JF?	Não	Frequência observada	5
		Frequência esperada	7,9
		Resíduos ajustados estandardizados	-3,2
	Sim	Frequência observada	4
		Frequência esperada	1,1
		Resíduos ajustados estandardizados	3,2

SÍNTESE 3.5 – Protocolos da escola com as instalações desportivas

No geral, a escola entende que há mais facilidade no estabelecimento de protocolos de espaços e instalações desportivas com a câmara municipal do que com o clube ou a junta de freguesia, e é no litoral que esta preferência é mais notada.

Gráfico 54 – Protocolos para cedência de espaços e instalações desportivas das escolas



No entanto, os protocolos estabelecidos entre a escola e o clube ou a junta de freguesia surgem com valores mais elevados no interior muito embora continue a ser a câmara municipal a preferida.

A escola no distrito de Aveiro é a que pensa estabelecer mais protocolos com a câmara municipal, a de Leiria com o clube e a da Guarda com a junta de freguesia.

Nestes protocolos estabelecidos, a câmara municipal aparece indicada como a proprietária de mais de metade das instalações desportivas e cerca de $\frac{1}{4}$ da escola não apresenta qualquer protocolo a este nível.

Pelo tratamento inferencial, através do teste de independência do χ^2 , conclui-se que existe uma diferença estatisticamente significativa na análise dos protocolos de espaços desportivos entre a escola e a junta de freguesia e que os resíduos ajustados estandardizados identificam um comportamento significativamente superior ao esperado na Guarda

3.6 - ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER DOS ALUNOS, ORGANIZADAS REGULARMENTE PELA ESCOLA

Nesta Dimensão, pretende-se saber que percepção tem a escola das actividades de tempo livre e lazer que organiza e desenvolve regularmente ao longo do ano, para além das suas próprias actividades curriculares.

Quadro 159 – Dimensão das actividades da escola

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
ACTIVIDADES	Organização	Actividades de ocupação de tempo livre e lazer da Escola	Organização de actividades de tempo livre e lazer da escola
			Que actividades de tempo livre e lazer organiza a escola regularmente

Facilmente se constata que a escola tem a percepção de que não tem grande preocupação em organizar actividades de lazer para ocupação de tempo livre [$x=, 14$; $s=, 346$; $13,6\%$], sendo essa expressão ligeiramente mais notória no litoral [$x=, 11$; $s=, 315$; $10,8\%$], do que no interior [$x=, 17$; $s=, 384$; $17,2\%$] onde a escola do distrito da Guarda apresenta os valores mais elevados [$x=33$; $s=500$; $33,3\%$], mas também Viseu apresenta os valores mais baixos [$x=, 07$; $s=, 267$; $7,1\%$].

Em todos os outros distritos, a escola apresenta valores muito aproximados e muito baixos na perspectiva de organização de actividades de tempo livre e lazer – Aveiro [$x=, 11$], C. Branco [$x=, 17$], Coimbra [$x=, 10$] e Leiria [$x=, 13$].

Quando a escola mostra disponibilidade para organizar essas actividades, encontrámos mais unidades de registo na organização de diferentes torneios, na organização de programas denominados Férias Desportivas e até mesmo na organização de jogos tradicionais.

Nas diferentes modalidades desportivas, foi o futsal aquele que mereceu mais unidades de registo.

Quadro 160 – Análise das actividades de ocupação de tempo livre e lazer da escola

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não indicou	Não indicou	Não indicou porque não organiza Não indicou mas afirma que realiza	60 3	50,0% 2,5%	63	52,5%	63	52,5%
Dimensão Das Actividades	Interior	Futsal	5	4,2%	17	14,2%	33	27,5%
		Basquetebol	4	3,3%				
		Andebol	2	1,7%				
		Natação	2	1,7%				
		Danças de Salão	2	1,7%				
		Ténis de mesa	2	1,7%				
	Exterior	Atletismo	3	2,5%	16	13,3%		
		Pedestrianismo	3	2,5%				
		Canoagem	1	0,8%				
		Vela	1	0,8%				
		BTT	1	0,8%				
		Tiro com Arco	1	0,8%				
		Futebol	4	3,3%				
		Cicloturismo	1	0,8%				
	Interior e exterior	Desportos Radicais/Ar Livre e Aventura	2	1,7%	24	20,0%	24	20,0%
		Férias Desportivas/Campos de Férias	6	5,0%				
		Jogos Tradicionais	6	5,0%				
Torneios diversos		10	8,3%					

No tratamento inferencial não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

SÍNTESE 3.6 – Organização regular de actividades de ocupação de tempo livre e lazer pela escola

No que se refere à organização regular de actividades de tempo livre e lazer para os alunos, a noção que a escola transmite é a de que não tem por hábito organizar esse tipo de actividades verificando-se que manifesta menos tendência para isso no litoral que no interior

Normalmente, quando essa organização existiu, as unidades de registo incidiram preferencialmente na organização de torneios e de um conjunto de programas na base daquilo que costumam ser as Férias Desportivas. Para além disso, sempre que o objectivo era o desenvolvimento de modalidades

desportivas, a incidência é preferencialmente para o futsal, basquetebol e futebol.

No tratamento inferencial não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas

3.7 - COMUNICAÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E DE LAZER

Para que a comunicação entre as partes envolvidas na organização de actividades de tempo livre e lazer se realize, torna-se fundamental a existência de canais próprios, coisa que nem sempre acontece.

A importância desta Dimensão prende-se exactamente com isso, pelo que pretendemos saber se essa relação existe na percepção da escola sempre que ela pretende organizar actividades de lazer e tempo livre ou quando são os seus parceiros (câmara municipal, clube e junta de freguesia) a fazê-lo.

Quadro 161 – Dimensão da comunicação da escola

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
COMUNICAÇÃO	Escola	Comunicação Escola e Clube	Existência de comunicação escola/clube na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Escola e Câmara Municipal	Existência de comunicação escola/câmara municipal na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Escola e Junta Freguesia	Existência de comunicação escola/junta de freguesia na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Clube e Escola	Existência de comunicação clube/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Câmara Municipal e Escola	Existência de comunicação câmara municipal/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Comunicação Junta de Freguesia e Escola	Existência de comunicação junta de freguesia/escola na organização de actividades de tempo livre e lazer

O distanciamento da escola com o clube surge uma vez mais de forma marcante no que respeita à comunicação que pudesse existir sempre que cabe à escola a responsabilidade da organização de actividades desportivas de lazer [x=, 18; s=, 389; 18,2%]. Ainda assim, até com a própria câmara municipal que é onde se registam valores mais elevados [x=, 44; s=500; 43,9%], mais de metade

da escola não comunica com a câmara municipal em situações semelhantes. A comunicação que a escola estabelece com a junta de freguesia [$\chi^2 = 26$; $s = 441$; $25,8\%$] acaba por ser uma relação intermédia, registando contudo igualmente, valores muito baixos. Esta percepção traduz, uma vez mais, o afastamento que a escola sente em relação às outras instituições.

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre distritos, verificou-se que, através dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, existe no distrito da Guarda um comportamento significativamente superior ao esperado no que respeita à comunicação que estabelece com o clube, sempre que a escola organiza actividades de lazer e tempo livre.

Quadro 162 – Teste de Pearson – Comunicação da escola com o clube (Guarda)

<i>[r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$]</i>			Guarda
Quando a escola organiza actividades, comunica ao clube?	Não	Frequência observada	5
		Frequência esperada	7,4
		Resíduos ajustados estandardizados	-2,2
	Sim	Frequência observada	4
		Frequência esperada	1,6
		Resíduos ajustados estandardizados	2,2

Contudo, já foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na comunicação que a escola estabelece com a câmara municipal, sempre que organiza actividades de lazer, e também no distrito de Aveiro onde se registou,

Quadro 163 – Teste de Pearson – Comunicação com a câmara municipal

χ^2 Distrito	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	16.154	,006

através dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, um comportamento significativamente inferior ao esperado, e no distrito da Guarda, onde esse comportamento foi significativamente superior ao esperado.

**Quadro 164 – Teste de Pearson –
Comunicação da escola com a câmara municipal (Aveiro e Guarda)**

<i>[r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05]</i>			Aveiro	Guarda
Quando a escola organiza actividades, comunica à câmara?	Não	Frequência observada	17	2
		Frequência esperada	10,7	5
		Resíduos ajustados estandardizados	3,5	-2,2
	Sim	Frequência observada	2	7
		Frequência esperada	8,3	4
		Resíduos ajustados estandardizados	-3,5	2,2

Do mesmo modo, existe uma diferença estatisticamente significativa na comunicação estabelecida pela escola com a junta de freguesia,

Quadro 165 – Teste de Pearson – comunicação da escola com a J. Freguesia

χ^2 Litoral/Interior	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	17.553	,004

em que, igualmente, os resíduos ajustados estandardizados mostram uma comunicação superior à esperada com a junta de freguesia, sempre que a escola organiza actividades de lazer, no distrito da Guarda e uma comunicação inferior à esperada no distrito de Viseu.

**Quadro 166 – Teste de Pearson
Comunicação da escola com a junta de freguesia (Viseu e Guarda)**

<i>[r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05]</i>			Viseu	Guarda
Quando a escola organiza actividades, comunica à j. freguesia?	Não	Frequência observada	14	3
		Frequência esperada	10,4	6,7
		Resíduos ajustados estandardizados	2,5	-3,0
	Sim	Frequência observada	0	6
		Frequência esperada	3,6	2,3
		Resíduos ajustados estandardizados	-2,5	3,0

Verifica-se ainda que, sempre que a organização pertence à escola, existe a percepção de que a comunicação é mais expressiva no interior que no litoral

Quadro 167 – Comunicação da escola no litoral e interior

<i>Interior</i>			<i>Litoral</i>		
Clube	C. Municipal	J. Freguesia	Clube	C. Municipal	J. Freguesia
,24	,55	,31	,14	,35	,22

Quando invertemos a situação e questionamos a escola quanto à comunicação estabelecida quando são os outros organismos a organizar as actividades de lazer e tempo livre e não a escola, os resultados da percepção não são muito diferentes.

O clube continua a ser com quem a comunicação é mais deficiente [$x=, 14$; $s=, 346$; $13,6\%$], a câmara municipal com quem a comunicação se estabelece melhor [$x=, 67$; $s=, 475$; $66,7\%$] e a junta de freguesia [$x=, 21$; $s=, 412$; $21,1\%$], mantendo valores baixos, encontra-se numa situação intermédia. Contudo, neste caso, apenas os valores da comunicação da câmara com a escola, apresentam valores superiores em relação à situação anterior.

Através do tratamento inferencial, com o teste de independência do χ^2 , verificámos que existe uma diferença estatisticamente significativa na

Quadro 168 – Teste de Pearson – Comunicação da Câmara com a escola

χ^2 Litoral/Interior	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	4,364	, 037

comunicação entre a câmara municipal e a escola, no distrito de Aveiro, em que os resíduos ajustados estandardizados mostram uma falta de comunicações superior à esperada, sempre que a autarquia organiza essas actividades.

Quadro 169 – Teste de Pearson – Comunicação câmara municipal e a escola (Aveiro)

<i>[r.a.e. $\geq 1,96$, para $p=0,05$]</i>			Aveiro
Quando a câmara municipal organiza actividades, comunica à escola?	Não	Frequência observada	13
		Frequência esperada	6,3
		Resíduos ajustados estandardizados	3,8
	Sim	Frequência observada	6
		Frequência esperada	12,7
		Resíduos ajustados estandardizados	-3,8

Por outro lado, embora não se encontrem igualmente diferenças estatisticamente significativas, quando a junta de freguesia organiza actividades de lazer e tempo livre, é possível verificar através dos resíduos ajustados estandardizados do teste de independência do χ^2 , que a falta de

comunicação estabelecida com a escola, no distrito de Viseu, apresenta valores superiores ao esperado.

Quadro 170 – Teste de Pearson – Comunicação da J. Freguesia com a escola (Viseu)

<i>[r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05]</i>			Viseu
Quando a junta de freguesia organiza actividades, comunica à escola?	Não	Frequência observada	14
		Frequência esperada	11
		Resíduos ajustados estandardizados	2,2
	Sim	Frequência observada	0
		Frequência esperada	3
		Resíduos ajustados estandardizados	-2,2

Regra geral, qualquer tipo de comunicação apresenta no interior valores superiores aos do litoral e, a percepção da escola é a de que a comunicação com a câmara municipal é sempre maior quando é a autarquia a organizar actividades e não a escola, tanto no interior como no litoral.

Por distritos, sempre que é à escola que cabe a responsabilidade de organizar actividades de lazer e tempo livre, a Guarda aparece com os valores mais elevados tanto na comunicação da escola com o clube [$x=,44$], como com a câmara municipal [$x=,78$], ou com a junta de freguesia [$x=,67$].

A comunicação da escola com o clube apresenta portanto sempre valores muito baixos, a comunicação com a câmara municipal apresenta sempre valores muito elevados à excepção de Aveiro [$x=, 11$], e a comunicação com a junta de freguesia apresenta, em regra, valores médios com excepção de Viseu onde a escola indica não estabelecer qualquer comunicação.

Quando a organização não cabe à escola, a comunicação da câmara municipal é sempre superior que aquela que a escola estabelece com ela quando organiza essas actividades.

Os valores baixos registados pelo clube mantêm-se e, inclusivamente, Castelo Branco e Leiria têm a percepção que a comunicação entre eles é nula. Com a junta de freguesia, os valores mantêm-se intermédios.

No interior [$x=, 76$], a percepção que a escola tem é de que apenas com a câmara municipal a comunicação que se estabelece entre ambas é superior à

do litoral [x=, 59], pois a comunicação com o clube não se altera [x=, 14], e com a junta de freguesia, é superior no litoral [x=, 27].

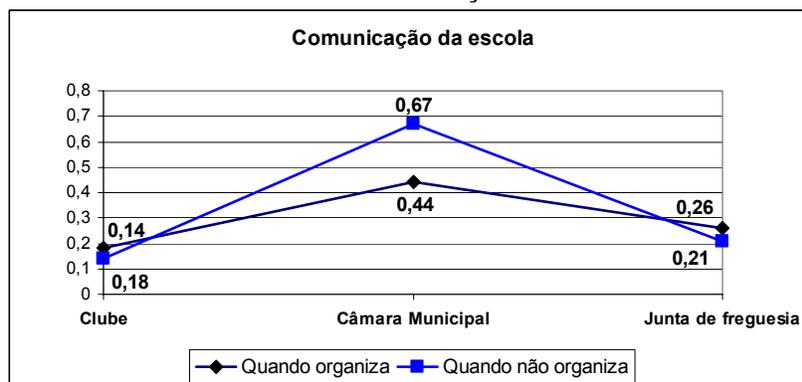
Quadro 171 – Dimensão da comunicação da escola

x	A escola organiza actividades de lazer			A escola não organiza actividades de lazer		
	Clube	C. Municipal	J. Freguesia	Clube	C. Municipal	J. Freguesia
Aveiro	, 16	, 11	, 11	, 21	, 32	, 21
C. Branco	, 17	, 33	, 50	, 00	, 83	, 17
Coimbra	, 10	, 70	, 30	, 10	, 90	, 30
Guarda	, 44	, 78	, 67	, 33	, 89	, 33
Leiria	, 13	, 50	, 38	, 00	, 88	, 38
Viseu	, 14	, 50	, 00	, 07	, 64	, 00

SÍNTESE 3.7 – Comunicação da escola na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer

O distanciamento que a escola vinha manifestando, principalmente com o clube, surge também nesta dimensão com uma deficiente comunicação e com valores muito baixos sendo ela a organizar as actividades de lazer e ocupação de tempo livre, ou não.

Gráfico 55 – Comunicação da escola



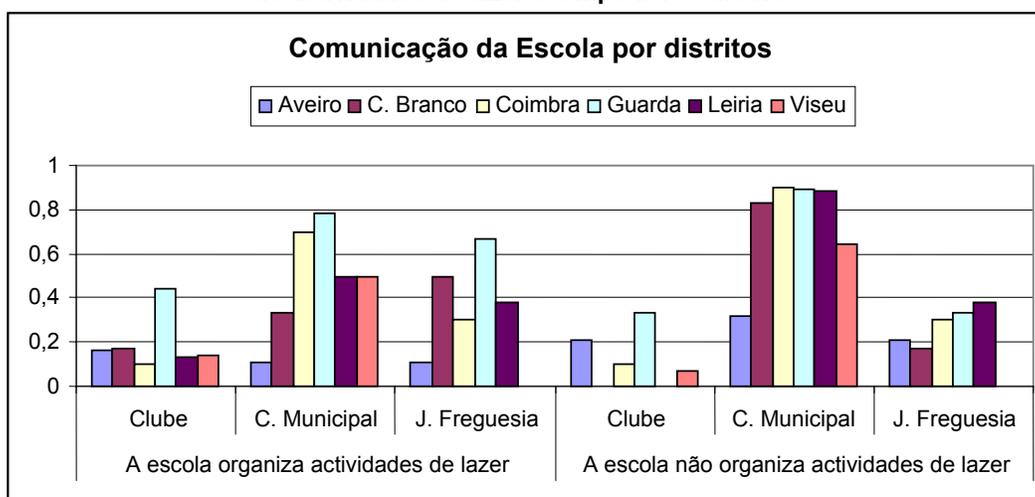
Sempre que a organização pertence à escola, a percepção que existe é a de que a comunicação é mais expressiva no interior.

A percepção verificada normalmente é a de que, quando a responsabilidade de organização das actividades é da câmara municipal a comunicação com a escola é sempre maior do que quando essa organização lhe pertence, e os

valores apresentados em qualquer forma de comunicação são mais elevados no interior. Os valores verificados com o clube mantêm-se sempre muito baixos tal como os com a junta de freguesia, ainda que estes se encontrem sempre ligeiramente superiores.

A escola do distrito da Guarda é quem apresenta valores mais elevados na comunicação com todos – câmara municipal, clube e junta de freguesia.

Gráfico 56 – Comunicação da escola na organização de actividades de lazer e tempo livre - distritos



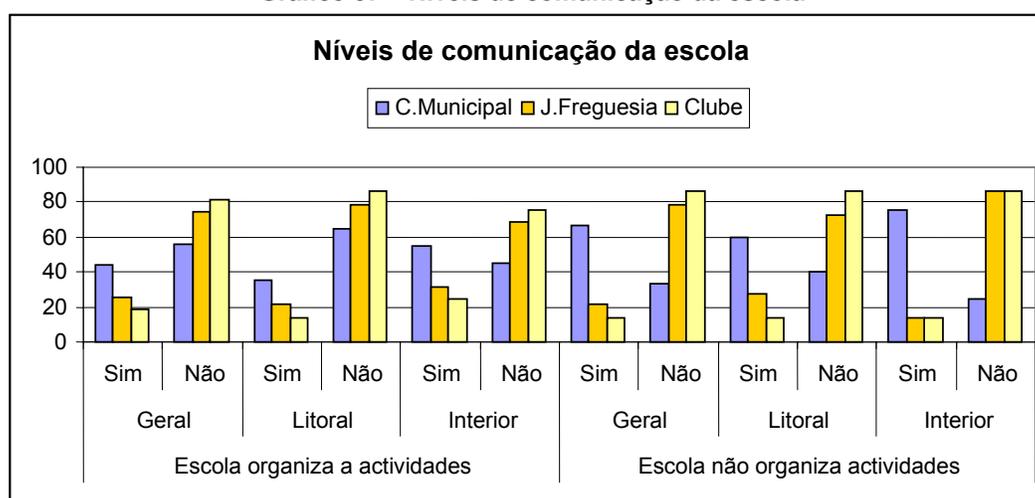
No estudo inferencial, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na comunicação que a escola estabelece com a câmara municipal, sempre que organiza actividades de lazer e tempo livre, no distrito de Aveiro, onde se registou um comportamento significativamente inferior ao esperado, e no distrito da Guarda, onde esse comportamento foi significativamente superior ao esperado

Do mesmo modo, quando é a câmara municipal que organiza actividades, existe uma diferença estatisticamente significativa na comunicação entre a câmara municipal e a escola, no distrito de Aveiro, com uma falta de comunicação superior à esperada.

Existe igualmente uma diferença estatisticamente significativa na comunicação estabelecida pela escola com a junta de freguesia, onde a comunicação é superior à esperada com a junta de freguesia, sempre que a escola organiza actividades de lazer e tempo livre, no distrito da Guarda, e uma comunicação inferior à esperada no distrito de Viseu.

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, verificou-se, através dos resíduos ajustados estandardizados que existe no distrito da Guarda um comportamento significativamente superior ao esperado no que respeita à comunicação que estabelece com o clube, sempre que a escola organiza actividades de lazer e tempo livre, tal como se verificou também que, quando a junta de freguesia organiza essas actividades, existe uma falta de comunicação significativa estabelecida com a escola, no distrito de Viseu.

Gráfico 57 – Níveis de comunicação da escola



3.8 - INTERACÇÃO DA ESCOLA NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Esta interacção deveria ser o corolário da comunicação estabelecida entre as partes interessadas na organização das actividades de ocupação de tempo livre e lazer.

Face à dificuldade de comunicação encontrada e aos interesses manifestados, nesta Dimensão procuramos analisar a percepção da escola relativamente à interacção que se estabelece com ela quando é a responsável pela organização, ou não, das actividades de lazer e tempo livre.

Quadro 172 – Dimensão da interacção da escola

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
INTERACÇÃO	Interesse	Interesse por uma interacção da Escola com a Autarquia e o Clube	Nível do interesse de uma interacção entre escola, autarquia e clube em actividades de lazer e tempo livre
	Valorização	Interacção Escola/Clube	Interacção escola/clube na organização de actividades de lazer e tempo livre pelo clube
		Interacção Escola/Câmara Municipal	Interacção escola/câmara municipal na organização de actividades de lazer e tempo livre pelo clube
		Interacção Escola/Junta de Freguesia	Interacção escola/junta de freguesia na organização de actividades de lazer e tempo livre pelo clube
		Interacção Clube/Escola	Interacção clube/escola na organização de actividades de lazer e tempo livre pela escola
		Interacção Câmara Municipal/Escola	Interacção câmara municipal/escola na organização de actividades de lazer e tempo livre pela câmara municipal
		Interacção Junta de Freguesia/Escola	Interacção junta de freguesia/escola na organização de actividades de lazer e tempo livre pela junta de freguesia

Curiosamente, a percepção que a escola tem do interesse em fazer interagir a comunidade escolar com o clube desportivo e a câmara municipal no desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre dos alunos pode ser considerado elevado [$x=3,74$; $s=1,207$; $mo=4$].

Compreende-se assim que, 87,9% da escola encontre um interesse suficiente (15,2%), muito interesse (48,5%) ou bastante interesse (24,2%) nessa interacção e apenas 7,6% encontre nisso, pouco interesse (6,1%) ou muito pouco interesse (1,5%).

Este interesse na interacção é mais valorizado nos distritos do interior [$x=4,00$; $s=,926$; $mo=4$] que nas escolas de distritos do litoral [$x=3,43$; $s=,899$; $mo=4$].

Na análise inferencial, pelo teste estatístico de Levene, verificou-se que havia a violação da normalidade da variância

Quadro 173 – Teste de Homogeneidade de Variância

	<i>Levene Statistic</i>	<i>Sig.</i>
Nível de interesse de interacção com a autarquia e o clube?	5,081	,001

De acordo com a metodologia adoptada, depois de verificada esta violação, foi utilizado o teste de Mann-Whitney de forma a verificar a diferença de comportamento entre os grupos correspondentes, cujo resultado foi o seguinte:

Quadro 174 – Teste de Mann-Whitney – Nível de interacção com autarquia e clube

<i>Nível de interacção com a autarquia e o clube</i>	Leiria - Viseu
Mann-Whitney U	19.000
Asymp. Sig. (2-tailed)	,006

Contudo, a percepção que a escola tem da realidade está muito aquém deste processo de intenções, principalmente quando a organização pertence à escola. Na verdade, quando a responsabilidade da organização das actividades é escolar, o processo interactivo com o clube [$x=,12$; $s=329$; $12,1\%$], a câmara municipal [$x=,29$; $s=,456$; $28,8\%$] e a junta de freguesia [$x=,17$; $s=,376$; $16,7\%$], é muito baixo.

Quando a responsabilidade da organização não pertence à escola, a sua interacção com os restantes parceiros – clube [$x=,71$; $s=,456$; $71,2\%$], câmara municipal [$x=,61$; $s=,492$; $60,6\%$] e junta de freguesia [$x=,20$; $s=,401$; $19,7\%$] – é percebida de uma forma muito mais próxima, o que a nosso ver, denota alguma incapacidade e acomodação da escola para uma maior abertura nesta relação.

Na análise da estatística inferencial dos dados relativos à interacção da escola com o clube, sempre que é ela que tem a responsabilidade e a iniciativa de organizar as actividades de lazer, verificou-se pelo Coeficiente de Pearson que havia diferenças estatisticamente significativas no distrito da Guarda

Quadro 175 – Coeficiente de Pearson

χ^2 Distrito Guarda	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	11,172	,048

onde, através dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, encontramos um comportamento significativamente superior ao esperado na interacção da escola com o clube.

Quadro 176 – Teste de Pearson– Interacção da escola com o clube

<i>Interacção da escola com o clube na organização de actividades de lazer e tempo livre</i>		<i>r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05</i>
		Guarda
Não	Frequência observada	5
	Frequência esperada	7,9
	Resíduos ajustados estandardizados	-3,2
Sim	Frequência observada	4
	Frequência esperada	1,1
	Resíduos ajustados estandardizados	3,2

Do mesmo modo, embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, registámos pelos resíduos ajustados estandardizados ($\geq 1,96$, para $p=0,05$) que a escola do distrito de Viseu apresenta um comportamento inferior ao esperado na interacção com a câmara municipal sempre que a escola organiza actividades de lazer.

Quadro 177 – Teste de Pearson – Interacção da escola com a câmara municipal

<i>Interacção da escola com a câmara municipal na organização de actividades de lazer e tempo livre</i>		<i>r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05</i>
		Viseu
Não	Frequência observada	13
	Frequência esperada	10,0
	Resíduos ajustados estandardizados	2,0
Sim	Frequência observada	1
	Frequência esperada	4,0
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,0

Por outro lado, no litoral, sempre que a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, a interacção da escola com o clube é muito mais reduzida [$x=, 08$; $s=, 277$; $8,1\%$] que no interior [$x=, 17$; $s=, 384$; $17,2\%$]. A situação inverte-se no litoral, embora mantendo sempre valores muito baixos, na interacção com a câmara municipal [$x=, 30$; $s=463$; $29,7\%$], e com a junta de freguesia [$x=,19$; $s=,397$; $18,9\%$], que é maior do que a que se verifica no interior também com a câmara municipal [$x=,28$; $s=,455$; $27,6\%$], e a junta de freguesia [$x=,14$; $s=,351$; $13,8\%$].

Por distritos, verifica-se que não há grande diferença na interacção que a escola estabelece com a junta de freguesia independentemente de quem tem a responsabilidade de organizar essas actividades. Os resultados praticamente mantêm-se quando a organização pertence a um ou a outro.

O mesmo não se poderá dizer em relação à interacção da escola com a câmara municipal ou o clube, quando a iniciativa da organização muda de mãos. Na verdade, sempre que a escola organiza actividades de tempo livre e lazer, a interacção tanto com a câmara como com o clube é muito mais reduzida do que quando não cabe à escola essa organização. E essa redução é muito mais acentuada na interacção com o clube do que com a câmara municipal, chegando mesmo a haver a percepção de alguns estabelecimentos escolares de Castelo Branco e de Leiria que davam como inexistente essa relação [$\chi^2 = 0,00$]. O esforço de aproximação da escola é maior em relação à câmara municipal do que ao clube, especialmente quando a responsabilidade de organização pertence à escola, no entanto, a escola encontra uma acentuada aproximação e interacção com o clube, se for este a organizar as actividades.

Quadro 178 – Interacção da escola quando organiza ou não actividades - Distritos

Interacção (x)	Quando a escola organiza actividades			Quando a escola não organiza actividades		
	Clube	C. Municipal	J. Freguesia	Clube	C. Municipal	J. Freguesia
Aveiro	, 11	, 21	, 11	, 53	, 37	, 21
C. Branco	, 00	, 33	, 17	, 50	, 33	, 17
Coimbra	, 10	, 30	, 30	, 90	, 70	, 30
Guarda	, 44	, 56	, 33	1,00	, 89	, 33
Leiria	, 00	, 50	, 25	, 63	, 88	, 25
Viseu	, 07	, 07	, 00	, 79	, 64	, 00

Na análise da estatística inferencial feita aos dados relativos à interacção da escola sempre que a responsabilidade e a iniciativa de organizar as actividades pertence à câmara municipal, verificou-se pelo Coeficiente de Pearson que havia diferenças estatisticamente significativas.

Quadro 179 – Coeficiente de Pearson

Distrito de Aveiro	Valor	Sig
Pearson Chi-Square	12,251	, 032

Pelos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$, para $p=0,05$), que identificam as células da tabela de contingência, verificámos que a escola no

distrito de Aveiro tem um comportamento significativamente superior ao esperado na falta de interacção com a câmara municipal

Quadro 180 – Teste de Pearson– Interacção da câmara municipal com a escola

		<i>r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05</i>	
		Aveiro	
Não	Frequência observada	12	
	Frequência esperada	7,5	
	Resíduos ajustados estandardizados	2,5	
Sim	Frequência observada	7	
	Frequência esperada	11,5	
	Resíduos ajustados estandardizados	-2,5	

Por outro lado, embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas quando são o clube ou a junta de freguesia a organizar as actividades de lazer, verificou-se sempre da parte da escola, através dos resíduos ajustados estandardizados ($r.a.e. \geq 1,96$ para $p=0,05$) a percepção de uma diferença de comportamentos da parte de ambos. Quando o clube organiza as actividades, a percepção da escola no distrito de Aveiro, é a de que este tem um comportamento significativamente inferior na interacção com a escola e, no distrito da Guarda, um comportamento de interacção, significativamente superior.

Quadro 181 – Teste de Pearson – Interacção do clube com a escola

		<i>[r.a.e. ≥ 1,96, para p=0,05]</i>		
		Aveiro	Guarda	
Quando o clube organiza actividades, Interage com a escola?	Não	Frequência observada	9	0
		Frequência esperada	5,5	2,6
		Resíduos ajustados estandardizados	2,1	-2,1
	Sim	Frequência observada	10	9
		Frequência esperada	13,5	6,4
		Resíduos ajustados estandardizados	-2,1	2,1

Em relação à junta de freguesia, quando esta organiza actividades de tempo livre e lazer, a percepção que a escola no distrito de Viseu tem é de que existe um comportamento significativamente inferior na interacção com a escola.

SÍNTESE 3.8 – Interacção da escola na organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer

Embora a escola manifeste um elevado interesse, no campo das intenções, em ter uma interacção com os seus parceiros, especialmente no interior, a verdade é que, tal como anteriormente com a comunicação, a percepção que a escola manifesta é a de um grande afastamento com a câmara municipal, o clube e a junta de freguesia, principalmente quando a organização pertence à escola.

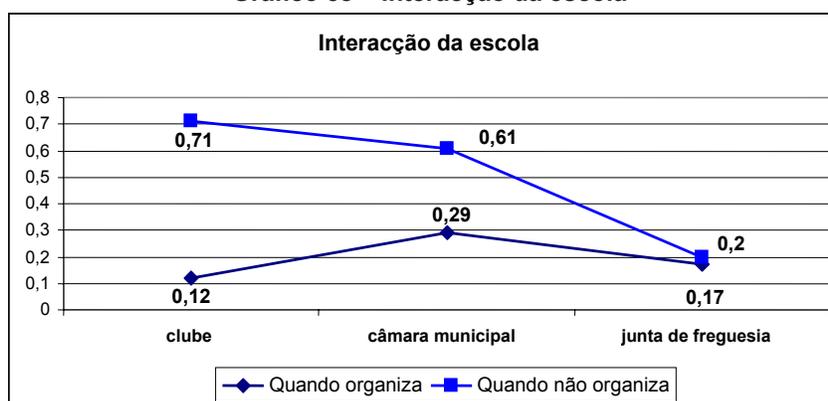
Quando a escola organiza as actividades de lazer e tempo livre, a interacção tanto com a câmara como com o clube é muito mais reduzida do que quando não cabe à escola essa organização. E essa redução é muito mais acentuada na interacção com o clube do que com a câmara municipal,

O esforço de aproximação da escola é maior em relação à câmara municipal do que ao clube, especialmente quando a responsabilidade de organização pertence à escola, no entanto, a escola encontra uma acentuada aproximação e interacção com o clube, se for este a organizar as actividades.

Se a responsabilidade da organização não pertence à escola, a interacção que parece haver com a escola é mais elevada, o que talvez indicie algum comodismo da escola na iniciativa de interagir.

No litoral, a escola entende que interage menos com o clube que com a câmara municipal e a junta de freguesia.

Gráfico 58 – Interacção da escola



Na análise da estatística inferencial, sempre que a escola organiza as actividades de ocupação de tempo livre e lazer, verificou-se pelo Coeficiente de Pearson que havia diferenças estatisticamente significativas no distrito da

Guarda, onde encontramos um comportamento significativamente superior ao esperado na interacção da escola com o clube.

Considerando a violação ao teste de Levene, a aplicação do teste de Mann-Whitney, de acordo com a metodologia adoptada, identificou diferenças de comportamento entre Leiria e Viseu na interacção da escola com a autarquia e o clube.

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, os resíduos ajustados estandardizados mostram que a escola do distrito de Viseu apresenta um comportamento inferior ao esperado na interacção com a câmara municipal sempre que a escola organiza essas actividades.

No entanto, sempre que a responsabilidade e a iniciativa de organizar as actividades de lazer pertence à câmara municipal, verificou-se pelo Coeficiente de Pearson que havia diferenças estatisticamente significativas.

Pelos resíduos ajustados estandardizados verificámos que a escola no distrito de Aveiro tem um comportamento significativamente superior ao esperado na falta de interacção com a câmara municipal.

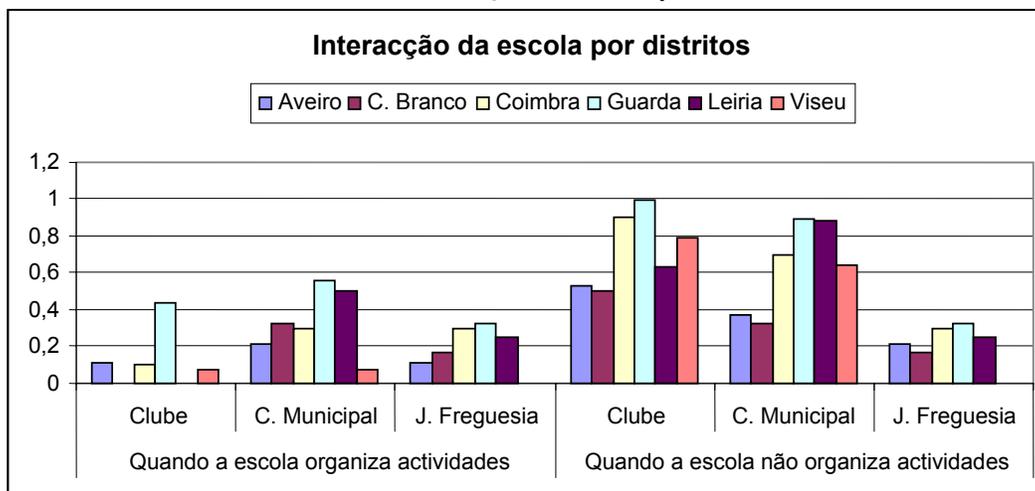
Por outro lado, embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas quando são o clube ou a junta de freguesia a organizar as actividades, verificou-se sempre, da parte da escola, a percepção de uma diferença de comportamentos da parte de ambos

Quando o clube organiza actividades de lazer e tempo livre, a percepção da escola no distrito de Aveiro é a de que este tem um comportamento significativamente inferior na interacção com a escola e, no distrito da Guarda, um comportamento de interacção significativamente superior.

Em relação à junta de freguesia, quando esta organiza as actividades, a percepção que a escola no distrito de Viseu tem é de que existe um comportamento significativamente inferior na interacção com a escola.

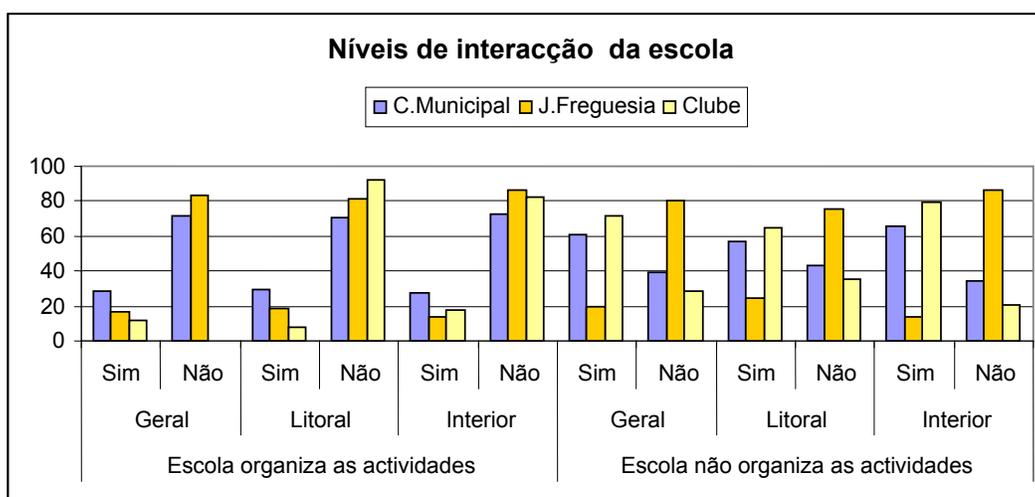
Por distritos, chega a haver a percepção de que há estabelecimentos de ensino em Castelo Branco e Leiria que não têm qualquer tipo de interacção com o clube.

Gráfico 59 – Interacção da escola por distritos



Genericamente, a interacção que a escola estabelece com a câmara municipal, o clube e a junta de freguesia, poderá ser identificada pelo gráfico seguinte:

Gráfico 60 – Níveis de interacção da escola



Por outro lado, é fácil verificar pelo quadro seguinte que tanto a comunicação como a interacção que a escola estabelece com o clube ou com a câmara municipal são muito reduzidas ainda que com a câmara municipal haja sempre uma maior preferência e com o clube não exista grande abertura.

Entre o litoral e o interior verifica-se uma repartição heterogénea de prioridades, mais até na interacção, já que o interior parece mais comunicativo.

Quadro 182 – Comparação das comunicações e interações da escola

Comunicação												
%	<i>Escola organiza a actividade</i>						<i>Escola não organiza actividade</i>					
	Geral		Litoral		Interior		Geral		Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
C.Municipal	43,9	56,1	35,1	64,9	55,2	44,8	66,7	33,3	59,5	40,5	55,2	44,8
J.Freguesia	25,8	74,2	21,6	78,4	31	69	21,1	78,9	27	73	13,8	86,2
Clube	18,2	81,8	13,5	86,5	24,1	75,9	13,6	86,4	13,5	86,5	13,8	86,2

Interação												
%	<i>Escola organiza a actividade</i>						<i>Escola não organiza actividade</i>					
	Geral		Litoral		Interior		Geral		Litoral		Interior	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
C.Municipal	28,8	71,2	29,7	70,3	27,6	72,4	60,6	39,4	56,8	43,2	65,5	34,5
J.Freguesia	16,7	83,3	18,9	81,1	13,8	86,2	19,7	80,3	24,3	75,7	13,8	86,2
Clube	12,1	87,9	8,1	91,9	17,2	82,8	71,2	28,8	64,9	35,1	79,3	20,7

3.9 - CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE A ESCOLA, A AUTARQUIA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Este reconhecido afastamento da escola, tanto com as autarquias mas principalmente com o clube, tem um conjunto de causas que se tornou necessário analisar e um conjunto de dificuldades de implementação de actividades de lazer e ocupação de tempo livre que esta Dimensão vai procurar compreender.

Quadro 183 – Causas e dificuldades da escola na interacção das actividades de ocupação de tempo livre e lazer

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
CAUSAS E DIFICULDADES NA INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	Causas	Causa para a falta de interacção da Escola com as autarquias	Razões para falta de interacção entre a escola e as autarquias na organização de actividades de tempo livre e lazer
		Causa para a falta de interacção da Escola com o Clube	Razões para falta de interacção entre a escola e o clube na organização de actividades de tempo livre e lazer
	Dificuldades	Implementação de actividades de lazer e tempo livre na escola	Dificuldade de implementação de actividades de tempo livre e lazer na escola

Da análise das razões que a escola encontra para esta falta de interacção com a autarquia na organização de actividades de lazer e tempo livre, é a falta de comunicação e diálogo aquela que registou maiores unidades de registo.

Contudo, há na área Psicológica indicadores de motivação e interesse que indicam pouco interesse e pouca motivação e sensibilidade atribuído em parte à própria escola e aos professores mas também à autarquia. Nesta área, aparece-nos também a indicação de que a falta de iniciativa neste tipo de organizações, tanto da escola como da autarquia, pode ser uma das razões para a inexistência desta interacção.

Quadro 184 – Razões para falta de interacção no lazer com a autarquia

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	23	31,9%	23	31,9%	23	31,9%
Informação	Comunicação	Falta de comunicação e diálogo	9	12,5%	9	12,5%	9	12,5%
Psicológica	Motivação e Interesse	Falta de motivação e interesse da Escola e Autarquia	3	4,2%	7	9,7%	12	16,7%
		Falta de motivação e interesse dos professores	1	1,4%		0,0%		
		Falta/diferenças de sensibilidade	3	4,2%		0,0%		
	Iniciativa	Falta de iniciativa da escola e Câmara	4	5,6%	4	5,6%		
	Hábitos desportivos	Falta de hábitos desportivos	1	1,4%	1	1,4%		
Apoios	Apoio	Falta de apoio autárquico	3	4,2%	3	4,2%	4	5,6%
	Transportes	Falta de apoio nos transportes	1	1,4%	1	1,4%		
Financeira	Financiamento	Falta de apoio financeiro	1	1,4%	1	1,4%	1	1,4%
Política	Estratégia	Ausência do representante da CM na A. de Escola	1	1,4%	1	1,4%	1	1,4%
Recursos Humanos	Quadro Humano	Falta de RH conhecedores na Câmara	3	4,2%	3	4,2%	3	4,2%
Gestão	Planeamento	Falta de planificação e de projectos	4	5,6%	4	5,6%	8	11,1%
	Organização	Incompatibilidades	2	2,8%	2	2,8%		
	Horários	Indisponibilidade de horários	2	2,8%	2	2,8%		
Actividades	Organização	Não são actividades prioritárias	1	1,4%	1	1,4%	5	6,9%
		Actividade desenquadrada do escalão etário	3	4,2%	3	4,2%		
		Actividades de lazer fora do PA da Escola	1	1,4%	1	1,4%		
Instalações e Equipamentos	Infra-estruturas	Por falta de espaços e instalações	1	1,4%	1	1,4%	2	2,8%
		A Escola está distante da sede de concelho	1	1,4%	1	1,4%		
Razões	Boa relação	Não há razões a relação é boa	4	5,6%	4	5,6%	4	5,6%

Por outro lado, parece-nos igualmente que na área da Gestão há indicadores de planeamento, organização e horários que podem reflectir igualmente algumas dificuldades, tendo por base a falta de planificação e de projectos, algumas incompatibilidades verificadas na organização pelo facto de ser conjunta e, alguma indisponibilidade manifestada com os horários escolares.

A falta de apoio da autarquia quando é apontada, é tida como mais ou menos generalizada mas, na área dos Recursos Humanos, a escola aponta algumas responsabilidades à câmara municipal por falta de técnicos e pessoal especializado neste domínio.

Do mesmo modo, parece-nos ainda que, os indicadores de organização na área das Actividades apontados pela escola podem reflectir alguma necessidade de um maior enquadramento uma vez que há indicações da parte da escola de que elas podem estar desajustadas em termos de escalões etários, não serem consideradas actividades prioritárias ou estarem inseridas como actividades de lazer fora do Plano de Actividades que a escola programou.

Com o clube, as razões para a falta de interacção que a escola aponta passam igualmente, mas de uma forma mais acentuada, pela área da Informação, onde também a falta de comunicação e de diálogo recebe mais unidades de registo.

Do mesmo modo, a escola encontra indicadores de motivação e interesse e de iniciativa dentro da área Psicológica que admite serem razões igualmente suficientes para este afastamento interactivo na organização das actividades. Embora atribua ao clube falta de iniciativa para desenvolver actividades de lazer e ocupação de tempo livre, reparte com ele a falta de interesse e de motivação na promoção dessas actividades e da consequente interacção.

Vale ainda a pena referir que, na área dos Apoios a escola tem a percepção de algumas dificuldades de meios, mais do que os do clube e que, na área da Gestão, para além de alguma dificuldade no estabelecimento de parcerias e de uma diferença nas estratégias onde assenta a percepção de que escola e clube têm objectivos diferentes com estas actividades, há indicadores no planeamento que a escola aponta para dificuldades de planificação conjunta das actividades, e nos horários onde entende que a incompatibilidade de horários escolares pode ser igualmente uma razão deste afastamento.

Quadro 185 – Razões para a falta de interacção no lazer com o clube

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	22	32,4%	22	32,4%	22	32,4%
Informação	Comunicação	Falta de comunicação e diálogo	18	26,5%	18	26,5%	18	26,5%
Apoios	Meios	Dificuldades de meios da escola	2	2,9%	3	4,4%	3	4,4%
		Falta de meios dos clubes	1	1,5%		0,0%		
Psicológica	Iniciativa	Falta de iniciativa do clube	6	8,8%	6	8,8%	14	20,6%
	Motivação e Interesse	Falta de interesse e vontade	8	11,8%	8	11,8%		
Financeira	Financiamento	Falta de verbas	1	1,5%	1	1,5%	1	1,5%
Gestão	Parcerias	Falta de parcerias	1	1,5%	1	1,5%	6	8,8%
	Estratégias	Diferença de objectivos entre a escola e o clube	1	1,5%	1	1,5%		
	Planeamento	Falta de planificação conjunta	2	2,9%	2	2,9%		
	Horários	Incompatibilidade de horários	2	2,9%	2	2,9%		
Instalações e Equipamentos	Infra-estruturas	Por falta de espaços e instalações	1	1,5%	1	1,5%	2	2,9%
		A escola está distante da sede de concelho	1	1,5%	1	1,5%		0,0%
Não há razões	Boa relação	Não há razões a relação é boa	2	2,9%	2	2,9%	2	2,9%

Contudo, para implementação das actividades de lazer e tempo livre na escola, a percepção que ela tem para ultrapassar as principais dificuldades passa essencialmente por um apoio ao nível das dificuldades de transportes. No entanto, é na área da Gestão que, a nosso ver, a escola encontra mais dificuldades. Na verdade, para além de indicar a percepção de que existe uma excessiva carga horária nos alunos, de sentirem algumas dificuldades de adequação dos horários dos alunos às actividades de lazer e de indicarem que os alunos dispõem de poucas horas livres nos horários, também entende que, da parte dos professores, há dificuldades de adequação nos horários e falta de créditos de horas aos professores. Nesta questão dos horários, mantém inclusivamente a noção de dificuldades e de alguma incompatibilidade generalizada dos horários da escola.

Ainda na área da Gestão, o planeamento reflecte-se no facto da residência dos alunos ser em localidades algo distantes da escola e na falta de apresentação de projectos de um ano lectivo que a escola considera longo.

Quadro 186 – Dificuldades de implementação do lazer na escola

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	4	2,8%	4	2,8%	4	2,8%
Apoios	Apoio	Falta de apoios das entidades locais	1	0,7%	1	0,7%	19	13,5%
	Transporte	Dificuldades de transportes	18	12,8%	18	12,8%		
Recursos Humanos	Quadro Humano	Necessidade de monitorização	8	5,7%	9	6,4%	9	6,4%
		Falta de pessoal discente	1	0,7%		0,0%		
Gestão	Horários (dos alunos)	Dificuldades de adequação de horários dos alunos	5	3,5%	21	14,9%	58	41,1%
		Carga horária excessiva dos alunos	14	9,9%		0,0%		
		Poucas horas livres no horário dos alunos	2	1,4%		0,0%		
	Horários (dos professores)	Dificuldades de adequação no horário dos professores	3	2,1%	5	3,5%		
		Falta de créditos de horas aos professores	2	1,4%		0,0%		
	Horários (dos prof/alunos)	Incompatibilidade de horários	5	3,5%	18	12,8%		
	Horários (Dificuldades)	Dificuldades de horários	6	4,3%		0,0%		
	Horários (Incompatibilidades)	Incompatibilidade de horários	7	5,0%		0,0%		
	Planeamento	Ano lectivo longo	2	1,4%	14	9,9%		
		Falta de apresentação de um projecto	3	2,1%		0,0%		
		Residência dos alunos em localidades distantes	8	5,7%		0,0%		
		Sobrelotação de alunos	1	0,7%		0,0%		
Instalações Equipamento	Material e equipamentos	Falta e dificuldades em material e equipamentos	6	4,3%	6	4,3%	16	11,3%
	Infra-estruturas	Falta de espaços e instalações de lazer/recreio	10	7,1%	10	7,1%		
Psicológica	Motivação e interesse	Falta de motivação dos alunos	8	5,7%	14	9,9%	30	21,3%
		Falta de interesse dos alunos	4	2,8%		0,0%		
		Pouca vontade dos órgãos de gestão da Escola	2	1,4%		0,0%		
		Falta de sensibilidade dos pais/enc. educ.	4	2,8%	5	3,5%		
		Falta de sensibilidade da escola	1	0,7%		0,0%		
		Falta de disponibilidade dos alunos	2	1,4%	10	7,1%		
		Falta de motivação e disponibilidade dos professores	8	5,7%		0,0%		
	Hábitos Desportivos	Falta de hábitos saudáveis	1	0,7%	1	0,7%		
Financeira	Financiamento	Dificuldades financeiras	4	2,8%	4	2,8%	4	2,8%
Actividades	Organização	Oferta excessiva/pouca procura	1	0,7%	1	0,7%	1	0,7%

Indicadores de material e equipamentos e de infra-estruturas na área das Instalações e Equipamentos, dão ideia que a escola pensa que ao existir falta de espaços e instalações de lazer e recreio e falta de material e equipamento

na escola para o efeito, é uma dificuldade importante de implementação das actividades de lazer e ocupação do tempo livre dos alunos.

A área dos Recursos Humanos reflecte um quadro humano que se pensa ser exíguo na monitorização especializada das actividades de lazer

Por outro lado, a área Psicológica tem indicadores de motivação e interesse que a escola aponta com alguma relevância, a nosso ver, para o conjunto de dificuldades sentidas. Assim, a falta de motivação dos alunos, aliada à falta de motivação e disponibilidade dos professores são unidades de registos muito valorizadas. Do mesmo modo, são apontadas alguma falta de sensibilidade e interesse, de vontade e de disponibilidade mais ou menos generalizada que abrange para além dos alunos e professores, os próprios órgãos de gestão da escola e os pais ou encarregados de educação dos alunos.

SÍNTESE 3.9 – Causas e dificuldades da interacção da escola

A escola deixa entender que, as razões para a falta de interacção com a autarquia na organização de actividades de lazer e ocupação dos tempos livres dos alunos, passa por uma falta de comunicação e de diálogo entre as partes e por uma manifesta falta de motivação e interesse pelas actividades e organização das mesmas, que se estende desde a autarquia à escola, incluindo os próprios professores. É provável que esta dificuldade possa estar na base de um conjunto de faltas de iniciativa que a escola reclama para ambos, aliada à falta de disponibilidade dos horários escolares e de uma falta de planificação e de projectos conjuntos. A organização de actividades, que por vezes existem, nem sempre se coaduna com os diferentes escalões etários.

Com o clube, as razões passam igualmente pela falta de comunicação e de diálogo de uma forma mais acentuada que a que foi indicada pela escola para a autarquia

Tal como anteriormente, também com o clube os indicadores de motivação, interesse e espírito de iniciativa são apontados pela escola como mais uma das razões para este afastamento na interacção entre ambos.

Neste quadro, para implementação das actividades de lazer e ocupação do tempo livre, a escola entende que deve necessitar de um maior apoio da

autarquia, principalmente ao nível de transportes, mas, fundamentalmente, resolver todos os problemas de horários escolares que ou por serem excessivos, incompatíveis ou desadequados com o tempo livre, se estendem desde os alunos aos professores.

Uma vez mais, a falta de motivação, disponibilidade e interesse da parte dos alunos e da parte dos professores mas, igualmente dos órgãos de gestão escolar e dos pais ou encarregados de educação, é muito valorizada pela escola. Eventualmente, algumas destas razões poderão ter relação com o facto apontado de a residência de parte dos alunos ser em localidades relativamente distantes da localização da escola.

3.10 - SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE A ESCOLA, A AUTARQUIA E O CLUBE NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER

Verificando-se um conjunto de causas e dificuldades para a interacção apontadas pela escola, surge a necessidade de perceber como é que a própria escola entende as soluções para promover e desenvolver a interacção com as autarquias e o clube na organização das actividades ocupação de tempo livre e lazer.

Quadro 187 – Sugestões de desenvolvimento e promoção da interacção da escola

Dimensões	Sub Dimensões	Categorias	Sub Categorias
SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA INTERACÇÃO ENTRE ORGANISMOS	Interacção entre organismos	Melhorar interacção da Escola com Câmara Municipal	Sugestões para melhor e mais regular interacção com a Câmara Municipal
		Melhorar interacção da Escola com Junta de Freguesia	Sugestões para melhor e mais regular interacção com a Junta de Freguesia
		Melhorar interacção da Escola com o Clube	Sugestões para melhor e mais regular interacção com o clube
	Intervenção escolar	Intervenção da escola no lazer	Tipo de intervenção necessário na escola na criação de momentos de lazer e actividades de tempo livre

Uma maior aproximação da escola com a câmara municipal deve passar pela necessidade que ambos devem sentir em planificar em conjunto as actividades

de lazer e tempo livre e fazerem a apresentação dos projectos também em parceria. Por isso se entende igualmente que a escola pense que para isso será necessário haver mais reuniões conjuntas e o estabelecimento de canais de comunicação e diálogo mais estreitos.

Na área da Gestão, a escola sente ainda necessidade de haver mais protocolos e parcerias e uma maior coordenação das actividades nos indicadores de organização.

Para além da escola sugerir ainda um maior apoio indiferenciado da câmara municipal, entende que uma das opções de política e desenvolvimento desportivo seria o de dar a conhecer à câmara municipal, de forma mais afirmativa, o Plano de Actividades da escola, e que a autarquia o valorizasse mais e lhe desse a devida importância.

Talvez isso possa contribuir para atitudes de maior eficácia sugeridas pela escola na implementação das actividades de lazer e tempo livre.

Quadro 188 – Sugestões para melhorar a colaboração entre escola e a câmara municipal

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	19	26,8%	19	26,8%	19	26,8%
Gestão	Planeamento	Planeamento conjunto e apresentação de projectos	16	22,5%	16	22,5%	23	32,4%
	Protocolos	Protocolos e parcerias	4	5,6%	4	5,6%		
	Organização	Maior interacção e coordenação nas actividades	3	4,2%	3	4,2%		
Política	Estratégia	Conhecimento do PA ao representante da CM na AE	2	2,8%	4	5,6%	6	8,5%
		CM dar importância ao PA da escola	2	2,8%		0,0%		
	Planeamento	Colocação de licenciados em EF nos SD da câmara	1	1,4%	2	2,8%		
		Melhor Projecto Educativo da Escola	1	1,4%		0,0%		
Actividades	Lazer	Maior eficácia em actividades de lazer e tempo livre	6	8,5%	7	9,9%	7	9,9%
		Implementar actividades de lazer na câmara	1	1,4%		0,0%		
Informação	Comunicação	Maior comunicação e diálogo. Mais reuniões	8	11,3%	8	11,3%	8	11,3%
Apoios	Apoio	Apoio municipal variado	5	7,0%	5	7,0%	5	7,0%
Psicológica	Motivação e Interesse	Maior sensibilidade na organização de actividades de lazer e tempo livre	1	1,4%	1	1,4%	1	1,4%
Não há sugestões	Boa relação	Existe uma boa colaboração/tudo normal	2	2,8%	2	2,8%	2	2,8%

Com a junta de freguesia, as sugestões não são muito diferentes. Pretende-se na área da Gestão, ao nível do planeamento, uma planificação conjunta com apresentação de projectos, uma maior eficácia nos protocolos e parcerias estabelecidas e, ao nível da organização, uma maior coordenação e articulação com eventual sector de desporto que possa existir.

Uma vez mais as questões de diálogo e de comunicação são importantes, sugerindo a escola a necessidade de existirem mais reuniões conjuntas para o efeito.

Quadro 189 – Sugestões para melhorar a colaboração entre escola e a junta de freguesia

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	29	44,6%	29	44,6%	29	44,6%
Gestão	Planeamento	Planeamento conjunto e apresentação de projectos	10	15,4%	11	16,9%	20	30,8%
		Hábitos de trabalho conjunto	1	1,5%		0,0%		
	Protocolos	Protocolos e parcerias	4	6,2%	4	6,2%		
	Organização	Maior interação e coordenação nas actividades	3	4,6%	5	7,7%		
		Boa articulação com sector de desporto se existir	2	3,1%		0,0%		
Política	Planeamento	Conhecimento do PA à Junta de Freguesia	1	1,5%	1	1,5%	1	1,5%
Informação	Comunicação	Maior comunicação e diálogo. Mais reuniões	5	7,7%	5	7,7%	5	7,7%
Apoios	Apoio	Apoio municipal variado	2	3,1%	2	3,1%	2	3,1%
Psicológica	Motivação e Interesse	Maior iniciativa e interesse na organização de actividades	6	9,2%	6	9,2%	6	9,2%
Instalações Equipamentos	Materiais e Equipamentos	Rentabilizar equipamentos desportivos escolares	1	1,5%	1	1,5%	1	1,5%
Dimensão Actividades	Desporto Escolar	Maior dinamização do Desporto Escolar	1	1,5%	1	1,5%	1	1,5%

Relativamente ao clube, a escola sugere igualmente, que entre as partes exista mais contacto, que se estabeleça mais diálogo e que a comunicação seja uma forma de se ultrapassarem essas dificuldades de organização de actividades.

A área da Gestão é muito solicitada pois, uma vez mais, no planeamento se sugere que exista e sejam apresentados projectos conjuntos e se criem hábitos de trabalho em grupo. Por outro lado, na organização, sugere-se uma maior e mais cuidada coordenação e interação entre ambos, na sequência das necessidades manifestadas anteriormente. A escola pensa ainda dentro desta área que é importante o estabelecimento e consolidação de protocolos e

parcerias conjuntas, bem como ultrapassar um conjunto de incompatibilidades que se registam com os horários escolares.

Ao nível da área das Actividades, a percepção que existe é a de que seria importante, por um lado, incrementar modalidades que estejam para além do futebol nas relações que a escola estabelece com o clube, ultrapassando questões que por vezes se prendem com a prática desportiva de atletas federados mas, igualmente, que exista e se fomentem intercâmbios do clube com o desporto escolar.

Acrescentamos ainda sugestões ligadas à formação desportiva com óbvias necessidades da existência de técnico com formação nessa área, com o sentimento escolar da necessidade de existir da parte do clube um maior espírito de iniciativa na organização de actividades de lazer e tempo livre e a preocupação manifestada na utilização e rentabilização de espaços e recursos desportivos escolares.

Quadro 190 – Sugestões para melhorar a colaboração entre a escola e o clube

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração					
			Unidade de Registo		Indicador		Área	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	23	34,3%	23	34,3%	23	34,3%
Informação	Comunicação	Mais diálogo/contacto/comunicação entre as partes	8	11,9%	8	11,9%	8	11,9%
Gestão	Planeamento	Apresentação de projectos conjuntos	9	13,4%	14	20,9%	26	38,8%
		Criação de hábitos de trabalho conjunto	5	7,5%		0,0%		
	Organização	Mais coordenação e interacção	5	7,5%	5	7,5%		
	Protocolos	Protocolos e parcerias	5	7,5%	5	7,5%		
	Horários	Horários escolares compatíveis	2	3,0%	2	3,0%		
Actividades	Desporto Escolar	Intercâmbio com o Desporto Escolar	3	4,5%	3	4,5%	6	9,0%
	Organização	Incrementar modalidades além do futebol/federados	3	4,5%	3	4,5%		
Formação	Formação (de Técnicos)	Existência de técnicos para formação	2	3,0%	2	3,0%	2	3,0%
Psicológica	Iniciativa	Maior iniciativa da parte dos clubes	1	1,5%	1	1,5%	1	1,5%
Instalações Equipamentos	Infra-estruturas	Maior utilização dos recursos da escola	1	1,5%	1	1,5%	1	1,5%

Posto isto, a escola entende que o tipo de intervenções que devem ser tomadas para a criação de momentos de lazer e tempo livre passam, na área da Gestão, por um conjunto de ajustamentos de horários tanto da parte dos

alunos como da parte dos professores. Assim, os alunos tanto carecem de cargas horárias com tardes livres e horas apropriadas para essas práticas, como de uma diminuição dessa mesma carga horária ou de uma flexibilidade de horários. Nos horários dos professores directamente envolvidos com estas práticas, sugere-se a criação de tempos próprios para a actividade e, no conjunto, a importância da criação de horários coordenados entre alunos e professores.

Quadro 191 – Tipo de intervenção na escola para criação de momentos de lazer e actividades de tempo livre

Área	Indicador	Unidades de Registo	Unidades de Enumeração						
			Unidade de Registo		Indicador		Área		
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	20	25,6%	20	25,6%	20	25,6%	
Gestão	Horários dos alunos	Horários com tardes livres/horas apropriadas	6	7,7%	8	10,3%	19	24,4%	
		Diminuição da carga horária	1	1,3%		0,0%			
		Flexibilidade de horários	1	1,3%		0,0%			
	Horários dos professores	Criação de tempos próprios nos horários	1	1,3%	5	6,4%			
	Horários prof.s/alunos	Coordenação de horários entre alunos e professores	2	2,6%		0,0%			
	Horários	Horários de transporte adequados	2	2,6%		0,0%			
	Projectos	Projectos	Apresentação de projectos a quem os promova (e pague)	3	3,8%	6	7,7%		
			Inclusão de momentos de lazer no Projecto Educativo	2	2,6%		0,0%		
			Diversidade de projectos adequados às idades	1	1,3%		0,0%		
	Psicológica	Motivação e interesse	Empenho e motivação do Conselho Executivo	1	1,3%	7	9,0%	12	15,4%
Criar maior motivação dos professores			2	2,6%		0,0%			
Criar maior motivação dos alunos			3	3,8%		0,0%			
Haver vontade dos professores			1	1,3%		0,0%			
Mudança de mentalidade dos alunos			2	2,6%	5	6,4%			
Mudança de mentalidade dos Enc. Educação			3	3,8%		0,0%			
Instalações Equipamento	Infra-estruturas	Construção de infra-estruturas para o lazer	1	1,3%	1	1,3%	10	12,8%	
		Melhorar os espaços físicos, instalações e equipamentos	7	9,0%	7	9,0%			
		Aproveitamento de instalações em férias escolares	2	2,6%	2	2,6%			
Recursos Humanos	Qualificação	Recursos Humanos qualificados	7	9,0%	8	10,3%	8	10,3%	
		Professores qualificados em actividades de lazer	1	1,3%		0,0%			
Financeira	Financiamento	Maiores Recursos Financeiros	2	2,6%	2	2,6%	2	2,6%	
Política	Estratégia	Valorização, participação e ocupação do tempo livre	1	1,3%	1	1,3%	7	9,0%	
		Bom relacionamento e abertura com comunidade local	6	7,7%	6	7,7%			

No indicador de projecto, surge uma vez mais a necessidade de uma apresentação conjunta de projectos, com indicação de responsáveis pela sua promoção e financiamento, surge igualmente a necessidade de inclusão de momentos de lazer que façam parte de forma explícita do Projecto Educativo da escola e, ainda, que na diversidade dos projectos a apresentar, seja tida em conta a adequação aos diferentes escalões etários.

Para a criação desses momentos de lazer na escola, torna-se igualmente importante, segundo a escola, intervir na área Psicológica, nomeadamente na motivação e no interesse. Deste modo, os órgãos de gestão da escola devem ser os primeiros a manifestar empenho e motivação na criação desses momentos mas, ao mesmo tempo, aumentar os níveis de motivação e vontade dos professores e dos alunos e provocar uma mudança de mentalidades não apenas dos alunos mas também dos pais ou encarregados de educação.

Sugere-se ainda que na área das Instalações Desportivas sejam melhorados os espaços físicos, instalações e equipamentos escolares e que o período de férias sirva para um melhor aproveitamento e rentabilização desses espaços. Para além da necessidade que a escola sente de uma maior qualificação na área de Recursos Humanos, é também muito importante que a escola não se apresente tão fechada mas estabeleça antes um bom relacionamento e uma maior abertura à comunidade local, valorizando ao mesmo tempo toda a participação e actividades de lazer e ocupação de tempos livres.

SÍNTESE 3.10 – Sugestões para melhorar a interacção da escola com a autarquia e o clube na organização de actividades de ocupação do tempo livre e lazer

Para se aproximar mais da câmara municipal, a escola sugere uma planificação conjunta das actividades de ocupação de tempo livre e lazer e uma apresentação de projectos em parceria. Reconhece ainda a necessidade do estabelecimento de mais protocolos e uma maior coordenação na organização das actividades. Para além de entender que a câmara municipal deve valorizar mais as actividades de lazer e dar-lhe o devido valor, tem a noção que nem

sempre consegue fazer chegar ao município o Plano de Actividades de forma que esse reconhecimento aconteça.

Também com a junta de freguesia, é sugerida a necessidade de uma planificação conjunta com apresentação de projectos e uma maior organização e coordenação das actividades articuladas com o desporto escolar. O diálogo e a comunicação são fundamentais para este processo interactivo entre ambos.

A importância da comunicação mantém-se com o clube como sendo a forma mais importante para se ultrapassarem todas as dificuldades de organização, criando-se hábitos de trabalho em grupo e apresentação de projectos comuns para o lazer. Devem ser estabelecidos mais protocolos e consolidados os que já existem. É importante que nas actividades a troca de experiências esteja para além do futebol e que o intercâmbio com o desporto escolar seja mais fomentado, sugerindo-se um maior espírito de iniciativa da parte do clube na organização de actividades de lazer e uma maior rentabilização de espaços e equipamentos desportivos escolares.

Deste modo, o tipo de intervenções deve ser no sentido de promover mais momentos de lazer explícitos no Projecto Educativo da escola, ajustando os horários de alunos e professores com esses momentos, e uma apresentação de projectos em conjunto, tantas vezes quantas as possíveis.

Torna-se pois importante fazer um apelo à motivação e interesse de toda a escola na criação desses momentos, incluindo os órgãos de gestão, e a uma mudança de mentalidades que passe igualmente pelos alunos e pais ou encarregados de educação. Os espaços físicos, instalações e equipamentos escolares devem ser melhorados e rentabilizados em períodos de férias escolares mas, é fundamental que a escola mostre uma maior abertura à comunidade local e não se encontre tão fechada em si.

CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO

Não encontramos trabalhos que, como o presente estudo, incidam em simultâneo, no exame da interacção entre a autarquia, o clube e a escola, na área do lazer e tempo livre.

A elaboração deste capítulo tem por objectivo relacionar os resultados conseguidos e, a nossa discussão será conduzida a partir de 5 linhas de análise, na sequência da orientação dada ao trabalho desde o início da sua elaboração: Valorização das estratégias de lazer para o tempo livre e colaboração na organização das actividades (i); Atitudes e valores com os desportos de lazer e de competição nos tempos livres – financiamento e incentivos de prática (ii); Adequação e protocolos de utilização das infra-estruturas desportivas no domínio da competição e do lazer (iii); Organização de actividades de ocupação do tempo livre e lazer, comunicação e organização (iiii); Causas e dificuldades da interacção encontradas na organização de actividades de lazer e tempo livre e, sugestões para o seu desenvolvimento e promoção (v).

1 - VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LAZER PARA O TEMPO LIVRE E COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES

Esta primeira análise procurou verificar a valorização dada, pelas entidades em estudo, ao lazer e ocupação dos tempos livres dos jovens em idade escolar através do estabelecimento de estratégias que tenham em vista esse fim.

Na revisão de literatura, a importância de verificar, dentro das estruturas formais, se na sua organização, se estabelecem ou não, um conjunto de relações e interacções entre a escola pública, o poder local e o clube desportivo no desenvolvimento de actividades desportivas, neste quadro do lazer e do tempo livre.

Os resultados deste nosso estudo mostram que parece existir uma percepção mais ou menos generalizada da vontade de se estabelecerem estratégias para ocupar o tempo livre dos jovens em idade escolar, muito embora se verifiquem algumas contradições que, aparentemente, mais parecem valorizar o interesse e a vontade do que propriamente a exequibilidade dessas estratégias, principalmente quando a interacção dessa estratégia toca a autarquia, o clube e a escola, como iremos continuar a ver ao longo deste estudo.

Embora na autarquia essa percepção seja expressiva [$x=, 86$], a verdade é que encontramos mais de 67% das câmaras municipais que nos indicaram, não preverem ou não estabelecerem estratégias ligadas a actividades de tempo livre e lazer nos seus Planos Directores Municipais (PDM) ainda que, em matéria de desporto, hoje como há 20 anos, a missão da Câmara Municipal continue a ser a de criar, melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática do desporto (Pereira, E. 2000:14).

Depois de vários estudos e autores indicarem uma generalização informal da prática desportiva (Bento, Pires, Constantino, Marivoet), sustentada por legislação convergente, não faz sentido que esta passe ao lado de um instrumento definidor como este, das linhas gerais da política de ordenamento físico e gestão urbanística do território municipal, como que ignorando estratégias de desenvolvimento desportivo assentes em actividades de lazer.

A forma como a realização de estratégias é efectuada, quer a sistemática [$x=, 93; mo=0$] quer a pontual [$x=1,66; mo=0$], denota igualmente o afastamento claro da percepção global que tem, das estratégias que gostaria de realizar de facto. Ora, a preferência evidenciada (e também reduzida) por estratégias pontuais²¹⁵ para poderem ser um factor positivo, só podem, a nosso ver, partir de projectos integrados em programas de desenvolvimento, como também refere Lopes, D. (1995:110), porque só estes permitem um planeamento global e ajustado ainda que Pereira E. (2000:18), testemunhe que “felizmente já existem câmaras municipais que realizam programas ou iniciativas pontuais” no âmbito do Desporto para Todos. Queremos admitir que a sistematização das actividades (ainda mais reduzidas) encontrada no litoral, possa ser explicada por uma maior implantação do desporto federado.

²¹⁵ - Gordinho, C. (2004:14), Lopes D. (1995:110) “Actividades desportivas avulsas”

Contudo, os resultados deste estudo mostram também que a percepção que a autarquia tem das estratégias mais importantes para o desenvolvimento desportivo na área do lazer e tempo livre, passa fundamentalmente pela organização de um conjunto de actividades desportivas ligadas às Férias Desportivas, torneios e eventos e actividades de carácter regular, em concordância com Pereira E. (2000:14), passa pela construção, aproveitamento e melhoria de instalações e infra-estruturas desportivas (Gordinho, 2004:11) e, passa por um apoio e colaboração com o clube desportivo e com o associativismo desportivo em geral (Araújo, J. 2003:44).

A percepção do apoio da autarquia ao desporto escolar é muito reduzido, indo ao encontro da opinião de Pereira E. (2000:19) que refere a limitação de uma intervenção autárquica aos graus de ensino em estudo e da opinião de Pina, M. (2002:30) que refere que falta institucionalizar definitivamente e objectivamente uma relação de cooperação, visando proporcionar a prática desportiva aos jovens em idade escolar.

Contudo, Melo de Carvalho, em entrevista à Revista Desporto (2002:34-38), refere que decidiu abraçar um projecto autárquico na câmara municipal porque é o único lugar onde diz ser possível “exercer alguma influência através do desporto, no próprio desenvolvimento da sociedade” e, considera que para se evoluir a autarquia deve intervir no desporto escolar. Considera ainda que, numa perspectiva de desporto para todos, a influência ou impacto que se verifica na política desportiva autárquica, nomeadamente nas decisões do reordenamento do território, embora intensa, tem o problema de, por vezes, a autarquia tem um ordenamento nem sempre bem organizado.

O Desporto Escolar sente alguma dificuldade de reconhecimento por parte da autarquia e do clube desportivo como sugerem, na literatura, vários autores como Pereira E. (2000), Carvalho M. (2002), Monteiro E. (2001) e onde Pina M. (2002:32) vai mais longe ao afirmar que existem resistências para o sistema federado entrar na escola por ser selectivo e exclusivo em oposição ao desporto praticado na escola que é inclusivo e universal. Quanto ao Desporto Escolar, que segundo Luz C. (2000:39) é a falta de coerência que melhor define a situação, atrevíamo-nos mesmo a dizer que até a própria escola, não só não o enaltece, como até o situa de alguma forma um pouco à sua margem.

Esta tese vem reforçar de algum modo, as preocupações demonstradas por Pina M (2002:30) que reconhece a necessidade de “articular em conjunto as actividades de desporto escolar, numa lógica de complementaridade e rentabilização de instalações e recursos humanos, especialmente dos professores e técnicos desportivos e de recursos financeiros” e, ao mesmo tempo, “definir estratégias de intervenção conjuntas contemplando um apoio significativo às escolas do 2º e 3º ciclos do EBS que desenvolvam projectos/actividades desportivas.” (ibidem)

Estes projectos, programas e planeamento, só podem realmente passar pela criação de uma interacção entre autarquia, escola e clube, onde se enquadre a colaboração e interacção na organização das actividades, no sentido que Constantino (1992:101) lhe atribui quando refere que “os municípios têm de assegurar ao lado da escola pública e dos clubes, condições que possibilitem aos cidadãos a prática do desporto” ou, tomando uma atitude que, em matéria de prática desportiva, Costa M.²¹⁶ (2000:79) refere para cada município como “saber perfeitamente em que área pretende interferir respeitando as autonomias de cada Sistema” articulando, apoiando ou financiando, dentro dessa interacção, as organizações responsáveis por organizações de carácter regular e, “não investir em organizações pontuais, que do exterior as vem promover, realizar e consumir recursos, mas pouco deixam para os organismos e praticantes locais”.

Por isso, Marta C.²¹⁷ (2004:28-29) refere a sua intervenção na autarquia, “em primeiro lugar na escola, a quem compete mudar a mentalidade do sistema social, educativo e desportivo, em segundo lugar numa estratégia que passe pelo livre associativismo desportivo e em terceiro lugar por uma participação directa da autarquia em responsabilidades e domínios que complementem os vectores referidos”.

É ainda Pina M. (2002:33) que defende uma definição de estratégias conjunta de intervenção nas escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário

²¹⁶ - Subdelegado Regional de Leiria do Instituto Nacional de Desporto, Professor de Educação Física

²¹⁷ - Presidente da câmara municipal de Tondela, professor de educação física – “6ª Congresso Nacional de Gestão de Desporto – Inovar para Melhor Competir”

entre a autarquia e a escola, de forma a alargar a oferta de actividades desportivas.

Vários estudos têm feito referência a uma maior procura de actividades desportivas de lazer (Marivoet S. 1988;1998) e, este nosso estudo, mostra que da parte da autarquia existe essa preocupação já que, nos transmite a percepção de ter uma maior colaboração [$x=,95$] com os clubes na organização de actividades de lazer [$x=3,22$], comparada com idêntica colaboração em actividades de competição federada [$x=3,12$]. No entanto, nem sempre esta preocupação está de acordo com a sua prática.

Por outro lado, os resultados do nosso estudo mostram também que, poucas vezes [$x=2,05$; $m_0=0$] o clube desenvolve essas estratégias de ocupação de tempos livres muito embora tenha a percepção que as procura desenvolver, principalmente nos municípios do litoral. Contudo, existe ainda uma grande tendência para que, quando o faça, se divida entre a competição e o lazer, com particular preferência pelas actividades de competição²¹⁸ nos distritos do litoral que é, como veremos na discussão das Atitudes e Valores, o domínio a que o clube mais importância dá, apesar de todo o processo de boas intenções que manifesta e da percepção que tem de aproximação ao lazer.

Acreditamos que a maior valorização da competição no litoral, está relacionada com um maior desenvolvimento do associativismo desportivo federado, na sequência da comparação que Correia A. (2000:137) faz quando refere que com “os atletas inscritos nas várias associações regionais, constata-se que a implantação geográfica das modalidades em Portugal, acompanha o desenvolvimento social e económico do país, isto é, a sua prática tem maior expressão ao longo do litoral, com relevo especialmente para Lisboa e Porto”.

Na prossecução dos objectivos de desenvolvimento, no quadro do “modelo europeu de desporto”²¹⁹ é reconhecida a coexistência de diferentes níveis de prática desportiva desde o lazer à alta competição com tendência, como refere Santos, A (2004:106) para que “a prática informal/não organizada se esteja a

²¹⁸ - Gordinho, C. (2004:14) “Existem ainda hoje, muitos concelhos onde a intervenção da autarquia é virada quase exclusivamente para a pequena ‘franja’ da população, o desporto federado.

²¹⁹ - Nas conclusões do X Fórum Europeu de Desporto (Bruxelas, Outubro de 2001) recorda-se a responsabilidade do federado em “matérias de transparência, de solidariedade, de democracia e de desenvolvimento do desporto de vocação social e educativa”

superiorizar em relação à prática efectuada em clubes, escolas e espaços comerciais” (confirmada pelo estudo do Eurobarómetro da Comissão Europeia) reforçando, mais à frente, a ideia de que os “clubes devem diversificar a oferta de actividades para os praticantes que não pretendem exclusivamente a competição.” (ibidem)

Este processo de intenções em valorizar estratégias de lazer, verifica-se igualmente na escola, com a indicação de que existe uma preocupação clara no Projecto Educativo [x=, 73] e um desenvolvimento explícito de actividades de lazer no Plano de Actividades [x=, 82]. Estamos em crer que existe, a este nível, uma boa quota parte de responsabilidade do “Projecto de Desporto Escolar” que, como recorda Monteiro E. (2001:24) deverá ser parte integrante do Projecto Educativo e do Plano de Actividades

Ao mesmo tempo, surge um empenhamento [x=3,12; mo=4] em práticas de lazer quantificado com um nível de suficiente e, a percepção da importância dos programas escolares deverem incluir programas e meios de educação para o lazer [x=, 92] que, a escola quantifica também como ligeiramente acima do suficiente [x=3,23; mo=4] indo de certa forma ao encontro das conclusões de um estudo do Eurobarómetro denominado, “Os cidadãos da União Europeia e o Desporto”²²⁰ (2004). Neste estudo considera-se que não só o desporto deve ocupar um lugar proeminente, e cada vez maior nos programas escolares, como ainda, que a instituição escolar em Portugal, parece desempenhar um papel importante na socialização dos valores de cultura físico-desportiva (Marivoet 2005:50).

É ainda nesta perspectiva que recuperamos o que Daniel Sampaio²²¹ preconiza para a educação da escola actual: “a instrução (aquisição de conhecimentos), a estimulação (desenvolvimento da personalidade) e a socialização (interiorização de condutas e valores para a vida em sociedade)”.

É na escola do interior que recolhemos a indicação de que existe uma maior valorização do lazer no Projecto Educativo [x=, 79] e no Plano de Actividades [x=, 83], no empenhamento por actividades de lazer no seio da sua comunidade

²²⁰ - Estudo sob a égide da Comissão Europeia com base num inquérito aplicado a 24.791 cidadãos aos 25 estados membros da União Europeia na continuidade do mesmo inquérito aplicado em 2003 somente aos 15 estados membros da altura.

²²¹ - in A Cinza do Tempo, p. 199

escolar [$x=3,34$; $mo=4$] e um maior interesse em que os programas escolares incluam outros programas e meios para o lazer [$x=$, 97].

Este facto, poderá sugerir-nos que a escola do interior privilegie o lazer de forma mais acentuada do que o litoral, devido ao maior afastamento em que se encontra com o quadro federado relativamente ao litoral, agravado pela pouca relação que a escola tem com o clube, e o clube com a escola, como temos verificar ao longo do trabalho.

Fica também claro que a autarquia manifesta uma percepção de maior colaboração na organização de actividades com o clube [$x=$, 95] do que com a escola [$x=$, 84]. Esta aproximação não é estranha para nós, dado que ao longo da nossa vida profissional nos habituámos a ver presidentes de câmaras municipais a assumirem a presidência da Mesa da Assembleia Geral, em regra, do clube mais representativo da terra pouco tempo após a sua tomada de posse na autarquia.

No entanto, a imagem que a autarquia transmite é a de que esta prioridade está mais voltada para as actividades de lazer [$x=3,22$; $mo=3$] do que para as de competição federada [$x=3,12$; $mo=4$] muito embora, haja mais câmaras municipais a apoiar mais vezes a competição do que o lazer o que de, certa forma, confirma em parte Lopes D. (1995:109) que refere maior intervenção das câmaras municipais na área do Desporto Rendimento apoiando clubes e só depois o lazer, tal como, o apoio prioritário ao clube e só depois à escola.

A quantificação atribuída à colaboração com a escola não chega a suficiente [$x=2,78$; $mo=3-4$] verificando-se que, se o seu empenhamento na colaboração de realização e programas desportivos ocupacionais é considerado baixo [$x=2,93$; $mo=3$]. Contudo, tanto a colaboração na criação de incentivos de prática desportiva de lazer e tempo livre [$x=3,10$; $mo=4$] como a rentabilização de espaços e equipamentos desportivos [$x=3,15$; $mo=3$], apresentam níveis aceitáveis.

Por norma, todos estes tipos de colaboração foram sempre mais expressivos no litoral, particularmente a tentativa de maior rentabilização de espaços e equipamentos desportivos, que a nosso ver, uma vez mais, tem a competição no centro de uma boa parte dessa necessidade.

Por outro lado, o clube desportivo privilegia a sua relação em primeiro lugar com a câmara municipal [$x=3,34$; $mo=4$], em segundo lugar com a junta de freguesia [$x=2,83$; $mo=4$] e só depois, com valores muito baixos, a escola [$x=1,85$; $mo=3$]. Esta relação privilegiada com a câmara municipal está também a nosso ver, ligada a interesses manifestados com a competição federada [$x=3,08$; $mo=4$] restando para a escola o estabelecimento de uma relação muito pouco expressiva na área do lazer [$x=1,38$; $mo=0$]. Estes resultados vão ao encontro também daquilo que se tem mostrado uma manifesta procura de apoios do clube por parte da autarquia quando Pereira E, (2000:15) refere que “o subsídio (ou comparticipação financeira) é a palavra mais pronunciada pelos dirigentes desportivos nos corredores e nos gabinetes dos responsáveis pelas administrações autárquicas” ou, por todo um conjunto de apoios que se estendem pela “cedência de transportes, materiais, equipamentos e infra estruturas desportivas, apoio técnico, logístico e acesso a informação” (ibidem).

Por seu turno, a escola manifesta para com o clube uma relação de muito pouco interesse [$x=1,56$; $mo=0$] de tal forma que Pina M (2002:30) defende ser altura de se estabelecerem “relações de confiança, de definir estratégias, de rentabilizar recursos, de clarificar objectivos na procura de soluções consistentes e consequentes,” de modo a facilitar a prática de programas desportivos de ocupação dos tempos livres

Tal como o clube já tinha manifestado anteriormente uma relação de muito pouco interesse com a escola, muito embora a relação que diz privilegiar mais, seja com a câmara municipal, a verdade é que esta relação assume valores muito baixos [$x=2,70$; $mo=3$]. Estamos convencidos que este afastamento surge porque aquilo que a escola hoje praticamente tem para oferecer ao clube, é a coabitação das suas instalações desportivas já que Pina M. (2002:26) nos recorda que “o conflito entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado é antigo e conhecido” recordando um conjunto de opiniões de especialistas que na literatura referem esta problemática (Pires:1991, Sobral:1991, Bento:1991, Constantino:1996).

Nesta perspectiva, Pinto M.; Graça, A. (2004:188) referem que o programa de desporto escolar não induz alterações nas concepções de desporto escolar dos

professores que mantêm inalteradas as suas crenças, nomeadamente, a importância do rendimento, do treino, da competição e da evolução das equipas no desporto escolar – a pretensa analogia com o trabalho desenvolvido nos clubes.

Mas, para além da necessidade que a escola tem de “estabelecer parcerias, formas de cooperação, em definitivo e sem complexos com o clube desportivo”, Pina M. (op.cit:30) reconhece que “o movimento associativo, por si só, não entra na escola, não mobiliza a população escolar, chega com dificuldade aos professores” o que, à partida surge como um desafio para não perder oportunidades de realizar a promoção da modalidade, de mobilizar a população escolar, numa lógica de orientação quer de praticantes, quer de árbitros e juizes, até à selecção de talentos”.

O apoio à junta de freguesia como elemento de ligação ao clube desportivo, praticamente não existe [x=, 27] acreditando nós que esse afastamento se deva muitas vezes a questões políticas, de simples relacionamento, e de reconhecimento de que nem sempre as juntas de freguesia são autónomas em recursos materiais, humanos e financeiros

2 - ATITUDES E VALORES COM OS DESPORTOS DE LAZER E DE COMPETIÇÃO NOS TEMPOS LIVRES – FINANCIAMENTO E INCENTIVOS À PRÁTICA

É evidente a percepção [x=, 99] que a autarquia mostra de sensibilidade ao lazer, quantificando-a em bom nível [x=3,81; mo=4]. No entanto, a percepção que a autarquia tem de sensibilidade para com a competição, assume também valores de sensibilidade elevados [x=, 92] e um nível igualmente alto [x=3,23; mo=3] pelo que, a percepção das câmaras municipais do litoral ao valorizarem mais a competição do que o lazer, parece-nos lógico e vai ao encontro do desenvolvimento do associativismo desportivo nesta zona do país, referido por Correia, A. (2000:137)²²²

²²² - “Os maiores distritos são Lisboa, Aveiro, Porto, Setúbal e Faro que se encontram na faixa mais desenvolvida do litoral” (FPA 2:28)

E esta tendência não se altera porque a percepção que a autarquia mantém no apoio a políticas de desenvolvimento desportivo passa preferencialmente pela criação de condições para a prática de desporto de lazer [$x=3,75$; $mo=4$] e só depois, pela criação de condições para a prática de desporto de competição [$x=3,48$; $mo=4$].

Os resultados deste estudo indicam que, neste aspecto, a prioridade passa em primeiro lugar pelo apoio ao clube e associativismo desportivo [$x=4,10$; $mo=4$] e só depois, pelo apoio às escolas e ao Desporto Escolar do concelho [$x=3,36$; $mo=3$].

A forma como se traduz o apoio da autarquia à prática do desporto de lazer e ocupação do tempo livre, passa prioritariamente pela área da Gestão através de todo um conjunto de apoios logísticos, na organização de actividades e programas ou do estabelecimento de contratos-programa. Depois, surge um apoio ao nível das instalações e equipamentos desportivos e de diversas infra-estruturas desportivas, materiais e equipamentos.

O financiamento às actividades de lazer através da atribuição de subsídio surge apenas em terceiro lugar.

No entanto, o apoio da autarquia à prática do desporto de competição federada é claramente preferencial no financiamento²²³ das actividades através da atribuição de subsídios e de financiamentos ao futebol, o que leva Sousa T. (1996:295) a referir “o comensalismo a que por habitação (obviamente sustentada!) se remeteram alguns clubes relativamente às autarquias, de tal forma que os seus dirigentes parecem confundir o orçamento do clube com o da própria autarquia.” E dá imensos exemplos de jornais. Não admira pois que Sousa T. (op.cit.: 281) reforce a sua opinião esclarecendo que o “crescimento económico do futebol tem sido alcançado à custa da fragilização de outras valências, em especial a recreação (prática recreativa, como lazer activo)”

²²³ - Gordinho, C. (2004:12) – “Nem sempre é exercido da maneira mais correcta e transparente; seria importante que os gestores políticos repensassem as políticas de apoio ao associativismo que praticam ... os dirigentes políticos não se podem esquecer que o dinheiro de que dispõem deverá ser administrado e destinado a todos os municípios e não apenas a alguns.”

Pereira, E. (2000:15) – “Há que repensar as políticas de apoio ao associativismo e há que integrá-las num contexto que consagre o nº crescente de pessoas que não se revê nessas organizações nem considera que estas as representam”

Só depois aparecem nos apoios à competição, a área da Gestão, através de apoios logísticos, organização de actividades e programas e do estabelecimento de contratos programa.

A área das Instalações e Equipamentos surge em terceiro lugar num apoio direccionado para as infra-estruturas, materiais e equipamento.

Nesta questão do financiamento, os resultados do nosso estudo apontam para uma clara prioridade ao clube e à competição federada tanto mais que existem diferenças acentuadas relativamente à percepção que as autarquias têm quando se trata de apoiar os clubes com competição ou sem competição federada e, ainda mais acentuadas, quando a opção é entre a escola ou o clube.

Qualquer que seja a situação, o litoral manifesta-se sempre muito mais generoso que o interior.

Por outro lado, na relação que o clube estabelece entre as práticas de lazer e de competição, verificamos de forma evidente, pela percepção manifestada, que a o clube atribui maior importância à competição [$x=3,89$; $mo=5$] do que ao lazer [$x=3,34$; $mo=4$] e que, na quantificação da sua prática, a competição [$x=3,52$; $mo=4-5$] é ainda mais importante que o lazer [$x=2,98$; $mo=4$].

O litoral, dá mais importância e quantifica a sua prática desportiva em relação à competição de uma forma mais acentuada que o lazer, mostrando para com este uma “*décalage*” mais pronunciada. Por seu turno, o interior, embora mantendo a mesma tendência, aproxima os valores considerados médios da competição e do lazer.

A percepção de que mais de metade dos clubes desportivos manifestam não desenvolver actividades desportivas de ocupação de tempos livres onde caibam aqueles jovens com pouca aptidão e pouco jeito para o desporto em geral, parece ir ao encontro da maior apetência manifestada para a prática competitiva em detrimento da prática de lazer e, a sua quantificação apenas serve para confirmar a nossa conclusão.

Contudo, num estudo de Powers et al. (2002) citado por Santos, M. (2004:47) que procurava avaliar o tipo, a frequência e a duração das actividades extracurriculares, verificou-se que os desportos de competição atraíam os jovens com melhor aptidão física mas, afastavam os menos aptos. Já as

actividades não competitivas atraíam jovens com diversos interesses e níveis de aptidão, o que, parece querer mostrar, no seu todo, um certo conflito entre “a oferta e a procura”.

Os dados recolhidos do interior, mostram uma ligeira e melhor participação destes jovens ainda que não consigam sequer chegar a metade dos clubes desportivos.

Na escola, por exemplo, a quantificação da percepção do interesse que os pais e alunos têm por actividades de lazer para ocupação de tempos livres apresenta valores que se situam no limite do suficiente, embora a percepção geral desse interesse seja considerado grande.

Leónea Santiago, et al. (2004:188) procuraram indagar em que medida a escola, enquanto instituição que busca garantir o saber, o conhecimento sistematizado a todos os seus educandos, tem abordado questões afectas ao trabalho e conseqüentemente ao tempo livre. Da análise confirmatória, concluíram que a escola é um local de formação e transmissão de valores culturais e éticos, não identificando, no entanto, questões relativas à discussão do tempo livre. Urge por isso, concluem os mesmos, que a escola manifeste preocupações com o tempo livre considerando que não apenas o aluno, mas também o professor, são consumidores do produto, na senda do que refere Bento (2001:18) que só fomos educados para o trabalho e não fomos educados para valorizar o tempo livre.

Para Camerino, Oleguer (2002:39-40), o sistema educativo formal, reduz-se à escolarização e à aprendizagem de destrezas básica fundamentais para o desempenho na vida laboral dos indivíduos, pelo que, as actividades de lazer no âmbito extra-escolar podem criar hábitos que podem levar a um melhor aproveitamento do tempo livre. Por isso, reforça, é importante não negligenciar a abordagem das actividades de lazer no desporto para escolar, qualquer que seja a sua forma de manifestação de forma a despertar interesse pelos alunos em actividades físicas em momentos de ócio e em eventos organizados pelas associações desportivas, culturais ou autárquicas que lhes são mais próximas.

No entanto, quando a escola é confrontada, entende que é mais importante educar os alunos para o trabalho do que para o lazer indo ao encontro de Félix, M. (2004:121) que concluiu que “existe a necessidade de uma renovação da

escola que, ao inscrever-se ainda numa óptica moderna, não responde às necessidades do indivíduo, no que diz respeito à construção da sua identidade e à educação para o lazer, nem da sociedade, no que diz respeito à formação de atitudes responsáveis e sustentáveis de intervenção no meio”.

Tal como Rui Garcia concluiu, da análise de vários documentos, citado por Félix, M (2004:64) que parece que a educação deixou de ser o objectivo principal da escola, cedendo o seu lugar à formação profissional o que, para esse autor, é um perigoso equívoco.

É no interior que encontramos maior percepção da escola do interesse e da quantificação desse interesse dos pais e dos alunos por essas actividades de lazer, assim como, maior valorização tanto da educação para o trabalho (preferencialmente) como para o lazer, em relação ao litoral.

Apenas verificamos na escola do litoral uma maior percepção em comparação com o interior que, da parte dos professores, exista uma maior preocupação relativamente aos tempos livres dos alunos.

3 - ADEQUAÇÃO E PROTOCOLOS DE UTILIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO DOMÍNIO DA COMPETIÇÃO E DO LAZER

Para as condições de prática desportiva, a autarquia transmite-nos uma ideia consistente, mostrando como os espaços e equipamentos desportivos do concelho, estão mais adequados para a prática de desportos de lazer [$x=3,62$; $mo=4$] do que para desportos de competição [$x=3,25$; $mo=3$]. A visão que o clube tem é exactamente a contrária, isto é, a melhor adequação dos espaços desportivos do concelho à sua disposição são para a competição [$x=2,84$; $mo=3$] e não para o lazer [$x=2,56$; $mo=3$], verificando-se ainda que essa noção é de que essa adequação é sempre considerada insuficiente.

A escola, por seu lado, indica-nos que no seu espaço envolvente existem condições de prática, promoção e desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre dos alunos [$x=3,35$; $mo=3-4$].

Estudos efectuados por Baranowsk et al., 1993; Klesges et al., 1990; Sallis et al. 1993, citados por Santos, M. (2004:106), indicam que, entre crianças e adolescentes, a disponibilidade de espaços exteriores parece ser importante pois, o tempo que os jovens passam ao ar livre é um factor que aparece como fortemente relacionado com a actividade física. Esta autora refere ainda que os seus estudos apontam para a necessidade de se intervir ao nível do planeamento dos espaços públicos para que as áreas de lazer sejam adequadas em quantidade e em qualidade. Por outro lado, citando ainda Evenson e Moginn, (2004), refere a importância da criação de condições para a utilização dos espaços desportivos escolares fora do contexto curricular, uma vez que as escolas estão, habitualmente, na área de residência dos seus alunos.

Relativamente a protocolos de utilização de espaços e de instalações desportivas, o nosso estudo verifica que é com a escola que a câmara municipal estabelece mais protocolos embora exista para com o clube, uma relação muito importante a este nível. Por outro lado, a escola tem uma maior aproximação com a câmara municipal no estabelecimento destes protocolos e com o clube uma relação muito pouco expressiva. Assim, pelo facto de verificarmos que a ligação do clube a este nível é preferencialmente voltada para a câmara municipal e a ligação com a escola é pouco mais que residual, ficamos a pensar que a ligação da câmara municipal à escola é veículo de transmissão de futuros protocolos entre o clube e a câmara.

Estes resultados vão ao encontro de outro resultado do nosso estudo que mostra, pela percepção da autarquia, do clube e da escola que a câmara municipal é efectivamente, e de longe, a maior proprietária do conjunto de espaços que têm servido para o estabelecimento deste protocolos.

4 - ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPO LIVRE E LAZER, COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO

Do conjunto de indicações no que respeita à organização de actividades de ocupação de tempo livre e lazer, os resultados do nosso estudo indicam que é a câmara municipal que tem conseguido organizar mais actividades em relação

ao clube, de uma forma que consideramos substancial e, em clara oposição ao pouquíssimo trabalho que a escola manifestou a este nível.

A semelhança de resultados entre litoral e interior é praticamente comum nas três instituições embora com um ligeiríssimo ascendente do litoral na organização destas actividades.

Acreditamos que a praia aliada ao período de férias escolares e ao tipo de programas desportivos preferidos seja um factor importante:

- Autarquia – Torneios e Férias Desportivas
- Clube – Futebol, Atletismo, Basquetebol, Natação
- Escola – Torneios e Férias Desportivas.

Em sintonia com os resultados verificados na organização de actividades de lazer e tempo livre, constatamos pelas percepções transmitidas, que sempre que existe a organização de uma actividade, seja qual for a entidade responsável pela organização, é a câmara municipal aquela que mais comunica a realização dessas actividades e, é ao mesmo tempo, aquela com quem todos mais comunicam. A escola, está em sentido exactamente oposto, é sempre a entidade com quem menos comunicam mas também, que menos comunica com os seus parceiros a organização de actividades de lazer.

A relação que a câmara municipal estabelece com todos é sempre relativamente elevada e a relação que a escola estabelece com todos apresenta sempre valores baixos.

A relação que o clube estabelece com a câmara municipal tem sempre valores altos e com a escola tem sempre valores baixos.

A Autarquia do interior, interage mais com clube e escola, quer esta organize ou não as actividades desportivas de lazer, enquanto o clube do interior, em regra, interage mais com a câmara municipal e o clube (excepto com CM quando organiza)

A Escola do interior interage mais se não organiza, mas depois, a heterogeneidade é grande

Esta atitude volta a repetir-se relativamente à interacção entre as entidades excepto quando não é a escola que as organiza. Nessa altura, verifica-se que a escola interage com a câmara municipal e mais ainda com o clube, apresentando em ambos os casos valores relativamente elevados.

5 - CAUSAS E DIFICULDADES DA INTERACÇÃO, ENCONTRADAS NA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE LAZER E TEMPO LIVRE E SUGESTÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO

Estas dificuldades de interacção na organização de actividades de lazer e ocupação de tempo livre sentidas pela autarquia para com o clube, baseiam-se em grande parte nas dificuldades da organização propriamente dita.

De acordo com a percepção que a câmara municipal tem a este respeito, a maior questão parece ser fundamentalmente, a falta de planeamento e a descoordenação entre a autarquia e o clube, aliado a uma falta de diálogo e de comunicação entre ambos, a pouca dinâmica na organização e a falta de financiamento. Vale ainda a pena referir a indicação da percepção de falta de formação e de sensibilidade dos dirigentes do clube para o lazer.

No atinente à falta de interacção da câmara municipal com a escola, a percepção que a autarquia manifesta é que passa fundamentalmente por uma falta de diálogo e de comunicação. A ideia de que a escola se encontra muito fechada ao meio, é corroborada pelo clube e vai ao encontro de Pourtois, Desmet²²⁴(1999:29) citado por Félix, M (2004:64) que indica “alguma resistência ao desejo e prazer”, uma certa “rejeição da imaginação”, alguma manutenção por “horários rígidos e parcelados” e até um “alinhamento dos bancos” cuja imagem reflecte exactamente alguma paragem no tempo. Esta atitude contribui para que muitas vezes as suas organizações de actividades não sejam comunicadas e se limitem ao seu interior, devido a alguma falta de sensibilidade e aptidão dos docentes para o lazer e uma grande descoordenação na organização dessas actividades denunciadas ao longo do trabalho.

Ao mesmo tempo, não devemos esquecer: as dificuldades apontadas para a falta de recursos humanos, principalmente da autarquia, o grande problema de uma maior e melhor interacção de horários escolares, a ausência de parcerias e protocolos nesta área do lazer que provoca uma certa falta de planeamento conjunto, a falta de sensibilidade e de formação de agentes para o

²²⁴ - Pourtois Desmet (1999) A Educação Pós – Moderna, Lisboa, Instituto Piaget

desenvolvimento de práticas e projectos de lazer, e até, problemas relacionados com o transporte de alunos.

Na óptica do clube desportivo, a falta de interacção com a câmara municipal nas actividades de lazer, situa-se em grande parte em indicadores de motivação e interesse onde, o empenhamento e a falta de interesse dos responsáveis municipais pela matéria é relevante. Contudo, existe igualmente na área da comunicação, uma forte convicção de que os canais de comunicação e de informação entre ambos são precários chegando por vezes a prevalecer algum mau relacionamento ou uma exígua informação relativamente à organização e desenvolvimento de actividades.

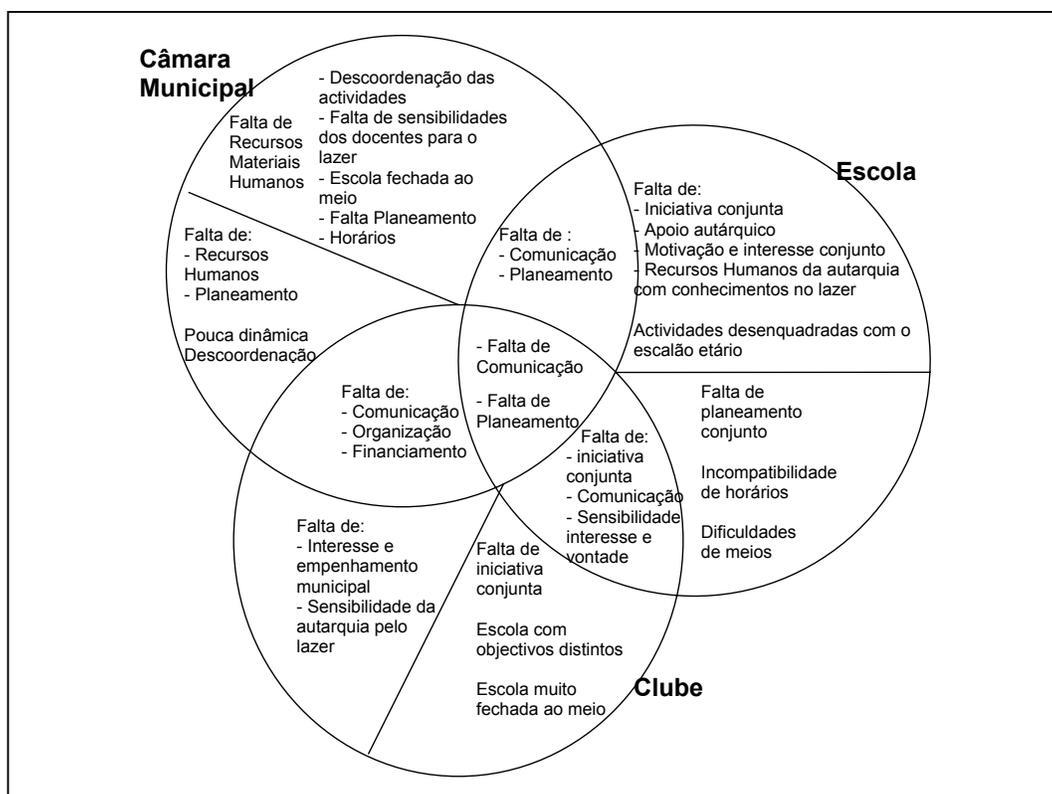
Torna-se assim evidente que a noção que o clube parece ter da câmara municipal é o de uma certa falta de organização à qual não pode estar alheia alguma reclamada insensibilidade para o lazer dos responsáveis municipais pela organização das actividades. E, uma vez mais, como já nos habituou este binómio clube/autarquia, a noção de que existe (e mantém-se) uma falta de financiamento da autarquia para o desenvolvimento e organização das actividades.

Segundo ainda o clube, a sua falta de interacção com a escola está basicamente relacionada com o distanciamento verificado entre ambos onde a falta de comunicação e informação é exígua. Por isso, a percepção do clube é a de que a escola se mantém muito fechada ao meio e à comunidade orientando-se por objectivos que considera distintos daqueles porque o clube se orienta mas que Garcia, R. (2005:24) reclama como imperioso a “perfeita consonância entre a comunidade escolar e os pais ou encarregados de educação”

Em todo este contexto, transmite a percepção de que a falta de motivação e interesse é de alguma forma comum no estabelecimento desta relação e interacção, seja pela falta de sensibilidade que consideram existir entre os docentes e os órgãos de gestão escolares, seja pela pouca disponibilidade em interagirem os professores, os dirigentes desportivos e a escola e o clube em geral.

Do ponto de vista da escola, as dificuldades de interagir com a câmara municipal reflectem-se em grande parte na falta de comunicação e diálogo entre ambos mas, a percepção de que existe uma falta de iniciativas conjuntas, que se reflecte na falta de planeamento e apresentação de projectos, também é muito grande. Muito provavelmente, na base deste distanciamento, encontra-se uma falta de motivação e interesse, também referido, em ambos os lados, bem como, a ausência no município de recursos humanos conhecedores da organização destas actividades que, muitas das vezes, a escola tem a percepção que se organizam de forma desenquadrada do escalão etário.

Quadro 192 – Zonas de conflito na interacção



Nesta sequência, como forma de passar a existir uma maior e mais eficaz interacção, a câmara municipal sugere ao clube o estabelecimento de uma maior comunicação e reuniões de trabalho conjuntas e, uma planificação atempada das actividades comuns, como forma de maior dinamismo, maiores iniciativas e maior cooperação. À escola, sugere igualmente a realização de uma planificação e reuniões conjuntas e, de uma organização com maior articulação, informação, colaboração e apoio mútuo, com maior comunicação e

diálogo entre as partes e um maior espírito de iniciativa da parte da própria autarquia.

Por seu turno, o clube sugere à câmara municipal mais e melhores parcerias e protocolos, uma maior relação na comunicação, com mais reuniões conjuntas. Sugere ainda que a autarquia manifeste maior interesse e motivação pelas actividades de lazer e tempo livre, tenha mais iniciativas na organização dessas actividades e crie um Gabinete Técnico Municipal onde estas actividades sejam mais valorizadas e melhor reconhecidas.

À escola, sugere entre outros aspectos, que o seu planeamento tenha uma maior convergência de interesses e empenhamento mútuo, que a escola manifeste um maior envolvimento junto da comunidade e não se feche tanto ao meio, que a relação entre ambos seja mais comunicativa e de maior diálogo, e que, possam existir mais parcerias e protocolos entre ambos e uma maior troca de experiências em intercâmbios com o Desporto Escolar a fomentar em conjunto na sequência do que nos recorda Garcia, R. (2005:29) que “o desporto na escola – curricular ou extracurricular – deve proporcionar aos jovens a vivência significativa do tempo livre e, ao mesmo tempo, possibilitar-lhes a aquisição de hábitos de prática desportiva úteis para a vida.”

Ao surgirem novas formas de actividade física que a sociedade já assumiu sem complexos, mostrando os novos sentidos do Desporto, este resultados parecem ser concordantes com Félix, M. (2004:43) ao referir que a escola parece ainda não tê-los compreendido manifestando por vezes até alguma relutância em diversificar as práticas desportivas curriculares e extracurriculares. Félix, M., apoiando-se em Rui Garcia²²⁵ (ibidem), refere ainda que a escola mantêm-se fiel a um modelo que não se justifica “nem na tradição, nem nas actuais tendências de diversidade” e dá como exemplo disto a tendência da escola fazer a distribuição de créditos horários para as actividades físicas extracurriculares unicamente por actividades com quadro competitivo do Desporto Escolar, quando Lipovetsky²²⁶ indica que proliferam práticas livres de cronómetro, de confronto e de competição

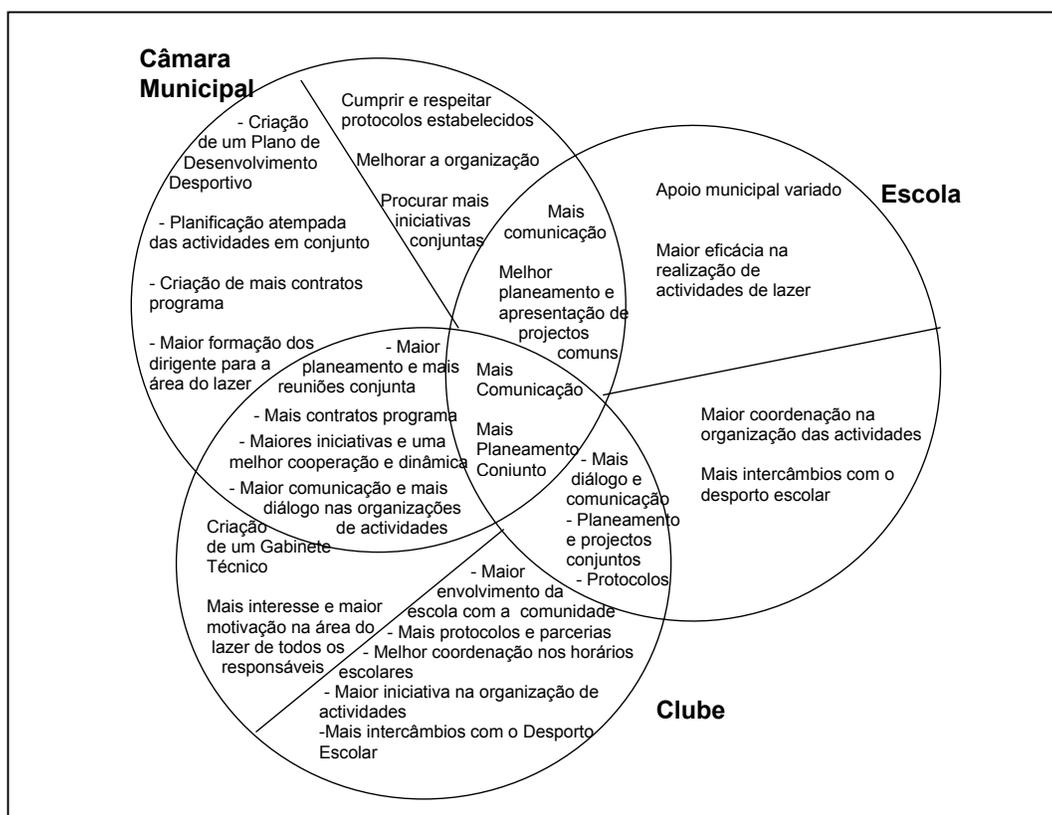
²²⁵ - Garcia, R. (1999) “Educação Física: um problema cultural – II”, in Suplemento Educação – Cultura – Escola, parte integrante do Diário do Sul de 5 de Maio d 1999, Évora.

²²⁶ - Lipovetsky, (1989:21) “A era do Vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo, colecção Antropos, Relógio D’Água, Lisboa, p158

A escola pelo seu lado, sugere à câmara municipal, que procure estabelecer um planeamento das actividades em conjunto com a apresentação de projectos comuns, que se criem canais de comunicação, de informação e de diálogo entre os dois e que exista maior eficácia em actividades de lazer em tempo livre, a par de um conjunto de apoios diversificados da autarquia que na percepção da escola têm faltado.

Ao clube sugere, o estabelecimento uma vez mais de contactos permanentes que levem ao diálogo e comunicação, um planeamento que contemple projectos comuns e a criação de hábitos de trabalho em conjunto, maior coordenação e o estabelecimento de mais e melhores parcerias e protocolos e um intercâmbio maior com o Desporto Escolar na perspectiva talvez da conclusão dos estudos de Lugão, Elizabeth (2004:376) que entende que os intercâmbios com o denominado Clube Escolar nas escolas do Rio de Janeiro onde são oferecidos programas de actividades desportivas fora do horário escolar, permitiram uma vivência mais plena da cidadania, um melhor aproveitamento do tempo livre do jovem em idade escolar e, um estilo de vida mais activo e com melhor qualidade de vida.

Quadro 193 – Zonas para intervenção inter – instituições



Os resultados avaliados no presente estudo, são concordantes com alguma literatura que frequentemente sugere a necessidade de uma maior cooperação e interacção no mesmo sentido em que Dias, I. (2002:24-25), após analisar o Desporto e Autarquias no séc. XXI, conclui que só uma verdadeira colaboração, cooperação e parceria entre a escola, o movimento associativo desportivo, as autarquias locais e a administração pública em geral, poderão dar um bom contributo para ultrapassar erros de políticas desportivas até hoje existentes em Portugal. Deve estipular, continua a mesma autora, funções, papéis e competências das partes e não continuar no estado em que estamos em que todos fazem tudo e “protegem-se” dizendo que por fazerem “quase tudo” não conseguem fazer “muito mais”.

Os indicadores para as dificuldades encontradas para implementação do lazer na escola, apontam ainda para um conjunto de incapacidades de adequação de horários tanto de alunos como de professores que, no caso dos alunos, parecem estar aliados ainda a manifestações de excesso de carga horária e redução de horas livres para estas actividades assim como, um conjunto de dificuldades e incompatibilidades generalizadas nessa coordenação.

Estas dificuldades estão muitas vezes relacionadas com problemas e dificuldades de transportes que a escola não consegue solucionar e com alguma falta de espaço e de instalações de lazer e recreio. Contudo, há todo um conjunto de indicadores de motivação e interesse que se estendem desde a falta de motivação e interesse, tanto dos alunos como dos professores, e ainda alguma falta de vontade dos órgãos de gestão e de sensibilidade para esta área, tanto dos pais e encarregados de educação como da escola na sua globalidade.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

A Constituição da República consigna e a Lei de Bases do Desporto regula, atribuições à Administração Central de responsabilidades no âmbito da definição, coordenação e dinamização de uma política nacional de desenvolvimento desportivo. Na 3ª edição revista da Constituição da República, verificamos que reputados constitucionalistas como Gomes Canotilho e Vital Moreira, são da opinião que “no ponto 2 do artº 79 da Constituição da República, é estabelecida uma imposição constitucional de promoção da cultura física e desporto, em colaboração com as escolas e as associações e, colectividades desportivas, o que aponta para um modelo de colaboração do Estado com as estruturas autónomas do desporto, indiferente do facto de serem públicas ou privadas.”

Mercê da sua óbvia e estreita ligação às populações e uma vez atribuídos os meios e recursos necessários, a Administração Local apresenta-se, ou pelo menos deve-se apresentar, em condições ideais para concretizar na sua área de jurisdição, o direito ao desporto como meio de cultura e formação de imprescindível importância, em colaboração com os representantes locais da administração central, do associativismo desportivo e da escola.

Se por um lado o município é parte envolvente neste processo, parece-nos, por outro lado, que o conceito básico que visiona a escola e o associativismo desportivo, como importantes interlocutores e verdadeiros intermediários no desenvolvimento desportivo nacional, é, no nosso país, um dado pacífico e absolutamente adquirido.

Verifica-se igualmente a necessidade de existir uma complementaridade entre a educação física e o desporto que se pratica na escola, como meios imprescindíveis e fundamentais na formação multilateral dos jovens e do desporto praticado nos clubes e, como meio de ocupação educativa dos tempos livres dos jovens.

Se tudo parece portanto sugerir que estão criadas condições mínimas necessárias para que no desporto português se verifiquem sinais evidentes de um desenvolvimento desportivo, conseqüente e assente na interacção e cooperação entre a câmara municipal, o clube e a escola, porque razão isso

não só não se verifica como ainda existem ruídos de fundo que dificultam precisamente essa aproximação de trabalho e de relacionamento mais estreito entre todos?

A câmara municipal, demonstrando nem sempre ter estratégias adequadas para o desenvolvimento desportivo regional e das práticas desportivas de lazer em particular, deixa-se muitas vezes envolver por práticas de gestão ocasionais que vão ao encontro da actividade oportunista ou por projectos de megalomania política e de vaidades pessoais que colocam em risco um sustentado desenvolvimento que por vezes lhes passa ao lado, acabando muitas das vezes, por confundir a razoabilidade dos seus próprios limites de acção.

O associativismo desportivo e o clube em particular, não obstante muitos dos reconhecidos serviços relevantes prestados ao país, hipoteca muitas vezes a sua verdadeira função social deixando-se condicionar excessivamente por preocupações de ordem competitiva comprometidas com o rendimento desportivo que, em regra, conduzem a um extremismo selectivo que favorece os mais aptos física e tecnicamente em prejuízo da restante população jovem ou adulta, dificultando-lhe ou, até mesmo, coarctando-lhe, um direito que lhe assiste como necessidade básica que é a pratica do desporto.

Até mesmo nos casos de colectividades mais pequenas onde existe um espírito de envolvimento de actividades desportivas de forma a contemplar o maior número de jovens, as limitações lógicas de instalações desportivas acabam por dificultar a possibilidade de um trabalho não tanto competitivo e mais participativo por inoperância, acima de tudo, de um bom entendimento na utilização e aproveitamento de instalações escolares ou protocoladas com a autarquia local.

Também a escola tem-se mostrado muito fechada em si mesma, revelando dificuldades de trabalho coordenado entre a gestão e os docentes, particularmente com os docentes da área de educação física, não revelando igualmente, capacidade de organização e iniciativa, condições de instalações e disponibilidade pedagógica necessária para ir ao encontro e corresponder àquilo que parece ser uma manifesta vontade da juventude em termos de necessidades locais da educação física, do desporto e da ocupação dos tempos livres.

De facto, é curioso verificar que a câmara municipal, o clube e a escola, se dizem perfeitamente identificados e sensibilizados para a área do lazer e ocupação de tempos livres dos jovens mas, em termos objectivos, toda a atitude demonstrada aponta para uma mais estreita relação com modelos voltados para a competição, uma aproximação privilegiada entre a autarquia e o clube e um certo afastamento da escola, mais em relação ao clube do que à autarquia.

A autarquia refere que não tem por hábito organizar actividades de lazer e ocupação de tempo livre, apenas cerca de metade das câmaras municipais manifesta esse hábito; o clube indica que tem estratégias para o desenvolvimento de actividades desportivas nesta área mas, a média de actividades organizadas revelou-se muito baixa; a escola confirma que o Plano de Actividades e o projecto educativo contemplan o desenvolvimento de actividades de lazer e ocupação de tempos livres contudo, refere que não tem também por hábito organizar actividades desportivas com esses objectivos.

Em termos globais, tudo aponta para que a região litoral do país seja mais sensível à competição e o interior mais sensível às práticas de lazer.

Pese embora, a autarquia manifeste a percepção de ter interesse no apoio ao Desporto Escolar, parece evidente a pouca importância que lhe é dada por esta e pelo clube que, pelo carácter selectivo das suas actividades encontra resistências para entrar na escola. Num quadro comparativo, a prioridade de apoio da autarquia é, sem dúvida, o clube e o associativismo desportivo.

Por outro lado, até a própria escola nem sempre parece saber utilizar da melhor maneira o Desporto Escolar numa lógica de complementaridade extracurricular.

Contudo, parece significativo ainda assim, que a escola e o clube sugiram mutuamente o estabelecimento de protocolos e intercâmbios de actividades desportivas, tendo por base o Desporto Escolar numa interacção e relacionamento que deve ser entendido e concretizado numa perspectiva de dinâmica de abertura à comunidade, dinamizando relações com a família, a autarquia, os agentes culturais e económicos, o associativismo desportivo,

através do diálogo e interesse mútuo em perfeita articulação com toda a comunidade envolvente

A escola, manifesta preocupações dos jovens, dos pais e dos professores, relativamente ao tempo livre. Valoriza inclusivamente a formação no tempo livre e reconhece o valor formativo na educação pelo lazer mas, no entanto, num quadro comparativo, dá mais importância à escola na educação para o trabalho

Admitimos como muito plausível que esta auto-clausura da escola com a comunidade que a envolve seja de alguma forma responsável pelo seu isolamento com os restantes parceiros ainda que, com a autarquia, a maior aproximação verificada neste nosso estudo seja, muitas das vezes, alimentada por um conjunto de apoios que são significativos e complementam a intervenção do Ministério da Educação, de forma directa ou indirecta, nomeadamente, no apoio financeiro, apetrechamento, formação, documentação, transportes, apoio logístico e na organização de actividades.

Por outro lado, os resultados deste estudo, parecem ir de encontro à literatura que sugere que o clube, muito mais comprometido em si mesmo com a competição e o rendimento, oferecendo à população actividades desportivas de um modo geral selectivas onde os melhores têm sempre lugar, não encontra na escola o seu parceiro ideal.

A autarquia torna-se assim para o clube, o parceiro privilegiado não pela sua vocação com práticas desportivas mas, pela dependência financeira muito referida pela literatura e, recurso a apoios logísticos, transportes, materiais e equipamentos, instalações desportivas, protocolos, apoio técnico a que o clube recorre muitas vezes.

Neste relacionamento, a política de apoio indicada pela autarquia para a organização de actividades que tenham por base a prática de competição, reflecte uma maior preocupação na área do seu financiamento enquanto, a organização de actividades com base na prática de actividades desportivas de lazer a preocupação autárquica situa-se mais ao nível da logística, organização da actividade, contratos programa e instalações desportivas.

Por seu lado, a autarquia, através dos seus autarcas, encontra no clube um veículo ideal de aproximação à população em geral, onde reconhece a

possibilidade de retirar óbvios dividendos políticos, muitas das vezes bem aproveitados.

A autarquia entende que estabelece mais protocolos de utilização de instalações desportivas, espaços e equipamentos com a escola. A escola tem a mesma percepção. Por seu turno, o clube admite que estabelece mais protocolos com a autarquia. Apenas existe unanimidade no facto de todos entenderem que o maior proprietário desses espaços é a autarquia.

Deste modo, concordante com os dados anteriores, é possível verificar que os resultados do nosso estudo, ao apontarem para uma relação mais próxima do clube com a câmara municipal e vice-versa, favorecem o entendimento de um apoio financeiro mais acentuada da autarquia para com a competição federada do que para com o lazer, um apoio financeiro maior ao clube com competição federada do que ao clube sem competição federada, e um apoio financeiro preferencial ao clube desportivo em geral do que à escola.

Por isso, também verificamos que, embora a câmara municipal nos diga que valoriza o Desporto Escolar, sempre que é confrontada num quadro comparativo de apoios com a competição federada, encontramos uma clara prioridade a esta última.

Também o clube valoriza mais o quadro competitivo que a prática do lazer muito embora, manifeste intenção em desenvolver estratégias de lazer e ocupação de tempos livres referindo, no entanto, não ter por hábito organizar esse tipo de actividades

Este evidente isolamento da escola reflecte-se igualmente na organização de actividades de tempo livre onde, os canais de comunicação que se estabelecem, são em regra mais consistentes entre a câmara municipal e o clube e entre o clube e a câmara municipal. Contudo, a escola, uma vez mais, procura prioritariamente a autarquia e só depois o clube. Todos os índices de interacção na organização das actividades, mantendo a mesma tendência, são sempre mais reduzidos que os da comunicação e, sempre que a responsabilidade de organização existe, os níveis indicados por cada um são superiores àqueles que são indicados quando essa organização pertence a terceiros.

Como conclusão final do nosso trabalho, ficámos a perceber em traços gerais que, de facto, existe da parte da autarquia, do clube e da escola todo um processo de boas intenções de estabelecimento de estratégias que tenham em vista um apoio às actividades lazer e preocupações relativas à ocupação de tempos livres dos jovens. Contudo, todo o processo de desenvolvimento e quantificação das actividades, as alianças privilegiadas, objectivos e prioridades, mostram que, a autarquia e o clube têm uma maior preocupação com a competição do que com o lazer e a escola mantém algum distanciamento com a organização destas actividades.

Não existe uma atitude interactiva entre a câmara municipal, o clube e a escola, muito embora seja mais fácil um entendimento na organização das actividades entre a autarquia e o clube. A escola posiciona-se de uma forma mais distante nesta relação apesar de encontrar mais facilidade em se relacionar com a câmara municipal do que com o clube. A comunicação, em regra, é deficiente entre todos mas também mais eficaz na relação autarquia/clube.

Câmara municipal, clube e escola, entendem que, sempre que têm responsabilidades na organização de actividades desportivas de lazer, são mais promotores de uma comunicação, informação e interacção com os seus parceiros do que, quando a estes cabe a responsabilidade dessas organizações. A tendência de encontrar uma maior cumplicidade entre a câmara municipal e o clube mantêm-se sempre, tal como se mantêm com a escola, em regra, um distanciamento com ambos, embora, com a autarquia seja sempre mais próxima do que o clube.

A assimetria nacional revela-se em todas as áreas.

- A autarquia do interior mostra valorizar mais o lazer e a autarquia do litoral valoriza mais a competição. É igualmente no interior que o Desporto Escolar encontra maior apoio da autarquia enquanto no litoral, o apoio autárquico prefere valorizar mais a prática de competição dos clubes. Talvez por isso se verifique que os protocolos que a autarquia estabelece sejam

preferencialmente com a escola no interior e com o clube no litoral assim como, financeiramente, a autarquia do litoral apoie mais o clube que a escola. Verifica-se ainda que, é no interior que a comunicação e a interacção da autarquia são maiores tanto com o clube como com a escola.

- No clube, o interesse pelas actividades de competição manifesta-se mais no litoral e, o interesse pelas actividades de lazer é maior no interior, o que talvez faça com que também aí se realizem mais actividades para jovens com pouca habilidade desportiva do que no litoral. O clube mostra ter igualmente tendência para estabelecer mais protocolos com a câmara municipal do que a escola e isso verifica-se mais no litoral. As maiores dificuldades de comunicação entre a escola e o clube também têm lugar no litoral.

- Na escola, as maiores manifestações de preocupação com o lazer e de interesse dos pais e alunos por actividades são no interior, assim como, o reconhecimento do valor formativo das actividades e educação para o lazer. Embora a escola não manifeste hábitos de organização de actividades ocupação de tempo livre e lazer, esta tendência é muito mais baixa no litoral. Sempre com níveis muito baixos, a comunicação é, no entanto, mais valorizada no interior e a interacção com o clube é mais baixa no litoral.

Neste quadro, qual a atitude a tomar para se promover esta interacção no lazer que vá ao encontro dos jovens na ocupação dos tempos livres, sabendo-se que a autarquia tem demonstrado não estar preparada para corresponder à crescente sobrecarga a que vai estando sujeita? E que atitude deve ser tomada quando o clube não mostra condições para dar resposta à globalidade cada vez mais manifesta do país desportivo real? E ainda, que atitude tomar quanto à escola que continua a mostrar incapacidades para adequar o desporto praticado na escola ao sentido das actividades extracurriculares e à ocupação dos tempos livres?

Pensamos que a escola deve reformular toda a sua atitude relativamente ao Desporto Escolar dimensionando-o numa perspectiva de actividade extracurricular que esteja para além de mais uma disciplina escolar. Urge promover uma aproximação com o clube, com quem neste momento menos se relaciona, promovendo intercâmbios e trocas de experiência, protocolos de

cooperação ao nível de instalações e outros recursos materiais e humanos. Que o Desporto Escolar se afirme como uma actividade particularmente favorável à satisfação, interesses e necessidades dos jovens nos momentos de lazer e tempo livre. A aposta tem de ser realizada em actividades desportivas para a vida, a partir da escola que é onde os jovens estão e onde iniciam a luta por uma vida de responsabilidades. A partir de uma nova escola aberta e em relação dinâmica com a sociedade que a rodeia. Pela institucionalização de um desporto na escola²²⁷, que seja um sinal e um instrumento de educação, que transforme a escola num espaço aberto, longe do “gueto” em que a lógica do enclausuramento da sociedade industrial a colocou.

Por seu turno, o clube deve procurar ter uma preocupação mais voltada para as actividades de lazer e ocupação de tempo livre onde, para além da dimensão competitiva consiga coabitar com aqueles jovens menos dotados para o rendimento. É importante que o clube “desça” à escola e procure estabelecer com ela níveis de entendimento que promovam organizações conjuntas de actividades desportivas. Deve promover e desenvolver acções de planeamento que possibilitem a implantação de actividades desportivas a par do sistema educativo em períodos de tempo livre, orientar uma prática desportiva sistemática destinada à juventude, tendo em conta não apenas o rendimento ou os mais dotados mas igualmente uma preocupação educativa e formativa orientada para todos, acolher o “desportista mediano” saído da escola e com necessidade de fruir do seu tempo livre, e orientar-se para a saúde e bem estar

A autarquia, que aparece aqui como elemento charneira e de maior capacidade para unir interesses desportivos e escolares, pode e deve mobilizar e dinamizar a escola e o clube em organizações conjuntas, utilizando a sua capacidade de meios e recursos e de responsabilidade como administração local. Não pode insistir em modelos que só respondem às necessidades colectivas de alguns, mas antes, dirigir-se à generalidade da população e à escola em particular,

²²⁷ - Recordamos que o Decreto nº 21:106 de 16 de Abril de 1932, proibia o desporto nas escolas públicas.

através de uma intervenção que resolva as necessidades individuais de muitos, em especial, de muitos jovens em idade escolar.

É importante que entre todos se estabeleçam laços de conversação e que as organizações de actividades escolares, associativas ou municipais, sejam corolário de uma planificação conjunta de maneira a encontrar soluções que, de uma forma global, irão articular em projectos comuns, as necessidades singulares, cada vez mais diferenciadas dos jovens

Se o tempo livre e o lazer devem ser preocupações e objectivos da escola, do clube e da autarquia, e uma obrigação do Estado conforme legislação por ele próprio emanada, do mesmo modo que o desporto é um direito assegurado pela Constituição Portuguesa e uma necessidade básica com enormes benefícios para a população, acreditamos que a criação de um Ministério de Tempo Livre, Lazer e Desporto, possa ser uma estrutura política capaz de responder em tempo útil, e de forma integrada, a este desafio e necessidade social do novo milénio que estamos a viver.

CAPÍTULO 7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. (2001:195-200) Experiências Lúdicas com Crianças em Ambiente Hospitalar – in II Seminário, Lazer em Debate, UFMG; Belo Horizonte
- ALTO COMITE DO DESPORTO (1965) - Essai de Doctrine du Sport, Paris, p.29
- ANDREFF, V. e WEBWER, W. (1990) - Rapport valant prise de position : 153-160, in le Rôle du Sport dans la Société, Les Editions du Conseil de l'Europe, p.232
- ANTONELLI, F. (1963) – Psicologia e Psicopatologia do Desporto, Roma, 1963, pp. 10
- ARAÚJO, J. (s/d) – Desporto Português, o todo maior que a soma das partes in: www.jorgearaujo.net/arttmsp.htm
- ARAÚJO, J. (1984) – Clubes Desportivos, importância, funções e organização, Revista Horizonte, Vol. I, nº 2, pp. 40-50
- ARAÚJO, L. (1989) – Ética, Sociedade Contemporânea e Desporto, Actas do Fórum Desporto, Ética e Sociedade, 5-6-7/12/1989, FCDEF, Porto, pp. 40-45
- ARAÚJO, J. (2003) – Reflexões sobre o Desporto Português, Sistema Desportivo Português, Que Modelo? Confederação do Desporto de Portugal, Algés, pp. 37-48
- ARAÚJO, J. (2005) – Reflexões sobre o Desporto Português, Revista Horizonte, Vol. XX, n.º 118, 119, 120, 122
- ARENT, H. (1993) – A Condição Humana, 6ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária
- AZA, E. (1992) – Las Actividades Motrices en el Tiempo Libre de los Jóvenes de Galicia, Apuntes: Educatió Física i Sports, nº 27, pp. 66-76
- BARBOSA, I. (1997) – O Eclodir dos Novos Desportos como Expressão das Novas Necessidades Sociais, Tese de Mestrado, FCDEF, p. 132
- BARDIN, L. (1994) – Análise de Conteúdo, Edições 70, p. 225, Lisboa
- BATISTA, J. (1999) – A linguagem dos desportos, Antologia de textos, 8, « Desporto, Anos 2000 », DGD, Lisboa, p.203

- BEAUREGARD, M. OUELLET, G. (1995) - Élaboration et mise à l'essai d'un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaires, *Loisirs et Société*, Universidade Québec Vol. 18, n2, pp. 373-394
- BECKER, C., RODRIGUES, D., LEITÃO, L. (2002:1) – Recreação Laboral: a vida activa do trabalhador, *Revista Digital*, [periódico on-line], n° 52, ano 8, Setembro, Buenos Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd52/recrea.htm
- BENTO, J (s/d) – Novas Movimentações, Modelos e Concepções para a Prática Desportiva, in *O Desporto no Século XXI, Novos Desafios*, CMO, p146
- BENTO, J. (1985) – Desporto na Escola e no Clube, possibilidades de uma cooperação, *Revista Horizonte*, Vol. II, n.º 1 Maio/Junho, Lisboa, pp. 3-6
- BENTO, J. (1991a) – O Desporto no Clube, *Serviços Desporto da CM Oeiras*,
- BENTO (1991b) – Desporto, Saúde, Vida – Em defesa do Desporto, Lisboa, *Livros Horizonte*, p78
- BENTO, J. (1991c) – Desporto na Escola, Desporto no Clube, *Revista Horizonte*, Vol. VII, n° 42 Março/Abril, Lisboa, pp183-190
- BENTO (1995) – O Outro Lado do Desporto, *Vivências e Reflexões Pedagógicas*, Campo das Letras, Porto
- BENTO, J. (1998) – Desporto e Humanismo – O Campo do Possível, ED/UERJ, Rio de Janeiro, p. 174
- BENTO, J. (2001) – Do prazo de validade no Sistema Desportivo Português, Conferência em Gaia sobre o Sistema Desportivo Português, que modelo? Confederação do Desporto de Portugal, pp 15-32
- BEST (1980) - *Exchanging Earnings for Leisure*, Washington, DC: US Department of Labor Monograph
- BETRÁN E BETRÁN (1995) – Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los critérios elegidos, *Apunts*, 41:108-123
- BIDDLE, S (1987) – *Foundations of health-related fitness in physical education*, London: Ling Publishing House
- BOSSERMAN, P. (1980) – The USA: Modern Times and the New Solidarity, In *Leisure and Life-Style, a Comparative Analysis of Free Time*. Bagd Publication
- Bouet, M. (1968) – *La signification du Sport*, Ed. Universitaire, Paris, p 670

- BRANCO, P (1994) – O Município e o Desporto, contributo para a definição de um modelo integrado de desenvolvimento desportivo centrado na autarquia e dirigido a crianças e jovens em idade escolar, dissertação para obtenção do grau de Mestre, FCDEF, Porto, p. 287
- BRINGTON, M. (1998) – O Homem, o Lazer e a Praia, Tese de Mestrado, FCDEF, Porto p 187
- BRIGHTBILL (1960) – The Challenge of Leisure, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall
- CABAÇO, J. (1991) – Os espaços desportivos de lazer e recreação e a prevenção da delinquência, Congresso europeu de desporto para todos, os espaços e os equipamentos desportivos, CM Oeiras, pp. 213-221
- CAFÉ, A. (2001) – Era uma vez... O mundo encant(o)ado das histórias, in: II Seminário “O Lazer em Debate”, 11 a 13 Maio 2001, Belo Horizonte, Brasil
- CAGIGAL, J.M. (s/d) – Evolucion Histórico Cultural del Concepto Deporte,
- CAGIGAL, J.M. (1957) – Hombres y Deportes, Taurus, Madrid, manuscritos de conceito de desporto, FMH, pp 12-18
- CALLOIS, R. (1961) – L’Homme et le Sacré, Paris, Gallimard
- CAMARGO, L. (1983) – Temps libre – Temps inoccupé dans les société em voie de développement – le cas do Brésil, Loisirs et Societé, Vol. 5, n°2, pp. 297-306
- CAMARGO, L. (1989) – O que é o Lazer, Brasiliense, São Paulo,
- CAMARGO, L. (1998) – Educação para o Lazer, Editora Moderna, S. Paulo, p160
- CAMERINO, O. (2002) – Desporto Recreativo, dentro e fora da escola, Revista Desporto, Ano V, n° 6, Novembro/Dezembro, CEFD, Lisboa
- CAPUCHA, L. (1994) – Do Trabalho ao Lazer: Potencialidades Turísticas de uma Região Sub Urbana, The Future of the Leisure Time, New Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Edição do ICS, Lisboa,
- CARMO, M (2000) – Igualdade de Oportunidades no Acesso ao Lazer para as Populações Feminina e Masculina, Tese Mestrado, FCDEF, Porto, p 293
- CARVALHO, A (1976) – A Função Social do Clube, Revista Desportos, n.º 3, DGD, Lisboa pp14-25; Revista Treino Desportivo, n.º 6, DGD, Lisboa, pp. 3-11
- CARVALHO, A. et al. (1982) – Desporto e Autarquias, a experiência de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, citado por CUNHA, L. (1989) – O

Processo de Desenvolvimento Desportivo na Legislação Autárquica Portuguesa, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, trabalho de síntese, FMH, Lisboa, p. 135

- CARVALHO, A (1987) – Desporto Escolar, Editorial Caminho, Lisboa, p 198

- CARVALHO, A (1994) – Desporto e Autarquias Locais, Campo da Letras, Porto, p.188

- CASTELLI, G. (1990) – Turismo – Actividade marcante do Século XX, RS, EDUCS, Caxias do Sul, p. 128

- CAVALCANTI, K. (1981) – A função cultural do Desporto e suas ambiguidades sociais, in: Lamartine, P, Teoria e Prática do Desporto Comunitário e de Massa, Rio de Janeiro, p. 301-316

- CLAVAL, PAUL (SD) – O Desenvolvimento das Sociedades Industriais, Enciclopédia Sociológica Contemporânea (Vol. I), Rés, Porto

- COELHO, O. (1989) – Desporto Escolar e Desporto Federado – algumas reflexões necessárias, Revista Horizonte, n.º 33, pp. 83-88

COLANTONIO, E. - “A importância da actividade física na qualidade de vida”: in: www.terrazul.com.br/emilson.htm

- COMES, S. (1970) – Tiempo Libre, Tiempo Liberato, Madrid, Unión

- CONSTANTINO, J. (1991a) – O Desporto como meio do uso cultural do tempo livre. O papel dos municípios, in: As Ciências do Desporto e a Prática Desportiva, Desporto na Escola e Desporto de Reeducação e Reabilitação, Actas do II Congresso de EF dos PALOP, vol.1, FCDEF, 1991, p.635

- CONSTANTINO, J. (1991b) – A responsabilidade dos municípios face às necessidades de prática desportiva de crianças e de jovens em idade escolar, Boletim SPEF, nº 2-3, Lisboa, in: BRANCO, P (1994) – O Município e o Desporto, contributo para a definição de um modelo integrado de desenvolvimento desportivo centrado na autarquia e dirigido a crianças e jovens em idade escolar, dissertação para obtenção do grau de Mestre, FCDEF, Porto, p. 287

- CONSTANTINO, J. (1992) – Desporto Português, as soluções adiadas, Livros Horizonte, Lisboa, p 118

- CONSTANTINO, J. (1993) – O Cidadão e o Desporto, Novas Tendências do Desporto Actual, Revista Horizonte, Vol. IX, nº 54, Lisboa, p 240

- CONSTANTINO, J. (1994) – Desporto e Municípios, Livros Horizonte, Lisboa, p 159
- CONSTANTINO, J. (1999) – Desporto, Política e Autarquias, Coleção Horizonte de Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 131
- CORBIN, C.; FOX, K.; WITHEHEAD, J. (1987) – Fitness for a Lifetime, in: BIDDLE, S (1987) – Foundations of health-related fitness in physical education, London: Ling Publishing House
- CORBIN, C. (1991) A Multidimensional Hierarchical Model of Physical Fitness, a Basis for Integration and Collaboration, Quest 43, pp 296-306 citado por Mota, J. (1997), A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 81
- CORREIA, A (2000) – Estratégia das Federações Desportivas – Estudo das principais federações portuguesas no Ciclo Olímpico de 1993 a 1996, CEFD, MJD, Lisboa, p. 194
- COSTA, L. (1986) – Actividades de Lazer e de Desporto para Todos em Abordagens de Rede e de Baixo Custo, Antologia de Textos, Desporto e Sociedade, nº 28, DGD, Lisboa, p 37
- COSTA, M (2000) – Prática Desportiva, Educação, Desenvolvimento e Autarquias. Que caminho a seguir? Actas do Seminário Desporto e Autarquia, Câmara Municipal de Óbidos pp 73-85
- CRESPO, J (s/d) – O Lazer e a Recreação das Populações, pp. 63-72, in Desporto no Século XXI, Os Novos Desafios, CMO, Lisboa, p146
- CRESPO, J (1978) – Para uma Sociologia da Cultura – O Associativismo Desportivo em Portugal, Ludens, vol.2, nº 4, Julho, pp. 3-13
- CRONBACH, L. (1971) – Test Validation. In R.L. Thorndike (Ed), Educational Measurement (2ª Ed), Washington DC, American Council on Education
- CUNHA, L. (1989) – O Processo de Desenvolvimento Desportivo na Legislação Autárquica Portuguesa, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, trabalho de síntese, FMH, Lisboa, p. 135
- DAUGUET, F. (1970) – Le Loisir, Belgique, Casterman in: PIRES, (1989) – A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português – estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português, dissertação com vista ao grau de doutor, FMH, Lisboa, p. 471

- DE GRAZIA, S. (1966) - Tiempo, trabajo y ocio, Madrid, Tecnos, citado por Werneck (2001)
- DE MASI, D. (2001) – Se a vida sofre mudanças, também a escola deve mudar, Revista Digital, [periódico on-line], 17/05/2001, (artigo originalmente publicado sob o título Tendência Especial, de 24/03/1999, disponível em: www.revistadigital.com.br/caderno_especial.asp?CodMateria=70#)
- DESHAIES ((1992) – Metodologia da Investigação em Ciências Humanas, Coleção Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, p. 456
- DI SCALA, G. (1959) - Filosofia e scienza dell'educazione fisica e dello sport, Roma, pp. 111
- DIAS, I. (2002) – Desporto e Autarquias no séc. XXI – Revista Desporto, Ano V, nº 2, Março/Abril, CEFD, Lisboa
- DIEM, C. (1966) – História de los Deportes, Luis de Caralt Editores, Barcelona
- DRIVER, B ; BROWN, P ; PETERSON, G (1991) – Benefits of Leisure, Venture Publishins, Pensylvania, in: Beauregard, M. e Ouellet, G. (1995) – Élaboration et mise à l'essai d'un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaire, Loisir et Societé, Universidade de Québec, Vol 18, nº 2, pp. 373-394
- DUMAZEDIER, J. et al. (s/d) – Olhares Novos sobre o Desporto, Compendium, Lisboa, p 125
- DUMAZEDIER, J. (1962) – Vers Une Civilization du Loisir? Editions du Seuil, Paris, p 265
- DUMAZEDIER, J. (1974) – Sociologia Empírica do Lazer, Editora Perspectiva, S. Paulo, p.244
- DUMAZEDIER, J. (1976) – Lazer: cultura popular, Ed. Perspectiva, São Paulo
- ECO, H. (1995) – Como se Faz uma Tese, Ed. Presença, 6ª Edição, p.235
- ELIAS (1992) A Busca da Extinção, 1985, Lisboa, Difel, p 421
- ELIZONDO, A. (1998) – Análisis de la Educacion Física Escolar desde la Perspectiva de una Educacion para el Tiempo Libre, revista Apunts, nº 51, Barcelona, pp 23-34
- ESCÓRCIO, A.(1997) – O Desporto no Operador Público de Televisão (1988-1994), edição O Desporto Madeira, colecção Gestão do Desporto, p 123

- ESCULCAS, C. (1999) – Actividade Física e Práticas de Lazer na Adolescência. Promoção e manutenção em Função da Natureza da Actividade Física e do Estatuto socio-económico. Tese de Mestrado. FCDEF Porto, pp.141
- ESTEVES, J. (1975) – O Desporto e as Estruturas Sociais, 3ª edição, Prelo Editora, Lisboa, p. 381
- ESTEVES, J. (1998) – A democratização (da prática) Desportiva, Revista Horizonte, Vol. XIV, nº 84, Lisboa, p 40
- FEATHERSTONE, M; Turner, B.(1996) – Body and society: an introduction, Body and Society, 1 (1): 1-12, in: Mota, J. (2001) – Actividade Física e Lazer – contextos actuais e ideias futuras, Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol 1, nº 1, FCDEF Porto, pp124-129
- FEIO, N. (1978) – Desporto e política, ensaios para a sua compreensão, Compendium, p 195
- FEIO, N. (1989) – A dimensão ética e cultural do desporto, 17 de Setembro, disponível em: http://www.cm-oeiras.pt/Desporto/Seminario_1989_texto3.htm
- FERLAND, Y. (1983) – L'emploi du temps au Canada, Loisir et Société, vol 5, pp 417- 420
- FÉLIX, M.J. (2004) – Contributo para uma renovação da escola. A importância das actividades físicas e outras práticas de lazer associadas à cultura popular para a construção de uma escola de cultura, Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Vol. 4, nº 2, Setembro 2004 (suplemento), Porto, p. 399, Dissertação apresentada às provas de doutoramento em Ciências de Desporto, 2004, FCDEF, p 196
- FERREIRA, J. e BOTELHO, M. (1998) – As práticas físicas, a saúde e o bem-estar dos intelectuais no séc. XVIII, Revista Horizonte, Vol. XIV, 81, Lisboa, p40
- FERREIRA, P. (1993) – Estudos de Juventude; Valores dos Jovens Portugueses nos anos 80, Lisboa, ICS, p. 23
- FICHTER, J.P. (1973) – Sociologia, Editora Pedagógica e Universitária, S.Paulo
- FOURASTIE, J. (1970) – Des Loisirs : pour quoi faire ? Paris, Casterman, in : PIRES, (1989) – A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português – estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português, dissertação com vista ao grau de doutor, FMH, Lisboa, p 471

- FRIEDMANN, G. (1955) – Problèmes Humains do Machinisme Industriel, Paris, Gallimard, in: DUMAZEDIER, J. (1962) – Vers Une Civilization du Loisir? Editions du Seuil, Paris, p 265
- FUKASZ, G. (1983) – Les Changements des Loisirs des Ouvriers hongrois (1969-1979), Loisirs et Societé, Vol. 5, nº2, pp. 307-320
- GARCIA, R. (s/d) - Repensar os Conceitos de Lazer e Recreação a partir de rituais dos povos primitivos: estudo centrado em povos da floresta amazónica brasileira, apontamentos do Curso de Mestrado em Ciências do Desporto, FCDEF (1997), Porto
- GARCIA, R. (1999) “Educação Física: um problema cultural – II”, in suplemento Educação – Cultura – Escola, parte integrante do Diário do Sul de 5 de Maio d 1999, Évora, citado por Félix, MJ (2004)
- GARCIA, R. (2000a) “A Cultura Popular no contexto da Educação Física” in Traço Cultural, Interdisciplinaridade e temas Geradores, Campello, J. (org), São Luís, Imprensa Universitária, 137:143, citado por Félix, MJ (2004)
- GARCIA, R (2000b) – Contributo para a Conceptualização do Tempo Livre para Pessoas Portadoras de Deficiências. Actas: Recreação e Lazer da População com Necessidades Especiais, FCDEF Porto, pp. 49-55
- GARCIA, R (2003) – Temas Actuais – VII, Editora, Health, UFMG, Belo Horizonte,
- GARCIA, R. (2005) – Escola, Educação Física e Tempo Livre: uma relação também da Gestão Desportiva, Revista Portuguesa de Gestão de Desporto, Apogesd, Ano 2, nº 2, Julho, pp 12-29
- GIDDENS (1996) – As consequências da modernidade, Oeiras, Celta, (3ª ed)
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (1997) – O Inquérito – Teoria e Prática, 3ª Edição, Celta Editora, Oeiras, p 250
- GILLET, B (1961) – História do Desporto, Editorial Verbo, Lisboa, pp. 135
- GNECCO, J. (2000:1) – Espaços de desporto e lazer na literatura específica contemporânea publicada no Brasil, Revista Digital, [periódico on-line], nº 27, ano 5, Novembro, B. Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd27/literat.htm
- GODINHO, M. (1997), Desporto e Autarquias. Levantamento e Análise do Desporto Promovido Pelas Autarquias na Região do Algarve, dissertação de Mestrado de Gestão do Desporto, FMH, Lisboa

- GOMES, J. (1986) – Novos Estudos de História e de Pedagogia, Livraria Almedina, Coimbra
- GOMES, R. (1992) – O ócio da Lisboa de 1900 – Tradição e Mudança nas Práticas e Representações do Ócio Urbano, *New Routes for Leisure*, Actas do Congresso Mundial do Lazer, (pp. 229-326), Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais.
 - GOMES, V. (1992) – Regionalização e Descentralização Desportiva, Coleção Horizonte de Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 70
 - GONÇALVES, C. (1993) – Seminário Internacional “As Crianças, Os Jovens e o Desporto”, *Revista Horizonte*, Vol X, nº 56, Julho/Agosto, Lisboa, pp. 77-78
- GORDINHO, C. (2004) – O Desenvolvimento do Desporto Local – Quais as competências dos municípios? *Revista Horizonte*, Vol XIX, nº 113, Maio/Junho
- GRANADOS, C. (1972) – *Actividades Juveniles de Tiempo Libre*, Doncel, Madrid
- GRAS, A. (s/d) – O Mundo dos Lazeres, *Enciclopédia Sociológica Contemporânea*, Rés, Porto
 - GUARDIA, C. (1999) – Educacion Física y Recreacion en el siglo XXI, *Revista Digital*, [periódico on-line], nº 13, ano 4, Março, Buenos Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd13/veraguard.htm
 - HASSE, M. (1999) – Oeiras e o desenvolvimento de novos comportamentos de lazer, A valorização de um novo mundo: o mar, a praia e as férias, *Revista Digital*, [periódico on-line], nº 14, ano 4, Junho, Buenos Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd14b/oeiras.htm
 - HILL M. e HILL A. (2002) – Investigação por Questionário, Edições Sílabo, Lda., Lisboa p 377
 - HOLLAND, A. e ANDRE, T. (1987) – Participation extracurricular activities in secondary school: What is know, what needs to be known? *Review of Education Research*, Vol 57, nº 4, pp.437-466, in: Beauregard, M. e Ouellet, G. (1995) – Élaboration et mise à l’essai d’un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaire, *Loisir et Societé*, Universidade de Québec, Vol 18, nº 2, pp. 373-394
 - HOMEM, T. (1997) – O Movimento Associativo Desportivo no Concelho de Aveiro, *Caracterização Organizativa e Funcional dos seus Elementos*

- Estruturantes – Clubes, Dirigentes, Sócios, Técnicos e Praticantes, dissertação de Mestrado de Ciências do Desporto, FCDEF, Porto, p 154
- HOMEM, T. (2000) – Modelos de Organização e Funcionamento dos Serviços de Desporto das Autarquias da Região Centro, Gabinete de Gestão Desportiva do FCDEF, Porto, p. 171
 - HOURDIN, G. (1970) – Uma Civilização dos Tempos Livres, Moraes Editora, Lisboa, p 239
 - KANTERS M.; MONTELPARE, W.; CARTER, M. (1994) – Eabling Healthy Life trough Leisure, JOPERD (Special Issue), April, pp. 24-27 citado por Mota, J. (1997), A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 81
 - KEIGHLEY, P. (1991) Education out of doors, Brit. J. Phys. Educ. 22(2), pp. 31-36, citado por Mota, J. (1997), A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 81
 - KELLY, J. (1986) – Commodification of Leisure: trend or tract? *Loisir et Societé*. Vol. 9, nº 2, pp. 455_475
 - LAFAND, Marie-Francoise (1972) – Les Théories du Loisir, PUF, Paris
 - LANÇA, R. (2003) – Animação Desportiva e Tempos Livres, Editorial Caminho, colecção Desporto e Tempos Livres, n.º 32, p 127
 - LIMA, T. (1988) – O Desporto está nas suas mãos, Livros Horizonte, Lisboa, p 125
 - _ LIMA, A. (1995) – Animação Desportiva, Educação Física de Recreação, Dissertação de Tese de Mestrado, FMH, Lisboa, p. 141
 - LIPOVETSKY (1994) – O Crepúsculo do Dever, A ética indolor dos novos tempos democráticos. Lisboa, Publicações D. Quixote, (1ª edição)
 - LONGHI, G. (1991) – A Planificação dos espaços desportivos no quadro urbano, Congresso Europeu Desporto Para Todos, Oeiras pp 31-36
 - LOPES, A (2001) – A Actividade no Tempo Livre doa Alunos com Deficiência, Estudos realizado nas escolas de Braga do 2º e 3º ciclos, Dissertação apresentada com vista ao grau de Mestre, FCDEF Porto
 - LOPES, D. (1995) – Os Cidadãos e o Desporto, o Papel do Municípios – Um estudo sobre os Municípios do Algarve, Tese de Mestrado, FMH, Lisboa

- LUCCI, E. (2002) – A Educação para o Ócio e a Criatividade (notas de conferência para professores do ensino médio) in: Revista Mirandum, [periódico on-line], nº 13,VI, disponível: www.hottopos.com/mirand13/elian2.htm
- LUGÃO, E. (2004) – A Escola e o Tempo Livre, Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Vol. 4, nº 2, Setembro 2004 (suplemento), Porto, p. 399
- LUZ, C. (2000) – Desporto Autárquico na Viagem do Século. Que Realidade? Actas do Seminário Desporto e Autarquia, CM Óbidos, pp 39-49
- MACCIO, C. (1969) – Animação de Grupos, Moraes Editores, Lisboa, p 206
- MAGNANE, G. (1964), Sociologie du Sport, Paris, Éditions Gallimard, p190
- MAHEU, R. (1964:7) – Desporto é Educação, Edição especial Correio da UNESCO, Janeiro, 1964, pp. 7
- MALHEIRO, J. (1996) – Associativismo Popular – originalidade do povo português, Câmara Municipal de Almada, pp 93
- MANNHEIM, K (1959) – Freedom, Power and Democratic Planning, in : PIRES, (1989) – A Estrutura e a Política Desportivas: O caso português – estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português, dissertação com vista ao grau de doutor, FMH, Lisboa, p 471
- MARCELINO, N (1995) – Lazer e Humanização, 2ª edição, Papirus, Campinas
- MARCELINO, N. (1996) – Políticas Públicas Sectoriais de Lazer – O papel das prefeituras, Editora Autores Associados, Campinas, SP, p 133,
- MARCELINO, N. (1997) – Lazer e Educação, Papirus, Campinas
- MARIVOET, S. (2001) – Hábitos Desportivos da População Portuguesa, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Colecção Estudos, Lisboa, p. 194
- MARIVOET, S. (2005) – Prática Desportiva nos Estilos de Vida dos Europeus: Obstáculos e Tendências, Os Lugares do Lazer, IDP, Lisboa, pp. 39-50
- MARQUES, A. (1997), As actividades físicas de complemento curricular na ocupação dos tempos livres – Estudo em escolas do 2º CEB do concelho de Aveiro, Tese de Mestrado, FCDEF, Porto, p. 223
- MARQUES, A (1998) – A Educação e o Lazer, Revista Millenium, [periódico on-line], 10, Abril 1998, ISPV, disponível: www.ipv.pt/millenium/ect10_ana.htm
- MARSH, H. (1992) – Extracurricular activities: beneficial extension of the traditional curriculum or subversion of academic goals, Journal of Academic Psychology, Vol, 84, nº 4, pp. 553-562, in: Beauregard, M. Ouellet, G. (1995)

Élaboration et mise à l'essai d'un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaires, Loisirs et Société, Universidade de Québec, Vol. 18, nº2, pp. 373-394

- MASCARENHAS, F. (2001) – Lazer e Trabalho: Liberdade ainda que tardia, II Seminário "O Lazer em Debate", Belo Horizonte p. 223

MAROCO, J. (2003) – Análise Estatística – Como utilizar o SPSS, Edições Sílabo, 2ª Edição, Lisboa, p. 508

MARTA, C (2004) – A Inovação nas Autarquias, Livro de Actas do 6º Congresso de Gestão de Desporto, Oeiras, 29-20 Janeiro, pp. 27-32

- MCDOWEL, G (1981) – Leisure: consciouess, well being and counselling, the counselling psychologist, 9 (3), 3-19, cit. por MOTA, J. (1997:20) – A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 103

- MCINTOSH, P.(1967) – O Desporto na Sociedade, Prelo Ed., Lisboa, p 246

- MCINTOSH, P. (1980) – Sports for all Programmes Trough the World, CIEPS

- UNESCO

- MELO, F. (2001) – Educação, Tempo Livre e Juventude, C.M. Ponta Delgada, p 29

- MEUNIER P. (1972) - Vers une Pedagogie du Loirir in: Textes de Communications – Premier Colloque sur la Recherche en Loisir tenu à L'Universite du Quebec a Trois-Rivieres dans le cadre du 45.eme Congres de l'ACFAS, Quebec, Ed.Biblioteque National du Quebec, pp 4-31

- MILES, J. (1978) – The Value of High Adventure Activities, Journal of Physical Education and Recreation, 1978

- MONTEIRO, E. (2001) – Factores de Exequibilidade do Desporto Escolar, Revista Horizonte, Vol. XVII, nº 100, pp. 24-28

- MOREIRA, R. (2001) Reflexões Iniciais sobre o Espaço Hospitalar e a Vivência Lúdica; in II Seminário, Lazer em Debate, UFMG; Belo Horizonte, p. 188-194

- MOREIRA W. (1985) – Prática da Educação Física na Universidade, Unicamp, Campinas

- MOTA, J. (1997) – A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 103

- MOTA, J. (2001) – Actividade Física e Lazer – contextos actuais e ideias futuras, Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol. 1, nº 1, FCDEF Porto, pp124-129
- NAHAS, M. (1989) – Fundamentos da aptidão Física relacionada à Saúde, Editora da UFSC, 2ª edição, Florianópolis
- NAHRSTEDT, W. (1989) – Leisure Education 2000, in: search of a concept for leadership training in Europe, World Leisure and Recreation, vol. 31, nº 3, pp. 32-41, in: MARQUES, A I (1997), As actividades físicas de complemento curricular na ocupação dos tempos livres – Estudo em escolas do 2º CEB do concelho de Aveiro, Tese de Mestrado, FCDEF, Porto, p. 223
- NETO, C (1984) – Motricidade Infantil e Contexto Social – suas implicações na organização do ensino. Revista Horizonte, Vol. 1, nº 1, pp. 8-17
- NETO, C. (1994) – A Criança e a Actividade Desportiva, Revista Horizonte, Vol. X, nº 60, Março/Abril, Lisboa, pp. 203-206
- NEULINGER (1981) - To Leisure: An Introduction, Boston, Allyn & Bacon.
- NEULINGER (1984) - Key Questions Evoked by a State of Mind,
- OLEIRAS, V. (s/d) – Conceito de Lazer, www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.html
- OLIN, K. (1999) – Desporto, Cultura, Trabalho e Tempos Livres, Revista Horizonte, vol. XV, nº 87, Lisboa, pp. 37-39
- PAIS, JM (1989) Inquérito à Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações, 8 volumes, Lisboa, ICSIJ
- PAIS, JM (1992) Social Changes and Mobility in Europe: New Leisure Patterns Among Young People (pp 12-16). Paper presented at Fachkolloquium: leisure in a new Europe, Germany, and Duisburg.
- PAIS, JM (1994) A vida como aventura: uma nova ética de lazer, Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure Congress: New Routes for Leisure, ICSUL, 1994, pp 101-102, p 455
- PARKER, S. (1978) – A Sociologia do Lazer, Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, p. 184
- PEREIRA, A (2003) – SPSS – Guia Prático de Utilização – Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia, 4ª Edição, Edições Sílabas, Lisboa, p 221
- PEREIRA, E. (1997) – O Desporto e as Autarquias – Revista Horizonte, Vol. XIII, nº 76, Março - Abril, 1997, pp. 22-25

- PEREIRA, E. (2000) – Actividades físicas e desportivas: Que intervenção Autárquica? – Revista Horizonte, Vol. XVI, n.º 96, Nov/Dez, 2000, pp. 14-22
- PESTANA, M. e GAGEIRO, J. (2003) Análise de dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS, 3ª Edição, Edições Sílabo,
- PINA, M. (2002) – Desporto Escolar, Estado actual e prospectiva, Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, Vol. XVII, n.º 101, Jan/Fev, pp. 25-35
- PINTO, M. e GRAÇA, A. (2004) – Modelos de prática do desporto escolar reflectidos nos documentos orientadores oficiais e nas concepções dos professores. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Vol. 4, nº 2, Setembro 2004 (suplemento), Porto, p. 399
- PIRES, G. (s/d) – Desporto Escolar: um indicador de futuro, in: O Desporto no século XXI, os novos desafios, CM Oeiras, pp. 41-62
- PIRES, G. (1987) – Do Associativismo à Orgânica do Desporto, Antologia de Textos, Desporto e Sociedade, DGD, Lisboa, pp. 41
- PIRES, G. (1989) – A Estrutura e a Política Desportivas: O caso português – estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português, dissertação com vista ao grau de doutor, FMH, Lisboa, p 471
- PIRES, G. (1990) – A aventura desportiva: o desporto para o III Milénio, Câmara Municipal de Oeiras, p. 71
- PIRES G. (1991) – Espaços Naturais e Desportos de Aventura, Actas do Congresso Europeu de Desporto para Todos, CM Oeiras, pp. 223-241
- PIRES, G. (1992) – A aventura desportiva: o desporto para o III Milénio, New Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer, (pp. 193-206), Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais.
- PIRES, G. (1993) – Simpósio Cidadania, Desporto e Natureza, FCDEF Porto p 30
- PIRES, G. (1994a) – Do Jogo ao Desporto, para uma Dimensão Organizacional do Conceito de Desporto – Um Projecto Pentadimensional de Geometria Variável, Ludens, Vol. 14, nº 1 – Janeiro/Março, pp. 43-60
- PIRES, G. (1994b) – A Organização do Futuro, 10 Megatendências, revista Horizonte, vol. XI, nº 61, Lisboa, pp. 3-13
- PIRES, G. (1996) Desporto e Política – Paradoxos e Realidades. Edição “O Desporto”, Região Autónoma da Madeira, p 486

- PONTES, J. (1934) – Quasi um Século de Desporto, Apontamentos para a História da Educação Física em Portugal, Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, pp. 293
- POURTOIS D. (1999) A Educação Pós – Moderna, Lisboa, Instituto Piaget, citado por Feliz, M (2004)
- RACIONERO, L. (2002) – Tiempo de Ocio, Opinion, La Vanguardia, p.13 23.8.2002
- RAPOSO, A e LÓPEZ, R. (2002) - Conceitos de lazer em portadores de lesão de medular, Revista Digital, [periódico on-line], nº 49, ano 8, Junho, Buenos Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd13/veraguard.htm
- REQUIXA (1979) – Conceito de Lazer, Revista Brasileira de Educação Física e Desporto, n.º 42, pp. 11-21
- REQUIXA (1980) – As Dimensões do Lazer, Revista Brasileira de Educação Física e Desporto, nº 45, pp. 54-76
- REQUIXA e CAMARGO (1989) – Brasil: a New Cycle of Modernisation in Leisure and Life-Style: A Comparactive Analysis of Fre-Time, SAGE Publications, INC
- RIESMAN, D. (1952) - The Lonely Crowd, a study of de Changing American Character, Yale University Press, New Haven,
- RIESMAN, D. (1954) - Individualism Reconsidered, and Other Essays, Glencoe, Illinois, The Free Press,
- ROBERTS, K. (1994) – The three societies of leisure, in: New Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Edições do ICS, Lisboa, pp 429-442
- ROGER S. (1983) – Le Loisir, Paris, PUF, in: PIRES, (1989) – A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português – estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português, dissertação com vista ao grau de doutor, FMH, Lisboa, p 471
- ROSA, J. (2002) – Festa, Espectáculo, Lazer, Três metamorfoses do jogo, dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, 1999, intitulada *No reino da ilusão: A experiência lúdica das novas tecnologias*, disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=rosa-jorge-Festa-espectaculo-lazer.html

- ROSADO, A; COLAÇO, C. (2002) – Avaliação das Aprendizagens – Fundamentos e Aplicações no Domínio das Actividades Físicas, Omniserviços, Lisboa, p. 177
- Rosnay, J. (1977) – O Macroscópio – Para uma visão global, Editora Arcádia, Lisboa, 270
 - ROSS, J, GILBERT, G. (1984) – National Children and Youth Fitness Study, Washington: Office of Disease Prevention & Health Promotion
 - ROUSSELET, J. (1976) – A Alergia ao Trabalho, Edições 70, Lisboa
 - ROUYER, J. (1977) – Pesquisas sobre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da educação física, Desporto e Desenvolvimento Humano, Seara Nova, colecção educação e ensino, Lisboa, pp 159-187
 - RUSKIN, H. (1987) – A conceptual approach to education for leisure – Education for leisure, European Journal of Education, Ed. Fragniere, G., vol. 22, nº 3-4, pp. 217-373
 - SAFRIT, M. ; WOOD, T. (1989) – Measurement Concepts in Physical Education and Exercise Science Champaign, IL : Human Kinetics
 - SAMUEL, N. (1983) – Loisir, valeurs et structure symbolique des temps sociaux, Loisirs et Societé, Vol. 05, nº2, pp. 321-338
 - SAMUEL, N. (1992) – The Future of the Leisure Time, New Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, Edição do Inst. Ciências Sociais
 - SAMUELSON, P. (1981) Economia, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição, Lisboa, pp19, p. 951
 - SANTANA, A. et al, (2001) - Lazer e Prostituição in II Seminário, Lazer em Debate, UFMG; Belo Horizonte, pp 211-217
 - SANTIAGO, L. et al (2004) – Educação Física na escola: Possibilidade de veicular valores para o tempo livre, Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Vol. 4, nº 2, Setembro 2004 (suplemento), Porto, p. 399
 - SANTOS, A. (2001) - Estratégia dos Clubes Desportivos – Estudo comparativo dos clubes portugueses de pequena, média e grande dimensão, pp.145-146
- SANTOS, A. (2004) – Conclusões do Associativismo do Livro de Actas do 6º Congresso de Gestão de Desporto, Oeiras, 29-20 Janeiro, pp. 186-187

- SANTOS, F. (1989) – História Lúdico Desportiva da Madeira, SEJE, Funchal, p.317
- SANTOS, H. (1994) – O trabalho para inventar o não trabalho, The Future of the Leisure Time, New Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, Edição do Inst. Ciências Sociais p.455
 - SANTOS, P. (1991) – A crescente importância económica do desporto face ao seu uso social, O Desporto no Século XXI, CM Oeiras, pp. 91-99
 - SANTOS, M. (2004) – Factores de influência da actividade física em adolescentes. Estudo da influência da posição socio-económica, comportamentos sedentários e características do ambiente, Provas de Doutoramento, FCDEF, Porto
 - SCHNAPPER, D. (1998) – Contra o Fim do Trabalho, Terramar, Lisboa, p.122
 - SÉRGIO, M. (1974) – Para uma Nova Dimensão do Desporto, Direcção Geral de Educação Física e Desportos, Lisboa, p.275
 - SÉRGIO, M. (1976) – Desporto em Democracia, Seara Nova, Lisboa, p. 187
 - SÉRGIO, M. (1982) – O Desporto na Sociedade Moderna, Ludens, vol.7, nº 1, Out./Dez, ISEF Lisboa, pp. (23-32)
 - SHAW (1984) – The Measurement of Leisure, A Quality of life issue, Society and Leisure, 71(1), 91-106
 - SHIVERS (1985) – Leisures Constructs, A Conceptual Reference, World Leisure and Recreation, 27 (1), 24-27 in: MOTA, J. (1997:20) – A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 103
 - SOARES, A (2001) – A criança que tem cancer, descobre-se para o mundo, in II Seminário, Lazer em Debate, UFMG; Belo Horizonte, pp180-187
 - SOARES, L et al (2002) – Proposta de uma Política de Lazer para o Serviço Social da Indústria -DR/MA, Revista Digital, [periódico on-line], nº 51, ano 8, Agosto, Buenos Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd51/lazer.htm
 - SOBRAL, F. (1980) – Introdução à Educação Física, Livros Horizonte, p. 159
 - SOLAR, L. (1991) – Desporto Para Todos : Perspectivas Europeias, Revista Horizonte, Vol. VII, nº 41, Lisboa, pp. 178
- SOUSA, T (1986) – Contributo para o estudo do associativismo português, Tese de Doutoramento, FCDEF, Lisboa
- SOUSA, T. (1996) – Para a Sociologia do Futebol Profissional Português, Edições FMH-UTL, p. 326

- SOUZA, A. (1976) – As 24 horas do dia do carioca, Rio Janeiro, JUPERJ, p 54, cit. por CAMARGO, L. (1983a) – Temps libre, Temps inoccupé dans les sociétés em voie de développement – le cas do Brésil, Loisirs et Societé, Vol. 5, nº2, pp. 297-306
- SWEDBURG, R. e IZSO, B. (1994) – Active Living, Promoting Health Lifestyles, JOPERD (Special ISSUE), April, pp.32-35, citado por Mota, J. (1997), A Actividade Física no Lazer, Reflexões sobre a sua prática, Livros Horizonte, Lisboa, p 84
- TENREIRO, F. et al. (1990) – A importância do Económica do Desporto, 2ª fase, DGD, Lisboa, pp43, p. 96,
- TCHOTCHKOV V. (1970) – Svobodno vreme e harmonitchno razvitie na tchoveca, Meditsina i Fizkultura, Sofia, p. 43 cit. por Tojeira, P.(1992) - Tempo Livre e Desporto, Revista Horizonte, Vol VIII, nº 49, Maio Junho, pp. 23-31
- TOFFLER, A. (1984) – A Terceira Vaga, colecção vida e cultura nº 104, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, p. 494
- THOMPSON E. (1991) – O tempo, a disciplina no trabalho e o capitalismo, in: Silva, T. Trabalho, educação e prática social, Porto Alegre, Artes Médicas, pp. 44-93, citado por Werneck, 2001 :17)
- TOLKMITT H. (1995) – Sugestões de uma alternativa para a filosofia do EPT no Brasil, Comunidade Desportiva, R. Janeiro, nº35,Nov/Dez, pp.2-8
- TOTI, G., (1975) in: Soares, L. (2002:5) - Proposta de uma Política de Lazer para o Serviço Social da Indústria - DR/MA, Revista Digital, [periódico on-line], nº 51, p9, ano 8, Agosto, Buenos Aires, disponível: www.efdeportes.com/efd51/lazer.htm
- TRIGO, L. (1995) – Turismo e Qualidade: tendências contemporâneas, Papyrus, Campinas
- TOJEIRA, P. (1992) - Tempo Livre e Desporto, Revista Horizonte, Vol VIII, nº 49, Maio Junho, pp. 23-31
- VÁSQUEZ, M. e GUERRERO, L. (1994) – Marco conceptual: las actividades deportivo-recreativas, Apunts, 37:58-67
- VISEU, J. (1999,a) - O Consumo de Desporto - A procura económica de Bens e serviços desportivos em Portugal; Plano de Trabalhos no âmbito do Projecto de Investigação „The Sport Consumption in Portugal“ de Univ.-Prof. Dr. H.-D.

Horch - Doutoramento em Ciências do Desporto, Universidade Alemã de Desporto de Colónia/RFA.

- VISEU, J. (1999,b) - Revisão da Literatura Fundamental sobre a Procura Económica, Plano de Trabalhos no âmbito do Projecto de Investigação, “The Sport Consumption in Portugal” de Univ.-Prof. Dr. H.-D. Horch - Doutoramento em Ciências do Desporto, Universidade Alemã de Desporto de Colónia/RFA

- XAVIER, A (1997):“Estilo de Vida e Saúde”, in: www.eps.ufsc.br/disserta97/xavier/cap2.htm

- ZELINSSKI, E (2001) – O Prazer de Não Trabalhar, Editorial Presença, 1ª Edição, Lisboa, p. 279

- WEARING e WEARING (1987) – All in a day’s leisure: gender and the concept of leisure, Leisure Studies, vol. 7, nº 2, pp. 110-117, in: MARQUES, A I (1997), As actividades físicas de complemento curricular na ocupação dos tempos livres – Estudo em escolas do 2º CEB do concelho de Aveiro, Tese de Mestrado, FCDEF, Porto, p.223

- WEBER, E. (1988) – A Ginástica e os Desportos na França do “fin du siècle”. Ópio das classes, Desporto e Sociedade, DGD, Lisboa, p32

- WERNECK, C. (2000) – Lazer, Trabalho e Educação – relações históricas, questões contemporâneas, Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 157

- WERNECK, C. e col. (2001) – Lazer e Mercado, Campinas, ed. Papyrus, colecção Fazer/Lazer, p. 112

- WOLFENSTEIN MA. (1958) - The Emergence of Fun Morality, in Mass Leisure – Larrabe et Meyersonhn éd. – Glencoe, Illinois, the Fre Press, 1958

- Decreto - Lei 100/84

- Lei de Bases do Sistema Desportivo, Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro (LBSD)

- Lei de Bases do Desporto, Lei nº 30/2004 de 21 de Julho (LBD)

- Decreto-lei n.º334/91 de 6 de Setembro (Gestão de Instalações Escolares)

- Decreto-lei n.º 95/91 de 26 de Fevereiro (Ed. Física e Desporto Escolar)

- Decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto

- Despacho normativo n.º 24/2000 de 11 de Maio

- Decreto-lei n.º 115-A/98 de 04 de Maio

- Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (LBSE)

- Carta Internacional de Educação para o Lazer da Associação Mundial de Recreação e Lazer - (World Leisure and Recreation Association) – WLRA
- Relatório “Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2002
- Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 7ª Edição.

ANEXOS

Exmº Senhor Presidente da Câmara/Vereador do Desporto
Câmara Municipal de

José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes, professor associado da Faculdade de Ciências de Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, orientador da tese de doutoramento de Francisco de Barros Teixeira Homem em Ciências do Desporto na área de especialização em Gestão Desporto,

Solicita a V. Ex.^a o preenchimento do questionário anexo, de forma a recolher um conjunto de informações que possibilitem caracterizar, o mais fidedignamente possível, as intervenções dos clubes desportivos na área do desporto de competição e do tempo livre e do lazer **(4 páginas)**

Agradecia que o seu preenchimento fosse realizado com o máximo rigor e brevidade possível, de forma que os dados disponibilizados representem o mais fielmente possível a dinâmica e trabalho realizado na área em estudo.

A informação prestada, será para uso exclusivamente académico e confidencial.

Agradeço que o envio do inquérito seja feito tanto quanto possível **até ao dia 13 de Junho** para a seguinte morada:

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
Gabinete de Gestão de Desporto
a/c Professor Doutor Pedro Sarmento
Rua Dr. Plácido Costa, 91
4200-450 PORTO

Qualquer questão suplementar pode ser feita pelos seguintes contactos:

Email: xxx@xxx.com	(Francisco Teixeira Homem)
Telemóvel 9xxxxxxx	Rua xxxxxxxxxxxxxxxxx
Telefone 2xxxxxxx	xxxxxxxxxxx
FAX – 2xxxxxxx	xxxxxxxxxxx AVEIRO)

MUITO OBRIGADO

QUESTIONÁRIO

Numa escala de 0 a 5, situe a sua resposta fazendo uma “roda” à volta do número onde pensa estar o seu efectivo valor, sabendo que o seu significado é o seguinte:

0 – Não/Nenhum 1 – Muito Pouco 2 – Pouco 3 – Suficiente 4 – Muito 5 – Bastante

Nome da Autarquia _____
Telefone _____ Concelho _____ Distrito _____

Por favor, em todas as respostas não considere as escolas do 1º ciclo do ensino básico

✓ 1– A sua autarquia tem estratégias para ocupar o tempo livre de jovens em idade escolar a partir de 10 anos que não sejam do 1º ciclo do ensino básico?

a) – Sim __ b) – Não __

c) – Se indicou que SIM, efectua-as de forma:

Sistemática	1	2	3	4	5
Esporádica	1	2	3	4	5

d) - Se indicou sistemática, anote os dias da semana _____

e) - Se indicou esporádica, anote os períodos do ano _____

✓ 2=18 Colabora com os clubes desportivos na organização e desenvolvimento de actividades **desportivas** que tenham em vista **exclusivamente** o lazer e a ocupação de tempos livres

a) – Sim _____ b) – Não _____

c) – Se indicou que SIM, classifique o grau de desempenho 1 2 3 4 5

✓ 3=18 Se essa colaboração com os clubes desportivos é na área do rendimento/competição, como classifica o grau de desempenho? 1 2 3 4 5

✓ 4=18 Colabora com as **escolas** na organização e desenvolvimento de actividades **desportivas** que tenham em vista **exclusivamente** o lazer e a ocupação de tempos livres

a) – Sim _____ b) – Não _____

c) – Se indicou que SIM, classifique o grau de desempenho 1 2 3 4 5

✓ 5 – Classifique a adequação dos espaços e equipamentos desportivos do concelho para:

a) – Desporto de competição 1 2 3 4 5

b) – Desporto de lazer e o tempo livre dos jovens 1 2 3 4 5

✓ 6– Qual o grau de empenhamento da autarquia, (se existe), colaborando com as escolas (não considere o 1º ciclo), na realização de:

a) - Programas **desportivos** ocupacionais para o lazer e tempo livre 1 2 3 4 5

b) – Incentivos de prática desportiva de lazer e tempo livre 1 2 3 4 5

c) – Rentabilização de espaços e equipamentos para o lazer 1 2 3 4 5

✓ 7 – A Câmara Municipal tem como veículo de ligação aos clubes desportivos as Juntas de Freguesia?

a) – Sim _____ b) – Não _____ (se respondeu **NÃO**, passe para a **questão nº 8**)

c) – Se respondeu Sim, indique de que forma _____

d) – Se respondeu Sim, em que área esse apoio se processa:

Rendimento/Competição _____ - Lazer e Tempo Livre _____

✓ **8=11?** – O Plano Director Municipal prevê ou estabelece alguma estratégia no desenvolvimento de actividades **desportivas** de Lazer e Tempo Livre? Sim _____ Não _____

a) – Se respondeu **SIM**, de que forma e em que áreas? _____

✓ **9** – A Câmara Municipal é sensível ao **desporto de lazer** para ocupar os tempos livres dos jovens?

a) – Sim _____ b) – Não _____

c) – Se indicou que **SIM**, classifique o grau de sensibilidade 1 2 3 4 5

✓ **10** – A Câmara Municipal é sensível ao **desporto de rendimento** para ocupar o tempo livre dos jovens?

a) – Sim _____ b) – Não _____

c) – Se indicou que **SIM**, classifique o grau de sensibilidade 1 2 3 4 5

✓ **11** – Referencie as 3 mais importantes estratégias de desenvolvimento desportivo da Câmara Municipal na área do lazer e do tempo livre?

1 _____

2 _____

3 _____

✓ **12** – Nas políticas de desenvolvimento desportivo, a prioridade da sua autarquia, passa por:

a) – Apoio às escolas e ao Desporto Escolar do concelho (**excepto 1ºCiclo**) 1 2 3 4 5

b) – Apoio aos clubes e ao associativismo desportivo 1 2 3 4 5

✓ **13** – E o apoio a essas políticas de desenvolvimento desportivo é preferencialmente na:

a) – Criação de condições para a prática de desporto do lazer 1 2 3 4 5

b) – Criação de condições para a prática de desporto competição 1 2 3 4 5

✓ **14** – Esse apoio traduz-se da seguinte forma (subsídios, logística, materiais, ... Quais?) relativamente:

a) – À prática de desporto do lazer _____

b) – À prática de desporto competição _____

✓ **15** – A sua autarquia tem protocolos de utilização de espaços desportivos?

a) – Com escolas Sim _____ Não _____ Observação: _____

b) – Com clubes Sim _____ Não _____ Observação: _____

Se respondeu SIM, indique a entidade proprietária dos espaços citados (escola, clube, autarquia, privados...)

c) - _____

✓ **16** – a) – A sua autarquia organiza actividades desportivas de lazer para jovens **de forma regular**?

Sim _____ Não _____ Se respondeu **SIM**, diga **Quais** mas não considere o 1º ciclo? _____

✓ **17 – A Câmara Municipal e a escola**

- a) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, comunica à escola? Sim___ Não___
- b) – E quando a escola organiza actividades de lazer, comunica à autarquia? Sim___ Não___
- c) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, também **interage** na sua organização com a escola? Sim___ Não___
- d) - E a escola **interage** com a autarquia quando é ela que organiza actividades de lazer? Sim___ Não___

✓ **18 – A Câmara Municipal e o clube**

- a) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, comunica ao clube? Sim___ Não___
- b) – E quando o clube organiza actividades de lazer, comunica à autarquia? Sim___ Não___
- c) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, também **interage** na sua organização com o clube? Sim___ Não___
- d) - E o clube **interage** com a autarquia quando é ele que organiza actividades de lazer? Sim___ Não___

✓ **19** – Indique 3 (três) razões que possam, por qualquer motivo, fazer com que não haja uma interacção entre **a autarquia e o clube desportivo** na organização de actividades de lazer e tempo livre dos jovens.

a)- _____

b)- _____

c)- _____

✓ **20** – Indique 3 (três) razões que possam, por qualquer motivo, fazer com que não haja uma interacção entre **a autarquia e a escola (excepto 1º ciclo)** na organização de actividades de lazer e tempo livre dos jovens.

a)- _____

b)- _____

c)- _____

✓ **21** – Que sugestões dá para que essa interacção seja cada vez mais **regular** e **mais frequente** com:

➤ Os clubes desportivos _____

➤ A escola _____

✓ **22** – Como quantifica a atribuição de subsídios no apoio ao desenvolvimento desportivo quanto a:

a) – Competição/Rendimento	1	2	3	4	5
- Recreação e Lazer	1	2	3	4	5
b) – Clubes desportivos com competição federada	1	2	3	4	5
- Clubes desportivos sem competição federada	1	2	3	4	5
c) – Escolas (2º, 3º Ciclo e Secundárias)	1	2	3	4	5
- Clubes desportivos	1	2	3	4	5

MUITO OBRIGADO POR TER SIDO BREVE A RESPONDER

Francisco Teixeira Homem

Exmº Senhor Presidente do Conselho Executivo da Escola

José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes, professor associado da Faculdade de Ciências de Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, orientador da tese de doutoramento de Francisco de Barros Teixeira Homem em Ciências do Desporto na área de especialização em Gestão Desporto,

Solicita a V. Ex.^a o preenchimento do questionário anexo, de forma a recolher um conjunto de informações que possibilitem caracterizar, o mais fidedignamente possível, as intervenções das autarquias locais na área do desporto de competição e do tempo livre e do lazer **(3 páginas)**

Agradecia que o seu preenchimento fosse realizado com o máximo rigor e brevidade possível, de forma que os dados disponibilizados representem o mais fielmente possível a dinâmica e trabalho realizado na área em estudo.

A informação prestada, será para uso exclusivamente académico e confidencial.

Agradeço que o envio do inquérito seja feito tanto quanto possível **até ao dia 13 de Junho** para a seguinte morada:

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Gabinete de Gestão de Desporto

a/c Professor Doutor Pedro Sarmento

Rua Dr. Plácido Costa, 91

4200-450 PORTO

Qualquer questão suplementar pode ser feita pelos seguintes contactos:

Email: xxx@xxx.com (Francisco Teixeira Homem

Telemóvel 9xxxxxxx Rua Dr. Artur Alves Moreira, 13-3º Dtº

Telefone 2xxxxxxx Esgueira

FAX – 2xxxxxxx 3800-091 AVEIRO)

MUITO OBRIGADO

QUESTIONÁRIO

Numa escala de 0 a 5, situe a sua resposta fazendo uma “roda” à volta do número onde pensa estar o seu efectivo valor, sabendo que o seu significado é o seguinte:

0 – Não/Nenhum 1 – Muito Pouco 2 – Pouco 3 – Suficiente 4 – Muito 5 – Bastante

Nome da Escola _____

Telefone _____ Concelho _____ Distrito _____

✓ 1- No Projecto Educativo há uma clara preocupação no desenvolvimento de actividades de lazer e ocupação de tempos livres? SIM ____ Não ____

✓ 2 – O Plano de Actividades contempla explicitamente o desenvolvimento de actividades de lazer e ocupação de tempos livres.? SIM ____ NÃO ____

✓ 3 – Como quantifica, ao nível do empenhamento, a realidade da sua comunidade escolar em actividades de lazer e tempo livre dos jovens, seja ao nível das intenções, seja ao nível da exequibilidade, ou a qualquer outro nível? 1 2 3 4 5

✓ 4 – Independentemente do nível escolhido, indique até 3 principais dificuldades de implementação de actividades de lazer e tempo livre para os jovens da sua escola

a) - _____

b) - _____

c) - _____

✓ 5 – Acha que na sua escola existe interesse dos jovens e dos pais por actividades desportivas de lazer na ocupação de tempos livres?

a) – Sim ____ b) – Não ____ Se respondeu sim, como quantifica? 1 2 3 4 5

✓ 6 – A escola reconhece valor formativo às actividades de lazer e educação pelo lazer com os jovens em idade escolar? 1 2 3 4 5

✓ 7 – Uma interacção entre a comunidade escolar, a câmara e o clube desportivo tem interesse no desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre dos jovens? 1 2 3 4 5

✓ 8 – Existem condições de prática, promoção e desenvolvimento de actividades de lazer e tempo livre para os alunos na escola (físicas, motivacionais, recursos humanos, ...)? 1 2 3 4 5

✓ 9 – O tempo livre transmite preocupações aos professores? 1 2 3 4 5

✓ **10 (=6)** A escola para além da formação integral do aluno preocupa-se e valoriza também a formação no tempo livre e no lazer? 1 2 3 4 5

✓ **11** – É mais importante para a escola educar os alunos para o trabalho ou para o tempo livre e lazer?

a) - Trabalho 1 2 3 4 5

b) – Tempo livre e lazer 1 2 3 4 5

✓ **12** – Os programas escolares devem incluir programas e meios de educação para o lazer?

SIM___ NÃO___ Se respondeu sim, como quantifica? 1 2 3 4 5

✓ **13** – A Escola tem um relacionamento privilegiado na área do tempo livre e das actividades de lazer:

a) – Com a Câmara Municipal 1 2 3 4 5

b) – Com a Junta de Freguesia 1 2 3 4 5

c) – Com o Clube desportivo 1 2 3 4 5

d) – Não se relaciona com nenhuma instituição nessa área _____ (assinale uma cruz **X** se for o caso)

14 – Que tipo de intervenção entende ser necessária na sua escola na criação de momentos de lazer e actividades de tempo livre para os jovens? _____

✓ **14** – A escola tem protocolos de utilização de espaços desportivos?

a) – Com os clubes Sim___ Não___

b) – Com a Câmara Municipal Sim___ Não___

c) – Com a Junta de Freguesia Sim___ Não___

✓ **15** - Indique a entidade proprietária dos espaços citados (clube, autarquia, privados...)

a) - Clubes _____

b) – Autarquia _____

c) – Outros _____

✓ **16** – a) – A escola organiza actividades desportivas de lazer para jovens de forma regular?

Sim___ Não___

Se respondeu Sim, diga **Quais?** _____

✓ **17** – A escola e o clube desportivo

a) – Quando a sua escola organiza actividades de lazer, comunica ao clube? Sim___ Não___

b) – E quando o clube organiza actividades de lazer, comunica à escola? Sim___ Não___

c) – Quando a escola organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, **também interage** na sua organização com o clube desportivo? Sim___ Não___

d) - E o clube **interage** com a escola quando é ele que organiza actividades de lazer? Sim___ Não___

✓ **18 – A escola e a Câmara Municipal**

- a) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, comunica à escola? Sim___ Não___
b) – E quando a escola organiza actividades de lazer, comunica à Câmara Municipal? Sim___ Não___
c) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, também **interage** na sua organização com a escola? Sim___ Não___
d) - E a escola **interage** com a autarquia quando que organiza actividades de lazer? Sim___ Não___

✓ **19 – A escola e a Junta de Freguesia**

- a) – Quando a escola organiza actividades de lazer, comunica à Junta de Freguesia? Sim___ Não___
b) – E quando a Junta de Freguesia organiza actividades de lazer, comunica à escola? Sim___ Não___
c) – Quando a escola organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, **também interage** na sua organização com a Junta de Freguesia? Sim___ Não___
d) - E a J.Freguesia **interage** com a escola quando organiza actividades de lazer? Sim___ Não___

✓ **20** - Quando verifica que **não houve possibilidade de uma interacção** entre a sua escola e a câmara na organização de actividades de lazer e ocupação do tempo livre dos jovens, que razão encontra para que tal aconteça?

✓ **21** – Quando verifica que **não houve possibilidade de uma interacção** uma boa relação entre a sua escola e os clubes desportivos na organização de actividades de lazer e ocupação do tempo livre dos jovens, que razão encontra para que tal aconteça? _____

✓ **22** – Que sugestões dá para que essa colaboração seja melhor e **mais regular** para com:

– A Câmara Municipal _____

– A Junta de Freguesia _____

– O Clube desportivo _____

Exmº Senhor Presidente da Direcção
Clube

José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes, professor associado da Faculdade de Ciências de Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, orientador da tese de doutoramento de Francisco de Barros Teixeira Homem em Ciências do Desporto na área de especialização em Gestão Desporto,

Solicita a V. Ex.^a o preenchimento do questionário anexo, de forma a recolher um conjunto de informações que possibilitem caracterizar, o mais fidedignamente possível, as intervenções dos clubes desportivos na área do desporto de competição e do tempo livre e do lazer **(4 páginas)**

Agradecia que o seu preenchimento fosse realizado com o máximo rigor e brevidade possível, de forma que os dados disponibilizados representem o mais fielmente possível a dinâmica e trabalho realizado na área em estudo.

A informação prestada, será para uso exclusivamente académico e confidencial.

Agradeço que o envio do inquérito seja feito tanto quanto possível **até ao dia 13 de Junho** para a seguinte morada:

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
Gabinete de Gestão de Desporto
a/c Professor Doutor Pedro Sarmento
Rua Dr. Plácido Costa, 91
4200-450 PORTO

Qualquer questão suplementar pode ser feita pelos seguintes contactos:

Email: xxx@xxx.com	(Francisco Teixeira Homem)
Telemóvel 9xxxxxxx	Rua Dr. Artur Alves Moreira, 13-3º Dtº
Telefone 2xxxxxxx	Esgueira
FAX – 2xxxxxxx	3800-091 AVEIRO)

MUITO OBRIGADO

QUESTIONÁRIO

Numa escala de 0 a 5, situe a sua resposta fazendo uma “roda” à volta do número onde pensa estar o seu efectivo valor, sabendo que o seu significado é o seguinte:

0 – Não/Nenhum	1 – Muito Pouco	2 – Pouco	3 – Suficiente	4 – Muito	5 – Bastante
----------------	-----------------	-----------	----------------	-----------	--------------

Nome do Clube _____		
Morada _____		
Nº aproximado de sócios _____	Nº aproximado de atletas _____	
Telefone _____	Concelho _____	Distrito _____

Por favor, em todas as respostas não considere as escolas do 1º ciclo do ensino básico

✓ 1 - Quantifique a relação privilegiada do seu clube na área desportiva com:

- | | | | | | | |
|-------------------------------|-------|---|---|---|---|---|
| a) – Com a Câmara Municipal | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b) – Com a Junta de Freguesia | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| c) – Com as Escolas | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
- c)– Se não estabelece qualquer relação, não assinale nada e, por favor, passe para a **questão nº 4**

✓ 2 – Se o seu clube estabelece alguma relação com as **autarquias**, quantifique-a, no domínio do desporto:
(caso contrário, não responda)

- | | | | | | | |
|-----------------------------|-------|---|---|---|---|---|
| a) – De competição | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b) – De lazer e tempo livre | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

✓ 3 – Se o seu clube estabelece alguma relação com as **escolas**, quantifique-a, no domínio do desporto de:
(caso contrário, não responda)

- | | | | | | | |
|--------------------------|-------|---|---|---|---|---|
| a) – Competição | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b) – Lazer e Tempo Livre | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

✓ 4 – Quantifique a **importância que o seu clube atribui** às práticas desportivas, situam-se na área da:

- | | | | | | | |
|--------------------------|-------|---|---|---|---|---|
| a) – Competição | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b) – Lazer e Tempo Livre | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

✓ 5 – Como quantifica a **prática desportiva dada** pelo seu clube aos jovens em idade escolar,:

- | | | | | | | |
|--------------------------|-------|---|---|---|---|---|
| a) – Competição | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b) – Lazer e Tempo Livre | _____ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

✓ **6** – No seu clube recebe jovens em idade escolar que por terem pouco jeito para a competição preferem ocupar o seu tempo livre com actividades desportivas de lazer? (assinale com uma cruz (X))

a) – Sim ____ **Se sim**, que actividades têm? _____

b) – Não ____ _____

c) – Se indicou que sim, como quantifica? **1 2 3 4 5**

✓ **7** – O seu clube tem estratégias para ocupar o tempo livre dos jovens? (assinale com uma cruz (X))

a) – Sim __ b) – Não __ **Se indicou não**, passe para a **questão nº 10**

✓ **8** - Essas estratégias que o clube tem para ocupar o tempo livre são predominantemente na área da:

a) – Competição _____

b) – Lazer e tempo livre _____

✓ **9** – Se indicou que SIM na pergunta 7, como quantifica? **1 2 3 4 5**

Se respondeu Sim, as actividades realizam-se: (assinale com cruz (X), uma ou mais opções)

a) - Diariamente _____

b) – Pelo menos 2/3 vezes por semana _____

c) – Em períodos de férias escolares _____

d) – Realizam-se de vez em quando _____

e) – Nunca se realizam _____

f) – Se elas se realizam, que modalidades desportivas são mais frequentemente utilizadas? _____

✓ **10=19** Colabora com a **autarquia** na organização e desenvolvimento de actividades que tenham em vista **exclusivamente** o lazer e a ocupação de tempos livres

a) – Sim ____

b) – Não ____

c) – Se indicou que sim, como quantifica? **1 2 3 4 5**

✓ **11=18** Colabora com a **escola** na organização e desenvolvimento de actividades que tenham em vista **exclusivamente** o lazer e a ocupação de tempos livres

a) – Sim ____

b) – Não ____

c) – Se indicou que sim, como quantifica? **1 2 3 4 5**

✓ **12** – Parece-lhe que os espaços e equipamentos desportivos do concelho estão mais adequados para:

a) – Desportos de competição **1 2 3 4 5**

b) – Actividades de Lazer e Tempo Livre dos jovens **1 2 3 4 5**

✓ **13** – Qual o grau de empenhamento do seu clube, (se existe), colaborando com as escolas, na realização

- | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| a) – De programas ocupacionais para o lazer e tempo livre dos jovens | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b) – De incentivos de prática desportiva de lazer e tempo livre | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| c) – De rentabilização de espaços e equipamentos para o lazer | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

✓ **14** – Que solução lhe parece que deveria ser encontrada para que o seu clube se envolvesse mais com actividades desportivas de lazer e que não estejam portanto ligadas com a competição? _____

✓ **15** – O seu clube tem protocolos de utilização de espaços ?

- a) – Com as escolas Sim____ Não____
- b) – Com a Câmara Municipal Sim____ Não____

✓ **16** - Indique a entidade proprietária dos espaços citados (escola, clube, autarquia, privados...)

a) - Escola _____

b) – Autarquia _____

c) – Outros _____

✓ **17** – O seu clube organiza actividades desportivas de lazer para jovens de forma regular?

Sim____ Não____ Se respondeu Sim, diga **Quais** mas não considere o 1º ciclo? _____

✓ **18** – O seu clube desportivo e a escola

a) – Quando o seu clube organiza actividades de lazer, comunica à escola? Sim____ Não____

b) – E quando a escola organiza actividades de lazer, comunica ao seu clube? Sim____ Não____

c) – Quando o seu clube organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, **também interage** na sua organização com a escola? Sim____ Não____

d) - E a escola **interage** com o seu clube quando é ela que organiza actividades de lazer? Sim____ Não____

✓ **19** – O seu clube e a Câmara Municipal

a) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, comunica ao seu clube? Sim____ Não____

b) – E quando o seu clube organiza actividades de lazer, comunica à Câmara Municipal? Sim____ Não____

c) – Quando a Câmara Municipal organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, também **interage** na sua organização com o seu clube? Sim____ Não____

d) - E o clube **interage** com a autarquia quando é ele que organiza actividades de lazer? Sim____ Não____

✓ **20 – O seu clube desportivo e a Junta de Freguesia**

- a) – Quando o seu clube organiza actividades de lazer, comunica à Junta de Freguesia? Sim___ Não___
b) – E quando a Junta de Freguesia organiza actividades de lazer, comunica ao seu clube? Sim___ Não___
c) – Quando o seu clube organiza actividades de lazer, para além da comunicação que possa ou não haver sobre a actividade, **também interage** na sua organização com a Junta de Freguesia? Sim___ Não___
d) - E a J.Freguesia **interage** com o clube quando é ela que organiza actividades de lazer? Sim___ Não___

✓ **21** – Quando verifica que **não há** uma interacção entre **o seu clube e a autarquia** na organização de actividades de lazer e ocupação do tempo livre dos jovens, que razão encontra para que tal aconteça?

✓ **22** – Quando verifica que **não há** uma interacção entre **o seu clube e a escola** na organização de actividades de lazer e ocupação do tempo livre dos jovens, que razão encontra para que tal aconteça?

✓ **23** – Que sugestões dá para que essa interacção/colaboração seja melhor e mais regular para com:

– A Câmara Municipal _____

– A Junta de Freguesia _____

– A escola _____

MUITO OBRIGADO POR TER SIDO BREVE A RESPONDER

Francisco Teixeira Homem